

2010

Relatório e Contas
Volume I

2010

Relatório e Contas
Volume I

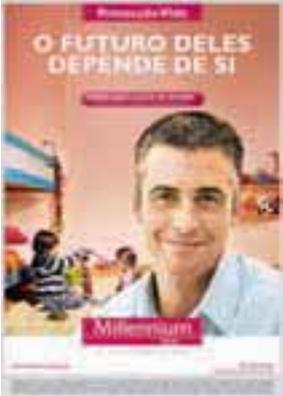
Millennium
bcp



ÍNDICE

- 5** Síntese de Indicadores
- 6** Principais Destaques
- 8** Mensagem do Presidente do Conselho Geral e de Supervisão
- 11** Mensagem do Presidente do Conselho de Administração Executivo
- 14** Conselho de Administração Executivo
- 17** Grupo Millennium
- 20** Rede Millennium
- 23** Marca Millennium
- 31** Modelo de Negócio
- 33** Gestão do Talento
- 39** Alterações ao Governo Societário
- 41** Órgãos e Corpos Sociais
- 43** Acção BCP
- 51** Participações Qualificadas
- 53** Stakeholders
- 61** Estratégia
- 67** Enquadramento Económico e Financeiro
- 74** Análise do Desempenho
 - 76** Análise Financeira
 - 101** Fundo de Pensões
 - 102** Gestão do Capital
 - 104** *Funding* e Liquidez
 - 106** *Ratings* do BCP
 - 108** Análise de Segmentos
 - 173** Análise Social
 - 184** Análise Ambiental
- 194** Gestão do Risco
- 219** Exposição a Actividades e Produtos Afectados pela Recente Crise Financeira
- 220** Principais Factores de Risco
- 227** Cultura de Rigor
- 231** Principais Eventos em 2010
- 239** Demonstrações Financeiras
- 243** Proposta de Aplicação de Resultados do Banco Comercial Português, S.A.
- 243** Indicadores Sociais e Ambientais Complementares
- 244** Indicadores *Global Report Initiative*
- 248** Relatório de Verificação
- 251** Anexos





SÍNTESE DE INDICADORES

	Milhões de euros					
	'10	'09	'08	'07	'06	VAR. % '10/'09
BALANÇO						
Activo total	100.010	95.550	94.424	88.166	79.045	4,7%
Crédito a clientes (líquido) ⁽¹⁾	73.905	74.789	74.295	64.811	55.945	-1,2%
Recursos totais de clientes ⁽¹⁾	67.596	66.516	65.325	62.719	55.972	1,6%
Capitais próprios atribuíveis aos Accionistas do Banco e Passivos subordinados	8.789	9.108	8.559	7.543	7.562	-3,5%
RENDIBILIDADE						
Produto bancário	2.892,0	2.493,2	2.602,0	2.791,9	2.874,7	16,0%
Custos operacionais	1.603,3	1.540,3	1.670,8	1.748,6	1.725,5	4,1%
Imparidades e Provisões	930,9	657,4	589,2	355,1	155,3	41,6%
Impostos sobre lucros						
Correntes	54,2	65,6	44,0	73,0	87,9	
Diferidos	(57,2)	(19,4)	40,0	(3,5)	66,9	
Interesses que não controlam	59,3	24,1	56,8	55,4	52,0	146,2%
Resultado líquido atribuível a Accionistas do Banco	301,6	225,2	201,2	563,3	787,1	33,9%
Rácio de eficiência	56,3%	63,6%	58,6%	60,3%	61,6%	
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	6,1%	4,6%	4,5%	14,9%	23,4%	
Rendibilidade do activo médio (ROA)	0,4%	0,3%	0,3%	0,7%	1,1%	
QUALIDADE DO CRÉDITO						
Crédito vencido há mais de 90 dias/Crédito total	3,0%	2,3%	0,9%	0,7%	0,8%	
Crédito com incumprimento/Crédito total	4,5%	3,4%	1,3%	1,0%	1,1%	
Imparidade do crédito/Crédito vencido há mais de 90 dias	109,4%	119,0%	211,6%	251,8%	284,8%	
Custo do risco	93 p.b.	72 p.b.	71 p.b.	39 p.b.	21 p.b.	
SOLVABILIDADE ^(*)						
Tier I	9,2%	9,3%	7,1%	5,5%	6,6%	
Core Tier I	6,7%	6,4%	5,8%	4,5%	4,9%	
Total	10,3%	11,5%	10,5%	9,6%	11,0%	
ACÇÃO BCP						
Capitalização bolsista (acções ordinárias)	2.732	3.967	3.826	10.545	10.112	-31,1%
Resultado líquido por acção básico e diluído ajustados (euros)	0,043	0,034	0,034	0,128	0,184	27,8%
Valores de mercado por acção (euros)						
Máximo	0,933	1,075	2,646	4,30	2,88	-13,2%
Mínimo	0,555	0,556	0,685	2,57	2,14	-0,2%
Fecho	0,582	0,845	0,815	2,92	2,80	-31,1%
SUCURSAIS						
Actividade em Portugal	892	911	918	885	864	-2,1%
Actividade Internacional	852	898	886	744	615	-5,1%
CLIENTES						
Clientes (milhares)						
Actividade em Portugal	2.500	2.570	2.618	2.632	2.724	-2,7%
Actividade Internacional	2.664	2.486	2.299	1.941	1.591	7,2%
Juros pagos sobre depósitos e outros recursos	1.166	1.330	1.922	1.454	1.086	-12,3%
Índice de satisfação global ⁽²⁾	78,9	79,8	79,0	77,7	78,5	
COLABORADORES						
Actividade em Portugal	10.146	10.298	10.583	10.742	10.808	-1,5%
Actividade Internacional	11.224	11.498	12.006	10.380	8.517	-2,4%
Custos com o pessoal	891,3	865,3	915,3	1.006,2	1.034,7	3,0%
Custos de formação externa	2,9	2,9	3,3	3,5	3,4	-1,9%
Índice de satisfação global	69,3	72,4	67,1	71,9	72,9	
DONATIVOS	3,8	2,4	3,9	5,6	3,2	59,8%
PATROCÍNIOS	4,7	3,9	5,8	4,0	4,2	21,5%

(1) Ajustado das participações em associadas parcialmente alienadas – Millennium bank Turquia (2006 a 2008) e Millennium bcpbank USA (2006 a 2009).

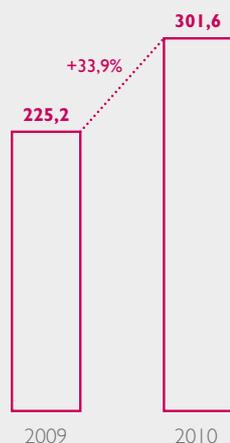
(2) Inquérito de satisfação realizado a Clientes apenas em Portugal, Polónia e Grécia.

(*) Rácio de solvabilidade de acordo com o modelo de Notações Internas (IRB) em 2010 e de acordo com o método Padrão entre 2009 e 2006 (informação detalhada na secção "Gestão do Capital").

PRINCIPAIS DESTAQUES

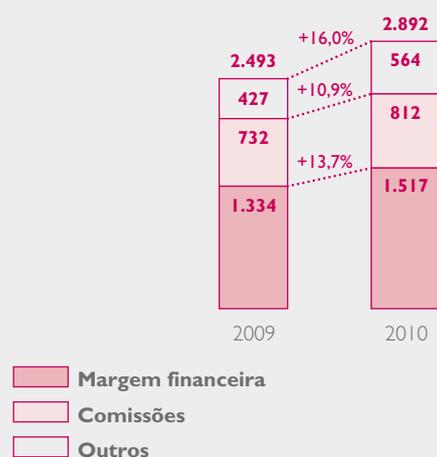
RESULTADOS LÍQUIDOS

Milhões de euros

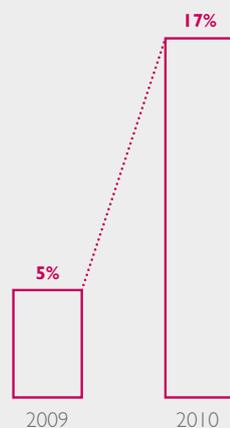


PRODUTO BANCÁRIO

Milhões de euros



CONTRIBUTO DAS OPERAÇÕES INTERNACIONAIS PARA OS RESULTADOS



RÁCIO DE EFICIÊNCIA (*)



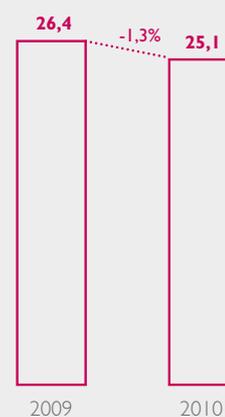
(*) Em base comparável, excluindo itens específicos.

TIER I



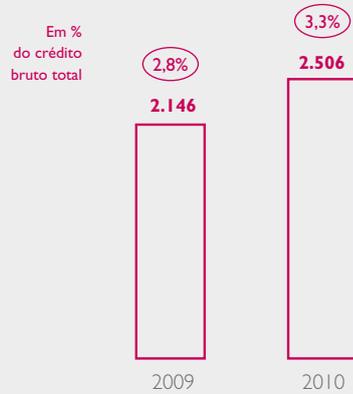
GAP COMERCIAL

Mil milhões de euros



IMPARIIDADE DE CRÉDITO (*)

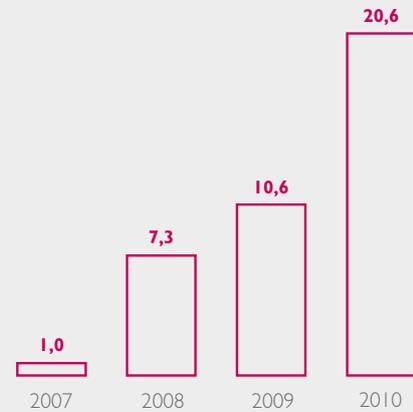
Milhões de euros



(*) Exclui EUA e Turquia.

ACTIVOS ELEGÍVEIS EM BANCOS CENTRAIS

Mil milhões de euros



SATISFAÇÃO GLOBAL DE CLIENTES (*)

Índice



(*) Realização de inquéritos de satisfação a Clientes em Portugal, Polónia e Grécia.

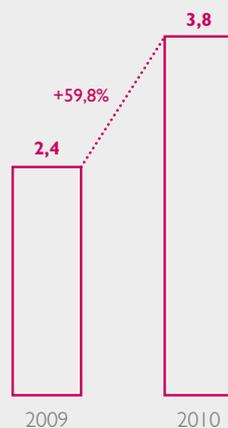
SATISFAÇÃO GLOBAL DE COLABORADORES

Índice



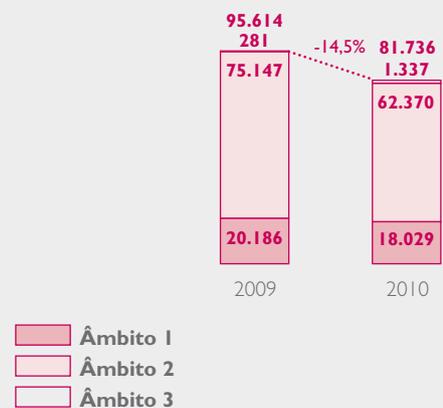
DONATIVOS

Milhões de euros



EMISSÕES DE GASES DE EFEITO DE ESTUFA

tCO₂eq



MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO

Estimados Accionistas,

No ano em que se comemorou o 25.º aniversário da fundação do Banco Comercial Português, entendo assinalar o percurso efectuado e o muito que foi alcançado por um projecto desenvolvido com base na vontade de todos aqueles que souberam, com a sua determinação, trabalho e competência, construir um Banco inovador e à frente do seu tempo que, em poucos anos, deu origem àquele que é hoje o maior grupo financeiro privado português.

Um Banco novo, diferente, com uma missão e oferta totalmente disruptivas e que contribuiu, de forma inequívoca, para a modernização, desenvolvimento e configuração actual do sistema financeiro nacional.

O sucesso do Banco Comercial Português só pode ser compreendido se se analisar a estratégia de crescimento delineada, quer através de lançamentos de conceitos bancários inovadores, sendo a Nova Rede o exemplo mais paradigmático, quer através da aquisição de outras instituições financeiras de elevada relevância no sector.

Mais do que limitar-se a agregar outros concorrentes, o Banco soube capitalizar o prestígio, cultura, processos e sinergias de instituições como o Banco Português do Atlântico, o Banco Mello e o Banco Pinto & Sotto Mayor, o que lhe permitiu estar presente em 20 países, em 5 continentes, servindo cerca de 5,2 milhões de Clientes.

Hoje, como há 25 anos, o Banco alicerça a sua história numa cultura de inovação, competência técnica e excelência de serviço, continuando – agora, com a marca Millennium – a preparar o futuro.

No último exercício do mandato em curso, o Conselho Geral e de Supervisão, no prosseguimento das competências que lhe são atribuídas legal e estatutariamente, privilegiou aspectos estratégicos e de desenvolvimento da Sociedade, no âmbito da função de fiscalização em geral, e em particular apreciou as contas da Sociedade quanto à sua correcção e adequação dos métodos utilizados e acompanhou a actividade do Conselho de Administração Executivo, num cenário de permanente diálogo e de estreita cooperação, essenciais à prossecução dos interesses do Millennium, dos seus Accionistas e demais *Stakeholders*.

O ano de 2010, embora com sinais de moderada recuperação, persistiu em desenvolver-se no quadro atípico que desde 2008 caracteriza a economia mundial, marcado pela dificuldade no acesso aos mercados de financiamento internacionais com repercussões directas no sistema bancário e na gestão do Banco. Durante o exercício, o Conselho Geral e de Supervisão informou-se com regularidade e pronunciou-se sobre todas as questões que requerem o seu parecer ou acção fiscalizadora e acompanhou de perto estudos e debates em demanda de modelos de governação, elaborados de acordo com as melhores práticas internacionais, visando a optimização, a modernidade e a adequação às normas legais, regulatórias e recomendatórias das entidades de supervisão, continuando a garantir, nomeadamente, um efectivo grau de independência entre os órgãos que detêm poderes de gestão e de fiscalização.

O Conselho Geral e de Supervisão fiscalizou e apoiou ainda o Conselho de Administração Executivo na gestão das prioridades estratégicas do Grupo, numa envolvente de cariz adverso quer em termos macroeconómicos, quer no que respeita às condições dos mercados financeiros, com particular enfoque no controlo do risco e na gestão do capital e da liquidez. Acompanhou ainda o processo de implementação dos princípios de Basileia II, a actividade das filiais bancárias no estrangeiro e procedeu à avaliação da adequação do modelo de supervisão relativo ao Sistema de Controlo Interno e eficácia do mesmo.

Merece especial destaque a relação institucional entre o Conselho Geral e de Supervisão e suas Comissões Especializadas e o Conselho de Administração Executivo, que se qualifica de correcta e profícua, permitindo uma abordagem construtiva dos complexos temas objecto de apreciação no decurso de 2010. O Conselho Geral e de Supervisão acompanhou os mais relevantes eventos corporativos e apreciou com acuidade, no âmbito do programa de cultura de rigor, o código deontológico, a Ordem de Serviço sobre a actividade de intermediação financeira e políticas de *compliance*, aplicável a todos os Colaboradores do Grupo.

É ainda de realçar o trabalho desenvolvido pelas Comissões Especializadas do Conselho Geral e de Supervisão, com destaque para a Comissão para as Matérias Financeiras que, em conjunto com os Auditores Externos, Auditoria Interna, Compliance e Risk Office, mantiveram uma permanente e exigente supervisão, bem como um reporte constante ao Conselho Geral e de Supervisão de grande qualidade.

Tendo presente o nível de exigência fixado ao Conselho de Administração Executivo e aos Colaboradores do Grupo e o juízo feito ao longo do mandato, estou convicto que o Banco tem pessoas qualificadas, motivadas e empenhadas que permitem manter vivo o compromisso de melhorar a rendibilidade, reforçar a solidez patrimonial da Instituição e gerir de forma adequada os riscos inerentes à actividade.

Entendo, pois, expressar, a todos em geral e, em particular, ao Presidente do Conselho de Administração Executivo, Dr. Carlos Santos Ferreira, o meu agradecimento e reconhecimento pelo profissionalismo e dedicação com que num período tão difícil para o País e para o Grupo desempenharam as suas funções.

Concluo com uma palavra de agradecimento a cada um dos meus colegas do Conselho Geral e de Supervisão, pela grande disponibilidade, lealdade e independência com que desempenharam as funções de fiscalizar e supervisionar o legal, estatutário e recomendatório funcionamento do Banco.



Luís de Mello Champalimaud
Presidente do Conselho Geral
e de Supervisão

2010

RELATÓRIO E CONTAS VOLUME I

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO



MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

No ano em que celebrou 25 anos, o Millennium bcp continuou a empreender esforços ao nível dos vectores da inovação e do pioneirismo no sistema financeiro português, tendo adoptado, pela primeira vez, o conceito de reporte integrado na elaboração do Relatório e Contas de 2010. Este facto está em conformidade com as melhores e mais recentes práticas internacionais de comunicação com os *Stakeholders*. O relatório integrado permite, de uma forma transparente, demonstrar o alinhamento entre a estratégia do Millennium bcp e os resultados obtidos. Simultaneamente, possibilita a prestação de informação sobre os principais riscos e oportunidades de índole financeira, social e ambiental. Pretende-se ainda, com a elaboração de um relatório integrado, responder às necessidades e expectativas de informação de um leque mais alargado de *Stakeholders*, com vista a apoiar os processos de avaliação sistemática do desempenho global do Banco e a fundamentar de forma rigorosa, completa e especializada a tomada de decisão.

2010 foi muito desafiante para Portugal, para a Banca em geral e para o Millennium bcp, em particular. O ano ficou marcado por uma conjuntura económica incerta e desfavorável, assim como pelo agravamento do risco soberano nos países periféricos da Área do Euro. Esta envolvente condicionou fortemente a actividade das instituições financeiras portuguesas, quer por via da deterioração do risco de crédito do Estado – com repercussões negativas ao nível do risco de crédito dos bancos nacionais –, quer por via da restrição ao financiamento nos mercados obrigacionistas e monetários. Neste contexto exigente, o Millennium bcp procurou sempre responder adequadamente aos desafios inerentes às novas condições macroeconómicas e ao aumento da complexidade do enquadramento financeiro. Mereceram especial atenção as alterações regulamentares no sector bancário, a discussão dos futuros requisitos em matéria de capital e liquidez, a pressão sobre a rentabilidade do negócio e o aumento da competitividade no sector financeiro.

Tendo presente o contexto económico, financeiro e regulamentar em vigor, o Banco de Portugal recomendou aos bancos portugueses a necessidade de reforço dos seus fundos próprios, com vista à necessária convergência para os objectivos mais exigentes definidos no âmbito de Basileia III, em termos de requisitos mínimos e de qualidade do capital. Neste domínio, importa salientar os esforços do Millennium bcp na adopção de uma política e cultura de rigor na gestão da liquidez e do capital. De notar também a implementação de planos específicos que contemplaram um conjunto diversificado de medidas e que continuarão a permitir o reforço da posição de capital e de liquidez do Banco. Merece ainda destaque a obtenção da autorização concedida pelo Banco de Portugal ao Millennium bcp para a adopção do método IRB na avaliação do risco de crédito. A 31 de Dezembro de 2010, os rácios *Core Tier I* e *Tier I* ascenderam a 6,7% e a 9,2% respectivamente, correspondendo aos valores mais elevados da última década.

Em 2010, a actividade bancária em Portugal foi manifestamente condicionada pela crise soberana, designadamente na sequência dos pedidos de auxílio internacional por parte da Grécia e da Irlanda. Esta situação contribuiu para o aumento dos custos de financiamento no sector financeiro nacional e reforçou a necessidade de desalavancagem dos bancos. Entre as várias medidas implementadas pelo Millennium bcp com o propósito de atenuar os efeitos adversos provocados pela crise, merecem particular destaque a adopção de uma política de gestão criteriosa do financiamento e de uma gestão prudente do capital, a redução do *gap* comercial, o esforço de ajustamento do preço ao risco das operações de crédito e o aumento do valor e qualidade dos seus mitigantes, com vista a otimizar os activos ponderados pelo risco e visando a melhoria dos rácios de solvabilidade.

A visão estratégica do Millennium bcp para o triénio 2011-2013 foi ajustada, traduzindo-se no desígnio de “Rendibilidade e Enfoque”. O Banco pretende, por um lado, manter o enfoque nas operações europeias que assegurem uma presença competitiva e posição significativa no médio e longo prazo e em mercados de afinidade com elevado potencial de crescimento e, por outro, reforçar o compromisso com o aumento da rendibilidade da operação em Portugal. Durante o último exercício, foram implementadas múltiplas iniciativas que visaram a concretização da visão estratégica do Banco e que se repercutiram na melhoria dos resultados líquidos e no aumento da contribuição das operações internacionais para os resultados consolidados.

Mesmo num ambiente fortemente penalizador, o Millennium bcp conseguiu, em 2010: i) registar uma melhoria dos seus resultados líquidos de 33,9%, suportada pelo aumento da margem financeira e das comissões, quer em Portugal, quer nas operações internacionais, com realce para a Polónia, Moçambique e Angola; ii) concretizar a estruturação de duas operações de titularização de créditos, três emissões de obrigações hipotecárias e duas emissões de dívida *senior unsecured*, no montante agregado de 8,7 mil milhões de euros; iii) aumentar a carteira de activos elegíveis junto de Bancos Centrais para um montante superior a 20 mil milhões de euros; iv) reduzir o *gap* comercial, em resultado do aumento de 1,6% dos recursos de balanço e da contracção da concessão de crédito a clientes em 0,7%; v) manter a tendência dos últimos anos de melhoria do rácio de eficiência; vi) continuar a expansão da rede de sucursais em Angola e Moçambique; vii) obter uma licença *on-shore* para operar em Macau, materializando a estratégia de reforço da presença do Banco na região Ásia-Pacífico e de servir de elo crucial na exploração das oportunidades de negócio no triângulo China/Macau, África lusófona e Europa; viii) lançar um Banco inovador a partir da plataforma do ActivoBank; ix) simplificar o *portfolio* internacional, concluindo-se os processos de alienação das operações na Turquia e nos EUA; x) obter o mais elevado índice de satisfação de Clientes em Portugal desde a criação da marca única em 2004 e xi) preservar os elevados índices de satisfação de Colaboradores em Portugal dos últimos anos.

No âmbito do Plano Director de Sustentabilidade 2010-2012 foram concretizadas várias acções que reforçaram a aproximação do Banco aos diversos *Stakeholders*. Os programas e acções desenvolvidos para e com os Colaboradores criaram condições para fortalecer os valores, a cultura e os princípios do Millennium bcp, promovendo a motivação individual e uma maior proximidade e comunicação com os Clientes. A Rede Autónoma de Microcrédito do Millennium bcp celebrou também, em 2010, cinco anos de actividade e continuou a assumir uma postura inovadora na forma de relacionamento com os Empreendedores e no apoio a projectos empresariais de valor acrescentado, difundindo informação desta solução financeira a um maior número de potenciais interessados. Como corolário do trabalho desenvolvido pela operação de Microcrédito, foram concedidos, em 2010, financiamentos no valor total de 2,2 milhões, elevando a sua contribuição para criação de postos de trabalho para 3.195, desde o lançamento do Microcrédito, evidenciando mais uma vez o compromisso de responsabilidade social do Banco. Para além de Portugal, foram ainda dinamizadas, nas diversas geografias em que o Grupo opera, iniciativas de apoio à educação, cultura e solidariedade social, que contribuíram para uma melhor qualidade de vida das populações envolvidas.

Os próximos anos não serão menos complexos ou desafiantes e continuarão a ser pautados pelos temas relacionados com capital e liquidez. Com algum grau de certeza, assistiremos a uma necessidade generalizada de reforço da solidez e da solvabilidade do sistema financeiro internacional, particularmente o europeu, traduzida num processo de recapitalização das instituições financeiras, em consonância com os novos requisitos de capital estabelecidos por Basileia III. Tendo em conta as suas prioridades estratégicas de crescimento e aumento da rentabilidade, o Millennium bcp procurará assegurar a melhoria sustentada dos resultados consolidados, assente na evolução dos proveitos *core* e no forte potencial das operações internacionais.

Estamos confiantes, não só pela sua história, mas especialmente pela dimensão alcançada numa conjuntura tão exigente, que o Millennium bcp irá construir um futuro de sucesso, assente num envolvimento e compromisso aprofundado com os seus *Stakeholders*. Procuraremos superar continuamente os desafios a que nos propomos, renovando a nossa ambição de liderança e de inovação. O envolvimento dos Colaboradores, a abertura à sociedade, o apoio na inovação e no rigor como factores diferenciadores e a simplificação, transparência e enfoque nas suas áreas de negócio e mercados estratégicos permitem-nos projectar um novo Millennium e desafiam-nos a reforçar a relação de confiança com os nossos Clientes.

A todos os nossos *Stakeholders*, com especial destaque aos mais de 170 mil Accionistas e aos cerca de 20 mil Colaboradores nas diversas operações e aos vários órgãos sociais, gostaria de agradecer o apoio prestado em 2010 e do qual esperamos continuar a ser merecedores no futuro.



Carlos Santos Ferreira
Presidente do Conselho
de Administração Executivo

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO



António Ramalho

José João Guilherme

Luís Pereira Coutinho

Paulo Moita Macedo
(Vice-Presidente)

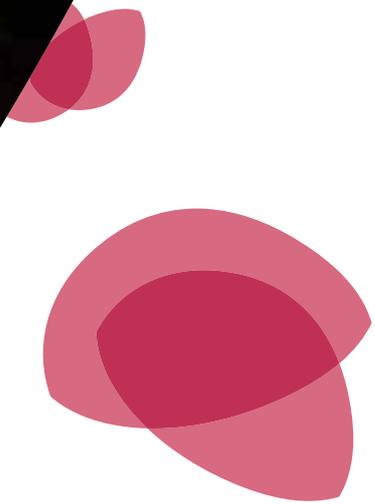


Carlos Santos Ferreira
(Presidente)

Vítor Lopes Fernandes
(Vice-Presidente)

Nelson Machado

Miguel Maya



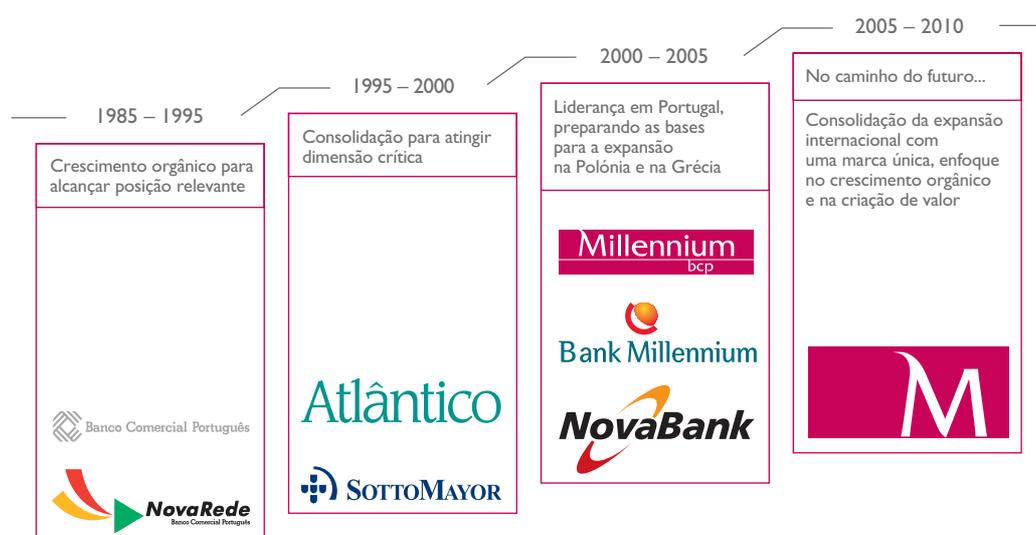
GRUPO MILLENNIUM

O Banco Comercial Português, S.A., sociedade aberta (abreviadamente designado por BCP, Millennium bcp ou Banco) é o maior banco privado português, com o centro de decisão em Portugal e com uma posição de destaque no mercado financeiro nacional: é o segundo banco em termos de quota de mercado, quer em crédito a clientes (cerca de 21%), quer em recursos totais de clientes (cerca de 19%), e tem a maior rede de distribuição bancária do país, com 892 sucursais, servindo mais de 2,5 milhões de Clientes em Portugal.

O Banco Comercial Português celebrou, em 2010, o 25.º aniversário desde a sua fundação. A sua vida até ao presente representa uma história de sucesso ao longo deste quarto de século, na qual se tornou no maior banco privado em Portugal e numa instituição de referência em diversas áreas nos diferentes mercados onde actua, sob a marca Millennium: Portugal, Polónia, Grécia, Roménia, Suíça, Moçambique, Angola e Macau.

Estes 25 anos podem ser enquadrados em quatro fases de desenvolvimento:

DESDE A FUNDAÇÃO ...



... à liderança em Portugal e à presença internacional através do crescimento em mercados de retalho selectivos

A primeira fase do desenvolvimento do Banco caracterizou-se, essencialmente, pelo crescimento orgânico e pelo aumento da sua presença e quota no mercado português de serviços financeiros, explorando as oportunidades resultantes da desregulamentação e liberalização do sector bancário em Portugal através da oferta de produtos e serviços inovadores e de qualidade.

A segunda fase iniciou-se em 1995 com a intensificação da concorrência no mercado bancário doméstico, na sequência da modernização das instituições financeiras existentes e da entrada de novas instituições bancárias e financeiras estrangeiras. Neste período, o Banco assentou o seu crescimento na aquisição de bancos domésticos com complementaridade de negócio para ganhar e consolidar a sua quota no mercado bancário, seguros e outros serviços financeiros relacionados. Assim, adquiriu, em 1995, o Banco Português do Atlântico, que era à época o maior banco privado em Portugal, e, em 2000, o Banco Mello e o Banco Pinto & SottoMayor.

Após a consolidação da sua posição de referência no mercado português, o Banco deu início à terceira fase do seu desenvolvimento, com enfoque na expansão do negócio de Retalho para novas geografias, com o objectivo de assumir, também em mercados emergentes na Europa e em África, um papel de referência no desenvolvimento do sector bancário, designadamente através de operações bancárias na Polónia, Grécia e Moçambique.

A quarta fase assenta na consolidação da expansão internacional com a criação de uma marca única ("Millennium") no enfoque no crescimento orgânico e na criação de valor, alicerçada nos valores que caracterizaram o Banco desde a sua fundação: inovação, dinamismo, competitividade, rentabilidade e solidez financeira.

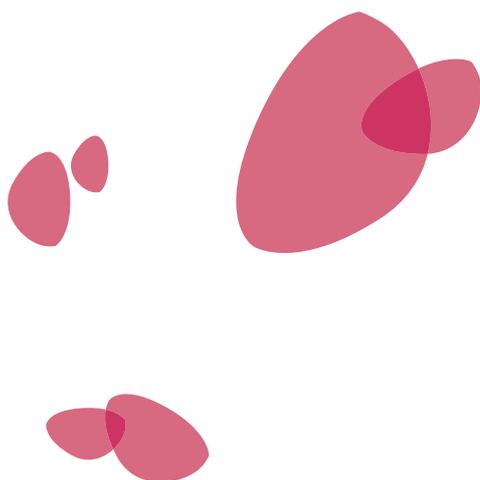
O Millennium bcp reúne condições para construir o futuro, tendo definido uma nova Visão Estratégica para o período de 2011-2013, denominada de "Rentabilidade e Enfoque". O Banco elegeu como principal objectivo a "Rentabilidade" da operação em Portugal, nos vários segmentos de negócio, apoiada por um esforço sustentado de contenção de custos, controlo do risco, eficiência, inovação e serviço ao Cliente. A estratégia de "Enfoque" e afinidade nas operações internacionais reflecte-se no enfoque nos mercados europeus que assegurem uma presença competitiva e uma posição significativa no médio e longo prazo e na aposta em mercados com afinidade. De acordo com a sua estratégia de continuar a investir em mercados com afinidade, o Millennium bcp tem em curso um plano de expansão em Angola e Moçambique. Em Macau, região onde se encontra presente desde 1985, o BCP, em 2010, com a transformação da sua sucursal *off-shore* em *on-shore*, deu um passo importante no sentido de explorar as oportunidades associadas aos fluxos financeiros crescentes entre a China e os mercados onde está presente: Europa e África lusófona. No final de 2010, o Millennium bcp assinou um *memorandum* de entendimento com o Industrial and Commercial Bank of China (ICBC), com o objectivo de reforçar a cooperação entre os dois bancos, a qual se estende a outros países e regiões, para além de Portugal e China, visando cobrir o triângulo China/Macau, África lusófona e Europa.

VISÃO DO MILLENNIUM BCP

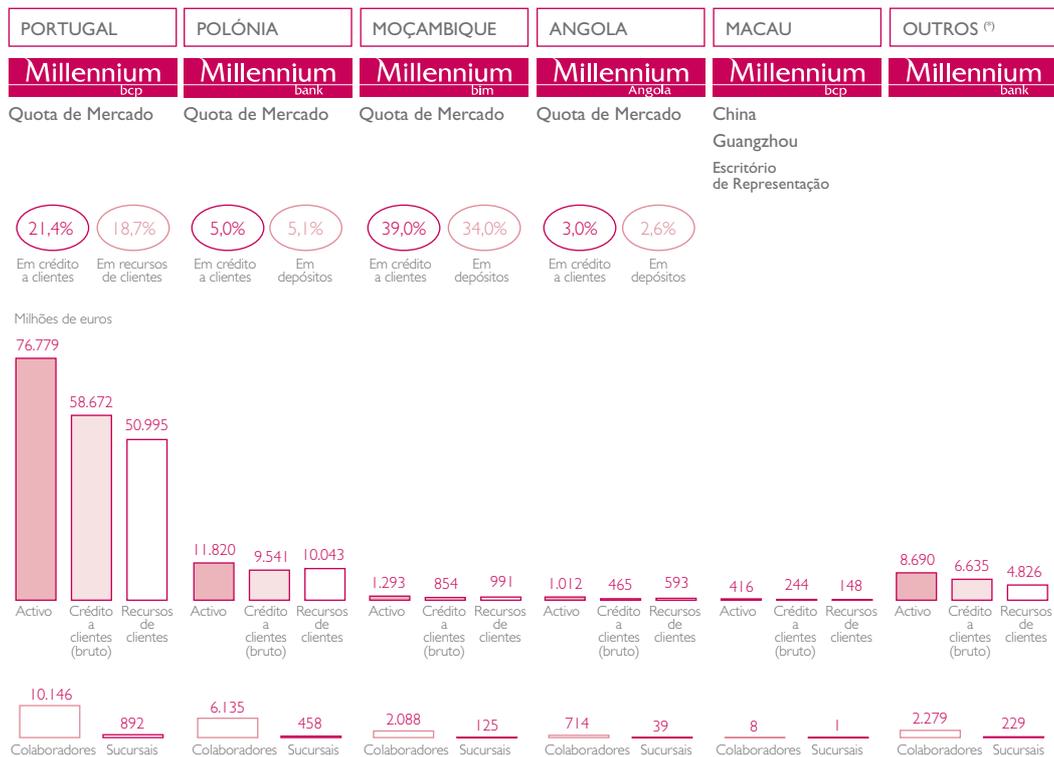
O Millennium bcp aspira ser o Banco de referência no serviço ao Cliente, com base em plataformas de distribuição inovadoras, em que mais de dois terços do capital estará alocado ao retalho e às Empresas, em mercados de elevado potencial, que apresentem um crescimento anual esperado de volumes de negócio superior a 10%, e ainda atingir um nível de eficiência superior; traduzido num compromisso com um rácio de eficiência que se situe em níveis de referência para o sector e com uma reforçada disciplina na gestão de capital e de custos.

MISSÃO DO MILLENNIUM BCP

Criar valor para o Cliente através de produtos e de serviços bancários e financeiros de qualidade superior; observando rigorosos e elevados padrões de conduta e responsabilidade corporativa, crescendo com rentabilidade e sustentabilidade, de modo a proporcionar um retorno atractivo aos Accionistas, que fundamente e reforce a autonomia estratégica e a identidade corporativa.



UM GRUPO LÍDER ENFOCADO NO NEGÓCIO DE RETALHO EM PORTUGAL, POLÓNIA, MOÇAMBIQUE E ANGOLA



(*) Inclui as operações na Grécia, Roménia, Suíça e Ilhas Caimão.
Fonte: as quotas de mercado em Portugal são baseadas na informação divulgada publicamente pelo Banco de Portugal e pelos bancos. As quotas de mercado na Polónia são divulgadas pela Associação de Bancos Polacos e pela Associação Polaca de Gestoras de Activos. As quotas de mercado em Moçambique são baseadas na informação divulgada pelo Banco de Moçambique.

O Banco mantém o enfoque da distribuição de retalho em Portugal e nos mercados internacionais que assegurem uma presença competitiva e posição significativa no médio e longo prazo, com particular destaque para a Polónia, Moçambique, Angola e Macau (China).

A actividade em Portugal representa 77% dos activos totais, 77% do crédito a clientes (líquido) e 76% dos recursos totais de clientes, sendo responsável por 83% dos resultados líquidos de 2010. Espera-se um reforço da contribuição das operações internacionais para o resultado líquido do Grupo nos próximos anos. Estas operações representam já 51,1% do total de 1.744 sucursais e 53% dos 21.370 Colaboradores do Grupo BCP. São de destacar a crescente dimensão da operação do Bank Millennium na Polónia, com 458 sucursais, uma quota de mercado de cerca de 5,1% em depósitos e 5,0% em crédito a clientes; a liderança destacada do Millennium bim no mercado moçambicano; o facto de o Banco Millennium Angola ter prosseguido o seu plano de expansão, tendo aumentado a sua rede de distribuição para 39 sucursais e a sua base de Clientes em 145%; e a criação da sucursal *on-shore* em Macau, visando estabelecer-se como uma plataforma internacional de negócios entre a China/Macau, África lusófona e Europa.

O Banco oferece aos seus Clientes uma ampla gama de produtos e serviços bancários e financeiros, que vão desde as contas à ordem, meios de pagamento, produtos de poupança e de investimento, passando pelo crédito imobiliário, crédito ao consumo, banca comercial, *leasing*, *factoring* e seguros até *private banking* e gestão de activos, banca de investimento, entre outros, servindo a sua base de Clientes de forma segmentada.

Dispondo da maior rede de sucursais em Portugal e de uma rede crescente nos países onde opera, o Banco oferece ainda canais de banca à distância (serviço de banca por telefone e pela Internet), que funcionam também como pontos de distribuição dos seus produtos e serviços.

REDE MILLENNIUM

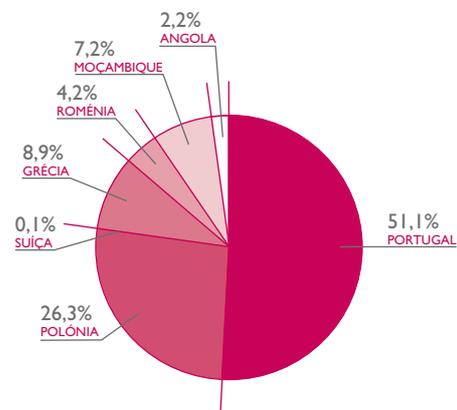
REDE DE DISTRIBUIÇÃO

NÚMERO DE SUCURSAIS

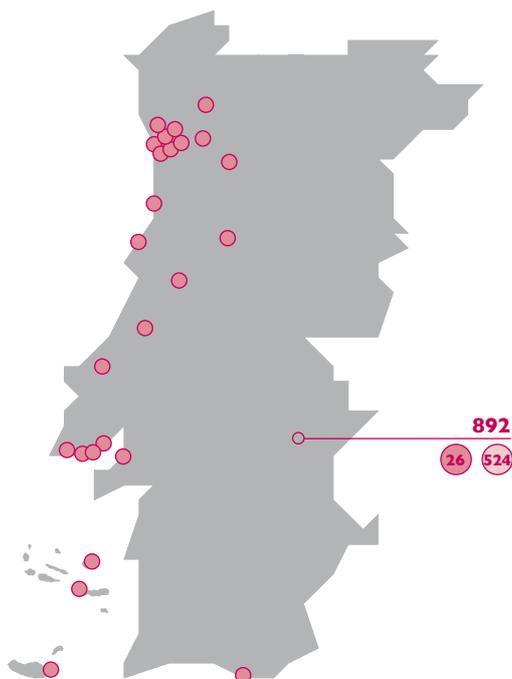
	'10	'09	'08	VAR. % '10/'09
TOTAL EM PORTUGAL	892	911	918	-2,1%
POLÓNIA	458	472	490	-3,0%
SUIÇA	1	1	1	0,0%
GRÉCIA	155	177	178	-12,4%
ROMÉNIA	74	74	65	0,0%
MOÇAMBIQUE	125	116	100	7,8%
ANGOLA	39	23	16	69,6%
TURQUIA	-	18	18	-
EUA	-	17	18	-
TOTAL INTERNACIONAL	852	898	886	-5,1%
TOTAL DO GRUPO	1.744	1.809	1.804	-3,6%

1.744 SUCURSAIS MILLENNIUM

DECOMPOSIÇÃO DAS SUCURSAIS



EM PORTUGAL



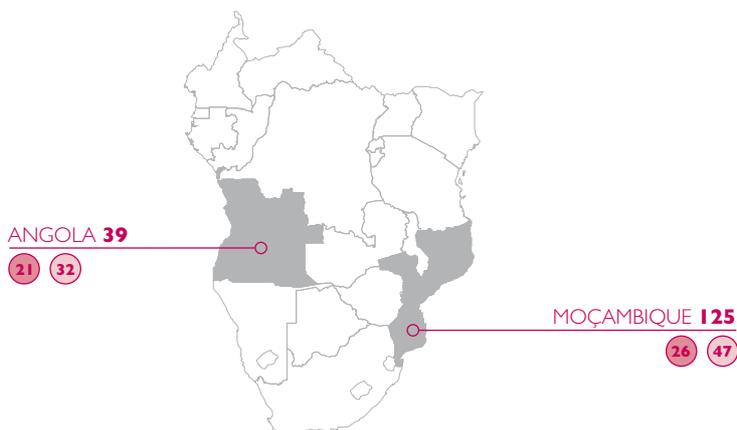
- TOTAL DE SUCURSAIS ○
- SUCURSAIS ABERTAS AO SÁBADO ●
- SUCURSAIS COM ACESSIBILIDADE A PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA ○

NO ESTRANGEIRO

POLÓNIA, SUIÇA, GRÉCIA E ROMÉNIA

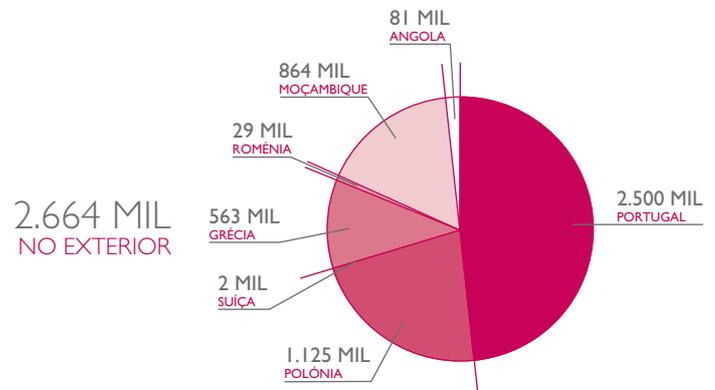


ANGOLA E MOÇAMBIQUE



CANAIS REMOTOS E SELF-BANKING 5,2 MILHÕES DE CLIENTES

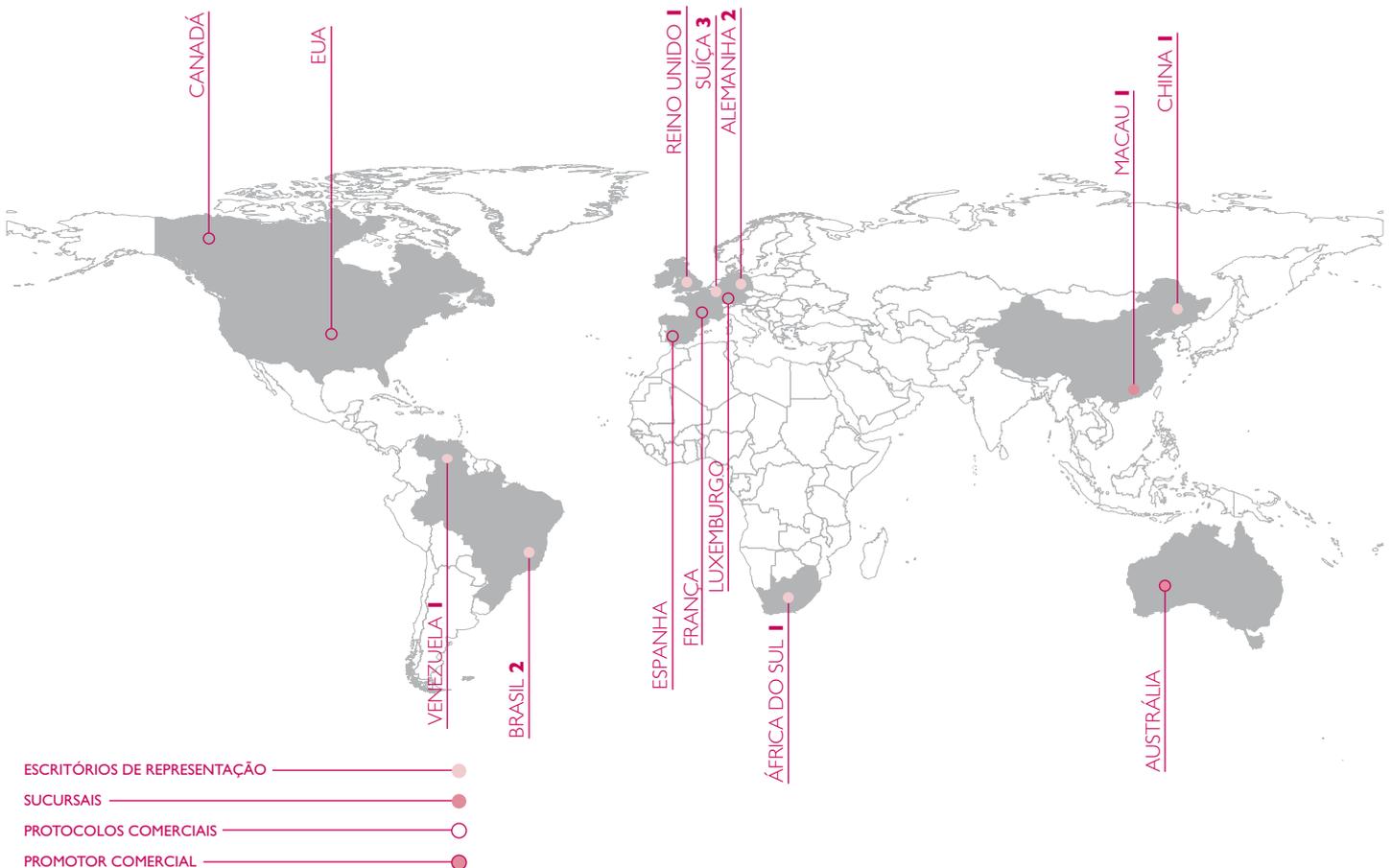
	Internet	Call Center	Mobile banking	ATM (*)
TOTAL EM PORTUGAL	537.843	110.213	27.197	2.618
POLÓNIA	525.079	73.809	13.071	570
GRÉCIA	14.230	20.680	-	266
ROMÉNIA	7.342	3.354	-	76
MOÇAMBIQUE	13.446	17.532	62.639	322
ANGOLA	2.257	-	-	52
TOTAL INTERNACIONAL	562.354	115.375	75.710	1.286
TOTAL DO GRUPO	1.100.197	225.588	102.907	3.904

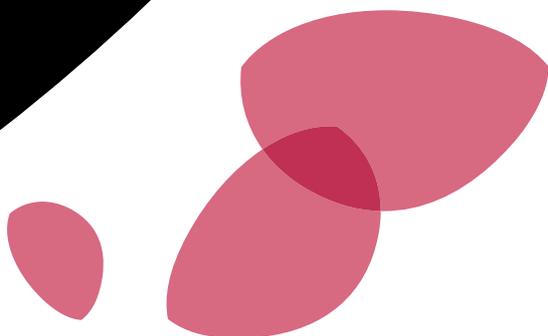


Nota: Em Portugal, consideram-se Clientes/utilizadores activos aqueles que utilizaram a Internet, o call center ou o mobile banking, pelo menos uma vez, nos últimos 90 dias (30 dias no caso do site de Empresas e no caso da Polónia e Moçambique).

(*) Automated Teller Machines.

ESCRITÓRIOS DE REPRESENTAÇÃO, SUCURSAIS, PROTOCOLOS COMERCIAIS E PROMOTOR COMERCIAL





MARCA MILLENNIUM

A marca Millennium traduz uma promessa de valor para os Clientes e possibilita a diferenciação do Banco e do seu serviço em relação à concorrência, por personificar, de forma clara, os princípios e os valores assumidos pelo Banco e percebidos pelo mercado, dos quais se destacam a Inovação, o Dinamismo, a Excelência e a Qualidade, de acordo com estudos independentes da Marktest (BASEF) e Brandscore. A marca Millennium constitui ainda uma peça fundamental na estratégia comercial do Banco, com impactos directos nos seus resultados, que permite posicionar o Millennium bcp na mente dos seus Clientes e projectar credibilidade, reforçar a relação de confiança e criar um sentimento de lealdade.

Ao ter como assinatura de marca "A vida inspira-nos", o Millennium bcp expressa não só a razão de ser da sua actividade, como o seu compromisso e programa de acção. A par de uma forte identidade visual, o Banco assume a sua personalidade de marca com vontade de viver, alegria em ser útil, abertura ao novo, seriedade e transparência, num contínuo respeito pela comunidade em que se insere.

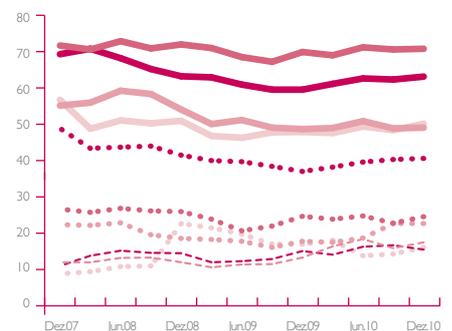
O valor da marca, enquanto activo intangível, encontra-se extremamente dependente da eficácia da comunicação – publicitária e institucional – e do seu nível de notoriedade, contribuindo de forma crucial para o valor do Banco como um todo. Exemplo desta eficácia, é o facto de o Millennium bcp apresentar os melhores índices no sector bancário em Portugal em termos de Notoriedade da Marca ("Top of Mind") e de campanhas ("Recordação Espontânea"), segundo o último estudo disponível da Brandscore. Este resultado tem ainda maior relevância pelo facto do Banco ter sido o terceiro em termos de investimento em publicidade no mercado bancário em Portugal durante o último ano. Destaque ainda para o facto de o Millennium bcp registar o primeiro lugar, entre os bancos privados a actuar em Portugal, em termos de "Notoriedade Espontânea Total" e "Top of Mind", no último estudo BASEF divulgado pela Marktest.

Em termos globais, o processo de *rebranding* internacional, concluído em 2006, permitiu que a marca Millennium fosse adoptada como marca única, de carácter multidoméstico com uma identidade supranacional, e, obedecendo a um código de comunicação comum, potenciase condições para a partilha de ideias criativas, de conceitos motivadores assentes num mesmo sentido de pertença e de percepção em relação à marca. A actividade comunicacional do Banco, para além de contribuir para a notoriedade da marca Millennium, tem permitido também reforçar a confiança dos seus Clientes. Segundo um estudo da consultora Brand Finance, denominado "Global Banking 500", que avalia o valor da marca das 500 instituições bancárias mais valiosas do mundo, publicado em Fevereiro de 2011, a marca Millennium foi considerada a segunda mais valiosa no sector financeiro em Portugal e a 196.ª do *ranking* global, com um valor de 673 milhões de dólares norte-americanos.

O valor do *franchise* da marca Millennium, que hoje serve de símbolo visível a sete bancos em diferentes geografias e agrega sob o mesmo nome um conjunto de entidades empresariais, é, no entanto, muito mais do que um conjunto de características gráficas e regras de aplicação. O valor deste activo reside, essencialmente, no domínio de um modelo de negócio, que representa o *core business* do Millennium bcp – a Banca de Retalho – cuja base comum é progressivamente enriquecida com as experiências das várias operações. O Grupo BCP é percebido como um banco moderno, caracterizado pelo profissionalismo, relação personalizada, excelência de serviço, dinamismo na comunicação e por apresentar uma oferta de produtos e serviços de qualidade.

NOTORIEDADE ESPONTÂNEA TOTAL

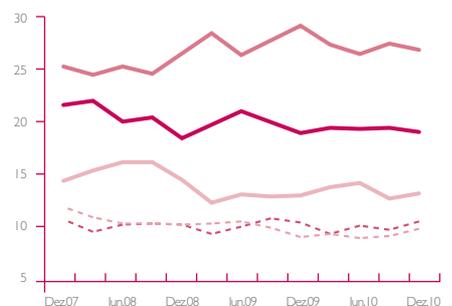
Referências superiores a 10%



TOP OF MIND DE BANCOS

– 1.ª REFERÊNCIA

Referências superiores a 10%



Base: totalidade dos indivíduos (total).
Fonte: BASEF Banca – Marktest.

A conjuntura económica e financeira em 2010 continuou a condicionar fortemente a natureza da comunicação desenvolvida, especialmente em Portugal, por parte do Banco. Sem perder de vista a estratégia e valores que sempre orientaram as campanhas publicitárias e acções institucionais do Millennium bcp, foi dada uma maior ênfase ao equilíbrio entre a vertente comercial e de negócio e um discurso consciente e enquadrado com a conjuntura, condicionalismos e actuais desafios do mercado.

Conceitos como confiança, segurança, tranquilidade e abertura ao diálogo constante e construtivo com todos os actuais e potenciais Clientes, Accionistas e demais *Stakeholders*, sublinhando a associação do Banco à responsabilidade social, mantiveram-se como prioritários durante o último ano. Este esforço de comunicação foi transversal a todas as campanhas efectuadas, com a permanente preocupação de seguir as melhores práticas e assegurar o cumprimento dos requisitos impostos pelas entidades de supervisão relativos à transparência, equilíbrio, equidade e relevância da informação prestada, contribuindo para uma maior clareza nas mensagens comerciais dirigidas ao mercado.

Os principais desafios para 2011 passam por reforçar a comunicação dos valores da marca Millennium junto do mercado e dos seus Clientes, fortalecer a confiança dos Clientes no Banco, estimular a criatividade para manter a liderança no sector em Portugal, mesmo assumindo um menor nível de investimento face aos seus principais concorrentes, e contribuir para a comunicação, animação e motivação interna dos seus Colaboradores.

PRINCIPAIS CAMPANHAS

Em 2010, as principais campanhas comerciais tiveram como objectivo a captação de novos Clientes e recursos, merecendo assim maior destaque a campanha “Rendimento Extra” e “Poupa Mais” na captação de recursos e as campanhas “Vantagem Ordenado”, “Programa Prestige” e “Cliente Freqüente” na captação de novos Clientes.

Tendo como enquadramento a celebração do 25.º aniversário do Banco, a estratégia de comunicação durante o segundo semestre de 2010, quer comercial, quer institucional, teve por base um breve historial do que foi o percurso do Banco ao longo destes anos, conjugado com uma série de acções comemorativas para Clientes e Colaboradores, assim como para o público em geral. Com o *headline* “25 Anos a partilhar o futuro consigo”, a campanha apostou num forte impacto visual – com a imagem de um embrulho pronto a ser aberto – convidando todos os Clientes a descobrirem as várias ofertas concebidas especialmente para a comemoração do 25.º aniversário do Banco.



Para o sucesso das campanhas comerciais de 2010 em Portugal muito contribuiu a associação da marca Millennium a celebridades com impacto na sociedade e reconhecidas como prescritoras da marca, como Jorge Gabriel, Bárbara Guimarães e Ricardo Pereira, bem como a eleição de uma música de fundo para os anúncios, com o objectivo de ser reconhecida como música Millennium.

PRINCIPAIS PATROCÍNIOS

ROCK IN RIO

Em Maio de 2010, realizou-se em Lisboa a quarta edição do Rock in Rio. Sendo o patrocinador principal desde a sua primeira edição, o Millennium bcp sempre considerou muito importante este apoio, dada a relevante componente social associada a este festival de música. Conjugado com o referido evento, decorreu também, em 2010, a iniciativa “Rock in Rio Escola Solar”, com o objectivo de estimular a criatividade, a inovação e as boas práticas de acção em matéria de desenvolvimento sustentável, através da participação das escolas na concepção e execução de projectos de cariz social e ambiental nas comunidades locais em que se inserem.

TAÇA DE PORTUGAL MILLENNIUM

O Banco continuou a apoiar a mais abrangente e popular das competições futebolísticas portuguesas, uma vez que permite a participação de clubes de todo o país, independentemente da divisão a que pertençam. Esta iniciativa envolve ainda a oferta de bilhetes às populações de localidades cujos clubes participam na Taça de Portugal Millennium, permitindo dessa forma partilhar entretenimento e lazer com as comunidades onde o Banco está presente.



VANTAGEM ORDENADO

Janeiro 2010

Vantagem Ordenado

MUDE DEVIDA

Traga o seu ordenado e comece já a poupar

POLÍCIA ORDENADO
Resgate a Juro e Taxas 2,7%

Valor máximo de constituição de 50K com montante máximo de aplicação anual de 1.000€ correspondente a uma única entrega mensal de valor máximo de 50K ou ao valor do ordenado disponível com o máximo de 5.000€ Mobilização antecipada com periodicidade total de juro no respectivo período, salvo a exceção legal.

VANTAGEM ORDENADO
Resgate à remuneração de 1,80% (diferencial de 0,30%) TAPC 1,80%

Características: validas até 1 de Maio de 2010 para novas distribuições de ordenado criadas de 4 Janeiro a 11 de Junho de 2010, superiores a 500€ por um período mínimo de permanência de 12 meses e para propinas contribuídas até seis dias úteis.

Millennium bcp
A vida inspira-nos

www.millenniumbcp.pt

707 50 24 24
Assistência Personalizada 24h

Depositar a prazo a 365 dias juro creditado mensalmente na conta à ordem/emprego de juro creditado à distribuição do ordenado em cada período de 30 dias. Esta informação não constitui aconselhamento ou recomendação de investimento. Depende do valor e do prazo de depósito de juro creditado no período de 30 dias de cada mês de 0,25% de pagamento de juro a que acresce 0,25% de imposto de Selo (IS) por utilização de um decréscimo de 500€ por um período de 30 dias (TAN 16,00%; TAPC 1,80%). Montante total imputado ao Cliente de 500,00€. Sujeito a decisão de crédito. Informação detalhada junto do Millennium bcp.

RENDIMENTO EXTRA

Fevereiro 2010

**Titulos de Dívida Millennium
Rendimento Extra Abril 2010/2015**

VALE MAIS UM PÁSSARO NA MÃO

- Capital garantido no final do prazo
- Sujeito a risco de crédito Banco Comercial Português
- Emissão não sujeita a reembolso antecipado por parte do emitente ou do investidor
- Remuneração pré-definida e crescente semestralmente
- Prazo 5 anos com TEAB 2,74423%
- Investimento mínimo: 2.000€

Millennium bcp
A vida inspira-nos

www.millenniumbcp.pt

707 50 24 24
Assistência Personalizada 24h

Não depende a consulta do Programa e das Condições Finais de emissão, disponíveis em qualquer sucursal Millennium bcp ou em www.millenniumbcp.pt ou em www.cmcm.pt. Esta informação não constitui aconselhamento ou recomendação de investimento, nem qualquer tipo de garantia legal ou regulamentar. Para mais informações consulte o Regulamento emitido pelo Millennium bcp.

Banco Comercial Português, S.A. Sociedade Anónima - Sede: Praça D. João I, nº 48, 4800-030 Porto - Capital Social 4.674.600,000 Euros - N.º Único de Identificação de Pessoa Colectiva: 50150885

CRÉDITO HABITAÇÃO

Março 2010

Crédito Habitação

QUER COMPRAR CASA CONNOSCO?

Confie no Banco que confia em si.

TAE 2,699% e TN 1,962%

Informe-se detalhadamente junto do Millennium bcp.

Millennium bcp
A vida inspira-nos

www.millenniumbcp.pt

707 50 24 24
Assistência Personalizada 24h

TAE 2,699% (Decreto-Lei nº220/04 de 23 de Agosto). Taxa Nominal 1,962% (resulta da média aritmética simples das cotações diárias de Euribor a 3 meses, na base 360 dias, do mês anterior ao do primeiro período de contagem de juro, no dia da publicação no Diário da República, e da taxa de juro de referência, no primeiro dia de cada mês de 12 meses, a partir de 12 meses antes da publicação no Diário da República). Taxa de juro de referência: 1,000000%; valor de referência: 126,000000. Prazo de 30 anos com 30 anos de idade, prestação mensal 300,00€. O reembolso antecipado está sujeito a uma comissão de 0,5% (sujeito ao Imposto de Selo).

PROGRAMA PRESTIGE

Maio 2010

Programa Prestige

ESCOLHA SER PRESTIGE

Liberdade de tratar das suas contas onde, quando e como quiser

Millennium bcp
A vida inspira-nos

www.millenniumbcp.pt

707 50 24 24
Assistência Personalizada 24h

Programa Prestige - Comissão mensal de 10€ (menos imposto de Selo à taxa de 0,5%) ou gratuito para os primeiros titulares de conta com Perfil de Investimento associado de valor igual ou superior a 50.000€ ou conta com ordenado ou reforma domiciliada no Millennium bcp, de valor igual ou superior a 2.500€.

RENDIMENTO EXTRA

Junho 2010

**Titulos de Dívida Millennium
Rendimento Extra Agosto 2010/2015**

MAIOR CAPITAL, MAIOR RENDIMENTO

Investimento mínimo: 2.000 €
Investimento máximo: 25.000 €
TEAB 2,52240%
TEAB 3,01759%

PRAZO 5 ANOS
REMUNERAÇÃO PRÉ-DEFINIDA E CRESCENTE SEMESTRALMENTE
CAPITAL GARANTIDO NO FINAL DO PRAZO
SUJEITO A RISCO DE CRÉDITO BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
EMIÇÃO NÃO SUJEITA A REEMBOLSO ANTECIPADO POR PARTE DO EMITENTE OU DO INVESTIDOR

Millennium bcp
A vida inspira-nos

www.millenniumbcp.pt 707 50 24 24
Assadimento Personalizado 24h

Banko Comercial Português, S.A., Sociedade Aberta - Sede: Praça D. João I, nº 28, 4000-295 Porto - Capital Social 4.694.000.000 Euros - N.º Único de Matrícula e de Pessoa Colectiva 501523882

CLIENTE FREQUENTE

Setembro 2010

EU CONFIO. SOU CLIENTE FREQUENTE

Por 7€ (mais o Imposto do Selo) não pague:

- COMISSÃO DE MANUTENÇÃO
- ANUIDADES DE CARTÕES
- TRANSFERÊNCIAS E CHEQUES (CANAS/AUTOMÁTICOS)
- ASSISTÊNCIA NA URGÊNCIA MÉDICA AO DOMÍLIO

25% de desconto na comissão mensal até 30/03/2011 para adesões até 31/12/2010

Informe-se detalhadamente junto do Millennium bcp.

Millennium bcp
A vida inspira-nos

www.millenniumbcp.pt 707 50 24 24
Assadimento Personalizado 24h

Banko Comercial Português, S.A., Sociedade Aberta - Sede: Praça D. João I, nº 28, 4000-295 Porto - Capital Social 4.694.000.000 Euros - N.º Único de Matrícula e de Pessoa Colectiva 501523882

25 ANOS

Setembro 2010

25 ANOS A PARTILHAR O FUTURO CONSIGO

Entre e descubra o que reservámos para si.

A comemoração do Banco Comercial Português foi o início de um percurso de sucesso e crescimento, que faz parte de um maior grupo financeiro próspero português. Ao longo dos últimos 25 anos, este percurso levou-nos a atingir a liderança de mercado e a permitir-nos oferecer aos nossos clientes o Banco Comercial Português e Banco Millennium e Banco Puro & Simples. Hoje celebramos 25 anos de existência. No entanto, há 25 anos dedicados ao serviço dos nossos clientes e ao crescimento do nosso país. Continuamos com o mesmo propósito: a preparar o futuro. Hoje, desta maneira, apresentamos ao mercado o 25.º aniversário do Banco para celebrar os 25 anos de existência do grupo. 25.º Aniversário celebrado pela 48.ª edição a um 100.000.º Aniversário por aniversário de existência.

Millennium bcp
A vida inspira-nos

www.millenniumbcp.pt 707 50 24 24
Assadimento Personalizado 24h

Banko Comercial Português, S.A., Sociedade Aberta - Sede: Praça D. João I, nº 28, 4000-295 Porto - Capital Social 4.694.000.000 Euros - N.º Único de Matrícula e de Pessoa Colectiva 501523882

POUPA MAIS

Dezembro 2010

Depósito a Prazo Poupa Mais

POUPA MAIS

ATÉ AO ÚLTIMO EURO. ATÉ AO ÚLTIMO MINUTO

DEPÓSITO A PRAZO A 90 OU 180 DIAS NÃO RENOVÁVEL

VALOR MÍNIMO DE CONSTITUIÇÃO DE 500€

POSSIBILIDADE DE REFORÇOS PONTUAIS COM MÍNIMO DE 1.000€ ATÉ 31/12/2010

TAXA DE JURO DE ACORDO COM O SALDO APLICADO EM 31/12/2010

PARA DEPÓSITOS A 90 DIAS TAXA MÍNIMA 1,250% PARA MONTANTES INFERIORES A 10.000€ E MÁXIMA 1,350% PARA APLICAÇÕES A PARTIR DE 500.000€

PARA DEPÓSITOS A 180 DIAS TAXA MÍNIMA 1,250% PARA MONTANTES INFERIORES A 10.000€ E MÁXIMA 1,350% PARA APLICAÇÕES A PARTIR DE 500.000€

POSSIBILIDADE DE MOBILIZAÇÃO ANTECIPADA COM PENALIZAÇÃO DOS JUROS CORRENDES E NÃO PAGOS

Millennium bcp
A vida inspira-nos

www.millenniumbcp.pt 707 50 24 24
Assadimento Personalizado 24h

Banko Comercial Português, S.A., Sociedade Aberta - Sede: Praça D. João I, nº 28, 4000-295 Porto - Capital Social 4.694.000.000 Euros - N.º Único de Matrícula e de Pessoa Colectiva 501523882

PRINCIPAIS PRÉMIOS EM 2010

PORTUGAL

Marca Millennium distinguida como a mais valiosa entre a banca privada	Brand Finance
Melhor banco português na relação com Analistas e Investidores bolsistas	Institutional Investor
<i>Best Commercial Bank in Real Estate</i>	Euromoney
Classificação como Banco <i>Top Rated</i> no segmento <i>Leading Clients</i> (Grandes Custodiantes Internacionais)	Global Custodian
"Relatório de Gestão", para o Relatório e Contas 2008, e Acção de Formação, para o programa "Changing IT", no âmbito da iniciativa "Excelência na Comunicação 2010"	Associação Portuguesa de Comunicação de Empresa
Melhor Relatório e Contas de 2009 – Sector financeiro na 24.ª edição do <i>Investor Relations & Governance Awards</i>	Deloitte e Diário Económico
<i>Latin America Power Deal of the Year</i> à operação de financiamento da nova Central Termoeléctrica a Carvão no Brasil (Porto do Pecém I), na qual o Millennium investment banking actuou como "Mandated Lead Arranger"	Project Finance Magazine do Grupo Euromoney
Advogada Europeia, na categoria de Regulação (serviços financeiros), a Ana Pina Cabral, secretária da sociedade do BCP	Association of Corporate Counsel Europe
Distinção do programa "Mil Ideias" como <i>Best Demonstrated Practice</i> no envolvimento dos Colaboradores na Organização	Corporate Executive Board

EMPRESAS ASSOCIADAS

Melhor Grande Seguradora Vida de 2009 à Ocidental Vida, seguradora do Grupo Millenniumbcp Ageas	Revista Exame
-------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------

POLÓNIA

<i>Best Consumer Internet Bank</i> , pela sexta vez, para Clientes particulares e <i>Best Online Deposits Acquisition</i> para as regiões Central e Oriental da Europa	Global Finance
Terceiro lugar da marca "Bank Millennium" no <i>ranking Power of the Brand</i> do sector bancário (quarto no sector financeiro)	Jornal diário Rzeczpospolita
O cartão de crédito "Millennium Visa Impresja" distinguido como o mais inovador na categoria "Cartões Inovadores"	Publi-News Trophees

GRÉCIA

<i>2009 EUR Straight – Through Processing Excellence Award</i> pelo terceiro ano consecutivo	Deutsche Bank
----------------------------------------------------------------------------------------------	---------------

MOÇAMBIQUE

Maior Banco em Moçambique pelo terceiro ano consecutivo, no âmbito da oitava edição da "Pesquisa sobre o Sector Bancário em Moçambique"	Associação Moçambicana de Bancos e KPMG
Melhor Banco em Moçambique 2010	Global Finance
Melhor Banco de Moçambique pelo segundo ano consecutivo, no âmbito dos <i>African Banking Achievement Awards 2010</i>	Emeafinance
Prémio <i>Corporate Social Responsibility</i> , no âmbito dos <i>African Banking Achievement Awards 2010</i>	Emeafinance
Millennium bim nomeado um dos cinco melhores Bancos nacionais de África	IC Publisher of African Banker Magazine
Melhor Marca da Banca & Seguros pelo segundo ano consecutivo	GfK

ANGOLA

<i>Bank of the Year – Angola 2010</i>	The Banker (Financial Times)
Marca de Excelência em Angola 2009/10	Superbrands
<i>Best Foreign Bank</i> no âmbito dos <i>African Banking Achievement Awards 2010</i>	Emeafinance

2010 Um ano premiado.

Ser uma marca global é um desafio. Diariamente, damos o nosso melhor para conquistar a preferência de milhões de Clientes em todo o mundo. Ver o nosso trabalho reconhecido leva-nos a querer ir ainda mais longe.



PORTUGAL Melhor Relatório e Contas 2009 da IRG Awards da Deloitte Millennium bcp	PORTUGAL Best Private Bank em Portugal pela Euromoney Millennium bcp	PORTUGAL Best Commercial Bank in Real Estate em Portugal pela Euromoney Millennium bcp	PORTUGAL Banco Top Rated no Segmento Leading Clients pela Global Custodian Millennium bcp	PORTUGAL Melhor Acção Formação "Programa Changing IT" Grande Prémio APCE Millennium bcp	PORTUGAL Marca de Excelência 2009 pela Superbrands Millennium bcp	POLÓNIA Melhor Site para Clientes Particulares pela Global Finance Millennium bank
ANGOLA Marca de Excelência 2009 / 2010 pela Superbrands Millennium Angola	ANGOLA Melhor Banco Estrangeiro em Angola 2010 pela emefinance Millennium Angola	ANGOLA Bank of The Year Angola 2010 pela The Banker Millennium Angola	MOÇAMBIQUE Melhor Banco em Moçambique em 2010 pela Global Finance Millennium bcp	MOÇAMBIQUE Melhor Banco em Moçambique pela emefinance Millennium bcp	MOÇAMBIQUE Melhor Programa de Responsabilidade Social pela emefinance Millennium bcp	MOÇAMBIQUE Um dos Cinco Melhores Bancos Nacionais em África, pela IC Publications, Publisher of African Banker Magazine Millennium bcp

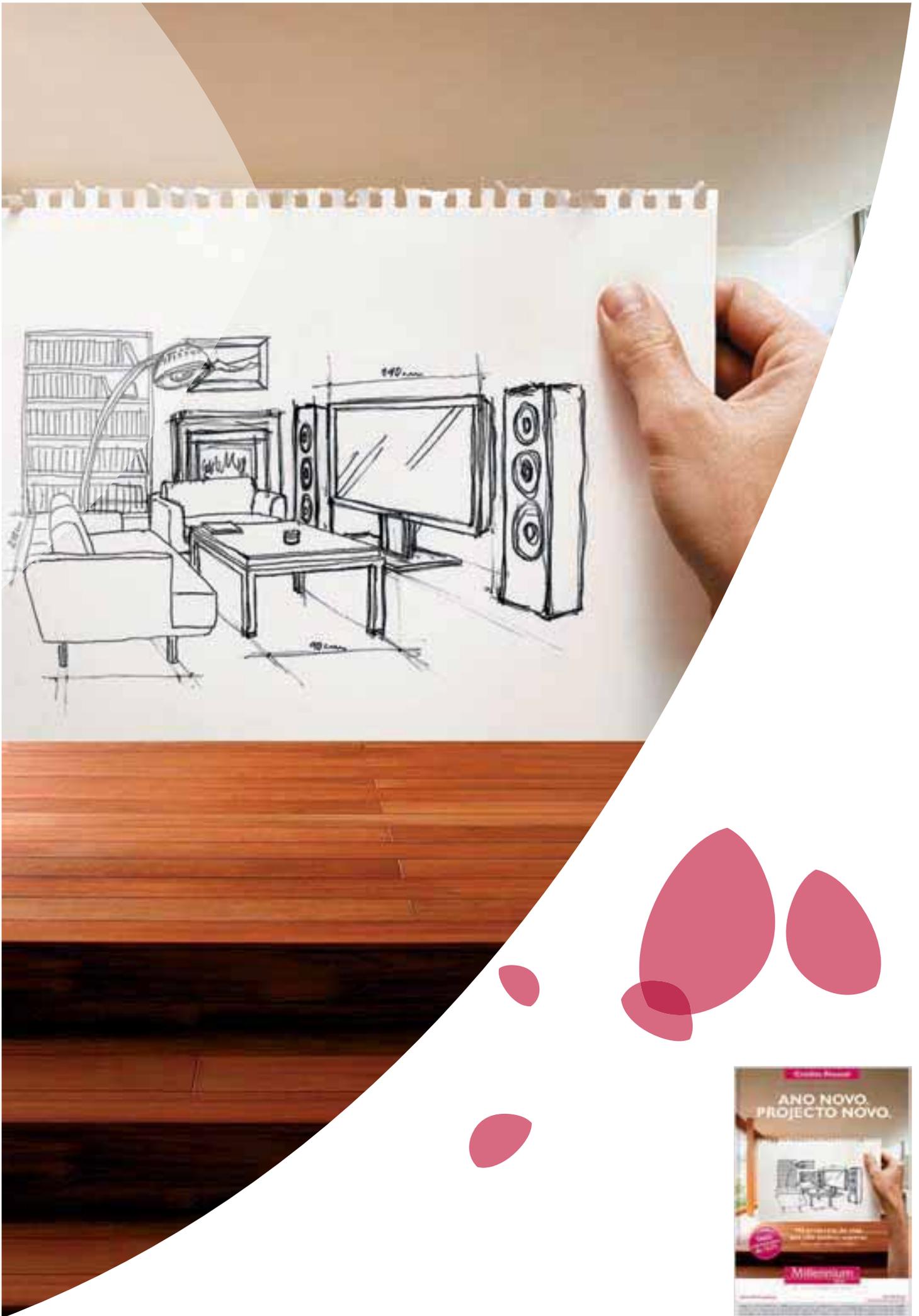


Millennium
bcp

A vida inspira-nos

www.millenniumbcp.pt

707 50 24 24
Atendimento Personalizado 24H



ANO NOVO, PROJECTO NOVO.

Millemetri

MODELO DE NEGÓCIO

Em 31 de Dezembro de 2010, o modelo de organização baseia-se em seis Áreas de Negócio – Banca de Retalho, Banca de Empresas & Crédito Especializado, Corporate & Banca de Investimento, Private Banking & Asset Management, Negócios na Europa, Outros Negócios Internacionais – e em duas Unidades de Suporte – Serviços Bancários e Áreas Corporativas.

ÁREAS DE NEGÓCIO E UNIDADES DE SUPORTE

<p>BANCA DE RETALHO</p>	<ul style="list-style-type: none"> Banca de Retalho (Sul, Centro Sul, Centro Norte, Norte) Direcção Regional da Madeira e Direcção Regional dos Açores Direcção de Cartões Direcção de Apoio à Rede Banca Directa Direcção de Marketing ActivoBank 	<p>SERVIÇOS BANCÁRIOS</p>	<ul style="list-style-type: none"> Direcção de Informática e Tecnologia Direcção de Operações Direcção de Crédito Direcções de Recuperação de Crédito Direcção de Contencioso Direcção Administrativa e Patrimonial Gabinete de Prevenção e Segurança
<p>BANCA DE EMPRESAS & CRÉDITO ESPECIALIZADO</p>	<ul style="list-style-type: none"> Banca de Empresas (Sul, Norte) Microcrédito Direcção de Crédito Especializado Direcção de Negócio Imobiliário 	<p>ÁREAS CORPORATIVAS</p>	<ul style="list-style-type: none"> Compliance Office Direcção de Planeamento e Controlo Orçamental Gabinete de Estudos Direcção de Informação de Gestão Direcção de Contabilidade e Consolidação Direcção de Relações com Investidores Direcção de Auditoria Direcção Jurídica Direcção Assessoria Fiscal Secretaria Geral Fundação Millennium bcp Direcção de Comunicação Secretariado da Sociedade Gabinete da Presidência FBSU – Foreign Business Support Unit Direcção de Suporte à Gestão de Pessoas Risk Office Direcção de Rating Direcção Participações Financeiras e Valorimetria Direcção de Qualidade Direcção de Assets and Liabilities Management
<p>CORPORATE & BANCA DE INVESTIMENTO</p>	<ul style="list-style-type: none"> Direcções de Corporate I e II Direcção de Banca de Investimento Assessoria Fiscal – Banca de Investimento Direcção de Tesouraria e Mercados Direcção Internacional 		
<p>PRIVATE BANKING & A.M.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Private Banking Asset Management Banque Privée BCP (Suíça) Millennium bcp Bank and Trust (Ilhas Caimão) 		
<p>NEGÓCIOS NA EUROPA</p>	<ul style="list-style-type: none"> Bank Millennium (Polónia) Millennium Bank (Grécia) Banca Millennium (Roménia) 		
<p>NEGÓCIOS INTERNACIONAIS</p>	<ul style="list-style-type: none"> Millennium bim (Moçambique) Millennium Angola Desk Oriente 		

Cinco das oito Áreas de Negócio e unidades de suporte integram os Comités de Coordenação, que têm por objectivo facilitar a articulação das decisões de gestão corrente, envolvendo a direcção de topo das unidades integradas em cada uma das Áreas de Negócio e na Unidade de Serviços Bancários, com a missão de alinhar perspectivas e suportar a tomada de decisões de gestão por parte do Conselho de Administração Executivo (CAE).

Comité de Banca de Retalho – as direcções que integram este Comité asseguram a coordenação do negócio de Retalho do Banco em Portugal, sendo responsável pela execução da estratégia comercial e pela sua implementação ao nível dos diversos canais de distribuição.

Comité de Banca de Empresas – as direcções que integram este Comité têm como responsabilidade servir, em Portugal, os Clientes do segmento Empresas, procedendo ao seu acompanhamento personalizado e ainda à captação de Clientes potenciais, desenvolvendo competências em termos de concepção, gestão e apoio à venda dos produtos e serviços, actuando de forma pró-activa na criação de instrumentos que permitam otimizar a gestão dos Clientes, com o objectivo de maximização do respectivo valor criado e nível de satisfação. Compete ainda ao Comité, de forma transversal ao Grupo BCP, dinamizar a oferta de produtos de *leasing*, *renting*, *factoring*, promoção imobiliária e crédito protocolado e/ou refinanciado, bem como a relação com diversas Câmaras de Comércio e Entidades Públicas.

Comité de Private Banking & Asset Management – avalia aspectos relacionados com a gestão das áreas integradas no seu âmbito de actuação, com destaque para a análise do negócio, a valorização dos patrimónios confiados, os resultados obtidos e a análise das vendas e da *performance* dos fundos de investimento.

Comité de Negócios na Europa – tem como âmbito de actuação acompanhar, coordenar e articular a gestão das participadas na Europa, implementando procedimentos de reporte de actividade e de desenvolvimento

financeiro que permitam uma abordagem sistemática e harmonizada do acompanhamento das diversas operações, quer a nível do controlo de realização orçamental, actividade e evolução financeira, quer em termos de apoio para a tomada de decisão e subsequente implementação das deliberações de reestruturação, investimento e desinvestimento.

Comité de Coordenação de Serviços Bancários – os departamentos que integram este Comité servem as Áreas de Negócio, em Portugal e noutros países, contribuindo de forma sustentada para a redução de custos e melhoria da qualidade de serviço, assegurando um grau de inovação compatível com as aspirações de crescimento do Banco. Analisa a informação relativa à evolução dos custos e principais níveis de serviço nos Serviços Bancários, assim como as propostas apresentadas pelos respectivos membros, e submete, para decisão, propostas sobre temas relacionados com as Direcções de Crédito, Recuperação de Crédito, Operações, Administrativa e Patrimonial, Prevenção e Segurança e Informática e Tecnologia. Com o intuito de garantir que o risco de todos os Clientes do Banco é permanentemente avaliado de forma adequada, foi criada, em Julho de 2009, a Direcção de *Rating*.

Relativamente às Áreas de Negócio Corporate e Banca de Investimento e Outros Negócios Internacionais, é adoptada uma abordagem diferente.

Corporate & Banca de Investimento – o acompanhamento da actividade deste segmento e a gestão da área internacional não estão integrados em nenhum Comité de Coordenação, tendo sido assumidos directamente pelos Administradores do Millennium bcp responsáveis por essas Áreas de Negócio.

Outros Negócios Internacionais – a coordenação global das operações em África foi assumida directamente pelos Administradores do Millennium bcp responsáveis por essas operações, por ter sido considerado que as especificidades destes mercados justificam tratamento individualizado e que, consequentemente, não beneficiariam da integração em Comités de Coordenação.

Adicionalmente, emanam do CAE sete Comissões com atribuições de âmbito global e transversal, cujas competências são proceder ao estudo e avaliação, para cada área de intervenção, das políticas e princípios que devem nortear a actuação do Banco. Estas Comissões são as seguintes: Comissão de Planeamento e Alocação de Capital e Gestão de Activos e Passivos; Comissão de Risco; Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões; Sub-Comissão de Risco do Fundo de Pensões; Comissão de *Stakeholders*; Comissão de Crédito e Comissão de Coordenação de Sustentabilidade. Os membros dos Comités e das Comissões são obrigatoriamente designados pelo CAE do Millennium bcp. Deste modo:

Comissão de Planeamento e Alocação de Capital e Gestão de Activos e Passivos (CALCO) – assegura a monitorização e a gestão dos activos e passivos e a alocação de capital, competindo-lhe estabelecer as políticas adequadas de gestão dos riscos de liquidez e de mercado ao nível do balanço consolidado do Banco.

Comissão de Risco – responsável por acompanhar os níveis globais de risco incorridos (riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional), assegurando que os mesmos são compatíveis com os objectivos e estratégias aprovadas para o desenvolvimento da actividade do Banco.

Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões – tem as competências definidas na legislação aplicável dos Fundos de Pensões, designadamente elaborar pareceres sobre alterações aos contratos constitutivos e acompanhar a gestão financeira dos fundos.

Sub-Comissão de Risco do Fundo de Pensões – responsável pela monitorização e gestão do risco dos Fundos de Pensões do Banco, competindo-lhe estabelecer as estratégias de cobertura e as políticas de investimento adequadas.

Comissão de *Stakeholders* – constituída em 2005, é um órgão de relacionamento com os *Stakeholders*. Funciona como um canal privilegiado de disseminação de informação interna da Empresa e como um fórum de debate e aconselhamento estratégico ao CAE. Os seus membros resultam de "eleições" através de painéis de *Stakeholders* (Colaboradores e Accionistas) ou por convite a individualidades de mérito e prestígio reconhecidos.

Comissão de Crédito – órgão que se pronuncia sobre a concessão de crédito a Clientes ou grupos económicos com elevada exposição de risco global, designadamente em operações de renovação ou revisão de linhas e limites de crédito que representem um aumento considerável da exposição de risco. As competências desta Comissão englobam também outro tipo de operações de crédito, nomeadamente operações de *project finance*, operações colateralizadas com activos financeiros oriundas das redes comerciais do Banco, operações de financiamento à promoção imobiliária, operações de *leasing* imobiliário, operações de *factoring* e operações de reestruturação de responsabilidades já vigentes no Banco.

Comissão de Coordenação de Sustentabilidade – responsável por definir e operacionalizar as iniciativas e programas do Banco, submetendo para decisão, no âmbito das suas competências, as propostas sobre temas relacionados com o plano de acções que materializa a política de sustentabilidade.

GESTÃO DO TALENTO

A GESTÃO DAS PESSOAS

A gestão das pessoas é um vector fundacional e um dos pilares estratégicos da competitividade e sustentabilidade do Millennium bcp. A capacidade de atrair e reter talento, valorizar e potenciar as capacidades individuais, ouvir e aconselhar e reconhecer o mérito são fundamentais para a motivação individual, que se reflecte na prestação de um serviço de excelência a todos os que se relacionam com o Banco.

O Grupo BCP mantém o empenho em proporcionar aos Colaboradores um tratamento justo e com igualdade de oportunidades em todas as fases dos respectivos percursos profissionais, independentemente da raça, nacionalidade, religião, género, idade, orientação sexual ou condição física. A remuneração dos Colaboradores obedece exclusivamente a critérios de desempenho face aos objectivos, percurso profissional e grau de responsabilidade da função desempenhada, sendo o rácio salarial de 1:1 entre homens e mulheres que desempenhem funções equiparáveis.

Nos princípios de actuação do Grupo BCP foi instituído um conjunto de valores e referenciais de actuação, aplicáveis a todos os Colaboradores, de todas as operações, nos quais: i) se inclui uma inequívoca orientação para que, independentemente do respectivo nível hierárquico ou de responsabilidade, todos os Colaboradores actuem de forma justa, recusando qualquer situação de discriminação e ii) se reafirma a adesão aos 10 Princípios do *Global Compact*, propostos pelas Nações Unidas, no âmbito dos quais o Grupo reconhece e apoia a liberdade de associação, o direito à negociação colectiva de acordos de trabalho e rejeita a existência de qualquer forma de trabalho forçado e compulsório, bem como de trabalho infantil.

ATRAIR E RETER TALENTO

A captação, selecção e mobilidade de pessoas compreendem actividades que garantem que o Millennium bcp recruta (externa ou internamente) as pessoas mais adequadas para cada função.

No contexto actual de globalização e competitividade, em que os objectivos são cada vez mais ambiciosos e se exigem resultados diferenciadores, é indispensável estar mais perto das novas gerações de talento, precisamente onde estas começam a preparar o seu futuro profissional, isto é, nas universidades.

PROGRAMAS DE ATRACÇÃO DE TALENTO

Programas em 2010	Ações desenvolvidas	País onde decorre	O que dizem os participantes...
COME AND GROW WITH US	Estágios de Verão	Portugal	"As pessoas, realmente, preocupam-se connosco e em termos de carreira é fantástico porque temos uma possibilidade de interagir com pessoas com experiência e passar por diversas áreas." – <i>E-mail</i>
	<i>Banking Game 2010</i>	Portugal	"Foi uma experiência enriquecedora, que voltaria certamente a repetir e que nos dá uma ideia clara e objectiva do que é a gestão de uma sucursal bancária." – <i>Relatório de Avaliação do Banking Game 2010</i>
	<i>Millennium Banking Seminar</i>	Portugal	"Aprendi o que é ser Millennium. Excedeu em muito as minhas expectativas." – <i>Inquérito de Satisfação Março 2010</i>
	Participação em eventos e <i>workshops</i> nas universidades	Portugal	
EXPERT START-UP	Estágios na área de risco e análise de crédito	Polónia	
ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO UNIVERSITÁRIAS	Externas	Angola	
	Colaboradores	Angola	

Os programas de desenvolvimento dirigidos especificamente a Colaboradores de elevado potencial permitem:

- aos Colaboradores recém-admitidos, uma visão transversal do negócio e das melhores práticas da Organização
- aos Colaboradores com experiência, a capacidade de assumirem funções de maior responsabilidade e complexidade.

Paralelamente à formação *on the job* e em sala desenvolveram-se actividades específicas, no âmbito destes programas, das quais se destacam:

- Fórum *Grow Together*: cerca de 60 participantes dos programas *Grow Fast*, *People Grow* e *Leadership in Retail*, organizados em 6 equipas, apresentaram propostas para melhoria de processos e de ofertas de produtos distintos aos seus Mentores e aos Membros do CAE. Realizaram-se também actividades de convívio e de *team building* que reforçam o espírito de partilha que se pretende estimular;
- Fórum *Young Specialist*: oportunidade de interacção e desenvolvimento de competências fora do contexto organizacional, teve este ano como tema os valores e as boas práticas do Banco;
- *Executive Coaching*: integrada no programa *Leadership in Retail*, realizou-se, em 2010, uma acção piloto no Banco que consistiu na participação dos Colaboradores em sessões de desenvolvimento de competências de liderança e desenvolvimento de pessoas.



PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO

Programas em 2010	Ações desenvolvidas	N.º de participantes	País
COLABORADORES RECÉM-ADMITIDOS	<i>People Grow</i>	14	Portugal
	<i>Young Specialist</i>	18	Polónia
COLABORADORES COM EXPERIÊNCIA	<i>Grow Fast</i>	74	Portugal
	<i>Grow Plus</i>	32	Polónia
		8	Polónia
COLABORADORES DO RETALHO	<i>Grow in Retail</i>	5	Polónia
	<i>Master in Retail</i>	47	Portugal
	<i>Leadership in Retail</i>	32	Portugal
		15	Portugal

VALORIZAR E POTENCIAR CAPACIDADES INDIVIDUAIS

O programa interno de geração de ideias – *Mil Ideias* – foi distinguido, em 2010, pelo Corporate Executive Board, através da sua prática de gestão de recursos humanos e liderança (CLC *Human Resources*), como “*Best Demonstrated Practice*” no envolvimento do capital humano na Organização.

Este programa, que se baseia no reconhecimento dos Colaboradores enquanto força criativa originadora de ideias de valor; através da participação directa por apresentação de uma nova ideia e indirecta através de comentários ou votos, permite melhorar processos internos e aumentar o valor da oferta de produtos e serviços a Clientes.

PROGRAMAS DE INCENTIVO À GERAÇÃO DE IDEIAS (1)

	'10	'09	'08
Colaboradores que apresentaram ideias	886	921	1.274
Ideias apresentadas	1.437	1.472	2.142
Ideias aprovadas	32	59	34

(1) Inclui programa “*Mil Ideias*” em Portugal, “*Call 2 Action*” na Polónia, “*Mega Ideas*” na Grécia e “*MilleIdeas*” na Roménia (lançado em 2010).

Das ideias implementadas em 2010 destacam-se:

- Em Portugal – i) a redução do preço para Clientes que concentrem a sua carteira de seguros na Ocidental; ii) a possibilidade de carregar em sistema informático mais do que dois avalistas nas operações de *leasing* e iii) o acesso às Pages Jaunes/Blanches francesas ^(*), permitindo actualizar no sistema os dados de Clientes emigrantes neste país;
- Na Grécia – o desenvolvimento de uma ferramenta de simulação de juros a receber e a respectiva penalização, quando há levantamentos antes do vencimento dos depósitos a prazo;
- Na Roménia – a implementação de uma base de dados integrada, disponível em todas as sucursais, para consultar dados de Clientes, monitorizar a actividade comercial e realizar simulações.

Qualificar os Colaboradores a fim de melhorar o seu desempenho e garantir um maior alinhamento com os objectivos estratégicos do Banco constituiu, uma vez mais, a linha orientadora no desenvolvimento do **plano de formação no ano de 2010**.

FORMAÇÃO ⁽¹⁾

	'10	'09	'08	VAR. % '10/'09
PRESENCIAL				
N.º de participantes ⁽²⁾	28.569	22.079	30.569	29,4%
N.º de horas ⁽³⁾	376.517	281.162	613.690	33,9%
E-LEARNING				
N.º de participantes ⁽²⁾	61.006	77.445	78.453	-21,2%
N.º de horas ⁽³⁾	168.380	165.143	150.463	-2,0%
À DISTÂNCIA				
N.º de participantes ⁽²⁾	42.799	42.344	21.180	1,1%
N.º de horas ⁽³⁾	118.599	119.624	156.980	-0,9%
N.º DE HORAS DE FORMAÇÃO POR COLABORADOR	32	27	29	16,6%

(1) Exclui Angola e Suíça em 2008 e 2009.

(2) Corresponde ao total de participantes das formações realizadas. O mesmo Colaborador pode ter frequentado diversas formações.

(3) Exclui Moçambique em 2008.

Em Portugal, o plano de formação envolveu a totalidade dos Colaboradores, tendo sido ministrado um conjunto de 357.367 horas de formação.

Continuou-se a privilegiar a elaboração de planos integrados de formação por áreas de negócio, orientados para as competências gerais e específicas dos Colaboradores. Após o Retalho, Direcção de Operações e Direcção de Informática e Tecnologia (IT), foram desenvolvidos e implementados, em 2010, programas para a Direcção de Crédito Especializado, Direcção de Recuperação Especializada, Direcção de Crédito e Marketing de Empresas, programas estes que envolveram todos os Colaboradores de cada uma das direcções.

O plano de formação da Direcção de IT promoveu o envolvimento directo de todos os Colaboradores destas áreas e das suas hierarquias em torno de um conjunto de acções que resultaram numa mudança cultural, comportamental e de práticas de gestão, tendo sido premiado pela Associação Portuguesa de Comunicação de Empresa (APCE) na categoria "Acção de Formação".

Em Portugal, investiu-se também em formação nas áreas: i) comportamental – liderança, comunicação, gestão da mudança, trabalho em equipa e organização do trabalho e ii) no reforço de competências de venda e negociação. Nestas duas grandes vertentes formativas foram ministradas cerca de 45 mil horas de formação presencial, tendo envolvido 6.444 participantes.

Foi também realizada formação na área financeira – Contabilidade de Empresa e Bancária, Sistema de Normalização Contabilística e Análise Económico-Financeira – com um total de 55.185 horas e 4.406 participantes.

^(*) Directório telefónico.

No âmbito dos programas de continuidade, mantiveram-se: i) os programas estratégicos de certificação dos gestores das redes comerciais, com uma participação de 13 Assistentes Comerciais e 9 *Private Bankers* em 2010, e ii) os cursos de inglês, com 501 Colaboradores distribuídos por 60 turmas.

A **mobilidade** constitui uma oportunidade de desenvolvimento profissional dos Colaboradores e de valorização das suas competências, cujas vantagens são reconhecidas. Os processos de mobilidade resultam na sua maioria de rotações interunidades, previamente acordadas entre os responsáveis e os Colaboradores. Desde 2007, está também implementado o processo de autocandidatura a anúncios internos, que registou, um acréscimo de 74% de rotações concretizadas, em 2010, comparativamente ao ano anterior.

TAXA DE MOBILIDADE INTERNA

Rotações em percentagem

	'10	'09	'08
Actividade em Portugal	19%	19%	23%
Actividade Internacional ⁽¹⁾	11%	26%	19%
TOTAL	15%	23%	21%

(1) Exclui Angola e Suíça em 2008 e 2009 e Roménia em 2008.

Os programas de atracção e retenção de talento têm também uma forte componente de mobilidade, com o objectivo de proporcionar aos novos Colaboradores um conhecimento transversal da realidade do Banco, uma boa rede de contactos, bem como a exposição a diferentes desafios.

A par destes processos de mobilidade e num contexto de contenção rigorosa do quadro de Colaboradores, continuam a apresentar grande relevância, em Portugal, os seguintes programas: Programa de Desenvolvimento de Competências Comerciais (PDCC), Novos Rumos e Programa de Quadros Directivos (PQD), que promovem o aproveitamento do talento interno alinhado com os objectivos estratégicos do Banco de reforço no serviço aos Clientes.

Por forma a minimizar os impactos que a mobilidade representa na alteração da vida quotidiana dos Colaboradores, é garantida uma atempada comunicação das alterações de função, assegurando o integral cumprimento da legislação em vigor. Esta regra aplica-se também a eventuais alterações operacionais na Organização.

OUVIR E ACONSELHAR

As hierarquias são as principais responsáveis pela gestão dos Colaboradores – gestão da satisfação, motivação, carreira e desenvolvimento profissional – das equipas que lideram, sendo que o *feedback* contínuo determina a capacidade das hierarquias contribuírem para o desenvolvimento dos Colaboradores, ajudando-os a procurar, permanentemente, melhores níveis de desempenho e de valorização profissional.

Os modelos de avaliação individual de desempenho reforçam este processo de diálogo contínuo, sendo que o momento de realização da avaliação constitui um espaço formal de debate sobre o desempenho dos Colaboradores.

Em Portugal, foram avaliados 99,2% dos Colaboradores, tendo-se registado cerca de 1% de discordâncias. Simultaneamente com o fecho das avaliações, foi realizado um inquérito aos Avaliadores e aos Avaliados, para recolha da apreciação de aspectos específicos do sistema de avaliação e de sugestões de melhoria, tendo-se verificado grande convergência na resposta aos questionários. Foram recolhidas 1.549 respostas de Avaliadores e 8.154 respostas de Avaliados.

RECONHECER O MÉRITO

Em 2010, foi aprovado pelo CAE um sistema de incentivos aplicável a todo o Banco, destinado a apurar a repartição individual do montante dos resultados consolidados do Grupo que anualmente venha a ser decidido para distribuição pelos Colaboradores. Este sistema conjuga os resultados do desempenho individual dos Colaboradores com o desempenho das unidades orgânicas em que estão inseridos, distinguindo os melhores desempenhos.

No âmbito do sistema de incentivos das áreas de negócio, em Portugal, foram apurados incentivos trimestrais e/ou anuais nas redes de Retalho, Corporate, Empresas e Private Banking, bem como na Banca de Investimento, na Tesouraria e Mercados e na Direcção Internacional.

Na Reunião Anual de Objectivos em Portugal foram distinguidos com o Prémio de Excelência 46 Colaboradores, que foram considerados os que mais se destacaram pelo seu empenho, dedicação, competência e resultados obtidos.

INCENTIVAR A MOTIVAÇÃO

Os programas “Ser Millennium”, “Valorizamos a Experiência” e “Um dia com o Cliente” consubstanciam em si os principais valores do Banco, nomeadamente no domínio do respeito pelas pessoas e instituições, da vocação pela excelência, da confiança e do enfoque no Cliente.

No âmbito do programa específico de motivação “Ser Millennium” foi disponibilizado um site interno para divulgação do programa e das suas acções. Realizou-se também um concurso interno – “Conquista do Pico” que premiou os 10 Colaboradores que escreveram a melhor frase sobre as dez vantagens de ser Colaborador Millennium, cujo prémio consistiu na escalada ao ponto mais alto de Portugal – Ilha do Pico, nos Açores – com o alpinista João Garcia.

A partilha de conhecimentos e o reforço do espírito de equipa contribuem para gerar uma atitude positiva e dinamizar uma cultura de desempenho, tendo o programa “Um dia com o Cliente” promovido uma maior proximidade entre os Serviços Centrais e a Rede Comercial, contribuindo para um trabalho globalmente mais articulado e eficaz. Em 2010, participaram nesta iniciativa 959 Colaboradores.

O programa “Valorizamos a Experiência” enquadra-se na necessidade do Banco e dos Colaboradores repensarem a gestão da carreira num contexto de maior longevidade da vida activa. Os *workshops* realizados, nos quais participaram 449 Colaboradores, permitiram definir planos de acção com várias componentes predominantemente orientadas para potenciar o desenvolvimento individual e a partilha de *know-how* ao nível departamental, interdepartamental e do Banco.

EVOLUÇÃO DO QUADRO DE COLABORADORES

O número de Colaboradores do Grupo BCP registou uma diminuição de 2,0% face ao ano anterior (-426 Colaboradores), situando-se num total de 21.370 pessoas no final de 2010.

A maior descida ocorreu nos Negócios no Exterior, com uma quebra de 2,4% para 11.224 Colaboradores (-274 Colaboradores face a 2009), passando a representar 52,5% do total de Colaboradores do Grupo.

COLABORADORES (FINAL DE ANO)

	'10	'09 ⁽¹⁾	'08 ⁽¹⁾	VAR. % '10/'09
Retalho	6.540	6.666	6.890	-1,9%
Empresas & Crédito Especializado	450	419	463	7,4%
Corporate	146	142	156	2,8%
Banca de Investimento	159	165	192	-3,6%
Private Banking & Asset Management	214	235	244	-8,9%
Serviços Bancários	1.842	1.889	1.876	-2,5%
Áreas Corporativas	645	637	577	1,3%
Associadas e Outros	150	145	185	3,4%
TOTAL EM PORTUGAL	10.146	10.298	10.583	-1,5%
Millennium bank na Polónia ⁽²⁾	6.135	6.245	7.049	-1,8%
Millennium bank na Grécia	1.470	1.527	1.554	-3,7%
Millennium bank na Turquia	0	303	320	-100,0%
Millennium bank na Roménia	731	700	691	4,4%
Banque Privée BCP na Suíça	71	65	66	9,2%
Millennium bim em Moçambique	2.088	1.936	1.762	7,9%
Millennium Angola	714	499	311	43,1%
Millennium bcpbank nos EUA	0	208	235	-100,0%
Millennium bcp Bank & Trust nas Ilhas Caimão	15	15	18	0,0%
TOTAL INTERNACIONAL	11.224	11.498	12.006	-2,4%
TOTAL DE COLABORADORES	21.370	21.796	22.589	-2,0%

(1) A alocação de Colaboradores em 2008 e 2009, em Portugal, foi reformulada de modo a reflectir a reestruturação das áreas de negócio, bem como as alterações ocorridas no quadro da simplificação organizativa, em 2010.

(2) Número de Colaboradores corresponde a *Full Time Equivalent*.

Em Portugal, o quadro de Colaboradores continuou a reduzir-se, registando uma diminuição de 1,5%, o que evidencia o esforço de racionalização e de melhoria de eficiência, tendo presente uma ligeira redução da rede de sucursais. O número de Colaboradores em Portugal situou-se em 10.146 em 2010 (-152 Colaboradores face a 2009), representando 47,5% do total do Grupo. A redução foi mais acentuada na área de Private Banking & Asset Management (-8,9%) e na Banca de Investimento (-3,6%). Contrariamente ao verificado no ano anterior, em 2010, as áreas de Empresas & Crédito Especializado e de Corporate viram o seu número de Colaboradores aumentar, em 7,4% e 2,8%, respectivamente. As Áreas Corporativas registaram também um aumento do número de Colaboradores em 1,3%.

Nos negócios no exterior, as maiores variações registaram-se na Turquia e nos EUA, na sequência da descontinuação destas operações. Estas foram responsáveis pela redução de 511 Colaboradores.

Na Polónia e na Grécia, o quadro de Colaboradores diminuiu 1,8% e 3,7%, para 6.135 e 1.470 Colaboradores, respectivamente, por via do desenvolvimento de programas com o objectivo de obter níveis de eficiência superiores através da monitorização rigorosa dos custos e da melhoria dos processos.

Na Roménia, registou-se um aumento do quadro de pessoal (31 Colaboradores), tendo-se alcançado um total de 731 Colaboradores, enquanto na Suíça aumentou 9,2% para 71 Colaboradores.

A operação em Moçambique continuou o seu plano de expansão da rede de sucursais, sendo a segunda maior do Grupo em termos de quadro de Colaboradores, com 2.088 Colaboradores, reflectindo um crescimento de 7,9% em 2010. Angola registou um aumento de 43,1% do seu quadro de Colaboradores, que corresponde também ao maior aumento em termos absolutos (+215 Colaboradores face a 2009), tendo atingido um total de 714 Colaboradores. Estas duas operações foram as únicas em que o Banco efectuou um esforço de recrutamento externo significativo, com vista ao preenchimento das necessidades de Colaboradores decorrentes dos planos de expansão.

SÍNTESE DE INDICADORES ⁽¹⁾

	'10	'09	'08	VAR. % '10/'09
Idade média (anos)	38,2	37,2	36,7	2,8%
Colaboradores por categoria contratual				
Alta Direcção e Direcção	11%	10%	10%	
Restantes categorias	89%	90%	90%	
Rácio homem/mulher				
Alta Direcção e Direcção	1,8	1,8	1,8	0,9%
Restantes categorias	0,9	0,9	0,9	-1,0%
Colaboradores por vínculo contratual				
com contrato permanente	92%	93%	89%	
com contrato a termo	8%	7%	11%	
em regime de estágio	0%	0%	0%	
Colaboradores abrangidos por Acordo Colectivo de Trabalho ⁽²⁾	14.245	13.584	12.193	4,9%
Colaboradores sindicalizados ⁽³⁾	10.158	10.096	9.482	0,6%
Colaboradores em regime de trabalho a tempo parcial	166	194	123	-14,4%
Colaboradores portadores de deficiência	118	119	107	-0,8%
Colaboradores formalmente avaliados	20.860	20.059	n.d.	4,0%
Criação líquida de emprego ⁽⁴⁾	107	-889	1.244	
Taxa anual de absentismo	5%	5%	4%	
Proporção de membros da Alta Direcção contratada localmente ⁽⁵⁾	92%	93%	90%	
Remunerações fixas e variáveis e benefícios (milhões de euros)	891	865	915	3,0%
Rácio entre o salário mais baixo e o salário mínimo local ⁽⁶⁾	1,4	1,2	n.d.	17,5%
Higiene e segurança no trabalho (HST)				
visitas de HST ⁽⁷⁾	673	695	242	-3,2%
acidentes de trabalho	89	88	116	1,1%
vítimas mortais	2	0	1	

(1) Exclui actividade seguradora. Os valores de 2008 e 2009 reportam apenas Portugal, Polónia, Grécia, Roménia e Moçambique e em 2010 o reporte exclui apenas Ilhas Caimão.

(2) Inclui Portugal e Moçambique em 2008, Portugal, Moçambique e Grécia em 2009 e Portugal, Moçambique, Grécia e Angola em 2010.

(3) Inclui Portugal e Moçambique em 2008 e 2009 e Portugal, Moçambique e Angola em 2010.

(4) Inclui apenas Portugal, Polónia, Grécia, Roménia e Moçambique em 2008 e 2009 e Portugal, Polónia, Grécia, Roménia, Moçambique, Angola e Suíça em 2010.

(5) Exclui Moçambique em 2010.

(6) Exclui Moçambique em 2009 e Suíça em 2010.

(7) Inclui Portugal e Polónia em 2008 e Portugal, Polónia, Grécia e Roménia em 2009 e 2010.

ALTERAÇÕES AO GOVERNO SOCIETÁRIO

Em 12 de Abril de 2010, realizou-se a Assembleia Geral Anual de Accionistas do Banco Comercial Português, S.A., merecendo saliência as seguintes deliberações:

- Ratificação da designação de Miguel Maya Dias Pinheiro, pelo Conselho Geral e de Supervisão, para exercer a função de Vogal do Conselho de Administração Executivo durante o período de suspensão de Armando António Martins Vara;
- Ratificação da designação de Vítor Manuel Lopes Fernandes, pelo Conselho de Administração Executivo, para exercer o cargo de Vice-Presidente daquele órgão social durante o período de suspensão de funções de Armando António Martins Vara;
- Aprovação da alteração do número de Membros do Conselho de Administração Executivo de sete para oito e eleição de Miguel Maya Dias Pinheiro e António Manuel Palma Ramalho como novos Membros deste órgão, até ao termo do triénio em curso;
- Aprovação de diversas alterações ao contrato da sociedade, as quais visaram a sua actualização em razão de mudanças legislativas, nomeadamente no Código das Sociedades Comerciais, a inclusão no respectivo texto estatutário o regime de reforma dos Administradores, por velhice ou invalidez, e o alargamento da limitação dos direitos de voto de 10% para 20% do capital social.

Na sequência da alteração da composição do CAE, aprovada na Assembleia Geral Anual de Accionistas, procedeu-se à actualização da composição dos Comitês e Comissões nomeados pelo CAE. Em paralelo, foram redefinidas as áreas de responsabilidade de cada Administrador; os reportes directos, bem como os Administradores Alternantes em cada uma das referidas áreas de responsabilidade. Foram mantidos os seguintes Comitês de Coordenação: Private Banking & Asset Management, Negócios na Europa e Serviços Bancários. As alterações introduzidas envolveram a autonomização dos Comitês de Coordenação de Retalho e Empresas. O Comité de Coordenação de Corporate & Banca de Investimento deixou de existir, sendo a coordenação global da actividade anteriormente incluída no referido comité assegurada directamente pelos Membros do CAE responsáveis por essas áreas. De igual forma, a coordenação global das operações em África continua a ser assegurada directamente pelos Membros do CAE responsáveis por essas operações.

A informação detalhada sobre o âmbito de actuação de cada Comité de Coordenação e de cada Comissão emanada do CAE é apresentada no capítulo sobre o modelo de negócio.

COMITÉS DE COORDENAÇÃO

Têm por objectivo facilitar a articulação das decisões de gestão corrente, envolvendo a Direcção de topo das unidades integradas em cada uma das Áreas de Negócio e na Unidade de Serviços Bancários, com a missão de alinhar perspectivas e suportar a tomada de decisões de gestão por parte do Conselho de Administração Executivo.

<p>RETALHO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Vítor Fernandes (*) • José João Guilherme • Nelson Machado • Rui Manuel Teixeira (**) • Pedro Álvares Ribeiro • Rui Teixeira • Vasco Rebelo de Andrade • Manuel Marecos Duarte • Diogo Campello • António Bandeira • João Sales Luís • Miguel Magalhães Duarte 	<p>EMPRESAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Vítor Fernandes (*) • Nelson Machado • Rui Manuel Teixeira (**) • Paulo Azevedo • Manuel Lupi Bello • Virgílio Repolho • Jorge Góis • Diogo Campello 	<p>PRIVATE BANKING & ASSET MANAGEMENT</p> <ul style="list-style-type: none"> • Luís Pereira Coutinho (*) • António Ramalho • Carlos Álvares (**) • Diogo Campello • José Salgado • Acácio Piloto • Nuno Botelho
<p>NEGÓCIOS NA EUROPA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Luís Pereira Coutinho (*) • Nelson Machado • José Toscano (Roménia) (**) • Boguslaw Kott (Polónia) • João Brás Jorge (Polónia) • Rui Coimbra (Grécia) 	<p>SERVIÇOS BANCÁRIOS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Vítor Fernandes (*) • Miguel Maya • Artur Luna Pais (**) • Fernando Maia • Carlos Alves • Robert Swalef • Manuela Reis • Nicolau Romão • Paulo Amaral • Carlos Rocha • Pedro Rocha • Rui Pedro • Jorge Octávio • Julianna Boniuk • Vasconcelos Guimarães 	

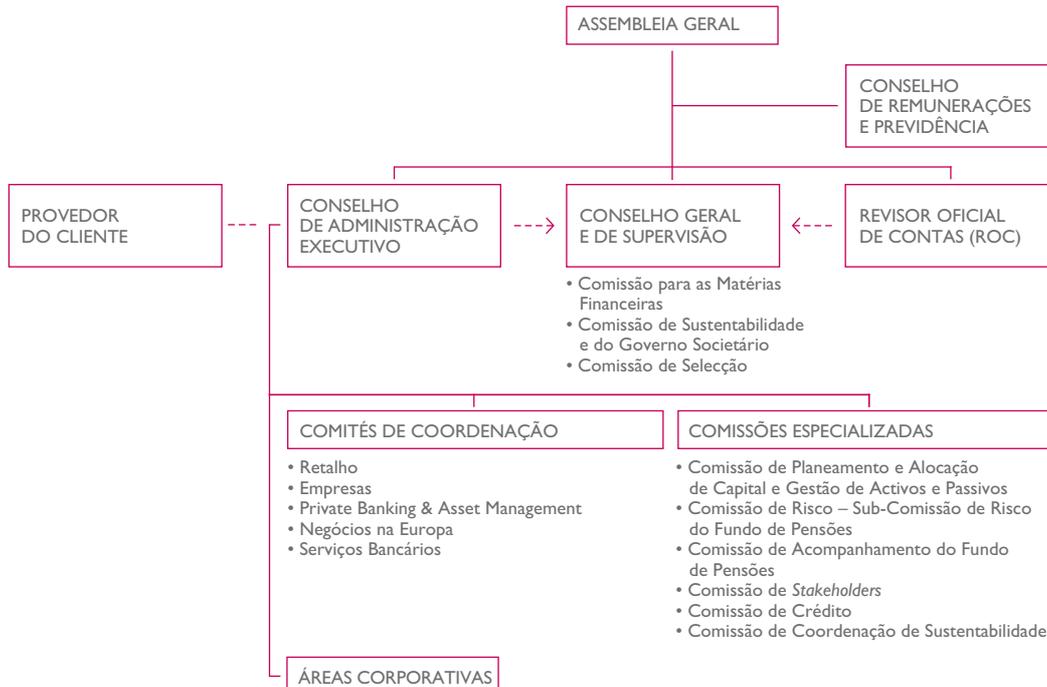
(*) Coordenador, a quem compete designar o Secretário do Comité.

(**) Secretário designado pelo Coordenador.

Nota: os Membros dos Comitês e das Comissões são obrigatoriamente designados pelo CAE BCP (Artigos 13.º e 14.º do Regimento do CAE).

O esquema seguinte representa a estrutura de Modelo de Governo da Sociedade do Millennium bcp:

MODELO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



ÓRGÃOS E CORPOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE:	António Manuel da Rocha e Menezes Cordeiro
VICE-PRESIDENTE:	Manuel António de Castro Portugal Carneiro da Frada
SECRETÁRIO DA SOCIEDADE:	Ana Isabel dos Santos de Pina Cabral

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

PRESIDENTE:	Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira
VICE-PRESIDENTES:	Paulo José de Ribeiro Moita de Macedo Vítor Manuel Lopes Fernandes
VOGAIS:	José João Guilherme Nelson Ricardo Bessa Machado Luís Maria França de Castro Pereira Coutinho Miguel Maya Dias Pinheiro ⁽¹⁾ António Manuel Palma Ramalho ⁽¹⁾

(1) Eleição de Miguel Maya Dias Pinheiro e António Manuel Palma Ramalho como novos Membros do Conselho de Administração Executivo, até ao termo do mandato em curso (2008-2010), na Assembleia Geral Anual de Accionistas de 12 de Abril de 2010.

CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO

O Conselho Geral e de Supervisão é composto por 13 membros efectivos. O actual Conselho Geral e de Supervisão foi eleito na Assembleia Geral de 30 de Março de 2009 para o período de 2009-2010. A maioria dos membros eleitos do Conselho Geral e de Supervisão deverá, para além de ter formação e competência adequadas, preencher requisitos de independência.

PRESIDENTE:	Luís de Mello Champalimaud (Independente)
VICE-PRESIDENTE:	Manuel Domingos Vicente (Não Independente) Pedro Maria Caláinho Teixeira Duarte (Não Independente)
VOGAIS:	Josep Oliu Creus (Não Independente) António Luís Guerra Nunes Mexia (Não Independente) Patrick Huen Wing Ming, em representação da Sociedade de Turismo e Diversões de Macau, S.A., exercendo o cargo em nome próprio (Não Independente) António Vítor Martins Monteiro (Independente) João Manuel de Matos Loureiro (Independente) José Guilherme Xavier de Basto (Independente) José Vieira dos Reis (Independente) Manuel Alfredo da Cunha José de Mello (Independente) Thomaz de Mello Paes de Vasconcelos (Independente) Vasco Esteves Fraga (Independente)

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

KPMG & Associados, SROC, S.A. representada por:

EFFECTIVO:	Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho (ROC n.º 1081)
SUPLENTE:	Ana Cristina Soares Valente Dourado (ROC n.º 1011)

CONSELHO DE REMUNERAÇÕES E PREVIDÊNCIA

PRESIDENTE:	José Manuel Rodrigues Berardo
VOGAIS:	Luís de Mello Champalimaud Manuel Pinto Barbosa

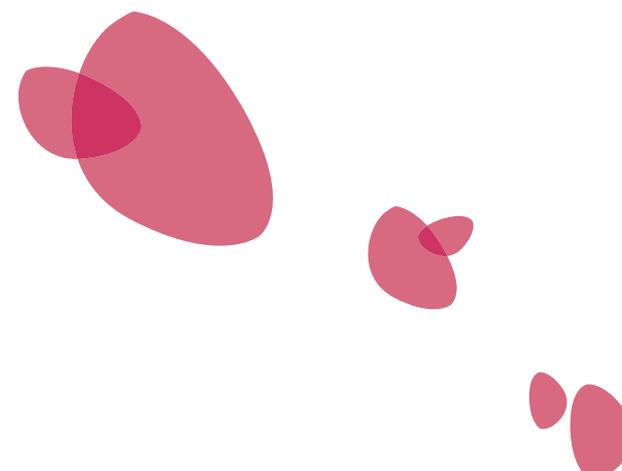
ACÇÃO BCP

O ano de 2010, que se esperava de recuperação face à crise financeira que se fez sentir nos anos anteriores, ficou marcado pela eclosão da crise da dívida soberana, que ensombrou os mercados europeus, em especial os designados países periféricos. Os mercados financeiros foram, durante grande parte do ano de 2010, negativamente afectados pelos receios dos investidores quanto à sustentabilidade das finanças públicas em alguns países europeus, com particular destaque para a Grécia, Irlanda, Portugal e Espanha. Verificou-se um aumento dos *spreads* de crédito implícitos nos títulos de dívida pública da maioria dos países periféricos da Área do Euro face aos títulos da dívida alemã com o mesmo prazo. Ao mesmo tempo assistiu-se a uma redução generalizada das notas de risco das agências de *rating* para estes países e respectivos bancos.

No cômputo do ano, as bolsas dos países europeus periféricos tiveram, ao invés da generalidade dos mercados, um comportamento negativo com quedas na Grécia (-41,1%), Espanha (-17,4%), Itália (-13,2%) e Portugal (-10,3%).

O sector bancário europeu foi fortemente penalizado pela crise de dívida soberana, bem como pela apresentação das novas regras regulatórias para o sector no âmbito do Comité de Basileia, mais restritivas em termos de capital e liquidez. Também em 2010, em consequência da crise financeira, um pouco por todo o mundo, surgiu legislação no sentido de aumentar a carga fiscal sobre o sector financeiro. Por outro lado, foram divulgados os resultados dos *stress tests* para cada banco, onde se demonstrou que a generalidade dos bancos europeus conseguiria resistir bem a cenários extremos.

Os índices do sector bancário europeu desvalorizaram em 2010, com o índice para o sector financeiro nacional, o PSI Financials, a registar uma desvalorização de -29,9%.



INDICADORES RELATIVOS À ACÇÃO BCP

	UNIDADES	'10	'09
COTAÇÕES			
Cotação máxima (19 de Out. 09 e 11 de Jan. 10)	(€)	0,933	1,075
Cotação média anual	(€)	0,688	0,810
Cotação mínima (5 de Mar. 09 e 28 de Abr. 10)	(€)	0,555	0,556
Cotação de fecho	(€)	0,582	0,845
ACÇÕES E CAPITALIS PRÓPRIOS			
Número de acções ordinárias	(M)	4.694,6	4.694,6
Capitais próprios atribuíveis ao Grupo	(M€)	6.750,0	6.876,5
Capitais próprios atribuíveis às acções ordinárias ⁽¹⁾	(M€)	4.814,7	4.942,9
VALORES POR ACÇÃO			
Resultado líquido ajustado (EPS) ^{(2) (3)}	(€)	0,043	0,034
Dividendo bruto (DPS) ⁽⁸⁾	(€)	<i>scrip</i>	0,019
Valor contabilístico ⁽²⁾	(€)	1,032	1,058
INDICADORES DE VALORIZAÇÃO PELO MERCADO			
Preço de fecho como múltiplo do resultado líquido ajustado ⁽³⁾	(P/E)	13,5	24,9
Preço de fecho como múltiplo do valor contabilístico	(PBV)	0,6	0,8
Earnings yield ⁽⁴⁾	(%)	7,4	4,0
Capitalização bolsista de fecho	(M€)	2.732,3	3.966,9
LIQUIDEZ			
Volume anual transaccionado	(M€)	4.703,1	3.514,7
Volume transaccionado médio diário	(M€)	18,2	13,7
Quantidade de acções transaccionadas	(M)	6.842,9	4.281,4
Quantidade média diária de acções transaccionadas	(M)	26,5	16,7
Rotação do capital ⁽⁵⁾	(%)	146,0	92,0
DIVIDENDOS			
Resultado líquido do exercício	(M€)	301,6	225,2
Resultado líquido ajustado ⁽³⁾	(M€)	201,3	156,6
Pay out ratio das acções ordinárias ^{(6) (8)}	%	-	39,6
Dividendo bruto das acções ordinárias ⁽⁸⁾	(M€)	-	89,2
Dividend yield ^{(7) (8)}	%	-	2,3

(1) Capitais próprios atribuíveis ao Grupo – acções preferenciais – Valores Mobiliários Perpétuos Subordinados emitidos em 2009 + títulos próprios relativos às acções preferenciais.

(2) Considerando o número médio de acções deduzido do número de acções próprias em carteira.

(3) Resultado líquido ajustado considera o resultado líquido do exercício deduzido dos dividendos das acções preferenciais e dos Valores Mobiliários Perpétuos Subordinados emitidos em 2009.

(4) EPS a dividir pelo preço de fecho.

(5) "Turnover" anual sobre capitalização bolsista média anual.

(6) Dividendos sobre o resultado líquido atribuível aos Accionistas.

(7) DPS sobre preço de fecho.

(8) Em relação a 2010, vai ser proposto, na Assembleia Geral de Accionistas de 18 de Abril de 2011, o pagamento de um dividendo sob a forma de *scrip dividend*, através da emissão de novas acções e a sua distribuição proporcional pelos Accionistas detentores de acções representativas do capital social do Banco, no montante de 120,4 milhões de euros.

PERFORMANCE ABSOLUTA E RELATIVA

No período compreendido entre 31 de Dezembro de 2009 e de 2010, as acções BCP registaram uma cotação mínima de 0,555 euros, uma cotação máxima de 0,933 euros e uma cotação média de 0,688 euros, tendo atingido no final de 2010 a cotação de 0,582 euros, o que corresponde a uma desvalorização anual de 31,1%.

Durante o ano de 2010, o título BCP apresentou uma desvalorização superior aos principais índices de referência, mas menor que os principais títulos de banca nacional.

Índice	Variação total '10
Acção BCP	-31,1%
PSI20	-10,3%
IBEX	-17,4%
ASE20	-41,1%
MIB	-13,2%
CAC	-3,3%
DAX	16,1%
FTSE	9,0%
Euronext PSI Financial Services	-29,9%
Bebanks	-9,5%
DJ Eurostoxx Banks	-26,8%
DJ Eurostoxx	-5,9%
Dow Jones	11,0%
Nasdaq	16,9%
S&P500	12,8%

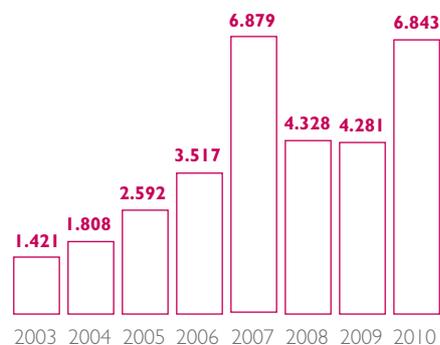
Fonte: Reuters e Bloomberg.

LIQUIDEZ

Em 2010 registou-se um aumento significativo da liquidez do título BCP que continua a ser um dos títulos mais transaccionados no mercado nacional e o título com maior liquidez do sector financeiro. Foram transaccionadas 6.843 milhões de acções BCP durante 2010, o que representa um aumento de 59,8% em relação ao ano anterior e corresponde a um volume médio diário de 26,5 milhões de acções (16,7 milhões no ano anterior). A rotação anual da acção BCP foi a mais alta dos títulos cotados em Portugal durante 2010, o que corresponde a 146% da sua capitalização bolsista média anual (92% em 2009). Em termos de volume de negócios, as acções BCP representaram 11,8% (4,7 mil milhões de euros) do volume global de transacções dos títulos do PSI 20.

EVOLUÇÃO DA LIQUIDEZ

Base anual
Milhões de acções



Fonte: Euronext.

ÍNDICES EM QUE A ACÇÃO BCP PARTICIPA

O título BCP integra mais de 30 índices bolsistas nacionais e internacionais, destacando-se os seguintes:

ÍNDICE	PESO (%)	POSIÇÃO
Euronext PSI Financial Services	32,23%	2
PSI20	9,35%	5
Lisbon General	4,20%	9
DJ Eurostoxx Mid 200	0,62%	90
DJ Eurostoxx Banks	0,62%	21
DJ Stoxx Mid 200	0,30%	182
DJ Stoxx Banks	0,28%	35
Bebanks	0,21%	47
Euronext 100	0,17%	100
DJ Eurostoxx	0,08%	210
BE500	0,03%	429

Fonte: Reuters e Bloomberg.

Para além destes índices, o Millennium bcp reforçou, durante o último ano, a sua presença nos índices de sustentabilidade. Em 2009, a acção BCP integrou o índice ECPI Ethical Index, que selecciona as 150 maiores empresas na União Económica e Monetária (UEM) que são elegíveis de acordo com a metodologia ECPI Screening, que monitoriza a evolução de 4.000 empresas em termos sociais, ambientais e de *governance*. Em Abril de 2010, a acção BCP passou a fazer parte do Ethibel EXCELLENCE Investment Register. Em Setembro de 2010, a acção BCP integrou o ASPI Eurozone que selecciona as 120 empresas da Área do Euro com o melhor desempenho em matérias de sustentabilidade.

ÍNDICE



ECPI Ethical Index EMU

ECPI Ethical Index Euro

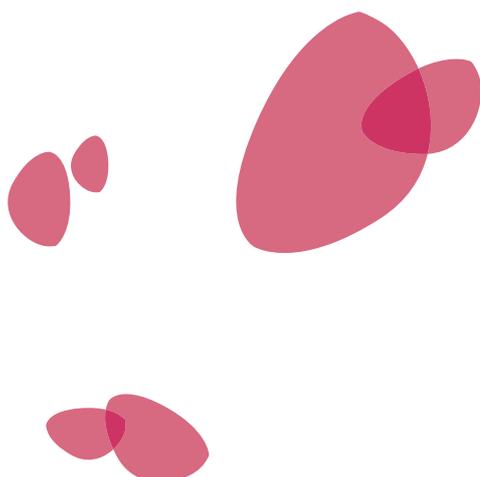


Ethibel Excellence Europe

Ethibel Excellence Euro



ASPI Eurozone

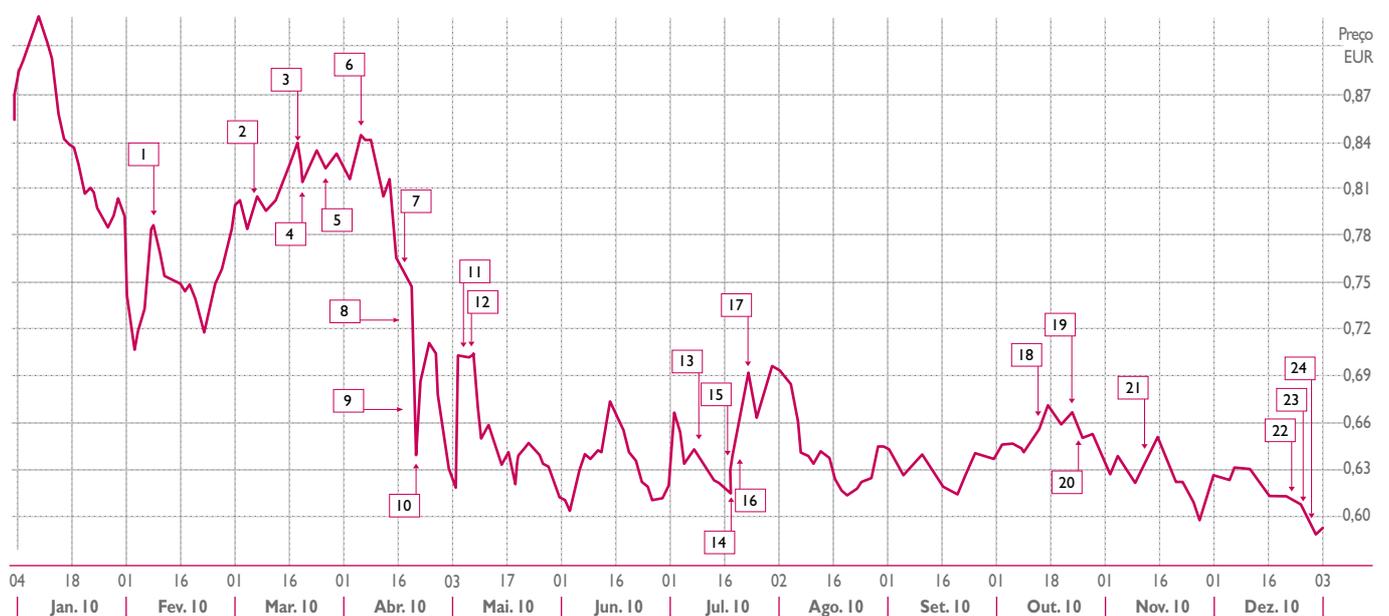


PRINCIPAIS EVENTOS E IMPACTO NA COTAÇÃO DO TÍTULO

O quadro seguinte sumariza os principais eventos ocorridos em 2010, a variação da cotação quer no dia seguinte quer nos cinco dias subsequentes, bem como a evolução relativa face aos principais índices de referência nos períodos referidos.

Nº	Data	Facto relevante	Var. +1D	Var. face ao PSI20 (1D)	Var. face ao DJIS Banks (1D)	Var. +5D	Var. face ao PSI20 (5D)	Var. face ao DJIS Banks (5D)
1	10-02-2010	Conclusão do aumento de capital do Bank Millennium na Polónia	-1,8%	-3,6%	-4,4%	-4,5%	-5,0%	-7,5%
1	10-02-2010	Resultados do 4.º trimestre de 2009 do Bank Millennium na Polónia	-1,8%	-3,6%	-4,4%	-4,5%	-5,0%	-7,5%
1	10-02-2010	Acordo para alienação do Millennium Bank A.S. na Turquia	-1,8%	-3,6%	-4,4%	-4,5%	-5,0%	-7,5%
1	10-02-2010	Resultados Consolidados de 2009	-1,8%	-3,6%	-4,4%	-4,5%	-5,0%	-7,5%
2	10-03-2010	Propostas apresentadas à Assembleia Geral Anual	0,0%	-1,5%	-1,2%	5,5%	3,5%	3,8%
3	17-03-2010	Aditamento à Ordem de Trabalhos da Assembleia Geral Anual	-2,0%	-3,9%	-3,6%	-3,9%	-4,7%	-4,4%
4	24-03-2010	Revisão do rating da República Portuguesa pela Agência de Rating Fitch	1,5%	2,5%	1,5%	1,5%	0,7%	0,7%
5	30-03-2010	Notações de rating da Fitch	-0,5%	-0,3%	0,1%	0,2%	-0,1%	-0,6%
5	30-03-2010	Decisão de saída do mercado dos Estados Unidos	-0,5%	-0,3%	0,1%	0,2%	-0,1%	-0,6%
6	12-04-2010	Conclusões da Assembleia Geral Anual	-0,6%	-1,3%	-1,4%	-4,3%	-2,7%	-4,5%
7	22-04-2010	Alteração da notação de rating de dívida híbrida pela Moody's	0,8%	3,4%	2,7%	-6,9%	4,9%	-1,4%
8	26-04-2010	Resultados do 1.º trimestre de 2010 do Bank Millennium (Polónia)	-7,6%	-4,4%	-9,0%	-4,3%	0,8%	-1,0%
9	27-04-2010	Decisão de rating da Standard and Poor's	-1,9%	3,4%	2,5%	-2,8%	-0,9%	1,7%
10	28-04-2010	Resultados Consolidados do 1.º trimestre de 2010	6,1%	8,0%	7,3%	-2,9%	-2,1%	2,1%
11	12-05-2010	Decisão do Banco de Portugal (aplicação de coima)	-3,6%	-6,5%	-4,5%	-9,4%	-7,8%	-6,1%
12	13-05-2010	Alteração da notação de ratings da Moody's	-5,7%	-4,9%	-5,0%	-9,3%	-3,1%	-1,8%
13	14-07-2010	Alteração da notação de ratings da Moody's	-1,4%	-0,7%	-1,0%	-2,4%	-0,1%	2,8%
14	21-07-2010	Alteração da notação de rating pela Fitch	5,2%	5,5%	4,2%	12,7%	9,4%	1,4%
15	23-07-2010	Resultado dos stress tests	3,9%	4,4%	3,7%	4,9%	3,3%	-1,1%
16	27-07-2010	Resultados do 1.º semestre de 2010 do Bank Millennium (Polónia)	1,2%	-0,1%	-3,5%	1,9%	-1,1%	-5,3%
17	28-07-2010	Resultados Consolidados do 1.º semestre de 2010	-4,8%	-5,8%	-4,8%	0,0%	-2,0%	-2,3%
18	16-10-2010	Venda da operação bancária nos EUA	1,8%	1,1%	2,2%	0,6%	-1,4%	-0,4%
19	26-10-2010	Resultados do 3.º trimestre de 2010 do Bank Millennium (Polónia)	-2,8%	-3,4%	-2,3%	-5,7%	-7,4%	-3,5%
20	27-10-2010	Resultados Consolidados do 3.º trimestre de 2010	-0,3%	0,9%	-0,2%	-4,0%	-5,2%	-2,5%
21	08-11-2010	Alteração de notação de rating pela Fitch	-0,6%	-0,2%	-0,9%	0,3%	2,3%	1,3%
22	23-12-2010	Decisão de rating da Fitch	-0,3%	-0,1%	-0,2%	-4,4%	-3,0%	-3,1%
23	27-12-2010	Alienação de 95% do capital social do Millennium Bank A.S. na Turquia	0,0%	1,2%	1,2%	-1,7%	1,8%	1,3%
24	31-12-2010	Venda da participação de 2,7% do capital social da Eureka BV	1,4%	2,2%	1,9%	-7,2%	-7,0%	-10,2%

A ilustração do comportamento da acção BCP em 2010 é apresentada no gráfico seguinte.



POLÍTICA DE DIVIDENDOS

Mantendo os princípios criteriosos e de prudência que caracterizam a política de distribuição de resultados adoptada pelo Millennium bcp, e tendo presente o ambiente macroeconómico, foi decidido não proceder ao pagamento de dividendos antecipados referente ao exercício de 2010, à semelhança do ano anterior:

Não obstante esta decisão de não proceder à distribuição de dividendo antecipado de 2010, o Banco reiterou a sua política de distribuição de dividendos, tendo por princípio o objectivo de distribuir aos Accionistas cerca de 40% dos resultados líquidos.

Tendo em consideração, por um lado, os princípios de prudência da gestão do capital e, por outro, o calendário de implementação das novas regras de capital, no âmbito de Basileia III, o CAE decidiu submeter à próxima Assembleia Geral de Accionistas uma proposta de aumento de capital, exclusivamente por incorporação de reservas no montante de 120,4 milhões de euros, equivalente à atribuição de um *scrip dividend*. A proposta deste *scrip dividend* reflecte a procura de um equilíbrio entre os interesses dos Accionistas, por um lado, e o intuito de privilegiar a preservação do capital e da liquidez do Grupo, por outro.

Os valores dos dividendos distribuídos pelo Millennium bcp desde o ano de 2000 encontram-se discriminados no quadro seguinte.

Exercício	Ano de Pagamento	Dividendo Bruto por Acção (euros)	Dividendo Líquido por Acção (euros)		Payout Ratio ⁽¹⁾	Dividend Yield ⁽²⁾
			Residentes	Não Residentes		
2000 ⁽³⁾	2001	<i>scrip</i> ⁽⁶⁾	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
2001	2002	0,150	0,120	0,105	61,05%	3,30%
2002	2003	0,100	0,080	0,070	49,22% ⁽⁴⁾	4,39%
2003	2004	0,060	0,051	0,045	44,66%	3,39%
2004						
Dividendo Antecipado	2004	0,030	0,026	0,023		
Dividendo Final	2005	0,035	0,030	0,026		
Dividendo Total		0,065	0,055	0,049	41,27%	3,44%
2005						
Dividendo Antecipado	2005	0,033	0,028	0,025		
Dividendo Final	2006	0,037	0,031	0,028		
Dividendo Total		0,070	0,060	0,053	31,89%	3,00%
2006						
Dividendo Antecipado	2006	0,037	0,030	0,030		
Dividendo Final	2007	0,048	0,038	0,038		
Dividendo Total		0,085	0,068	0,068	39,36%	3,04%
2007						
Dividendo Antecipado	2007	0,037	0,030	0,030		
Dividendo Final	2008	0,000	0,000	0,000		
Dividendo Total		0,037	0,030	0,030	23,72%	1,27%
2008	2009	0,017	0,014	0,014	39,67%	2,09%
2009	2010	0,019	0,015	0,015	39,61%	2,25%
2010 ^{(3) (5)}	2011	<i>scrip</i> ⁽⁷⁾	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.

(1) "Payout Ratio" representa a percentagem dos resultados líquidos distribuídos aos Accionistas sob a forma de dividendo.

(2) "Dividend Yield" representa o rendimento percentual anual expresso pela divisão do valor do dividendo bruto pela cotação da acção no final do ano a que se refere o dividendo.

(3) Pago sob a forma de *scrip dividend* através da emissão de novas acções e a sua distribuição proporcional pelos Accionistas detentores de acções representativas do capital social do Banco.

(4) Com base no resultado líquido antes da constituição de provisões para riscos bancários gerais no valor de 200 milhões de euros.

(5) Proposta a submeter à Assembleia Geral de Accionistas a realizar no dia 18 de Abril de 2011.

(6) O *scrip dividend* corresponde a 0,150 euros por acção, 62,36% do resultado líquido e 2,65% do valor de cotação no final do ano de 2000.

(7) O *scrip dividend* corresponde a 0,026 euros por acção, 39,79% do resultado líquido e 4,39% do valor de cotação no final do ano de 2010.

ACOMPANHAMENTO DE INVESTIDORES E ANALISTAS

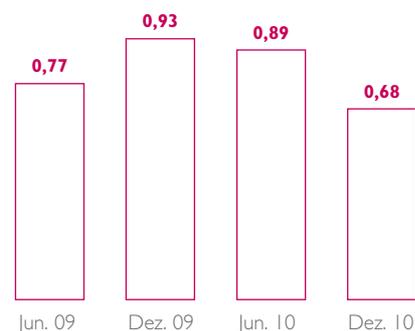
O título BCP é alvo de cobertura por parte das principais casas de investimento nacionais e estrangeiras que regularmente emitem recomendações de investimento e *price targets* sobre o Banco. No ano de 2010, assistiu-se ao início ou reinício de cobertura por parte de um conjunto de novos Analistas. O *price target* médio das casas de investimento que acompanham com assiduidade o Banco evidenciou o impacto do agravamento da crise soberana, conforme se ilustra no gráfico anexo.

À data de final do ano, 12 Intermediários Financeiros tinham cobertura activa da acção BCP. O BCP realizou mais de 200 contactos (reuniões e *conference call*) com investidores em 2010. O Banco fez vários *roadshows* e participou nas principais conferências do sector bancário na Europa e em Portugal, das quais se destacam as conferências organizadas pelo HSBC, Morgan Stanley, BPI, Nomura, KBW, Merrill Lynch, Euronext Portuguese Day e JP Morgan Iberian Corporate Access Days.

PRICE TARGETS

Média para o BCP

Euros



ACÇÕES PRÓPRIAS

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de Accionistas, o Banco pode adquirir ou alienar acções próprias até ao limite de 10% do seu capital social.

Em 31 de Dezembro de 2009, o Banco Comercial Português, S.A. detinha 12.583.354 acções próprias em carteira. Durante o ano de 2010, o Banco realizou compra e venda de 46.201.159 acções próprias, correspondente a 0,98% do capital social.

	Compras			Vendas			Total transaccionado	
	Quantidade	Valor	Preço médio unitário (€)	Quantidade	Valor	Preço médio unitário (€)	Quantidade	Em % do Capital Social
BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A. (*)	19.575.672	13.275.452	0,679	26.625.487	19.613.428	0,737	46.201.159	0,98%

Desta forma, em 31 de Dezembro de 2010, o Banco Comercial Português, S.A. detinha directa e indirectamente 5.533.539 acções próprias, o que equivale a 0,12% do capital social do Banco.

	31/12/2009	31/12/2010	% do Capital social
BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A. (*)	12.583.354	5.533.539	0,12%

(*) Esta rubrica exclui, em 31 de Dezembro de 2010, 23.261.904 acções (31 de Dezembro de 2009: 10.366.667 acções) detidas por Clientes e cuja aquisição foi financiada pelo Banco e que, considerando que para os referidos Clientes existe evidência de imparidade, à luz da IAS 32/39 as acções do Banco por eles detidas foram apenas para efeitos contabilísticos e, em respeito por esta norma, consideradas como acções próprias.

ESTRUTURA ACCIONISTA

Segundo o ficheiro recebido da Central de Valores Mobiliários (CVM), em 31 de Dezembro de 2010 o número de Accionistas do Banco Comercial Português ascendia a 170.903. A estrutura accionista do Banco mantém-se muito dispersa, sendo que nenhum Accionista detém mais de 20% do capital, só 10 Accionistas detêm participações qualificadas (superiores a 2% do capital) e apenas um Accionista detém uma participação acima de 10%. Deve notar-se que na Assembleia Geral de Accionistas de Abril de 2010 foi aprovado o aumento do limite de contagem de votos de 10% para 20% do capital social. Destaca-se ainda o aumento do peso dos outros accionistas individuais, que representam agora 27,3% do capital (24,6% em 2009).

Estrutura accionista	N.º Accionistas	% do Capital social
Colaboradores do Grupo	3.555	0,54%
Outros Accionistas individuais	162.847	27,32%
Empresas	4.059	29,04%
Institucionais	442	43,09%
TOTAL	170.903	100,00%

Os Accionistas com mais de 5 milhões de acções representam 67,1% do capital (70,3% no final de 2009).

N.º de acções por Accionista	N.º Accionistas	% do Capital social
> 5.000.000	68	67,12%
500.000 a 4.999.999	321	9,48%
50.000 a 499.999	3.991	9,82%
5.000 a 49.999	34.692	10,11%
< 5.000	131.831	3,46%
TOTAL	170.903	100,00%

Em 2010, registou-se um aumento da percentagem do capital social detida por Accionistas nacionais para 59,0% (56,4% no final de 2009).

N.º de acções por Accionistas	Accionistas nacionais		Accionistas estrangeiros	
	Número	% Capital social	Número	% Capital social
> 5.000.000	35	29,79%	33	37,33%
500.000 a 4.999.999	256	6,78%	65	2,70%
50.000 a 499.999	3.806	9,26%	185	0,56%
5.000 a 49.999	33.826	9,84%	866	0,27%
< 5.000	127.572	3,36%	4.259	0,10%
TOTAL	165.495	59,04%	5.408	40,96%

RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS COM ACCIONISTAS

Em 31 de Dezembro de 2010, o Banco registou o total de 34 acções judiciais intentadas contra si no âmbito das denominadas "Campanhas Accionistas" realizadas nos anos de 2000 e 2001, ascendendo o montante global dos pedidos formulados por Accionistas ou ex-Accionistas a 49.096.303,00 euros.

No decurso de 2010, o Banco resolveu por acordo celebrado entre as partes dois processos judiciais e foi notificado, favoravelmente, com a primeira sentença judicial proferida no âmbito das referidas acções, onde foi absoldido de todos os pedidos contra si formulados.

PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

31 de Dezembro de 2010

Accionista	N.º acções	% do Capital social	% dos direitos de voto
Sonangol – Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola, EP	685.138.638	14,59%	14,61%
Membros dos órgãos de Administração e Fiscalização	1.000	0,00%	0,00%
TOTAL DO GRUPO SONANGOL	685.139.638	14,59%	14,61%
Teixeira Duarte – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.			
Teixeira Duarte – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. (2)	305.000.000	6,50%	6,50%
Arenopor – Investimentos S.G.P.S., S.A.	27.000.000	0,58%	0,58%
Tedal – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	19.900.000	0,42%	0,42%
Membros dos órgãos de Administração e Fiscalização	14.882.340	0,32%	0,32%
TOTAL DO GRUPO TEIXEIRA DUARTE	366.782.340	7,81%	7,82%
Fundação José Berardo			
Fundação José Berardo	198.324.440	4,22%	4,23%
Fundação José Berardo (ao abrigo de <i>Equity Swap</i> celebrado com BES)	29.710.526	0,63%	0,63%
Metalgest – Sociedade de Gestão, S.G.P.S., S.A.			
Metalgest – Sociedade de Gestão, S.G.P.S., S.A.	63.328.399	1,35%	1,35%
Kendon Properties	721.480	0,02%	0,02%
Moagens Associadas S.A.	13.245	0,00%	0,00%
Cotrancer – Comércio e Transformação de Cereais, S.A.	13.245	0,00%	0,00%
Bacalhã, Vinhos de Portugal S.A.	10.596	0,00%	0,00%
Membros dos órgãos de Administração e Fiscalização	19.572	0,00%	0,00%
TOTAL DO GRUPO BERARDO	292.141.503	6,22%	6,23%
Bansabadell Holding, S.L.	208.177.676	4,43%	4,44%
Membros dos órgãos de Administração e Fiscalização	13.000	0,00%	0,00%
TOTAL DO GRUPO SABADELL	208.190.676	4,43%	4,44%
EDP – Imobiliária e Participações, S.A.	123.509.341	2,63%	2,63%
Fundo de Pensões EDP	52.285.541	1,11%	1,12%
Membros dos órgãos de Administração e Fiscalização	121.182	0,00%	0,00%
TOTAL DO GRUPO EDP	175.916.064	3,75%	3,75%
Caixa Geral de Depósitos, S.A. (carteira de investimento)	100.281.441	2,14%	2,14%
Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, S.A.	22.211.915	0,47%	0,47%
Caixa Geral de Depósitos, S.A. (carteira de negociação)	166.174	0,00%	0,00%
Companhia de Seguros Império Bonança, S.A.	105.716	0,00%	0,00%
Fundo de Pensões CGD	3.283.218	0,07%	0,07%
TOTAL DO GRUPO CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	126.048.464	2,68%	2,69%
SOGEMA SGPS, S.A.	124.427.917	2,65%	2,65%
EUREKO BV	118.251.417	2,52%	2,52%
Sociedade de Diversões e Turismo de Macau, S.A.	76.112.854	1,62%	1,62%
Stanley Hung Sun Ho	30.142.080	0,64%	0,64%
TOTAL DO GRUPO STANLEY HO	106.254.934	2,26%	2,27%
SFGP – Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A.	43.574.742	0,93%	0,93%
IPG – Investimentos, Participações e Gestão S.G.P.S., S.A.	58.488.113	1,25%	1,25%
TOTAL DO GRUPO GOES FERREIRA	102.062.855	2,17%	2,18%
TOTAL DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS	2.305.215.808	49,10%	49,16%



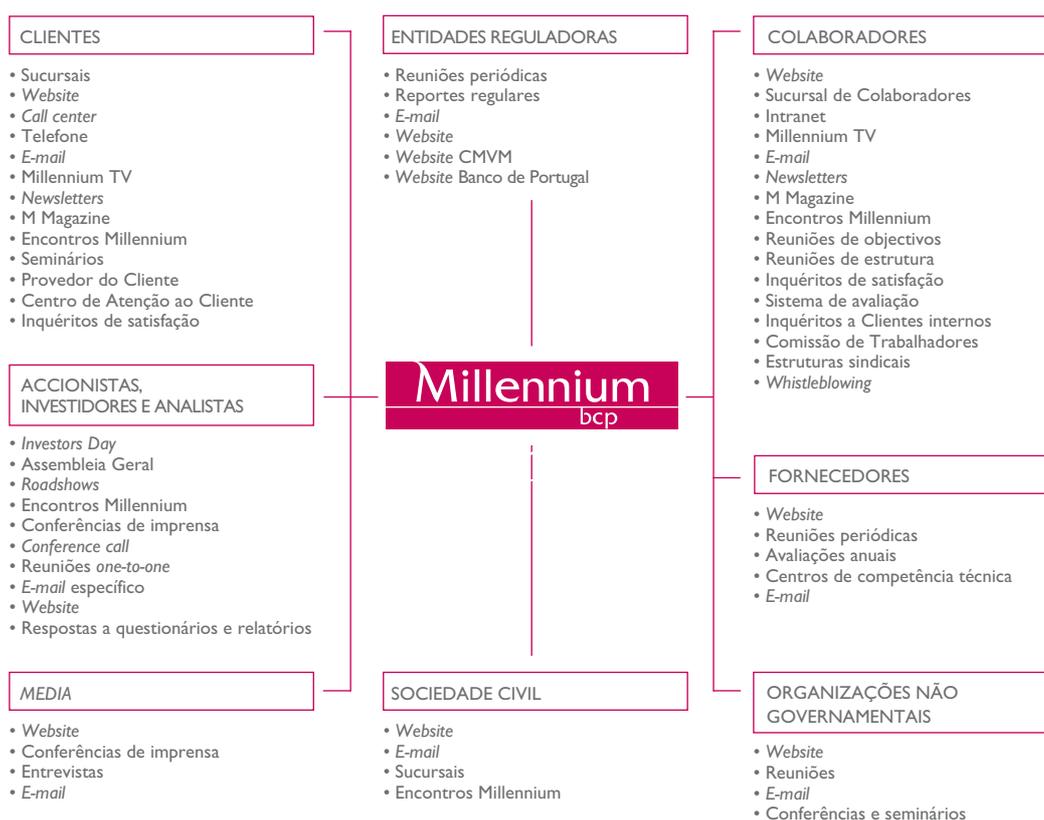
STAKEHOLDERS

O Millennium bcp tem como objectivo compreender e integrar na sua estratégia as expectativas dos *Stakeholders*, mantendo um diálogo permanente e transparente, utilizando diversos canais de comunicação, partilhando informação e auscultando as opiniões dos diferentes grupos de *Stakeholders*.

CANAIS DE COMUNICAÇÃO

O Millennium bcp promove formas de comunicação diversas, que se complementam, permitindo identificar e compreender melhor as necessidades e expectativas dos *Stakeholders*.

CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM AS PARTES INTERESSADAS



PARTILHAR INFORMAÇÃO

COMISSÃO DE STAKEHOLDERS

Desde 2005, o CAE é apoiado pela Comissão de *Stakeholders* que constitui um fórum privilegiado para o diálogo e interacção com os principais *Stakeholders* do Millennium bcp, onde são debatidas as matérias com maior relevância no relacionamento entre estes e o Banco. Durante 2010, esta comissão reuniu duas vezes, tendo sido abordados e debatidos diversos temas, entre os quais: i) as actividades desenvolvidas no âmbito da estratégia de sustentabilidade; ii) o enquadramento económico e financeiro nacional e internacional; iii) os resultados do Banco; iv) os resultados do relatório de Supervisão Comportamental do Banco de Portugal e v) as alterações de estatutos aprovadas na Assembleia Geral de Accionistas.



ENCONTROS MILLENNIUM

Os Encontros Millennium, realizados nas capitais de distrito, têm como objectivo principal maximizar a proximidade do Banco às regiões onde está presente, proporcionando contacto directo entre o CAE e os principais Clientes, Colaboradores e Entidades Locais. A Conferência Millennium, ponto central destes encontros, contou com um orador convidado – o Professor Daniel Bessa, ex-ministro da Economia e actual Director-Geral da Associação Empresarial para a Inovação (COTEC Portugal) – que apresentou temas de interesse nacional e regional, proporcionando um debate entre os participantes sobre os caminhos do desenvolvimento económico.

Durante o ano de 2010 foram realizados Encontros Millennium nos distritos de Viseu (10 e 11 de Março), Portalegre (19 e 20 de Abril), Beja (4 e 5 de Maio), Vila Real (5 e 6 de Julho), Guarda (29 e 30 de Setembro) e Viana do Castelo (15 e 16 de Novembro).

No total dos seis eventos participaram 2.909 Clientes e 711 Colaboradores. Atingiu-se em 2010 o objectivo de chegar a todos os distritos portugueses.

AINDA MAIS PRÓXIMO DOS CLIENTES

No âmbito da iniciativa "Ainda Mais Próximo dos Clientes", foram realizados 12 seminários em várias localidades do país (Braga, Coimbra, Guimarães, Porto/Paredes, São João da Madeira, Leiria, Viseu, Famalicão, Barcelos, Viana do Castelo, Covilhã e Aveiro), nos quais participaram cerca de 700 Clientes.

Nestas sessões, além do enquadramento da economia portuguesa e internacional, apresentaram-se as principais consequências para as empresas da implementação pelos Bancos dos critérios de Basileia II e os principais indicadores económico-financeiros e comportamentais utilizados na análise de risco de crédito das empresas pelos Bancos, o novo sistema de normalização contabilística e soluções de apoio ao investimento e às exportações, encerrando com uma apresentação sobre a política comercial do Millennium bcp efectuada por um Administrador do Banco. Os eventos realizados registaram um elevado nível de satisfação dos Clientes, com mais de 90% a considerarem-nos "úteis" ou "muito úteis". Os temas abordados incorporaram informação que se obteve a partir de entrevistas realizadas aos Clientes, na fase de organização dos seminários, o que permitiu responder às suas expectativas relativamente aos aspectos a melhorar no apoio à actividade empresarial.

WORKSHOP PORTA ABERTA

O Millennium bcp é reconhecido pelo mercado como uma referência em inovação. Com o objectivo de trocar experiências e partilhar melhores práticas, o Millennium bcp organizou em Março o *workshop* "Porta Aberta". Este evento contou com a participação de 10 empresas e professores da Universidade Católica Portuguesa e do Instituto Superior Técnico, que foram convidados a partilhar e debater iniciativas no âmbito da inovação. O *workshop* "Porta Aberta" veio reforçar a aposta do Millennium bcp numa cultura transversal de inovação.

COMUNICAR COM OS STAKEHOLDERS

CLIENTES

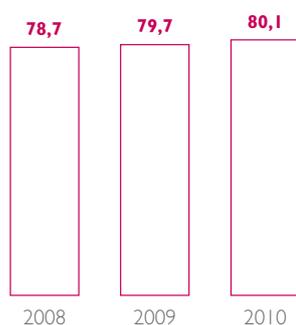
Aferir a satisfação e analisar as situações que dão origem a reclamações contribui para o ajustamento dos processos internos da oferta comercial e dos níveis de serviço do Banco, permitindo incrementar a qualidade da relação com os Clientes.

Inquéritos de satisfação

O sistema de gestão da satisfação do Banco permite recolher a opinião dos Clientes sobre a oferta global e o serviço prestado. Em 2010, em Portugal, manteve-se o ritmo de inquéritos realizados, via postal, a Clientes da Rede de Retalho, e via electrónica a Clientes da Rede de Empresas, tendo-se realizado um total de 23 estudos. A monitorização efectuada permite: i) fixar objectivos quantitativos e ii) implementar planos de acção que visam a melhoria do serviço prestado ao Cliente.

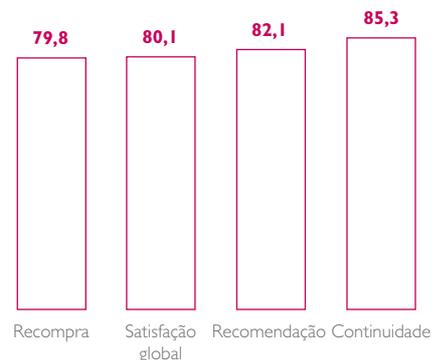
EVOLUÇÃO DA SATISFAÇÃO GLOBAL DOS CLIENTES DA REDE DE RETALHO

Actividade em Portugal
Índice



DESAGREGAÇÃO DO NÍVEL DE SATISFAÇÃO DOS CLIENTES DA REDE DE RETALHO

Actividade em Portugal
Índice



Adicionalmente são efectuados estudos específicos que permitem aprofundar o conhecimento sobre os produtos, serviços e canais de distribuição:

- Em Portugal, os estudos realizados sobre produtos de crédito para particulares permitiram aferir que os Clientes valorizam no Millennium bcp a qualidade de atendimento e a rapidez de decisão, tendo-se alcançado nos produtos de: i) crédito habitação: 84 pontos índice (p.i.) de satisfação e 87 p.i. de recomendação e ii) crédito pessoal: 87 p.i. de satisfação e 86,6 p.i. de recomendação;
- A Rede de Retalho em Portugal (em consequência do esforço consistente na melhoria de aspectos relevados pelas análises efectuadas, nomeadamente: qualidade da relação com os Clientes, clareza da comunicação e informação e adequação da oferta) manteve a trajectória ascendente do índice de satisfação dos Clientes, atingindo o maior valor desde que o Grupo opera com a marca Millennium: 80,1 pontos índice, obtidos no 2.º semestre.

Em 2010, o Millennium bank na Grécia lançou um inquérito de satisfação para Clientes de mass-market, tendo-se registado um nível de satisfação global de 79 p.i.

Em Angola realizou-se um estudo de mercado, denominado “Cliente Mistério” com o intuito de obter um conhecimento mais aprofundado relativamente à qualidade de atendimento das sucursais do Banco. Cada uma das 14 sucursais, objecto do estudo, foi visitada duas vezes e foram inquiridos 31 Colaboradores.

Na Polónia, foram realizados 35 estudos, sendo que se alcançou um nível de satisfação global de 76 p.i.

Reclamações

No ano de 2010 registou-se uma descida global das reclamações recebidas, com excepção para a operação na Roménia.

Em Portugal, a tendência de descida é explicada por:

- Publicação, nos últimos anos, de um significativo conjunto de enquadramentos legais que, ultrapassadas as dificuldades de implementação e o subsequente esclarecimento de dúvidas que haviam suscitado um acréscimo significativo de interpelações nos anos anteriores, vieram clarificar e erradicar focos de tensão entre o Banco e os Clientes;
- Manutenção, em baixa, das taxas de juro de referência para os créditos em carteira;
- Efeito preventivo contra ocorrências recorrentes, do qual resultou o envio de 30 iniciativas e alertas para a Rede Comercial, Unidades Orgânicas e *Process Owners*, responsáveis pelos diversos processos de negócio.

A análise ao Relatório de Actividades de Supervisão Comportamental, do Banco de Portugal, permite concluir que o Millennium bcp se encontra, em número ponderado de reclamações por operações, abaixo da média do Sistema Bancário em três dos quatro produtos analisados.

A nova legislação sobre a tributação dos depósitos e os novos procedimentos para a entrega de cartões de crédito aos Clientes são a principal razão para o crescimento do número de reclamações na Roménia. Ambos os processos estão a ser analisados para que, com uma melhor comunicação entre Colaboradores e Clientes, se eliminem dúvidas e eventuais erros nos procedimentos.

RECLAMAÇÕES DE CLIENTES

	'10	'09	'08	VAR. % '10/'09
RECLAMAÇÕES REGISTRADAS				
Actividade em Portugal	25.682	32.284	36.913	-20,4%
Actividade Internacional ⁽¹⁾	51.303	65.666	28.074	-21,9%
RECLAMAÇÕES RESOLVIDAS ⁽²⁾				
Actividade em Portugal	25.521	33.250	35.970	
Actividade Internacional ⁽¹⁾	50.169	69.158	27.861	
TEMPO MÉDIO DE RESOLUÇÃO DE RECLAMAÇÕES (DIAS)				
Actividade em Portugal	7	8	12	-12,5%
Actividade Internacional ⁽³⁾	17	33	20	-47,6%

(1) Exclui Grécia em 2008, Angola em 2008 e 2009 e Suíça em 2008, 2009 e 2010.

(2) Inclui todas as reclamações resolvidas no ano de reporte, independentemente da data de registo.

(3) Reporte inclui apenas Polónia e Roménia.

Das comunicações dos Clientes entradas através do Provedor do Cliente, 56 foram consideradas como recurso. Relativamente às matérias alvo de queixa, as mais contestadas foram, durante o ano de 2010, as contas de depósito à ordem, crédito à habitação, cartões, cheques e apólices de seguro, que representam 70% dos recursos apresentados.

PROVEDORIA DO CLIENTE DO MILLENNIUM BCP

Actividade em Portugal

	'10	'09	'08	VAR. % '10/'09
RECURSOS TRATADOS NA PROVEDORIA DO CLIENTE	56	83	80	-32,5%
TOTAL DE RECURSOS CONCLUÍDOS	52	81	77	
Recursos concluídos com provimento	11	13	14	
Recursos concluídos improcedentes	41	68	63	
Tempo médio de resposta (dias)	12	16	17	-25,0%

A Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor (DECO) fez chegar ao Banco pedidos de informação sobre: i) taxas de juro praticadas e características de novos produtos lançados pelo Banco; ii) o produto "Fundo Millennium Rendimento Mensal" (taxas de juro e prazos para disponibilização) e iii) confirmação de dados para barómetro (taxas de juro praticadas e principais características dos produtos Crédito Habitação e Crédito Pessoal).

INQUÉRITOS RESPONDIDOS PELO MILLENNIUM BCP À DECO

Portugal

	'10	'09	'08	VAR. % '10/'09
Inquéritos respondidos	73	82	71	-11,0%
Tempo médio de resposta (dias)	1	5	7	-80,0%

COLABORADORES

Os inquéritos de satisfação e motivação, o modelo de comunicação interna, as reuniões anuais de Objectivos e as reuniões de Áreas permitem a partilha de informação e o alinhamento mútuo entre as expectativas e objectivos da Organização e dos Colaboradores.

Inquérito de satisfação e motivação

O Inquérito Anual à Satisfação e Motivação dos Colaboradores realizado no início de 2010 registou uma taxa de participação de 79%, com destaque para a elevada participação dos Colaboradores da Grécia com uma taxa de resposta de 90%. A descida generalizada da satisfação e, sobretudo, da motivação, naturalmente associada ao enquadramento económico vivido, reflectiu-se sobretudo nas redes comerciais do Banco.

Na sequência dos resultados obtidos, para além das análises específicas realizadas e discutidas com as Áreas do Banco com piores níveis de satisfação e motivação que resultaram em planos de acção individuais, foram desenvolvidas acções e programas, cuja descrição se encontra no capítulo Gestão do Talento deste relatório, com o objectivo de melhorar os níveis de satisfação e motivação individual dos Colaboradores.

RESULTADOS DO INQUÉRITO À SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES

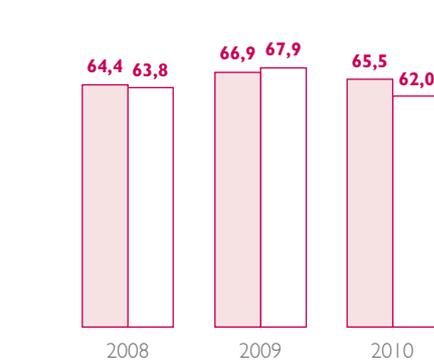
Actividade em Portugal
Índice



■ Satisfação global
□ Motivação

RESULTADOS DO INQUÉRITO À SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES

Actividade Internacional
Índice



■ Satisfação global
□ Motivação

Satisfação dos Clientes internos

O processo de avaliação dos níveis de satisfação com o serviço prestado pelos serviços centrais do Banco foi, em 2010, alargado a 117 áreas internas em Portugal (75 em 2009), tendo sido realizados dois inquéritos globais e 46 estudos específicos. Os níveis de participação, bem como os índices de satisfação registam, desde 2007, um crescimento, o que reflecte não só a preocupação que cada uma das áreas do Banco tem em prestar um serviço de qualidade às restantes áreas com quem se relaciona (Clientes internos), como o interesse em dar *feedback* sobre a forma como esse serviço é prestado.

A qualidade do serviço prestado pelos serviços centrais é considerada como factor fundamental do serviço, que se pretende de excelência aos Clientes, pelo que o resultado destes inquéritos passou a fazer parte dos indicadores de *performance* das áreas avaliadas.

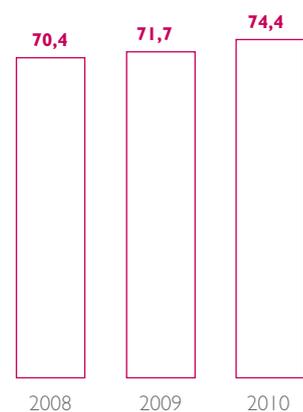
Modelo de comunicação interna

Na prossecução do trabalho que tem vindo a ser feito na melhoria contínua da comunicação com os Colaboradores, 2010 foi o ano em que se verificou maior uniformização na apresentação dos temas divulgados pelos diferentes meios e maior proximidade no diálogo.

- Intranet: atualizada diariamente, a "millenniumnet" é a plataforma por excelência de comunicação, abordando temas de natureza comercial e institucional. Em 2010, foi implementado um sistema de medições de hábitos de leitura das notícias, permitindo avaliar o nível de interesse da informação para os Colaboradores, possibilitando, deste modo, definir uma estratégia de difusão assente nas necessidades informativas dos destinatários.

SATISFAÇÃO DOS CLIENTES INTERNOS

Actividade em Portugal (Satisfação global)
Índice



- Millennium tv: além do programa diário "Millennium Jornal" com os destaques do dia, a Millennium tv produziu, com regularidade, programas de formação e análise, bem como programas em directo, onde todos os Colaboradores são convidados a telefonar e participar; questionando os convidados em estúdio. Os conteúdos de televisão produzidos são disponibilizados via televisão e via intranet para todos os Colaboradores.
- Newsletters: para manter uma relação directa sobre tudo o que acontece no mundo Millennium, é produzida a "About Us", uma newsletter semanal electrónica, bilingue, de âmbito internacional. Ainda no âmbito das newsletters electrónicas, tem-se vindo a padronizar as demais edições internas intradepartamentais e internacionais.

As reuniões de objectivos anuais, realizadas em todas as operações, e as reuniões de Áreas são um espaço de partilha de informação e de alinhamento com os objectivos do Banco, onde são apresentadas e debatidas questões estratégicas para a Organização e para os Colaboradores.

ACCIONISTAS E ANALISTAS

No âmbito do cumprimento das obrigações legais e regulamentares de reporte, o Banco divulga trimestralmente informação relativa aos seus resultados e actividade, tendo sido realizadas conferências de imprensa e *conference calls* com Analistas e Investidores que contaram com a participação dos Membros do CAE.

Durante 2010, o Banco participou em diversos eventos, tendo realizado três *roadshows* em duas grandes praças financeiras mundiais – Londres e Paris – e participado em oito conferências de investidores organizadas por outros Bancos como o HSBC (Londres), Morgan Stanley (Londres), Santander (Lisboa), BES (Nova Iorque), Nomura (Londres), KBW (Londres), Bank of America/Merrill Lynch (Londres) e JP Morgan (Nova Iorque), onde realizou apresentações institucionais e reuniões *one-to-one* com Investidores. Em 2010, foram realizadas 202 reuniões com Investidores. Saliente-se o significativo aumento de contactos com Investidores de dívida do BCP em 2010, representando mais de 10% do total.

Em 2010 respondeu-se igualmente aos inquéritos nacionais e internacionais de responsabilidade social e corporativa e participou-se em diversas iniciativas nacionais de análise às práticas sociais e ambientais das empresas portuguesas.

FORNECEDORES

Em todas as operações do Grupo BCP continua a privilegiar-se a compra a Fornecedores do próprio país. Com o objectivo de integrar as preocupações de responsabilidade ambiental e social, principalmente relacionadas com as práticas laborais, o Millennium bcp, em Portugal incluiu, em 2007, um anexo aos contratos de fornecimento – Princípios para Fornecedores – que estabelece boas práticas de actuação cujo cumprimento é avaliado desde 2009, no âmbito do processo de avaliação de Fornecedores.

FORNECEDORES

	'10	'09	'08	VAR. % '10/'09
NÚMERO DE FORNECEDORES				
Actividade em Portugal	6.388	6.204	6.258	3,0%
Actividade Internacional ⁽¹⁾	7.452	6.302	7.053	18,2%
COMPRAS A FORNECEDORES LOCAIS (%)				
Actividade em Portugal	93%	94%	81%	
Actividade Internacional ⁽¹⁾	95%	92%	90%	
NÚMERO DE FORNECEDORES AVALIADOS				
Actividade em Portugal	217	309	447	-29,8%

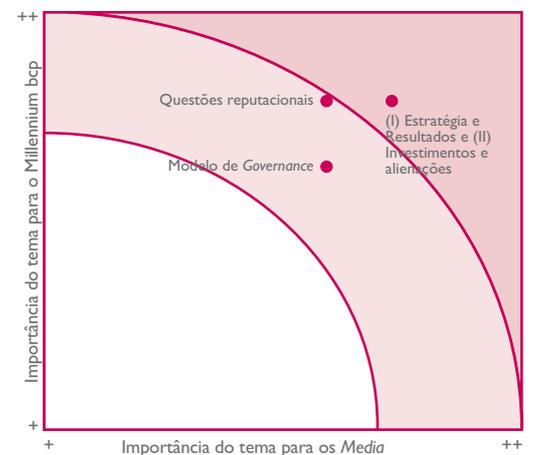
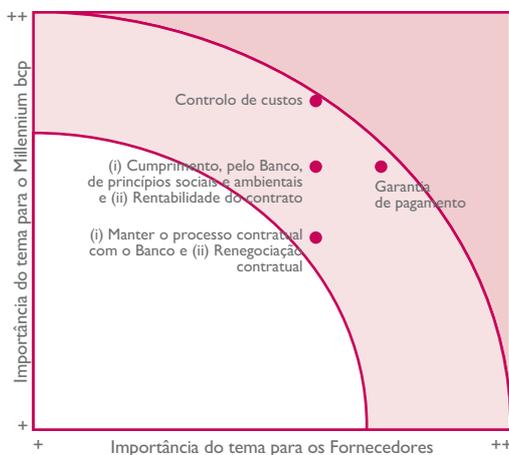
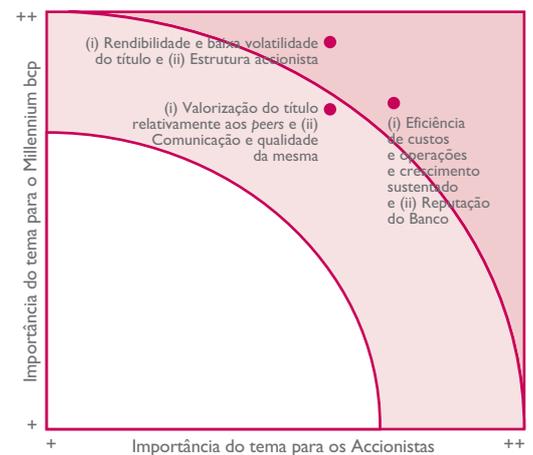
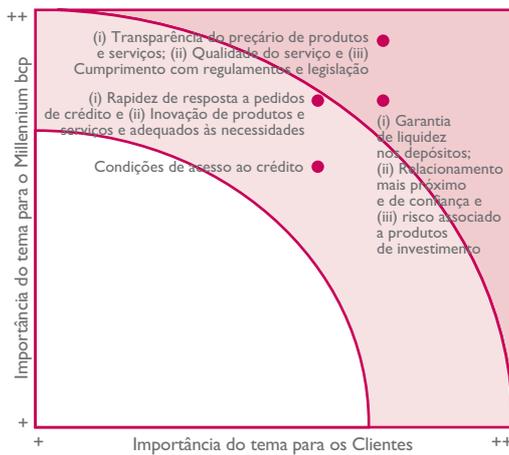
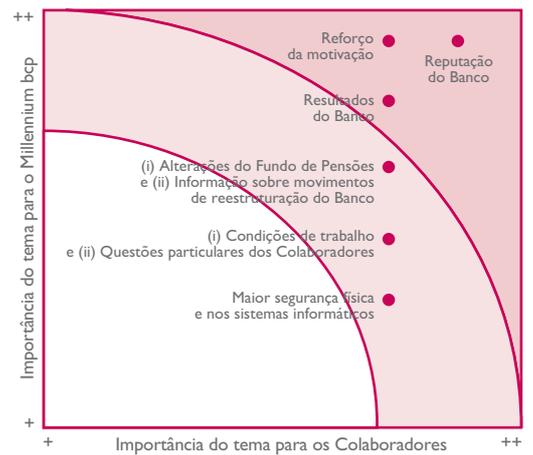
(1) Exclui Angola e Suíça em 2008 e 2009.

CONHECER AS EXPECTATIVAS

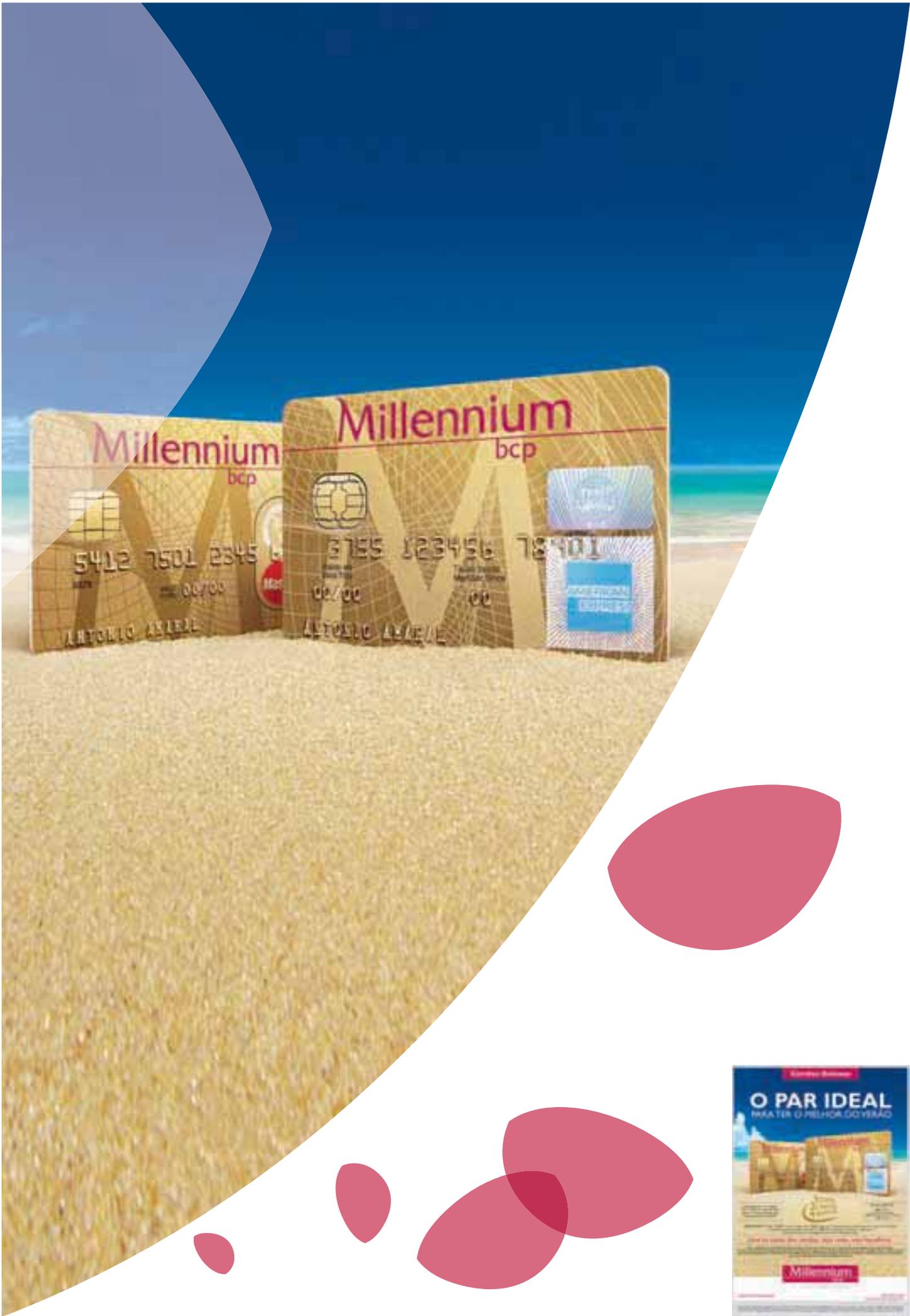
Na sequência do trabalho, realizado em 2009, de actualização do mapeamento dos subgrupos de *Stakeholders* e da identificação dos temas materiais para cada um deles, publicado no Relatório de Sustentabilidade de 2009, realizou-se em 2010 um questionário detalhado aos *Stakeholders* cujo tipo de envolvimento tinha sido identificado como enfocar e informar – Colaboradores, Clientes, Accionistas, Fornecedores, *Media* e Analistas.

Os objectivos deste inquérito foram: i) dar prioridade aos temas que em 2009 já tinham sido identificados como materiais; ii) identificar quais os pontos fortes e oportunidades de melhoria percebidos pelos *Stakeholders* e iii) ter *feedback* sobre a forma como são percebidas as acções desenvolvidas no âmbito do desenvolvimento sustentável.

Os resultados que a seguir se apresentam sistematizam a priorização dos temas materiais para os *Stakeholders* e para o Banco.



A visão estratégica 2011-2013 apresentada no capítulo seguinte, bem como as principais iniciativas implementadas em 2010, nomeadamente a resposta do Millennium bcp à crise dos mercados e ajustamento da agenda estratégica de 2010, pretende fazer face às principais expectativas identificadas, nesta auscultação aos principais *Stakeholders*.



ESTRATÉGIA

AGENDA ESTRATÉGICA PARA 2010: PRINCIPAIS INICIATIVAS

O agravamento da crise financeira internacional, particularmente acentuado na Europa em 2010, conjugado no caso português com a necessidade de ajustamento dos desequilíbrios estruturais, nomeadamente o agravamento da situação orçamental e a deterioração continuada e significativa da posição externa da economia, num quadro de elevados níveis de endividamento público e privado e de baixo crescimento do PIB na última década, a par da deterioração das perspectivas dos participantes nos mercados financeiros internacionais sobre a sustentabilidade da situação das finanças públicas em Portugal, tem-se reflectido num forte aumento do prémio de risco da dívida soberana, para níveis historicamente elevados, que tem comprometido a capacidade de financiamento dos bancos portugueses no mercado de financiamento *wholesale*, colocando na ordem do dia a necessidade de desalavancagem dos seus balanços.

Contudo, os efeitos da crise financeira internacional, e em particular da crise de risco soberano, não são visíveis apenas sobre os níveis de actividade dos bancos, mas afectam também a demonstração de resultados, por via da deterioração da condição financeira das empresas e dos particulares, estes últimos devido ao aumento do desemprego e à implementação de medidas com impacto relevante ao nível do rendimento disponível das famílias, com reflexo no nível de crédito em incumprimento, com impacto superior ao estimado ao nível do custo do risco. Acresce ainda que as dificuldades em obter financiamento por parte das instituições financeiras portuguesas junto dos mercados tornou mais difícil o acesso ao crédito, por parte dos Clientes, apesar de a Banca ter continuado a assegurar o financiamento regular dos agentes económicos.

O Millennium bcp respondeu à crise dos mercados de dívida soberana essencialmente através: i) de um posicionamento defensivo na gestão do *funding*; ii) do aumento dos activos descontáveis junto do Banco Central Europeu; iii) da diminuição do crescimento da carteira de crédito, a par de um esforço de captação de recursos, em ordem a controlar o *gap* comercial; iv) de um esforço no sentido de *repricing* (ajustamento do preço ao risco do Cliente) e de aumento do comissionamento, procurando melhorar os proveitos de base, o que, conjugado com as iniciativas de contenção dos custos, se traduziu na melhoria dos resultados e v) de optimização dos activos ponderados pelo risco, procurando obter um rácio de *Tier I* próximo de 10%. O Millennium bcp procedeu assim ao ajustamento da sua agenda estratégica para 2010, tendo as iniciativas implementadas assentado nos seguintes três vectores:

INICIATIVAS MILLENNIUM BCP EM 2010

AUMENTAR A CONFIANÇA	PREPARAR A SAÍDA DA CRISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	ENFOQUE E SUSTENTABILIDADE
<ul style="list-style-type: none"> • Reforço do relacionamento com os Clientes • Melhoria dos rácios de capital via redução dos activos ponderados pelo risco (RWA) • Manutenção do controlo do <i>gap</i> comercial • Melhoria dos resultados 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Repricing</i> do crédito • Crescimento em recursos • Melhoria dos colaterais em operações de crédito • Aumento expressivo dos Activos elegíveis junto do BCE • Lançamento de um Banco inovador baseado na plataforma do ActivoBank 	<ul style="list-style-type: none"> • Simplificação organizativa • Contenção de custos • Cobrança efectiva de comissões pelos serviços prestados • Enfoque no <i>portfolio</i> internacional <ul style="list-style-type: none"> – Alienação das operações na Turquia e nos EUA – Obtenção de licença <i>on-shore</i> em Macau

De forma sucinta, apresentam-se de seguida as iniciativas implementadas em 2010 no âmbito dos três vectores de actuação referidos anteriormente.

I. AUMENTAR A CONFIANÇA

Reforço do relacionamento com os Clientes

- Reforço da política de proximidade e do relacionamento com os Clientes, visando o aumento do número de contactos e o acompanhamento regular da sua actividade, permitindo a identificação de novas oportunidades de negócio, assim como detectar eventuais sinais de dificuldade que permitam uma actuação preventiva por parte do Banco. Promoção de eventos com Clientes para partilha de informação.

- Continuação do investimento na formação dos Colaboradores, por forma a ser promovida uma cultura de rigor, transparência e qualidade no serviço aos Clientes.
- Reforço dos processos de avaliação da satisfação dos Clientes, permitindo análises globais de satisfação e análises específicas a produtos e canais de distribuição.
- Consolidação do microcrédito Millennium bcp com a divulgação desta solução junto do maior número possível de pessoas elegíveis, através da presença em eventos de empreendedorismo, protocolos com entidades que têm uma interacção directa com a população, promoção de encontros e reportagens.

Melhoria dos rácios de capital via redução dos RWA

- Implementação de medidas que visam a redução da concentração das exposições e a diminuição do peso dos 20 maiores Clientes/grupos em termos de crédito bruto e *exposure at default* (EAD) em 2010, tendo-se verificado um decréscimo, face ao ano anterior, de 1 p.p. e 0,8 p.p., respectivamente.
- Alienação de activos não estratégicos, nomeadamente as operações do Banco na Turquia e nos EUA, e reforço do nível de colateralização nas operações de crédito.

Manutenção do controlo do gap comercial

- Adopção de políticas de concessão de crédito mais restritivas, que se consubstanciaram na redução de 2,8% do crédito bruto em Portugal face a 2009 (-0,7% em base consolidada), a par de medidas para a captação de recursos de clientes, tendo-se verificado um aumento de 0,7% em 2010 face ao ano anterior (+1,6% em base consolidada).

Melhoria dos resultados

- Aumento dos proveitos, em base consolidada, nomeadamente da margem financeira de 13,7% e das comissões líquidas de 10,9%, e estabilização dos custos operacionais, que aumentaram 4,1% em termos consolidados, tendo em Portugal sido registado um aumento de apenas 0,7%.

II. PREPARAR A SAÍDA DA CRISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Repricing do crédito

- Análise aprofundada da carteira de crédito do Banco com o objectivo de proceder à avaliação e identificação da base de incidência do *repricing* e à definição dos alvos para uma primeira abordagem/vaga, a qual ascendeu a cerca de 17 mil milhões de euros (carteira de crédito excluindo crédito hipotecário, crédito sindicado e outros créditos, nomeadamente crédito vencido). Em 2010, no âmbito da primeira vaga, foi ajustado o *pricing* ao aumento do custo do risco de operações de crédito no montante de 5,6 mil milhões de euros, ou seja, 33% do alvo e cerca de 8% do total de crédito do Banco, com impacto favorável previsto superior a 112 milhões de euros nos proveitos do Banco até ao final de 2011.

Crescimento em recursos

- Adopção de uma política comercial enfocada na captação de recursos, privilegiando a captação de recursos de balanço, com preferência por prazos mais longos. Adicionalmente, foi reforçada a oferta de produtos de *bancassurance*, quer em produtos de capitalização, quer em produtos de poupança e reforma, dinamizando-os através de campanhas específicas de captação.
- Promoção activa da comercialização de produtos associados a pequenas poupanças, caracterizados por contribuírem para o aumento do nível de fidelização dos Clientes, dada a criação de hábitos de poupanças programadas.

Melhoria dos colaterais em operações de crédito

- Lançamento da Base de Dados de Bens (vertente de imóveis) em Dezembro de 2009 e subsequente trabalho de depuração e validação dos dados recolhidos e migrados. Reforço e alinhamento da política de colateralização das operações de crédito por critérios de elegibilidade relativos à mitigação de risco no âmbito do cálculo de capital regulamentar (efeitos sobre o rácio de solvabilidade) e por critérios de elegibilidade para operações de financiamento do Banco (obrigações hipotecárias, BCE).
- Validação pontual e selectiva dos registos e tipificação de colaterais em operações com impacto relevante no apuramento dos activos ponderados pelo risco (RWA) e maior consciencialização das redes comerciais para a importância da obtenção de mais e melhores colaterais às operações de crédito.

Aumento expressivo dos activos elegíveis junto de Bancos Centrais

- Prossecução da política de reforço de activos elegíveis para desconto junto de Bancos Centrais, com particular enfoque no BCE, cuja carteira aumentou em 10 mil milhões de euros face a 2009, ascendendo, em Dezembro de 2010, a 20,6 mil milhões de euros (total consolidado, após *haircuts*).

Lançamento de um Banco inovador baseado na plataforma do ActivoBank

- Atendendo à importância da inovação, enquanto factor distintivo face à concorrência, de excelência e que permite a capitalização das capacidades comerciais e de serviço ao Cliente, foi lançado de um novo conceito de banca, assente na plataforma do ActivoBank, baseado na simplicidade do serviço ao Cliente, conveniência, transparência e presença em canais de distribuição e comunicação emergentes.

SÍNTESE DAS INICIATIVAS ESTRATÉGICAS DE NEGÓCIO EM 2010

RENDIBILIDADE E ENFOQUE – NEGÓCIO

MELHORIA DA RENDIBILIDADE

- Resultados aumentaram 33,9% para 301,6 milhões de euros em 2010, impulsionados pelas operações internacionais e pela recuperação em Portugal.
- Produto bancário aumentou 16%, com proveitos base a aumentarem 12,7%.
- Manutenção do controlo de custos, apesar da expansão em África e recuperação na Polónia.
- Reenfoque nos recursos: recursos de clientes aumentaram 1,6% em 2010, evidenciando forte recuperação nos recursos de balanço, que aumentaram 2,4 mil milhões de euros no 2.º semestre.

ENFOQUE E AFINIDADE NAS OPERAÇÕES INTERNACIONAIS

- Enfoque do *portfolio*: venda das operações na Turquia e EUA, com contribuição negativa para resultados e reenfoque nas operações na Polónia, Moçambique e Angola.
- Melhoria da contribuição das operações internacionais:
 - sucesso do *turnaround* na Polónia – resultados aumentaram de 0,3 milhões de euros para 81,3 milhões de euros, com a recuperação dos proveitos, plano de redução de custos e melhoria do custo do risco;
 - expansão rentável em África: aceleração do plano de expansão em Angola e Moçambique, mantendo uma rentabilidade elevada.
- Inauguração de uma sucursal *on-shore* em Macau, criando uma nova base para o triângulo estratégico China/Macau, África lusófona e Europa.

TRANSFORMAÇÃO E RENDIBILIDADE EM PORTUGAL

- *Repricing* e iniciativas de proveitos: margem financeira aumentou 7,2% e comissões 9,7%.
- Custos aumentaram apenas 0,7% em 2010, após redução de 14,5% em 2008 e 5,1% em 2009. Rácio de eficiência melhorou para 51,3%.
- Reenfoque nos recursos: recursos de clientes aumentaram 0,7% em 2010 e recursos de clientes de balanço recuperaram 1,5 mil milhões de euros no 2.º semestre. Crédito diminuiu 2,8%.
- Novo modelo de distribuição do Retailo.
- Lançamento de um novo conceito inovador de banca – ActivoBank by Millennium.

III. ENFOQUE E SUSTENTABILIDADE

Simplificação organizativa

- Continuação das iniciativas de reestruturação organizacional, nomeadamente a reestruturação da Direcção de Recuperação de Crédito e a implementação do novo modelo de distribuição da Rede de Retailo. Conclusão do processo de reestruturação do Private Banking, tendo em vista o reforço dos princípios estruturantes para o desenvolvimento do negócio desta área, nomeadamente maior e melhor acompanhamento comercial, salvaguarda da qualidade da carteira de crédito, enfoque nos mercados relevantes, visando reforçar o cumprimento das normas internas, regulamentares e legais aplicáveis e a melhoria do contributo para os resultados do Banco.

Contenção de custos

- Manutenção dos esforços no controlo e na contenção de custos, nomeadamente da rubrica de Outros Gastos Administrativos, com enfoque nos custos com transporte de valores (-10,7% face a 2009), deslocações (-8,6%) e comunicações (-2,4%).
- Continuação do plano de introdução de medidas ecoeficientes com o duplo objectivo de redução de custos e de redução de consumos de recursos naturais.

Cobrança efectiva de comissões pelos serviços prestados

- Implementação de iniciativas de alinhamento do preço de comissões do Banco com a concorrência, estudo de novas formas de comissionamento e adopção, sem excepções, do princípio da cobrança de comissões sempre que ocorra a prestação de serviços por parte do Banco, nos termos do preço.

Enfoque no *portfolio* internacional

- Enfoque nos mercados europeus que assegurem uma presença competitiva e posição significativa no médio e longo prazo (Polónia) e continuação do investimento em mercados com afinidade (Moçambique e Angola), com aceleração do plano de negócio/investimentos de expansão e modernização. É de salientar que, em Angola, como resultado da concretização da parceria estratégica com o Grupo Sonangol e com o Banco Privado Atlântico, o Banco encontra-se agora melhor posicionado para crescer organicamente, expandir a rede de sucursais e aumentar a sua cobertura nas várias províncias.
- Obtenção da autorização do Governo da Região Administrativa Especial de Macau para o exercício da actividade bancária nesta região, através da conversão da sucursal *off-shore* do Millennium bcp numa sucursal *on-shore*, o que se enquadra na estratégia de presença do Banco como eixo/elo de ligação no triângulo China/Macau, África lusófona e Europa, procurando ser um parceiro privilegiado nas transacções associadas aos fluxos financeiros entre a China e alguns mercados em que o BCP opera (Portugal, Polónia, Angola e Moçambique), nomeadamente associados ao investimento directo externo, comércio externo e às transferências de emigrantes chineses.
- Desinvestimento em activos considerados não estratégicos através da alienação das operações do Banco na Turquia e nos EUA.

SÍNTESE DAS INICIATIVAS ESTRATÉGICAS DE SUSTENTABILIDADE EM 2010**RENDIBILIDADE E ENFOQUE – SUSTENTABILIDADE**

GESTÃO DE LIQUIDEZ	<ul style="list-style-type: none"> • Redução do <i>gap</i> comercial em 2010. • Refinanciamento da dívida de médio e longo prazo em 2010 através de <i>pre-funding</i>, emissões e redução do <i>gap</i> comercial. • Reforço dos activos elegíveis em Bancos Centrais para 20,6 mil milhões de euros em 2010. • Plano de liquidez reforçado: <ul style="list-style-type: none"> – plano de <i>deleveraging</i> e redução do rácio <i>loan to deposits</i> a prosseguir até 2013; – compromisso com refinanciamento em mercado; – diversificação das fontes de financiamento; – reforço dos activos elegíveis para 25 mil milhões de euros em 2011; – refinanciamento de 2011 assegurado.
GESTÃO DE CAPITAL	<ul style="list-style-type: none"> • Rácio <i>Core Tier I</i> aumentou para 6,7% e <i>Tier I</i> para 9,2%, utilizando o método IRB. • Alienação da Eureka e operações na Turquia e EUA. • Redução dos RWA, via optimização e <i>deleveraging</i>. • Mitigação do risco do Fundo de Pensões: passagem das responsabilidades futuras dos actuais trabalhadores para a Segurança Social, excluindo doença (baixa), invalidez e morte. • Plano de capital claro e definido para superar os requisitos do novo Acordo de Basileia III. • Forte disciplina de capital.
GESTÃO DO RISCO	<ul style="list-style-type: none"> • Reforço do provisionamento para 3,3% do crédito: cobertura de crédito vencido há mais de 90 dias em 109,4% (113,3% em Portugal). • Reconhecimento de imparidade para <i>goodwill</i> de 147,1 milhões de euros da operação na Grécia. • Portugal: crédito vencido há mais de 90 dias de 2,9% em 2010 aumentou menos do que em 2009, e evidencia uma melhoria face ao terceiro trimestre de 2010. <ul style="list-style-type: none"> – carteira de crédito a empresas diversificada e sem elevadas concentrações sectoriais (construção 7,6%, imobiliário 4,6%), baixo peso do crédito ao consumo e bons rácios de sinistralidade em crédito habitação; – não existe bolha imobiliária em Portugal. • Promoção de uma Cultura de Rigor.

VISÃO ESTRATÉGICA 2011-2013: RENDIBILIDADE E ENFOQUE

O Banco procedeu a uma adaptação da sua visão para o período de 2011-2013, que passou a designar-se de “Rendibilidade e Enfoque”.

O Millennium bcp elegeu como principal objectivo a “Rendibilidade” da operação em Portugal, nos vários segmentos de negócio, apoiada por um esforço sustentado de contenção de custos. Em paralelo, o Banco está também focado no controlo do risco, na eficiência, na inovação e no serviço ao Cliente.

A estratégia de “Enfoque” e afinidade nas operações internacionais reflecte-se na atenção aos mercados europeus que assegurem uma presença competitiva e uma posição significativa no médio e longo prazo e na aposta em mercados com afinidade (Angola e Moçambique).

A visão do Banco para 2011-2013 apoia-se ainda num terceiro pilar; a "Sustentabilidade", que se consubstancia na optimização da gestão de capital e da liquidez e no fortalecimento do controlo de risco, procurando reforçar a prevenção, rever a concessão de crédito e reforçar a recuperação.

VISÃO ESTRATÉGICA 2011-2013: RENDIBILIDADE E ENFOQUE

RENDIBILIDADE E ENFOQUE: RENDIBILIDADE DA OPERAÇÃO EM PORTUGAL E ENFOQUE NA EUROPA E NOS MERCADOS DE AFINIDADE

RENDIBILIDADE EM PORTUGAL

- Assegurar a rentabilidade e a eficiência nos vários segmentos em Portugal.
- Sustentar o esforço de redução de custos em Portugal.

ENFOQUE E AFINIDADE NAS OPERAÇÕES INTERNACIONAIS

- Enfoque nos mercados europeus que assegurem uma presença competitiva e posição significativa no médio e longo prazo.
- Continuar a investir em mercados com afinidade.

SUSTENTABILIDADE

- Optimizar a gestão de capital e liquidez.
- Fortalecer o controlo de risco: reforçar a prevenção, rever a concessão de crédito, reforçar a recuperação.

MOBILIZAR A ORGANIZAÇÃO

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA 2011-2013

No período de 2011-2013, as principais orientações estratégicas a implementar enquadram-se em três vectores orientadores:

- **Financeiro:** por forma a manter a tendência de crescimento dos resultados consolidados do Banco iniciada em 2008;
- **Organizacional:** por forma a manter o envolvimento dos Colaboradores, o enfoque na inovação e no rigor como uma vantagem competitiva no mercado;
- **Negócio:** por forma a simplificar e a alinhar o modelo de negócio, enfocando nas áreas de negócio e nos mercados estratégicos do Banco.

VISÃO ESTRATÉGICA A MÉDIO PRAZO ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS 2011-13: RENDIBILIDADE E ENFOQUE

FINANCEIRO

- Recuperação sustentada da margem financeira e das comissões.
- Manter o esforço de contenção de custos.
- Reforço do capital e da liquidez.

ORGANIZACIONAL

- Fortalecer a cultura e a imagem de rigor.
- Motivar e envolver os Colaboradores.
- Promover a inovação como vantagem competitiva.
- Manter o *disclosure* e a transparência da informação.

NEGÓCIO

- Simplificação organizativa.
- Reorganização do Retailho.
- Alinhamento do modelo de negócio.
- Enfoque nos mercados internacionais core.

I. FINANCEIRO

Este vector compreende a recuperação sustentada da margem financeira e das comissões, a par de um esforço de contenção de custos.

Em relação ao aumento da margem financeira destacam-se: i) o enfoque na captação de recursos de clientes em Portugal, com *spreads* adequados, em particular de produtos de pequenas poupanças programadas para particulares e de produtos de tesouraria para PME e Corporate; ii) a continuação do processo de *repricing*; iii) os ganhos de quota de mercado nas operações internacionais, nomeadamente em mercados emergentes em que o crescimento potencial do PIB está a convergir para o seu nível de produto potencial (Angola e Polónia)

e a manutenção da liderança em Moçambique e iv) a alavancagem da base de Clientes e das capacidades internas para obter crescimento adicional em produtos e serviços de valor acrescentado.

A recuperação sustentada das comissões será baseada no enfoque nas áreas geradoras de comissões com reduzidas necessidades de liquidez, no aumento do *cross-selling* associado ao *leasing*, seguros de vida, fundos mobiliários e de pensões, instrumentos de *hedging*, cartões e outros sujeitos a comissionamento e também na redução de *leakage*.

A par dos esforços de aumento dos proveitos, o Millennium bcp continuará focado em controlar os custos operacionais.

O Banco continuará a preparar os seus rácios regulamentares para uma envolvente de regulação mais exigente, suportado na redução do *gap* comercial, no reforço do relacionamento com bancos correspondentes, no aumento dos activos elegíveis para cerca de 25 mil milhões de euros no final de 2011 e procurará obter refinanciamento no mercado quando este abrir.

II. ORGANIZACIONAL

Este vector centra-se no reforço da cultura e imagem do Banco, na motivação e no envolvimento dos Colaboradores, na promoção da Inovação como uma vantagem competitiva principal e na manutenção da transparência ao nível da divulgação da informação.

Assim, relativamente ao reforço da cultura e imagem do Banco, será aumentada a proximidade aos Clientes e reforçada a importância da função de *compliance*, a cultura e os valores do Banco e a política de gestão de risco conservadora.

Para motivar e aumentar o envolvimento dos Colaboradores, o Banco irá basear a sua actuação no enfoque em programas de desenvolvimento das capacidades dos Colaboradores, num programa interno de geração de ideias e no envolvimento dos Colaboradores em iniciativas fora do âmbito da sua actividade diária.

Desenvolver o ActivoBank, que pretende servir os Clientes utilizadores de redes sociais e que visa facilitar o relacionamento destes com o Banco, a par da promoção de eventos com Clientes, são a expressão das iniciativas de promoção da inovação.

Reforçar a divulgação e promover a participação de alguns *Stakeholders* em acções de responsabilidade social do Banco. Continuar a promover as acções desenvolvidas pela Fundação Millennium bcp, na área da educação, cultura e beneficência.

Aumentar o nível de *disclosure* nos seus relatórios públicos. O Banco compromete-se a cumprir com todos os requisitos de informação, baseados no novo enquadramento regulamentar, e a aumentar o nível de informação e transparência a todos os *Stakeholders*.

III. NEGÓCIO

As principais iniciativas neste âmbito prendem-se com a simplificação da Organização, com a reorganização do Retalho e com o alinhamento dos modelos de negócio.

Em relação à simplificação organizacional, salientam-se o programa "Ser Lean D.O.", que pretende promover a mudança de comportamentos, combinada com o aumento da eficiência e produtividade na Direcção de Operações, e a análise do modelo operacional da Direcção de Recuperação Standardizada, com enfoque na eficiência de processos, na capacidade e responsabilidade das equipas, no modelo de negócio e no relacionamento com advogados externos.

No âmbito da reorganização do Retalho, destaca-se o projecto "MP4", que visa recuperar o produto bancário, aumentar a eficiência e reforçar a recuperação. Este projecto consiste num novo modelo de Organização, na melhoria das ferramentas para chegar ao Cliente, num novo paradigma de vendas e no reconhecimento de que a recuperação também é negócio.

Relativamente ao realinhamento do modelo de negócio, importa salientar a conclusão do modelo de reorganização do Private Banking e o ajustamento do modelo de negócio na Grécia – com incorporação da actividade de Banca de Negócios no Retalho – e na Roménia. O Millennium bcp está focado em desenvolver o negócio nas restantes operações internacionais – Polónia, Moçambique e Angola – no âmbito da sua Visão Estratégica para 2011-2013 de enfoque nos mercados europeus que assegurem uma presença competitiva e uma posição significativa no médio e longo prazo e na aposta em mercados com afinidade. De salientar ainda a importância estratégica da inauguração da sucursal do Millennium bcp em Macau com licença plena *on-shore*, que visa estabelecer-se como uma plataforma internacional de negócios entre a China/Macau, a África lusófona e a Europa.

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E FINANCEIRO

APRECIÇÃO GLOBAL

A economia mundial registou um desempenho mais favorável em 2010 e perspectiva-se que o processo de recuperação económica possa prosseguir, mesmo que de forma mais moderada, ao longo de 2011. O preço das matérias-primas aumentou de forma significativa com impacto na evolução das taxas de inflação. Os mercados financeiros apresentaram comportamentos menos voláteis, mas acentuou-se a diferenciação por emitente em função do respectivo risco de crédito, designadamente no plano do risco soberano.

A intensidade da crise que continua a afectar vários Estados soberanos da periferia europeia, incluindo Portugal, exigiu acções de assistência externa para estabilização das economias e de suporte aos sistemas financeiros, primeiro na Grécia e mais recentemente na Irlanda. Não obstante a disponibilização de financiamento excepcional a estes países, subsiste um clima de incerteza e de tensão recorrente.

A alteração significativa das condições e fluxos de financiamento da economia portuguesa, decorrente dos receios relativos à sustentabilidade da dívida a prazo, das dificuldades do processo de consolidação orçamental e do cepticismo dos investidores quanto ao potencial de crescimento, tornou inadiável a redução dos níveis de endividamento do sector público e dos agentes privados. Projecta-se o retorno a uma conjuntura recessiva em 2011, não obstante o contributo positivo que se antevê para o crescimento por parte da procura externa líquida. Nos anos seguintes, o retorno a um contexto mais normalizado dependerá em boa medida do alcance e do sucesso das medidas de correcção agora implementadas.

Este enquadramento é muito adverso para os volumes de negócio, para a qualidade do crédito e para o custo dos recursos do sector bancário português e ganha uma dimensão acrescida tendo em conta a necessidade de inverter o clima de desconfiança sobre a capacidade financeira do Estado português e do sector privado. Dados os constrangimentos externos e as dificuldades internas, no plano da gestão corrente, é imperativo persistir no rigoroso controlo dos custos e na selectividade nas despesas de investimento, traduzindo o compromisso de uma correcta afectação dos recursos escassos, de defesa da rentabilidade, de suporte de estabilidade do emprego e como factor gerador de confiança.

I. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO MUNDIAL

RECUPERAÇÃO DA ACTIVIDADE ECONÓMICA MUNDIAL EM 2010...

A actividade económica mundial retomou uma trajectória de crescimento em 2010, em particular nos países de maior vocação exportadora. Destaca-se o vigor das economias em desenvolvimento, cujo ritmo de crescimento do PIB correspondeu quase ao triplo do valor médio verificado nos países avançados. O crescimento económico mundial estimado para 2010 é de cerca de 5,0%.

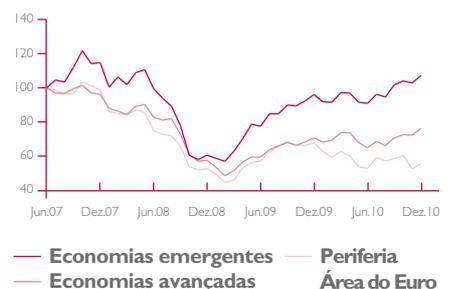
PROJEÇÕES ECONÓMICAS DO FMI

	'09	'10 (E)	'11 (P)	'12 (P)
Mundo	-0,6	5,0	4,4	4,5
Economias avançadas	-3,4	3,0	2,5	2,5
Economias emergentes	2,6	7,1	6,5	6,5
EUA	-2,6	2,8	3,0	2,7
Área do Euro	-4,1	1,8	1,5	1,7
China	9,2	10,3	9,6	9,5
Brasil	-0,6	7,5	4,5	4,1
África do Sul	-1,7	2,8	3,4	3,8

Fonte: FMI, Jan. 2011.

RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA MUNDIAL PROPORCIONA MELHORIA PARCIAL NO CLIMA DE CONFIANÇA

Índices agregados de mercados de acções
(Junho 2007=100)



Fonte: Datastream

Nota: Índices Área do Euro ponderados pelo peso país.

...COM FRACO IMPACTO NA REDUÇÃO DO DESEMPREGO...

A fase inicial e a incerteza com a sustentabilidade e vigor da recuperação económica têm condicionado a evolução do mercado de trabalho. Efectivamente, não se regista ainda uma redução consistente do desemprego, que se mantém em valores historicamente muito elevados e evidencia um aumento da componente estrutural.

...E COM DESAFIOS SIGNIFICATIVOS PARA 2011

Para 2011 projecta-se a continuidade do ciclo de recuperação, com menor intensidade do que em 2010 e ainda caracterizado por alguma disparidade. Na identificação dos riscos para os cenários económicos relativos a 2011 sobressaem, de modo consensual, os desenvolvimentos da crise soberana dos Estados-membros da Área do Euro e as suas repercussões institucionais.

Este factor não é exclusivo da Europa. Os EUA também se encontram numa situação de endividamento excessivo, pelo que persistem preocupações com a folga orçamental a prazo e respectivos impactos na economia mundial. Acrescem outros riscos, nomeadamente a sustentabilidade do processo de crescimento de países asiáticos, fenómenos de estrangulamento na oferta de matérias-primas de base e tensões internacionais decorrentes de uma deficiente coordenação das políticas económicas a nível global, que poderão ter manifestações mais concretas nos mercados cambiais ou no livre comércio.

Os receios deflacionistas atenuaram-se e despontaram pressões inflacionistas relacionadas com a evolução do preço das matérias-primas de base, com o agravamento da tributação directa no consumo e com os desenvolvimentos cíclicos mais favoráveis.

A inversão do ciclo recessivo e a ocorrência de catástrofes naturais pontuais induziram uma pressão ascendente sobre os preços das matérias-primas. Em alguns casos, retomaram-se níveis de preços superiores aos que se verificavam antes da crise, nomeadamente em bens alimentares, de proporções dramáticas nos países e para as populações de menores recursos. A adopção de soluções mais eficientes na produção e na utilização de recursos escassos e maior coordenação e consistência das políticas globais assumem uma importância crescente no equilíbrio geoestratégico mundial.

2. MERCADOS FINANCEIROS E ACTIVIDADE BANCÁRIA**ATENUAÇÃO NO SENTIMENTO DE AVERSÃO AO RISCO GLOBAL...**

A redução da volatilidade nos mercados e a conjuntura económica mais favorável possibilitaram uma maior regularidade no funcionamento dos mercados financeiros e suscitaram a revisão das estratégias de investimento, promovendo uma maior exposição aos activos cíclicos por contrapartida de uma redução dos investimentos em activos de refúgio.

NORMALIZAÇÃO DA POLÍTICA MONETÁRIA E REDUÇÃO DOS RISCOS DEFLACIONISTAS INDUZEM AUMENTO DAS TAXAS DE JURO

Taxas de Juro de Curto e Médio Prazo
(em %)



— Taxa de Juro
Euribor 3m

— Taxa de Juro
Swap 5 anos

Fonte: Datastream.

...AUMENTO DAS PRINCIPAIS TAXAS DE JURO INDEXANTES EUROPEIAS...

As taxas de juro Euribor subiram no segundo semestre. Não se perspectiva um aumento significativo das taxas de juro Euribor ao longo de 2011, tendo em conta a dimensão dos riscos que ainda pendem sobre a actividade e o facto de as pressões inflacionistas ainda se revelarem relativamente controláveis e consistentes com a manutenção da taxa de refinanciamento em 1%. Neste pressuposto, os juros de referência para os empréstimos domésticos deverão permanecer em níveis historicamente baixos, atenuando o impacto da conjuntura adversa nos orçamentos familiares, que é sobretudo acomodado via contas de exploração dos bancos.

...E INSTABILIDADE EM MERCADOS ESPECÍFICOS DA ÁREA DO EURO

A recuperação do clima de confiança ainda não se estendeu aos mercados da periferia europeia. A reapreciação do risco de crédito soberano intensificou-se, provocando um aumento exponencial dos juros exigidos pelos investidores não residentes para deter dívida de emitentes destes países. Mantendo-se tal nível de juros, tornar-se-á insustentável e obrigará a ajustamentos, próprios ou com o recurso à ajuda externa.

ESTAGNAÇÃO NA ACTIVIDADE BANCÁRIA DE RETALHO...

O sector bancário continua a ser afectado pelo impacto desfasado da crise financeira. As condições de financiamento permanecem restritivas, o nível de incerteza é elevado, a disponibilidade de financiamento é escassa. Deste modo, na Área do Euro, o crédito à economia contraiu-se, em termos homólogos, na primeira metade do ano e a recuperação no segundo semestre foi moderada e parcial.

...PRESSÃO SOBRE AS MARGENS DE LUCRO E QUALIDADE DE CRÉDITO...

A escassez de financiamento provocou aumento no custo dos fundos para a actividade bancária, em particular nos países com desequilíbrios macroeconómicos mais acentuados. O estreitamento da margem financeira implicou um esforço acrescido sobre as demais rubricas de resultados na defesa da rentabilidade e da solidez das instituições financeiras.

...EXIGEM GESTÃO CRITERIOSA NA APLICAÇÃO DOS RECURSOS ESCASSOS

A deterioração na qualidade do crédito apresenta indícios de estabilização. A redução do nível elevado das imparidades e consequente atenuação destas dinâmicas desfavoráveis sobre a rentabilidade dos bancos depende da capacidade dos países retomarem ritmos de crescimento mais próximos do respectivo padrão histórico. Esta capacidade não é uniforme e depende, em primeira instância, da condição financeira do próprio país, pelo que será provável que se mantenha a assimetria nos desempenhos económicos entre os Estados-membros da União Europeia e dos respectivos sistemas financeiros.

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E REGULAMENTAR MAIS EXIGENTE...

A reformulação do quadro regulamentar compreende uma alteração profunda das regras e dos requisitos mínimos a que as instituições financeiras estarão sujeitas nos próximos anos. As novas regras institucionalizam níveis de capitalização mais exigentes, no montante e na qualidade, implicam uma maior restritividade na concessão de crédito e introduzem requisitos inovadores sobre a gestão da liquidez. Estas regras, formuladas com a intenção de robustecer a solvabilidade do sistema financeiro, produzem, todavia, efeitos colaterais perversos, sob a forma de desincentivo ao crédito, encarecimento dos recursos financeiros e maior complexidade de procedimentos.

Quer a profundidade das alterações previstas quer a pressão de mercado exigem uma concretização antecipada das novas regras, diminuem os graus de liberdade das instituições financeiras e condicionam a afectação dos recursos e a gestão das instituições financeiras.

...E INCIDÊNCIA FISCAL ESPECÍFICA SOBRE O SECTOR BANCÁRIO...

Cumulativamente com as alterações regulamentares, a fiscalidade específica do sector bancário tem sofrido alterações, mormente com a aplicação de contribuições singulares sobre elementos do activo ou passivo. A receita permitirá o financiamento corrente do Estado ou a constituição de um fundo de reserva que assistirá em caso de situações futuras de crise no sistema. O reflexo destas medidas na estrutura e na rentabilidade dos bancos variará em função da dimensão da instituição, da sua relevância sistémica, estrutura financeira e exposição ao risco, mas constitui um elemento de penalização do sistema face aos restantes sectores económicos com que concorre na captação e remuneração de recursos produtivos.

...INCENTIVAM À REFLEXÃO ESTRATÉGICA NO SEIO DAS INSTITUIÇÕES

As diferentes e sucessivas vagas da crise, a pressão dos mercados, a fragilidade da actividade económica subjacente, a instabilidade na Área do Euro, a reformulação do quadro regulamentar e o agravamento da carga fiscal ou para-fiscal constituem alterações substanciais no ambiente de negócios enfrentado pelas instituições financeiras. Em alguns casos, justificar-se-á uma reflexão profunda sobre os modelos de negócio e o posicionamento estratégico das instituições bancárias. A arquitectura do sistema financeiro estará a alterar-se. Acrescem a estes efeitos de natureza interna prováveis implicações no domínio externo, como um eventual maior poder de mercado das instituições sobreviventes, o que coloca um nível de exigência suplementar sobre os demais concorrentes.

RECUPERAÇÃO DA ACTIVIDADE ECONÓMICA EM PORTUGAL SEM REFLEXO NA EVOLUÇÃO DO EMPREGO

PIB, emprego e produtividade aparente do trabalho (Variação % real homóloga e contributos em p.p.)



Fonte: INE, Cálculos próprios.

3. PERSPECTIVAS PARA A ECONOMIA PORTUGUESA

RECUPERAÇÃO TEMPORÁRIA DA ECONOMIA PORTUGUESA...

A economia portuguesa apresentou um comportamento similar ao padrão médio da Área do Euro: crescimento da actividade, aumento da inflação e inércia no emprego. Porém, o agravamento das condições de financiamento, do Estado e dos agentes privados exigiu medidas adicionais de correcção das finanças públicas, nas recorrentes revisões dos planos orçamentais e no Orçamento do Estado para 2011, condicionantes da situação financeira das famílias e das empresas. Outros factores exógenos também se prefiguram menos favoráveis para 2011, designadamente o custo do financiamento e das matérias-primas internacionais. Nesse sentido, projecta-se o retorno a uma conjuntura recessiva em 2011, após o crescimento de cerca de 1,4% estimado para 2010.

...TENDO EM CONTA O AJUSTAMENTO DA PROCURA INTERNA...

A alteração nas condições de acesso a financiamento do exterior representa uma ruptura no regime de crescimento económico e de relacionamento institucional que caracterizou a participação de Portugal na Área do Euro desde 1999. Não obstante o ajustamento já efectuado em 2010, quase exclusivamente suportado pelo sector privado, as necessidades de financiamento da economia portuguesa permanecem substanciais. Tendo em conta a alteração na propensão dos investidores não residentes em financiar Portugal, e apesar da existência de alternativas de financiamento de carácter extraordinário, dificilmente se evitará um período de forte retracção na procura interna.

...ENQUANTO PASSO INTERMÉDIO PARA UM NOVO REFERENCIAL DE CRESCIMENTO

Um dos principais motivos do agravamento do risco-país prende-se com o referencial de baixa produtividade e de competitividade em Portugal na última década e que é incompatível com a sustentabilidade do endividamento existente e cenários de envelhecimento da população. Elevar os níveis de produtividade de forma estrutural exige clarividência de políticas e, mesmo quando bem sucedidas, implica tempos de ajustamento relativamente prolongados. Como tal, os ganhos de competitividade dependem, na sua maior parte, de uma política de preços e de remuneração dos factores ajustada à realidade subjacente, isto é, que contribua para a redução do desequilíbrio externo do país.

CLASSES SOCIAIS MAIS DESFAVORECIDAS MAIS EXPOSTAS À DEBILIDADE DA CONDIÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DE PORTUGAL

A inversão na tendência de preços das matérias-primas de base, com destaque para o preço do petróleo e os efeitos da alteração na tributação do consumo, determinaram uma evolução ascendente da taxa de inflação em 2010 para 1,4%. Estes factores influenciarão ainda o comportamento dos preços em 2011, elevando a taxa de inflação para níveis superiores a 2%. O poder de compra das famílias reduz-se, para além dos efeitos das medidas de racionalização do apoio público.

O baixo crescimento tendencial e a necessidade de repor níveis de produtividade e de rentabilidade superiores têm fomentado uma contracção dos quadros de pessoal e o aumento da taxa de desemprego para níveis invulgarmente elevados, na proximidade de 11%. Ao drama social do desemprego junta-se a sua persistência, já que mais de metade dos desempregados constituem desempregados de longa duração. A exclusão de um estado de trabalho activo contribuiu para acentuar o fosso entre competências e necessidades procuradas.

4. IMPLICAÇÕES PARA O NEGÓCIO BANCÁRIO EM PORTUGAL

ENQUADRAMENTO EXCEPCIONALMENTE EXIGENTE PARA O SISTEMA BANCÁRIO PORTUGUÊS...

O enquadramento económico e financeiro é excepcionalmente exigente para o sistema bancário português, na evolução da actividade económica, nas condições financeiras enfrentadas nos mercados internacionais, nos volumes de negócio, nas imparidades, na desvalorização de activos e no custo de financiamento. Estes impactos sobre o sistema bancário ganham uma dimensão acrescida tendo em conta a necessidade de inverter o clima de desconfiança que pende sobre a capacidade financeira do Estado português e do sector privado, fundamental para precaver que a intensificação da crise de liquidez suscite um ajustamento ainda mais severo na economia portuguesa.

...QUE TEM ACOMODADO PARTE DO AGRAVAMENTO DAS CONDIÇÕES FINANCEIRAS NO EXTERIOR...

O abrandamento dos volumes de negócio em 2010 e o aumento das dificuldades de refinanciamento da dívida reflectem-se numa diminuição da rentabilidade, tendo o principal impacto decorrido da pressão sobre a margem financeira, que atingiu níveis mínimos históricos. O processo de transmissão da alteração das condições de refinanciamento dos bancos no mercado internacional nas operações com Clientes é faseado e parcial. O sistema bancário tem acomodado o impacto na actividade económica decorrente do agravamento em mercado internacional das condições financeiras específicas de Portugal.

...NUM EXERCÍCIO DE EQUILÍBRIO ENTRE RESPONSABILIDADES PARA COM CLIENTES E INVESTIDORES...

Os resultados positivos obtidos nos testes de stress em 2010 não evitam que a materialização do risco de crédito e do risco de mercado, que se associa ao enquadramento económico e financeiro, desgaste a posição de capital dos bancos. Para além do significado intrínseco da solvabilidade, importa relevar a sua importância nas expectativas dos agentes de mercado e supervisores. Conforme evidenciado nos casos grego e irlandês, esta condição não só determina o custo e o acesso a financiamento, mas também influi no risco soberano, na perspectiva do serviço financeiro enquanto bem público.

...CRUCIAL PARA ASSEGURAR AS NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DA ECONOMIA PORTUGUESA

Um factor que diferencia a actual conjuntura é a crise de liquidez em alguns mercados europeus. A incapacidade de proceder ao refinanciamento da dívida nos mercados por grosso forçou os bancos portugueses a recorrer a meios alternativos para obtenção de fundos essenciais ao financiamento regular da actividade económica. Parte foi suprida pela dinamização dos depósitos de retalho, outra pelo recurso ao BCE, cuja extensão apenas foi possível graças a um planeamento estratégico prévio para dotar as instituições financeiras dos instrumentos financeiros necessários às operações de mercado aberto com o BCE.

5. OPERAÇÕES INTERNACIONAIS

PLANO DE AJUSTAMENTO ECONÓMICO SOB FORTE CONTESTAÇÃO SOCIAL NA GRÉCIA

Na sequência da crise financeira de 2007-2008 e da surpresa negativa com a evolução e a transparência das contas públicas gregas, os mercados financeiros gregos entraram em colapso. A turbulência financeira, a revisão sequencial dos ratings do risco soberano (actualmente em categoria especulativa) e a inacessibilidade a financiamento de mercado culminaram com a solicitação de ajuda junto das autoridades comunitárias.

TRANSMISSÃO GRADUAL E PARCIAL DO AUMENTO DO CUSTO DO RISCO-PAÍS ÀS TAXAS DE JURO DOS EMPRÉSTIMOS AOS PARTICULARES E EMPRESAS

Taxas de juro de dívida pública e dos novos empréstimos (em %)



- Particular consumo – TAEG
- Sociedades não financeiras (< € 10⁶)
- Yield dívida pública 10 anos
- - - Sociedades não financeiras (> € 10⁶)
- - - Particular habitação – TAEG

Fonte: Datastream e Banco de Portugal.

EVOLUÇÃO DO PIB 2009-2011 I

	'09	'10 (E)	'11 (P)
UNIÃO EUROPEIA	-4,2	1,8	1,7
Portugal	-2,6	1,4	-1,0
Polónia	1,7	3,5	3,9
Grécia	-2,3	-4,2	-3,0
Roménia	-7,1	-1,9	1,5
ÁFRICA SUBSARIANA	2,1	5,0	5,5
Moçambique	6,4	6,3	7,2
Angola	2,4	4,5	7,0

Fonte: FMI, Comissão Europeia, Governos nacionais.

A magnitude, a abrangência e a urgência de resultados implicaram a adopção de medidas de efeito fortemente recessivo na actividade económica (aumento da carga fiscal, redução do emprego público, dos salários e das pensões, entre outras), erosão significativa do poder de compra das famílias e aumento súbito e significativo do desemprego. Estima-se uma contracção próxima de 10% no PIB em termos acumulados no triénio que termina em 2011. Este contexto favoreceu a irrupção de um clima de grande agitação social e de violência, de grande impacto na actividade económica e que motivou a transferência de importantes volumes de recursos para jurisdições financeiras mais seguras.

O sector financeiro tem sido particularmente prejudicado por esta envolvente, ao nível da liquidez, com uma erosão importante da base de depósitos e incremento no custo de financiamento, forte abrandamento nos volumes de negócio, degradação da qualidade de crédito e disfuncionalidade quase generalizada do mercado de capitais grego. Dado este enquadramento, foram desenvolvidos planos específicos de apoio ao sistema financeiro e de incentivo à sua reestruturação.

ECONOMIA POLACA PRÓXIMA DE ATINGIR O PLENO EMPREGO

A actividade económica na Polónia fortaleceu-se ao longo de 2010, mas com maior intensidade no segundo semestre. O aumento na taxa de utilização de capacidade instalada, as perspectivas de sustentação da procura e a disponibilidade financeira das empresas tornam provável uma aceleração na despesa em investimento a breve prazo. Nestas circunstâncias, a Polónia mantém-se um dos países da União Europeia com o melhor desempenho nos últimos anos, evitando a recessão em 2009 e retomando de forma relativamente rápida ritmos de crescimento em linha ou ligeiramente superiores ao ritmo de crescimento potencial. Para 2010 estima-se uma taxa de crescimento do PIB de cerca de 3,5% e que poderá ultrapassar os 4% em 2011 e 2012.

Os volumes de negócio bancário têm vindo a recuperar, mas de forma ainda segmentada. O fluxo mensal de crédito para habitação aproximou-se do nível que se verificava em 2007-2008, mas o crédito às empresas ainda se apresenta pouco dinâmico, fenómeno típico das economias avançadas e da boa condição financeira registada pelas empresas polacas.

O risco de sobreaquecimento a prazo da economia polaca deverá justificar a continuação do ciclo de aumento de taxas de juro agora iniciado (aumento da taxa directora em 25 p.b. para 3,75% em Janeiro de 2011). O diferencial de taxas de juro e as expectativas de crescimento robustas poderão reforçar os fluxos de carteira com destino à Polónia, tornando a gestão da política monetária mais complexa. No mercado cambial, a moeda polaca retomou uma trajectória de apreciação gradual, destacando-se entre as moedas do Leste europeu.

O desequilíbrio nas finanças públicas correntes representa o principal obstáculo para a adesão a breve prazo ao euro. O défice público ascende a quase 8% do PIB, com uma elevada componente estrutural. Apesar da vantagem de que a Polónia goza em termos de endividamento público (55% contra 85% para a média da Área do Euro), a proporção elevada de endividamento em moeda estrangeira reforça os argumentos a favor de medidas que visem atenuar este desequilíbrio, robustecendo a capacidade de resposta da economia e das finanças públicas a choques adversos futuros.

PRIMEIROS SINAIS DE INFLEXÃO NO CICLO RECESSIVO NA ROMÉNIA

O ritmo de deterioração da actividade económica na Roménia abrandou ao longo de 2010. A correcção na procura interna revelou-se menos intensa, designadamente ao nível do consumo privado e o sector exportador beneficiou do dinamismo dos países clientes. Estima-se uma contracção do PIB entre 1,5% e 2,0% em termos reais em 2010, que compara favoravelmente com a contracção de 7,1% no ano anterior e que suporta expectativas de crescimento do PIB para 2011.

Na sequência da instabilidade financeira de 2009, a Roménia solicitou ajuda financeira internacional no montante de 20 mil milhões de euros, com a contrapartida de adopção de medidas de correcção das finanças públicas, reforço da condição financeira do país e reformas estruturais. O processo de consolidação orçamental está a decorrer favoravelmente, embora as finanças públicas ainda apresentem uma situação deficitária significativa e a adopção do plano de austeridade tenha ocasionado alguma perturbação social e política.

RESISTÊNCIA DA ECONOMIA MOÇAMBICANA FACE À CRISE MUNDIAL E À TURBULÊNCIA DOS MERCADOS GLOBAIS

Apesar da instabilidade nos mercados financeiros e de efeitos de clima adversos, a economia moçambicana voltou a evidenciar um elevado desempenho em 2010. Estima-se um crescimento médio anual superior a 6,5%. Os sectores agrícola, da construção, comércio, transporte e comunicações apresentam-se particularmente dinâmicos, com aumento dos níveis de emprego. A evolução favorável da actividade económica dinamiza a procura de crédito, que cresceu cerca de 20% em 2010.

Prossegue a estratégia de bancarização da economia, com um crescente número de distritos (cerca de metade) que passaram a dispor de oferta de serviços bancários através de presença física de sucursais. Será provável que a expansão dos serviços bancários privilegie tecnologias remotas, como o *internet banking* ou *mobile banking*. A instituição da Sociedade Interbancária de Serviços, pelos ganhos de especialização e de escala associados, poderá contribuir para uma expansão ainda mais rápida de meios de pagamento electrónicos.

A política económica moçambicana deverá continuar a caracterizar-se pelo equilíbrio entre o crescimento económico com forte suporte na despesa pública e no investimento estrangeiro em projectos estratégicos de grande dimensão, aumentando a mobilidade dentro do país e a acessibilidade da população a condições de vida melhoradas e a defesa de uma posição financeira sólida que reduza a vulnerabilidade do país a choques exógenos. Neste quadro, as metas oficiais para 2011 incorporam um cenário de crescimento do PIB de 7,2%, redução da inflação para 8% e um nível mínimo de reservas que assegure no mínimo quatro meses de importações.

ANGOLA RECUPERA CRESCIMENTO ECONÓMICO ROBUSTO E DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA

A actividade económica em Angola revelou-se mais dinâmica em 2010, com o impulso do mercado petrolífero mundial. As receitas das exportações de petróleo reequilibraram as reservas externas e permitiram a recuperação das finanças públicas, cuja fragilidade em 2009 obrigou a uma travagem brusca nas políticas públicas de promoção do crescimento. A estimativa oficial para o crescimento real do PIB em 2010 é de 4,5%, com contributos positivos do sector petrolífero e não petrolífero, para os quais se estimam taxas de crescimento real de 2,7% e 5,7%, respectivamente.

A importância do sector petrolífero tem vindo a diminuir (de 60% em 2009 para 46% em 2010). O sector agrícola e a indústria transformadora poderão ver o seu peso económico quase duplicar no período de 2009-2011. Angola tem a oportunidade de beneficiar com a aplicação de novas tecnologias, reconfigurando o seu tecido industrial e a arquitectura urbanística em função de modelos que maximizem a utilização de recursos e minimizem o impacto negativo das populações. O programa de acção do Governo para 2011 enquadra-se nesse objectivo, conjugando medidas de cariz social (educação, saúde e protecção social) com políticas de melhoria de contexto, habitação, serviços comunitários e clima de negócios.

Os efeitos desfasados de um contexto externo mais exigente reflectiram-se numa ligeira degradação na qualidade do crédito em carteira dos bancos. Não obstante, a progressão no crédito à economia foi substancialmente superior à verificada na captação de recursos e o grau de cobertura de serviços bancários continua a evoluir favoravelmente, aproximando-se de cerca de um milhar de sucursais. A oferta de serviços bancários constitui um factor de incentivo e uma consequência do grau de desenvolvimento da economia angolana. Nesse âmbito, o Programa de Consolidação da Banca Angolana representa uma iniciativa de reforço da confiança no sistema bancário, através da reformulação dos requisitos regulamentares e dos parâmetros e acção da supervisão comportamental.

ANÁLISE DO DESEMPENHO



SÍNTESE FINANCEIRA

	Milhões de euros					
	'10	'09	'08	'07	'06	VAR. % '10/'09
BALANÇO						
Activo total	100.010	95.550	94.424	88.166	79.045	4,7%
Crédito a clientes (líquido) ⁽¹⁾	73.905	74.789	74.295	64.811	55.945	-1,2%
Recursos totais de clientes ⁽¹⁾	67.596	66.516	65.325	62.719	55.972	1,6%
Capitais próprios atribuíveis aos Accionistas do Banco e Passivos subordinados	8.789	9.108	8.559	7.543	7.562	-3,5%
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS						
Produto bancário	2.892,0	2.493,2	2.602,0	2.791,9	2.874,7	16,0%
Margem financeira	1.516,8	1.334,2	1.721,0	1.537,3	1.430,8	13,7%
Outros proveitos líquidos	1.375,2	1.159,0	881,0	1.254,6	1.443,9	18,7%
Custos operacionais	1.603,3	1.540,3	1.670,8	1.748,6	1.725,5	4,1%
Imparidade						
Do crédito (líq. de recuperações)	713,3	560,0	544,7	260,2	119,9	27,4%
De outros riscos	217,6	97,4	44,5	94,8	35,4	123,5%
Impostos sobre lucros						
Correntes	54,2	65,6	44,0	73,0	87,9	
Diferidos	(57,2)	(19,4)	40,0	(3,5)	66,9	
Interesses que não controlam	59,3	24,1	56,8	55,4	52,0	146,2%
Resultado líquido atribuível a Accionistas do Banco	301,6	225,2	201,2	563,3	787,1	33,9%
Número médio de acções ajustado (milhares)	4.687.598	4.661.932	4.460.656	4.011.791	4.005.885	
Resultado líquido por acção básico e diluído ajustados (euros)	0,043	0,034	0,034	0,128	0,184	27,8%
RENDIBILIDADE						
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	6,1%	4,6%	4,5%	14,9%	23,4%	
Resultado antes de imposto e interesses que não controlam/Capitais próprios médios	6,6%	5,7%	7,1%	17,1%	27,0%	
Produto bancário/Activo líquido médio	2,9%	2,6%	2,8%	3,3%	3,7%	
Rendibilidade do activo médio (ROA)	0,4%	0,3%	0,3%	0,7%	1,1%	
Resultado antes de imposto e interesses que não controlam/Activo líquido médio	0,4%	0,3%	0,4%	0,8%	1,3%	
Taxa de margem financeira	1,68%	1,57%	2,06%	2,09%	2,17%	
Outros proveitos/Produto bancário	47,6%	46,5%	33,9%	44,9%	50,2%	
EFICIÊNCIA						
Rácio de eficiência ⁽²⁾	56,3%	63,6%	58,6%	60,3%	61,6%	
Rácio de eficiência – actividade em Portugal ⁽²⁾	51,3%	60,2%	54,0%	58,5%	59,7%	
Custos com pessoal/Produto bancário ⁽²⁾	31,2%	35,7%	32,2%	32,8%	34,7%	
SOLVABILIDADE ^(*)						
Tier I	9,2%	9,3%	7,1%	5,5%	6,6%	
Core Tier I	6,7%	6,4%	5,8%	4,5%	4,9%	
Total	10,3%	11,5%	10,5%	9,6%	11,0%	
RISCOS DE CRÉDITO						
Crédito a clientes ⁽¹⁾	76.411	76.935	75.765	66.027	57.181	-0,7%
Crédito vencido total	2.500	2.032	851	555	498	23,0%
Imparidade do crédito	2.506	2.157	1.480	1.222	1.242	16,2%
Crédito vencido há mais de 90 dias/Crédito total	3,0%	2,3%	0,9%	0,7%	0,8%	
Crédito com incumprimento/Crédito total	4,5%	3,4%	1,3%	1,0%	1,1%	
Crédito com incumprimento, líq./Crédito total, líq.	1,2%	0,6%	-0,6%	-0,8%	-1,1%	
Imparidade do crédito/Crédito vencido há mais de 90 dias	109%	119%	212%	252%	285%	
Imparidade do crédito/Crédito vencido total	100%	106%	174%	220%	249%	
OUTROS INDICADORES						
Sucursais						
Actividade em Portugal	892	911	918	885	864	-2,1%
Actividade Internacional	852	898	886	744	615	-5,1%
Colaboradores						
Actividade em Portugal	10.146	10.298	10.583	10.742	10.808	-1,5%
Actividade Internacional	11.224	11.498	12.006	10.380	8.517	-2,4%

(1) Ajustado das participações em associadas parcialmente alienadas – Millennium bank Turquia (2006 a 2008) e Millennium bcpbank USA (2006 a 2009).

(2) Exclui o impacto de itens específicos.

(*) Rácio de solvabilidade de acordo com o modelo de Notações Internas (IRB) em 2010 e de acordo com o método Padrão entre 2009 e 2006 (informação detalhada na secção “Gestão do Capital”).

ANÁLISE FINANCEIRA

As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram elaboradas nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, de 19 de Julho, e de acordo com o modelo de reporte determinado pelo Banco de Portugal (Aviso n.º 1/2005), na sequência da transposição para a ordem jurídica portuguesa da Directiva n.º 2003/51/CE, de 18 de Junho, do Parlamento Europeu e do Conselho, nas versões actualmente vigentes.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas não são directamente comparáveis entre 2010, 2009 e 2008, como resultado da alienação, em 2010, de 95% do capital social do Millennium bank na Turquia e da totalidade da rede de sucursais do Millennium bcpbank nos Estados Unidos da América (EUA), da respectiva base de depósitos e de parte da carteira de crédito.

SÍNTESE

O sistema financeiro enfrentou, em 2010, um conjunto de desafios decorrentes do clima de instabilidade financeira internacional, agravado pelas tensões nos mercados de dívida soberana em alguns países da Área do Euro, que favoreceu o regresso da aversão ao risco, com impacto na deterioração das condições de financiamento nessas economias e dificultou o acesso das instituições financeiras aos mercados internacionais de dívida por grosso, com efeitos de transmissão potencial sobre as condições de financiamento das empresas e das famílias.

Num contexto de escassez de liquidez, acentuada pela redução dos fluxos de financiamento nos mercados interbancários, embora atenuado pelos recursos financeiros obtidos junto do Banco Central Europeu, o Millennium bcp promoveu activamente a gestão do balanço das suas operações internacionais e da actividade em Portugal, de modo a compatibilizar a política de concessão de crédito com a maior exigência de captação de recursos junto da base de Clientes, mantendo sob rigoroso controlo o *gap* comercial e deu continuidade às iniciativas de ajustamento dos modelos de negócio, de modo a capitalizar o impacto do reforço do relacionamento com os Clientes nos níveis de eficiência e de rentabilidade.

O activo total ascendeu a 100.010 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010, comparando com 95.550 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2009. O montante de crédito a clientes, antes de imparidades para crédito, fixou-se em 76.411 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010, face aos 77.348 milhões de euros apurados em 31 de Dezembro de 2009, condicionado pelo crédito a empresas, nomeadamente por via da menor exposição aos sectores do comércio, serviços e construção, não obstante o reforço do crédito a particulares, alicerçado no aumento do crédito à habitação.

Os recursos totais de clientes situaram-se em 67.596 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010, que comparam com os 67.002 milhões de euros relevados em 31 de Dezembro de 2009, beneficiando quer dos recursos de balanço de clientes, quer dos recursos fora de balanço, sublinhando-se o desempenho positivo alcançado pelos produtos de capitalização, os quais atingiram o volume de negócios máximo histórico de 12 mil milhões de euros, no decurso de 2010.

O resultado líquido totalizou 301,6 milhões de euros em 2010, comparando com os 225,2 milhões de euros em 2009, impulsionado quer pela actividade em Portugal, quer pela actividade internacional. Esta evolução do resultado líquido beneficiou do aumento do produto bancário, potenciado fundamentalmente pelos crescimentos da margem financeira, das comissões líquidas e dos resultados em operações financeiras, tendo sido atenuada pelo comportamento dos custos operacionais e das dotações para imparidade do crédito (líquidas de recuperações), acompanhando o maior nível de incumprimento observado na carteira de crédito, a par das dotações para outras imparidades e provisões.

ANÁLISE DA RENDIBILIDADE

RESULTADO LÍQUIDO

O resultado líquido do Millennium bcp totalizou 301,6 milhões de euros em 2010, comparando com os 225,2 milhões de euros contabilizados em 2009, beneficiando do desempenho alcançado quer pela actividade em Portugal, quer pela actividade internacional.

O resultado líquido de 2010 incorpora o reconhecimento de imparidade relativa ao *goodwill* do Millennium bank na Grécia, no montante de 147,1 milhões de euros, relevados nos segundo e quarto trimestres, e a contabilização no quarto trimestre de 2010 do ganho obtido na alienação da participação detida na Eureka, BV, no montante de 65,2 milhões de euros, e de custos com reformas antecipadas, no montante líquido de impostos de 7,7 milhões de euros. Por seu lado, o resultado líquido de 2009 foi influenciado pela contabilização da valia contabilística apurada no âmbito da dispersão a novos Accionistas do capital social do Banco Millennium Angola, no montante de 21,2 milhões de euros, dos ganhos obtidos na alienação de activos, no montante de 57,2 milhões de euros, bem como de custos com reformas antecipadas, no montante líquido de impostos, de 2,9 milhões de euros.

O aumento do resultado líquido registado entre 2009 e 2010 beneficiou do crescimento do produto bancário, suportado pelos desempenhos da margem financeira, das comissões líquidas e dos resultados em operações financeiras, parcialmente contrariado pelo reforço das dotações para imparidade do crédito (líquidas de recuperações) e para outras imparidades e provisões, bem como pelo comportamento dos custos operacionais. Os impostos sobre lucros de -3,1 milhões de euros apurados em 2010 reflectem, fundamentalmente, o efeito nos impostos diferidos activos e passivos decorrente da alteração em 2010 da taxa nominal de imposto por via da derrama estadual, conforme explicitado adiante em rubrica própria, parcialmente compensado pelo custo relativo a impostos correntes.

Ao nível do produto bancário, o desempenho positivo da margem financeira beneficiou do efeito da implementação de diversas iniciativas de revisão de preços, visando reflectir adequadamente o agravamento do custo do risco das operações contratadas com Clientes e a deterioração das condições de financiamento nos mercados. O aumento das comissões líquidas reflecte a evolução quer das comissões mais directamente relacionadas com o negócio bancário, quer das comissões relacionadas com os mercados financeiros, enquanto que os maiores resultados em operações financeiras foram impulsionados sobretudo pelos resultados em operações de negociação e de cobertura. Adicionalmente, o produto bancário foi favoravelmente influenciado pelo maior nível de rendimentos de instrumentos de capital, como resultado dos dividendos recebidos em 2010 pela participação detida na Eureka, BV, e pelo acréscimo evidenciado pelos resultados por equivalência patrimonial, suportado fundamentalmente pela evolução do resultado líquido do Grupo segurador Millenniumbcp Ageas.

O resultado líquido em Portugal cifrou-se em 249,8 milhões de euros em 2010, comparando com 213,8 milhões de euros em 2009, traduzindo o crescimento do produto bancário, suportado em particular pela margem financeira, pelas comissões líquidas, pelos resultados em operações financeiras e pelos maiores níveis de dividendos recebidos. O resultado líquido foi também influenciado pelo controlo dos custos operacionais, consubstanciado na diminuição das amortizações do exercício e dos custos com o pessoal, apesar do aumento dos outros gastos administrativos, a par

RESULTADO LÍQUIDO

Milhões de euros

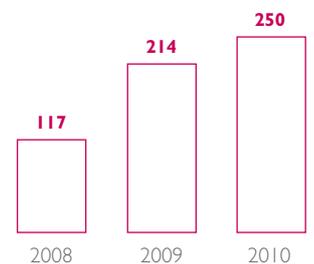


● ROE

RESULTADO LÍQUIDO

Actividade em Portugal

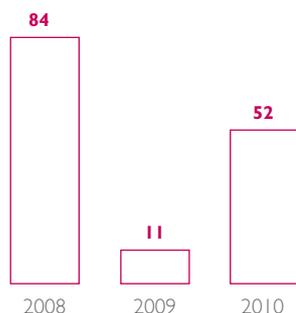
Milhões de euros



RESULTADO LÍQUIDO

Actividade Internacional

Milhões de euros



do reforço do nível de dotações para imparidade do crédito (líquidas de recuperações) e do registo de dotações por imparidade do *goodwill* associado à subsidiária na Grécia.

O resultado líquido alcançado pela actividade internacional situou-se em 51,8 milhões de euros em 2010, comparando com 11,4 milhões de euros em 2009, favoravelmente influenciado pelo desempenho do produto bancário, impulsionado pelo aumento da margem financeira e das comissões líquidas, apesar de condicionado pelo maior nível de custos operacionais, nomeadamente pelas subsidiárias em Angola e em Moçambique, no âmbito da estratégia de crescimento orgânico implementada nestes dois mercados, pelo Bank Millennium na Polónia, ampliado pelo efeito cambial da valorização do zloti face ao euro, e pelo impacto da amortização de activos não alienados pelo Millennium bcpbank nos Estados Unidos da América.

ANÁLISE TRIMESTRAL DOS RESULTADOS

	'10					Milhões de euros	
	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	Total	'09	'08
Margem financeira	340,6	364,3	386,8	425,1	1.516,8	1.334,2	1.721,0
Outros proveitos líquidos							
Rendimentos de instrumentos de capital	0,9	18,2	16,4	0,4	35,9	3,3	36,8
Comissões líquidas	202,2	202,8	196,8	209,8	811,6	731,7	740,4
Resultados em operações financeiras	135,4	179,2	30,9	83,7	429,2	225,4	18,1
Outros proveitos de exploração líquidos	5,0	10,1	4,5	11,4	31,0	132,3	66,6
Resultados por equivalência patrimonial	16,7	12,1	24,3	14,4	67,5	66,3	19,1
	360,2	422,4	272,9	319,7	1.375,2	1.159,0	881,0
Custos operacionais							
Custos com o pessoal	208,9	215,4	229,1	237,9	891,3	865,3	915,3
Outros gastos administrativos	147,7	153,4	145,3	155,4	601,8	570,2	642,6
Amortizações do exercício	25,7	25,8	32,1	26,6	110,2	104,8	112,9
	382,3	394,6	406,5	419,9	1.603,3	1.540,3	1.670,8
Imparidade							
Do crédito (líquida de recuperações)	164,8	219,4	165,7	163,4	713,3	560,0	544,7
De outros activos e outras provisões	21,8	92,4	15,8	87,6	217,6	97,4	44,5
Resultado antes de impostos	131,9	80,3	71,7	73,9	357,8	295,5	342,0
Impostos							
Correntes	13,4	15,1	14,0	11,7	54,2	65,6	44,0
Diferidos	8,6	(15,4)	(11,6)	(38,8)	(57,2)	(19,4)	40,0
Resultado após impostos	109,9	80,6	69,4	101,0	360,9	249,3	258,0
Interesses que não controlam	13,5	13,8	15,2	16,8	59,3	24,1	56,8
Resultado líquido atribuível aos Accionistas do Banco	96,4	66,8	54,2	84,2	301,6	225,2	201,2

O Bank Millennium na Polónia atingiu um resultado líquido de 81,3 milhões de euros em 2010, face aos 0,3 milhões de euros relevados em 2009, beneficiando sobretudo da evolução do produto bancário, em particular do bom desempenho da margem financeira, traduzindo o prosseguimento do esforço de ajustamento dos *spreads*, em especial dos depósitos a prazo, não obstante a forte intensidade competitiva na captação de recursos de clientes, bem como do aumento das comissões, potenciado pelas comissões relacionadas com cartões, fundos de investimento, crédito e manutenção de contas. O aumento dos custos operacionais foi influenciado sobretudo pelos custos com o pessoal, tendo a evolução dos outros gastos administrativos sido atenuada pela disciplina de custos implementada, visando a melhoria da eficiência operativa. O resultado líquido do Bank Millennium foi também favoravelmente influenciado pelo menor nível de dotações para imparidade do crédito, especialmente do crédito a empresas.

O Millennium bank na Grécia registou um resultado líquido negativo de 16,0 milhões de euros em 2010, comparando com o lucro de 9,0 milhões de euros em 2009. Esta evolução foi influenciada pela diminuição do produto bancário,

condicionada pela redução das taxas de juro e pela deterioração do mercado de dívida pública grega com impacto nos menores resultados em operações financeiras, a par do aumento das dotações para imparidade do crédito, repercutindo o agravamento das condições económicas no país e, conseqüentemente, dos níveis de incumprimento dos particulares e das empresas. O resultado líquido do Millennium bank beneficiou, contudo, da redução dos custos operacionais, reflectindo a diminuição dos custos com o pessoal e dos outros gastos administrativos.

A Banca Millennium na Roménia evidenciou um resultado líquido negativo de 23,6 milhões de euros em 2010, comparando favoravelmente com o prejuízo de 38,0 milhões de euros apurado em 2009. O resultado líquido foi influenciado pelo esforço de controlo dos custos operacionais, bem como pelo impacto positivo da dinamização da actividade comercial, reflectido no crescimento dos volumes de negócio e no aumento dos proveitos gerados, nomeadamente da margem financeira e das comissões líquidas, em particular das comissões associadas ao crédito a clientes. O resultado líquido da Banca Millennium foi ainda favoravelmente influenciado pelo menor nível de dotações para imparidade do crédito efectuado em 2010.

A Banque Privée BCP, na Suíça, apresentou um resultado líquido de 4,2 milhões de euros em 2010, que compara com os 7,8 milhões de euros apurados em 2009. Esta evolução foi influenciada pelo reforço das dotações para imparidade do crédito e pelo aumento dos custos operacionais, não obstante o desempenho positivo evidenciado pelo produto bancário, nomeadamente pela margem financeira e pelas comissões líquidas, as quais foram potenciadas pelas comissões associadas a operações sobre títulos, com destaque para as de corretagem, como resultado do aumento do volume de transacções.

O resultado líquido do Millennium bim em Moçambique elevou-se para 52,8 milhões de euros em 2010, comparando com os 52,0 milhões de euros em 2009, sendo, contudo, de sublinhar que, dada a desvalorização do metical face ao euro, o crescimento do resultado líquido em moeda local foi de 20,1% entre 2009 e 2010. O aumento do resultado líquido foi impulsionado pela subida da margem financeira, suportada no crescimento dos volumes de negócios com destaque para o crédito a empresas e, em menor escala, para o crédito ao consumo, e na evolução positiva dos resultados em operações cambiais. O resultado líquido do Millennium bim foi ainda influenciado pelo maior esforço de provisionamento e pela subida dos custos operacionais, relacionada com o plano de expansão da rede de sucursais em curso, possibilitando, todavia, uma melhoria da eficiência operacional.

O Banco Millennium Angola registou um aumento do resultado líquido para 23,6 milhões de euros em 2010, face aos 14,6 milhões de euros apurados em 2009, beneficiando do desempenho da generalidade dos proveitos, como resultado do aumento dos volumes de negócios, com destaque para os crescimentos da margem financeira, suportada no efeito taxa de juro positivo do crédito a clientes e da carteira de títulos, e das comissões líquidas, nomeadamente das comissões relacionadas com transferências e com operações de crédito, bem como pela subida dos resultados de *trading* em operações cambiais. A evolução do resultado líquido foi parcialmente mitigada pelo maior nível de dotações para imparidade do crédito e pelo acréscimo dos custos operacionais, traduzindo o aumento dos custos com o pessoal, por via do reforço do quadro de Colaboradores, e dos outros gastos administrativos, decorrente da expansão da rede de sucursais, no quadro da estratégia de crescimento orgânico em curso neste mercado.

O resultado líquido do Millennium bcp Bank & Trust nas Ilhas Caimão situou-se em 6,0 milhões de euros em 2010, que compara com os 9,6 milhões de euros em 2009, reflectindo o menor volume de negócios com impacto na retracção da margem financeira, a qual foi, contudo, essencialmente influenciada pelo efeito taxa de juro desfavorável, a par da estabilização dos custos operacionais. Esta subsidiária encontra-se especialmente vocacionada para a prestação de serviços internacionais na área de Private Banking a Clientes particulares com elevado património financeiro.

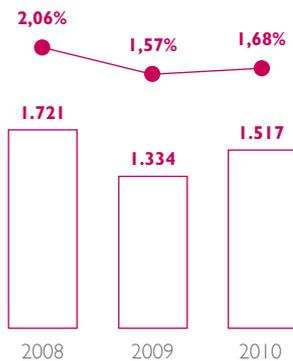
RESULTADO LÍQUIDO DE SUBSIDIÁRIAS NO EXTERIOR (*)

	Milhões de euros			
	'10	'09	'08	VAR. % '10/'09
Bank Millennium na Polónia	81,3	0,3	117,9	-
Millennium bank na Grécia	(16,0)	9,0	15,1	-
Banca Millennium na Roménia	(23,6)	(38,0)	(32,9)	-
Banque Privée BCP na Suíça	4,2	7,8	(30,4)	-
Millennium bim em Moçambique	52,8	52,0	51,5	1,4%
Banco Millennium Angola	23,6	14,6	4,4	61,4%
Millennium bcp Bank & Trust nas Ilhas Caimão	6,0	9,6	20,9	-37,3%

(*) Os valores apresentados não estão deduzidos dos interesses que não controlam (quando aplicável) e não incluem o resultado líquido das operações alienadas na Turquia e nos EUA.

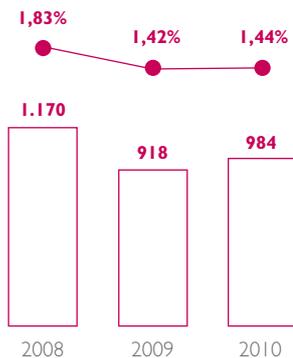
MARGEM FINANCEIRA

Milhões de euros

**MARGEM FINANCEIRA**

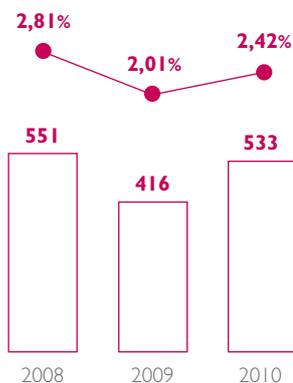
Actividade em Portugal

Milhões de euros

**MARGEM FINANCEIRA**

Actividade Internacional

Milhões de euros



● Taxa de margem financeira

MARGEM FINANCEIRA

A margem financeira ascendeu a 1.516,8 milhões de euros em 2010, aumentando 13,7% face aos 1.334,2 milhões de euros em 2009. O aumento da margem financeira foi potenciado pelo efeito volume positivo no montante de 120 milhões de euros e pelo efeito taxa de juro favorável no total de 71 milhões de euros.

A evolução da margem financeira reflecte, por um lado, o comportamento do volume de negócios e da carteira de activos financeiros e, por outro, o efeito da subida gradual das taxas de juro das operações com Clientes a partir do segundo semestre do ano, apesar de se situarem em níveis inferiores aos registados em 2009, acompanhando a trajectória das taxas de referência do mercado com impacto favorável no diferencial entre as taxas médias das operações activas e passivas.

O aumento da margem financeira traduz o desempenho quer da actividade em Portugal, quer da actividade internacional. Na actividade em Portugal, a margem financeira foi influenciada favoravelmente pelo efeito volume positivo, apesar da envolvente fortemente competitiva e adversa, parcialmente mitigado pelo efeito taxa de juro desfavorável, influenciado em parte pelo desfasamento temporal na repercussão das variações ocorridas nas taxas de juro de mercado às taxas aplicadas a operações com Clientes. Contudo, o efeito taxa de juro beneficiou da revisão dos *spreads* do crédito a clientes em implementação progressiva pelas Áreas de Negócio, visando reflectir o aumento do custo de financiamento, decorrente da instabilidade nos mercados de dívida e interbancários e da consequente maior limitação no acesso a fontes de financiamento alternativas.

Na actividade internacional, o aumento da margem financeira foi potenciado pelo efeito taxa de juro favorável, conjugado com o efeito volume positivo, beneficiando do crescimento do volume de negócios, quer ao nível do crédito concedido a clientes, quer dos recursos de balanço de clientes. A evolução da margem financeira foi suportada pelo desempenho alcançado na generalidade das operações no exterior; nomeadamente pelo Bank Millennium na Polónia, bem como pelas subsidiárias em Angola e em Moçambique, a par da Banca Millennium na Roménia.

A análise ao balanço médio, para além da descida praticamente generalizada das taxas de juro médias activas e passivas, revela o crescimento do activo líquido médio para 98.672 milhões de euros em 2010, comparando com os 94.153 milhões de euros em 2009, alicerçado no aumento dos activos geradores de juros, o qual foi influenciado pelo maior nível de activos financeiros, que evoluiu para um saldo médio de 9.587 milhões de euros em 2010 (5.012 milhões de euros em 2009), enquanto que o saldo médio do crédito a clientes reduziu para 74.644 milhões de euros em 2010 (75.325 milhões de euros em 2009) e o saldo médio de aplicações em instituições de crédito manteve-se estável face a 2009. Por seu turno, o total do passivo médio registou um aumento entre 2009 e 2010, influenciado pelos saldos médios de depósitos de instituições de crédito, que se situou em 15.087 milhões de euros em 2010, bem como de depósitos de clientes, que ascendeu a 45.386 milhões de euros, mais do que compensando o menor saldo médio de dívida emitida e passivos financeiros.

BALANÇO MÉDIO

	'10		'09		'08	
	Balanço médio	Taxa	Balanço médio	Taxa	Balanço médio	Taxa
Milhões de euros						
ACTIVOS GERADORES DE JUROS						
Aplicações em instituições de crédito	3.823	1,21%	3.733	1,97%	7.255	4,33%
Activos financeiros	9.587	3,53%	5.012	4,82%	5.845	6,01%
Crédito a clientes	74.644	3,57%	75.325	4,15%	69.206	6,47%
	88.054	3,47%	84.070	4,09%	82.306	6,24%
Activos não correntes detidos para venda	818	-	-	-	-	-
TOTAL DE ACTIVOS GERADORES DE JUROS	88.872	3,49%	84.070	4,09%	82.306	6,24%
Activos detidos para venda não geradores de juros	40	-	-	-	-	-
Activos não geradores de juros	9.760	-	10.083	-	9.635	-
ACTIVO TOTAL	98.672		94.153		91.941	
PASSIVOS GERADORES DE JUROS						
Depósitos de instituições de crédito	15.087	1,40%	8.671	2,65%	9.875	6,33%
Depósitos de clientes	45.386	2,01%	44.334	2,52%	41.769	3,07%
Dívida emitida e passivos financeiros	25.286	1,53%	30.051	2,27%	29.042	4,72%
Passivos subordinados	2.254	2,96%	2.553	3,73%	2.954	5,77%
	88.013	1,79%	85.609	2,48%	83.640	4,12%
Passivos não correntes detidos para venda	740	-	-	-	-	-
TOTAL DE PASSIVOS GERADORES DE JUROS	88.753	1,81%	85.609	2,48%	83.640	4,12%
Passivos associados a activos detidos para venda não geradores de juros	118	-	-	-	-	-
Passivos não geradores de juros	2.570	-	2.000	-	2.557	-
Capitais próprios e Interesses que não controlam	7.231	-	6.544	-	5.744	-
TOTAL DO PASSIVO, CAPITALS PRÓPRIOS E INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	98.672		94.153		91.941	
TAXA DE MARGEM FINANCEIRA (1)		1,68%		1,57%		2,06%

(1) Relação entre os valores da margem financeira e o saldo médio do total de activos geradores de juros.
Nota: os juros dos derivados de cobertura foram alocados, em 2010, 2009 e 2008, à respectiva rubrica de balanço.

Na estrutura do balanço médio, o saldo médio dos activos geradores de juros representa 90,1% do activo líquido médio de 2010, permanecendo o crédito a clientes como a principal componente da carteira de activos, ao representar 75,6% do activo líquido médio, não obstante a contracção na concessão de crédito a clientes registada em 2010. Em 2010, assistiu-se a um crescimento do peso dos activos financeiros para 9,7% (5,3% em 2009) como resultado da maior expressão das carteiras de activos financeiros detidos para negociação e detidos até à maturidade, nomeadamente por via da aquisição de títulos elegíveis para colateral em eventuais operações de refinanciamento junto de Bancos Centrais.

Na componente de passivo, realce para a manutenção do peso do saldo médio de depósitos de clientes no total do passivo médio em torno dos 50%, beneficiando de iniciativas comerciais enfocadas na captação e retenção de recursos de balanço de clientes, os quais se mantiveram como um importante instrumento de mobilização de *funding* e de suporte à actividade de concessão de crédito a clientes, a par dos títulos de dívida emitidos e passivos financeiros, que representavam 27,7% do total do passivo médio em 2010, proporcionando uma diversificação das fontes e maturidades de financiamento.

O saldo médio da dívida emitida e passivos financeiros em 2010 reduziu-se face ao ano anterior; reflectindo, por um lado, a antecipação para o final de 2009 de parte das necessidades de refinanciamento previstas para 2010 e, por outro, as dificuldades acrescidas das instituições financeiras na obtenção de financiamento nos mercados *wholesale*, sobretudo após o primeiro trimestre de 2010, período durante o qual o Millennium bcp concretizou com sucesso a colocação de duas emissões de obrigações, uma a taxa fixa a dois anos no montante de 750 milhões de euros e outra a taxa variável a três anos no montante de 300 milhões de euros, ambas ao abrigo do Programa de *Euro Medium Term Notes* (EMTN).

O comportamento dos capitais próprios médios traduz o impacto favorável ao longo de todo o exercício de 2010 da emissão de Valores Mobiliários Perpétuos Subordinados com Juros Condicionados no montante global de 1.000 milhões de euros, que havia sido concretizada sucessivamente nos meses de Junho, Agosto e Dezembro de 2009, bem como do resultado líquido positivo gerado em 2010 e, simultaneamente, os impactos desfavoráveis que decorrem do pagamento de dividendos e da evolução do saldo das reservas de justo valor associadas aos activos financeiros disponíveis para venda.

A taxa de margem financeira situou-se em 1,68% em 2010, que compara favoravelmente com 1,57% apurada em 2009, reflectindo o efeito de medidas que têm vindo a ser implementadas, tanto ao nível da actividade em Portugal como da actividade internacional. Na actividade em Portugal, por via, designadamente, da gradual revisão dos *spreads* do crédito a clientes visando ajustar o preço ao perfil de risco dos Clientes, a par do controlo do custo de depósitos de clientes. Por seu turno, na actividade internacional, destaca-se o Bank Millennium na Polónia, que também prosseguiu o esforço de ajustamento dos *spreads*, em especial dos depósitos a prazo, com impacto relevante na margem financeira consolidada.

FACTORES DETERMINANTES DA VARIAÇÃO DA MARGEM FINANCEIRA

Milhões de euros

	'10 vs. '09			Variação
	Efeito volume	Efeito taxa	Efeito residual	
ACTIVOS GERADORES DE JUROS				
Aplicações em instituições de crédito	2	(29)	-	(27)
Activos financeiros	224	(65)	(60)	99
Crédito a clientes	(29)	(440)	4	(465)
Activos não correntes detidos para venda	-	-	53	53
TOTAL DOS ACTIVOS GERADORES DE JUROS	199	(510)	(29)	(340)
PASSIVOS GERADORES DE JUROS				
Depósitos de instituições de crédito	172	(109)	(81)	(18)
Depósitos de clientes	27	(230)	(5)	(208)
Dívida emitida e passivos financeiros	(110)	(224)	36	(298)
Passivos subordinados	(11)	(20)	2	(29)
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	31	31
TOTAL DOS PASSIVOS GERADORES DE JUROS	79	(581)	(21)	(523)
MARGEM FINANCEIRA	120	71	(8)	183

OUTROS PROVEITOS LÍQUIDOS

Os outros proveitos líquidos, que incluem os rendimentos de instrumentos de capital, as comissões líquidas, os resultados em operações financeiras, os outros proveitos de exploração líquidos e os resultados por equivalência patrimonial, ascenderam a 1.375,2 milhões de euros em 2010, que compara com os 1.159,0 milhões de euros em 2009. O aumento dos outros proveitos líquidos foi potenciado pelo desempenho favorável na generalidade das rubricas, em particular pelos resultados em operações financeiras, comissões líquidas, rendimentos de instrumentos de capital, bem como pelos resultados por equivalência patrimonial, o que mais do que compensou o menor montante de outros proveitos de exploração líquidos. A evolução dos outros proveitos líquidos beneficiou fundamentalmente do aumento relevado pela actividade em Portugal, bem como do comportamento favorável evidenciado pela actividade internacional.

OUTROS PROVEITOS LÍQUIDOS

Milhões de euros

	'10	'09	'08	VAR. % '10/'09
Rendimentos de instrumentos de capital	35,9	3,3	36,8	-
Comissões líquidas	811,6	731,7	740,4	10,9%
Resultados em operações financeiras	429,2	225,4	18,1	90,4%
Outros proveitos de exploração líquidos	31,0	132,3	66,6	-76,5%
Resultados por equivalência patrimonial	67,5	66,3	19,1	1,8%
	1.375,2	1.159,0	881,0	18,7%
dos quais:				
Actividade em Portugal	982,2	779,3	489,2	26,0%
Actividade Internacional	393,0	379,7	391,8	3,5%

RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Os rendimentos de instrumentos de capital, que incorporam os dividendos recebidos de investimentos em activos financeiros disponíveis para venda, aumentaram para 35,9 milhões de euros em 2010, comparando com os 3,3 milhões de euros em 2009. Este desempenho reflecte essencialmente o efeito dos rendimentos recebidos em 2010 associados à participação de 2,7% detida na Eureka, BV, a qual foi, entretanto, alienada em 31 de Dezembro de 2010, já que em 2009 não foram distribuídos dividendos. Por seu turno, em 2009 foram repercutidos sobretudo os rendimentos dos investimentos do Grupo em unidades de participação de fundos de investimento e em acções.

COMISSÕES LÍQUIDAS

As comissões líquidas aumentaram para 811,6 milhões de euros em 2010, evidenciando um crescimento de 10,9% face aos 731,7 milhões de euros apurados em 2009, beneficiando quer das comissões mais directamente associadas ao negócio bancário, quer das comissões relacionadas com os mercados financeiros. A evolução positiva das comissões líquidas foi suportada pelo aumento de 9,7% na actividade em Portugal, a par do crescimento de 14,0% na actividade internacional, reflectindo o desempenho alcançado na maioria das operações no exterior; em particular na Polónia, em Angola, na Roménia e na Suíça.

As comissões mais directamente relacionadas com o negócio bancário aumentaram 9,0%, para 662,4 milhões de euros em 2010 (607,6 milhões de euros em 2009), potenciadas pelo contributo favorável das comissões originadas pela colocação de produtos de seguros, das comissões relacionadas com crédito e garantias e das comissões cobradas pela prestação de serviços bancários.

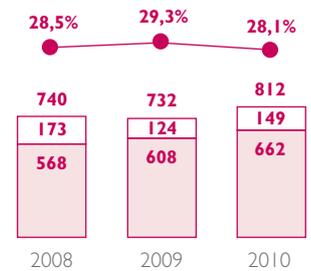
As comissões com cartões situaram-se em 185,3 milhões de euros em 2010, comparando com 187,3 milhões de euros em 2009, determinadas sobretudo pela actividade em Portugal, em face dos menores montantes referentes a anuidades e a taxas de serviço, repercutindo o efeito da isenção de que beneficiaram os titulares de cartões que aderiram aos serviços bancários integrados (soluções Cliente Frequente e Cliente Prestige), não obstante o desempenho favorável das comissões apuradas sobre o volume de facturação, particularmente as associadas ao negócio de cartões de débito. Todavia, as comissões com cartões na actividade internacional evoluíram positivamente, beneficiando do dinamismo comercial das diversas operações, em especial do Bank Millennium na Polónia e do Banco Millennium Angola, a par dos desempenhos positivos da Banca Millennium na Roménia e do Millennium bim em Moçambique, apesar do efeito cambial da desvalorização do metical face ao euro.

As comissões relacionadas com operações de crédito e garantias cifraram-se em 178,7 milhões de euros em 2010, comparando com 170,4 milhões de euros em 2009. Esta evolução foi suportada pela actividade em Portugal, não obstante o abrandamento da concessão de crédito induzido pela envolvente económico-financeira adversa. Na actividade internacional estas comissões decresceram, fundamentalmente por influência dos desempenhos evidenciados no Millennium bank na Grécia e no Millennium bcp Bank & Trust, não obstante os crescimentos registados nas subsidiárias na Roménia e em Angola.

As comissões de *bancassurance*, que materializam as comissões recebidas pela colocação de produtos de seguros através das redes de distribuição do Banco, ascenderam a 74,3 milhões de euros em 2010, representando um crescimento de 24,4%, face aos 59,7 milhões de euros apurados em 2009. Este desempenho beneficiou do enfoque comercial na disponibilização de produtos de protecção de pessoas e bens e de soluções de investimento adaptadas às necessidades dos Clientes, destacando-se o crescimento da carteira de seguros de saúde Médis, não obstante a intensificação da concorrência neste segmento de mercado.

COMISSÕES LÍQUIDAS

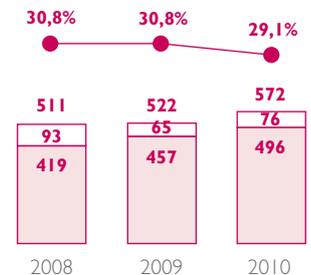
Milhões de euros



COMISSÕES LÍQUIDAS

Actividade em Portugal

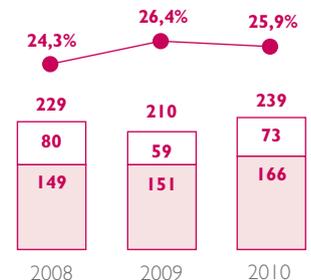
Milhões de euros



COMISSÕES LÍQUIDAS

Actividade Internacional

Milhões de euros



- Comissões bancárias
- Comissões relacionadas com mercados
- Comissões líquidas/Produto bancário

As outras comissões mais directamente relacionadas com o negócio bancário aumentaram para 224,1 milhões de euros em 2010, comparando com 190,2 milhões de euros em 2009, impulsionadas quer pela actividade em Portugal, quer pela actividade internacional. A evolução na actividade em Portugal incorpora o efeito do ajustamento dos preços à proposta de valor; nomeadamente ao nível da oferta de serviços bancários integrados, tais como as Soluções Cliente Freqüente, direccionada a particulares e a negócios, e Cliente Prestige. Na actividade internacional destacam-se os aumentos evidenciados pelo Bank Millennium na Polónia e pelo Banco Millennium Angola.

As comissões relacionadas com os mercados financeiros cresceram 20,2%, para 149,2 milhões de euros em 2010 (124,1 milhões de euros em 2009), suportadas quer pelas comissões associadas a operações sobre títulos, quer pelas comissões relacionadas com a gestão de activos. As comissões associadas a operações sobre títulos ascenderam a 96,6 milhões de euros em 2010, comparando com os 76,2 milhões de euros em 2009, alicerçadas no desempenho da generalidade dos serviços prestados, em particular na montagem de operações e no depósito e guarda de valores, contrariando o menor nível de comissões associadas a operações de bolsa, induzido pela instabilidade dos mercados de capitais no decurso do exercício. Esta evolução foi influenciada favoravelmente quer pela actividade em Portugal, quer pela actividade internacional, designadamente pelo Bank Millennium na Polónia e pelo Banque Privée BCP na Suíça.

As comissões relacionadas com a gestão de activos aumentaram 9,8%, atingindo 52,6 milhões de euros em 2010 (47,9 milhões de euros em 2009), como resultado do aumento das comissões geradas pela actividade em Portugal, suportado na oferta de produtos de valor acrescentado adaptados à evolução dos mercados e às necessidades financeiras dos Clientes. Adicionalmente, a actividade internacional contribuiu positivamente para o aumento das comissões relacionadas com a gestão de activos, destacando-se o desempenho do Bank Millennium na Polónia.

COMISSÕES LÍQUIDAS

	Milhões de euros			
	'10	'09	'08	VAR. % '10/'09
COMISSÕES BANCÁRIAS				
Cartões	185,3	187,3	190,0	-1,1%
Crédito e garantias	178,7	170,4	172,9	4,9%
Bancassurance	74,3	59,7	44,2	24,4%
Outras comissões	224,1	190,2	160,7	17,9%
SUBTOTAL	662,4	607,6	567,8	9,0%
COMISSÕES RELACIONADAS COM MERCADOS				
Operações sobre títulos	96,6	76,2	94,7	26,7%
Gestão de activos	52,6	47,9	77,9	9,8%
SUBTOTAL	149,2	124,1	172,6	20,2%
COMISSÕES LÍQUIDAS TOTAIS	811,6	731,7	740,4	10,9%
das quais:				
Actividade em Portugal	572,2	521,8	511,4	9,7%
Actividade Internacional	239,4	209,9	229,0	14,0%

RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Os resultados em operações financeiras, que incluem os resultados em operações de negociação e de cobertura e os resultados em activos financeiros disponíveis para venda, situaram-se em 429,2 milhões de euros em 2010, evoluindo positivamente face aos 225,4 milhões de euros apurados em 2009, influenciados sobretudo pelo desempenho das operações sobre títulos, derivados e outros, as quais incorporam a reavaliação dos instrumentos financeiros contabilizados em *fair value option*, os resultados da alienação de participações financeiras e títulos em carteira, a par da reavaliação das operações de cobertura. Adicionalmente, em 2010 foram apurados maiores ganhos em operações cambiais, centrados na actividade internacional, materializando o aproveitamento de oportunidades de negócio em operações em moeda estrangeira.

Os resultados em operações financeiras incluem, em 2010, o ganho obtido, no montante de 65,2 milhões de euros, associado à alienação da anteriormente mencionada participação de 2,7% detida no capital social da Eureko, BV.

O Grupo adoptou a opção de justo valor (*fair value option*) como método de mensuração das emissões próprias de instrumentos financeiros que contenham derivados embutidos ou *swaps* de cobertura associados, sendo que os passivos financeiros contabilizados ao *fair value option* são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transacções e também as variações subsequentes de justo valor reconhecidos em resultados. As correspondentes variações do risco de crédito atribuído pelo mercado ao Millennium bcp e indirectamente à República Portuguesa, enquanto garante da emissão de dívida a três anos realizada pelo Grupo em 2009, no montante de 1,5 mil milhões de euros, são reconhecidas na rubrica de resultados em operações de negociação e de cobertura.

A reavaliação dos instrumentos financeiros contabilizados em *fair value option* em 2010 foi influenciada pela evolução das condições de financiamento nos mercados face ao final de 2009 e consequente impacto no risco de crédito próprio do Banco e da República Portuguesa. Assim, em 2010, foram contabilizados ganhos de 204,6 milhões de euros (prejuízos de 106,1 milhões de euros em 2009) relacionados com o aumento do risco de crédito do Banco, como resultado da subida dos *spreads* de mercado para operações com risco semelhante ao do Millennium bcp. As flutuações no valor do risco de crédito próprio continuarão a verificar-se até ao vencimento das emissões concretizadas pelo Banco, sendo que, no limite, até à maturidade os ganhos e prejuízos neutralizar-se-ão.

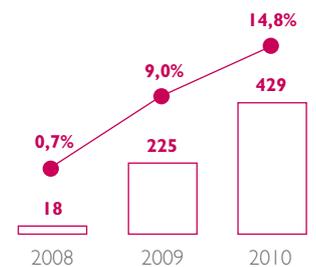
O desempenho dos resultados em operações financeiras beneficiou sobretudo da actividade em Portugal, enquanto que a actividade internacional foi fundamentalmente condicionada pelo impacto da reavaliação de instrumentos derivados, em particular no Bank Millennium na Polónia, parcialmente atenuado pelo efeito positivo dos ganhos em operações cambiais registados no Millennium bim em Moçambique e no Banco Millennium Angola.

RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

	Milhões de euros			
	'10	'09	'08	VAR. % '10/'09
Operações cambiais	99,4	68,8	83,8	44,5%
Operações sobre títulos, derivados e outros	329,8	156,6	(65,7)	-
	429,2	225,4	18,1	90,4%
dos quais:				
Actividade em Portugal	284,0	65,0	(124,4)	-
Actividade Internacional	145,2	160,4	142,5	-9,5%

RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Milhões de euros

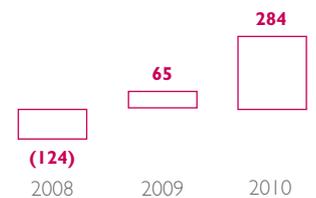


● Resultados em operações financeiras /Produto bancário

RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Actividade em Portugal

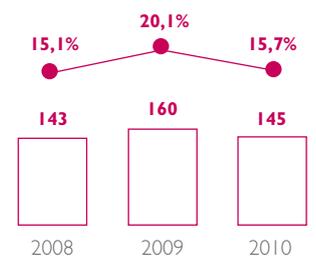
Milhões de euros



RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Actividade Internacional

Milhões de euros



● Resultados em operações financeiras /Produto bancário

OUTROS PROVEITOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS

Os outros proveitos de exploração líquidos, que incluem os outros proveitos de exploração, os outros resultados de actividades não bancárias e os resultados de alienação de subsidiárias e outros activos, cifraram-se em 31,0 milhões de euros em 2010, que compara com os 132,3 milhões de euros em 2009.

Os outros proveitos líquidos incluem, em 2009, a valia contabilística apurada com a dispersão de 49,9% do capital social do Banco Millennium Angola, no montante de 21,2 milhões de euros, bem como os ganhos obtidos na alienação de activos, no montante de 57,2 milhões de euros. O comportamento dos outros proveitos de exploração líquidos, excluindo os referidos impactos em 2009, foi essencialmente determinado pelo decréscimo dos proveitos líquidos relacionados com a prestação de serviços diversos e com a alienação/reavaliação de imóveis.

RESULTADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Os resultados por equivalência patrimonial, que incluem os resultados apropriados pelo Grupo associados à consolidação de entidades onde, apesar de exercer influência significativa, não exerce o controlo das políticas financeira e operacional, totalizaram 67,5 milhões de euros em 2010, representando um aumento de 1,8% face aos 66,3 milhões de euros apurados em 2009.

O comportamento dos resultados por equivalência patrimonial, não obstante a evolução desfavorável dos resultados associados às participações financeiras detidas na VSC e Nanium, beneficiou fundamentalmente da apropriação de resultados relacionados com a participação de 49% detida na Millenniumbcp Ageas (ex-Millenniumbcp Fortis), uma *joint venture* do Millennium bcp com o Grupo Ageas, especializada no negócio de *bancassurance*, cujo resultado líquido evoluiu favoravelmente no exercício de 2010, não obstante as circunstâncias particularmente adversas para a gestão de investimentos financeiros observadas ao longo do ano.

RESULTADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

	Milhões de euros			
	'10	'09	'08	VAR. % '10/'09
Millenniumbcp Ageas	69,5	57,9	12,6	20,1%
Outros	(2,0)	8,4	6,5	-
	67,5	66,3	19,1	1,8%

CUSTOS OPERACIONAIS

Milhões de euros



● Rácio de eficiência

CUSTOS OPERACIONAIS

Os custos operacionais, que incorporam os custos com o pessoal, os outros gastos administrativos e as amortizações do exercício, cifraram-se em 1.603,3 milhões de euros em 2010, o que representa um aumento de 4,1% face aos 1.540,3 milhões de euros apurados em 2009. O comportamento dos custos operacionais foi essencialmente influenciado pelo desempenho da actividade internacional e pelo controlo de custos evidenciado na actividade em Portugal. Os custos operacionais incluem a contabilização de custos com reformas antecipadas no montante de 10,4 milhões de euros, em 2010, e no montante de 3,9 milhões de euros, em 2009, pelo que, excluindo este impacto, os custos operacionais cresceram 3,7%, entre 2009 e 2010.

Na actividade em Portugal, os custos operacionais praticamente estabilizaram, situando-se em 985,4 milhões de euros (+0,7%), influenciados favoravelmente

pelo menor nível de amortizações do exercício, fundamentalmente as amortizações relacionadas com imóveis e equipamento, e pelos menores custos com o pessoal, imputáveis à diminuição dos custos com pensões e com encargos sociais facultativos, apesar do aumento dos outros gastos administrativos, nomeadamente de *outsourcing* e trabalho independente, decorrente sobretudo do incremento da actividade de recuperação de crédito, atenuado pelo esforço de contenção dos custos de fornecimentos de terceiros.

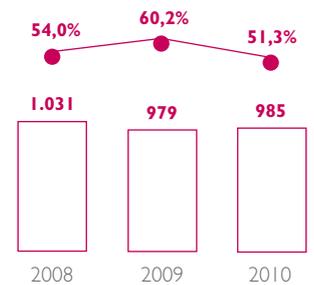
A evolução dos custos operacionais na actividade internacional traduz fundamentalmente o comportamento dos custos no Banco Millennium Angola e no Millennium bim em Moçambique, em consonância com a estratégia de crescimento orgânico implementada nestes mercados, e no Bank Millennium na Polónia, em parte pelo efeito cambial da valorização do zloti face ao euro, bem como o efeito da amortização de activos não alienados pelo Millennium bcpbank nos Estados Unidos da América. Contudo, os custos operacionais da actividade internacional beneficiaram da redução de custos observada no Millennium bank na Grécia e na Banca Millennium na Roménia.

O rácio de eficiência consolidado, em base comparável, situou-se em 56,3%, em 2010, revelando uma melhoria de 7,3 pontos percentuais face aos 63,6% apurados em 2009. Esta trajectória reflecte as melhorias de eficiência alcançadas na actividade em Portugal, ao situar-se em 51,3% face aos 60,2% em 2009, consubstanciando o impacto de iniciativas que têm vindo a ser implementadas visando a contenção dos custos operacionais e o aumento dos proveitos, bem como na actividade internacional, com uma redução de 3,7 pontos percentuais face a 2009, beneficiando dos desempenhos favoráveis na maioria das operações no exterior.

CUSTOS OPERACIONAIS

Actividade em Portugal

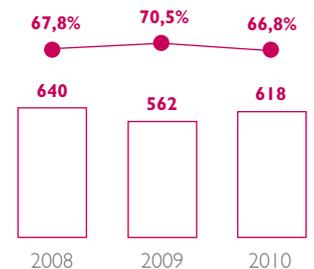
Milhões de euros



CUSTOS OPERACIONAIS

Actividade Internacional

Milhões de euros



● Rácio de eficiência

CUSTOS OPERACIONAIS

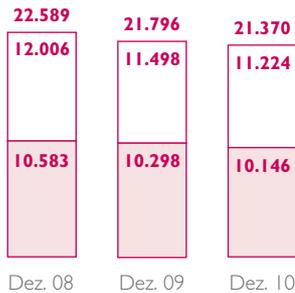
	Milhões de euros			
	'10	'09	'08	VAR. % '10/'09
ACTIVIDADE EM PORTUGAL				
Custos com o pessoal	599,0	604,3	592,7	-0,9%
Outros gastos administrativos	331,9	314,3	371,8	5,6%
Amortizações do exercício	54,5	60,1	66,6	-9,2%
	985,4	978,7	1.031,1	0,7%
ACTIVIDADE INTERNACIONAL				
Custos com o pessoal	292,3	261,0	322,6	12,0%
Outros gastos administrativos	269,9	255,9	270,8	5,5%
Amortizações do exercício	55,7	44,7	46,3	24,7%
	617,9	561,6	639,7	10,0%
TOTAL				
Custos com o pessoal	891,3	865,3	915,3	3,0%
Outros gastos administrativos	601,8	570,2	642,6	5,6%
Amortizações do exercício	110,2	104,8	112,9	5,2%
	1.603,3	1.540,3	1.670,8	4,1%

CUSTOS COM O PESSOAL

Os custos com o pessoal totalizaram 891,3 milhões de euros em 2010, registando um aumento de 3,0% face aos 865,3 milhões de euros em 2009. Os custos com o pessoal incluem a contabilização de custos com reformas antecipadas nos montantes de 10,4 milhões de euros e de 3,9 milhões de euros em 2010 e 2009, respectivamente, pelo que, excluindo estes impactos, os custos com o pessoal aumentaram 2,3%.

COLABORADORES

Unidades



Portugal
Internacional

A evolução dos custos com o pessoal foi determinada pelo acréscimo de 12,0% relevado na actividade internacional, dada a redução observada na actividade em Portugal. Na actividade internacional, os maiores custos com o pessoal traduzem fundamentalmente os aumentos registados pelas operações desenvolvidas em Angola e em Moçambique, em ambos os casos associados ao reforço do quadro de Colaboradores, no âmbito dos planos de expansão em curso, bem como pelo Bank Millennium na Polónia, ampliado pelo efeito cambial da valorização do zloti face ao euro. Estes desempenhos foram, contudo, parcialmente contrariados pela diminuição dos custos com o pessoal na Banca Millennium na Roménia e no Millennium bank na Grécia.

Na actividade em Portugal, os custos com o pessoal, entre 2009 e 2010, diminuíram 0,9% (-2,0% excluindo o impacto dos custos com reformas antecipadas anteriormente mencionado), beneficiando sobretudo da redução dos custos com pensões e dos encargos sociais facultativos, não obstante o aumento das remunerações, induzido fundamentalmente pelo processo anual

de actualização salarial. Os custos com o pessoal na actividade em Portugal reflectiram também a redução do quadro de Colaboradores, num total de 152 Colaboradores, entre o final de 2009 e o fim de 2010, como resultado da consolidação de iniciativas orientadas para a alocação eficiente dos recursos, designadamente o incentivo ao desenvolvimento de competências comerciais e consequente rotação de funções e mobilidade de Colaboradores para reforço das áreas comerciais.

CUSTOS COM O PESSOAL

	Milhões de euros			
	'10	'09	'08	VAR. % '10/'09
Remunerações	619,7	583,2	623,6	6,3%
Encargos sociais obrigatórios				
Fundo de pensões	127,7	137,4	125,6	-7,1%
Outros	104,0	98,6	110,5	5,4%
Encargos sociais facultativos	29,3	35,1	41,8	-16,5%
Outros custos	10,6	11,0	13,8	-3,4%
	891,3	865,3	915,3	3,0%

OUTROS GASTOS ADMINISTRATIVOS

Os outros gastos administrativos situaram-se em 601,8 milhões de euros em 2010, que compara com 570,2 milhões de euros em 2009 (+5,6%), reflectindo sobretudo o comportamento dos gastos associados a *outsourcing* e trabalho independente, publicidade, rendas, seguros e outros serviços especializados, evidenciando-se, contudo, as poupanças alcançadas nos custos com deslocações, estadias e despesas de representação, comunicações e transportes.

A evolução dos outros gastos administrativos traduz o comportamento relevado quer pela actividade em Portugal, quer pela actividade internacional. Na actividade em Portugal, os outros gastos administrativos totalizaram 331,9 milhões de euros em 2010, comparando com os 314,3 milhões de euros em 2009 (+5,6%), influenciados fundamentalmente pelos custos com avenças e honorários e com serviços de *outsourcing*, sobretudo como suporte à actividade de recuperação de crédito, os quais foram parcialmente mitigados pela contenção de custos alcançada em diversos fornecimentos e serviços de terceiros, beneficiando adicionalmente do redimensionamento da rede de distribuição para um total de 892 sucursais em 31 de Dezembro de 2010.

Na actividade internacional, consubstanciando a estratégia de foco nos mercados europeus e de prossecução do investimento nos mercados de afinidade, a rede de distribuição global reduziu para 852 sucursais, no final de 2010, repercutindo o impacto da alienação das operações na Turquia e nos Estados Unidos da América (-35 sucursais)

e também por influência da racionalização das redes de sucursais das operações na Polónia e na Grécia, na sequência da revisão dos respectivos planos de expansão, apesar da ampliação das redes de distribuição concretizada nos mercados angolano e moçambicano, com mais 16 e mais 9 sucursais, respectivamente.

Os outros gastos administrativos, na actividade internacional, cifraram-se em 269,9 milhões de euros em 2010, representando um aumento de 5,5% face aos 255,9 milhões de euros apurados em 2009, como resultado da evolução dos gastos com serviços especializados, rendas, publicidade e seguros, principalmente associados à mencionada expansão das redes de distribuição das operações em Angola e em Moçambique. Contudo, destaca-se o controlo dos outros gastos administrativos no Bank Millennium na Polónia, excluindo o efeito cambial da valorização do zloti face ao euro, beneficiando das iniciativas implementadas com enfoque na melhoria da eficiência operativa.

OUTROS GASTOS ADMINISTRATIVOS

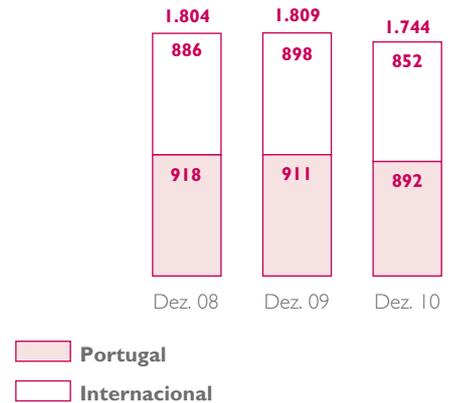
	Milhões de euros			
	'10	'09	'08	VAR. % '10/'09
Água, energia e combustíveis	21,2	19,9	21,4	6,6%
Material de consumo corrente	7,7	7,7	9,9	0,7%
Rendas e alugueres	151,0	147,6	146,4	2,3%
Comunicações	43,3	44,4	50,8	-2,4%
Deslocações, estadias e representações	14,8	16,2	21,9	-8,6%
Publicidade	43,8	39,7	53,6	10,3%
Conservação e reparação	41,4	40,2	46,2	2,9%
Cartões e crédito imobiliário	16,6	14,8	21,7	12,0%
Estudos e consultas	20,5	20,0	26,5	2,4%
Informática	28,6	27,2	26,2	5,4%
Outsourcing e trabalho independente	92,0	77,1	93,7	19,3%
Outros serviços especializados	32,8	29,9	28,0	9,6%
Formação do pessoal	2,9	2,9	3,3	-1,9%
Seguros	17,9	14,6	15,6	22,5%
Contencioso	8,3	7,8	9,1	5,8%
Transportes	10,1	11,2	11,9	-9,3%
Outros fornecimentos e serviços	48,9	49,0	56,4	-0,1%
	601,8	570,2	642,6	5,6%

AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO

As amortizações do exercício situaram-se em 110,2 milhões de euros em 2010, que comparam com os 104,8 milhões de euros contabilizados em 2009. O comportamento das amortizações do exercício foi determinado essencialmente pelo maior nível de amortizações relevado pela actividade internacional, nomeadamente pelo impacto da amortização residual de activos excluídos do processo de alienação do Millennium bcpbank nos EUA, a par do aumento das amortizações do exercício evidenciado pelo Banco Millennium Angola, bem como pelo Millennium bim em Moçambique, na sequência dos investimentos de suporte à expansão da actividade que têm vindo a ser efectuados nestes dois mercados. Por seu turno, na actividade em Portugal, as amortizações do exercício apresentaram uma redução de 9,2%, fundamentalmente como resultado do menor nível de amortizações relacionadas com equipamentos e com imóveis, induzido pelo gradual termo do período de amortização de investimentos realizados, o que mais do que compensou o aumento de amortizações de *software*, como resultado do esforço contínuo de renovação tecnológica, visando nomeadamente a constante adaptação aos requisitos de negócio, quer por via da introdução de novas funcionalidades, quer através da optimização de processos e metodologias.

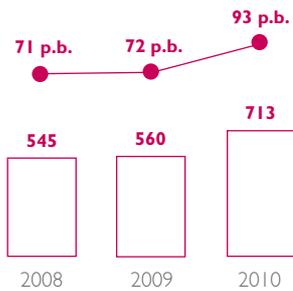
SUCURSAIS

Unidades



IMPARIDADE DO CRÉDITO (LÍQUIDA)

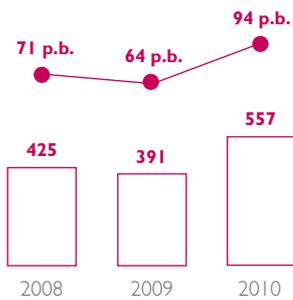
Milhões de euros



IMPARIDADE DO CRÉDITO (LÍQUIDA)

Actividade em Portugal

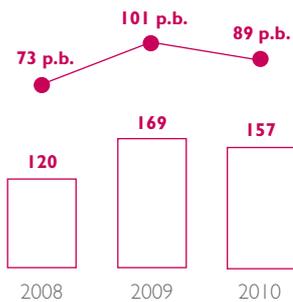
Milhões de euros



IMPARIDADE DO CRÉDITO (LÍQUIDA)

Actividade Internacional

Milhões de euros



● Em % crédito total

IMPARIDADE DO CRÉDITO E RECUPERAÇÕES DE CRÉDITO

A imparidade do crédito (líquida de recuperações) cifrou-se em 713,3 milhões de euros em 2010, comparando com 560,0 milhões de euros em 2009, reflectindo o reforço das dotações para imparidade do crédito, em linha com as expectativas associadas ao prolongamento do enquadramento económico-financeiro adverso. O custo do risco, avaliado pela proporção das dotações para imparidade do crédito (líquidas de recuperações) em função da carteira de crédito, situou-se em 93 pontos base em 2010, subindo 21 pontos base, face aos 72 pontos base apurados para 2009.

O comportamento da imparidade do crédito (líquida de recuperações) traduz, essencialmente, a evolução evidenciada pela actividade em Portugal, influenciada pelo aumento dos níveis de incumprimento, não obstante o enfoque no reforço da prevenção e dos processos de controlo e gestão dos riscos. Na actividade internacional, os aumentos da imparidade do crédito (líquida de recuperações) relevados pelo Millennium bank na Grécia e, embora em menor volume, também pelas operações desenvolvidas na Suíça, como resultado da desvalorização dos colaterais financeiros, e em Angola e em Moçambique, acompanhando a expansão da actividade comercial, foram mais do que compensados pela redução das dotações para imparidade do crédito no Bank Millennium na Polónia, decorrente sobretudo do menor nível de imparidade associada ao crédito concedido a empresas.

IMPARIDADE DO CRÉDITO (LÍQUIDA DE RECUPERAÇÕES)

Milhões de euros

	'10	'09	'08	VAR. % '10/'09
Dotações para imparidade do crédito	743,8	593,4	637,5	25,3%
Recuperações de crédito	30,5	33,4	92,8	-8,4%
	713,3	560,0	544,7	27,4%
Custo do risco:				
Dotações em % do crédito (bruto)	97 p.b.	77 p.b.	83 p.b.	20 p.b.
Dotações líquidas de recuperações em % do crédito (bruto)	93 p.b.	72 p.b.	71 p.b.	21 p.b.

OUTRAS IMPARIDADES E PROVISÕES

As outras imparidades e provisões incorporam as dotações para imparidades de outros activos, entre os quais os activos recebidos em dação por via da resolução de contratos de crédito com Clientes, a imparidade do *goodwill* e as outras provisões.

As outras imparidades e provisões totalizaram 217,6 milhões de euros em 2010, que comparam com 97,4 milhões de euros em 2009, influenciadas essencialmente pelo reconhecimento de imparidade no montante de 147,1 milhões de euros, contabilizada nos segundo e quarto trimestres de 2010, relativa ao *goodwill* do Millennium bank na Grécia, em conformidade com a política contabilística do Grupo e o disposto na IAS 36, tendo em consideração o impacto estimado da deterioração da situação económica da Grécia.

Adicionalmente, a evolução das outras imparidades e provisões reflecte o maior nível de provisões contabilizado na actividade internacional, nomeadamente no Bank Millennium na Polónia e no Millennium bim em Moçambique, principalmente associado ao reforço de provisões relacionadas com garantias e outros compromissos. Apesar disso, as outras imparidades e provisões foram influenciadas pela redução do nível de dotações na actividade em Portugal, beneficiando do decréscimo de dotações relacionadas com garantias e outros compromissos e de menores provisões para contingências diversas.

IMPOSTOS SOBRE LUCROS

Os impostos (correntes e diferidos) sobre lucros ascenderam a -3,1 milhões de euros em 2010, montante que compara com 46,2 milhões de euros em 2009.

Os referidos impostos incluem o custo por impostos correntes no montante de 54,2 milhões de euros (65,6 milhões de euros em 2009), correspondente a uma taxa de 15,1% (22,2% em 2009), líquido do proveito por impostos diferidos no montante de 57,2 milhões de euros (19,4 milhões de euros em 2009).

O proveito por impostos diferidos apurado em 2010 corresponde, sobretudo, ao incremento da taxa nominal de imposto em 2,5 pontos percentuais, decorrente da derrama estadual introduzida pela Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho.

A redução do imposto por comparação com 2009 decorre, fundamentalmente, do referido efeito da alteração da taxa nominal de impostos diferidos (activos e passivos) e da realização de menos-valias fiscais na liquidação e alienação de sociedades.

INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Os interesses que não controlam incluem a parte atribuível a terceiros dos resultados das empresas subsidiárias consolidadas pelo método integral nas quais o Grupo não detém a totalidade do capital social, repercutindo, sobretudo, os montantes associados com as participações detidas no Bank Millennium na Polónia, no Banco Millennium Angola e no Millennium bim em Moçambique.

Os interesses que não controlam situaram-se em 59,3 milhões de euros em 2010, comparando favoravelmente com os 24,1 milhões de euros contabilizados em 2009, beneficiando do crescimento dos resultados líquidos relevados pela generalidade daquelas subsidiárias, em particular pelo Bank Millennium na Polónia e também, embora em menor escala, pelo Banco Millennium Angola e pelo Millennium bim.

ANÁLISE DO BALANÇO

O prolongamento da conjuntura económica adversa e a mais recente crise da dívida soberana, afectando de modo particular os mercados europeus periféricos, incluindo Portugal, induziram uma nova vaga de instabilidade, de incerteza e de aversão ao risco nos mercados financeiros internacionais, que não só dificultaram a mobilização de recursos financeiros pelas instituições financeiras daqueles mercados, como aumentaram os prémios de risco e limitaram a correspondente capacidade de concessão de crédito.

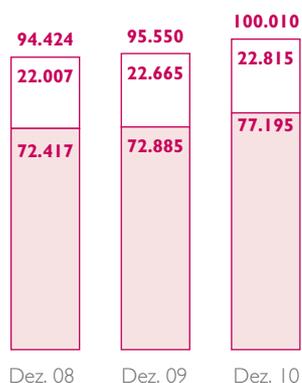
O sistema bancário português revelou, contudo, capacidade para ultrapassar os constrangimentos ao refinanciamento de dívida nos mercados por grosso, recorrendo a alternativas para a obtenção de fundos essenciais ao financiamento regular da actividade económica, tanto pela dinamização e mobilização dos recursos de clientes, como pela acrescida detenção de activos financeiros em carteira necessários às operações de mercado aberto com o Banco Central Europeu.

Em 2010, o Millennium bcp continuou a promover uma gestão criteriosa dos activos e passivos de modo a, por um lado, minimizar o efeito da alteração das referidas condições e fluxos de financiamento no abrandamento dos volumes de negócio e, por outro, manter sob controlo rigoroso a evolução do *gap* comercial, tanto na actividade em Portugal como na actividade internacional, tendo, deste modo, preservado globalmente a sua estrutura de balanço, não obstante a necessária adequação às condições prevaletentes, designadamente ao nível do activo com uma ligeira contracção no crédito concedido a clientes e com o reforço da carteira de activos financeiros, em especial por via de Bilhetes do Tesouro (BT) e de outros títulos de emissores públicos, tendo em vista a sua eventual utilização como colateral em operações de refinanciamento junto de Bancos Centrais.

O activo total atingiu 100.010 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010, que compara com os 95.550 milhões de euros apurados em 31 de Dezembro de 2009.

ACTIVO TOTAL

Milhões de euros



Portugal

Internacional

O crédito a clientes, em base comparável, que representava 76% do activo total, cifrou-se em 76.411 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010, registando uma contracção face a 31 de Dezembro de 2009 (76.935 milhões de euros), não obstante o crescimento do crédito a particulares, beneficiando do aumento do crédito à habitação. Esta evolução reflecte as condicionantes acima mencionadas, bem como a criteriosa avaliação e selecção das exposições ao risco de crédito.

O reforço da carteira de títulos ocorreu quer ao nível dos activos financeiros detidos até à maturidade, que ascenderam a 6.745 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010 (2.027 milhões de euros no final de 2009), quer dos activos financeiros disponíveis para venda e dos activos financeiros detidos para negociação, que evidenciaram uma subida conjunta de 27,3%, totalizando 7.709 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010, nomeadamente por via da aquisição de títulos elegíveis para colateral em eventuais operações de refinanciamento junto de Bancos Centrais, destacando-se o reforço da carteira de Bilhetes do Tesouro e outros títulos de dívida pública.

O passivo evidenciou um aumento de 5,0%, situando-se nos 92.762 milhões de euros no final de Dezembro de 2010 (88.330 milhões de euros no final de 2009), influenciado pelo crescimento de 94,8% dos depósitos de Bancos Centrais e de outras instituições de crédito, que atingiram os 20.077 milhões de euros (10.306 milhões de euros em 2009), traduzindo fundamentalmente o maior volume de recursos financeiros de curto prazo obtidos junto do Banco Central Europeu, atenuando as dificuldades emergentes do funcionamento atípico dos mercados interbancários. A evolução do passivo foi, contudo, também afectada pela redução dos volumes dos outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados (-36,4%) e dos títulos de dívida emitidos (-9,1%), como resultado da forte limitação de acesso ao financiamento nos mercados por grosso após o primeiro trimestre de 2010.

Os capitais próprios evoluíram de 7.220 milhões de euros no final de 2009 para 7.248 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010 (+28 milhões de euros), beneficiando essencialmente do apuramento de resultados líquidos positivos em 2010 no montante de 302 milhões de euros. A evolução dos capitais próprios reflecte, também, os impactos da distribuição de lucros e da remuneração de acções preferenciais, nos montantes de 89 milhões de euros e de 49 milhões

de euros, respectivamente, bem como a variação negativa das reservas de justo valor; no montante de 246 milhões de euros, associadas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda, fundamentalmente relacionada com a reavaliação da reserva de justo valor resultante da participação de 49,0% detida na Millenniumbcp Ageas e com a operação de alienação da participação financeira de 2,7% detida na Eureko, BV, concretizada no final de 2010.

BALANÇO AGREGADO EM 31 DE DEZEMBRO

	Milhões de euros			
	'10	'09	'08	VAR.% '10/'09
ACTIVO				
Disponibilidades e aplicações em Bancos Centrais e instituições de crédito	5.087	5.110	6.005	-0,4%
Crédito a clientes	73.905	75.191	75.165	-1,7%
Activos financeiros detidos para negociação	5.136	3.357	3.903	53,0%
Activos financeiros disponíveis para venda	2.573	2.699	1.714	-4,7%
Activos financeiros detidos até à maturidade	6.745	2.027	1.102	232,7%
Investimento em associadas	397	439	344	-9,5%
Activos não correntes detidos para venda	997	1.343	826	-25,8%
Outros activos tangíveis, <i>goodwill</i> e activos intangíveis	1.018	1.181	1.286	-13,8%
Activos por impostos correntes e diferidos	723	609	605	18,6%
Outros ⁽¹⁾	3.429	3.594	3.474	-4,6%
TOTAL DO ACTIVO	100.010	95.550	94.424	4,7%
PASSIVO				
Depósitos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	20.077	10.306	9.339	94,8%
Depósitos de clientes	45.609	46.307	44.907	-1,5%
Títulos de dívida emitidos	18.137	19.953	20.516	-9,1%
Passivos financeiros detidos para negociação	1.176	1.072	2.139	9,7%
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.038	6.346	6.714	-36,4%
Passivos não correntes detidos para venda	-	436	-	-100,0%
Passivos subordinados	2.039	2.232	2.599	-8,6%
Outros ⁽²⁾	1.686	1.678	1.962	0,4%
TOTAL DO PASSIVO	92.762	88.330	88.176	5,0%
CAPITAIS PRÓPRIOS				
Capital	4.695	4.695	4.695	-
Títulos próprios	-82	-86	-59	-
Prémio de emissão	192	192	183	-
Acções preferenciais	1.000	1.000	1.000	-
Outros instrumentos de capital	1.000	1.000	-	-
Reservas e resultados acumulados	-357	-150	-60	-
Lucro do período atribuível aos Accionistas do Banco	302	225	201	33,9%
TOTAL DE CAPITAIS PRÓPRIOS ATRIBUÍVEIS AOS ACCIONISTAS DO BANCO	6.750	6.876	5.960	-1,8%
Interesses que não controlam	498	344	288	44,5%
TOTAL DE CAPITAIS PRÓPRIOS	7.248	7.220	6.248	0,4%
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAIS PRÓPRIOS	100.010	95.550	94.424	4,7%

(1) Inclui Activos com acordo de recompra, Derivados de cobertura, Propriedades de investimento e Outros activos.

(2) Inclui Derivados de cobertura, Provisões, Passivos por impostos correntes e diferidos e Outros passivos.

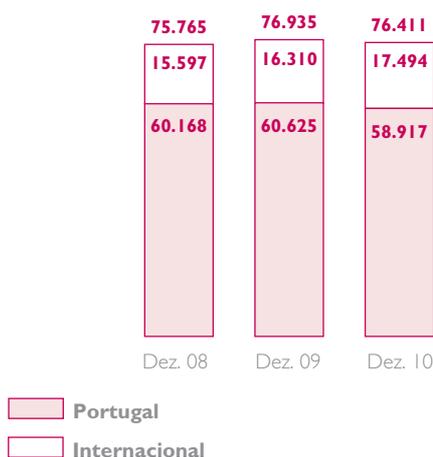
CRÉDITO A CLIENTES

Num contexto particularmente difícil para a actividade de intermediação financeira, conforme abordado anteriormente, o Millennium bcp adequou a sua política de concessão de crédito ao mencionado objectivo de controlo rigoroso da evolução do *gap* comercial, reformulando a oferta de soluções de financiamento a empresas e a particulares, ajustando parcialmente o preço ao custo do *funding* associado, mitigando o risco por via do reforço dos níveis de colateralização e promovendo a identificação de novas oportunidades de negócio.

O crédito a clientes, em base comparável, atingiu 76.411 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010, registando uma ligeira contracção face aos 76.935 milhões de euros relevados em 31 de Dezembro de 2009. O comportamento do crédito a clientes foi sobretudo condicionado pelo crédito a empresas, o qual totalizou 40.529 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010 (-5,5%), visto que o crédito a particulares registou um crescimento de 5,4%, suportado pelo aumento de 7,2% do crédito à habitação.

CRÉDITO A CLIENTES (*)

Milhões de euros



(*) Antes de imparidades para crédito e excluindo o Millennium bank Turquia e o Millennium bcpbank EUA.

A evolução da carteira de crédito a clientes foi influenciada essencialmente pela actividade em Portugal, que registou uma diminuição de 2,8%, enquanto que a actividade internacional evoluiu favoravelmente, registando um aumento de 7,3% face ao final de 2009, impulsionado pelas boas *performances* das subsidiárias na Polónia, em Moçambique e em Angola, sendo nestes últimos mercados suportada pela colocação de soluções de financiamento inovadoras e adequadas às necessidades e perfil dos Clientes.

O menor volume de crédito concedido a clientes, face ao final de 2009, reflecte também o impacto do clima de forte incerteza sobre o adiamento das decisões de investimento, bem como a desalavancagem das empresas e o menor recurso ao crédito ao consumo por parte das famílias, não obstante os persistentes baixos níveis de taxas de juro, explicado, em parte, pela desmobilização e utilização de poupanças. Com efeito, o ritmo de crescimento do crédito concedido a clientes particulares, em 2010, foi desacelerado pela selecção mais criteriosa na aquisição de bens duradouros, enquanto que no crédito a empresas a contracção nos volumes de crédito concedido teve maior incidência nos sectores de actividade mais expostos a alterações do ciclo económico, como nos casos do comércio, serviços e construção.

CRÉDITO A CLIENTES (*)

Milhões de euros

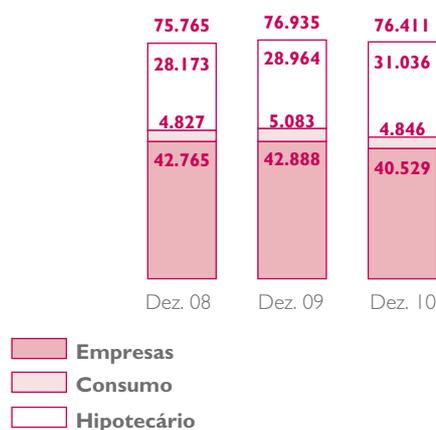
	'10	'09	'08	VAR.% '10/'09
PARTICULARES				
Hipotecário	31.036	28.964	28.173	7,2%
Consumo	4.846	5.083	4.827	-4,7%
	35.882	34.047	33.000	5,4%
EMPRESAS				
Serviços	16.041	16.405	14.979	-2,2%
Comércio	4.603	5.205	5.370	-11,6%
Construção	5.091	5.453	5.563	-6,6%
Outros	14.794	15.825	16.853	-6,5%
	40.529	42.888	42.765	-5,5%
CRÉDITO A CLIENTES	76.411	76.935	75.765	-0,7%
Créditos relacionados com activos parcialmente alienados (1)	-	413	880	
TOTAL	76.411	77.348	76.645	

(*) Antes de imparidades para crédito.

(1) Millennium bank Turquia e Millennium bcpbank EUA.

CRÉDITO A CLIENTES (*)

Milhões de euros



(*) Antes de imparidades para crédito e excluindo o Millennium bank Turquia e o Millennium bcpbank EUA.

Entre 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2010, a estrutura da carteira de crédito registou níveis idênticos de diversificação, continuando o crédito a empresas a posicionar-se como a componente dominante da carteira de crédito concedido a clientes, com um peso de 53,0% da carteira, enquanto o crédito a particulares representava 47,0% do crédito total.

A evolução do crédito a clientes reflectiu, sobretudo, o crescimento de 5,4% do **crédito a particulares**, que atingiu 35.882 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010, face aos 34.047 milhões de euros no final de 2009, suportado fundamentalmente pelo crédito à habitação, que evidenciou uma subida de 7,2% ao atingir 31.036 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010.

O comportamento favorável do **crédito à habitação** em 2010 foi influenciado pelas subidas registadas quer na actividade em Portugal (+4,7%), embora com abrandamento do ritmo em face da conjuntura adversa, quer na actividade internacional (+14,2%), com especial destaque para o desempenho do Bank Millennium na Polónia.

O **crédito ao consumo** ascendeu a 4.846 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010, que compara com os 5.083 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2009, representando 6,3% do total da carteira de crédito concedido a clientes. Para esta evolução contribuiu sobretudo a actividade em Portugal, que registou uma redução de 11,6% face ao final de 2009, parcialmente compensada pelo aumento de 8,2% observado na actividade internacional, beneficiando dos crescimentos no Bank Millennium na Polónia, no Banco Millennium Angola e no Millennium bim em Moçambique.

O **crédito a empresas** totalizou 40.529 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010, que compara com os 42.888 milhões de euros em igual data de 2009, mantendo-se como a principal componente da carteira de crédito. O abrandamento do crédito concedido a empresas, iniciado em 2009, resultou, em parte, dos efeitos do agravamento da conjuntura económica e financeira observados em 2010, designadamente na retracção do investimento privado, aliado à maior selectividade na concessão de crédito, não obstante o reforço de linhas de crédito às Pequenas e Médias Empresas (PME) e do apoio aos negócios e iniciativas empreendedoras, nomeadamente no âmbito dos protocolos celebrados com o IAPMEI, PME Investimentos e Sociedades de Garantia Mútua. O desempenho do crédito a empresas foi essencialmente determinado pela actividade em Portugal, a qual registou um decréscimo de 6,5%, em especial na Banca de Empresas, enquanto que a actividade internacional praticamente estabilizou.

CRÉDITO A CLIENTES (*)

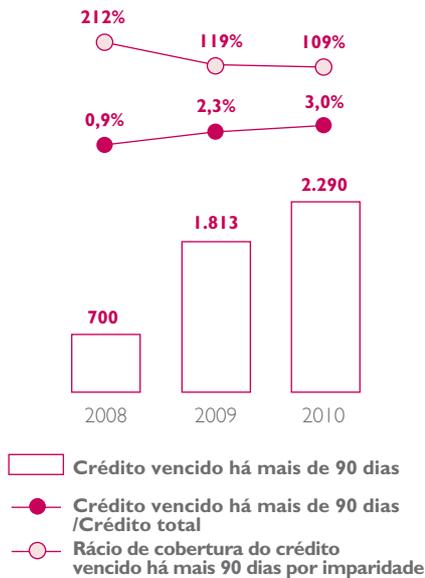
	Milhões de euros			
	'10	'09	'08	VAR. % '10/'09
HIPOTECÁRIO				
Actividade em Portugal	22.533	21.518	20.893	4,7%
Actividade Internacional	8.503	7.446	7.280	14,2%
	31.036	28.964	28.173	7,2%
CONSUMO				
Actividade em Portugal	2.922	3.305	3.157	-11,6%
Actividade Internacional	1.924	1.778	1.670	8,2%
	4.846	5.083	4.827	-4,7%
EMPRESAS				
Actividade em Portugal	33.461	35.802	36.118	-6,5%
Actividade Internacional	7.068	7.086	6.647	-0,3%
	40.529	42.888	42.765	-5,5%
CRÉDITO A CLIENTES				
Actividade em Portugal	58.917	60.625	60.168	-2,8%
Actividade Internacional	17.494	16.310	15.597	7,3%
	76.411	76.935	75.765	-0,7%
Créditos relacionados com activos parcialmente alienados (1)	-	413	880	
TOTAL	76.411	77.348	76.645	

(*) Antes de imparidades para crédito.

(1) Millennium bank Turquia e Millennium bcpbank EUA.

QUALIDADE DO CRÉDITO

Milhões de euros



A qualidade da carteira de crédito, avaliada pelos níveis dos indicadores de incumprimento, nomeadamente pela proporção de crédito vencido há mais de 90 dias em função do crédito total, situou-se em 3,0% em 31 de Dezembro de 2010 (2,3% em 31 de Dezembro de 2009), reflectindo os efeitos do agravamento das condições económicas e financeiras das famílias e das empresas em 2010, não obstante os esforços empreendidos no controlo do risco, visando reforçar a prevenção, rever a concessão e dinamizar a recuperação de crédito.

O rácio de cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias por imparidades situou-se em 109,4% em 31 de Dezembro de 2010, comparando com 119,0% em igual data de 2009, embora na actividade em Portugal o grau de cobertura tenha praticamente estabilizado face ao observado no final do ano anterior.

O crédito com incumprimento que, de acordo com a Instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal, inclui o crédito vencido há mais de 90 dias e o crédito de cobrança duvidosa reclassificado como vencido para efeitos de provisionamento, situou-se em 4,5% do crédito total em 31 de Dezembro de 2010, comparando com 3,4% apurado na mesma data de 2009.

QUALIDADE DO CRÉDITO

Milhões de euros

	'10	'09	'08	VAR.% '10/'09
Crédito a clientes (*) (1)	76.411	76.935	75.765	-0,7%
Crédito vencido (>90 dias)	2.290	1.813	700	26,3%
Crédito vencido	2.500	2.032	851	23,0%
Crédito com incumprimento (2)	3.410	2.616	1.005	30,3%
Imparidade do crédito (balanço) (1)	2.506	2.146	1.470	16,8%
Crédito vencido (> 90 dias)/Crédito a clientes (*)	3,0%	2,3%	0,9%	
Crédito vencido/Crédito a clientes (*)	3,3%	2,6%	1,1%	
Crédito com incumprimento/Crédito a clientes (*) (2)	4,5%	3,4%	1,3%	
Cobertura do crédito vencido (> 90 dias)	109,4%	119,0%	211,6%	
Cobertura do crédito vencido	100,2%	106,1%	173,9%	
Cobertura do crédito com incumprimento (2)	73,5%	82,4%	147,3%	

(*) Antes de imparidades para crédito.

(1) Em 2009 e 2008 exclui o crédito relacionado com activos parcialmente alienados – Millennium bank Turquia e Millennium bcpbank EUA.

(2) Calculado de acordo com a Instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal.

O crédito vencido há mais de 90 dias cifrou-se em 2.290 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010, comparando com 1.813 milhões de euros no final de 2009, evidenciando a deterioração das condições económicas dos Clientes particulares e das empresas, reflectida nos níveis comparativamente superiores de incumprimento em 2010. A carteira de crédito vencido evoluiu em linha com as tendências sectoriais previstas para os mercados com presença de operações do Grupo, tendo afectado sobretudo a actividade em Portugal e das subsidiárias na Polónia e na Grécia.

O crédito vencido a empresas representava 71,5% do total do crédito vencido em carteira em 31 de Dezembro de 2010, com destaque para os sectores do comércio, da construção e dos serviços. O rácio de crédito vencido a empresas, medido pela relação entre o crédito vencido e o crédito total concedido a empresas, evoluiu desfavoravelmente para 4,4%, quando comparado com o rácio de 3,6% apurado em 31 de Dezembro de 2009.

Em relação ao crédito a particulares, o crédito vencido ao consumo e à habitação representavam 19,9% e 8,7%, respectivamente, do total de crédito vencido em carteira, com o rácio de crédito vencido à habitação em função do crédito total concedido à habitação a situar-se em 0,7%, em 31 de Dezembro de 2010, que compara com 0,5% no final de 2009, demonstrando, assim, o bom perfil de risco da carteira de crédito a Clientes particulares.

CRÉDITO VENCIDO E IMPARIDADES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Milhões de euros

	Crédito vencido	Imparidade para riscos de crédito	Crédito vencido/ Crédito total	Grau de cobertura
PARTICULARES				
Hipotecário	216	174	0,7%	80,4%
Consumo	497	385	10,2%	77,4%
	713	559	2,0%	78,3%
EMPRESAS				
Serviços	523	604	3,3%	115,7%
Comércio	322	252	7,0%	78,5%
Construção	457	301	9,0%	65,7%
Outras actividades internacionais	49	349	1,2%	705,1%
Outros	436	441	4,1%	101,2%
	1.787	1.947	4,4%	109,0%
TOTAL	2.500	2.506	3,3%	100,2%

RECURSOS DE CLIENTES

O crescimento dos recursos de clientes manteve-se em 2010 como um dos objectivos prioritários do Millennium bcp, adquirindo ainda uma maior relevância face às condições de financiamento mais restritivas nos mercados interbancários, tendo o Grupo apostado na inovação e na excelência do serviço ao Cliente como factores distintivos e potenciadores das capacidades comerciais das redes de distribuição nas diferentes geografias. Neste sentido, o enfoque da política comercial centrou-se no reforço da oferta de soluções e produtos adequados às necessidades financeiras dos Clientes nas vertentes de poupança e investimento, em função das necessidades de liquidez e dos perfis de risco dos Clientes.

RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES

Milhões de euros

	'10	'09	'08	VAR.% '10/'09
RECURSOS DE BALANÇO DE CLIENTES				
Depósitos de clientes	45.609	45.822	44.083	-0,5%
Débitos para com clientes titulados	5.733	4.685	6.775	22,3%
	51.342	50.507	50.858	1,7%
RECURSOS FORA DE BALANÇO DE CLIENTES				
Activos sob gestão	4.459	4.887	4.812	-8,8%
Produtos de capitalização ⁽¹⁾	11.795	11.122	9.655	6,0%
	16.254	16.009	14.467	1,5%
RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES				
Recursos relacionados com activos parcialmente alienados ⁽²⁾	-	486	939	
TOTAL	67.596	66.002	66.264	1,6%

(1) Inclui produtos *Unit linked* e Planos poupança reforma.

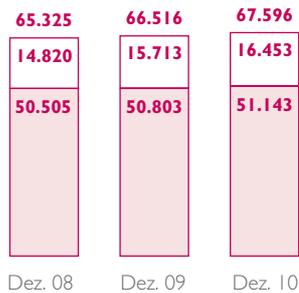
(2) Millennium bank Turquia e Millennium bcpbank EUA.

Os recursos totais de clientes, em base comparável, atingiram 67.596 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010, registando uma subida de 1,6%, face aos 66.516 milhões de euros na mesma data de 2009, apesar da diminuição dos activos sob gestão, tendo sido impulsionados pelos recursos de balanço de clientes (+1,7%) e pelos produtos de capitalização (+6,0%).

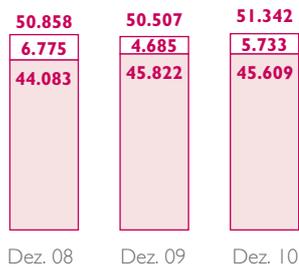
Na actividade em Portugal, os recursos totais de clientes situaram-se em 51.143 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010, comparando com os 50.803 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2009, destacando-se a estabilização dos recursos no retalho. Na actividade internacional, os recursos totais de clientes registaram uma evolução favorável de 4,7%, atingindo 16.453 milhões de euros no final de 2010, destacando-se sobretudo o desempenho do Bank Millennium na Polónia (+15,7%), tanto ao nível dos recursos de balanço, como nos recursos fora de balanço, beneficiando adicionalmente do efeito cambial da valorização do zloti face ao euro, a par dos

RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES

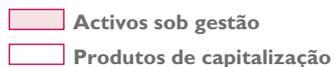
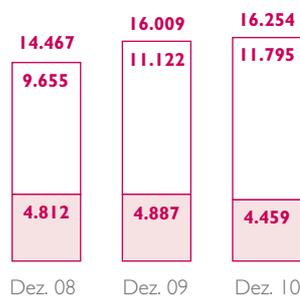
Milhões de euros

**RECURSOS DE BALANÇO DE CLIENTES**

Milhões de euros

**RECURSOS FORA DE BALANÇO DE CLIENTES**

Milhões de euros



crescimentos evidenciados pelo Millennium bim em Moçambique e pelo Banco Millennium Angola, consubstanciando o enfoque na captação de depósitos de clientes.

Os recursos de balanço de clientes totalizaram 51.342 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010, que compara com 50.507 milhões de euros no final de 2009, reflectindo o acréscimo dos débitos para com clientes titulados (+22,3%), materializando o enfoque na captação de recursos de balanço de médio e longo prazos, tendo como objectivo a redução do *gap* comercial, através da disponibilização de produtos com rentabilidade atractiva e adaptados aos níveis de poupança dos Clientes.

Os depósitos de clientes cifraram-se em 45.609 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010 (45.822 milhões de euros em igual data de 2009), condicionado pela actividade em Portugal, que apresentou uma diminuição de 3,3%, parcialmente contrariada pelo aumento de 5,8% registado na actividade internacional, para o qual contribuíram os desempenhos do Millennium bim em Moçambique, do Banco Millennium Angola e, sobretudo, do Bank Millennium na Polónia.

Os débitos para com clientes titulados totalizaram 5.733 milhões de euros no final de 2010, comparando com 4.685 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2009, denotando uma crescente receptividade dos Clientes por este tipo de aplicações, em alternativa aos tradicionais depósitos a prazo.

Os recursos fora de balanço de clientes cresceram 1,5%, ascendendo a 16.254 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010 (16.009 milhões de euros relevados em igual data de 2009). A evolução favorável dos recursos fora de balanço, a que se vem assistindo desde 2009, revelou-se importante para o aumento dos recursos totais de clientes, embora os activos sob gestão tenham registado uma contracção de 8,8% face a 31 de Dezembro de 2009, tendo sido especialmente impulsionados pelos produtos de capitalização que evidenciaram uma *performance* positiva (+6,0%). A manutenção de níveis historicamente baixos das taxas de juro de mercado, embora evidenciando um aumento no último trimestre de 2010, motivaram uma crescente preferência dos Clientes por soluções financeiras alternativas com rentibilidades atractivas e de baixo risco, em particular os produtos de capitalização.

Os activos sob gestão decresceram de 4.887 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2009 para 4.459 milhões de euros no final de 2010, influenciados pela instabilidade e volatilidade dos mercados financeiros e de capitais e pelo conseqüente impacto desfavorável nas opções de investimento dos Clientes por produtos e soluções com maior exposição ao risco. Esta evolução foi determinada pelos desempenhos quer da actividade em Portugal, quer da actividade internacional, nomeadamente do Millennium bank na Grécia, apesar do comportamento favorável do Bank Millennium na Polónia.

Os produtos de capitalização registaram um aumento de 6,0%, totalizando 11.795 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010, face aos 11.122 milhões de euros no final de 2009, impulsionado por uma oferta diversificada e atractiva de produtos com benefícios fiscais, em particular os planos poupança reforma, beneficiando do desempenho da actividade em Portugal, com destaque para o Retail e o Private Banking.

RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES

	Milhões de euros			
	'10	'09	'08	VAR.% '10/'09
RECURSOS DE BALANÇO				
Actividade em Portugal	35.945	35.999	36.875	-0,2%
Actividade Internacional	15.397	14.508	13.983	6,1%
	51.342	50.507	50.858	1,7%
RECURSOS FORA DE BALANÇO				
Actividade em Portugal	15.198	14.804	13.630	2,7%
Actividade Internacional	1.056	1.205	837	-12,4%
	16.254	16.009	14.467	1,5%
RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES				
Actividade em Portugal	51.143	50.803	50.505	0,7%
Actividade Internacional	16.453	15.713	14.820	4,7%
	67.596	66.516	65.325	1,6%
Recursos relacionados com activos parcialmente alienados ⁽¹⁾	-	486	939	
TOTAL	67.596	67.002	66.264	

(1) Millennium bank Turquia e Millennium bcpbank EUA.

APLICAÇÕES E RECURSOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Os depósitos de instituições de crédito e Bancos Centrais deduzidos das aplicações e disponibilidades em instituições de crédito ascenderam a 16.474 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010, comparando com os 7.440 milhões de euros apurados em igual data de 2009. Esta evolução foi explicada pela acrescida mobilização de fundos para responder às necessidades de liquidez de curto prazo do Grupo, especialmente através de operações de financiamento junto do Banco Central Europeu, face à forte limitação no acesso aos mercados interbancários e aos mercados *wholesale*, encontrando-se estes últimos praticamente fechados desde o segundo trimestre de 2010.

Na secção sobre “Funding e Liquidez” (capítulo “Análise de Desempenho”) são abordadas em detalhe as iniciativas desenvolvidas pelo Millennium bcp no âmbito do plano plurianual de gestão de liquidez – elaborado no início do segundo trimestre no pressuposto de prolongamento da ausência de funcionamento regular dos mercados pelo menos até final de 2010 –, as quais permitiram ao Grupo assegurar a cobertura integral das necessidades estimadas de financiamento da actividade, num ambiente de rigoroso controlo do *gap* comercial. Na referida secção são também objecto de análise as operações relevantes que foram concretizadas visando o reforço da carteira de activos elegíveis para colateral em eventuais operações de refinanciamento junto de Bancos Centrais, bem como sobre a evolução tanto ao nível das diversas fontes de tomadas de fundos, como da estrutura temporal do financiamento no mercado monetário interbancário.

ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO E ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Os activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda cresceram 27,3%, situando-se em 7.709 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010 (6.056 milhões de euros em igual data de 2009), reforçando para 7,7% o peso relativo no activo total (6,3% no final de 2009), não obstante a reclassificação contabilística operada no decurso de 2010, no montante global de 1.271 milhões de euros, para a carteira de activos financeiros detidos até à maturidade. Esta evolução foi impulsionada essencialmente pelo aumento dos activos financeiros detidos para negociação, em particular ao nível dos Bilhetes do Tesouro e outros títulos de dívida pública e da tomada de obrigações de emissores públicos nacionais no quadro da opção estratégica pelo investimento em activos financeiros para reforço da carteira de títulos elegíveis para colateral em eventuais operações de refinanciamento junto de Bancos Centrais, em especial do Banco Central Europeu.

Os títulos de rendimento fixo cifraram-se em 6.430 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010, registando um aumento de 53,9% face aos 4.177 milhões de euros apurados na mesma data de 2009, reforçando o seu predomínio na carteira de activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda (83,4%). Este reforço foi concretizado através da aquisição de títulos de dívida pública (Bilhetes do Tesouro e outros) e de

obrigações de emissores públicos nacionais, tendo subjacente os objectivos atrás mencionados, a par das condições de investimento atractivas em face do binómio risco/remuneração que caracteriza este tipo de títulos.

Os títulos de rendimento variável ascenderam a 208 milhões de euros no final de 2010, comparando com os 737 milhões de euros registados no final de 2009, evidenciando a redução da exposição a títulos desta natureza, destacando-se a menor expressão da carteira de acções de empresas estrangeiras, reflectindo particularmente o impacto da alienação, em Dezembro de 2010, da participação de 2,7% detida no capital social da Eureko, BV, a qual integrava a carteira de activos financeiros disponíveis para venda.

Os derivados de negociação situaram-se em 1.076 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010, representando uma redução de 6,2%, face aos 1.147 milhões de euros registados no final de 2009, reflectindo essencialmente o menor volume de *trading* de *swaps* de moeda em 2010.

ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO E DISPONÍVEIS PARA VENDA EM 31 DE DEZEMBRO

Milhões de euros

	'10		'09		'08		VAR. % '10/'09
	Montante	% no total	Montante	% no total	Montante	% no total	
TÍTULOS DE RENDIMENTO FIXO							
Obrigações de emissores públicos nacionais	932	12,1%	149	2,5%	307	5,5%	> 500%
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	1.156	15,0%	1.084	17,9%	1.211	21,6%	6,6%
Obrigações de outros emissores nacionais	225	2,9%	1.177	19,4%	161	2,9%	-80,9%
Obrigações de outros emissores estrangeiros	886	11,5%	576	9,5%	500	8,9%	53,8%
Bilhetes do Tesouro e outros títulos de dívida pública	3.231	41,9%	1.191	19,7%	786	14,0%	171,3%
	6.430	83,4%	4.177	69,0%	2.965	52,8%	53,9%
TÍTULOS DE RENDIMENTO VARIÁVEL							
Acções de empresas nacionais	56	0,7%	124	2,0%	80	1,4%	-54,8%
Acções de empresas estrangeiras	71	0,9%	271	4,5%	414	7,4%	-73,8%
Unidades de participação	81	1,1%	340	5,6%	362	6,5%	-76,2%
Outros títulos de rendimento variável	-	-	2	-	-	-	-
	208	2,6%	737	12,1%	856	15,2%	-71,8%
IMPARIDADES PARA TÍTULOS VENCIDOS	(5)		(5)		(5)		-
DERIVADOS DE NEGOCIAÇÃO	1.076	14,0%	1.147	18,9%	1.801	32,0%	-6,2%
	7.709	100,0%	6.056	100,0%	5.617	100,0%	27,3%

OUTROS ELEMENTOS PATRIMONIAIS

Os outros elementos patrimoniais, que integram os activos com acordo de recompra, os derivados de cobertura, os investimentos em associadas, as propriedades de investimento, os activos não correntes detidos para venda, os outros activos tangíveis, o *goodwill* e activos intangíveis, os activos por impostos correntes e diferidos e os outros activos, representavam 6,5% do total do activo consolidado, totalizando 6.564 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010, que comparam com os 7.166 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2009. Esta evolução é explicada fundamentalmente pelas seguintes operações: i) conclusão do processo de alienação de 95% do capital social do Millennium Bank A.S. na Turquia, em Dezembro de 2010, cujo património global havia sido registado, no final de 2009, pelo montante de 495 milhões de euros na rubrica de activos não correntes detidos para venda e ii) reconhecimento, em 2010, de imparidade relativa ao *goodwill* do Millennium bank na Grécia no montante de 147 milhões de euros, registada na rubrica de *goodwill* e activos intangíveis. Os restantes elementos patrimoniais mantiveram-se praticamente estáveis face ao valor apurado em 31 de Dezembro de 2009.

Informação complementar e detalhe sobre a composição e a evolução das mencionadas rubricas encontra-se descrita nas Notas às Demonstrações Financeiras consolidadas números 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30 e 31, incluídas no Volume II do Relatório e Contas de 2010.

FUNDO DE PENSÕES

O Fundo de Pensões registou, em 2010, uma taxa de rendibilidade negativa de 5,5% decorrente do enquadramento adverso dos mercados e, em particular, do desempenho do mercado de capitais em Portugal. Não obstante este desempenho, as responsabilidades com pensões de reforma encontravam-se totalmente financiadas e em níveis superiores aos limites mínimos definidos pelo Banco de Portugal. Em 31 de Dezembro de 2010, as responsabilidades com o Fundo de Pensões ascendem a 5.322 milhões de euros, comparando com 5.410 milhões de euros no final de 2009.

Relativamente à estrutura dos activos do Fundo de Pensões, verifica-se que as acções e as obrigações mantiveram o mesmo peso relativo, face à carteira total, que o evidenciado em 31 de Dezembro de 2009 (41%) e as unidades de participação passaram a representar 23% da carteira no final de 2010. Paralelamente, a redução dos títulos de rendimento fixo foi parcialmente compensada por um aumento de aplicações em bancos e outros.

A desvalorização dos activos do Fundo de Pensões, os desvios entre as responsabilidades esperadas e efectivas e a alteração dos pressupostos actuariais relacionados com a taxa de crescimento das pensões determinaram, conjuntamente, o apuramento de diferenças actuariais negativas no exercício de 2010 de 468 milhões de euros.

Em 31 de Dezembro de 2010, as diferenças actuariais ascendiam a 1.921 milhões de euros (das quais 532 milhões de euros incluídas no corredor) e reflectiam um aumento de 407 milhões de euros face ao valor relevado no final de 2009, determinado pelo montante das perdas actuariais registadas em 2010, parcialmente compensado pela amortização de 57 milhões de euros associada ao montante das diferenças actuariais acima do corredor relevado no final de 2010.

No âmbito do novo Acordo Tripartido celebrado entre o Governo, a banca e os sindicatos, os trabalhadores bancários em actividade do Regime CAFEB/ACT foram integrados no Regime Geral da Segurança Social. Esta integração teve como objectivo assegurar a protecção de alguns benefícios, excluindo doença (baixa), invalidez e morte, os quais continuarão a ser assegurados pela entidade empregadora.

Conforme disposto no Acordo, no que se refere ao plano de pensões de reforma, os Colaboradores mantêm os benefícios adquiridos, bem como a garantia do benefício futuro ser no mínimo equivalente ao estabelecido no ACT. Foi ainda mantida, por parte das entidades empregadoras, a responsabilidade pelo pagamento dos complementos de pensões à data da reforma. Nesta base, a exposição ao risco actuarial e financeiro associados aos benefícios mantém-se.



GESTÃO DO CAPITAL

Na sequência da solicitação oportunamente endereçada pelo Grupo BCP, o Banco de Portugal autorizou formalmente a adopção de metodologias baseadas em modelos de Notações Internas (IRB) no cálculo de requisitos de capital para riscos de crédito e de contraparte, cobrindo uma parte substancial dos riscos da actividade em Portugal e com efeitos a 31 de Dezembro de 2010.

REQUISITOS DE CAPITAL: MÉTODOS DE CÁLCULO E ÂMBITO DE APLICAÇÃO ⁽¹⁾

	IRB 31/12/2010	Padrão 31/12/2009
RISCO DE CRÉDITO E RISCO DE CRÉDITO DE CONTRAPARTE		
Retalho		
Créditos colateralizados por bens imóveis residenciais ou comerciais	<i>IRB Advanced</i>	Padrão
Pequenas empresas	<i>IRB Advanced</i>	Padrão
Outros créditos	Padrão	Padrão
Empresas	<i>IRB Foundation</i> ⁽²⁾	Padrão
Outros créditos	Padrão	Padrão
RISCOS DE MERCADO		
Instrumentos de dívida	Modelos Internos	Modelos Internos
Títulos de capital	Modelos Internos	Modelos Internos
Riscos cambiais	Modelos Internos	Modelos Internos
Riscos sobre mercadorias	Padrão	Padrão
RISCO OPERACIONAL		
	<i>Standard</i>	<i>Standard</i>

(1) O âmbito de aplicação dos métodos IRB e Modelos Internos circunscreve-se às exposições integradas no perímetro gerido centralmente desde Portugal, excluindo o método *Standard* do risco operacional, cuja adopção foi autorizada em 2009 para aplicação em base consolidada.

(2) As exposições provenientes do segmento de promoção imobiliária e do sistema de *rating* simplificado, embora pertencendo à classe de risco empresas, são ponderadas pelo método Padrão.

No final de 2010, o rácio *Core Tier I* consolidado, calculado de acordo com o método IRB, ascendeu a 6,7%, comparando favoravelmente com o reportado no final do ano anterior; em conformidade com o método Padrão (6,4%), tendo os rácios *Tier I* e Total fixado-se em 9,2% e em 10,3% (9,3% e 11,5%, respectivamente, no final de 2009).

A evolução do capital core foi influenciada de forma relevante por um conjunto de impactos, entre os quais se destacam os seguintes:

- A capacidade demonstrada de gerar capital, reflectida quer ao nível dos resultados retidos, quer da diminuição dos requisitos de capital da actividade (+70 p.b.). A dotação de imparidade para o *goodwill* da Grécia e os ganhos obtidos na alienação da Eureko, BV não tiveram impacto no *Core Tier I*;
- O esforço desenvolvido com o objectivo de otimizar e reforçar os colaterais das exposições com risco de crédito, que se traduziu numa redução dos requisitos de capital (+57 p.b.);
- O aumento dos interesses que os Accionistas do Banco não controlam resultantes da correspondente parcela do aumento de capital efectuado pelo Bank Millennium, na Polónia (+14 p.b.);
- O impacto das alienações concretizadas nas operações da Turquia e dos Estados Unidos da América (+4 p.b.).

Estes impactos foram parcialmente contrariados pelos seguintes efeitos desfavoráveis:

- O crescimento das diferenças actuariais do Fundo de Pensões acima do corredor, induzidas pela desvalorização dos mercados accionistas e pela percepção de aumento do risco soberano, designadamente da República Portuguesa (-65 p.b.);

- A amortização dos impactos diferidos dos ajustamentos da transição para as IFRS, da tábua de mortalidade de 2005 e das perdas actuariais de 2008 (-32 p.b.);
- O pagamento e o provisionamento regulamentar da remuneração de 2010 ainda não liquidada relativamente a instrumentos híbridos (-15 p.b.);
- O acréscimo dos requisitos de capital associados às exposições detidas sobre instituições de crédito nacionais, motivado pela desvalorização do *rating* da República Portuguesa (-9 p.b.).

A evolução do *core* capital foi também influenciada por variações cambiais, pelos interesses que os Accionistas do Banco não controlam derivados da actividade das participadas e por outros efeitos que, em termos agregados, se traduziram num impacto residual em 2010.

SOLVABILIDADE

	Milhões de euros		
	IRB ⁽¹⁾	Padrão	
	'10	'09	'08
RISCOS PONDERADOS			
Risco de crédito	54.681	61.059	61.846
Risco da carteira de negociação	608	350	436
Risco operacional	4.275	4.360	5.144
TOTAL	59.564	65.769	67.426
FUNDOS PRÓPRIOS			
Base	5.455	6.102	4.780
dos quais: Acções preferenciais e Valores	1.935	1.934	955
Outras deduções ⁽²⁾	(446)	(19)	(60)
Complementares	774	1.566	2.358
Deduções aos fundos próprios totais	(113)	(127)	(81)
TOTAL	6.116	7.541	7.057
RÁCIOS DE SOLVABILIDADE			
Core Tier I	6,7%	6,4%	5,8%
Tier I	9,2%	9,3%	7,1%
Tier II	1,1%	2,2%	3,4%
TOTAL	10,3%	11,5%	10,5%

(1) O Banco de Portugal autorizou formalmente a adopção de metodologias baseadas em modelos de Notações Internas (IRB) no cálculo de requisitos de capital para riscos de crédito e de contraparte, cobrindo uma parte substancial dos riscos da actividade em Portugal e com efeitos a 31 de Dezembro de 2010.

(2) Inclui 50% das deduções associadas às participações financeiras, nomeadamente as detidas na Millenniumbcp Ageas, Banque BCP (França e Luxemburgo) e, em 31 de Dezembro de 2010, também 50% da dedução associada ao montante de perdas esperadas que excede o das imparidades respectivas (IRB). Os restantes 50% das deduções referidas afectam os fundos próprios complementares.

Nota: Os requisitos de fundos próprios foram calculados no quadro regulamentar de Basileia II em 2008, de acordo com metodologias padrão para os riscos de crédito e de mercado e de acordo com o método do Indicador Básico para o risco operacional.

Em 2009, o Banco de Portugal autorizou a adopção do método *Standard* para o cálculo dos requisitos de fundos próprios para risco operacional e do método de Modelos Internos relativamente ao cálculo de requisitos de fundos próprios para risco genérico de mercado da carteira de negociação e para os riscos cambiais, abrangendo o perímetro gerido centralmente desde Portugal.

Em 31 de Dezembro de 2010, na sequência da autorização recebida do Banco de Portugal para a utilização dos métodos de Notação Interna (IRB) no cálculo de requisitos de fundos próprios para o risco de crédito, foram consideradas estimativas próprias das probabilidades de incumprimento e das perdas dado o incumprimento (*IRB Advanced*) para as exposições de Retalho sobre pequenas empresas e para as exposições colateralizadas por bens imóveis, residenciais ou comerciais, e estimativas próprias para as probabilidades de incumprimento (*IRB Foundation*) para as carteiras de empresas, em Portugal, excluindo as do segmento de promoção imobiliária e as do sistema de *rating* simplificado.

FUNDING E LIQUIDEZ

O início de 2010 foi marcado pela crise de dívida soberana grega, que se foi agravando no decurso do primeiro trimestre de 2010. Mesmo em condições adversas, foi possível executar, durante este período, a generalidade das acções previstas no Plano de Liquidez aprovado, nomeadamente a colocação de duas emissões de *Medium Term Notes* (MTN) no mercado, operações de volume normal no Mercado Monetário Interbancário (MMI) e o reforço significativo do financiamento via papel comercial.

No mês de Abril, o agravamento da crise nos países periféricos da Área do Euro (Grécia, Irlanda, Portugal e Espanha) culminou no *downgrade* do *rating* da República Portuguesa e, subsequentemente, no *downgrade* do *rating* dos bancos nacionais, provocando uma alteração significativa nos mercados e, em particular, o fecho do mercado de dívida de médio e longo prazo e uma redução significativa dos volumes, prazos e número de contrapartes nos mercados de curto prazo (MMI e papel comercial). Como alternativa para o financiamento da actividade, manteve-se o Banco Central Europeu, com as condições excepcionais de apoio à liquidez do sistema euro em vigor desde 2008.

Sendo claro que uma recuperação a curto prazo teria uma muito pequena probabilidade de concretização, foi preparado e aprovado um plano plurianual de gestão de liquidez assente no prolongamento do cenário de ausência do funcionamento regular no mercado pelo menos até final de 2010.

O plano desenvolvia-se em três etapas:

- Reforço dos activos elegíveis para desconto junto do BCE por forma a garantir o acesso às operações de cedência de liquidez, nas condições em vigor, num montante que cobrisse a totalidade das necessidades de liquidez estimadas;
- Esforço de reabertura dos mercados, admitindo-se a necessidade de agravamento das condições de financiamento sob a forma de prémio a pagar sobre as condições de mercado;
- Melhoria progressiva das condições das fontes de financiamento alternativas ao BCE, dada a disponibilidade da liquidez à taxa de refinanciamento do BCE, baixando o prémio de risco atrás referido.

Estas acções seriam concretizadas em ambiente de controlo das necessidades de financiamento da actividade comercial, visando a redução do *gap* comercial. Na sua globalidade, o plano previa o reforço dos activos elegíveis, até cerca de 21 mil milhões de euros, através de incorporação de dívida pública (emissões de Bilhetes e Obrigações do Tesouro), titularizações de créditos, obrigações hipotecárias, dívida de instituições financeiras, papel comercial de clientes e outros créditos de clientes.

No âmbito do reforço da carteira de activos elegíveis, o Banco concretizou, em 2010, duas operações de titularização de créditos de cariz inovador e que, mais uma vez, realçaram o papel precursor do Millennium bcp no desenvolvimento e implementação de novas soluções neste segmento do mercado de capitais.

Em Fevereiro de 2010, foi fechada a Tagus Leasing No.1, que envolveu a titularização de uma carteira de contratos de *leasing* automóvel, de equipamento e imobiliário, no montante total de 1,2 mil milhões de euros e, em Dezembro de 2010, foi concretizada a Caravela SME No.2, transacção que consubstanciou a titularização de uma carteira de contas correntes caucionadas e de descobertos contratualizados, maioritariamente de Pequenas e Médias Empresas, no montante de cerca de 2,7 mil milhões de euros. Tratou-se da primeira operação em Portugal, e uma das poucas executadas na Europa até ao momento, com base exclusivamente neste tipo de activos (linhas de crédito de curto prazo sem perfis de utilização e amortização pré-definidos). A operação tem, por isso, características únicas e é suportada por uma estrutura totalmente inovadora, destinada a acomodar a variabilidade deste tipo de créditos que admitem utilizações e reembolsos a qualquer momento.

Ainda com o mesmo objectivo, o Banco reforçou a utilização da sua carteira de crédito hipotecário residencial na emissão de obrigações hipotecárias. Ao longo de 2010, foram concretizadas três novas emissões, que perfizeram um montante total de 3,75 mil milhões de euros.

A execução deste plano contribuiu para assegurar o refinanciamento de todas as operações que se venciam até ao final do ano, designadamente a totalidade dos vencimentos de instrumentos de médio e longo prazo, que atingiu 4,9 mil milhões de euros, e para mitigar de modo significativo o risco de liquidez do Banco até final do exercício, constituindo um excesso de activos colateralizáveis face às necessidades de financiamento estimadas.

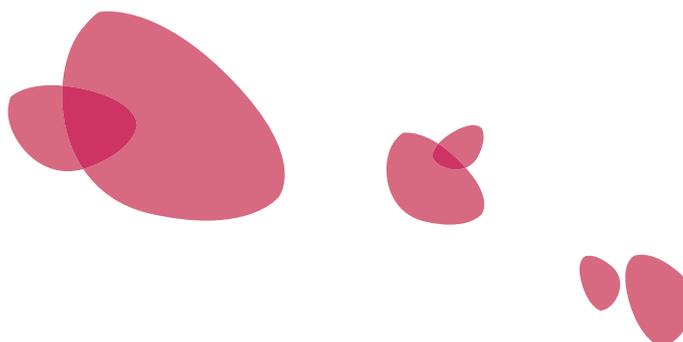
A evolução da estrutura do financiamento de mercado foi totalmente condicionada, a partir de Abril, pelos factores seguintes: fecho total dos mercados de dívida titulada, tanto de curto prazo (papel comercial e mercado monetário) como de médio e longo prazo (MTN e obrigações hipotecárias), e pela consequente necessidade de refinanciamento junto do BCE. Por outro lado, o sucessivo encurtamento dos prazos no MMI e o peso crescente das tomadas de fundos junto do BCE com prazo de uma semana resultaram numa importante concentração do financiamento de mercado no muito curto prazo. Esta tendência apenas foi mitigada pelas tomadas realizadas junto do BCE em operações de prazos mais longos (seis meses e, posteriormente, três meses).

É de salientar que, apesar da perda de profundidade observada no MMI após Abril, com oferta de fundos escassa e limitada aos prazos mais curtos, foi possível manter até final do exercício níveis de financiamento aceitáveis naquele mercado. Este facto deveu-se, sobretudo, à acção da Direcção Internacional na captação e diversificação de contrapartes, que supriu, parcialmente, as que deixaram de operar total ou parcialmente com o Banco.

A execução do plano de reforço do colateral permitiu o aumento do total de activos elegíveis junto do BCE após *haircuts* de 8,3 mil milhões de euros para 19,1 mil milhões de euros em Portugal (junto de Bancos Centrais de 10,6 mil milhões de euros em 2009 para 20,6 mil milhões de euros em 2010). Acrescente-se que a execução do plano foi prosseguida já em Janeiro de 2011 com nova emissão de obrigações hipotecárias com valor nominal de mil milhões de euros, a integrar na *pool* no início de Fevereiro de 2011.

Nos termos do plano, a estimativa inicial para as necessidades de liquidez no final de 2010, para Portugal, era de 15,2 mil milhões de euros. O valor real situou-se em 14,2 mil milhões de euros, com a diferença (margem de segurança) entre o valor total do colateral elegível após *haircuts* e a exposição líquida ao BCE a elevar-se a 4,9 mil milhões de euros.

O Plano de Liquidez aprovado para 2011 prevê a prossecução do plano de reforço de colateral num cenário de mercado ainda semelhante ao observado no final de 2010, mas admitindo uma progressiva melhoria a partir do segundo semestre. Continuará o esforço de aumento dos activos elegíveis, bem como de redução do *gap* comercial. Por outro lado, a diversificação das fontes de financiamento, e correlativa e progressiva redução de dependência do BCE, iniciada em Dezembro com as primeiras operações de *repos*, continuou a ser aprofundada, logo em Janeiro de 2011, através de envolvimento acrescido neste mercado.



RATINGS DO BCP

Em 27 de Abril de 2010, a agência de *rating* **Standard & Poor's Ratings Services**, na sequência do *downgrade* do *rating* da República de Portugal de "A+" para "A-", reduziu os *ratings* atribuídos aos vários bancos portugueses e às subsidiárias em Portugal de bancos estrangeiros, atribuindo-lhes a todos um "Outlook Negativo". A notação de *rating* de longo prazo do BCP foi reduzida de "A-" para "BBB+", tendo a notação de *rating* de curto prazo sido reafirmada em "A-2".

A Standard & Poor's assenta a sua opinião, essencialmente, na sólida posição do Banco no sistema bancário nacional, com posições de liderança em diversos produtos e serviços, e no adequado *track record* na gestão do risco de crédito, os quais são contrabalançados pela envolvente económica e operacional desfavorável, nomeadamente em Portugal, na concentração das exposições da sua carteira de crédito nos 20 maiores Clientes, na dependência do *wholesale funding* e nas responsabilidades inerentes ao seu Fundo de Pensões.

Em 14 de Julho de 2010, a agência de *rating* **Moody's Investors Service** informou também que, na sequência da revisão da notação de *rating* da República de Portugal de "Aa2" para "A1", alterou as notações de *rating* dos depósitos do BCP também em dois *notches*, de "A1" para "A3". A Moody's manteve, no entanto, o *rating* de solidez financeira (*Bank Financial Strength Rating*) do BCP em "D+", bem como a notação correspondente ao *Baseline Credit Assessment* em "Baa3", os quais dependem exclusivamente de factores intrínsecos ao Banco. A Moody's manteve o "Outlook Negativo". Já em Dezembro, a agência de *rating* Moody's colocou todos os *ratings* dos bancos portugueses em revisão, por forma a avaliar as estratégias de cada banco para fazer face à actual situação económica e à actual situação dos mercados de financiamento institucional.

As principais razões invocadas para a tomada da referida decisão prenderam-se, essencialmente, com a dependência dos bancos portugueses relativamente ao financiamento do Banco Central Europeu, num contexto em que os mercados *wholesale* se encontram fechados para os bancos portugueses, o impacto das medidas de austeridade implementadas/a implementar pelo Governo na economia, na rendibilidade das instituições financeiras e na qualidade dos seus activos e a possibilidade da recessão poder vir a ser mais profunda e prolongada do que o inicialmente antecipado.

Em 8 de Novembro de 2010, a agência de *rating* **Fitch Ratings** anunciou que procedeu à revisão das notações de *rating* de diversos bancos portugueses. Em relação ao BCP, a referida agência reviu o *rating* de longo prazo de "A" para "BBB+" e o *rating* de curto prazo de "F1" para "F2", mantendo o "Outlook Negativo". Estas revisões surgiram na sequência da revisão do *rating* da República Portuguesa de "AA" para "AA-" ocorrida em 24 de Março de 2010.

A Fitch assenta a sua opinião também na evolução desfavorável do risco de crédito da República, na situação deficitária das finanças públicas e nas dificuldades de financiamento no mercado de capitais, que, em conjunto, deram origem ao aumento dos riscos de liquidez e *funding* dos bancos portugueses. Reconhece, no entanto, a diminuição gradual e sustentada do recurso ao financiamento junto do Banco Central Europeu desde Agosto de 2010, como resultado dos esforços de diversificação das suas fontes de financiamento e de redução da sua dependência face ao Banco Central Europeu.

STANDARD & POOR'S		MOODY'S		FITCH RATINGS	
27 de Abril de 2010		9 de Dezembro de 2010		8 de Novembro de 2010	
Notação de Crédito de Contraparte	BBB+/A-2	Notação de Rating de LP/CP	A3/P-2	Longo Prazo/Curto Prazo	BBB+/F2
Outlook	Negativo	Rating em revisão	D+	Outlook	Negativo
Certificados de Depósito	BBB+/A-2	<i>Bank Financial Strength</i>	D+	Individual	C
Papel Comercial Divisa Local	A-2	Dívida Sénior Não Segura – Divisa Doméstica	A3	Suporte	2
Papel Comercial	A-2	Dívida Subordinada – Divisa Doméstica	Baa1	Notação de Rating de Suporte	BBB
BCP Finance Bank Ltd.		Outra CP – Divisa Doméstica	P-2	Dívida Sénior Garantida pelo Estado	AA-
Dívida Sénior Não Segura	BBB+	<i>Baseline Credit Assessment</i>	Baa3	Dívida Sénior Não Segura	BBB+
Subordinada	BBB	BCP Finance Bank Ltd.		Dívida Subordinada LT2	BBB
Papel Comercial	A-2	Dívida Perpétua Subordinada com Cupões Condicionais	Ba3	Ações Preferenciais	BBB-
BCP Finance Co.		BCP Finance Co.		Programa de Papel Comercial	F2
Ações Preferenciais	BBB-	Ações Preferenciais Não Cumulativas	Ba3	Bank Millennium S.A.	
		Bank Millennium S.A.		Longo Prazo/Curto Prazo	BBB/F3
		LP/CP Divisa Local e Estrangeira	Baa2/P-3	Outlook	Negativo
		Outlook	Negativo	Individual	C/D
		<i>Bank Financial Strength</i>	D	Suporte	2

EVOLUÇÃO RECENTE DAS NOTAÇÕES DE RATING DA REPÚBLICA PORTUGUESA E DO BCP

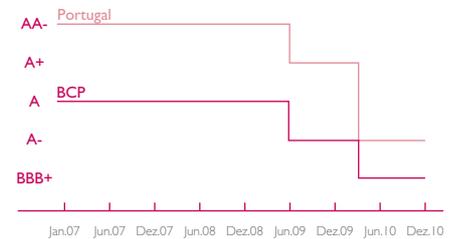
A evolução do risco de crédito dos bancos portugueses está fortemente dependente da evolução da economia portuguesa e da reacção dos mercados financeiros à evolução da execução orçamental portuguesa, conforme atestam os comunicados das diferentes agências de *rating*.

A deterioração dos fundamentais associados ao risco de crédito da República Portuguesa e os desafios que esta enfrenta, nomeadamente no que concerne à consolidação orçamental e ao aumento da competitividade, suscitam a preocupação sobre o seu impacto potencial no risco e nos *ratings* dos bancos portugueses.

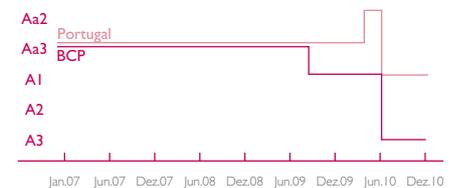
A evolução das notações de *rating* do BCP, nos três últimos anos, tem seguido de perto a tendência de evolução do *rating* da República de Portugal. O risco de crédito soberano é um elemento-chave na avaliação da capacidade de crédito das instituições financeiras, uma vez que o Governo detém amplos poderes e recursos que afectam o ambiente operacional e financeiro das entidades sob jurisdição e providencia suporte sistémico.

Das três agências de *rating*, a Standard & Poor's é a que apresentava, no final de 2010, a menor diferença entre as notações de *rating* da República de Portugal e do BCP (um *notch*: A- vs. BBB+), enquanto a Fitch é a agência onde esse diferencial é maior (três *notches*: A+ vs. BBB+). Em relação à Moody's, até ao final de 2009, o *rating* do BCP era idêntico ao da República Portuguesa. Desde então, em resultado de diversos factores, passou, em primeiro lugar, para um diferencial de um *notch* e, posteriormente, para os actuais dois *notches*.

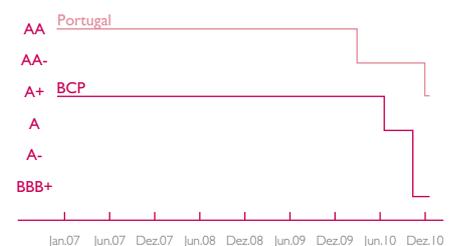
EVOLUÇÃO DAS NOTAÇÕES DE RATING ATRIBUÍDAS PELA S&P



EVOLUÇÃO DAS NOTAÇÕES DE RATING ATRIBUÍDAS PELA MOODY'S



EVOLUÇÃO DAS NOTAÇÕES DE RATING ATRIBUÍDAS PELA FITCH



ANÁLISE DE SEGMENTOS

ANÁLISE DAS ÁREAS DE NEGÓCIO

O Grupo BCP desenvolve um conjunto de actividades bancárias e de serviços financeiros em Portugal e no estrangeiro, com especial ênfase nos negócios de Banca de Retalho, de Banca de Empresas, de Corporate & Banca de Investimento e de Private Banking & Asset Management.

ACTIVIDADE DOS SEGMENTOS DE NEGÓCIO

Os valores reportados para cada segmento resultam da agregação das subsidiárias e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, reflectindo também o impacto, ao nível do Balanço e da Demonstração de Resultados, do processo de afectação de capital e de balanceamento de cada entidade, efectuado com base em valores médios. As rubricas do Balanço de cada subsidiária e de cada unidade de negócio são recalculadas tendo em conta a substituição dos capitais próprios contabilísticos pelos montantes afectos através do processo de alocação, respeitando os critérios regulamentares de solvabilidade.

Tendo em consideração que o processo de alocação de capital obedece a critérios regulamentares de solvabilidade em vigor, os riscos ponderados e, conseqüentemente, o capital afecto aos segmentos baseiam-se na metodologia de Basileia II, aplicando-se: i) em 2009, o método Padrão para o cálculo dos requisitos de capital para riscos de crédito e ii) em 2010, o *IRB Advanced* para riscos de crédito da carteira de Retalho relativos a pequenos negócios ou colateralizados por bens imóveis residenciais ou comerciais e *IRB Foundation* para o crédito a empresas, em Portugal, excepto promotores imobiliários e entidades do sistema de *rating* simplificado.

Em 2009, mediante autorização concedida pelo Banco de Portugal, foi adoptado o método *Standard* para o risco operacional e o método dos Modelos Internos para o risco genérico de mercado e para riscos cambiais, no perímetro gerido centralmente desde Portugal. O balanceamento das várias operações é assegurado por transferências internas de fundos, não se registando alterações ao nível consolidado.

Para efeitos de comparabilidade desta informação, foram repercutidas, em 2009, as alterações ocorridas no segundo semestre de 2009 e em 2010 ao nível da organização dos segmentos: a Banca de Retalho e a Banca de Empresas foram individualizadas, a rede Corporate passou a fazer parte do segmento Corporate & Banca de Investimento e a Interfundos, que fazia parte do segmento Private Banking & Asset Management, passou a integrar a Banca de Empresas. O negócio contabilizado no Millennium bcp Bank & Trust nas Ilhas Caimão passou a ser considerado no segmento Negócios no Exterior quando anteriormente estava reflectido no segmento Private Banking & Asset Management.

A afectação de capital a cada segmento, em 2010, resultou da aplicação de 6,5% aos riscos geridos por cada um dos segmentos, tendo sido, para efeitos comparativos, considerada a mesma percentagem de afectação de capital em 2009.

As contribuições líquidas de cada segmento não estão deduzidas, quando aplicável, dos interesses minoritários. Assim, os valores das contribuições líquidas apresentados reflectem os resultados individuais das unidades de negócio, independentemente da percentagem de participação detida pelo Grupo, incluindo os impactos dos movimentos de fundos anteriormente descritos. A informação seguidamente apresentada foi preparada tendo por base as Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com as IFRS e com a organização das Áreas de Negócio do Grupo em vigor em 31 de Dezembro de 2010.

RETALHO

O segmento Banca de Retalho inclui: i) a Banca de Retalho em Portugal, a qual se encontra delineada tendo em consideração os Clientes que valorizam uma proposta de valor alicerçada na inovação e rapidez, designados por Clientes mass-market, e os Clientes cuja especificidade de interesses, dimensão do património financeiro ou nível de rendimento justificam uma proposta de valor baseada na inovação e na personalização de atendimento através de um gestor de cliente dedicado, designados por Clientes Prestígio e Negócios e ii) o ActivoBank, um Banco vocacionado para Clientes com espírito jovem, utilizadores intensivos das novas tecnologias de comunicação e que privilegiam uma relação bancária assente na simplicidade, oferecendo serviços e produtos inovadores. A Banca de Retalho funciona, no âmbito da estratégia de *cross-selling* do Grupo, como canal de distribuição de produtos e serviços de outras empresas do Grupo.

A contribuição líquida da Banca de Retalho em Portugal cifrou-se em 106,9 milhões de euros em 2010, comparando com 151,4 milhões de euros relevados em 2009.

Em linha com a prioridade estratégica de *repricing* das operações, de ajustamentos no preço de *spreads* e comissões definida para a Banca de Retalho, os outros proveitos líquidos apresentaram um desempenho favorável face a 2009, para o qual foi determinante a evolução das comissões associadas aos programas de fidelização de Clientes, nomeadamente as relacionadas com depósitos à ordem e com seguros de risco.

O desempenho da margem financeira em 2010 está influenciado pelo menor volume de crédito concedido a clientes, não obstante o efeito positivo associado ao *repricing* das operações de crédito que tem vindo a ser efectuado.

A diminuição dos custos operacionais foi suportada nas medidas de simplificação organizativa e de optimização dos processos implementadas, bem como na redução do número de Colaboradores. As dotações para imparidade aumentaram, repercutindo o agravamento da carteira de crédito com sinais de imparidade.

Em 2010, a Banca de Retalho reduziu o *gap* comercial, em linha com a prioridade estratégica de enfoque na captação de recursos de clientes, através do reforço da oferta de produtos de pequena poupança e de soluções de investimento de baixo risco. Assim, os recursos totais de clientes, reflectindo o esforço comercial na captação de recursos, mantiveram-se estáveis, ascendendo a 36.133 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010, face aos 36.204 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2009. Por seu turno, o crédito a clientes diminuiu 3,3%, totalizando 33.547 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010, comparando com os 34.678 milhões de euros contabilizados na mesma data de 2009, influenciado pela redução do crédito à habitação, do crédito à promoção imobiliária, do crédito ao consumo e do financiamento a empresas.

	Milhões de euros		
	31 DEZ.10	31 DEZ.09	VAR. % '10/'09
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
Margem financeira	514,5	628,1	-18,1%
Outros proveitos líquidos	452,6	433,8	4,3%
	967,1	1.061,9	-8,9%
Custos operacionais	670,3	725,5	-7,6%
Imparidade	151,2	130,6	15,8%
Contribuição antes de impostos	145,5	205,8	-29,3%
Impostos	38,6	54,4	-29,1%
Contribuição líquida	106,9	151,4	-29,4%
SÍNTESE DE INDICADORES			
Capital afecto	1.045	1.326	
Rendibilidade do capital afecto	10,2%	11,4%	
Riscos ponderados	16.076	20.397	
Rácio de eficiência	69,3%	68,3%	
Crédito a clientes	33.547	34.678	-3,3%
Recursos totais de clientes	36.133	36.204	-0,2%

Nota: crédito e os recursos de clientes em saldos médios mensais.

CARTÕES

Em Novembro de 2010, foi criada a Direcção de Cartões em virtude do reconhecimento nos anos recentes da complexidade acrescida inerente ao negócio dos cartões de pagamento, requerendo uma maior e mais dedicada atenção, com o objectivo de melhor captar, reter e fidelizar os Clientes através de um serviço mais valorizado.

Trata-se, com efeito, de um negócio global por natureza, plurifacetado e com múltiplas intervenções e interdependências, quer no âmbito nacional, quer internacional. Para ele concorrem juízos e vontades de instâncias decisórias e regulatórias no âmbito da política económica, fiscal, do direito da concorrência, dos direitos dos consumidores e dos demais direitos com eles conexos.

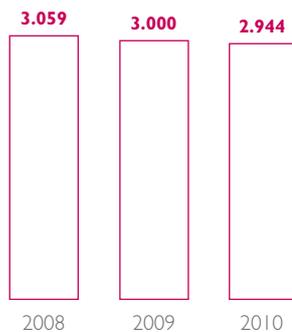
Subjacente à criação desta Direcção está também a responsabilidade de uma maior exigência na busca de novas soluções, de forma a atingir metas difíceis e ambiciosas, designadamente as que se referem à rentabilidade do negócio, desafiado a montante e a jusante por factores que têm transformado radicalmente os racionais económicos de base.

O Millennium bcp tem vindo a assumir uma posição de destaque no mercado de cartões de pagamento, num contexto, em muitos aspectos, totalmente novo e numa área de actividade altamente competitiva, que vem disputando a preferência dos melhores e mais rentáveis clientes da Banca.

Foi atribuída à Direcção de Cartões a responsabilidade por todo o negócio de cartões de pagamento comercializados pelo Millennium bcp, em todas as vertentes – débito, crédito, pré-pagos, *co-branded*, *affinity*, privativos – e em todas as marcas de que o Banco é emitente ou *acquirer*: Visa, MasterCard, American Express e Multibanco. A Direcção de Cartões passou a representar o Banco junto dos sistemas de pagamentos nacionais e internacionais e junto das instâncias de decisão, em matéria de meios de pagamento cartão, designadamente, o Banco de Portugal.

NÚMERO TOTAL DE CARTÕES

Milhares



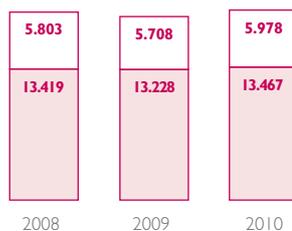
O negócio de cartões registou um crescimento de 1,8% na facturação e de 4,7% no volume de compras. No actual contexto económico, os cartões de débito ganharam preferência e expressão, tendo sido o principal motor de crescimento na facturação, com um aumento de 6,7% no volume de compras face a 2009. Os cartões de crédito, mesmo registando uma quebra de 1,6%, mantiveram, ainda assim, uma boa *performance*, tendo em conta a conjuntura económica vivida em 2010.

Por forma a atenuar e até contrariar o contexto vivido, o Millennium bcp centrou a sua actuação, em 2010, num conjunto de iniciativas de venda e de relação, reforçando ainda as principais propostas de valor dos cartões que constituem a sua oferta, entre as quais se destacam o (a):

- Lançamento do novo cartão Prestige Security, cartão de crédito “topo de gama”, destinado ao segmento Affluent e incluído na oferta Prestige, que se distingue pelo excepcional pacote de seguros de assistência e pelas promoções únicas para férias e lazer. Em 2010, foram colocados mais de 44 mil novos cartões Prestige Security;
- Realização de campanhas de cartões Mastercard, Visa – “Rock in Rio, Eu Vou!” e Blue da American Express – “O teu Blue leva-te ao Rock in Rio!”, que, em Maio de 2010, proporcionaram a 27 mil Clientes um dia de música e de espectáculo;
- Oferta de bilhetes de cinema, no âmbito do programa de fidelização “Mostre o cartão e ganhe um bilhete de cinema” dos cartões Millennium bcp, em parceria com a Zon Lusomundo. Foram oferecidos, em 2010, cerca de 292 mil bilhetes de cinema;

EVOLUÇÃO DA FACTURAÇÃO DE CARTÕES E DO VOLUME DE COMPRAS

Milhões de euros



Facturação de cartões
Volume de compras de cartões

- Realização de uma campanha comercial bastante apelativa “Compras que valem dinheiro: 5 compras com novo cartão, valem 25 euros na conta cartão” no âmbito da campanha dos 25 anos do Millennium bcp. Os cartões de crédito foram associados a esta iniciativa, tendo-se registado uma forte adesão junto da base de Clientes do Banco, com um resultado de novas vendas 40% superior ao verificado nos dois primeiros quadrimestres do ano;
- Continuidade dos compromissos solidários, permitindo aos Clientes titulares dos cartões Millennium bcp Classic American Express e Gold rebater os pontos recebidos pelas suas compras em donativos para instituições de solidariedade social, com destaque para a Caritas Portuguesa, a Casa do Gaiato, a Liga Portuguesa Contra o Cancro, a UNICEF e a Acreditar.

No que respeita aos cartões American Express, o ano de 2010 caracterizou-se pelo alinhamento e execução das actividades iniciadas em 2009, cujos resultados positivos são já visíveis, assentes nas seguintes iniciativas:

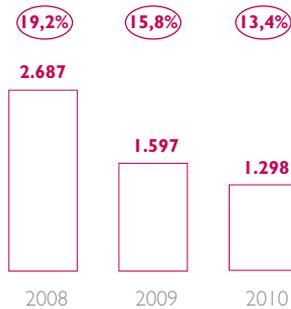
- Execução da campanha “O teu Blue leva-te ao Rock in Rio!”;
- Realização da campanha do cartão Blue “Neste Verão, acelere numa scooter American Express”, que contemplou cinco Clientes com uma scooter pela utilização do seu cartão;
- Reconhecimento, por parte da American Express, com a “Honourable Mention” na categoria de “Outstanding New Card Launch” no GNS Marketing Awards, relativo ao lançamento dos Cartões Gémeos. Esta solução inovadora esteve em campanha nos meses de Agosto e Setembro, sendo que os resultados registaram um acréscimo médio de 80% nas vendas;
- Realização de duas fortes campanhas de oferta de milhas adicionais nos cartões TAP, com o intuito de concentrar a facturação nestes cartões. Foi também reforçada a parceria através do patrocínio de eventos TAP Victoria, com destaque para os torneios de Golfe Victoria Open, relembrando a importância vital deste *portfolio* quer em termos de exclusividade e prestígio da parceria, quer em contributo para os resultados do Banco;
- Promoção da conversão de pontos de Membership Rewards em solidariedade, o que permitiu, em 2010, um aumento de 72,5% do valor doado face a 2009. Beneficiaram deste apoio: Ajuda de Berço, Acreditar, CERCI, Fundação Mater Timor e Associação Cais;
- Assinatura do novo contrato de parceria com a American Express, em final de Novembro, com a atribuição de três licenças de actuação para Portugal enquanto *Independent Operator* exclusivo. O novo contrato garante ao Millennium bcp a exclusividade na emissão de cartões Centurião (cinco anos) e de *Acquiring* (sete anos), bem como uma licença por cinco anos para a emissão de cartões Blue Box Line;
- Adesão de mais de 4.000 novos pontos de venda da Rede de Comerciantes American Express, elevando a taxa de cobertura nacional de POS crédito para perto de 75%;
- Aumento de 9,1% do volume de negócios, da operação de *Acquiring*, através de uma maior utilização dos cartões American Express nacionais e internacionais em estabelecimentos nacionais.

Os objectivos neste segmento para 2011 alinham-se em quatro vectores fundamentais: i) crescer em facturação e no número de cartões activos; ii) aumentar a rentabilidade da carteira, incentivando a utilização preferencial dos cartões em compras, em detrimento de levantamentos em *Automated Teller Machines* (ATM); iii) revitalizar e simplificar a oferta, ajustando-a de modo flexível às novas preferências dos Clientes e iv) reforçar o valor e a notoriedade dos cartões American Express, realçando as suas muitas vantagens para os Clientes e alargando ainda mais a rede de aceitação American Express em Portugal.



**NOVA PRODUÇÃO DE CRÉDITO
À HABITAÇÃO**

Milhões de euros

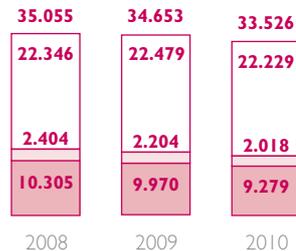


○ Quota de mercado

**CRÉDITO TOTAL DE CLIENTES
EM PORTUGAL**

Exclui ActivoBank

Milhares



■ Crédito a empresas
 ■ Crédito ao consumo
 □ Crédito à habitação

CRÉDITO**Crédito Imobiliário**

Face às condições de mercado, foram efectuados ajustamentos no preço de *spreads* e comissões, com vista à defesa parcial da rentabilidade, bem como à adequação das variáveis de risco, nomeadamente *loan to value* (LTV), prazos e carência, sempre orientados pelo reforço no rigor da análise e concessão de crédito. No âmbito da linha de crédito – Moratória de Crédito Habitação – decorrente de uma medida governamental criada para apoiar famílias em situação de desemprego, o Millennium bcp viabilizou cerca de 700 pedidos. Merecem destaque as iniciativas de dinamização do Canal de Mediadores, com vista a aumentar o negócio originado por estes parceiros, bem como a dinamização de leilões dos imóveis do Banco e dos imóveis provenientes de Crédito à Promoção Imobiliária, em condições especiais.

Crédito Pessoal

O Millennium bcp lançou o “Crédito à Medida”, um produto inovador para montantes elevados, destinado a satisfazer as necessidades de um segmento de mercado específico. A realização de campanhas de Crédito Pessoal e Solução Automóvel tem por objectivo continuar a apoiar os Clientes, apesar de um menor enfoque subjacente à estratégia de reduzir o endividamento dos particulares. De modo a dar cumprimento à legislação em vigor, relativa à taxa de usura, implicando alteração das TAEG máximas em cada trimestre, foram efectuados ajustamentos no preço de taxas e comissões e da oferta global de Crédito Pessoal.

Crédito a Negócios

No segmento de Negócios, a actuação privilegiou as iniciativas de renegociação das condições de preço orientadas à necessidade de defender a margem financeira, partilhando as consequências do agravamento do custo de *funding*. Simultaneamente, foram efectuados ajustamentos no preço de *spreads* e comissões.

Para 2011, a estratégia do Millennium bcp neste segmento continuará a estar assente na prossecução das políticas de identificação de sinais de alerta em Cliente, por forma a antecipar dificuldades financeiras que possam conduzir ao incumprimento, no desenvolvimento de acções de análise da carteira de crédito com vista à retenção de Clientes e à defesa da margem financeira, no desenvolvimento de acções que potenciem a captação de novos Clientes particulares, o Banco prosseguirá a sua actuação de forma selectiva e rigorosa, tendo em conta a qualidade do crédito e o impacto positivo na conta de exploração do Banco e na realização de parcerias comerciais, designadamente no segmento de Negócios, partilhando benefícios com os Clientes, criando um novo paradigma de relacionamento comercial e de gestão dos riscos, com especial enfoque no apoio às operações de exportação de bens e de serviços, resultando num apoio claro a este segmento, designadamente as empresas exportadoras.

SEGUROS

A Unidade de Produtos de Seguros registou, em 2010, um aumento de 0,3% do valor de produção face ao ano anterior, totalmente assente na venda activa, já que a venda de seguros associados a crédito evidencia uma tendência de descida, face, essencialmente, à retracção nos planos de protecção de pagamentos associados a crédito ao consumo.

Na venda associada a crédito, merecem especial destaque o seguro de protecção de pagamento ligado ao crédito à habitação e o seguro associado ao financiamento automóvel. Em ambos os casos o volume de prémios triplicou face ao ano anterior.

Na venda activa, destaca-se o seguro de saúde “Médís”, com um crescimento de carteira superior a 5,8%. Neste segmento, a Millenniumbcp Ageas continua a aumentar a sua quota de mercado, que atingiu cerca de 25% no final do ano, sendo a segunda maior operadora nacional no ramo.

Durante 2010, foi lançado o seguro “Médís Vintage” para o segmento sénior, que permitiu aumentar a aceitação por parte dos prestadores de cuidados de saúde. Foram também reformulados os seguros de acidentes pessoais, promovendo uma maior adequação às necessidades do mercado.

O seguro multiriscos “Protecção Casa”, com coberturas muito alargadas, tem tido excelente aceitação no Retalho, com um crescimento próximo de 4,3% em 2010. O seguro “Pétis”, destinado à protecção da responsabilidade civil e dos cuidados veterinários dos animais de estimação (cães e gatos), teve este ano um fortíssimo crescimento, revelando grande aceitação por parte dos Clientes e motivando um acréscimo das coberturas colocadas no mercado durante o primeiro semestre de 2010.

Para 2011, o Millennium bcp, no segmento de seguros, continuará a apostar em crescimentos expressivos na venda activa, essencialmente através do seguro de saúde “Médís”, e em planos de protecção de pagamentos e prestará também atenção especial ao segmento de Negócios, perspectivando-se o lançamento de ofertas mais estruturadas e adaptadas ao mercado alvo.

SELF-BANKING E PAGAMENTOS

Equipamentos de self-banking instalados nas sucursais

O Millennium bcp mantém um continuado investimento na instalação de ATM inteligentes, com tecnologia de depósitos com validação de notas e digitalização de imagem de cheques, detendo uma quota de mercado de 38% neste tipo de equipamentos, sinónimo de inovação e qualidade de serviço para os Clientes. A colocação destes equipamentos tem seguido uma estratégia de proximidade e conveniência, privilegiando-se zonas de circulação e abastecimento da população, nomeadamente recintos do retalho alimentar, centros comerciais e zonas de confluência com transportes públicos. Para serviço exclusivo dos seus Clientes, a zona de self-banking das sucursais do Millennium bcp tem recebido novos modelos de máquinas para depósito em saco, de numerário ou cheques, serviço de valor acrescentado para PME, melhorando a qualidade, rapidez e disponibilidade de serviço. Nestes espaços continua a promover-se a colocação de equipamentos com facilidades para invisuais e para pessoas de mobilidade reduzida.

ATM remotas

O Millennium bcp prossegue uma gestão criteriosa da localização de equipamentos ATM remotas, com retorno visível na utilização destes equipamentos e um registo médio de transacções consideravelmente superior ao global da rede Multibanco. O resultado desta actuação traduz-se no aumento da rentabilidade do parque total de máquinas em aproximadamente 6% em 2010, não obstante a redução da quota de mercado em número de equipamentos. Em paralelo, o Millennium bcp mantém o investimento na segurança das ATM e locais onde as máquinas estão instaladas, com resultados positivos no registo de incidências, fruto também da dissuasão motivada pela implementação do inovador sistema de tintagem de notas no seu parque de ATM. O Banco voltou a ser pioneiro em Portugal, com a implementação deste sistema, mantendo o maior número de equipamentos protegidos.

Terminais de Pagamento Automático

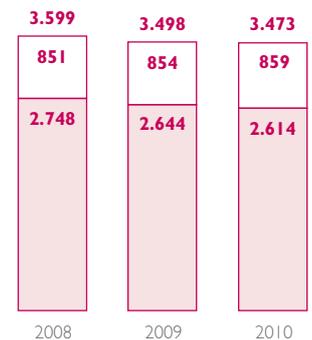
O Millennium bcp, na procura constante de soluções que reduzam a circulação de numerário e aumentem a utilização de meios electrónicos de pagamento por parte dos consumidores, realizou ao longo de todo o ano diversas acções comerciais de colocação de equipamentos Terminal de Pagamento Automático (TPA), que se traduziram no aumento da capilaridade dos pontos de aceitação de cartões de débito e crédito.

Cheques

O cheque tem vindo a ser substituído por meios de pagamento mais eficientes, mais seguros e em muitos casos menos onerosos, nomeadamente pelas transferências bancárias. O Millennium bcp mantém o reforço de segurança neste meio de pagamento, restringindo a sua utilização a Clientes de menor risco e com obrigatoriedade de cumprimento de determinados critérios. No quarto trimestre de 2010, foram revistas algumas rubricas do preçário complementar de cheques, com reflexo positivo directo no produto bancário de cheques, ressarcindo o Banco de serviços operacionais prestados.

EQUIPAMENTOS DE SELF-BANKING

Unidades



ATM

CAT e Outros

Débitos Directos SEPA

O Millennium bcp lançou, no âmbito da criação da Área Única de Pagamentos em Euros (*Single Euro Payments Area – SEPA*), o serviço de Débitos Directos SEPA para particulares e/ou empresas (*core*) e exclusivamente para empresas (*business to business*). A partir de 1 de Novembro de 2010, o serviço de Débitos Directos SEPA ficou disponível para os Clientes do Millennium bcp.

Este novo serviço, que entrou em funcionamento nos 32 países que compõem o Espaço SEPA, permite, aos Clientes do Banco, domiciliar nas suas contas cobranças com origem nos vários países europeus que compõem a SEPA e, às entidades credoras, efectuar cobranças em euros junto de devedores com conta num banco do Espaço SEPA.

Western Union

Em 2010, o Millennium bcp continuou a dinamizar o serviço de Transferências de Dinheiro Western Union, promovendo a facilidade distintiva, face aos seus principais concorrentes, de os seus Clientes e não clientes poderem realizar as suas transferências com toda a comodidade e segurança através do telefone ou da Internet. Adaptando-se ao contexto actual do mercado, o Banco lançou igualmente iniciativas com preçário reduzido nas transferências para o Brasil e para os países da Área Euro.

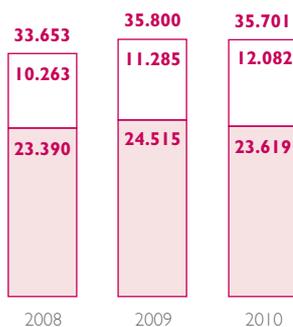
Em 2011, o Millennium bcp manterá a aposta na inovação e desenvolvimento dos serviços e equipamentos no segmento de *Self-banking* e Pagamentos.

UNIDADE DE PRODUTOS DE POUPANÇA E MERCADOS

Com o objectivo de minimizar a sua dependência relativamente aos mercados financeiros internacionais, o Banco adoptou uma política comercial com grande enfoque na captação de recursos de clientes. A captação de recursos assentou nos recursos de balanço, dando preferência aos prazos mais longos, com vista ao reequilíbrio entre os prazos das aplicações de Clientes e o prazo médio da carteira de crédito no Retail. A política comercial centrou-se na oferta de produtos que respondessem de forma eficaz, flexível, simples e transparente às principais necessidades financeiras dos Clientes: Poupança, Investimento e Reforma.

RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES

Milhares de euros



■ Recursos de Balanço
■ Recursos Fora de Balanço

Poupança – Poupança pontual e Poupança programada

O Banco tem vindo a promover activamente a comercialização de produtos associados às pequenas e médias poupanças, focando-se sobretudo nos prazos mais longos, com capital e rendimento garantido. A oferta disponibilizada aos Clientes responde tanto às necessidades de poupança pontual, de forma simples, como às necessidades de poupança programada, que ajudam a criar rotinas e hábitos de poupança junto dos Clientes. O lançamento de produtos de poupança durante 2010 foi acompanhado por campanhas de comunicação com grande visibilidade, destacando-se os produtos “Depósito Crescente Mais” e “Poupa Mais”.

Investimento

No que diz respeito às preocupações de investimento dos Clientes, o Banco enfocou a sua acção na comercialização de títulos de dívida, dos quais se destacam as campanhas “Millennium Rendimento Extra” e “Millennium Rendimento Semestral”.

Na categoria de investimento a médio e longo prazo, os Seguros de Capitalização tiveram um desempenho muito favorável durante 2010, com um crescimento de 14,7%. Com um perfil de investimento mais conservador; devido à situação económica de crise dos últimos anos, os Clientes têm vindo a optar por aplicações de baixo risco, com prazos mais alargados e que transmitam um elevado nível de segurança, razão pela qual se assiste a um excelente desempenho dos produtos de investimento e Planos de Poupança Reforma (PPR), veiculados por produtos de seguros.

Destaca-se ainda a comercialização de 154 milhões de euros de “Obrigações Subordinadas Millennium bcp 2010/2020” junto de Clientes que pretendem obter uma maior remuneração, abdicando da liquidez dos seus investimentos no curto prazo, e com perfis de risco adequados a este tipo de produto. A emissão destes títulos está intimamente ligada ao compromisso de melhoria dos rácios de capital do Banco, além de contribuir para a estabilização da sua base de recursos.

Reforma

O Banco tem vindo a reforçar a oferta em termos de produtos de Reforma, através da criação de novas linhas de produtos, visando o alargamento da sua base de Clientes, dado este ser um elemento relevante na criação de uma relação duradoura entre o Cliente e o Banco. Durante 2010, existiu um esforço de colocação destes produtos de uma forma mais homogénea ao longo do ano, ao invés da concentração da sua venda nos últimos meses. Com um crescimento de 9,9%, o sucesso desta estratégia apoiou-se na dinamização da sua comercialização pela criação de produtos muito atractivos em termos de condições de rentabilidade, tal como pelo lançamento de campanhas em diversas alturas do ano, como a oferta de “Vouchers PPR” e “Valor Duplo PPR”.

Campanha 25 anos do BCP

Pela ocasião da celebração do 25.º aniversário do Millennium bcp, foram criadas várias iniciativas que permitiram aos Clientes celebrar este momento com o Banco. No que toca a produtos de poupança, foi criado o “Depósito 25 anos”, oferecendo uma remuneração muito atractiva, com possibilidade de acréscimo de um prémio dependente da antiguidade de permanência do Cliente, com o objectivo final de captar pequenas e médias poupanças.

Para 2011, o Millennium bcp no segmento de Produtos de Poupança e Mercados manterá a sua actual estratégia de captação de recursos, enfocada sobretudo em recursos de balanço e de preferência de médio e longo prazo, a qual poderá ser condicionada pela persistência da crise económico-financeira. O Banco continuará a dar especial enfoque às pequenas e médias poupanças, em que, através de remunerações atractivas, se promovem hábitos e rotinas de aforro e disponibilizará aos seus Clientes, na oferta de produtos de investimento, diferentes alternativas, que cubram os mais variados horizontes temporais, pretendendo ir ao encontro dos prazos estimados, na consolidação e crescimento do seu património, permitindo-lhes concretizar os seus projectos de vida ou que façam face às preocupações com a reforma. Esta é uma área em que o Banco tem a responsabilidade de garantir uma grande variedade de soluções, que vá ao encontro dos objectivos dos Clientes e responda de forma adequada ao seu nível de poupança ou expectativa de rentabilidade futura para as suas aplicações em produtos de reforma.

SEGMENTO PARTICULARES

O segmento de Particulares continuou, durante 2010, a focalizar o seu esforço comercial no enquadramento dos seus Clientes nas várias soluções integradas que o Banco disponibiliza, por forma a garantir uma melhor relação custo/benefício no relacionamento dos Clientes com o Banco. Neste sentido, foram lançadas três campanhas comunicacionais como forma de promoção e dinamização das soluções: “Vantagem Ordenado”, para os Clientes que domicíliam o seu ordenado no Millennium bcp; “Programa Prestige”, para os Clientes com maior envolvimento com o Banco e “Cliente Frequente”, para os Clientes que procuram uma solução simples adaptada às suas necessidades financeiras diárias. O Millennium bcp procura assim apresentar ao mercado soluções financeiras completas, inovadoras e adequadas às diferentes etapas de vida dos seus Clientes, procurando sempre interpretar as suas necessidades, por forma a adaptar a sua oferta.

A captação de recursos foi uma prioridade ao longo de 2010, traduzindo-se na criação e promoção de produtos de poupança competitivos e adaptados ao perfil de risco e necessidades de liquidez dos Clientes do segmento.

O Plano de Contactos Obrigatório continua a ser utilizado como ferramenta privilegiada de contacto à distância com os Clientes, sendo constantemente alimentado por acções comerciais dirigidas que, paralelamente à actuação comercial diária da sucursal, capitalizam as oportunidades de venda e permitem um acompanhamento mais eficaz das carteiras de Clientes.

O início de 2010 foi marcado pelo lançamento de uma forte campanha comunicacional enfocada na captação de ordenados sob o *slogan* “Mude de vida – traga o seu ordenado e comece já a poupar”. O Millennium bcp convidou os seus Clientes a aderir a uma solução de poupança simples e acessível, criada especialmente à medida das capacidades de poupança dos Clientes mass-market. Desta forma, o Millennium bcp procurou reforçar o seu posicionamento no mercado como Banco de Poupança.

CAPTAÇÃO DE CLIENTES NO RETALHO

Milhares



Também no âmbito da captação de ordenados, destacam-se as acções de dinamização da solução “Vantagem Ordenado – Plano VIP” junto de colaboradores de empresas com protocolo com o Millennium bcp. O Banco procurava e procura explorar sinergias de negócio, aproveitando as janelas de oportunidade proporcionadas pelas empresas Clientes para assim captar os seus colaboradores.

Durante 2010, o Millennium bcp reforçou o seu compromisso com os Clientes com maior envolvimento com o Banco e níveis de rendibilidade superior – Clientes Prestige – com o lançamento de uma campanha dirigida e alicerçada no conceito “Escolha ser Prestige”. Enriquecido com a oferta da anuidade do cartão de crédito Prestige Security, o Programa Prestige foi fortemente dinamizado junto da rede comercial, que, desta forma, promoveu eficazmente a sua colocação junto dos melhores Clientes.

No âmbito do apoio social: i) na vertente de apoio às famílias, manteve-se em vigor a linha de apoio aos Clientes – Serviço de Aconselhamento Financeiro – através da qual se tenta encontrar a solução mais equilibrada entre o cumprimento das responsabilidades e o orçamento disponível. Em 2010, foram recebidos 209 contactos de Clientes, dos quais resultaram 146 iniciativas de potencial apoio ou reestruturação de dívida.

No plano financeiro, para os estudantes que pretendem prosseguir o percurso académico com os consequentes encargos para as famílias, o Millennium bcp disponibiliza: i) Crédito Universitário com Garantia Mútua, no âmbito do protocolo com as Sociedades de Garantia Mútua, com o apoio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, que prevê condições de taxa de juro indexada à média anual obtida pelos estudantes. Em 2010, foram contratados 291 empréstimos no montante de 3.246 mil euros e ii) Crédito Universitário – com uma taxa de juro mais baixa do que a do Crédito Pessoal. Em 2010, foram contratados 278 empréstimos no montante global de 2.510 mil euros.

No apoio ao Terceiro Sector, reformulou-se a “Conta Associações sem Fins Lucrativos”, por forma a permitir a inclusão destas instituições no sistema financeiro, sendo que passou a não ser exigido um valor mínimo para abertura de conta e isentou-se de comissões de manutenção e de descoberto.

No âmbito da responsabilidade ambiental, foi criada, em 2010, pelo Millennium bcp, uma linha de crédito com condições preferenciais de taxa de juro, bastante inferior à praticada no Crédito ao Consumo e sem comissões associadas, designada por Crédito Energias Renováveis, destinada aos Clientes que pretendam financiamento para a aquisição de equipamentos de energias renováveis, tendo sido aprovadas 41 operações, com um montante global de crédito concedido de cerca de 461 mil euros.

O Millennium bcp continuou a apostar no segmento dos Clientes mais jovens, revitalizando a oferta com a criação de produtos de poupança específicos, dos quais se destaca a “Poupança Mealheiro”, que, ao permitir associar um plano de entregas mensais, ensina também os mais jovens a poupar para o futuro.

No final do ano, promoveu-se e dinamizou-se a solução “Cliente Freqüente”, um produto já amplamente conhecido e reconhecido pelo mercado. Com o *headline* “Eu Confio. Sou Cliente Freqüente”, esta campanha aliou a mensagem comercial de produto aos valores institucionais do Banco, através de uma mensagem muito próxima. Os indicadores finais de campanha revelam que a solução “Cliente Freqüente” continua a corresponder às expectativas dos Clientes, promovendo níveis de poupança consideráveis e facilitando a gestão do orçamento familiar.

No âmbito da comemoração do 25.º aniversário do Banco, foi lançada uma campanha institucional onde o Banco partilhou com os seus Clientes momentos, alegrias e feitos. Como agradecimento pela partilha de uma história comum, o Millennium bcp criou um pacote de descontos em diversos produtos (“Produtos Estrela”) e negociou, em exclusivo para os seus Clientes, benefícios em marcas conceituadas.

O Banco manteve o enfoque na promoção do Extracto Digital como forma de os Clientes substituírem o extracto combinado em papel por formato digital. Assente na mensagem “Falta de espaço? Acabe com o Extracto”, pretendeu-se demonstrar que este serviço, totalmente gratuito para os Clientes, além de facilitar o acesso aos extractos bancários, que passam a ser disponibilizados *online* através do portal ou do *e-mail*, tem ainda um importante contributo para o ambiente.

O *roll out* do processo de abertura de conta a todas as sucursais da Rede Retalho fechou mais um ciclo de aposta tecnológica do Millennium bcp e dotou toda a rede de uma ferramenta que torna o momento de abertura de conta muito mais do que um acto meramente administrativo. A construção do processo teve subjacente uma orientação de cariz comercial, promovendo desde o primeiro momento a colocação da oferta de “Boas-Vindas”, que permite disponibilizar de imediato os instrumentos necessários à movimentação da conta nos diferentes canais de acesso ao Banco. Este novo processo torna, por um lado, mais simples e

eficiente o acto de abertura de conta, uma vez que permite a captura automática de dados e a recolha simultânea e integrada de informação complementar do Cliente (risco, perfil comercial, *know your customer*) e, por outro, reduz significativamente o custo associado ao processo ao eliminar a circulação física de papel. Permite, em simultâneo, um maior controlo e segurança ao invalidar a abertura por falta de apresentação de documentos obrigatórios e ao permitir a consulta à distância pelas diferentes áreas de controlo.

A evolução do contexto legal iniciada na segunda metade de 2009 condicionou a estratégia de comunicação do Millennium bcp ao longo de 2010. As mensagens comunicacionais tornaram-se mais simples e com forte componente institucional e a comunicação escrita ao Cliente mais regular. Neste sentido, o esforço de migração para soluções de comunicação digital manteve-se ao longo do ano.

Em 2011, o segmento de Particulares centrará a sua estratégia de actuação na promoção de acções dirigidas à captação e fidelização de novos Clientes, apostando na oferta de "Boas-Vindas" a novos Clientes, na aposta no acompanhamento permanente da rede comercial, o que permitirá, ao longo de 2011, aperfeiçoar o relacionamento comercial com os Clientes e assegurar uma relação sustentada com o Banco, garantindo desta forma que este será o seu interlocutor financeiro privilegiado, na oferta de soluções integradas, designadamente soluções financeiras preferenciais para grupos de segmentos específicos.

SEGMENTO NEGÓCIOS

Em 2010, o Banco continuou a apoiar o empreendedorismo e a inovação das empresas suas Clientes, com a distinção e reconhecimento da respectiva visão empreendedora, bem como da capacidade de execução e de inovação, conferindo-lhes o estatuto de "Cliente Aplauso 2010". Ser "Cliente Aplauso" significa pertencer ao grupo restrito de empresas com acesso a benefícios exclusivos em produtos e serviços financeiros, a que acresce a credibilidade perante o mercado mediante a atribuição do "Diploma Aplauso". Esta é uma iniciativa que regista um enorme sucesso e aceitação junto das PME portuguesas.

Os resultados alcançados com a solução "Cliente Frequente Negócios", lançada no primeiro semestre de 2010, permitem confirmar que se trata de uma oferta de valor adequada às principais necessidades transaccionais dos Negócios e Empresários Individuais, registando já 25.860 adesões. Esta solução integrada disponibiliza um conjunto alargado de serviços bancários (cheques e transferências através do portal "millenniumbcp.pt", cartões, seguro de acidentes pessoais e de assistência ao estabelecimento e protecção jurídica) por um valor fixo mensal bastante inferior ao que o Cliente pagaria pela sua aquisição isolada.

Contribuir para o sucesso, apoiar projectos empreendedores e apresentar soluções adequadas e inovadoras exige uma atitude permanente de acompanhamento da realidade empresarial, assente no rigor e na competência. É neste sentido que se insere o processo de "Certificação de Gestores", um desafio lançado aos Colaboradores que acompanham os Clientes Negócios e Empresários Individuais do Millennium bcp e que se integra num programa contínuo de reforço das suas competências e capacidade técnica. Este foi mais um desafio pelo profissionalismo e pela competência dos gestores, o qual contribuirá para valorizar e reforçar a relação de confiança dos Clientes com o Banco e reiterar a nossa vocação: "Ir mais além, fazer melhor e servir o Cliente".

Em 2011, no segmento de Negócios, o Banco manterá a aposta nas iniciativas de sucesso desenvolvidas em 2010, nomeadamente a iniciativa "Ser Cliente Aplauso", e continuará a apoiar projectos empreendedores e a apresentar soluções adequadas e inovadoras aos seus Clientes, assentes no rigor e na competência.

UNIDADE DE GESTÃO DE PROCESSOS E SERVIÇOS

A Unidade de Gestão de Processos e Serviços (UGPS) continuou a assegurar o suporte dos processos de inovação e de melhoria das áreas comerciais, mantendo e criando mecanismos de controlo operacional que permitem prestar apoio técnico à estrutura funcional que compõe a Rede de Retalho.

Em 2010, a acção da UGPS desenvolveu-se em quatro grandes áreas:

- Gestão da oferta, incluindo: i) a divulgação de orientações, regras e competências comerciais; ii) a manutenção e divulgação do preçário do Banco, em articulação com as unidades orgânicas intervenientes; iii) a informação de alterações a normas e procedimentos e iv) a elaboração de manuais de formação;
- Gestão e dinamização comercial, englobando: i) a difusão de melhores práticas comerciais e operacionais; ii) a participação em projectos de reengenharia de processos, visando a melhoria da eficácia operativa e iii) o apoio operacional permanente;

- Informação de gestão, compreendendo o desenvolvimento de projectos de melhoria da base de dados;
- Controlo operacional, visando a execução de processos operativos e o controlo contabilístico.

Destas grandes áreas de acção destacam-se os seguintes projectos em que a UGPS esteve envolvida:

- Coordenação da transposição da regulamentação do Banco de Portugal (Aviso n.º 8/2009), em relação ao preçário e respectivos deveres de informação;
- Redução das isenções e reduções comerciais ao preçário *standard* (*leakage*);
- Processo de renovação central de linhas e limites de crédito;
- Mensagem telefónica gravada com horário de funcionamento das sucursais;
- Iniciativas de aumento da receita – controlo do débito e estorno de comissões;
- Classificação de sucursais.

UNIDADE DE GESTÃO DE CAMPANHAS E CUSTOMER RELATIONSHIP MANAGEMENT (CRM)

Um dos objectivos desta Unidade em 2010 passou pelo investimento na melhoria da ferramenta de Suporte ao Contacto e Gestão da Actividade Comercial do Retalho, com vista a, primordialmente, aumentar a eficácia na concretização de vendas e execução de tarefas operativas e disponibilizar mais e melhor informação para acompanhamento e gestão das carteiras de Clientes pelos seus gestores. Esta ferramenta comercial permite ter uma visão única do Cliente na utilização dos diferentes canais, fazendo a gestão dos vários contactos e guardando o respectivo histórico.

Ao longo do ano, os contactos regulares efectuados pela Rede de Retalho, utilizando o plano de contactos, aumentou a proximidade com os Clientes, o que resultou num impacto positivo no seu índice de satisfação e fidelização. Em termos de colocação de produtos, ou seja, de aumento do índice de *cross-selling*, registou-se um acréscimo significativo como consequência também da maior e melhor utilização da ferramenta e da informação disponível sobre os Clientes.

Com vista a potenciar uma melhoria no sucesso das campanhas comerciais do Millennium bcp, adequando cada vez mais a oferta de produtos e soluções às características específicas de cada segmento de Clientes, a Unidade de Gestão de Campanhas e CRM adoptou igualmente, em 2010, um novo *software* que permite estruturar, simplificar e automatizar o processo de realização de campanhas. Este *software* permite um significativo aumento de eficácia comercial: i) assegura que, ao longo de todo o período de campanha, os Clientes a contactar cumprem os critérios de selecção definidos; ii) simplifica e reduz o trabalho manual de selecção dos Clientes para cada campanha e iii) permite uma maior personalização da oferta.

O ano de 2010 fica também marcado pela conclusão do novo Portal do Retalho, que nasceu no âmbito da criação de uma nova Intranet multidoméstica do Banco, uma única plataforma de comunicação e interacção com todos os Colaboradores, com uma mesma arquitectura de informação, potenciando um conjunto de sinergias em termos de desenvolvimento, criação de conteúdos, manutenção e gestão, segurança e utilização.

Atendendo às necessidades específicas de uma rede comercial geograficamente dispersa, foi igualmente desenvolvido um novo modelo de comunicação interna, articulando os conteúdos a apresentar nos diferentes meios e suportes de comunicação interna – *e-mail*, Intranet e Millennium tv – aproveitando os diferentes canais para potenciar o aumento de negócio.

RESIDENTES NO EXTERIOR

A DAR – DCRE (Direcção de Apoio à Rede – Direcção Comercial de Residentes no Exterior) tem por principal âmbito da sua actividade acompanhar e desenvolver comercialmente o negócio com todos os portugueses e estrangeiros residentes no exterior que pretendam ter ou já tenham relação com o Millennium bcp. Neste contexto, é missão desta área a captação de novos Clientes e novos recursos – por via de remessas – já destinados a aplicações a prazo e ainda outro negócio, nomeadamente crédito à habitação em Portugal.

Durante 2010, nas sucursais da rede doméstica foi dado especial enfoque às práticas de abordagem regular a estes Clientes, com a implementação do programa MUDARe – Modelo de Uniformização Dinâmica do Acompanhamento aos Residentes no Exterior; tendo por objectivo o aumento sustentado do negócio e a maior vinculação ao Banco por parte destes Clientes. No período do Verão, e continuando a tradição de bem receber, o Millennium bcp abriu as “portas” das suas sucursais em Portugal aos Clientes residentes no exterior; dando-lhes as “Boas-Vindas” com uma oferta financeira que pretendeu valorizar o fruto do seu trabalho e premiar as suas poupanças. O acolhimento a estes Clientes iniciou-se nos aeroportos de Lisboa e Porto, com *stands* e painéis promocionais sob o *slogan* “Seja bem-vindo à terra do seu coração”, e na fronteira de Vilar Formoso, com a distribuição de mapas de Portugal e do jornal “Notícias do meu país”, peça criada em exclusivo para a campanha de residentes no exterior.

BANCA DIRECTA

A adesão dos Clientes do Millennium bcp aos canais directos foi reforçada no decorrer de 2010. As taxas de crescimento de utilização de *Internet banking* – 8% no portal de particulares e 14% no portal de empresas – evidenciam a contínua aposta do Banco no desenvolvimento de novas e inovadoras ferramentas de gestão das finanças dos Clientes.

O Banco consolidou o crescimento da utilização do canal Mobile, mais 11% em 2010, muito por força do lançamento de um novo conceito inovador de mobilidade, o “Mobile APP”, solução pioneira no mercado português. Através da instalação de uma simples aplicação no telemóvel, os Clientes podem aceder às suas contas e movimentar o seu património financeiro de forma simples, rápida e segura. Esta aplicação está disponível para iPhone, Blackberry e *smartphones* (Java) e, brevemente, para outros sistemas operativos. Acompanhar os saldos e movimentos das contas à ordem, de poupanças e de cartões de crédito; fazer o pagamento de despesas correntes; efectuar transferências para contas do Millennium bcp ou de outros bancos ou carregar telemóveis são algumas das transacções possíveis de concretizar através desta aplicação. O Millennium bcp pretende, com este novo conceito, alargar as alternativas de contacto com o Banco, permitindo aos seus Clientes uma escolha mais facilitada em função das suas necessidades.

Em 2011, o Banco pretende continuar a disponibilizar as melhores soluções aos Clientes, continuando a prestar um serviço de excelência, visando a satisfação plena das respectivas necessidades.

ACTIVOBANK

As prioridades estratégicas do ActivoBank, em 2010, consistiram na renovação da sua proposta de valor e no conseqüente aumento da base de Clientes. Numa envolvente difícil, o ActivoBank confirmou o seu estatuto de Banco inovador, ao surpreender o mercado com o lançamento de uma nova proposta de valor assente em serviços financeiros de índole mais corrente, dirigidos às necessidades de natureza sobretudo transaccional dos seus Clientes. Esta aposta de modernização e renovação complementa e valoriza o pilar de serviços especializados com enfoque em soluções de investimento, que há muito caracteriza o ActivoBank.

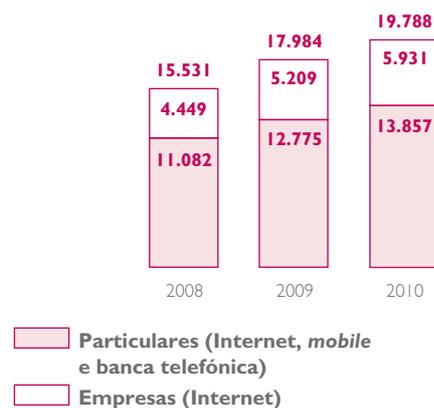
Este novo conceito de banca concretizou-se no lançamento de uma nova imagem, de uma nova oferta de produtos e de novos canais de serviço e distribuição, dirigidos a um conjunto de Clientes urbanos, com espírito jovem, utilizadores intensivos de novas tecnologias de comunicação e que privilegiam na relação bancária a simplicidade, a transparência, a confiança, a inovação e a acessibilidade. Esta proposta de valor traduz-se na assinatura da marca: “simplifica” – um Banco pensado ao pormenor e que tem o objectivo de simplificar o dia-a-dia dos Clientes.

Para concretizar esta proposta renovada e mais ampla, foi implementada uma série de iniciativas, desde Março de 2010, com destaque para:

- Lançamento de uma força de promotores (“Associados”) para angariação de Clientes e encaminhamento de pedidos de *servicing*;
- Desenvolvimento de um novo *website* fácil de utilizar; rápido, intuitivo e fiável;

NÚMERO DE TRANSAÇÕES DE BANCA DIRECTA

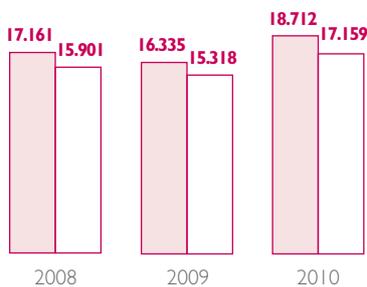
Milhares



- Lançamento de um aplicativo inovador para *smartphones*, que permite executar as principais operações bancárias, tais como consultar contas, efectuar transferências, pagar serviços, carregar cartões, constituir e desmobilizar poupanças e carregar telemóveis;
- Reforço do compromisso de prestar informação atempada sobre a actualidade dos mercados financeiros e de contribuir para a literacia financeira, de que são exemplos a *newsletter* de investimentos, que aborda a actualidade dos mercados, conceitos de investimento e finanças pessoais, bem como a participação na "Infovalor 2010 – Feira de Poupança e Investimento", onde o Banco esteve representado com um *stand* informativo e animação própria;
- Simplificação dos processos operativos, sobretudo os que têm impacto directo nos Clientes, como a abertura de conta e a possibilidade de entrega de cartões de débito na hora;
- Introdução de uma política *paperless*, de que é exemplo a entrega de toda a documentação, nos termos legalmente admitidos, em suporte digital na abertura de conta e o preçário e brochuras disponíveis nos monitores *touchscreen* das sucursais;
- Abertura de quatro sucursais, três em Lisboa e uma no Porto, com um modelo e *design* inovador e que funcionam em horário de atendimento alargado, das 10h às 20h, estando também abertas aos sábados;
- Abertura de um ponto de venda, com características idênticas às das sucursais, na loja da Vodafone do Parque das Nações, em Lisboa, fruto da parceria entre as duas instituições;
- Reestruturação do *portfolio* de produtos, de forma a torná-lo mais competitivo, transparente, fácil de compreender e de contratar;
- Adopção da marca ActivoBank, recorrendo a uma nova imagem e ao endosso do Millennium, capitalizando nos valores, solidez e credibilidade do Grupo;
- Lançamento do "Activo Ideias", um programa dirigido à recolha de ideias de Colaboradores do Banco, tendo 13 dos mais de 165 contributos sido já implementados;
- Disponibilização de seis fundos de investimento que incorporam critérios de responsabilidade social, os denominados "fundos éticos", e de 13 fundos especializados nos sectores de energias renováveis, ecologia, eficiência energética e alterações climáticas. Destes 19 fundos, em Dezembro de 2010, 13 tinham subscrições, com um total de cerca de 1,5 milhões de euros que representam 2% do total da carteira de fundos.

CLIENTES E CLIENTES ACTIVOS

Unidade



■ N.º Clientes
□ N.º Clientes activos

Como resultado destas medidas, e apesar do reposicionamento da operação apenas ter ocorrido a 18 de Março de 2010, o Banco aumentou a sua base de Clientes activos, em 2010, em cerca de 12%, recuperando a sua capacidade de atrair novos Clientes.

Em 2011, a actividade vai continuar focada no aumento da base de Clientes. A par deste objectivo de crescimento, o ActivoBank reforçará também o desenvolvimento da área de investimentos, acções dirigidas ao crescimento de recursos e a aposta na excelência do serviço ao Cliente. Na consolidação e afirmação desta proposta de valor, serão desenvolvidas uma série de iniciativas, com destaque para:

- O crescimento e consolidação da rede comercial através, por exemplo, da expansão da força de promotores ("Associados");
- A continuação da simplificação dos processos operativos, garantindo a excelência do serviço ao Cliente;
- A entrada em novas áreas de negócio, com destaque para as dirigidas aos Clientes investidores;
- A consolidação da aposta no canal Mobile, através do lançamento de novos aplicativos que alarguem o leque de operações bancárias disponíveis;
- O lançamento de novos produtos, com o intuito de responder a uma série de necessidades identificadas junto dos Clientes;
- A introdução de melhorias no *website* renovado, com especial ênfase na componente de investimentos.

BANCA DE EMPRESAS & CRÉDITO ESPECIALIZADO

A área de negócio Banca de Empresas & Crédito Especializado inclui o Crédito Especializado e o Negócio Imobiliário cuja actividade é transversal a todos os segmentos que englobam a actividade em Portugal.

O segmento Banca de Empresas em Portugal serve as necessidades financeiras de empresas com volume anual de negócios compreendido entre 7,5 milhões de euros e 100 milhões de euros, apostando na inovação e numa oferta global de produtos bancários tradicionais complementada com financiamentos especializados. No âmbito da estratégia de *cross-selling*, a Banca de Empresas funciona como canal de distribuição de produtos e serviços de outras empresas do Grupo BCP.

O segmento Banca de Empresas em Portugal registou uma contribuição líquida de 7,5 milhões de euros em 2010, comparando com uma contribuição líquida de 35,9 milhões de euros em 2009. O desempenho deste segmento foi determinado pelo reforço das dotações para imparidade, não obstante o aumento do produto bancário.

Os outros proveitos líquidos cresceram 41,5% face a 2009, suportados na oferta aos Clientes de produtos e serviços financeiros adequados e que propiciam a geração de comissões, onde se destaca o comportamento favorável das comissões relacionadas com serviços financeiros de investimento, crédito directo e crédito por assinatura, como resultado da estratégia de proximidade e acompanhamento regular e sistemático dos Clientes, onde merece particular destaque a implementação do programa "Ainda mais próximo dos Clientes". A margem financeira dos depósitos registou uma redução, consubstanciada na diminuição dos *spreads* das operações com Clientes, já que o efeito volume foi favorável, ao mesmo tempo que beneficiou do efeito de alinhamento do *pricing* das operações de crédito, de modo a reflectir o custo do risco e de refinanciamento nas novas operações contratadas.

O aumento das dotações para imparidade registado em 2010, quando comparado com o valor do exercício de 2009, resulta do reforço da cobertura dos sinais de imparidade da carteira de crédito, muito influenciado pelo enquadramento económico-financeiro adverso verificado em 2010.

A evolução dos recursos totais de clientes reflecte o desempenho dos débitos titulados, na medida em que os depósitos de clientes, fruto da estratégia de captação de recursos implementada, registaram uma subida de 1,7%.

O crédito a clientes diminuiu 6,5%, ao totalizar 10.024 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010, comparando com os 10.717 milhões de euros contabilizados na mesma data de 2009, determinado pela redução do outro financiamento em moeda nacional, do papel comercial e do *factoring*.

	Milhões de euros		
	31 DEZ. 10	31 DEZ. 09	VAR. % '10/'09
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
Margem financeira	171,7	186,8	-8,1%
Outros proveitos líquidos	87,6	61,9	41,5%
	259,3	248,7	4,3%
Custos operacionais	60,1	57,9	3,8%
Imparidade	189,0	141,9	33,2%
Contribuição antes de impostos	10,2	48,8	-79,2%
Impostos	2,7	12,9	-79,0%
Contribuição líquida	7,5	35,9	-79,2%
SÍNTESE DE INDICADORES			
Capital afecto	647	659	
Rendibilidade do capital afecto	1,2%	5,4%	
Riscos ponderados	9.958	10.134	
Rácio de eficiência	23,2%	23,3%	
Crédito a clientes	10.024	10.717	-6,5%
Recursos totais de clientes ⁽¹⁾	2.982	3.080	-3,2%

Nota: crédito e os recursos de clientes em saldos médios mensais.
(1) Inclui os recursos totais da Interfundos.

REDE EMPRESAS

Tendo presente a conjuntura económica adversa vivida em 2010, as principais prioridades de actuação da Rede Empresas, no último ano, passaram pelas seguintes vertentes:

- Gestão rigorosa do *gap* comercial, com enfoque simultâneo na captação de recursos e numa gestão criteriosa do crédito concedido, com maior selectividade dos projectos apoiados e num reforço dos mitigantes;
- Focalização na rentabilidade, tanto em termos de novas operações como na carteira actual, ajustando as taxas de juro praticadas ao risco associado e ao aumento do custo de *funding*, aumentando em simultâneo as comissões associadas;
- Acompanhamento ainda mais próximo da actividade de Clientes Empresa, visando, por um lado, a identificação de novas oportunidades de negócio e, por outro, a detecção preventiva de eventuais sinais de dificuldade, tendo em vista a definição de soluções potenciadoras de valor e evitar a ocorrência de incumprimentos ou imparidades;
- Apoio às PME e empresas viradas para a exportação.

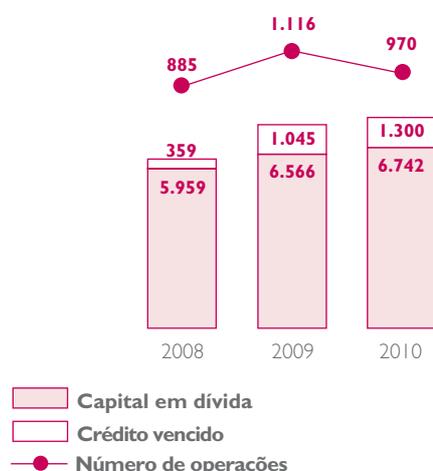
Merecem saliência as seguintes iniciativas implementadas em 2010:

- Participação em diversas iniciativas de apoio à actividade empresarial lançadas pelo Estado português, de que se destacam as várias linhas PME Investe e as linhas de apoio ao sector Agrícola e do Turismo. No âmbito das linhas PME Investe, o Millennium bcp contratou, em 2010, 5.401 novas operações referentes às diversas linhas num montante global de 393 milhões de euros, com especial relevância para o apoio às micro e pequenas empresas, com 4.676 operações aprovadas num valor aproximado de 140 milhões de euros;
- Continuou a dinamizar-se a afectação de novos projectos de investimento às linhas de apoio ao investimento contratadas com o Banco Europeu de Investimento, tendo-se, em 2010, procedido à inclusão de seis novos projectos num montante aproximado de 26 milhões de euros;
- Foi celebrado um Protocolo de Cooperação com a ADENE – Agência para a Energia, tendo em vista a dinamização do sector da energia solar; fabrico e instalação de painéis solares térmicos em Portugal. Neste âmbito, o Banco disponibiliza o apoio aos potenciais beneficiários na apresentação das candidaturas às soluções com apoio a fundo perdido dos sistemas de incentivos do Quadro de Referência Estratégica Nacional, tendo sido encaminhadas 44 candidaturas para aprovação de enquadramento;
- Disponibilizou-se uma linha de financiamento a médio e longo prazo, com uma taxa de juro bastante inferior à praticada para operações similares, para apoio à reparação dos danos materiais causados pela intempérie na ilha da Madeira, dirigida a empresas e Empresários em Nome Individual (ENI), tendo sido aprovadas 11 operações no montante global de 820 mil euros;
- No âmbito da Linha Early Stages, criada através de um protocolo estabelecido com as Sociedades de Garantia Mútua (SGM) no quadro do Programa FINICIA do IAPMEI destinada a apoiar o empreendedorismo através do financiamento de projectos de investimento apresentados por empresas ou ENI com início de actividade há menos de três anos, o Millennium bcp financiou 93 operações, no montante global de 6,7 milhões de euros;
- Foi celebrado um protocolo entre o Banco, o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) e as Sociedades de Garantia Mútua (SGM) para a disponibilização de linhas de crédito no montante global de 100 milhões de euros, destinadas a apoiar empresas criadas por desempregados, que originem a criação de postos de trabalho e a dinamização da economia local. No âmbito da Linha Microinvest, foram financiadas 12 operações, no montante global de 177 milhões de euros, e da Linha Invest+ 65 operações, no montante global de 3,7 milhões de euros;
- Realização de acções conjuntas com a Rede de Retalho, visando o aumento do relacionamento entre o Banco e as empresas, potenciando a captação de novos Clientes entre os colaboradores das mesmas;

- Lançamento do serviço de Operações Documentárias no portal de Empresas do Millennium bcp, na opção internacional, permitindo às empresas com negócio internacional – exportações ou importações – efectuar, através do portal, os pedidos de abertura de créditos e remessas documentárias, consultar as operações em curso e realizar pedidos de alteração a operações documentárias;
- Aprovação para a criação de um Centro Ibérico de Empresas em Lisboa, no âmbito do desenvolvimento do negócio transfronteiriço/ibérico com o Banco Sabadell, que será responsável pelo acompanhamento de todos os Clientes actualmente nas Redes Empresas e Corporate, desde que residentes ou com presença física em Portugal e detidos maioritariamente por empresas com sede em Espanha, e que terá como objectivos, entre outros, a rendibilização e o reforço da actual carteira de Clientes ibéricos, o aumento da quota de mercado nos fluxos *import/export* com Espanha e a dinamização do negócio de *factoring* e *confirming*, por forma a obter uma quota de mercado significativa no negócio com Espanha;
- Lançamento de dois novos serviços inovadores – Pagamento de Impostos/DUC por Lote e Pagamento de Serviços MB por Lote – exclusivamente disponíveis no portal de empresas, “corp.millenniumbcp.pt”, tendo como características principais possibilitar às empresas o pagamento de DUC/Serviços MB através de um único ficheiro com múltiplas instruções (em alternativa ao pagamento individual) e o agendamento dos pagamentos para uma data futura;
- Alargamento do âmbito do Serviço de Notas de Lançamento Digitais a mais produtos e serviços do Banco, tendo sido implementadas melhorias ao nível da recolha e arquivo das notas de lançamento digitais disponíveis no portal de empresas;
- Reformulação da *Newsletter* Empresas, tendo em vista uma melhor adaptação às necessidades dos nossos Clientes, evidenciadas nos inquéritos efectuados;
- Participação em alguns eventos, em articulação com a Direcção Internacional e as Câmaras de Comércio, visando o fortalecimento das ligações com os Clientes e potenciando a apresentação de oportunidades de negócio noutros mercados, destacando-se o “Africa Forum” pela interligação a potenciais investidores americanos nos países de África com os quais Portugal tem relações de afinidade;
- Reforço de parcerias com organismos de apoio à internacionalização e à exportação, através da participação em seminários centrados nos mercados e nas oportunidades de negócio e investimento para os Clientes do Grupo.

Para 2011, perspectiva-se a manutenção da conjuntura adversa e desafiante na generalidade dos sectores. Neste cenário, a estratégia de actuação da Rede Empresas irá primar pelo acompanhamento próximo dos Clientes, pela oferta de uma multiplicidade de soluções comerciais e pela criteriosa gestão do risco e das imparidades, de acordo com os seguintes vectores:

- **Proximidade:** programa integrado de visitas aos Clientes no terreno, com um plano concreto de contactos, presenças e reuniões a empreender com cada um em função da sua prioridade;
- **Abordagem Comercial:** foco na liquidez, através da captação da tesouraria, na integração de soluções *end-to-end* envolvendo fornecedores e clientes das empresas e na atracção de *stakeholders* internos, como colaboradores;
- **Risco e Imparidades:** aposta na análise preventiva da actividade das empresas, numa perspectiva integrada com a Direcção de Crédito e com a Direcção de Recuperação Especializada;
- **Trade Finance:** enfoque no apoio a empresas com forte componente de exportação dos seus produtos, com soluções de apoio diversificadas e centralizando a sua relação comercial no Millennium bcp como o “Banco dos Exportadores”;
- **Cross Networking:** fomento do envolvimento do Cliente como um todo, através da inclusão dos seus *stakeholders* no negócio do Banco (Colaboradores, Clientes e Fornecedores através de uma política activa de recomendação).

**CARTEIRA DE CRÉDITO
MICROCRÉDITO**Actividade em Portugal
Milhares de euros**MICROCRÉDITO**

A Rede Autónoma de Microcrédito Millennium bcp continua a ser uma referência nacional no segmento do microcrédito, participando e estando envolvida em inúmeros eventos de promoção e divulgação desta solução junto da população. As boas práticas de acompanhamento e desenvolvimento da actividade neste segmento foram reconhecidas na Europa, tendo o Banco sido convidado a pertencer ao *Board* da European Microfinance Network (EMN), organização da qual é membro corporativo.

Em 2010, verificou-se uma quebra de cerca de 20% em relação a 2009 no número de propostas apresentadas. Em termos de produção (inclui protocolos com Associação Nacional de Direito ao Crédito e Região Autónoma dos Açores), foram concretizadas 237 novas operações, com um total de crédito concedido de 2,2 milhões de euros, tendo ajudado a criar 320 postos de trabalho. O volume de crédito concedido às 970 operações em carteira a 31 de Dezembro de 2010 foi de 8,9 milhões de euros.

Entre 1999 e 2010 foi concedido um valor global de 16,5 milhões de euros a 2.055 empreendedores, tendo sido criados um total de 3.195 postos de trabalho.

Tendo em conta o enquadramento de crise financeira e social, razão que justifica também a retracção dos empreendedores em apresentar propostas, aprofundou-se o acompanhamento às situações de incumprimento e pré-incumprimento, por forma a maximizar a mitigação de situações de crédito vencido.

A divulgação do produto microcrédito e as parcerias estabelecidas são fundamentais para que a informação chegue a potenciais empreendedores, pelo que se manteve uma actuação pró-activa com inúmeras iniciativas, das quais se destacam:

- Lançamento da página de microcrédito no Facebook, com o objectivo de chegar mais facilmente às entidades/institucionais activas no âmbito da acção social e respectivos utilizadores, bem como, em paralelo, criar um fórum de discussão potenciador de oportunidades para os microempreendedores;
- Realização de 544 reuniões presenciais com institucionais, das quais se destacam 220 com as principais Instituições Privadas de Solidariedade Social (IPSS), que trabalham activamente com cidadãos que beneficiam do Rendimento Social de Inserção;
- Assinatura de protocolos com a Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Faro, a Escola Intercultural das Profissões e do Desporto da Amadora e a Fundação da Juventude, com o objectivo de fazer chegar o microcrédito também aos mais jovens, apoiando-os na transição da universidade para o mercado de trabalho. Este último protocolo resulta de uma parceria conjunta entre o Millennium bcp, a Fundação da Juventude, a Universidade Católica Portuguesa, a Universidade de Aveiro, a Agência para o Desenvolvimento das Indústrias Criativas (ADDICT), a Câmara Municipal de S. Brás de Alportel e a Associação Cultural e Juvenil Batoto Yetu Portugal.

No âmbito das parcerias e colaborações institucionais, o microcrédito foi anfitrião da visita de intercâmbio promovida pela European Microfinance Network (EMN), pela primeira vez em Portugal. Em 2010, integrou um grupo de trabalho da EMN relativamente à análise do crescimento da Microfinança na Europa, tendo já participado na primeira reunião.

Em parceria com a Direcção de Banca Directa, foi lançado no *site* do Banco um desafio aos empreendedores portadores de deficiência, para apresentação de um projecto de microcrédito, cujo prémio será a atribuição de 5.000 euros à ideia seleccionada. Esta acção foi igualmente divulgada junto das principais Instituições de Apoio às Pessoas Portadoras de Deficiência, com particular destaque para a Associação Portuguesa de Deficientes (APD), que disponibilizou a utilização do seu jornal como canal divulgador do concurso (cerca de 23.000 exemplares).

Para 2011, o enfoque estratégico continuará na dinamização do microcrédito do Millennium bcp junto das câmaras, freguesias e das entidades de actuação local, mais próximas das populações excluídas socialmente, com difícil acesso à informação.

CRÉDITO ESPECIALIZADO

Em 2010, as prioridades estratégicas da Direcção de Crédito Especializado centraram-se nos negócios de pequena e média dimensão, em particular nos Clientes de melhor risco, que apresentam oportunidades de *cross-selling*, e no enfoque no financiamento de bens com mercados secundários activos e por prazos mais curtos. Realce-se ainda o melhor ajustamento do *pricing* praticado, em função do agravamento do custo do *funding* e da clara diferenciação dos bons riscos.

Para a oferta do produto *renting*, como parte integrante da “Solução Automóvel”, o Banco celebrou um acordo de parceria com a empresa SGald Automotive, gestora de frotas integrada no Grupo Societé Générale. Mantém-se, todavia, a gestão da carteira dos contratos em curso à data de Maio de 2010 com o anterior parceiro (GE Capital).

A evolução do negócio de Crédito Especializado continuou a ser fortemente influenciada pela evolução da actividade económica e pela contracção do investimento, pelo que o valor global da nova produção de *Leasing* e Aluguer de Longa Duração (ALD) registou uma diminuição face ao ano anterior, atingindo, em 2010, cerca de 139 milhões de euros, o que traduz uma redução de 19,1% face a 2009. Contudo, os produtos de financiamento automóvel apresentaram uma evolução favorável, com um crescimento de 22,1%, mantendo o Banco a liderança neste segmento, com uma quota de mercado em torno dos 17%, segundo os últimos dados disponíveis, no quadro dos operadores bancários. No que respeita ao *leasing* de equipamentos, o crescimento do volume de negócios ficou abaixo do mercado, reflectindo a redução do investimento e o esforço de ajustamento do preço efectuado, o que se traduziu numa redução da quota do Banco para 9%. Situação semelhante ocorreu no segmento do *leasing* imobiliário, situando-se a quota do Banco em torno de 18%. A carteira de crédito vivo de *leasing* e ALD situou-se em 4,1 mil milhões de euros em 2010, reduzindo-se em 7% face ao ano anterior.

O negócio de *factoring* apresentou, em 2010, um comportamento consentâneo com a apetência do mercado por liquidez, situando-se a quota de mercado do Banco em cerca de 18%, o que se traduziu num aumento significativo de rentabilidade.

Merecem ainda realce as seguintes iniciativas implementadas em 2010:

- Lançamento, em Junho de 2010, de um amplo programa integrado de formação, visando não só a melhoria de conhecimentos no âmbito mais específico do crédito especializado, mas também em áreas técnicas de âmbito financeiro, contabilístico, riscos dos mercados e áreas comportamentais em geral, de que resultará a certificação dos gestores em Crédito Especializado;
- Prossecução do esforço de racionalização da Direcção de Crédito Especializado, com o aprofundamento da integração das áreas comerciais de *leasing* e *factoring*, bem como com o desenvolvimento e introdução de melhorias de ordem operacional no tratamento das operações de *factoring*, permitindo, por um lado, que seja apresentado um interlocutor único para os negócios de *leasing*, *renting* e *factoring* e, por outro, melhorar significativamente os níveis de serviço e de satisfação, designadamente com o produto de *factoring*;
- Manutenção das acções e campanhas de dinamização comercial destinadas a promover o financiamento da aquisição de viaturas junto dos Clientes do Retalho, resultantes de parcerias estabelecidas com concessionários de automóveis e combinando a oferta de descontos no preço das viaturas e outras ofertas com condições especiais de financiamento, integrando a oferta de *renting* e de todos os produtos de financiamento automóvel.

CARTEIRA DE CRÉDITO ESPECIALIZADO

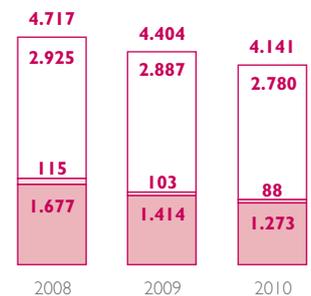
Milhares de euros



Leasing
Factoring

CARTEIRA TOTAL DE CRÉDITO LEASING

Milhões de euros



Leasing mobiliário
ALD
Leasing imobiliário

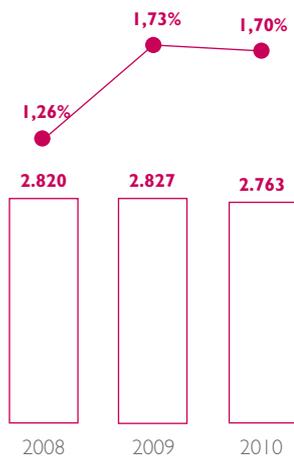
Em 2011, a actuação da Direcção de Crédito Especializado centrar-se-á, essencialmente, no apoio ao investimento e à actividade das empresas, privilegiando-se os negócios de pequena e média dimensão junto de Clientes de bom risco; na manutenção da abordagem integrada entre as áreas de *leasing* e *factoring*, procurando preservar um nível elevado de acompanhamento das necessidades dos Clientes e da qualidade de serviço prestado; e no enfoque no acompanhamento e controlo do crédito vencido, reforçando-se a política de rigor em matéria de risco de crédito e de correcta definição de preço, ajustado ao perfil de risco do Cliente, ao prazo e ao nível de protecção das operações, bem como à evolução do custo do *funding*.

NEGÓCIO IMOBILIÁRIO

No último trimestre de 2010, o Banco procedeu à reorganização do negócio imobiliário com o objectivo de aumentar a eficiência, resultante da maior integração de todos os processos associados à vertente imobiliária, tendo criado a Direcção de Negócio Imobiliário. Esta passou a incorporar as unidades de Crédito à Promoção Imobiliária, Gestão de Imóveis, Gestão de Projectos Imobiliários e Venda de Imóveis, tendo definido os seguintes vectores de actuação:

CARTEIRA DE CRÉDITO À PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA

Milhões de euros



● Taxa de margem financeira da carteira

- **Promoção imobiliária:** reforço da adequação do *pricing* das operações de crédito ao respectivo risco associado, privilegiando também o respectivo risco de liquidez e uma política de controlo dos riscos operacional e financeiro dos empréstimos em curso, contribuindo para a melhoria dos níveis de serviço e a mitigação do risco operacional;
- **Gestão de imóveis:** consolidação da estrutura orgânica com a criação de três áreas funcionais de actuação (Gestão de Imóveis, Técnica de Manutenção e Técnica Administrativa), visando a redução do tempo de permanência dos imóveis na esfera do Banco. Foram ainda introduzidas melhorias funcionais ao nível do aplicativo de gestão de imóveis, designadamente nos processos de pagamentos e recebimentos, mormente de rendas e condomínios, tendo ficado concluída a integração entre as diversas aplicações informáticas de suporte à actividade de gestão de imóveis. No que respeita à vertente de legalização de imóveis, manteve-se o enfoque na rápida regularização daqueles activos imobiliários adquiridos na sequência de processos de recuperação de crédito, permitindo a sua célere alienação;
- **Venda de imóveis:** actividade exclusivamente centrada na alienação dos activos obtidos em dação, resolução de *leasing*, execução judicial ou da sua desafectação à exploração. Em face do aumento dos activos imobiliários em carteira, foi reforçada a política de vendas mediante uma permanente actuação junto dos mediadores, da realização de vários leilões e do recurso às vendas "em campanha" e "em lote".

Durante 2010, realizaram-se 187 novos contratos no valor de 293,6 milhões de euros, tendo por base 314 propostas correspondentes a 518,2 milhões de euros. O saldo da carteira de crédito à promoção imobiliária atingiu o valor de 2.763 milhões de euros, registando um decréscimo de 2,3% face a 2009. A taxa de margem financeira do crédito à promoção imobiliária, tendo presente as profundas alterações das condições de mercado, em particular no que respeita ao *funding*, sofreu uma redução de 3 p.b. face a 2009. Saliente-se ainda que o objectivo comercial de 2010, no que diz respeito ao número de imóveis alienados, foi largamente ultrapassado, tendo o valor de vendas ficado em linha com o orçamentado.

Para 2011, a Direcção de Negócio Imobiliário tem como prioridades estratégicas promover a alteração da plataforma informática, que suporta o processo de crédito à promoção imobiliária, criando condições para obter ganhos de eficiência e uma melhor articulação com as outras unidades orgânicas intervenientes no mesmo; reforçar as metodologias de controlo de risco, designadamente a identificação mais precoce dos sinais de alerta, assim como a maior proximidade aos empreendimentos em curso, através da intensificação da frequência de contactos com os Clientes, procurando a melhoria contínua dos níveis de serviço; e superar, na área de venda de imóveis, os objectivos fixados para 2010, dando especial ênfase à utilização de canais de venda directa, com particular recurso à Internet, bem como à intensificação da colaboração com as áreas comerciais do Banco.

INTERFUNDOS

A actividade da indústria dos Fundos de Investimento Imobiliário Fechados de Subscrição Particular (FIIFSP), geridos pela Interfundos, foi, ao longo de 2010, particularmente afectada por um conjunto significativo de factores. Desde logo pela manutenção do difícil enquadramento económico e pelo agravamento das condições de acesso ao crédito por parte da generalidade dos agentes económicos. Em particular, o crédito à habitação viu agravadas as condições de elegibilidade das famílias e os promotores imobiliários, em resultado da insuficiência estrutural de capitais próprios na maioria dos seus projectos, conjugado com a manutenção das vendas a níveis muito baixos (em particular nos projectos de turismo residencial), revelaram grandes dificuldades no desenvolvimento e dinamização da sua actividade. Acresce ainda as alterações significativas ao nível do quadro fiscal aplicável. As positivas alterações que se verificaram ainda ao nível do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, referentes ao aprofundamento da sua simplificação, bem como as há muito anunciadas, mas ainda não totalmente regulamentadas, Sociedades de Investimento Imobiliário, parecem ser, nesta fase, claramente insuficientes para um reforço e dinamização da actividade.

Num ambiente adverso, a Interfundos manteve, em 2010, a liderança de mercado. A 31 de Dezembro de 2010, a Interfundos detinha uma quota de mercado na gestão de FIIFSP de 16,8%, através da gestão de 48 fundos de investimento imobiliário, num total de 1.123 milhões de euros de activos sob gestão em Dezembro 2010, correspondente a uma diminuição de 6,86% face ao período homólogo do ano anterior.

Ao longo do primeiro semestre de 2010, a Interfundos reorganizou a sua estrutura operacional ao integrar um conjunto de competências que até esta data se encontravam sob responsabilidade da área de Asset Management.

Em 2011, o mercado imobiliário deverá manter-se pouco dinâmico, em resultado das dificuldades que afectam a actividade da generalidade dos principais agentes económicos, persistindo um ambiente de incerteza, a par de um quadro regulatório e fiscal pouco favorável. A previsível entrada em vigor de uma proposta de intervenção regulamentar relativa ao regime da avaliação de imóveis de fundos de investimento imobiliário perspectiva novas e profundas alterações no enquadramento legal, com impacto significativo ao nível dos fundos geridos pela Interfundos. A persistência de dúvidas sobre o quadro legal relativo à reabilitação e requalificação da malha urbana continua a contribuir para a adiada renovação do património imobiliário dos centros urbanos não habitados. Sem prejuízo desse facto, os Fundos de Reabilitação Urbana beneficiam de uma série de incentivos fiscais que o legislador decidiu atribuir a todos os investidores que contribuam para o desenvolvimento dos centros históricos urbanos. Constituirão assim, a par dos Fundos de Investimento Imobiliário de Arrendamento Habitacional, caso se verifique um maior dinamismo ao nível do mercado de arrendamento habitacional, uma janela de oportunidade que a Interfundos procurará dinamizar em 2011. Finalmente, a par da reintrodução dos benefícios fiscais em sede de IMT e IMI atribuídos, através da Lei do Orçamento do Estado para 2011, para os Fundos de Investimento Imobiliário Fechados de Subscrição Pública, verificou-se a definição do regime fiscal das Sociedades de Investimento Imobiliário, o que poderá constituir um importante veículo na área do imobiliário e potenciar uma nova área de negócio das Sociedade Gestoras.

CORPORATE & BANCA DE INVESTIMENTO

O segmento Corporate & Banca de Investimento inclui: i) a rede Corporate em Portugal, dirigida a empresas e entidades institucionais com um volume anual de negócios superior a 100 milhões de euros, oferecendo uma gama completa de produtos e serviços de valor acrescentado; ii) a Banca de Investimento, especializada no mercado de capitais, na prestação de serviços de consultoria e assessoria estratégica e financeira, serviços especializados de *project finance*, *corporate finance*, corretagem de valores mobiliários e *equity research*, bem como na estruturação de produtos derivados de cobertura de risco e iii) a actividade da Direcção Internacional do Banco.

No segmento Corporate & Banca de Investimento a contribuição líquida ascendeu a 77,2 milhões de euros em 2010, comparando com 148,6 milhões de euros relevados em 2009. O clima de incerteza em torno das finanças públicas de vários países da Área do Euro conduziu a um aumento dos prémios de risco e a uma redução da liquidez dos mercados, influenciando significativamente o desempenho deste segmento.

Neste contexto, a contribuição líquida do segmento Corporate & Banca de Investimento foi determinada pelo reforço das dotações para imparidade na rede Corporate. A margem financeira, por seu turno, foi condicionada pelo efeito taxa de juro desfavorável, resultante da diminuição dos *spreads* dos depósitos, apesar do enfoque na rentabilidade através do reforço do processo de *repricing*, de forma a reflectir o custo do risco e da liquidez.

O decréscimo dos outros proveitos líquidos decorre da diminuição dos resultados em operações financeiras, não obstante o aumento das comissões na rede Corporate, em linha com a prioridade estratégica de enfoque na rentabilidade através de uma cobrança sistemática de comissões, com destaque para as comissões associadas ao crédito por assinatura, ao papel comercial, aos serviços financeiros e aos depósitos à ordem. Na actividade desenvolvida pela Banca de Investimento é de salientar a posição de destaque do Banco na corretagem de acções na Euronext Lisbon, o ritmo da organização e montagem de programas de papel comercial, os vários projectos de *corporate finance* e *equity capital markets* e o papel activo desenvolvido em operações de *structured finance* e *project finance*.

Ao nível dos recursos e do crédito a clientes, e em conformidade com a prioridade estratégica de *deleverage*, assistiu-se, em 2010, à limitação de novas operações do lado do crédito e ao esforço de captação de recursos. Assim, os recursos totais de clientes cresceram 0,8%, ascendendo a 11.236 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010, comparando com 11.150 milhões de euros apurados em 31 de Dezembro de 2009. O crédito a clientes atingiu 13.245 milhões de euros no final de Dezembro de 2010, aumentando 2,2% face aos 12.962 milhões de euros contabilizados no final de Dezembro de 2009, beneficiando do desempenho dos financiamentos em moeda nacional e do papel comercial.

	Milhões de euros		
	31 DEZ.10	31 DEZ.09	VAR. % '10/'09
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
Margem financeira	198,3	209,4	-5,3%
Outros proveitos líquidos	159,8	201,9	-20,9%
	358,1	411,3	-12,9%
Custos operacionais	74,9	73,2	2,3%
Imparidade	178,2	135,1	31,9%
Contribuição antes de impostos	105,0	203,0	-48,3%
Impostos	27,8	54,5	-48,9%
Contribuição líquida	77,2	148,6	-48,1%
SÍNTESE DE INDICADORES			
Capital afecto	1.045	947	
Rentabilidade do capital afecto	7,4%	15,7%	
Riscos ponderados	16.082	14.569	
Rácio de eficiência	20,9%	17,8%	
Crédito a clientes	13.245	12.962	2,2%
Recursos totais de clientes	11.236	11.150	0,8%

Nota: crédito e recursos de clientes em saldos médios mensais.

REDE CORPORATE

A actividade empresarial em Portugal continuou, em 2010, a decorrer num ambiente marcado pelas dificuldades de acesso aos mercados financeiros internacionais por parte das instituições financeiras. Neste contexto, a actuação da Rede Corporate caracterizou-se pela:

- Gestão rigorosa do *gap* comercial, com enfoque simultâneo na captação de recursos e numa gestão criteriosa do crédito concedido, com maior selectividade dos projectos apoiados e num reforço dos mitigantes;
- Focalização na rentabilidade tanto em termos de novas operações como na carteira actual, ajustando as taxas de juro praticadas ao risco associado e ao aumento do custo de *funding*, efectuando uma cobrança sistemática das comissões associadas;
- Acompanhamento ainda mais próximo da actividade das empresas, visando a identificação de novas oportunidades de negócio e a detecção preventiva de eventuais sinais de dificuldade, tendo em vista a definição de soluções potenciadoras de valor e a ocorrência de incumprimentos ou imparidades.

Visando a aplicação da estratégia comercial, merecem ainda relevo as seguintes iniciativas realizadas em 2010:

- No âmbito da dinamização do negócio de *trade finance*, criação de duas novas Linhas de Apoio ao Negócio de *Trade Finance*, no montante global de 300 milhões de euros. Para operações colocadas até 31 de Dezembro de 2011, esta iniciativa visa apoiar investimentos para apoio à exportação nacional de bens de consumo (exemplo: produtos alimentares, calçado, confecções), bem como investimentos para apoio à exportação nacional, na modalidade crédito ao importador, com suporte de seguro de crédito da COSEC;
- Patrocínio da 4.ª Conferência Anual sobre Gestão Financeira, Tesouraria e Risco para Empresas em Portugal, organizada pela EuroFinance, líder mundial na organização de eventos nesta área. Contando com a presença de algumas das mais importantes empresas portuguesas, foram abordados os temas relacionados com a evolução macroeconómica, alternativas de financiamento, melhoria da tesouraria, do activo circulante e das estruturas de liquidez. Paralelamente, foram efectuadas ainda apresentações referentes a investimento e financiamento em Angola e no Brasil, estratégias de cobertura, SEPA e o futuro dos sistemas de pagamentos.

Dado que se prevê a manutenção da conjuntura económica e financeira difícil na generalidade dos sectores para 2011, a estratégia de actuação da Rede Corporate irá passar pelo acompanhamento próximo dos Clientes, pela gestão criteriosa do risco e das imparidades, pelo enfoque, em termos de abordagem comercial, na liquidez através da captação de operações de tesouraria; na análise preventiva da actividade das empresas, numa perspectiva integrada com a Direcção de Crédito e pelo apoio a empresas com forte componente de exportação dos seus produtos. Com soluções de apoio diversificadas e centralizando a sua relação comercial no Millennium bcp, este assume-se como o “Banco dos Exportadores”.

BANCA DE INVESTIMENTO

Na área de Banca de Investimento, o Banco manteve uma posição de destaque na corretagem de acções na Euronext Lisbon em 2010, com uma quota de mercado de cerca de 6%. O número e a actividade de Clientes com acesso directo à sala, institucionais nacionais e estrangeiros, assim como grandes investidores particulares, tem vindo a aumentar significativamente. O volume investido por Clientes em certificados cresceu mais de 23% no ano e a base de Clientes aumentou a ritmo superior àquele, fruto da maior divulgação e conhecimento dos benefícios deste instrumento financeiro para os investidores em acções. Procedeu-se à admissão dos certificados à Euronext Lisbon de forma a permitir disponibilizar esta oferta a todos os investidores portugueses, Clientes do Banco ou não. O programa de *warrants* do Banco continuou a ser um dos preferidos pelos investidores nacionais, juntamente com duas instituições internacionais.

O agravamento da instabilidade dos mercados de dívida, desencadeado por um clima de incerteza em torno das finanças públicas de vários países da Área do Euro, conduziu a um aumento significativo dos prémios de risco e a uma acentuada redução da liquidez dos mercados, no segundo trimestre do ano. Por isso, as principais emissões obrigacionistas foram realizadas ainda na primeira metade do ano, com destaque para a organização e montagem das emissões da EDP – Energias de Portugal, S.A. (500 milhões de euros, em formato *private placement*), da Controlinveste (emissão de obrigações convertíveis em acções da Portugal Telecom, SGPS, S.A., no montante de 224 milhões de euros, com garantia do Millennium bcp) e da Benfica SAD (40 milhões de euros, colocados através de uma Oferta Pública de Subscrição). A organização e montagem de programas de papel comercial, embora também condicionada pelas condições adversas de mercado, manteve-se com bastante actividade ao longo do ano, com destaque para um

conjunto de novos programas para empresas portuguesas de referência: EP – Estradas de Portugal, S.A. (250 milhões de euros), Brisa (50 milhões de euros), Refer (150 milhões de euros), Secil (75 milhões de euros), Amorim Investimentos e Participações (40 milhões de euros), Grupo Opway (50 milhões de euros) e Galp Energia (50 milhões de euros).

Tendo em vista o objectivo do Banco de expandir a sua carteira de activos elegíveis para operações de financiamento, alguns destes programas foram dotados de características que asseguram a elegibilidade das respectivas emissões como colateral junto do BCE. A estruturação e montagem de operações para o próprio Banco esteve, em larga medida, igualmente concentrada naquele objectivo, com a concretização de duas operações de titularização de créditos, envolvendo, respectivamente, uma carteira de contratos de *leasing* imobiliário, automóvel e de equipamento no montante de 1,2 mil milhões de euros (designada “Tagus Leasing No.1”) e uma carteira de contas correntes e descobertos contratualizados no montante aproximado de 2,7 mil milhões de euros (designada “Caravela SME No.2”). Ainda no mesmo âmbito, durante 2010, foram realizadas três emissões de obrigações hipotecárias no montante total de 3,75 mil milhões de euros. No início do ano, foram também colocadas duas emissões de dívida *senior unsecured* junto de investidores institucionais, no montante agregado de 1.050 milhões de euros, realizadas ao abrigo do “Euro Note Programme do Millennium bcp”. A montagem de produtos de taxa de juro distribuídos pelas redes de Retail do Banco ganharam visibilidade e importância acrescidas como instrumento de captação de recursos de balanço estáveis, tendo o montante total colocado ascendido a mais de 2,4 mil milhões de euros. A oferta de produtos estruturados mais sofisticados foi essencialmente dirigida para Clientes de *private banking*, com destaque para estruturas *equity linked*. Aproveitando o alargamento dos *spreads* de crédito, foram estruturadas várias emissões *credit linked* indexadas a vários subjacentes de risco soberano, *corporate* e instituições de crédito de referência.

Apesar das dificuldades relacionadas com a envolvente macroeconómica, prosseguiram os resultados positivos com a venda de produtos de tesouraria, quer na vertente *cash* (operações cambiais negociadas *spot* e *forward*, aplicações e financiamentos de curto prazo a taxa fixa), quer na vertente dos produtos derivados de cobertura de risco de taxa de juro, taxa de câmbio e *commodities*.

Na área de *corporate finance*, o Banco participou em vários projectos relevantes, sendo de destacar o papel de “Assessor Financeiro” da Cimpor – Cimentos de Portugal, no quadro da Oferta Pública de Aquisição lançada pela CSN – Companhia Siderúrgica Nacional. Em paralelo, o Banco continuou a desenvolver vários projectos de assessoria a Clientes no segmento de avaliações e fusões e aquisições, estando algumas destas operações ainda a decorrer.

Na área de *equity capital markets*, o Banco foi “Coordenador Global” da Oferta Pública de Aquisição da Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., lançada pela Teixeira Duarte, S.A. Esta operação enquadrou-se num objectivo de concretização de um processo de reestruturação societária do Grupo Teixeira Duarte. O Banco foi “Coordenador Global conjunto” na organização e montagem da Oferta Pública de Subscrição da VAA – Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A., tendo sido igualmente “Coordenador Conjunto” das Ofertas da Sporting SAD, integradas no âmbito do processo de reestruturação financeira do Grupo SCP e que consistiram num aumento de capital e numa emissão de Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis (VMOC) em acções da Sporting SAD. No âmbito desta última operação, o Banco foi também mandatado para assegurar a garantia de colocação conjunta da emissão de VMOC da Sporting SAD.

O Banco manteve, em 2010, um papel activo em operações de *structured finance*, sendo de destacar as participações como “Mandated Lead Arranger & Agent” nas seguintes operações: empréstimo de longo prazo, no montante de 81,5 milhões de euros, para financiar a reorganização da estrutura accionista do Grupo Salvador Caetano e o empréstimo sindicado de 168,5 milhões de euros à Sport TV, para refinanciamento da dívida existente. O Banco liderou e participou igualmente em várias operações de reestruturação financeira, incluindo transacções sindicadas, sendo de destacar a este respeito a Holmes Place e a La Seda de Barcelona (volume de crédito envolvido de 64,5 milhões de euros). O Banco manteve o acompanhamento, incluindo o agenciamento de operações de financiamentos estruturados, cujo crédito ascende a 1,3 mil milhões de euros (cerca de 67% da carteira total).

Na área de negócio de *project finance*, o Banco participou em diversas operações de relevo a nível nacional e internacional, sendo de salientar as seguintes: “Mandated Lead Arranger” na organização e montagem da operação de financiamento, no montante de 467 milhões de euros, de um *portfolio* de 12 parques eólicos em Portugal, denominado “ENEOP 2”, com uma capacidade total instalada de 480 MW; “Assessor Financeiro” do concessionário ELOS – Ligações de Alta Velocidade, S.A., onde o Banco detém uma participação accionista, e “Mandated Lead Arranger” do financiamento do projecto de construção e operação do troço de Alta Velocidade Ferroviária entre Poceirão e Caia; operação de cessão de créditos sobre a EP – Estradas de Portugal, S.A., pela Mafratlântico a um sindicato bancário co-liderado pelo Millennium bcp, totalizando mais de 200 milhões de euros; Mandato de Assessoria Financeira à EDP Renováveis (Relax Wind Park I) para o parque eólico Margonin, com uma capacidade de 120 MW em operação na Polónia, sendo o maior

financiamento no sector das energias renováveis ocorrido naquele país, tendo sido o Bank Millennium SA (Polónia) um dos “Mandated Lead Arrangers”; mandato de assessoria financeira à EIH – Energia e Inovação Holding, S.A. para o desenvolvimento de um projecto de uma Central de Ciclo Combinado a Gás Natural a construir na região do Soyo, Província do Zaire, Norte de Angola, em parceria com uma outra instituição financeira de raiz angolana.

Como entidade aderente dos Princípios do Equador, o Millennium bcp obriga-se a assegurar que os projectos que financia em regime de *project finance* são desenvolvidos de uma forma socialmente responsável e no respeito pelas boas práticas de gestão ambiental.

Em termos históricos, a carteira de crédito de *project finance* apresenta a seguinte estrutura:

CARTEIRA DE CRÉDITO DE PROJECT FINANCE DESDE 2006

CLASSIFICAÇÃO DE ACORDO COM OS PRINCÍPIOS DO EQUADOR	PROJECTOS FINANCIADOS DESDE 2006	PARTICIPAÇÃO DO MILLENNIUM BCP (Milhões de euros)	
A	Risco social e ambiental elevado	I	41
B	Risco social e ambiental limitado	41	4.370
C	Risco social e ambiental baixo	I	27

Com início em 2010, os bancos aderentes aos Princípios do Equador alargaram a abrangência da aplicação dos princípios aos trabalhos de assessoria financeira. Assim, o Millennium bcp passou a incluir nos mandatos de assessoria uma cláusula onde se compromete a orientar os trabalhos a desenvolver junto dos seus Clientes pelo respeito pelos referidos Princípios.

Em 2010, seguindo os critérios aplicados pela International Finance Corporation, braço financeiro do Grupo Banco Mundial, que estiveram na origem dos Princípios do Equador e, no caso concreto de Margonin, também pelos critérios específicos do European Bank for Reconstruction and Development (BERD), foram avaliados quatro projectos, três classificados com o nível B, o que implica um impacto social e ambiental limitado e um projecto classificado com o nível A, o que implica um impacto social e ambiental elevado.

OPERAÇÕES DE PROJECT FINANCE APROVADAS EM 2010

Projecto	Classificação	Participação do Millennium bcp
MARGONIN (POLÓNIA) Portfólio de 2 parques eólicos com uma capacidade instalada de 120 MW	A	Assessoria financeira
ENEOP 2 (PORTUGAL) Portfólio de 23 parques eólicos com uma capacidade instalada de 480 MW	B	43
ELOS (PORTUGAL) Concessão de infra-estruturas ferroviárias (Alta Velocidade Poceirão-Caia)	B	49
MAFRATLÂNTICO (PORTUGAL) Refinanciamento de infra-estruturas rodoviárias (Auto-Estrada A21 Ericeira-Malveira)	B	15 ⁽¹⁾

(1) Incremento no financiamento.

Para 2011, as orientações estratégicas para a área de Banca de Investimento assentam na manutenção da aposta em produtos e estruturas que possibilitem o aumento e a diversificação das fontes de financiamento do Banco, na manutenção na posição de instituição de referência no mercado nacional, na continuação da expansão internacional da actividade, designadamente através da prestação de serviços de assessoria em *project e/ou corporate finance*, preferencialmente em países onde o Millennium bcp se encontra já presente, explorando ainda

as oportunidades potenciais no eixo estratégico China/Macau – África lusófona – Europa e no acompanhamento próximo dos Clientes e das operações actualmente em carteira.



Assessoria Financeira
4.153 Milhões de euros
Assessoria Financeira à CIMPOR na defesa da Oferta Pública da CSN
2010
Millennium
Investment banking



Relax Wind Park I
Parque Eólico na Polónia
Project Finance
535 Milhões de zlotis
Assessoria Financeira
2010
Millennium
Investment banking



EIOS – Ligação de Alta Velocidade, S.A.
Concessão de Rede de Alta Velocidade
Lanço Poceirão-Caia |
Ligação Lisboa-Madrid
Project Finance
780 Milhões de euros
Assessoria Financeira & Mandated Lead Arranger
2010
Millennium
Investment banking



Papel Comercial
75 Milhões de euros
2010
Sole Lead Manager
Millennium
Investment banking



Obrigações Convertíveis Garantidas
224 Milhões de euros
2010
Joint Lead Manager
Millennium
Investment banking



EDP Finance BV
Emissão de Obrigações Colocação Privada
500 Milhões de euros
2010
Sole Lead Manager
Millennium
Investment banking



Oferta de Troca
de até
132.119.201 Acções
da Teixeira Duarte – Engenharia e Construção, S.A.
Coodenator Global
2010
Millennium
Investment banking

Certificados
Contrato de Futuro sobre o trigo (CBOT)
15 Milhões de euros
Eminente
2010
Millennium
Investment banking

Certificados
Millennium bcp Technical EU Index
33 Milhões de euros
Eminente
2010
Millennium
Investment banking

INTERNACIONAL

A Direcção Internacional centrou a sua estratégia na angariação de novas fontes de financiamento para o Banco, em articulação com a Direcção de Tesouraria e Mercados, envolvendo-se activamente na captação e manutenção de linhas e limites para operações de mercado monetário e na colocação de dívida do Banco.

Esta acção foi desenvolvida através de *roadshows*, reuniões e da participação em eventos internacionais, tendo sido contactadas cerca de 350 entidades, não apenas nos mercados tradicionais da Europa e EUA, mas ainda diversificando a base de contrapartes do Banco, através da exploração de oportunidades de relacionamento na África, Médio Oriente e Ásia.

Junto de soberanos e supranacionais foram negociados financiamentos para operações de *project finance* e *leasing* de empresas do Grupo, no total de 200 milhões de euros. O negócio de custódia institucional evoluiu positivamente com o aumento de 1,3% para 111,5 mil milhões de euros de activos sob custódia, detidos por investidores institucionais não residentes, correspondendo a uma quota de mercado de 48%. Relewa-se ainda a manutenção dos pagamentos comerciais recebidos face a 2009, que representa 25% de quota de mercado em Portugal.

Reforçaram-se parcerias com organismos de apoio à internacionalização e à exportação através da participação em seminários centrados nos mercados e nas oportunidades de negócio e investimento para os Clientes do Grupo.

Em 2011, a Direcção Internacional continuará o seu plano de acção para promoção do Banco e do país, junto de actuais e potenciais contrapartes, de modo a diversificar a base de Clientes e a garantir o sucesso na realização de operações transfronteiriças.

PRIVATE BANKING & ASSET MANAGEMENT

O segmento Private Banking & Asset Management, para efeitos de segmentos geográficos, engloba a rede de Private Banking em Portugal e as subsidiárias especializadas no negócio de gestão de fundos de investimento que operam em Portugal. Em termos de segmentos de negócio inclui também a actividade do Banque Privée BCP e do Millennium bcp Bank & Trust.

O segmento Private Banking & Asset Management, considerando o critério de segmentação geográfica, registou uma contribuição líquida negativa de 6,9 milhões de euros em 2010, comparando com uma contribuição líquida positiva de 2,8 milhões de euros em 2009. Esta evolução incorpora a diminuição da margem financeira, reflectindo a redução quer dos volumes de negócio, quer das taxas de margem financeira dos recursos e do crédito a clientes, não obstante o esforço de manutenção do processo de *repricing* de forma a reflectir o custo do risco e de liquidez.

O acréscimo dos outros proveitos líquidos em 5,5% decorre da actividade do Private Banking em Portugal e encontra-se associado ao aumento das comissões de títulos depositados e de crédito por assinatura, na sequência da revisão do preçário no sentido da sua adequação à proposta de valor do Banco.

A redução das dotações para imparidade em 2,3% reflecte a estratégia seguida de gestão da qualidade da carteira de crédito, nomeadamente através do reforço dos colaterais. Os custos operacionais evoluíram, também, favoravelmente face a 2009, evidenciando descidas nos outros gastos administrativos relacionadas, maioritariamente, com estudos e consultas.

Os recursos totais de clientes ascenderam a 5.804 milhões de euros, mantendo-se ao nível de 31 de Dezembro de 2009, suportados no bom desempenho dos produtos de capitalização que permitiram atenuar a evolução dos depósitos de clientes.

O crédito a clientes totalizou 1.391 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010, comparando com os 2.211 milhões de euros atingidos em 31 de Dezembro de 2009, como resultado da redução do crédito concedido pelo Private Banking em Portugal.

	Milhões de euros		
	31 DEZ.10	31 DEZ.09	VAR. % '10/'09
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
Margem financeira	19,2	36,9	-48,0%
Outros proveitos líquidos	22,8	21,7	5,5%
	42,1	58,6	-28,2%
Custos operacionais	31,5	33,8	-7,0%
Imparidade	20,4	20,9	-2,3%
Contribuição antes de impostos	(9,8)	3,9	-
Impostos	(2,9)	1,0	-
Contribuição líquida	(6,9)	2,8	-
SÍNTESE DE INDICADORES			
Capital afecto	63	82	
Rendibilidade do capital afecto	-11,0%	3,6%	
Riscos ponderados	975	1.266	
Rácio de eficiência	74,8%	57,7%	
Crédito a clientes	1.391	2.211	-37,1%
Recursos totais de clientes ⁽¹⁾	5.804	5.741	1,1%

Nota: crédito e recursos de clientes em saldos médios mensais.

(1) Exclui os recursos totais da Interfundos.

PRIVATE BANKING

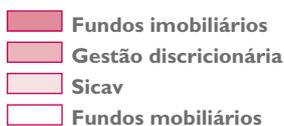
O processo de reestruturação do Private Banking foi concluído em 2010, consolidando alterações estruturantes no modelo e na organização desta área de negócio. A implementação do novo modelo de negócio teve impacto directo nas áreas comercial, *investment advisory* e de suporte, tendo como elementos mais visíveis:

- Uma nova proposta de valor que reforça os pilares deste segmento de negócio, introduzindo novos princípios para adaptação ao actual contexto económico e regulamentar;
- Um conjunto de ferramentas de gestão que permite às equipas obter informação qualitativa e quantitativa sobre a agenda comercial, dotando-as igualmente de mecanismos de controlo referentes a crédito e execução de ordens;
- Um modelo de *advisory* que melhora o acompanhamento comercial, sistematizando e monitorizando o alinhamento dos *portfolios* dos Clientes face ao seu perfil de risco, que constitui factor distintivo desta oferta face à banca tradicional;
- Uma nova estrutura, o Comité de Controlo de Investimentos, responsável pelo acompanhamento e controlo de transações, análise de concentração de activos e pela consistência do processo de investimento;
- Uma segmentação global dos Clientes em função dos seus *portfolios* e perfis de investimento;
- Um programa intensivo de estímulo comercial que abrange desde a fase de captação de novos Clientes, até ao acompanhamento dos Clientes actuais, procurando fidelizar e aumentar o *share of wallet*;
- Uma estrutura otimizada ao nível de recursos humanos, com o reforço do *empowerment*, das competências e do número de *Investment Advisors* e a adequação da estrutura de suporte ao novo quadro de sucursais e de equipas comerciais, permitindo desta forma ganhos de eficiência ao nível de custos. Tendo em conta a necessidade de assegurar que a implementação deste modelo e o desenvolvimento do negócio estão em conformidade com o seu enquadramento legal, procedeu-se a uma revisão e validação jurídica global de todo o negócio.

As grandes linhas de acção para 2011 centrar-se-ão na consolidação do modelo de *advisory* como suporte ao novo modelo de negócio, tendo como requisitos chave o nível de qualidade consistente em assessoria financeira, a revisão regular dos *portfolios* e o controlo dos desvios entre o risco dos *portfolios* e o perfil dos Clientes, numa maior disciplina na acção comercial, adequando o número de contactos e a oferta em função do tipo de Clientes, na captação de novos Clientes e no *upgrade* de Clientes já existentes no Banco, servidos por operações de *private banking* de outras instituições, na dinamização da utilização de canais alternativos, nomeadamente *homebanking*. Será adoptada uma nova imagem e personalização para o segmento Private Banking, com enfoque na comercialização de produtos de valor acrescentado, nomeadamente via reforço dos mandatos de gestão, que poderão proporcionar maior rentabilidade aos Clientes e um forte contributo para a melhoria dos resultados.

ACTIVOS SOB GESTÃO

Em base comparável
Milhões de euros



ASSET MANAGEMENT

A área de Asset Management incorpora o desenvolvimento das actividades de gestão de fundos de investimento mobiliários e imobiliários e a actividade de gestão discricionária. A estratégia adoptada em 2010 assentou na adequação de uma oferta variada de produtos e serviços, que privilegia a diversificação dos investimentos, risco e prazos, em ordem à satisfação das necessidades dos diferentes perfis de investidores e à melhoria dos seus níveis de rentabilidade. Este objectivo foi prosseguido num ano caracterizado pela incerteza quanto à recuperação das diversas economias e às condições do seu financiamento e pela elevada volatilidade nos mercados financeiros. Neste contexto, a indústria nacional de fundos de investimento mobiliário registou, em 2010, uma diminuição significativa dos activos sob gestão, anulando o crescimento que se tinha verificado em 2009 de 20%. Durante 2010, o total de activos sob gestão da indústria nacional de fundos de investimento mobiliário diminuiu 17,5%, passando de 17,2 mil milhões de euros, no final de 2009, para 14,2 mil milhões de euros, no final de 2010.

O total de activos sob gestão de fundos de investimento mobiliário geridos pela Millennium bcp Gestão de Activos diminuiu de 1,6 mil milhões de euros, no final de 2009, para 1,4 mil milhões de euros no final de 2010, i.e., -17,3%. Não obstante esta evolução e a escassez de liquidez que envolveu o sistema financeiro, a Millennium bcp Gestão de Activos manteve a sua quota de mercado, que se situou em 9,55%. No domínio dos fundos harmonizados, que corporizam o *core* da indústria de gestão de activos, em particular dos fundos de investimento mobiliário, a Millennium bcp Gestão de Activos registou um peso de 14,9%. A Millennium bcp Gestão de Activos manteve ainda a liderança num segmento de fundos com elevado valor acrescentado, os fundos de fundos, com uma quota de 57%.

Relativamente ao desempenho de gestão, a 31 de Dezembro de 2010, destacam-se os quatro fundos Millennium, que ocupavam o primeiro lugar do respectivo *ranking* de desempenho, desde o início do ano: "Millennium Disponível", "Millennium Obrigações Mundiais", "Millennium Prestige Conservador" e "Millennium Prestige Valorização", sendo que o "Millennium Acções Portugal", o "Millennium Obrigações", o "Millennium Obrigações Europa" e o "Millennium Prestige Moderado" alcançaram o segundo lugar nas respectivas classes.

A dinamização da actividade comercial dos fundos de investimento decorreu em sintonia com as campanhas de ciclo do plano comercial da Rede de Retalho. Em cada ciclo, foi seleccionado um cabaz de fundos de investimento e foram fixados objectivos globais de venda, bem como objectivos específicos por sucursal. Esta metodologia permitiu tornar mais eficaz a colocação de fundos. Por forma a assegurar a diversidade de opções de investimento em termos de activos e de cobertura geográfica de mercados, o referido cabaz englobava fundos de tesouraria, de obrigações de taxa fixa e de acções. Em complemento, numa óptica de poupança a médio/longo prazo e de usufruto de benefícios fiscais, também os fundos "Millennium PPR" estiveram em campanha todo o ano. Neste caso, a acção comercial incidiu na promoção dos planos de investimento mensal como a melhor opção para a construção gradual de um complemento de reforma, a que acresce a oportunidade do investimento pontual antes do final do ano.

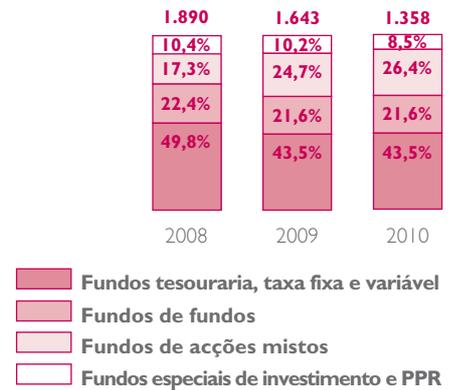
A oferta de fundos foi alargada, em 2010, com o lançamento, em Abril, do novo fundo de tesouraria "Millennium Liquidez" e, em Agosto, do novo Fundo Especial de Investimento (FEI) "Millennium Extra Tesouraria III". De risco baixo e dirigidos a um segmento de Clientes conservadores, ambos integraram o cabaz de fundos seleccionados dos respectivos ciclos comerciais. Adicionalmente, foi ajustado o comissionamento de alguns fundos (de acções e de obrigações de taxa variável), tendo em vista melhorar a sua competitividade.

Entre Março e Julho, a área de Asset Management participou com um orador representante nos Seminários sobre Investimento nos Mercados Accionistas, realizados em algumas das principais cidades do país. Destinados a Clientes e Colaboradores das respectivas praças da rede de Retalho, estes seminários constituíram uma oportunidade para destacar os Fundos de Investimento Millennium enquanto instrumentos para investimento em acções e para promover o serviço de Gestão Discricionária.

Para 2011 prevê-se a continuação da racionalização da oferta de fundos de investimento e o aumento da quota de mercado da Millennium bcp Gestão de Activos, através do lançamento de novos fundos de investimento, sob a forma de FEI. Será também dinamizada a comercialização dos fundos de investimento através do *site* do Banco, tendo em conta a crescente importância da Internet enquanto canal preferido pelos Clientes para pesquisa de informação e aquisição de bens e serviços. A antecipação da nova regulação em preparação na União Europeia e as tendências no negócio de fundos de investimento manter-se-ão como linhas de orientação fundamentais.

DECOMPOSIÇÃO DOS FUNDOS MOBILIÁRIOS

Em base comparável
Milhões de euros



Internamente e no que respeita à gestão de investimento dos fundos mobiliários, foi reforçada a estrutura da Millennium Gestão de Activos, tendo sido constituída, no início do ano, a unidade de Gestão de Investimentos, actualmente responsável pela gestão dos fundos de tesouraria, dos principais fundos de obrigações, dos fundos de fundos e dos FEI em comercialização.

Na área de Fundos de Investimento Imobiliário, o volume de activos geridos era, em Dezembro de 2010, de 403 milhões de euros. Apesar de especialmente atingida pelo desempenho dos diversos sectores imobiliários fortemente afectados pela conjuntura económica e financeira, esta área de actividade apresentou um crescimento de 9,0%, face a Dezembro de 2009. De uma forma quase transversal a todos os sectores, 2010 fica marcado pela redução das rendas praticadas em mercado, pelo aumento da taxa de desocupação e ainda pela redução da procura.

O Fundo Imobiliário AF Portfólio, fundo aberto de acumulação, foi particularmente penalizado pelas dificuldades evidenciadas pelos principais segmentos, em particular o Retalho, os escritórios e ainda o sector industrial/logístico.

Do conjunto de iniciativas desenvolvidas no decurso de 2010, destaque para a campanha comercial de colocação do Fundo junto das redes de Retalho e Private Banking. Por outro lado, e visando ajustar os critérios de valorização dos imóveis ao mercado, a sociedade gestora passou a valorizar os activos que integram o Fundo com base em avaliações anuais (anteriormente avaliava de dois em dois anos), antecipando a legislação em vigor. No final do ano, e apesar das condições particularmente adversas, o Fundo apresentava um crescimento de 10,8% face ao período homólogo do ano anterior.

Em 2011, a Millennium bcp Gestão de Activos procurará desenvolver iniciativas que visem atenuar os principais efeitos negativos verificados em 2010 e que permitam aos fundos imobiliários alcançar resultados em linha com as expectativas dos investidores.

Relativamente ao Millennium Sicav, foi concretizada a substituição da *Management Company* no Luxemburgo, tendo a sociedade Luxcellence (filiada do Grupo Caceis) passado a desempenhar as funções anteriormente asseguradas pelo Banco RBS. Esta mudança proporcionou aos investidores do Millennium Sicav não só uma poupança de encargos, que se traduz na melhoria dos níveis de rentabilidade, como também uma solução global mais robusta em termos de controlo de riscos e da qualidade de gestão.

Na sequência do processo de alienação da quase totalidade da participação do Banco Comercial Português no capital social do Millennium Bank na Turquia, foi rescindido o contrato de distribuição do Millennium Sicav, com o resgate de todas as operações de Clientes turcos, sendo o impacto desta operação imaterial, dados os montantes envolvidos. Ao invés, salienta-se o crescimento sustentado das operações por parte de Clientes do Millennium bank na Grécia ao longo do ano, criando expectativas positivas quanto ao desenvolvimento futuro da distribuição do Millennium Sicav no Retalho grego.

O montante sob gestão dos fundos Millennium Sicav, domiciliados no Luxemburgo, ascendia a 273 milhões de euros no final de 2010, registando-se um aumento de 4,5% dos activos sob gestão face ao final de 2009.

A área de negócio de gestão discricionária, sob a responsabilidade da Direcção Millennium Gestão de Patrimónios, ficou marcada, em 2010, por um aumento expressivo do volume de negócios. Os activos sob gestão, no final do ano, ascenderam a 587 milhões de euros, o que evidencia um crescimento de 48,6% face ao valor apurado no final do ano anterior. Este crescimento espelha, por um lado, a qualidade da oferta e, por outro, a forte dinâmica comercial com enfoque na oferta baseada em seguros, lançada em meados de 2007, tendo este produto evidenciado um crescimento de cerca de 136,0%.

Numa filosofia integrada de aproveitamento de sinergias, a área de Asset Management irá, em 2011, prosseguir uma estratégia comercial de crescimento do volume de negócios, através da ampliação da oferta, da focalização em produtos competitivos e na intensificação do relacionamento com as redes comerciais, de modo a garantir níveis de satisfação elevados.

NEGÓCIOS NO EXTERIOR

O segmento Negócios no Exterior; para efeitos de segmentos geográficos, engloba as diferentes operações do Grupo fora de Portugal, nomeadamente o Bank Millennium na Polónia, o Millennium bank na Grécia, o Banque Privée BCP na Suíça, a Banca Millennium na Roménia, o BIM – Banco Internacional de Moçambique em Moçambique, o Banco Millennium Angola em Angola, o Millennium bcp Bank & Trust nas Ilhas Caimão, o Millennium bank na Turquia (operação alienada em 27 de Dezembro de 2010) e o Millennium bcpbank nos Estados Unidos da América (operação alienada em 15 de Outubro de 2010).

Para efeitos de segmentos de negócios, o segmento Negócios no Exterior contempla as diferentes operações do Grupo fora de Portugal anteriormente referidas, com excepção do Banque Privée BCP na Suíça e do Millennium bcp Bank & Trust nas Ilhas Caimão, que, neste âmbito, fazem parte do segmento Private Banking & Asset Management.

Na Polónia, o Grupo está representado por um banco universal de âmbito nacional, que oferece uma vasta gama de produtos e serviços financeiros a particulares e a empresas, na Grécia por uma operação baseada na inovação de produtos e serviços, na Suíça pelo Banque Privée BCP, uma operação de Private Banking de direito suíço, e na Roménia por uma operação vocacionada para os segmentos de particulares e de Pequenas e Médias Empresas. O Grupo encontra-se ainda representado em Moçambique por um banco universal, direccionado para Clientes particulares e empresas, em Angola por um banco enfocado em Clientes particulares, empresas e instituições do sector público e privado e nas Ilhas Caimão pelo Millennium bcp Bank & Trust, um banco especialmente vocacionado para a prestação de serviços internacionais, na área de Private Banking, a Clientes com elevado património financeiro (segmento Affluent).

A contribuição líquida do segmento Negócios no Exterior; considerando o critério de segmentação geográfica, ascendeu a 96,2 milhões de euros em 2010, comparando com uma contribuição líquida de 11,8 milhões de euros em 2009, beneficiando do acréscimo do produto bancário e da redução das dotações para imparidade.

O aumento da margem financeira em 35,7% face a 2009 fez-se sentir na generalidade das geografias, tendo sido potenciado, fundamentalmente, pelo desempenho da operação na Polónia, decorrente não apenas do efeito volume, mas também do efeito taxa de juro e das subsidiárias em Angola, em Moçambique e na Roménia, assentes no incremento do volume de negócios.

Nos outros proveitos líquidos destaca-se o desempenho das comissões suportadas nos contributos das subsidiárias na Polónia (relacionado com o aumento das comissões associadas a negócio de cartões, manutenção de contas e fundos de investimento), em Angola (associadas ao aumento do volume de negócios quer do crédito a clientes, quer dos recursos) e na Suíça (suportados nas comissões de corretagem). Em Moçambique evidenciam-se os proveitos associados a resultados cambiais obtidos em transacções com Clientes.

A redução das dotações para imparidade e provisões em 11,6% face ao período homólogo está associada ao menor nível de provisionamento relevado na Polónia e na Roménia, que permitiu compensar o reforço das dotações para imparidade efectuado na Grécia, em Angola e em Moçambique.

O crédito concedido a clientes cresceu 6,7%, ascendendo a 16.926 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010, beneficiando do desempenho do crédito a particulares e reflectindo o crescimento evidenciado nas operações desenvolvidas em Angola, em Moçambique, na Polónia e na Roménia.

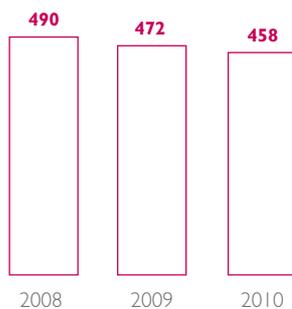
Os recursos totais de clientes aumentaram 6,8%, totalizando 16.483 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010, influenciados pela evolução dos depósitos de clientes, que cresceram 5,8%, bem como dos produtos de capitalização.

	Milhões de euros		
	31 DEZ.10	31 DEZ.09	VAR. % '10/'09
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
Margem financeira	544,2	401,1	35,7%
Outros proveitos líquidos	365,7	383,2	-4,6%
	910,0	784,3	16,0%
Custos operacionais	617,9	561,6	10,0%
Imparidade	171,0	193,6	-11,6%
Contribuição antes de impostos	121,0	29,1	-
Impostos	24,8	17,4	43,0%
Contribuição líquida	96,2	11,8	-
SÍNTESE DE INDICADORES			
Capital afecto	1.241	1.321	
Rendibilidade do capital afecto	7,8%	0,9%	
Riscos ponderados	14.272	14.381	
Rácio de eficiência	67,9%	71,6%	
Crédito a clientes ⁽¹⁾	16.926	15.868	6,7%
Recursos totais de clientes ⁽¹⁾	16.483	15.430	6,8%

⁽¹⁾ Não inclui as subsidiárias Millennium bank Turquia e Millennium bcpbank USA.

NÚMERO DE SUCURSAIS

Unidades



RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES

Excluindo efeito cambial

Milhões de euros



Balanço
 Fora de Balanço

NEGÓCIOS NA EUROPA

Polónia

O Bank Millennium é um banco universal de âmbito nacional, oferecendo, em conjunto com as suas subsidiárias, uma vasta gama de produtos e serviços financeiros a particulares e empresas. Apoiado numa rede renovada de 458 sucursais, o Bank Millennium é um dos principais operadores no mercado polaco, com uma posição de liderança em Banca de Retalho, suportado por uma eficiente plataforma de dinamização de vendas e pela crescente notoriedade da sua marca. A actividade do Bank Millennium é desenvolvida através de várias Áreas de Negócio, que providenciam produtos e serviços customizados e direccionados à Banca de Retalho, de Empresas e de Investimento. O Bank Millennium detém a quarta maior Rede de Retalho na Polónia, com 1,1 milhões de Clientes activos, sendo a operação internacional com maior contribuição líquida para os resultados líquidos do Banco (17,7% em 2010, o que compara favoravelmente com os 0,1% em 2009).

Decorrido 2009, centrado na reorganização interna e onde foi concluído com sucesso, um ano antes do prazo definido, o programa estratégico Millennium 2010, que visava: i) reforçar a actividade de Banca de Retalho baseada na rede de sucursais; ii) enfocar a actividade do segmento de Empresas no relacionamento com as PME; iii) aumentar a eficiência e manter o controlo rigoroso dos custos e iv) adoptar uma política de risco mais conservadora, o Bank Millennium, no final de 2009, aprovou e iniciou a implementação de uma nova estratégia para o período 2010-2012.

As novas linhas orientadoras para este triénio visam retomar a expansão do seu negócio, baseado num modelo operacional mais simples, ágil e eficiente em termos de custos, numa plataforma comercial realinhada, num forte enfoque nos resultados, com o aumento dos proveitos recorrentes e num perfil de risco melhorado, com uma posição confortável em termos de capital e de liquidez. Assente num equilíbrio entre crescimento e rentabilidade do negócio, com um forte enfoque na sustentabilidade, as principais ambições nos próximos anos são: i) atingir o top-5 no sistema bancário polaco, com uma posição de liderança no Retalho e uma presença relevante na Banca de Empresas; ii) atingir um nível de rentabilidade

sustentável que compare bem no seu grupo de pares; iii) desenvolver uma operação altamente eficiente e, em simultâneo, estabelecer um elevado padrão na qualidade de serviço prestado aos Clientes; iv) manter uma estrutura de capital sólida com um forte perfil de gestão de risco para suportar o crescimento futuro e v) reforçar a posição de mercado do Banco com base em relações duradouras com todos os seus *Stakeholders*. Por forma a materializar estas ambições, o Grupo assume ainda como objectivos financeiros a curto/médio prazo, a obtenção de um ROE mínimo de 15%, de um rácio de eficiência inferior a 60%, de um rácio de solvabilidade confortavelmente acima dos mínimos regulamentares e de uma quota de mercado de 7% e de 5%, nos segmentos Retail e Empresas, respectivamente.

Em termos de desenvolvimento do negócio em 2010, o Banco apostou novamente no crescimento dos recursos no Retail e nas Empresas, sendo de realçar o sucesso das campanhas de contas de poupança, que tiveram lugar em Maio e em Junho, incluindo uma taxa promocional de 6,5% para novas aplicações até 200 mil zlotis. Uma segunda campanha foi lançada em Agosto e em Setembro com o principal objectivo de reter os níveis de recursos dos meses anteriores. No segundo trimestre de 2010, o Bank Millennium lançou um novo cartão de crédito Millennium Visa Impresja, orientado para o segmento feminino, sendo uma das maiores inovações do Banco nesta área até ao momento. A principal característica do cartão é uma devolução de 5% do montante facturado num conjunto de retalhistas e marcas de topo. A reacção do mercado em relação a este produto foi bastante positiva, tendo sido vendidos mais de 85 mil cartões em 2010, o qual foi distinguido como o mais inovador na categoria "Cartões Inovadores" na Publi-News Trophees.

O Banco devotou também particular atenção à recuperação da sua quota de mercado natural em crédito à habitação, graças a uma campanha de marketing efectiva suportada por uma marca polaca bem conhecida, ao ajustamento de várias características na oferta e à participação no programa subsidiado pelo Estado "Família em Casa". Contudo, a quota de mercado em 2010 situou-se em 9,3%, o que compara com 10,2% em 2009. Merece também salientar o lançamento da primeira conta corrente exclusivamente via Internet, que foi suportada por uma campanha baseada neste mesmo canal, desenhada para o efeito no Youtube. Por outro lado, em linha com a estratégia de enfoque no crédito a empresas através de produtos colateralizados, o Bank Millennium expandiu de forma significativa a sua actividade em *leasing* e em *factoring*.

Em 2010, e tendo presente o sucesso das campanhas implementadas, o Bank Millennium manteve uma posição de liderança no Retail, em particular em depósitos, crédito hipotecário e cartões, reforçando ainda o seu posicionamento competitivo noutros produtos destinados a particulares, como fundos de investimento e crédito ao consumo. Estas acções permitiram consolidar o número de Clientes em cerca de 1,1 milhões em 2010.

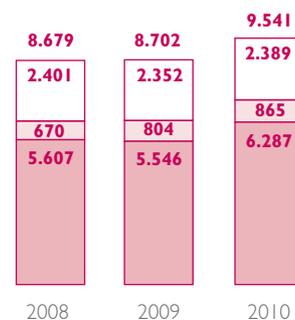
O resultado líquido aumentou expressivamente, neste último ano, de 0,3 milhões de euros para 81,3 milhões de euros, em virtude, essencialmente, do aumento significativo dos proveitos *core* (+49% face a 2009), da margem financeira (+69%) e das comissões líquidas (+24%) e da manutenção da política de contenção dos custos (+15% face a 2009, +6% excluindo efeito cambial). A melhoria dos resultados assentou numa gestão racional do *spread* dos depósitos a prazo, no impacto dos esforços, iniciados em 2009, para ajustar o *spread* dos empréstimos a empresas às actuais condições de mercado e no aumento significativo do rácio de *cross-selling*. Em termos de custos, destaque para a diminuição do custo do risco em comparação com 2009, essencialmente como resultado da manutenção de critérios conservadores de *underwriting* e da estabilização da qualidade da carteira de crédito.

Desta forma, a conjugação do crescimento significativo dos proveitos *core*, com o controlo dos custos operacionais e a redução do custo do risco, permitiram ao Bank Millennium melhorar consideravelmente todos os seus indicadores de rentabilidade. Apesar do impacto negativo na carteira de crédito da depreciação do zloti, o crescimento dos depósitos reflectiu-se na ligeira redução do rácio de transformação, que permaneceu em 99,5%, que compara com 100,4% em 2009.

CRÉDITO A CLIENTES (BRUTO)

Excluindo efeito cambial

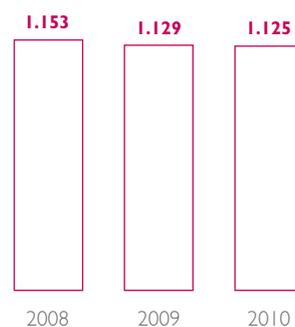
Milhões de euros



Crédito à habitação
 Crédito ao consumo
 Crédito a empresas

NÚMERO DE CLIENTES

Milhares



A gestão da base de capital é um desafio permanente na vida do Banco, com 2010 a não ser excepção. Assim, com o objectivo de obter uma estrutura de capital e de liquidez ainda mais sólida, cumprindo com todos os rácios de solvabilidade, foi concluído com sucesso, em Fevereiro de 2010, o aumento do capital, através da emissão de direitos do Bank Millennium em 1,1 mil milhões de zlotis (aproximadamente 259 milhões de euros), posicionando o Bank Millennium como um dos bancos mais capitalizados do sector bancário polaco. Adicionalmente, foram concretizados, durante 2010, dois acordos para a concessão de financiamento: um com o Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento (BERD) no montante de 35 milhões de euros e outro com o Banco Europeu de Investimento (BEI) no montante de 100 milhões de euros. Estas medidas, conjugadas com a análise detalhada dos activos ponderados pelo risco, a adopção de restrições significativas em relação à participação em transacções de crédito de grande dimensão, a redução dos requisitos de capital para riscos de mercado e a manutenção do valor da carteira de crédito, permitiram ao Bank Millennium aumentar o seu rácio de solvabilidade de 11,3%, no final de 2009, para 14,4%, no final de 2010, e o rácio de *Tier I* de 8,9% para 12,3%.

BANK MILLENNIUM – POLÓNIA

	Milhões de euros					
	'10	'09	'08	VAR. % '10/'09	'09	VAR. % '10/'09
					excluindo efeito cambial	
Activo total	11.820,0	10.942,6	11.341,0	8,0%	11.299,1	4,6%
Crédito a clientes (bruto)	9.541,1	8.427,7	8.305,6	13,2%	8.702,2	9,6%
Crédito a clientes (líquido)	9.242,4	8.158,1	8.125,2	13,3%	8.423,9	9,7%
Recursos de clientes	10.043,0	8.603,7	8.238,6	16,7%	8.884,0	13,0%
Dos quais: de Balanço	9.001,2	7.752,7	7.659,9	16,1%	8.005,3	12,4%
Fora de Balanço	1.041,8	850,9	578,7	22,4%	878,7	18,6%
Capitais próprios	1.029,2	679,1	677,7	51,6%	701,2	46,8%
Margem financeira	231,4	137,2	266,6	68,6%	149,3	55,0%
Outros proveitos operacionais	196,8	197,7	260,7	-0,4%	215,2	-8,5%
Custos operacionais	270,3	234,5	339,9	15,3%	255,2	5,9%
Imparidades e provisões	56,2	100,0	38,5	-43,8%	108,8	-48,4%
Resultado líquido	81,3	0,3	117,9	23.630,4%	0,4	21.704,7%
N.º de Clientes (milhares)	1.124,9	1.129,1	1.153,1	-0,4%		
Colaboradores (número)	6.135	6.245	7.049	-1,8%		
Sucursais	458	472	490	-3,0%		
Capitalização bolsista	1.495	993,1	588,8	50,6%	1.025	45,8%
% de capital detido	65,5%	65,5%	65,5%			

Fonte: Bank Millennium

Taxas de câmbio:

Balanço 1 euro =

Demonstração de Resultados 1 euro =

3,975

4,1045

4,1535

zlotis

4,0078625

4,36182083

3,50572917

zlotis

Em 2011, o Bank Millennium reforçará o enfoque na expansão da sua actividade, com vista a manter um crescimento dos proveitos *core* no Retail e nas Empresas e, simultaneamente, manter um controlo apertado sobre a base de custos e um perfil de risco conservador; tendo presente os objectivos estratégicos de médio prazo anunciados para 2012. A aceleração do processo de aquisição de novos Clientes será também uma das prioridades, tendo como base a vasta e moderna rede de sucursais do Banco, a sua completa oferta de produtos e serviços, a notoriedade da marca, a qualidade do serviço prestado e a eficácia das campanhas de marketing. Neste sentido, irá apostar no *cross-selling* de produtos e serviços, por forma a reforçar o relacionamento com a sua base actual de Clientes.

O rebalanceamento da carteira de crédito constitui também um importante objectivo para o Banco nos próximos tempos. Nesse sentido, o Bank Millennium tenciona aumentar significativamente a sua quota de mercado em crédito a empresas, em diferentes sectores, nomeadamente no segmento das PME, com particular ênfase em produtos *asset-backed*, tais como o *leasing* e o *factoring* e reduzir o peso dos empréstimos em moeda estrangeira no total da carteira actual, mantendo desta forma uma carteira bem diversificada e com risco moderado.

O controlo rigoroso dos custos e a manutenção de uma abordagem conservadora ao risco irão continuar a ser importantes vectores na actividade do Banco. Em relação à liquidez, o Banco irá manter o enfoque no crescimento equilibrado entre depósitos e crédito e, simultaneamente, continuar os esforços no sentido da diversificação das fontes de financiamento. O Bank Millennium continuará a assumir uma rigorosa disciplina de gestão do capital, procedendo à alocação de capital aos produtos e segmentos com maior potencial de retorno.

Grécia

O Millennium bank celebrou, em Setembro de 2010, o seu 10.º aniversário, inicialmente sob a marca Novabank e com 45 sucursais. A sua actividade ao longo desta década esteve centrada no retalho e numa estratégia de crescimento orgânico, assente na combinação da segmentação do mercado em quatro Áreas de Negócio: Banca de Retalho, Private Banking, Banca de Negócios, Corporate e Banca de Investimento, com a oferta de produtos inovadores, elevados níveis de serviço e recursos humanos altamente qualificados. O Millennium bank possuía, no final de 2010, uma rede com 155 sucursais, servindo 563 mil Clientes.

O ano de 2010 foi bastante difícil para o sector bancário grego, em virtude da grave crise económica e financeira que a República Helénica atravessa, a qual motivou a preparação de um Programa de Ajustamento Económico e a implementação de um conjunto alargado de medidas de consolidação orçamental, com amplo impacto na procura interna. O impacto ao nível do sector bancário grego manifestou-se, essencialmente, por via do aumento significativo dos custos de financiamento dos bancos e da deterioração da qualidade da carteira de crédito. Por forma a tentar minorar estes impactos na sua actividade, o Millennium bank implementou, em 2010, diversas medidas visando aumentar a captação de depósitos e de novos Clientes e o controlo rigoroso do incumprimento no crédito.

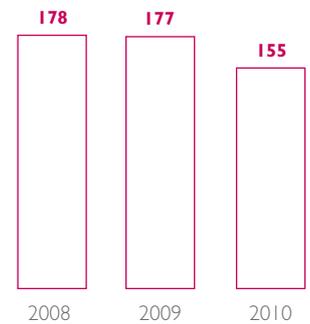
O último ano foi marcado por uma alteração do modelo de governo corporativo, com a separação das funções de Presidente do Conselho de Administração (*Chairman*) e de Presidente Executivo (CEO) e o estabelecimento de uma nova estrutura de gestão, por forma a permitir a implementação rápida e bem sucedida da nova agenda estratégica. O Banco prestou igualmente particular atenção ao reforço da gestão e controlo do risco, estabelecendo novas orientações estratégicas, cobrindo as áreas de identificação, aceitação, medida, monitorização, reporte e controlo de risco, por forma a fazer face aos impactos adversos resultantes da deterioração da envolvente económica.

A partir de Novembro de 2010, o Banco entrou numa nova etapa da sua vida, com a alteração do seu modelo de negócio, o qual passou a estar assente num único canal de distribuição, em resultado da unificação das Redes de Retalho, de Negócios e de Private Banking. Esta unificação permitiu criar economias de escala e obter diversas sinergias operacionais, com cada uma das 155 sucursais a passar a oferecer o mesmo serviço e a concentrar toda a relação com o Cliente.

Por forma a atingir os objectivos traçados, o Banco lançou várias campanhas, das quais se destaca o novo programa de ordenados ("Millennium Dimosiou") para funcionários públicos e pensionistas, um segmento da população particularmente afectado pela crise de risco de crédito soberano grego. Este programa compreende um depósito com uma taxa de juro de 2% para os primeiros 1.500 euros aplicados, uma facilidade de *overdraft* até um salário para um máximo de 1.500 euros e a isenção da comissão anual no cartão de crédito do Millennium bank. O lançamento deste programa foi suportado por uma campanha de elevada visibilidade, incluindo um sorteio de 1.000 euros para dez Clientes em cada mês, comunicado como uma forma de os Clientes recuperarem o montante perdido como resultado do corte nos salários na sequência das medidas de austeridade gregas.

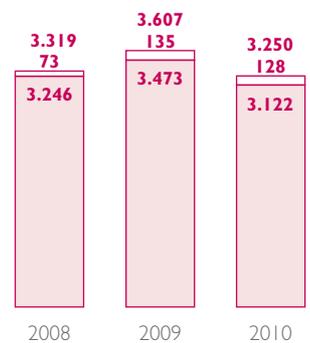
NÚMERO DE SUCURSAIS

Unidades



RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES (*)

Milhões de euros

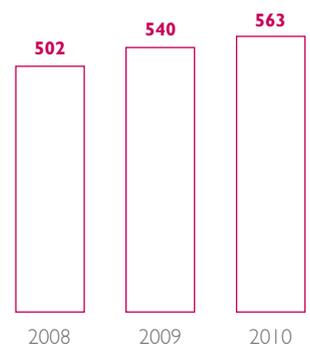


■ Balanço
■ Fora de Balanço

(*) Os valores apresentados excluem custódia de títulos

NÚMERO DE CLIENTES

Milhares



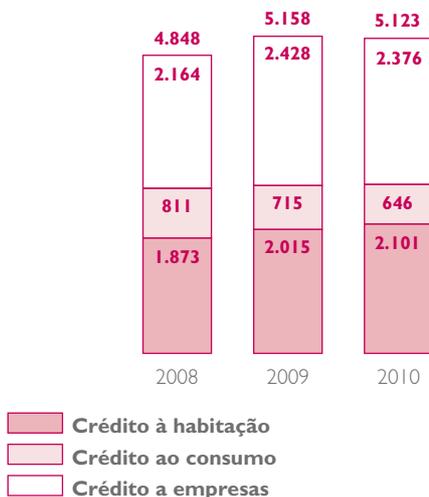
Inspirado pelo 10.º aniversário, o Millennium bank lançou ainda um novo depósito a dez meses com pagamento mensal de juros e uma taxa de juro preferencial que atinge 10% no 10.º mês. O produto foi publicitado, salientando e promovendo a associação ao número dez. Desde o seu lançamento, em 10 de Maio, o Banco conseguiu angariar cerca de 480 milhões de euros. O Millennium bank continuou a apostar num dos seus produtos mais bem sucedidos: o programa “Poupança para todos”, um plano de poupança que pagava uma taxa de juro de 2% desde que os Clientes se comprometessem a poupar um determinado montante mensalmente. A aquisição de Clientes foi também suportada pela promoção de um novo programa de seguro de saúde “Cuidado Privilegiado”, que proporciona acesso directo a aconselhamento médico 24 horas por dia, a possibilidade de assistência médica domiciliária de emergência e o transporte em ambulância por um preço competitivo.

O aumento da base de Clientes assentou na continuação da parceria com a subsidiária grega da empresa Ikea e da manutenção da aposta no cartão de crédito “Ikea”, que isenta de juros a aquisição de produtos a crédito. Saliente-se ainda que estas duas entidades promoveram diversas acções e campanhas visando a retenção de Clientes.

O Banco manteve a sua tradição de oferecer produtos inovadores como um dos factores de diferenciação no mercado. Na área de *bancassurance*, o Millennium bank promoveu, em 2010, o programa “Privileged Care – Cartão de Saúde”, o qual oferece uma vasta gama de serviços, que vão desde a prevenção, o diagnóstico e o tratamento, por apenas 10 euros/ano, até às visitas a casa por médicos de todas as especialidades a preços acessíveis. Promoveu ainda o seguro “Nova Protecção Doméstica”, destinado a Clientes que pretendam protecção para as suas casas a um custo bastante apelativo. O seguro “Protecção de Bens”, que fornece aos Clientes cobertura eficaz para qualquer possível perda ou roubo de cartões de crédito e/ou débito, bem como para os seus pertences pessoais, carteira, chaves, documentos, telefone, entre outros, representa um outro exemplo da inovação nos produtos que o Banco oferece.

CRÉDITO A CLIENTES (BRUTO)

Milhões de euros



Com o objectivo de melhorar os níveis de serviço e de satisfação dos Clientes, o Millennium bank implementou a primeira etapa do programa “Mille Desk”, que consiste numa nova aplicação informática com um maior número de funcionalidades comerciais e operacionais, destinada a melhorar e facilitar os processos de vendas nas sucursais e reduzir o tempo em tarefas administrativas. Ainda em termos de melhoria dos produtos e serviços prestados pelo Banco, o Millennium bank deu início ao processo de renovação e de *upgrade* dos cartões de débito, através da inclusão de *chips*, por forma a reduzir os riscos de fraude e aumentar a segurança nas transacções realizadas.

No final de 2010, mesmo tendo em conta as iniciativas implementadas durante o ano, o efeito da crise económica teve impacto desfavorável no decréscimo dos recursos de clientes, que passaram de 3.607,4 milhões de euros, no final de 2009, para 3.250,4 milhões de euros, no final de 2010. Mesmo num enquadramento desfavorável, o Millennium bank manteve o seu apoio à economia grega, como ilustra a manutenção dos níveis de crédito a clientes (bruto), que passou de 5.157,5 milhões de euros, no final de 2009, para 5.123,2 para milhões de euros, no final de 2010. O resultado líquido, fruto, essencialmente, da adversa situação económica do país passou, neste último ano, de 9,0 milhões de euros para -16,0 milhões de euros.

A exemplo do ocorrido nos anos anteriores, a ênfase do Millennium bank na qualidade de serviço reflectiu-se na obtenção de elevados níveis de satisfação por parte dos Clientes e na distinção com vários prémios por parte de várias instituições de renome. O Millennium bank voltou a ser premiado, pelo terceiro ano consecutivo, pelo Deutsche Bank com o prémio "2009 EUR Straight – Through Processing Excellence Award", que reconheceu, mais uma vez, o excepcional serviço no processamento de transferências em euros para todo o mundo.

MILLENNIUM BANK – GRÉCIA

	Milhões de euros			
	'10	'09	'08	VAR. % '10/'09
Activo total	6.858,3	6.669,1	6.104,0	2,8%
Crédito a clientes (bruto)	5.123,2	5.157,5	4.848,0	-0,7%
Crédito a clientes (líquido)	4.996,8	5.083,2	4.793,7	-1,7%
Recursos de clientes	3.250,4	3.607,4	3.318,8	-9,9%
Dos quais: de Balanço	3.122,4	3.472,6	3.246,4	-10,1%
Fora de Balanço (*)	128,0	134,8	72,5	-5,0%
Capitais próprios	372,3	388,5	314,1	-4,2%
Margem financeira	127,5	124,7	126,0	2,2%
Outros proveitos operacionais	32,5	45,1	41,8	-27,9%
Custos operacionais	124,1	125,8	126,3	-1,3%
Imparidades e provisões	57,3	24,7	16,7	131,9%
Resultado líquido	-16,0	9,0	15,1	-277,2%
N.º de Clientes (milhares)	563,2	540,4	502,1	4,2%
Colaboradores (número)	1.470	1.527	1.554	-3,7%
Sucursais	155	177	178	-12,4%
% de capital detido	100,0%	100,0%	100,0%	

(*) Os valores apresentados excluem custódia de títulos.

Em 2011, o Millennium bank manterá as linhas de orientação iniciadas em 2010, com enfoque: i) na captação e no aumento da quota de mercado em depósitos, ii) na salvaguarda da qualidade da carteira de crédito e iii) na melhoria da eficiência, nomeadamente através da continuação da implementação do novo modelo de canal de distribuição unificado e na redução dos custos operacionais.

Suíça

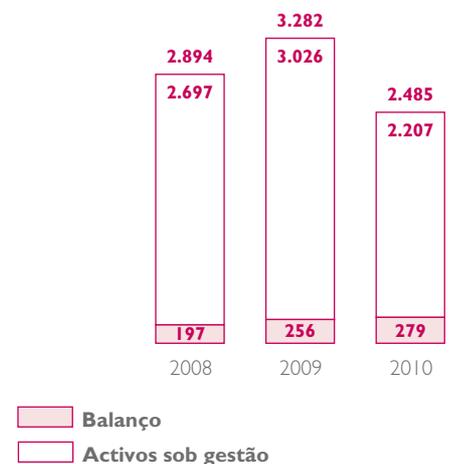
A Banque Privée BCP, constituída na Suíça em 2003, é uma plataforma de *private banking* que presta serviço a Clientes do Grupo de elevado património.

A difícil conjuntura macroeconómica vivida, em 2010, nos principais mercados estratégicos deu origem à diminuição dos activos sob gestão da Banque Privée BCP, que passaram de 2.550,6 milhões de euros, no final de 2009, para 2.206,6 milhões de euros, no final de 2010. No entanto, considera-se este facto como uma contrariedade temporária, dado que, mesmo neste contexto, o Banque Privée BCP prosseguiu as suas actividades de marketing nos principais mercados, tendo obtido um crescimento na base de Clientes, mercados e segmentos em que o Banco está cada vez mais bem posicionado para servir os seus Clientes nos próximos anos.

Importa realçar que numa conjuntura económica adversa, em que se assistiu à diminuição da base de activos dos Clientes portugueses, à adopção de uma estratégia de desalavancagem junto dos Clientes e à apreciação do franco suíço, a Banque Privée BCP registou, ainda assim, um aumento dos proveitos operacionais, em 2010, de 24,0 milhões de euros para 28,6 milhões de euros, assente no aumento da margem financeira e das comissões. No entanto, esta melhoria foi insuficiente para contrabalançar o efeito desfavorável resultante do aumento das provisões e imparidades, levando os resultados líquidos a diminuírem de 7,8 milhões de euros, em 2009, para 4,2 milhões de euros, em 2010.

RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES

Excluindo efeitos cambiais
Milhões de euros



BANQUE PRIVÉE BCP – SUÍÇA

Milhões de euros

	'10	'09	'08	VAR. % '10/'09	'09	VAR. % '10/'09
	excluindo efeito cambial					
Activo total	744,7	880,1	872,1	-15,4%	1.044,3	-28,7%
Crédito a clientes (bruto)	602,3	752,4	753,8	-19,9%	892,7	-32,5%
Crédito a clientes (líquido)	568,4	723,7	723,0	-21,5%	858,7	-33,8%
Recursos de clientes	2.485,4	2.766,0	2.436,7	-10,1%	3.281,8	-24,3%
Dos quais: de Balanço	278,7	215,4	165,9	29,4%	255,6	9,1%
Activos sob gestão	2.206,6	2.550,6	2.270,9	-13,5%	3.026,3	-27,1%
Capitais próprios	103,4	83,2	42,3	24,2%	98,8	4,7%
Margem financeira	8,5	7,0	7,6	21,8%	7,6	11,4%
Outros proveitos operacionais	20,1	17,0	12,0	18,1%	18,6	8,0%
Custos operacionais	18,1	15,1	14,5	19,9%	16,5	9,7%
Imparidades e provisões	4,9	-1,4	45,2	445,0%	-1,6	415,6%
Resultado líquido	4,2	7,8	-30,4	-46,1%	8,6	-50,7%
N.º de Clientes (milhares)	1,9	2,1	1,8	-9,8%		
Colaboradores (número)	71	65	66	9,2%		
Sucursais (número)	1	1	1	0,0%		
% de capital detido	100,0%	100,0%	100,0%			

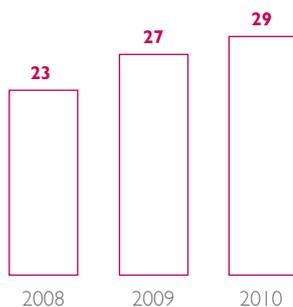
Taxas de câmbio:

Balanço 1 euro =	1,2504	1,4836	1,485	franco suíço
Demonstração de Resultados 1 euro =	1,37895	1,50777917	1,5836375	franco suíço

Para 2011, a estratégia passa pela manutenção de regras de *compliance* rigorosas, no controlo de custos, no aumento da eficiência organizacional e no enfoque na constante melhoria de soluções de gestão de investimentos, por forma a aumentar a proximidade aos Clientes e a presença do Banque Privée BCP nos mercados onde actua, sem nunca descurar a carteira de Clientes portugueses.

NÚMERO DE CLIENTES

Milhares



Roménia

O Millennium bank, operação *greenfield* lançada na Roménia em Outubro de 2007, é um banco de âmbito nacional que oferece um vasto leque de produtos e serviços financeiros inovadores a Particulares e Empresas, encontrando-se alavancado numa rede de 74 sucursais de Retail, que cobre as principais cidades romenas. O Banco espera alcançar o *breakeven* em 2013. Num mercado bastante fragmentado, com mais de 40 instituições, o Millennium bank é já, após três anos de actividade, o 23.º banco no *ranking* em termos do total de activos, segundo os dados disponibilizados, em Setembro, pelo Banco Nacional da Roménia.

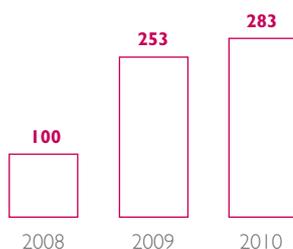
A envolvente macroeconómica adversa continuou a condicionar a actividade do sistema bancário romeno, com impacto ao nível da desaceleração do crédito a clientes, do aumento significativo do crédito com incumprimento, da escassez de liquidez, levando à implementação de políticas de gestão mais conservadoras e rigorosas.

Neste cenário, o Millennium bank prosseguiu a sua estratégia, implementada em 2009, tendo como objectivo a melhoria dos resultados, com base num nível mais elevado de eficiência em termos de custos, numa melhor alocação de recursos e numa gestão de risco e de capital mais rigorosa. O Millennium bank manteve, assim, o enfoque nos proveitos *core*, que revelam uma melhoria em termos homólogos, como resultado de uma política selectiva em termos de concessão de crédito e na adopção de uma política de contenção de custos, visando a melhoria da eficiência do Banco. O Millennium bank está confiante no fortalecimento da sua posição no mercado, o qual, seguindo a tendência de outros mercados europeus, será alvo de uma maior regulamentação e controlo.

RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES (*)

Excluindo efeito cambial

Milhões de euros



(*) Inclui apenas recursos de balanço.

Com o objectivo de materializar a sua estratégia, o Millennium bank enfocou-se também no desenvolvimento de novas abordagens no relacionamento com os seus Clientes, alargando a oferta com produtos como contas ordenado, depósitos com juros constantes e crescentes, contas para empreendedores, por forma a aumentar a sua posição em termos de recursos. De acordo com a última informação disponível (Outubro de 2010), a quota de mercado em depósitos de particulares ascidia a cerca de 1,0% e em depósitos a empresas a 0,5%. Realce ainda para o início da oferta, no final de 2010, de serviços e produtos de gestão de património, que se espera vir a ter impacto relevante nos proveitos do Banco a curto prazo.

Tendo presente a actual conjuntura económica, o Banco adoptou uma política bastante rigorosa e criteriosa na concessão de crédito, tendo em vista a melhoria da qualidade da sua carteira, enfocando no crédito habitação, onde a quota de mercado, no período referido anteriormente, ascidia já a mais de 1% num segmento de mercado bastante competitivo.

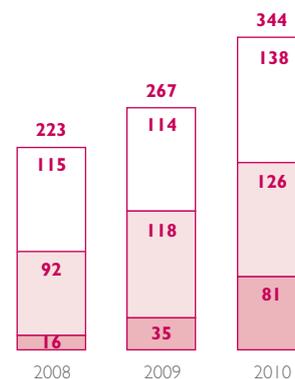
O Millennium bank registou um resultado negativo de 23,6 milhões de euros em 2010, o que compara favoravelmente com os 38,0 milhões de euros registados em 2009, principalmente devido à boa *performance* da margem financeira e das comissões, bem como à redução do custo do risco.

As perspectivas do Millennium bank para 2011 consistem na consolidação da sua posição num mercado bastante fragmentado e competitivo, no aproveitamento da esperada melhoria das condições económicas do país, no acréscimo da quota de mercado do Banco através da captação de novos Clientes e no aumento do *cross-selling* em produtos de valor acrescentado. Assim, as linhas orientadoras para 2011 assentam na continuação do plano estratégico iniciado em 2009, com enfoque: i) na melhoria da rendibilidade da sua rede de distribuição, via aumento da base de Clientes, sustentado num serviço inovador e diferenciador; com o crédito hipotecário a servir de âncora na retenção de Clientes; ii) na aposta no segmento das PME; iii) no aumento da eficiência com a implementação de políticas específicas de redução e de controlo de custos e iv) na gestão de risco e de capital mais conservadora, designadamente ao nível dos procedimentos de aprovação e recuperação de crédito.

CRÉDITO A CLIENTES (BRUTO)

Excluindo efeito cambial

Milhões de euros



■ Crédito à habitação
■ Crédito ao consumo
■ Crédito a empresas

MILLENNIUM BANK – ROMÉLIA (*)

Milhões de euros

	'10	'09	'08	VAR. % '10/'09	'09	VAR. % '10/'09
	excluindo efeito cambial					
Activo total	521,1	472,0	310,4	10,4%	469,2	11,1%
Crédito a clientes (bruto)	344,1	268,2	236,2	28,3%	266,5	29,1%
Crédito a clientes (líquido)	304,4	242,9	225,3	25,3%	241,5	26,1%
Recursos de clientes	282,5	254,5	105,4	11,0%	252,9	11,7%
Dos quais: de Balanço	282,5	254,5	105,4	11,0%	252,9	11,7%
Capitais próprios	80,8	58,9	32,5	37,3%	58,5	38,1%
Margem financeira	16,8	5,9	3,4	185,0%	5,9	182,7%
Outros proveitos operacionais	9,9	16,9	10,0	-41,7%	17,1	-42,2%
Custos operacionais	40,7	41,4	41,7	-1,6%	41,7	-2,4%
Imparidades e provisões	13,7	16,6	10,7	-17,5%	16,7	-18,2%
Resultado líquido	-23,6	-38,0	-32,9	37,9%	-38,3	38,4%
N.º de Clientes (milhares)	29,3	27,1	22,7	8,1%		
Colaboradores (número)	731	700	691	4,4%		
Sucursais (número)	74	74	65	0,0%		
% de capital detido	100,0%	100,0%	100,0%			

* O Banco iniciou operações em 11 de Outubro de 2007. Valores incluem Banca Millennium (Roménia) e Banpor Consulting (Roménia).

Taxas de câmbio:

Balanço 1 euro = 4,262 4,2363 4,0225 novos leus romenos

Demonstração de Resultados 1 euro = 4,21037083 4,24474583 3,68775417 novos leus romenos

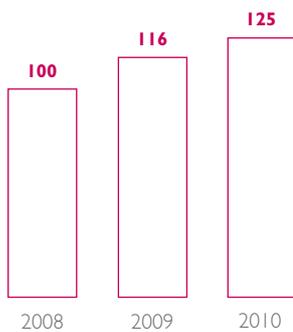
Turquia

No âmbito da análise efectuada à carteira de operações internacionais, e tendo presente a estratégia de enfoque nos mercados prioritários, o BCP procedeu à alienação de 95% do capital social do Millennium Bank A.S., na Turquia, à instituição financeira Credit Europe Bank, N.V., entidade detida pelo grupo financeiro FIBA Holding, A.S., pelo preço global ajustado de 58,9 milhões de euros.

Em resultado desta transacção, o BCP manteve uma participação de 5% na sociedade, tendo estabelecido com o comprador um mecanismo de opções de compra e de venda prevendo a possibilidade de alienação do remanescente da sua participação por preço por acção não inferior ao agora recebido. Esta transacção gerou uma mais-valia, antes de dedução de impostos, de 1,2 milhões de euros e teve um impacto positivo de 5 pontos base no rácio de capital *Tier I* do BCP.

NÚMERO DE SUCURSAIS

Unidades

**OUTRAS OPERAÇÕES INTERNACIONAIS****Moçambique**

O Millennium bim, que celebrou o seu 15.º aniversário em 2010, é o maior banco em Moçambique, com 125 sucursais, oferecendo uma gama completa de produtos e serviços financeiros, incluindo seguros. O Millennium bim está fortemente empenhado em contribuir para o desenvolvimento da economia e do sistema financeiro de Moçambique, reforçando e desenvolvendo o seu tecido empresarial e ajudando a melhorar as condições de vida das populações, não só através da intervenção em acções de responsabilidade social, mas também pela oferta de produtos e serviços bancários inovadores e que contribuam para a satisfação das necessidades financeiras dos moçambicanos.

As linhas estratégicas definidas para 2010 passaram pela manutenção da cultura de qualidade dos serviços prestados e num compromisso continuado com a inovação, procurando simultaneamente promover a expansão da base de Clientes, maximizando a rentabilidade e intensificando o *cross-selling*. Continuou a ser prestada atenção especial ao reforço da capacidade comercial, à segmentação do negócio, à expansão da banca electrónica e ao programa de expansão da rede de sucursais. Em paralelo, tem vindo a ser mantido o rigor no cumprimento das questões de *compliance* e na gestão dos riscos.

O sector financeiro moçambicano viveu, em 2010, em particular durante o segundo semestre, dificuldades de liquidez, com impacto negativo nos custos de financiamento. Para fazer face a estes condicionalismos, o Banco tomou diversas iniciativas, das quais se destacam a concretização de uma emissão de obrigações a cinco anos no montante de 20 milhões de euros e a adopção de uma política de protecção da margem financeira através do *repricing* da carteira de crédito, privilegiando, no novo crédito, a originação de operações de crédito de curto prazo e de bom nível de risco.

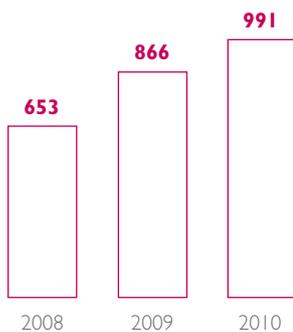
A posição de liderança mantida pelo Millennium bim, com uma quota de mercado entre 34% e 39%, em recursos e crédito, resulta da sua capacidade de inovação e da diversificação da sua oferta de produtos e serviços dirigida aos segmentos Corporate e Retail.

O ano de 2010 foi fortemente orientado para a captação de recursos, tendo sido lançadas diversas campanhas, com destaque para o “Depósito Poupa Mais”, que consiste numa aplicação financeira a 365 dias, com montante mínimo de constituição acessível e taxas atractivas por escalão de montante; o “DP 15 anos”, produto comemorativo dos 15 anos do Millennium bim, que compreendia uma aplicação financeira a 365 dias, com taxas de juro mensais pré-definidas e constantes e uma taxa de juro no mês de Novembro de 15%; e o “DP Especial”, que consistia numa aplicação financeira, com taxas atractivas por escalão e várias opções de montante e prazo de constituição.

RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES (*)

Excluindo efeito cambial

Milhões de euros



(*) Inclui apenas Recursos de balanço.

O Millennium bim continuou a apostar na inovação na resposta às necessidades financeiras dos Clientes, que serve de forma segmentada, procurando corresponder às suas expectativas e exigências. Ao nível de cartões de crédito, foram lançadas as campanhas "Venha comigo ao Rock in Rio e Mundial". Foi lançada também a campanha institucional "Nascemos para todos", com o objectivo de reforçar o posicionamento do Millennium bim enquanto "Banco de todos e para todos". Estas campanhas estão alinhadas com os objectivos estratégicos definidos para 2010 de concentração na captação e retenção de recursos e no reforço do aumento das transacções com cartões de crédito e em POS. As iniciativas visaram aumentar e melhorar a oferta de produtos e serviços, por forma a satisfazer as crescentes e, cada vez mais exigentes, necessidades dos Clientes, não descurando o reforço da rentabilidade do Banco.

Em termos de crédito, destaque para a comercialização dos seguintes produtos: o "Crédito Universitário", dirigido aos estudantes universitários que pretendem fazer uma licenciatura ou pós-graduação, com taxas de juro atractivas/bonificadas, carência de pagamento de capital e prazos prolongados para reembolso; a "Nova Linha de Crédito Agrícola", que consiste numa linha de crédito destinada a financiar particulares, empresas e ENI ligados ao sector agrícola das províncias de Maputo e Gaza; e a "Campanha de Crédito Documentário para Importação (CDI)", com um preçário reduzido para operações contratadas até ao final de Dezembro.

As acções impulsionadas em 2009 ao nível da formação mantiveram-se em 2010, tendo como enfoque estratégico a melhoria das competências dos Colaboradores e da qualidade de serviço do Banco, por forma a servir melhor os seus Clientes. Saliente-se ainda o facto do mercado voltar a reconhecer e premiar a proposta de valor apresentada pelo Millennium bim, através da adesão e da confiança nos seus produtos e serviços, comprovada pelo aumento da base de Clientes, que ultrapassou os 860 mil, o que representa um acréscimo de 22% face a 2009.

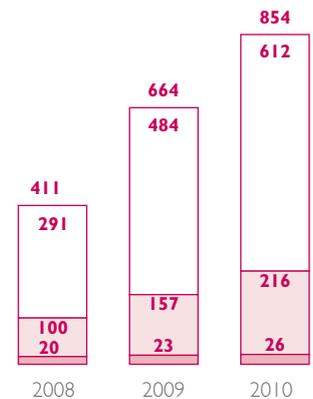
Destaque ainda para o reconhecimento nacional e internacional obtido pelo Millennium bim, o qual obteve o maior número de distinções e prémios recebidos em 2010 no sector financeiro, nomeadamente os prémios de "Corporate Social Responsibility" pela publicação Emeafinance, no âmbito do "African Banking Achievement Awards", de "Melhor Marca da Banca", estudo promovido pela multinacional GFK, de "Melhor Banco de Moçambique", atribuído por duas instituições de renome – Global Finance e Emeafinance – e o reconhecimento de ser "Um dos 5 Melhores Bancos Nacionais de África" pela IC Publications.

O resultado líquido consolidado atingiu, no final de 2010, 52,8 milhões de euros, o que representa um crescimento de 1,4% face a 2009, mesmo tendo em consideração a desvalorização do metical face ao euro. Os proveitos core mantiveram a tendência de crescimentos dos últimos anos, com a margem financeira a aumentar 13,8% e o produto bancário 11,9% em 2010. A rentabilidade dos capitais próprios situou-se em 32,3%, o que compara com 35,6% em 2009, sendo a instituição financeira mais sólida do mercado, com uma estrutura de capitais próprios robusta e um rácio de solvabilidade confortável, o qual ascende a 15,5%. Não obstante o impacto do programa de expansão da rede de sucursais e a conjuntura macroeconómica adversa, que têm pressionado os custos e a margem financeira, o rácio de eficiência manteve-se em nível inferior ao atingido em 2009, situando-se no final de 2010 em 43% (44% em 2009).

Estes indicadores evidenciam o sucesso da estratégia do Millennium bim, orientada para a captação de recursos, bem como a gestão criteriosa, com particular enfoque nas boas práticas de governo corporativo e a adesão às Normas Internacionais de Reporte Financeiro e foram alguns dos factores motivadores da estabilidade financeira alcançada pelo Banco, não obstante a crise mundial vivida. A proposta de valor Millennium bim, assente na elevada qualidade e inovação dos seus produtos e serviços é, sem dúvida, um dos principais factores de diferenciação entre os seus pares no mercado.

CRÉDITO A CLIENTES (BRUTO)

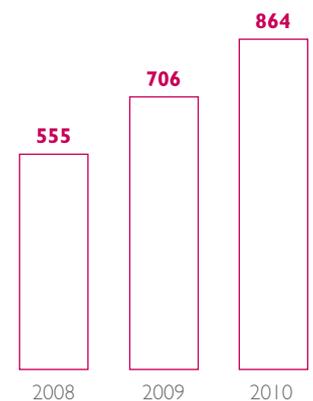
Excluindo efeito cambial
Milhões de euros



■ Crédito à habitação
■ Crédito ao consumo
■ Crédito a empresas

NÚMERO DE CLIENTES

Milhares



A subsidiária do Millennium bim, Millennium seguros, manteve a sua posição de liderança no mercado de seguros, registando um crescimento nos proveitos de 4,3%. O resultado líquido situou-se em 5,5 milhões de euros, o que representa um aumento de 1,2%.

MILLENNIUM BIM – MOÇAMBIQUE

Milhões de euros

	'10	'09	'08	VAR. % '10/'09	'09	VAR. % '10/'09
					excluindo efeito cambial	
Activo total	1.292,6	1.205,2	1.042,4	7,3%	1.138,5	13,5%
Crédito a clientes (bruto)	853,6	703,1	506,3	21,4%	664,2	28,5%
Crédito a clientes (líquido)	807,8	673,2	484,1	20,0%	636,0	27,0%
Recursos de clientes	990,8	916,1	804,2	8,2%	865,5	14,5%
Dos quais: de Balanço	990,8	916,1	804,2	8,2%	865,5	14,5%
Capitais próprios	194,8	159,1	143,5	22,5%	150,3	29,6%
Margem financeira	95,6	84,1	78,1	13,8%	71,0	34,7%
Outros proveitos operacionais	55,8	51,3	41,8	8,8%	43,4	28,8%
Custos operacionais	65,1	59,6	54,3	9,3%	50,3	29,4%
Imparidades e provisões	21,2	11,6	2,5	82,1%	9,8	115,6%
Resultado líquido	52,8	52,0	51,5	1,4%	43,9	20,1%
N.º de Clientes (milhares)	863,6	706,4	554,9	22,2%		
Colaboradores (número)	2.088	1.936	1.762	7,9%		
Sucursais	125	116	100	7,8%		
% de capital detido	66,7%	66,7%	66,7%			

Taxas de câmbio:

Balanço 1 euro =	43,305	40,91	35,155	meticais
Demonstração de Resultados 1 euro =	45,63333333	38,545	35,77020833	meticais

O Millennium bim, desde a sua fundação, assumiu a função social como uma componente fundamental da sua missão, o que se vem traduzindo na valorização dos seus Colaboradores e no exercício da sua responsabilidade social perante a comunidade na qual se insere e de que faz parte. Razão pela qual, para além do cumprimento dos códigos de conduta interna, o Millennium bim se comprometeu a cumprir e divulgar os princípios do Pacto Global das Nações Unidas, desde 2003, e do FEMA – Fórum Empresarial para o Meio Ambiente, adoptando, como tal, as melhores práticas e directrizes internacionais de boa governação, responsabilidade social corporativa e ambiental.

Para tal, nas decisões que toma, tem sempre como princípio o respeito pelos direitos humanos, o investimento na valorização pessoal, a protecção do ambiente, o combate à corrupção, o cumprimento das normas sociais e o respeito pelos valores e pelos princípios éticos da sociedade em que se insere. O objectivo do Banco é o de potenciar o papel do Millennium bim no domínio da acção social através do seu programa de Responsabilidade Social "Mais Moçambique pra Mim", focalizando-se naquilo que é realmente importante e onde poderá fazer a diferença, tendo também levado a cabo várias acções no âmbito do programa, tendo em vista a diminuição das desigualdades sociais do país.

Para 2011, o Millennium bim prosseguirá as principais linhas estratégicas anteriormente enunciadas, com um maior enfoque na defesa da sua quota de mercado, assente numa procura constante de melhoria de qualidade de serviço e de rentabilidade, consubstanciada numa gestão de risco prudente e na optimização do desempenho operacional.

Angola

O Banco Millennium Angola, S.A. (BMA), constituído em 3 de Abril de 2006, por transformação da sucursal local em banco de direito angolano, tem por missão contribuir para a modernização e desenvolvimento do sistema financeiro em Angola. O BMA pretende assumir um papel chave no aumento do nível de bancarização da população angolana, mediante a comercialização de produtos e serviços financeiros inovadores e personalizados, concebidos para manter elevados níveis de satisfação, fidelização e envolvimento da base de Clientes, oferecendo ao mercado padrões de qualidade e de especialização superiores. A aposta estratégica no desenvolvimento do sistema financeiro angolano concretiza-se, ainda, através do investimento, da criação de emprego, da aposta na qualificação das pessoas e da transferência de *know-how*.

Com a aspiração de se tornar num dos bancos de referência no mercado angolano, o BMA assumiu, em 2010, uma agenda estratégica assente em cinco pilares: i) Desenvolvimento do Negócio; ii) Expansão da Rede de Retalho; iii) Recrutamento e Formação; iv) Gestão do Risco e v) *Performance*.

A execução do plano de expansão da rede comercial pautou-se pela abertura de 16 novas sucursais, permitindo encerrar o ano com um total de 39 sucursais, em 12 das 18 províncias de Angola, e 714 Colaboradores (+43% face a 2009). O reforço dos programas de recrutamento e formação (inicial e continuada) de quadros angolanos continua a ser um factor crítico para o desenvolvimento sustentável e eficiente do Banco. De referir que, em 2010, foram promovidas mais de 100 formações, correspondendo a um total de 2.165 horas.

O Banco detinha, em 2010, um total de 80,6 mil Clientes activos, representando um crescimento de 142% face ao período homólogo do ano anterior; tendo sido captados cerca de 47,4 mil novos Clientes, que comparam com os 16,7 mil novos Clientes captados em 2009.

Várias iniciativas inovadoras foram lançadas e implementadas durante 2010 com o intuito de cumprir com a sua agenda estratégica. Realce para o facto de o Banco ter sido pioneiro com a abertura de 21 das suas sucursais aos sábados, adicionando assim um dia útil à semana de prestação de serviço bancário. De referir também que o serviço de transferências rápidas Western Union passou a estar disponível em todas as sucursais para os Clientes e não clientes do Banco.

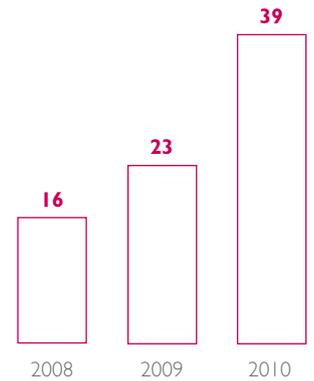
A nível de marketing e produtos, o Banco adicionou à sua oferta o "Cartão Cacau", um serviço inovador que permite às empresas a atribuição aos seus colaboradores de um cartão pré-pago, não sendo necessário que os mesmos sejam Clientes Millennium; o "Programa Vantagem Visa", o único cartão de crédito angolano que permite aos seus titulares usufruírem de descontos em estabelecimentos comerciais seleccionados para o efeito; e o "Plano Poupança Família", um produto de incentivo à poupança das famílias angolanas. Do lado do crédito, foram lançados os produtos "Vantagem Salário" e "Vantagem PME", respectivamente para particulares e empresas, um serviço inovador que permite a antecipação de receitas mensais. No que respeita a meios de pagamento, foi introduzido o "Cartão de Débito não Personalizado", com entrega imediata ao Cliente no acto de abertura de conta.

De salientar que, no final do terceiro trimestre do ano, foi inaugurado o novo Centro de Processamento de Dados, o qual passou a apoiar todas as operações do Banco. Esta nova infra-estrutura informática veio responder com maior eficácia às necessidades do BMA, com impactos positivos nos procedimentos internos e na oferta de produtos e serviços, dando assim um passo decisivo na consolidação do serviço de qualidade prestado ao Cliente.

O ano de 2010 foi também particularmente positivo para o BMA pelos três prémios atribuídos, como reconhecimento do esforço e dedicação no seu processo de implantação em Angola. Foi considerado "Marca de

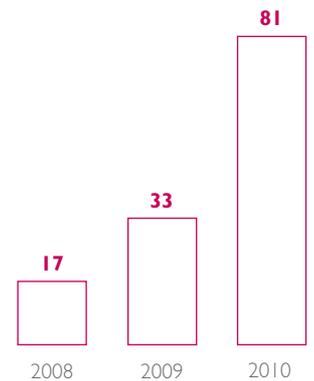
NÚMERO DE SUCURSAIS

Unidades



NÚMERO DE CLIENTES

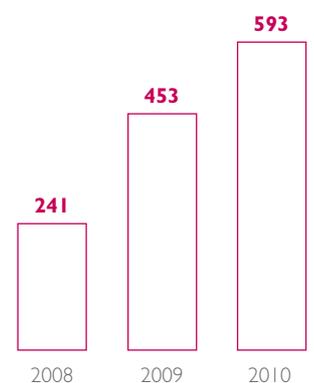
Milhares



RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES (*)

Excluindo efeito cambial

Milhões de euros



(*) Inclui apenas Recursos de balanço.

Excelência 2009/10" pela organização internacional Superbrands, o "Melhor Banco Estrangeiro em Angola 2010" pela revista Emeafinance e "Bank of the Year – Angola 2010" pela revista The Banker.

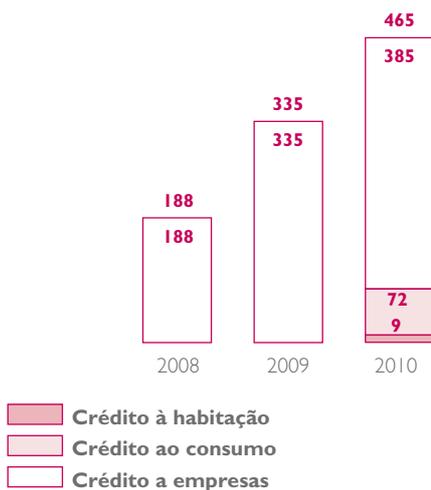
Na área de comunicação, é de destacar o início da associação da marca "Millennium Angola" com a conceituada cantora Yola Semedo, o que permitiu aumentar a visibilidade da marca junto da população angolana e contribuir para a captação de novos Clientes. Também a realização dos "Almoços Millennium", iniciativas regulares do Banco com o objectivo de reunir vários intervenientes da economia nacional e abordar assuntos relevantes para o país, vieram reforçar a aproximação do Banco à comunidade empresarial angolana.

A Academia Millennium Atlântico, um projecto pioneiro em Angola em parceria com a Sonangol e o Banco Privado Atlântico, foi apresentada publicamente em Julho e visa ministrar formação de elevada qualidade para responder às necessidades do mercado empresarial angolano, nomeadamente na área financeira, banca e seguros. O projecto pretende, assim, formar cerca de 10 mil angolanos até 2015.

CRÉDITO A CLIENTES (BRUTO)

Excluindo efeito cambial

Milhões de euros



A nível de controlo e informação de gestão, é de destacar a implementação do sistema de análise de rentabilidade no Millennium Angola e a sua entrada em funcionamento em Janeiro de 2011.

O ano de 2010 foi positivo a todos os níveis. A actividade cresceu de forma rentável, tendo sido canalizados todos os esforços no sentido de garantir uma cultura de rigor e uma orientação permanente para os resultados, assentes em planos de acção sustentados, numa gestão adequada do risco, custos e investimentos e na melhoria da eficiência operacional.

O BMA atingiu um resultado líquido de 23,6 milhões de euros, registando um crescimento de 61,4% face ao período homólogo do ano anterior; com uma forte melhoria da rentabilidade dos capitais próprios, que se situou nos 18,6% (13,2% em 2009). Não obstante o Banco se encontrar numa fase de expansão da sua rede comercial, verificou-se uma melhoria do rácio de eficiência, que, em 2010, se situou em 55% (68% em 2009). Este crescimento resultou da evolução positiva do produto bancário, que aumentou 58% para um valor de 94 milhões de euros, que superou o crescimento de 26% dos custos operacionais. É de destacar o forte contributo da margem financeira e dos resultados provenientes de operações cambiais para o crescimento do produto bancário, os quais aumentaram, respectivamente, 91% e 28%. De salientar ainda que, em 2010, o Banco atingiu a terceira posição em termos de *ranking* de compra de dólares junto do Banco Nacional de Angola, com uma quota de 10%.

MILLENNIUM ANGOLA (*)

Milhões de euros

	'10	'09	'08	VAR. % '10/'09	'09	VAR. % '10/'09
					excluindo efeito cambial	
Activo total	1.012,0	746,2	459,3	35,6%	787,8	28,5%
Crédito a clientes (bruto)	465,2	317,3	218,7	46,6%	335,0	38,9%
Crédito a clientes (líquido)	447,3	310,0	212,6	44,3%	327,2	36,7%
Recursos de clientes	593,3	428,9	279,4	38,3%	452,8	31,0%
Dos quais: de Balanço	593,3	428,9	279,4	38,3%	452,8	31,0%
Capitais próprios	140,1	110,2	43,3	27,1%	116,4	20,4%
Margem financeira	51,0	26,7	12,6	90,7%	24,1	111,9%
Outros proveitos operacionais	42,8	32,5	11,4	31,6%	29,3	46,2%
Custos operacionais	51,3	40,6	17,2	26,4%	36,5	40,5%
Imparidades e provisões	14,1	5,0	2,9	180,6%	4,5	211,8%
Resultado líquido	23,6	14,6	4,4	61,4%	13,1	79,4%
N.º de Clientes (milhares)	80,6	33,3	16,6	142,3%		
Colaboradores (número)	714	499	311	43,1%		
Sucursais	39	23	16	69,6%		
% de capital detido	52,7%	52,7%	100,0%			

(*) Em Fevereiro de 2009 ocorreu a entrada de novos Accionistas (Sonangol, E.P. e Banco Privado Atlântico, S.A.) no capital social do Banco Millennium Angola, com uma participação de 47,3%.

Taxas de câmbio:

Balanço 1 euro =	121,6	128,38	104,69	kwanzas
Demonstração de Resultados 1 euro =	122,23	109,98629167	110,64008333	kwanzas

O ano de 2010 fica igualmente marcado pela evolução positiva dos volumes de crédito e de recursos de clientes, cujo aumento correspondeu a 46,6% e 38,3%, respectivamente. O activo total do Banco atingiu 1.012 milhões de euros, que representa um crescimento de 35,6% face a 2009. De referir ainda que a carteira de títulos ascendeu a 257 milhões de euros, representando aproximadamente 25% do activo.

As iniciativas estratégicas para os próximos anos continuam a passar pelo crescimento do negócio, assente na execução do plano de expansão com a abertura de novas sucursais, no aumento da base de Clientes e da captação de recursos de balanço em cada um dos segmentos de negócio, pelo reforço dos programas de recrutamento e formação de quadros angolanos, pela aposta contínua na implementação de processos de gestão e monitorização do risco, bem como no investimento permanente em tecnologias e sistemas de informação.

Macau

O Millennium bcp inaugurou, em 2010, a sua primeira sucursal em Macau com licença plena (*on-shore*), visando o estabelecimento de uma plataforma internacional de negócios entre a China/Macau, África lusófona e Europa. Esta alteração, de agência *off-shore* para *on-shore*, permitirá ao Banco passar a trabalhar também com a população residente. Refira-se que o Banco já se encontra presente em Macau desde 1993.

Com esta decisão, conjugada com a assinatura de acordos de cooperação com a Associação Empresarial de Cantão e com o Gabinete Financeiro do Município de Cantão, o Millennium bcp dá mais um passo no apoio à economia de Macau e aos empresários desta região. A actividade do Millennium bcp na região será ainda assegurada pelo escritório de representação em Cantão (capital da província de Guangdong, Sul da China), que, em conjunto com a sucursal de Macau, passou a ser uma das plataformas cruciais para a exploração das oportunidades de negócio potenciais no triângulo China/Macau, África lusófona e Europa.

Tendo em conta a estratégia de expansão do Banco, importa ainda realçar a assinatura de um memorando de entendimento com o Industrial and Commercial Bank of China (ICBC), que visa reforçar a cooperação entre o maior banco chinês e o maior banco privado português. Este acordo estende-se a outros países e regiões, para além de Portugal e China, visando cobrir o referido triângulo estratégico.

Ambos os Bancos darão preferência à utilização das redes globais recíprocas na prossecução da respectiva actividade em Áreas de Negócio como *trade finance*, tesouraria, abrangendo o mercado monetário, cambial e *swaps*, *cash management* e pagamentos internacionais em euros e renminbi, *corporate lending* e banca de investimento, nomeadamente *project finance*, empréstimos sindicados e assessoria em negócios relacionados com potenciais fusões e aquisições transfronteiriças.

Ilhas Caimão

O Millennium bcp Bank & Trust é um banco sediado nas Ilhas Caimão, com uma licença bancária de categoria "B", vocacionado para a prestação de serviços bancários a Clientes particulares com elevado património e a Clientes *corporate*.

As Ilhas Caimão foram consideradas como uma jurisdição cooperante, à luz da regulamentação recentemente publicada pelo Banco de Portugal. Tal como com outras jurisdições, celebrou também um acordo de troca de informação com Portugal.

O Banco acompanha uma carteira de Clientes focada nas comunidades lusófonas residentes fora de Portugal e países africanos de língua portuguesa.

O resultado líquido do Millennium bcp Bank & Trust situou-se em 6,0 milhões de euros, em 2010, o que compara com 9,6 milhões de euros, em 2009. Esta redução resultou da diminuição do resultado operacional, em particular da margem financeira devido à redução da actividade.

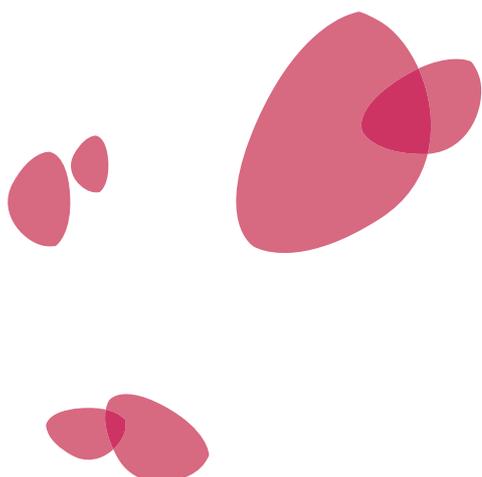
MILLENNIUM BCP BANK & TRUST – ILHAS CAIMÃO

	Milhões de euros			
	'10	'09	'08	VAR. % '10/'09
Activo total	4.117,7	4.312,6	4.365,7	-4,5%
Crédito a clientes (bruto)	565,3	684,2	734,9	-17,4%
Crédito a clientes (líquido)	559,1	676,9	732,4	-17,4%
Recursos de clientes	1.070,4	1.346,1	1.683,7	-20,5%
Dos quais: de Balanço	1.040,1	1.312,0	1.651,1	-20,7%
Fora de Balanço	30,3	34,1	32,6	-11,1%
Capitais próprios	269,5	245,7	266,2	9,7%
Margem financeira	6,8	12,7	17,5	-46,3%
Outros proveitos operacionais	1,8	6,0	6,2	-70,5%
Custos operacionais	2,5	2,5	2,6	2,2%
Imparidades e provisões	0,1	6,7	0,1	-99,2%
Resultado líquido	6,0	9,6	20,9	-37,3%
N.º de Clientes (milhares)	1,0	1,3	1,5	-26,8%
Colaboradores (número)	15	15	18	0,0%
Sucursais	0	0	0	
% de capital detido	100,0%	100,0%	100,0%	

Estados Unidos da América

No âmbito da análise efectuada à carteira de operações internacionais, o BCP tomou a decisão de sair, em 2010, do mercado dos Estados Unidos da América, tendo concluído, no dia 15 de Outubro, a transacção de alienação ao Investors Savings Bank da totalidade da rede de sucursais do Millennium bcpbank, da respectiva base de depósitos, no valor aproximado de 627 milhões de dólares (aproximadamente 445 milhões de euros, tendo em conta uma taxa de câmbio EUR/USD de 1,4089) e de parte da carteira de crédito, no valor aproximado de 208 milhões de dólares (cerca de 148 milhões de euros).

Em resultado desta transacção, o BCP deixou de deter uma operação bancária nos Estados Unidos da América, tendo, no entanto, estabelecido um acordo de cooperação com o Investors Savings Bank no que respeita às remessas financeiras oriundas deste país, o qual permitirá assegurar a manutenção de um serviço de excelência aos antigos Clientes do Banco. Esta transacção não teve impacto significativo nos rácios de capital do BCP.



SERVIÇOS BANCÁRIOS

As Direcções que compreendem a área de Serviços Bancários – Direcção de Informática e Tecnologia, Direcção de Operações, Direcção de Crédito, Direcção de Recuperação Standardizada, Direcção de Recuperação Especializada, Direcção de Contencioso, Direcção Administrativa e Patrimonial e Gabinete de Prevenção e Segurança – desenvolvem um conjunto de serviços especializados de suporte às diversas unidades de negócio em Portugal e no estrangeiro, contribuindo para a redução de custos de transformação, melhoria da qualidade de serviço, manutenção de um nível de inovação tecnológica diferenciador e minimização dos riscos de crédito e operacionais incorridos. Estes objectivos enquadram-se nas orientações estratégicas definidas para o Grupo e contribuem para materializar as aspirações de rentabilidade e crescimento do Grupo. As principais vertentes da actuação na área de Serviços Bancários pautaram-se pela reestruturação organizacional, pela gestão austera de novos investimentos e dos custos de transformação e consecução de medidas tendentes a melhorar os níveis de serviço dos principais processos relevantes para a actividade comercial.

Em 2010, a principal alteração na estrutura dos Serviços Bancários decorreu da necessidade de focar o esforço de recuperação de crédito, em consequência do aumento do crédito vencido, reflectindo a degradação do ambiente económico. A Direcção de Recuperação de Crédito deu, assim, lugar à Direcção de Recuperação Standardizada, focalizada no segmento de retalho e em créditos de menor valor; e à Recuperação de Crédito Especializada, com ênfase no segmento de Empresas e Corporate, no acompanhamento dos Grandes Riscos. No final do ano, o perímetro dos Serviços Bancários foi alargado com a recém-criada Direcção de Cartões, reflectindo a necessidade de dar uma maior e mais dedicada atenção a um negócio de complexidade crescente, visando captar e fidelizar os Clientes através de um serviço mais valorizado. Também em 2010 foi criada a Direcção de Negócio Imobiliário e alocada ao Comité de Empresas e Crédito Especializado, esvaziando os Serviços Bancários de todas as funções que estavam relacionadas com gestão, legalização e desinvestimento em imóveis não afectos à exploração.

A gestão criteriosa dos custos permitiu concluir 2010 com desvios orçamentais positivos. Os custos de transformação do conjunto das Direcções de Serviços Bancários reduziram-se nominalmente em 7,0% face ao orçamento. O volume de investimentos sofreu um aumento de 7% face a 2009 e de 31% face ao orçamento.

O número de Colaboradores das áreas de Serviços Bancários diminuiu 2,5%, atingindo 1.842 Colaboradores, o que se ficou a dever às reduções verificadas na Direcção de Operações e à passagem da Direcção de Negócio Imobiliário, criada em 2010, para o Comité de Empresas e Crédito Especializado.

A medição e gestão activa dos níveis de serviço dos diversos processos de apoio à actividade comercial continuou a marcar a definição dos principais indicadores de desempenho das áreas mais operativas, observando-se uma melhoria contínua dos patamares alcançados, o que se traduziu num aumento do grau de satisfação dos Clientes internos, com reflexos muito positivos na qualidade de serviço proporcionado aos Clientes do Grupo.

Como principais iniciativas de índole estratégica, refere-se o especial enfoque na redução dos custos e na racionalização e reengenharia dos processos, o apoio tecnológico a propostas de valor de negócio inovadoras, como o desenvolvimento de aplicações informáticas para diferentes plataformas de *smartphones*, permitindo criar uma oferta de referência no mercado nacional, a renovação da rede de ATM e CAT, a optimização da gestão do risco operacional, a consolidação do modelo organizacional de gestão do risco de crédito por forma a melhor responder aos requisitos de aplicação do IRB e a especialização da função de recuperação de crédito entre retalho, Empresas e Corporate.

DIRECÇÃO DE INFORMÁTICA E TECNOLOGIA

Em 2010, a Direcção de Informática e Tecnologia (DIT) orientou a sua actividade e os seus recursos para dar resposta aos objectivos de negócio do Banco em Portugal e nos outros países em que opera.

A Direcção de Informática e Tecnologia apoiou o processo de relançamento do ActivoBank, tendo desenvolvido soluções específicas para suportar novos produtos, melhorar os processos de abertura de conta e de decisão de crédito, bem como os processos relativos à articulação entre a rede comercial e as áreas operacionais. Este projecto envolveu a implementação de soluções inovadoras de produção e de distribuição pela rede comercial de conteúdos informativos e o desenvolvimento de um inovador *site* na Internet, caracterizado pela simplicidade e facilidade de utilização.

Acompanhando os desenvolvimentos tecnológicos nas áreas de dispositivos móveis, foram disponibilizadas para os Clientes do ActivoBank e do Millennium bcp aplicações para diferentes plataformas de *smartphones*, permitindo o acesso às principais transacções bancárias, que no seu conjunto constituem a oferta de referência no mercado nacional. Prosseguiu igualmente o processo de renovação da rede de ATM e CAT e foi iniciado um projecto de substituição da solução de *Call Center*. Este conjunto de desenvolvimentos insere-se numa visão de arquitectura integrada de gestão dos canais de acesso directo ao Banco e tem por objectivo garantir aos Clientes uma oferta global de plataformas transaccionais, melhorando a eficácia e consistência da acção comercial.

Na vertente interna, salienta-se um conjunto de iniciativas com o objectivo de dotar os Colaboradores com melhores meios técnicos e de suporte aplicacional para a execução da sua acção comercial. Neste contexto, e como resultado de um trabalho conjunto com as áreas comerciais, foi disponibilizada à rede de Retalho uma nova versão da Plataforma de Acção Comercial (iPAC), integrando uma visão global do Cliente, planos de acção comerciais, informação de gestão e permitindo uma maior integração das acções de venda com os processos de *back-office* associados.

Foi desenvolvida uma nova versão da aplicação de caixa (PAB), com um conjunto de novas funcionalidades de gestão financeira das sucursais, incluindo também o suporte a requisitos legais, nomeadamente os relativos à recirculação de notas e um controlo mais efectivo sobre as operações realizadas.

No âmbito do projecto "Milloffice", iniciou-se nos serviços centrais e sucursais o *upgrade* do *software* de base (Windows 7) e de produtividade (Office 2007/10) dos postos de trabalho da generalidade dos Colaboradores.

Foram desenvolvidas 16 iniciativas tendo como objectivo a melhoria dos processos de decisão de crédito, que incidiram sobretudo no Sistema de *Workflow* das Operações de Crédito (SWOC), visando o suporte ao *rating* de Clientes, a implementação do novo regulamento de crédito, o desenvolvimento de modelos de *scoring* e *pricing* e a adaptação aos requisitos legais e regulamentares.

Foram ainda concluídas importantes melhorias nas aplicações utilizadas no processo de recuperação de crédito, em particular nas áreas de cobranças.

Em 2010, foram superados os elevados níveis de disponibilidade aplicacional atingidos em 2009, bem como os níveis de serviço associados ao Helpdesk. Entre os factores que mais contribuíram para este desempenho, destacam-se os projectos de renovação tecnológica que incidiram sobre a infra-estrutura central que suporta as aplicações distribuídas, a melhoria dos processos internos de gestão e controlo de fornecedores e a melhoria contínua derivada da implementação dos processos de gestão de incidentes.

Culminando um trabalho de três anos, 2010 foi o ano em que os testes aos processos de recuperação tecnológica (DRP) atingiram os melhores níveis de sempre, quer em termos de âmbito, quer de desempenho. Foram recuperados em simultâneo 20 processos críticos de negócio e cerca de 150 aplicações utilizadas em seis diferentes países, numa actividade que mobilizou mais de uma centena de Colaboradores da Direcção de Informática e Tecnologia e utilizadores de várias unidades do Banco.

No quadro da "Academia de IT" foi efectuado um investimento significativo em formação técnica, comportamental e de liderança, promovendo o desenvolvimento profissional dos Colaboradores, a implementação de boas práticas de trabalho e de gestão, a comunicação interáreas e o relacionamento com as áreas de negócio e fornecedores externos.

DIRECÇÃO DE OPERAÇÕES

Os principais objectivos da Direcção de Operações em 2010 consistiam no aumento da eficiência no desenvolvimento das competências dos seus Colaboradores e na melhoria da qualidade do serviço prestado aos Clientes.

Para concretizar os objectivos referidos, a Direcção de Operações tem procurado manter um permanente esforço de racionalização, procurando otimizar as operativas do Banco, numa perspectiva de redução dos seus custos globais, dentro de padrões adequados de qualidade. Este esforço tem passado pela reformulação de processos, mas também pela incorporação de operativas, visando a obtenção de com ganhos de eficiência, tais como as integrações efectuadas em 2010 das operativas dos Créditos à Promoção Imobiliária e da gestão dos Preçários especiais do Retalho. Paralelamente, o desenvolvimento do Projecto "Níveis de Serviço distintos", em parceria com a rede de Retalho, permitiu diagnosticar e implementar um conjunto de acções com impacto na melhoria da qualidade do serviço prestado aos Clientes do Banco e no aumento da eficiência operativa.

A continuação do desenvolvimento do Programa “SER.DO”, nomeadamente através das acções de formação e animação realizadas e meios de comunicação adstritos, contribuíram para o desenvolvimento e motivação dos Colaboradores, expresso na evolução positiva obtida nos indicadores de satisfação. Merece ainda destaque a parceria desenvolvida, em 2010, com o Risk Office, com enfoque especial ao nível dos activos ponderados pelo risco (RWA) do Banco.

Para 2011 mantém-se o enfoque na melhoria da eficiência operativa, na valorização dos Colaboradores e na melhoria da Qualidade do serviço prestado. Para além da continuação do Programa “SER.DO”, destaca-se a consolidação e implementação em toda a Direcção de Operações, do Programa “SER Lean DO”, como metodologia e mote comum para um esforço de melhoria contínua, desenvolvido e participado activamente por todos os Colaboradores.

DIRECÇÃO DE CRÉDITO

Numa conjuntura económica bastante desfavorável, constatou-se um aumento da complexidade das propostas analisadas e a necessidade de reforçar os mecanismos e os meios afectos à monitorização da carteira de crédito, com vista à identificação precoce de situações de potencial incumprimento.

Como esperado verificou-se, em 2010, uma redução significativa da procura de crédito novo, em todos os segmentos de negócio e em todas as classes de produtos.

Tendo presente a preocupação fundamental de assegurar e manter a solidez e qualidade do processo de decisão, promoveu-se a adequação dos meios das Unidades de Análise aos objectivos de eficiência da Direcção de Crédito. As políticas de crédito foram ajustadas com medidas de rigor acrescido, quanto à identificação dos níveis de exposição mais adequados, à selecção das finalidades, modalidades e produtos mais convenientes, acautelando configurações, maturidades, colaterais e demais factores de risco.

Foram reforçados os recursos disponíveis nos modelos automáticos de decisão, tendo-se registado uma actividade muito intensa e com excelentes resultados. Do conjunto dos projectos concretizados, destaca-se o desenvolvimento de novos modelos e processos de decisão de crédito para as operações doméstica e internacionais do Grupo, o alargamento da aplicação das ferramentas e metodologias desta área a outras esferas de actuação do Banco, designadamente a recuperação de crédito e o contributo para a aplicação rápida e eficiente de novas políticas de decisão que foram empreendidas ao longo do ano.

Merecem ainda destaque os progressos obtidos na harmonização dos critérios de decisão dos modelos automáticos e das equipas de análise de crédito, tendo em vista reforçar a qualidade e robustez dos processos de crédito subjacentes e aumentar os respectivos níveis de eficiência.

Foi mantida a colaboração da Direcção de Crédito com a Direcção de Rating, para consolidação da mesma e apoio na concretização dos seus objectivos.

Não se antecipando melhorias significativas no quadro económico de referência, a estratégia de actuação da Direcção de Crédito continuará a pautar-se por elevados critérios de rigor; indispensáveis à salvaguarda dos activos do Banco.

DIRECÇÃO DE RECUPERAÇÃO STANDARDIZADA

A Direcção de Recuperação Standardizada resultou da cisão, em Fevereiro de 2010, da Direcção de Recuperação de Crédito e tem como âmbito o acompanhamento de Clientes com responsabilidades globais inferiores a 1 milhão de euros. A deterioração das condições económico-financeiras do tecido económico português, com um aumento significativo do volume de crédito vencido, imparidades e provisões, justificaram o enfoque no tratamento segmentado dos Clientes em processo de recuperação de crédito ou já declarados insolventes.

A Direcção de Recuperação Standardizada definiu como principal vector estratégico a consolidação do modelo operativo de recuperação do Retalho, tendo para o efeito desenvolvido um conjunto de iniciativas ao longo do ano, das quais se destaca o lançamento da operativa de um novo processo de injunção, que permitiu a sua massificação e o reforço dos mecanismos de controlo e de acompanhamento dos Clientes, cujas dívidas foram remetidas para o Balcão Nacional de Injunção.

Na área de recuperação judicial, foi efectuado o levantamento do processo operativo destas Unidades de Recuperação, com apoio de consultoria interna, com vista à uniformização processual e a um alinhamento na

estratégia de recuperação judicial, estando já em fase de decisão algumas das iniciativas propostas, nomeadamente a desmaterialização do arquivo físico, no quadro legal aplicável, e a distribuição automática de créditos para cobrança aos escritórios de advogados, requisito essencial à definição e aferição do respectivo desempenho.

Outra iniciativa de relevo, em 2010, foi o denominado "Projecto Optimização da Gestão da Recuperação de Crédito". Esta iniciativa teve em vista dotar o processo de recuperação de maior eficácia e de elevados níveis de eficiência. Deste projecto, destacam-se as seguintes subiniciativas:

- Processo de recolha automática de informação para efeitos de cálculo de *Loss Given Default* (LGD), tendo sido já implementada a recolha *on going* por parte das equipas, estando em fase de conclusão a recolha e tratamento da informação histórica.
- A implementação da nova ferramenta de suporte ao cálculo do LGD;
- Definição de uma métrica de eficácia para a recuperação de crédito associada à fase do processo e à Unidade de Recuperação;
- Elaboração de um *dashboard* com os principais indicadores de gestão de carteira, de eficiência e de *performance*, com actualização diária e disponível para todos os níveis da estrutura;
- Introdução de *scripts* de comunicação e de cobrança, os quais visam um aumento da eficiência das equipas através de uma uniformização da abordagem ao Cliente em função do perfil do mesmo e dos produtos em incumprimento.

Uma referência para a Gestão de *Outsourcing*, já que foi completado, em 2010, o primeiro ano de colaboração com empresas especializadas em *servicing* de cobrança de crédito em incumprimento (NPL), o que tem permitido o amadurecimento destas parcerias e testar soluções complementares às adoptadas internamente.

Ao nível do suporte operacional à recuperação de crédito há que referenciar, em 2010, na área de instrução dos processos, a reorganização das respectivas equipas, o arranque da digitalização documental e a automatização da comunicação escrita subjacente.

Para 2011, perspectiva-se um contexto económico difícil, que exigirá das diferentes Unidades de Recuperação a procura de novas e melhores soluções de reestruturação que se ajustem à real capacidade dos Clientes, a implementação das melhores práticas internacionais na utilização dos instrumentos de recuperação judicial e extra judicial, com vista à obtenção de ganhos de eficácia significativos, que permitam mitigar o agravamento da carteira de crédito vencido. Neste âmbito, está prevista a implementação da massificação do processo de execução judicial – execução em lote – com vista a dotar de uma maior celeridade o processo de recuperação na sequência da obtenção do título executivo resultante da injunção.

Para apoiar o cumprimento dos desafios desta Direcção, irá ser desenvolvida uma Solução Integrada de Recuperação de Crédito, como ferramenta de suporte ao processo de recuperação *end-to-end* e ao suporte operacional, técnico e de estratégia de recuperação, com prioridade para o módulo de recuperação judicial.

DIRECÇÃO DE RECUPERAÇÃO ESPECIALIZADA

A Direcção de Recuperação Especializada resultou da autonomização das Unidades de Grandes Riscos e dos Núcleos de Insolvências da anterior Direcção de Recuperação de Crédito. A sua missão consiste fundamentalmente no acompanhamento e gestão das responsabilidades assumidas por Clientes ou Grupos Económicos, com previsível ou efectivo incumprimento, com envolvimento superior a 1 milhão de euros, bem como para todos os Clientes em processo de insolvência, através de acções que visam a minimização do risco de perda económica para o Banco. Procura-se assim obter uma maior especialização e eficiência na recuperação de crédito no segmento empresarial.

O trabalho de recuperação efectuado nesta Direcção visa essencialmente a recuperação dos valores de crédito vencido, provisões e imparidades, numa óptica de diminuição dos valores de perda ou do custo para o Banco. As acções de recuperação incidem essencialmente em processos de reestruturação de operações de crédito vencido, associadas ao aumento dos níveis de protecção do crédito do Banco, mormente no reforço dos níveis de colaterais.

Está em curso o ajustamento dos processos de recuperação desenvolvidos, por forma a responder ao novo formato de actuação autónoma e às condições de mercado resultantes da segmentação. Neste sentido, efectuada a análise funcional das alterações necessárias, constituíram-se alguns grupos de trabalho numa óptica de projecto, que deverão concluir o seu trabalho no decorrer do ano de 2011. Os projectos envolvem temas relacionados com a Reorganização do Processo das Insolvências, Formação dos Colaboradores, Motivação, Organização, Métodos e Comunicação, *Outsourcing*, Instalações e Contratos, entre outros.

DIRECÇÃO DE CONTENCIOSO

O ano de 2010 representou o primeiro ano de exercício completo da Direcção de Contencioso. As acções desenvolvidas durante o ano tiveram três grandes objectivos: i) aposta forte no aumento da recuperação judicial de crédito; ii) optimização dos resultados nos processos de *Litigation* e iii) consolidação da jovem estrutura e reorganização interna, de forma a dotar-se a nova Direcção de meios informáticos e de controlo indispensáveis ao aumento dos níveis de actividade.

São visíveis os avanços obtidos no domínio da informação de gestão, em especial da área de *Litigation*, aguardando os desenvolvimentos no Sistema de Recuperação de Crédito (*software* que gere os processos da recuperação e em contencioso), que permitirão um melhor acompanhamento, informação e controlo deste tipo de processos e simultaneamente a possibilidade de responder de forma mais eficaz às solicitações internas e externas. Na actividade da Direcção de Contencioso, destaca-se ainda: i) a colaboração em acções de formação presenciais, especialmente dirigidas a Colaboradores de todas as áreas de recuperação de crédito e serviço de assessoria jurídica, prestada pelos advogados da Direcção de Contencioso às Direcções vocacionadas para a Recuperação de Crédito e ii) o patrocínio interno a processos de recuperação de crédito, em particular dos que envolveram maior tecnicidade bancária, de modo a racionalizar custos com advogados e a privilegiar resultados.

Na actividade de Recuperação de Crédito e para além do apoio técnico-jurídico às reestruturações de maior complexidade da Direcção de Recuperação Especializada, recuperaram-se 106,4 milhões de euros de crédito vencido e promoveu-se a recuperação de créditos litigiosos não vencidos, no montante de 39,1 milhões de euros.

Na actividade de *Litigation*, de salientar a taxa de sucesso do Banco de aproximadamente 95% nas acções contra si e a obtenção de decisões judiciais favoráveis e acordos/transacções, com impacto muito positivo nos custos a suportar pelo Banco decorrentes de indemnizações a pagar. Resolveram-se 264 processos, a que correspondiam 115,8 milhões de euros, dos quais 100 processos de natureza laboral. Nos processos crime assistiu-se a um número crescente de entrada de processos e ao aumento da sua complexidade. Entraram 151 novos processos e encerraram-se 70.

DIRECÇÃO ADMINISTRATIVA E PATRIMONIAL

Na vertente administrativa e de aprovisionamento, com o objectivo de contenção de custos, salientam-se os relacionados com economato, com a alteração da operativa, a redução nos portes de correio e com viagens, a libertação de espaço de armazém por força de acções de doação e destruição de artigos obsoletos e a redução em cerca de 10% das notas de despesa de Colaboradores/sucursais. Todas estas acções foram efectuadas sem prejuízo da qualidade global do desempenho. Para 2011, continuará a manter-se o esforço de racionalização de procedimentos com a conseqüente redução de custos, com maior destaque na rubrica de "outros gastos administrativos", nomeadamente ao nível de reavaliação do sistema de economato e gestão da frota e, aproveitando a liberalização dos correios, ao nível da negociação com todos os operadores na procura das ofertas mais vantajosas.

A actividade da Unidade de Gestão de Seguros, em 2010, passou por uma negociação centrada nos produtos com maior impacto nos custos e pela poupança por via de reanálise de objectos e garantias contratados na ordem dos 2 milhões de euros. Em 2011, o enfoque passa pela negociação/renovação de contratos, tendo em vista a redução sustentada de custos com a carteira de seguros próprios do Banco.

Manteve-se a orientação, em vigor desde 2009, no Departamento de Gestão de Obras e Manutenção de contenção de custos e de investimentos. Neste sentido, foi colocada grande pressão na revisão de processos e na libertação de espaços, tendo sido libertados 12.000 m² de escritórios, arquivo e armazém e desenvolvidos programas para a renegociação de contratos.

O Departamento de Compras prosseguiu e consolidou, em 2010, a estratégia que tem vindo a seguir ao longo dos últimos anos, a qual se pode consubstanciar nas actividades: i) de negociação e contratação de bens e serviços para o Grupo com a melhor relação qualidade/preço; ii) procura, em conjunto com os Clientes internos, de soluções alternativas mais eficientes e económicas; iii) suporte às operações internacionais do Banco, via negociações directas, consolidação em contratos globais, aconselhamento e *benchmark* e disponibilização de ferramentas integradas de gestão de compras e contratos e iv) avaliação de fornecedores e conseqüente tomada de medidas correctivas. Foi realizada recentemente uma análise à função Compras no Millennium bcp por um consultor internacional que concluiu que o Departamento de Compras se encontra bem posicionado relativamente ao seu *Peer Group* em termos de: i) áreas sob negociação; ii) *empowerment* e obtenção de resultados e iii) eficiência de processos em termos da dimensão do departamento *versus* nível de cobertura nacional e internacional e profundidade da actuação.

GABINETE DE PREVENÇÃO E SEGURANÇA

O Gabinete de Prevenção e Segurança encontra-se assente em três áreas: i) Segurança Física, ii) Segurança de Sistemas de Informação e iii) Continuidade do Negócio.

O Gabinete de Segurança Física continuou a desenvolver a sua actividade no sentido de minimizar a probabilidade de ocorrências e o impacto de situações lesivas das pessoas e das operações das entidades do Grupo BCP, através da melhoria da eficácia e eficiência do sistema de segurança e conseqüente diminuição do risco e redução dos custos operacionais associados. De entre o conjunto de acções desenvolvidas em 2010 salientam-se a:

- Finalização do processo de *roll out* do Sistema de Videovigilância Digital, estando instalados 893 sistemas em sucursais e 22 em edifícios;
- Renovação tecnológica dos sistemas de segurança contra roubo e intrusão em 312 sucursais e em dois edifícios centrais;
- Renovação tecnológica do sistema de controlo de acessos, a implementar de forma faseada e com início nos edifícios do Tagus Park;
- Instalação, no âmbito do projecto SR-07, da plataforma de sistemas de informação (SITUATOR) na nova Sala de Segurança que centraliza internamente a monitorização de alarmes;
- Realização de exercícios de evacuação em todos os edifícios centrais tendo em vista testar os Planos de Resposta de Emergência.

No decorrer do ano de 2010, o Banco continuou a desenvolver a sua actividade de segurança dos sistemas de informação, aplicando rigorosos controlos tendo por base os *standards* internacionais, designadamente o "Standard ISO2700".

Como preocupações para 2011, salientam-se: a i) continuação do *roll out* para a implementação do projecto SR-07, prevendo-se integrar em 2011 a totalidade das sucursais; ii) continuação do programa de renovação tecnológica das centrais de intrusão, prevendo-se a intervenção em 250 sucursais; iii) continuação do processo, faseado, de renovação tecnológica do sistema de controlo de acessos nos edifícios centrais; iv) migração para VLAN segregada do sistema de videovigilância digital; v) realização de exercícios de evacuação em todos os edifícios centrais para teste da prontidão e capacidade da resposta de emergência e vi) revisão de todo o quadro normativo de segurança física.

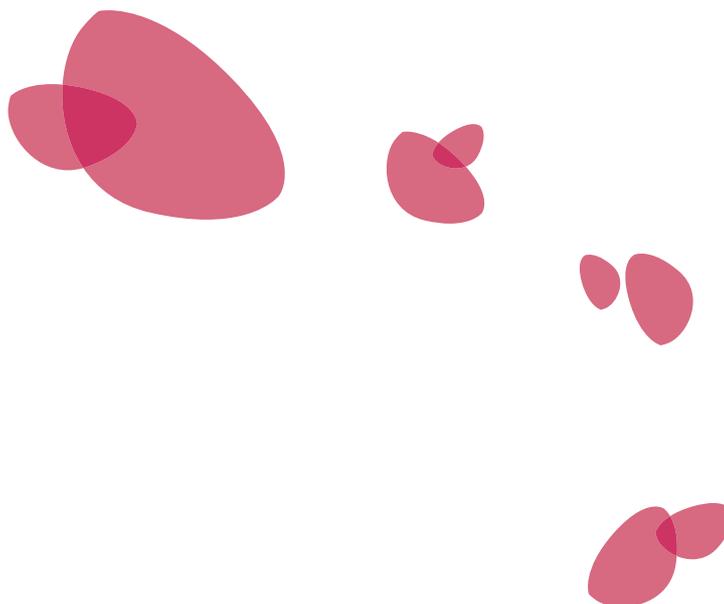
A sensibilização para a segurança, indispensável para criar uma permanente cultura de segurança no Banco, designadamente junto dos *Stakeholders*, constituiu uma das prioridades de 2010. Esta consciencialização foi efectuada através de diferentes iniciativas, designadamente da publicação de *newsletters* de segurança destinadas essencialmente aos Clientes *Internet Banking*, da inserção no portal interno e externo de recomendações e avisos, da participação nas iniciativas do Banco no domínio da Cultura de Rigor e da publicação de um quadro normativo interno abrangendo um alargado conjunto de sectores.

Como preocupações para 2011, salienta-se o desenvolvimento da actividade associada à classificação da informação a efectuar pelas diferentes áreas do Banco, com base numa aplicação informática desenvolvida para o efeito, a que se associarão claras regras de manuseamento desta informação, tendo por base o nível da respectiva classificação. A avaliação do risco de segurança de alto nível para o Banco na sua globalidade e a avaliação de risco detalhada para algumas aplicações altamente críticas constituirá, também, uma finalidade do conjunto de actividades que a Unidade de Segurança de Informação desenvolverá no próximo ano.

O Plano de Continuidade de Negócio do Banco viu reforçada a sua resistência com a definição de procedimentos de contingência para os Processos de Negócio críticos e para os sistemas de informação.

O Banco aprovou a estratégia de exercícios de Continuidade de Negócio e o programa de exercícios para o biénio 2010-2011. A estratégia prevê o treino de todas as Unidades de Negócio que operam processos de negócio críticos, em simulações regulares de complexidade e realismo crescentes. Salienta-se a realização, em Junho, de um exercício integrado, que abrangeu, de forma articulada, a resposta de emergência, a gestão de crise e a recuperação de negócio em localização alternativa, tendo mobilizado cerca de 600 Colaboradores do Banco, bem como equipas de prestadores de serviços logísticos e tecnológicos.

Em 2011, o enraizamento da cultura de Continuidade de Negócio no Banco prosseguirá também mediante o reforço da comunicação e o lançamento de uma acção de formação para todos os Colaboradores.



ÁREAS CORPORATIVAS

As Áreas Corporativas incluem o Compliance Office, a Direcção de Planeamento e Controlo Orçamental, o Gabinete de Estudos, a Direcção de Informação de Gestão, a Direcção de Contabilidade e Consolidação, a Direcção de Relações com Investidores, a Direcção de Auditoria, a Direcção Jurídica, a Direcção de Assessoria Fiscal, a Secretaria Geral, a Fundação Millennium bcp, a Direcção de Comunicação, o Secretariado da Sociedade, a Foreign Business Support Unit, o Núcleo de Projectos Estratégicos, a Direcção de Suporte à Gestão de Pessoas, o Risk Office, a Direcção de Rating, a Direcção de Participações Financeiras e Valorimetria, a Direcção de Qualidade e a Direcção de Assets and Liabilities Management.

Durante o ano de 2010, a actividade das Áreas Corporativas manteve-se enfocada em iniciativas no âmbito da gestão dos Colaboradores, de apoio ao desenvolvimento da estratégia, do reforço da disciplina na gestão do risco e do capital, de simplificação do Banco e de melhoria da eficiência.

COMPLIANCE OFFICE

Em 2010, consolidou-se o processo de reorganização e reestruturação do Compliance Office, com a implementação definitiva de procedimentos de formalização e controlo das tarefas, análises, recomendações e mecanismos fundamentais ao efectivo cumprimento da filosofia de acção inerente ao sistema de controlo interno.

O Compliance Office continuou a dar resposta às questões fundamentais de controlo do cumprimento que lhe têm sido atribuídas, designadamente na prevenção de situações de desconformidade e no acompanhamento dos processos com maior nível de sensibilidade – os temas de cumprimento das regras básicas de formalização de transacções e operações por parte de todas as áreas comerciais, de coordenação da implementação de novas regras e normas legais e regulamentares e de reforço das áreas mais críticas no âmbito dos processos de branqueamento de capitais, de financiamento do terrorismo e do abuso de mercado.

Foi ainda possível cumprir o objectivo de sistematização e proactividade no controlo do risco de compliance a nível de processos operacionais (*Know Your Processes*), dando igualmente continuidade aos processos de formação dos Colaboradores do Grupo. Aprofundou-se o esforço de interacção com as operações do exterior e de harmonização em matéria de políticas estruturais e estruturantes, através da revisão sistemática do Manual de Compliance e das diversas políticas que integra, designadamente a Política de Conflitos de Interesse, a Política de Aceitação de Clientes, a Política de Aberturas de Conta e a Política de Monitorização de Risco de Branqueamento de Capitais e, ainda, a adopção formal destes documentos estruturantes de *compliance* pelas operações do Grupo.

Em termos de acção no seio do Grupo, alargou-se o âmbito de intervenção sistemática. Em simultâneo, desenvolveram-se as relações no acompanhamento das operações e institucionalizaram-se mecanismos formais de coordenação e interacção dos vários Compliance Offices.

DIRECÇÃO DE PLANEAMENTO E CONTROLO ORÇAMENTAL

A Direcção de Planeamento e Controlo Orçamental, no quadro das suas atribuições, assegurou o cumprimento dos deveres de prestação de informação e de reporte periódico às autoridades de supervisão, colaborou na preparação de informação financeira relevante para divulgação ao mercado e procedeu a análises e à elaboração de documentos para as reuniões do Conselho de Administração Executivo, do CALCO, da Comissão para as Matérias Financeiras e do Conselho Geral e de Supervisão.

Para além das actividades centradas na esfera de actuação regular, a Direcção de Planeamento e Controlo Orçamental colaborou no processo de planeamento estratégico, designadamente na elaboração dos orçamentos individuais e consolidado para 2011, tendo também coordenado e/ou participado, em colaboração com outras Unidades Orgânicas do Banco, em iniciativas e projectos diversificados, com incidência nos desenvolvimentos em curso para corresponder a novas exigências regulamentares e na

identificação e implementação de oportunidades de melhoria ao nível do sistema de controlo interno. Destacam-se, ainda, o reforço do papel pró-activo no controlo dos custos do Banco, através de um apertado acompanhamento dos seus principais *drivers* e o reforço da ligação da metodologia dos *Balanced Scorecards* com o processo estratégico, o seu alargamento a outras Direcções de Serviços Centrais e o aprofundamento da sua utilização como ferramenta de acompanhamento do desempenho das Unidades Orgânicas, numa base mensal, para a consecução dos objectivos estratégicos do Banco.

Em 2010, a estrutura orgânica da Direcção de Planeamento e Controlo Orçamental foi simplificada, por via da incorporação das funções da ex-Área de Gestão de Performance na Área de Informação Analítica, proporcionando o ganho de sinergias e uma maior articulação no âmbito do processo orçamental, entre a reflexão estratégica das Unidades Orgânicas e a consequente definição dos seus objectivos, materializados nos *Balanced Scorecards*, assim como a posterior monitorização do cumprimento do orçamento e dos objectivos das Unidades Orgânicas.

GABINETE DE ESTUDOS

Em 2010, o Gabinete de Estudos assegurou o cumprimento das obrigações periódicas de reporte do Banco enquanto sociedade aberta, apoiou a elaboração do Relatório de Controlo Interno, colaborou na preparação e análise de documentação para reuniões do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, preparou apresentações, intervenções e comunicações de Membros do Conselho de Administração Executivo, assegurou o relacionamento com os investidores de dívida do BCP e preparou as diversas reuniões com as agências de *rating*, coordenando em simultâneo a resposta às suas solicitações pontuais de informação.

O Gabinete de Estudos assegurou o acompanhamento e análise da conjuntura económica, dos mercados e dos sistemas financeiros, tendo colaborado em iniciativas promovidas por várias Unidades Orgânicas do Banco, destinadas a Clientes internos e externos, desenvolvido publicações económicas de natureza regular com divulgação interna e participado em fóruns relacionados com as temáticas da regulação e supervisão dos sistemas financeiros.

Elaborou o estudo interno de *sum of parts* do Grupo BCP, com análise por segmento de actividade em Portugal, e diversos estudos no âmbito da gestão e optimização do capital e da *performance* do sector bancário português e europeu. Colaborou no processo de avaliação da eventual existência de imparidade em relação às participações financeiras detidas pelo Grupo e participou em diversos projectos de *corporate finance*, destacando-se a alienação de 95% da participação no Millennium Bank A.S. na Turquia.

A área de sustentabilidade assegurou ao longo de 2010 o reporte aos *Stakeholders* através: i) do relatório de sustentabilidade; ii) da resposta a analistas internacionais de *Corporate and Social Responsibility*; iii) da participação em iniciativas nacionais de avaliação das práticas de *Governance* e impactos sociais e ambientais decorrentes da actividade do Banco e iv) da publicação no *site* interno do Banco de estudos realizados no âmbito do desenvolvimento sustentável. Realizou a monitorização e reporte, às Comissões de Coordenação de Sustentabilidade e Comissão de *Stakeholders*, do estado de execução das actividades previstas no Plano Director de Sustentabilidade 2010-2012.

No âmbito do protocolo celebrado com a Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Ciências Técnicas, organizou um *workshop* ambiental para avaliar as principais oportunidades e riscos para o sector bancário decorrentes das alterações climáticas. No domínio da inovação, o ano de 2010 foi marcado pela continuação da exploração do conceito de criatividade dirigida, tendo as iniciativas de maior mobilização sido realizadas em conjunto com a Direcção de Suporte à Gestão de Pessoas, com a área comercial, com a Millenniumbcp Ageas e com a Direcção de Operações. Foram ainda realizados os *workshops* "Porta Aberta", com o objectivo de troca de experiências e partilha de melhores práticas e o *workshop* "Mil Ideias", com o objectivo de premiar as melhores participações de 2009. Em 2010, este programa foi distinguido pelo Corporate Executive Board, através da sua prática de gestão de recursos humanos e liderança (*CLC Human Resources*) como "Best Demonstrated Practice" no envolvimento do capital humano na Organização.

DIRECÇÃO DE INFORMAÇÃO DE GESTÃO

O principal objectivo estratégico da Direcção de Informação de Gestão, em 2010, foi a monitorização muito apertada da evolução das receitas das Redes Comerciais, detectando constrangimentos, recomendando vias para a sua resolução e apontando pistas para a criação de novas fontes de rendimentos.

Para além do processo normal de controlo de *performance* das Redes, tanto nos volumes como na conta de exploração, de monitorização das margens de constituição de depósitos e de operações de crédito, da evolução dos principais tipos de comissões, a Direcção de Informação de Gestão foi nomeada responsável por equipas de projecto de melhoria de proveitos, compostas igualmente por membros das Direcções de Marketing e por Colaboradores das Direcções de Informática e de Operações. O objectivo destas equipas é aumentar os proveitos gerados pelas Redes Comerciais, adequando preços, criando novas fontes de receitas e reduzindo o risco operacional associado ao processo de geração e de contabilização das operações.

A Direcção de Informação de Gestão é também responsável pelas propostas de ajustes nos depósitos e de prémios de liquidez associados aos créditos, peça fundamental do modelo de fixação de preços, também gerido e controlado por si. Em simultâneo, a Direcção de Informação de Gestão é responsável pela gestão e controlo dos diferentes sistemas de incentivos de cada uma das Redes, também direccionados para aumentar as receitas das Redes Comerciais.

Adicionalmente, como já vem sendo hábito, a Direcção de Informação de Gestão desempenhou o papel de coordenação do processo orçamental das Redes Comerciais, reunindo propostas, alertando para a necessidade de correcções e preparando as apresentações ao Conselho de Administração Executivo e aos Comitês de Coordenação de cada uma das Redes.

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE E CONSOLIDAÇÃO

A Direcção de Contabilidade e Consolidação prosseguiu, no exercício de 2010, a sua missão de elaborar as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo BCP, tendo sempre como objectivo a apresentação de uma imagem verdadeira e apropriada deste, de acordo com as normas e regras contabilísticas definidas pelas diversas entidades reguladoras. Da actividade desenvolvida pela Direcção de Contabilidade e Consolidação, durante o ano de 2010, merecem especial menção a reformulação do reporte das Estatísticas Monetárias e Financeiras ao Banco de Portugal, a continuação da implementação/aperfeiçoamento de novos mecanismos de controlo, bem como o reforço de parcerias com núcleos de controlo das áreas operacionais do Banco, tendo em vista melhorar a qualidade e rigor da informação contabilística, o desenvolvimento de um conjunto de rácios/indicadores/alertas para uma melhor análise e o reporte da informação.

DIRECÇÃO DE AUDITORIA

O principal enfoque da actividade da Direcção de Auditoria foram as áreas de actuação prioritárias definidas no Plano Estratégico aprovado para o quadriénio 2010/2013. Neste quadro, a Direcção de Auditoria procedeu a uma reorganização interna do seu quadro de pessoal, com criação de equipas especificamente dedicadas aos temas Supervisão/Equipa Permanente do Banco de Portugal, Sistema de Controlo Interno e Auditorias IRF/DMIF na Área Financeira e Fraude na Área de Prevenção, redefinindo os procedimentos ao nível de todas as suas áreas. No final de 2010, a Direcção de Auditoria contava com 82 Colaboradores efectivos e um estagiário e o rácio de Colaboradores por Auditor era de 124.

A Direcção de Auditoria foi responsável pela preparação dos Relatórios sobre o Sistema de Controlo Interno de 2010 do Banco Comercial Português, S.A. e demais instituições do Grupo, apresentados ao Banco de Portugal e à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) no final de Junho, cabendo-lhe centralizar os contributos recebidos para os mesmos e a remessa das versões finais dos documentos em causa. Assegurou ainda a monitorização contínua, com elaboração periódica de pontos de situação para o Conselho de Administração Executivo e Comissão para as Matérias Financeiras, da implementação pelas diversas unidades orgânicas das recomendações emitidas quer pela própria Direcção, quer pelas Autoridades de Supervisão e pelo Auditor Externo reportadas nesses documentos.

No cumprimento das competências que lhe estão atribuídas nessa matéria, a Direcção de Auditoria acompanhou as acções das Autoridades de Supervisão, em particular a Equipa Permanente do Banco de Portugal e a CMVM e assegurou a satisfação completa e atempada dos respectivos pedidos de informação.

A Direcção de Auditoria assegurou ainda a execução das actividades relativas à *Independent Review Function* necessárias para o bom prosseguimento do processo de candidatura do Banco no âmbito de Basileia II, com especial ênfase nas auditorias ao risco de crédito, monitorando a implementação das recomendações emitidas pelo Banco de Portugal e pela própria Auditoria.

Como parte integrante do seu Plano de Auditoria, procedeu à análise sistemática de todas as operações de crédito, entradas em recuperação ou variações de imparidade de montantes superiores aos limites definidos para o efeito no Plano Estratégico e executou um conjunto de auditorias, especialmente vocacionadas para a análise de matérias de natureza comportamental, com particular enfoque no rigor processual com maior impacto no relacionamento com os Clientes.

A prevenção e mitigação do risco de fraude, bem como a detecção e investigação de situações ou tentativas de fraude, interna ou externa e a condução e acompanhamento de eventuais processos disciplinares ou judiciais daí resultantes constituíram também uma prioridade na alocação dos recursos afectos à Direcção. No seguimento dos processos de investigação levados a cabo em Portugal relativamente a potenciais situações irregulares, em 2010, foram aplicadas sanções a 38 Colaboradores por violação de normas.

COLABORADORES SANCIONADOS POR VIOLAÇÃO DE NORMAS

	'10	'09	'08	VAR. % '10/'09
Violação de normas				
Normas internas	15	15	14	0,0%
Normas externas	23	14	25	64,3%
TOTAL	38	29	39	31,0%

Ao nível do Grupo, a Direcção de Auditoria exerceu a sua função de coordenadora da função de Auditoria Interna e procedeu ao acompanhamento da actividade das subsidiárias em Portugal e no exterior, em particular no que se refere à gestão de liquidez e aos sistemas de informação, prestando serviços de auditoria interna a entidades que pela sua dimensão não dispõem de serviços de auditoria próprios.

DIRECÇÃO JURÍDICA

A Direcção Jurídica prosseguiu os seus objectivos de melhoria da qualidade dos serviços prestados pelo Banco, com acréscimo da segurança jurídica das operações na salvaguarda dos interesses do Grupo, procurando prevenir situações potencialmente geradoras de litígios ou de responsabilidades decorrentes da actuação dos correspondentes serviços, privilegiando-se o recurso à sua consulta prévia, seja por intervenção própria, seja por solicitação dos restantes órgãos do Banco.

DIRECÇÃO DE APOIAMENTO FISCAL

Em 2010, foi concretizada a reorganização da Direcção de Assessoria Fiscal, que passou a concentrar-se exclusivamente nas matérias fiscais e viu as suas funções e competências definidas de forma mais precisa.

No âmbito destas funções e competências, e com vista a minimizar o risco em matéria fiscal, durante o exercício de 2010, a Direcção de Assessoria Fiscal acompanhou o cumprimento das obrigações de natureza fiscal das empresas do Grupo, com especial relevo para as declarações relativas ao IRC de 2009. Por outro lado, respondeu ou coordenou a resposta às solicitações em matérias fiscais das empresas do Grupo.

A Direcção de Assessoria Fiscal acompanhou as várias operações envolvendo a liquidação ou a alienação de empresas do Grupo, participando no seu desenho e analisando o respectivo enquadramento e as respectivas consequências para efeitos fiscais. Participou igualmente em diversas outras operações realizadas pelas empresas do Grupo, com vista à sua optimização fiscal ou redução do risco fiscal.

O ano de 2010 revelou-se especialmente profícuo em matéria de alterações na legislação fiscal com impacto relevante nas empresas do Grupo, nos produtos por elas transaccionados e nos serviços por ela prestados. Foi o caso da Lei do Orçamento do Estado para 2010 e dos sucessivos pacotes de medidas relacionados com o Programa de Estabilidade e Crescimento. A Direcção de Assessoria Fiscal procedeu à divulgação destas alterações e acompanhou a sua implementação ao nível do Grupo. Da mesma forma, analisou e pronunciou-se, quando aplicável, relativamente às propostas de alteração da legislação portuguesa e comunitária que foram sujeitas à apreciação das empresas do Grupo através das associações a que as mesmas pertencem (como, por exemplo, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação Bancária da União Europeia) e representou o Grupo em reuniões com a Administração Fiscal.

Aproveitando a criação do Preçário previsto no Aviso do Banco de Portugal n.º 8/2009, a Direcção de Assessoria Fiscal iniciou a revisão sistematizada do enquadramento fiscal de todos os itens nele previstos, de forma a assegurar a respectiva actualização e a minimizar o risco de eventuais incorrecções.

SECRETARIA GERAL

No âmbito da sua missão, a Secretaria Geral assegurou, em 2010, a gestão administrativa e o apoio logístico aos órgãos estatutários do Banco, as funções no domínio das relações institucionais e de representação do Banco, a organização logística de eventos com a presença dos órgãos estatutários ou de algum dos seus membros, a gestão e coordenação das pessoas que prestam serviço aos órgãos sociais, a coordenação do serviço das áreas sociais, a gestão e manutenção das salas de reuniões e seu equipamento, das salas de refeição e das viaturas ao serviço dos órgãos sociais, a gestão da facturação e das despesas relacionadas com a actividade dos órgãos estatutários, a organização e preparação da entrega dos Prémios do 25.º Aniversário do Banco Comercial Português, bem como de outras actividades de natureza administrativa. A Secretaria Geral procurou desenvolver as suas actividades no estrito respeito pela boa gestão orçamental e dos custos, sem pôr em causa a qualidade exigida.

DIRECÇÃO DE COMUNICAÇÃO

A estratégia de comunicação do Millennium bcp assenta na prossecução de uma real proximidade com Clientes, Colaboradores, públicos institucionais e demais *Stakeholders*. No âmbito da comunicação comercial, as campanhas publicitárias aliam a vertente comercial a um discurso consciente e enquadrado com a conjuntura, condicionalismos e actuais desafios do mercado. Por esse motivo, os produtos de poupança estiveram em destaque durante 2010 como tónica das campanhas comerciais do Banco. Adicionalmente e decorrente do Banco ter celebrado este ano os seus 25 anos desde a sua fundação, aproveitou-se a oportunidade para agradecer toda a confiança que os Clientes e Accionistas têm manifestado na Instituição, bem como a dedicação dos seus Colaboradores. Assim, a estratégia de comunicação a partir do segundo semestre de 2010, quer comercial quer institucional, teve por base um breve historial do que foi o percurso do Banco ao longo destes anos, conjugado com uma série de acções comemorativas, para Colaboradores e Clientes, assim como para o público em geral. Desta forma, foi desenvolvida a Campanha Institucional – Aniversário Banco – “25 Anos a partilhar o futuro Consigo”, tendo sido o ponto de partida para as restantes Campanhas. Merecem destaque os Encontros Millennium nos distritos de Viseu, Portalegre, Beja, Vila Real, Guarda e Viana do Castelo – nos quais participaram 2.909 Clientes e 711 Colaboradores, ficando assim concluído o objectivo de chegar a todos os distritos portugueses – e a activação dos patrocínios Taça de Portugal Millennium e Rock in Rio-Lisboa 2010. Este último evento, que registou mais de 330 mil visitantes, fortaleceu a percepção do Millennium bcp enquanto marca bancária dominante no campo da música, tendo alcançado a maior notoriedade de sempre com 72,6% de recordação, de acordo com o estudo BrandScore do Grupo Consultores. Finalmente, no âmbito da comunicação interna, destaque para o portal interno, Millenniumnet, principal plataforma de comunicação, que tem como objectivo informar os Colaboradores sobre os aspectos mais relevantes da vida da Organização. A solução tecnológica do *video on demand* é cada vez mais corrente na comunidade de Colaboradores do Banco, tornando a comunicação mais eficaz e direccionada. Esta integração tecnológica permite que a Millennium TV se afirme ainda mais como um recurso essencial no processo de disseminação de informação e de boas práticas dentro do Banco. Destaque para o arranque de um ciclo de dez entrevistas do jornalista António Perez Metelo a altos responsáveis do Banco – uma iniciativa que espelha o compromisso com a verdade que o CAE tem com os constituintes do Millennium bcp, a começar pelos próprios Colaboradores. Ainda que a título não regular, o âmbito de acção da Millennium TV estendeu-se em 2010 a públicos externos, com a colocação de vídeos em canal próprio no Youtube, como é o caso da entrevista ao Economista-Chefe do Millennium bcp, publicada no dia 10 de Maio.

SECRETARIADO DA SOCIEDADE

O Secretariado da Sociedade desempenha uma actividade de suporte integrada nas Áreas Corporativas do Banco. Relaciona-se e depende directamente do Conselho de Administração Executivo. Tem como missão central e predominante secretariar as reuniões da Comissão de Crédito, comissão especializada do Conselho de Administração Executivo e as reuniões dos Órgãos Sociais, certificando os actos praticados, bem como conferindo os poderes dos respectivos membros. Satisfaz ainda as solicitações das entidades de supervisão no que respeita às questões relacionadas com o bom cumprimento dos princípios de *corporate governance*, agencia os pedidos dos Accionistas no exercício do direito à informação, certifica cópias de actas e demais documentos da sociedade e acompanha o processo de registo de todos os actos da Sociedade quer junto do Banco de Portugal, quer junto das Conservatórias de Registo Comercial. Participa activamente na promoção da Assembleia Geral Anual de Accionistas e na preparação do Relatório do Governo da Sociedade. Presta o seu contributo e colabora com todos os serviços do Banco quer executando, quer validando qualquer acto relacionado com a actividade prosseguida pelo Banco.

FOREIGN BUSINESS SUPPORT UNIT

A Foreign Business Support Unit é uma unidade de assessoria ao Conselho de Administração Executivo, com competências no acompanhamento da actividade das operações internacionais. Inclui-se, no seu âmbito de actuação, a análise de *performance* e apoio aos Conselhos de Administração locais, a organização e participação das reuniões trimestrais do Comité de Negócios na Europa, bem como a análise das matérias apreciadas nos Órgãos Sociais e Comités de Auditoria destas operações.

A área coordena e participa, também, em projectos internacionais de cariz estratégico, *corporate development* e financeiros, a nível das operações internacionais, como são a revisão de modelos de negócio, revisão de áreas de negócios específicas e outros projectos com impacto estruturante.

Em 2010, a Foreign Business Support Unit integrou e dinamizou diversas iniciativas como a reformulação estratégica na Polónia, Roménia, Estados Unidos da América e Grécia, entre outros, bem como o apoio ao processo de alienação das operações na Turquia e Estados Unidos da América.

NÚCLEO DE PROJECTOS ESTRATÉGICOS

O Núcleo de Projectos Estratégicos, criado no primeiro trimestre de 2010, tem por missão apoiar tecnicamente o Conselho de Administração Executivo em processos de tomada de decisão estratégica relativos aos negócios e operações do Grupo através da preparação de relatórios, estudos e análises de natureza estratégica, coordenar ou participar em projectos estruturais ou transversais, em articulação com outras unidades orgânicas e consultores externos, solicitar, centralizar, analisar e disponibilizar a informação relativa a projectos estratégicos, promover a divulgação de informação estratégica relevante e assegurar o relacionamento com diversas entidades externas de âmbito diversificado.

Uma vez constituído, o Núcleo de Projectos Estratégicos procedeu à recolha de informação sobre os projectos estratégicos realizados no Banco desde 2008, à construção de *Info Center* com vista à centralização e divulgação de informação relativa a projectos estratégicos, *research* e Colaboradores, iniciou o reporte trimestral ao Conselho de Administração Executivo dos projectos estratégicos em curso ou concluídos nos últimos 12 meses, assumiu a coordenação do relacionamento com os consultores externos do Banco e coordenou a renovação das colaborações com diferentes entidades externas e respectiva divulgação e dinamização junto das áreas relevantes do Banco.

No âmbito da colaboração com a Direcção de Suporte à Gestão das Pessoas, participou no programa "Ser Millennium", na proposta de temas para o fórum "Grow Together" e na celebração de parceria com a escola AESE para a redacção de casos sobre o Millennium bcp.

O Núcleo de Projectos Estratégicos participou e dinamizou diversos projectos de natureza estrutural e/ou transversal, em articulação com outras unidades do Banco e consultores externos.

DIRECÇÃO DE SUPORTE À GESTÃO DAS PESSOAS

A actividade desenvolvida pela Direcção de Suporte à Gestão das Pessoas, em 2010, teve como vector comum um forte empenho no reforço da motivação e no nível de envolvimento dos Colaboradores com os valores e a estratégia do Banco. Investiu-se significativamente na melhoria das competências e na valorização profissional dos Colaboradores, estimulando níveis de excelência e rigor cada vez mais elevados. Programas como “Ser Millennium”, “Valorizamos a Experiência” e “Um dia com o Cliente” consubstanciam em si os principais valores do Banco, nomeadamente no domínio do respeito pelas Pessoas e Instituições, da vocação pela excelência, da confiança e do enfoque no Cliente.

A prossecução de uma prática quotidiana de rigor, numa perspectiva de *compliance*, ética e gestão do risco, levou ao desenvolvimento e implementação do programa “Cultura de Rigor”, transversal a todo o Banco, que se irá manter em curso durante 2011.

Em parceria, proporcionando suporte à actividade das diferentes unidades do Banco, desenharam-se programas de formação específicos para a Direcção de IT (“Academia de Formação IT”) e para a rede Empresas e Retalho (“Qualidade da Venda”). Reforçaram-se as competências de liderança, nomeadamente através da parceria pioneira com a Academia Militar, que envolveu 50 dirigentes do Banco.

Manteve-se um forte envolvimento com o mundo académico numa perspectiva de partilha de experiências e captação de talento, bem como nos programas de desenvolvimento dirigido a segmentos específicos de Colaboradores (*Grow Plus, People Grow, Young Specialist, Grow Fast, Grow in Retail, Master in Retail e Leadership in Retail*).

A mobilidade continuou a ser estimulada. O Programa de Desenvolvimento de Competências Comerciais (PDCC) e o programa “Novos Rumos” constituem oportunidades de carreira e desafios estimulantes para quem neles participa, contribuindo em simultâneo para reforçar a proximidade do Banco aos Clientes.

Sustentáculo do processo de aconselhamento e orientação para o desenvolvimento das competências, o Sistema de Avaliação Individual de Desempenho potencia as oportunidades de diálogo entre as hierarquias e os restantes Colaboradores, permitindo aprofundar uma cultura de responsabilização pessoal pelo desenvolvimento das respectivas carreiras.

RISK OFFICE

Em 2010, o Risk Office prosseguiu as actividades relativas à promoção e coordenação da gestão e controlo dos riscos, bem como ao reporte – tanto externo como interno – relativo aos diversos tipos de risco em que o Grupo incorre, em função do desenvolvimento dos seus negócios. Estas funções enquadram-se nos objectivos estratégicos do Grupo relativos à melhoria da solidez e confiança, para além de se integrarem de forma efectiva no *framework* de controlo interno do Grupo. Neste sentido, a actividade desenvolvida pelo Risk Office contribuiu de forma relevante para a melhoria do ambiente de controlo interno, através do aperfeiçoamento e reforço das políticas e instrumentos de medição e controlo dos riscos. A este nível, citam-se, por exemplo, o reforço na promoção e coordenação de acções que tornam efectiva a política de melhor e maior colateralização de créditos – sobretudo junto de grandes devedores – ou a implementação de classificações precisas para as posições de crédito em incumprimento (ou em situações equiparadas a incumprimento), enquadradas pela criação de um normativo interno específico. Simultaneamente, o Risk Office coordenou a candidatura do Grupo à utilização de metodologias de cálculo de capital regulamentar para o risco de crédito baseadas em Notações Internas (IRB), a qual foi formalmente aprovada pelo Banco de Portugal com efeitos a partir de 31 de Dezembro de 2010. As actividades e desenvolvimentos na área de gestão de riscos são analisadas no capítulo “Gestão dos Riscos”.

DIRECÇÃO DE RATING

A Direcção de Rating, criada em 2009, estabilizou a sua estrutura interna durante o ano de 2010, a qual assenta em cinco unidades: i) a Unidade de Análise Financeira, que tem a responsabilidade de assegurar a qualidade da informação contabilística dos Clientes e a sua disponibilização no sistema do Banco, gerindo a informação qualitativa e quantitativa que alimenta os modelos estatísticos e os modelos aplicacionais para empresas; ii) três Unidades de Rating, responsáveis pela avaliação do risco dos Clientes e organizadas por forma a acolher a respectiva segmentação: *Small, Mid* ou *Large Corporate*, Financiamentos Especializados, Imobiliário, Bancos e Soberanos, entre outros e iii) o Núcleo de Apoio Técnico, com responsabilidades ao nível do planeamento e organização, das bases de dados, da produção de informação de gestão e da monitorização dos resultados.

Relativamente à avaliação do risco da carteira e aos modelos internos utilizados, em 2010, são de destacar as seguintes realizações:

- Estabilização da aplicação do modelo *Small Corporate* e *Mid Corporate* e conclusão da revisão da carteira com base nestes modelos. A actualização do *rating* destes Clientes, com contas de 2009, está já em fase adiantada, tendo sido revista cerca de 80% da carteira com base nessa informação; até ao final do primeiro trimestre de 2011 será revista a totalidade da carteira;
- Conclusão do desenvolvimento do modelo *Large Corporate* e revisão da carteira deste segmento, após o acordo do Banco de Portugal à nova abordagem;
- Aquisição de novos modelos e *know-how* junto da agência de *rating* Standard & Poors, que permitem a avaliação do risco dos vários tipos de Clientes que compõem a carteira de crédito do sector imobiliário. Prevê-se a conclusão da revisão integral desta carteira durante o primeiro semestre de 2011;
- Revisão integral da carteira de *Project Finance*, mantendo-se em acompanhamento, dada a eventual necessidade de reavaliações por alteração dos cenários base;
- Actualização das informações e *ratings* atribuídos pelas External Credit Assessment Institution Source (ECAIS) aos Soberanos e aos Bancos com que o Millennium bcp se relaciona, tendo sido utilizados critérios internos para a classificação dos Bancos sem *rating* público. A utilização destes critérios estendeu-se a outros Clientes com actividades não incluídas na avaliação, com base nos modelos atrás referidos.

Em 2010, a Direcção de Rating esteve envolvida no desenvolvimento de um modelo de *expert judgment* para atribuição de graus de risco aos Clientes do segmento *Large Corporate*, elaborado numa lógica de abordagem diferenciada por sector de actividade, que envolveu, nomeadamente:

- A elaboração de 22 matrizes diferentes, adaptadas aos vários sectores de actividade económica – incluindo duas matrizes para *holdings*, uma para *holding* de investimento e outra para empresa-mãe de grupo económico –, cujas respostas permitem a avaliação qualitativa do risco;
- O desenvolvimento interno de novos programas locais para proceder ao cálculo da componente económico-financeira dos diversos sectores abrangidos pelas matrizes, bem como de um simulador associado para proceder às correcções previstas no relatório de atribuição de *rating*;
- O desenvolvimento interno de meios informáticos com vista à elaboração de consolidações pró-forma para grupos económicos que não apresentam contas consolidadas;
- A elaboração de testes de validação do modelo *Large Corporate*;
- O acompanhamento dos trabalhos de desenvolvimento de uma nova ferramenta informática destinada à gestão das propostas de *rating* do segmento *Large Corporate* que a nova abordagem impôs;
- Tratamento das bases de dados com vista à identificação dos modelos aplicados a cada Cliente.

Durante 2010, a Direcção de Rating esteve ainda envolvida na adaptação da aplicação gerida pela Direcção ao Sistema Nacional de Contabilidade e na actualização de toda a informação da aplicação interna XCRI com base na cobertura total da carteira. Encontra-se actualmente em curso o aperfeiçoamento, com base na experiência já adquirida, dos modelos de avaliação *Large Corporate*, a preparação, em conjunto com o Risk Office, de uma nova calibragem para os modelos *Small Corporate* e *Mid Corporate* que deverá ser introduzida a partir do final do primeiro trimestre de 2011, afectando a revisão destas carteiras, a preparação e aperfeiçoamento das abordagens de avaliação multicritério de forma a transformar estas abordagens em matrizes de avaliação que possibilitem cobrir segmentos de risco ainda sem modelo interno, a análise e aperfeiçoamento dos modelos SME, *scoring* aplicacional pequenos negócios para Clientes sem modelo comportamental TRIAD, a revisão total da carteira de crédito ao sector imobiliário e de fundos de investimento imobiliário e o desenvolvimento em conjunto com a Direcção de IT de um sistema de *workflow* adequado às necessidades da Direcção de Rating.

DIRECÇÃO DE PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E VALORIMETRIA

No início de 2010, a Direcção de Participações Financeiras e Valorimetria alargou a sua actividade, passando a assegurar adicionalmente o acompanhamento das participações em filiais e associadas. Em paralelo, foi levado a cabo um processo de validação das participações em entidades exteriores ao perímetro de consolidação, identificando as posições alienáveis, em relação às quais foram desenvolvidos contactos com investidores ou concretizadas intenções de venda. No domínio dos investimentos em instrumentos líquidos e outros créditos, a Direcção actuou no sentido da redução da dimensão do *portfolio*, tendo o total de instrumentos financeiros desreconhecidos, em 2010, gerado um encaixe que ultrapassou 500 milhões de euros. A Direcção assumiu, em Julho de 2010, a responsabilidade pelo acompanhamento e reporte ao Conselho de Administração Executivo das acções conduzidas pelas diversas Direcções do Banco com vista à alienação de activos ilíquidos e respectivo encaixe gerado. Foram ainda prosseguidas análises de reestruturação de entidades participadas, visando a optimização da estrutura do Grupo.

No decurso do exercício foi definida pelo Banco uma orientação no sentido do reforço da actuação no controlo interno das Salas de Mercado, que se traduziu na ampliação do *portfolio* de reportes e maior abrangência do respectivo âmbito. Os processos valorimétricos foram objecto de iniciativas, visando o seu aperfeiçoamento, tendo sido adoptados novos processos em Contabilidade de Cobertura.

DIRECÇÃO DA QUALIDADE

O Sistema de Gestão de Satisfação implementado, que assenta nos três vectores base da Satisfação – Colaboradores, Serviços Internos e Clientes – foi validado, face às constantes evoluções do mercado. A utilização do modelo, avaliada como actual e inovadora, evoluiu quer na forma de divulgação dos resultados quer, sobretudo, na generalização da utilização desses mesmos resultados pelas áreas, através da sua autonomização na elaboração de diagnósticos que permitam melhorar os índices de Satisfação que contribuem para os seus indicadores de *performance*.

O aprofundamento da Gestão de Processos foi uma das prioridades ao longo de 2010, em que se concluiu a definição de uma estrutura de informação centralizada onde residirá toda a informação associada aos processos, antes dispersa pela Organização.

Foi criado um sistema de Gestão Documental, transversal a todas as operações do Grupo, sustentado num conjunto de princípios e regras de gestão e numa solução técnica que suporta e viabiliza a aplicação e controlo dessas regras. Este sistema foi implementado com sucesso em Portugal, Angola e Roménia e encontra-se em fase de conclusão em Moçambique e na Grécia. Com a conclusão deste projecto, o Grupo terá a capacidade de aceder às melhores práticas de cada operação a partir de qualquer ponto e desenvolver sistemas integrados de gestão do conhecimento, melhorando a eficiência e a qualidade global dos serviços prestados e promovendo a criatividade e o intercâmbio de boas práticas.

Iniciou-se a medição dos níveis de serviço internos dos circuitos de elaboração e autorização de documentos normativos. Este projecto visou reduzir o espaço de tempo que medeia a identificação da necessidade de um dado normativo e a sua disponibilização de forma controlada a toda a Organização. Os resultados obtidos revelam que apesar de existirem estrangulamentos pontuais a melhorar, o processo de produção de documentos normativos é eficiente e responde globalmente às necessidades do Millennium bcp.

Foram produzidas Ordens de Serviço que documentam competências e responsabilidades de cada uma das Unidades de primeira linha da Organização por forma a, simultaneamente, facilitar um mais rigoroso conhecimento da Organização sobre si própria e o cabal cumprimento do disposto no Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008, relativo ao sistema de controlo interno.

DIRECÇÃO DE ASSETS AND LIABILITIES MANAGEMENT

Durante o exercício de 2010, foram equacionados diversos modelos de estrutura e escopo de intervenção da Direcção de Assets and Liabilities Management, tendo sido considerado adequado proceder à respectiva implementação durante o exercício de 2011.

MILLENNIUMBCP AGEAS

A Millenniumbcp Ageas, detida a 51% pela Ageas e a 49% pelo Millennium bcp, é uma instituição especializada na comercialização de seguros dos ramos Vida (risco, poupança e capitalização) e Não Vida (pessoais e patrimoniais) através dos canais de distribuição bancário (canal privilegiado), agentes e corretores. Nos seguros de saúde, a Millenniumbcp Ageas actua no mercado também através do canal directo, nomeadamente através de parcerias e acordos de distribuição com outras seguradoras presentes no mercado nacional. A Millenniumbcp Ageas é ainda líder de mercado na actividade de gestão de fundos de pensões, utilizando, neste negócio, tanto o canal de distribuição bancário, como o canal tradicional de corretores.

Em 2010, a Millenniumbcp Ageas apresentou uma diminuição nos prémios processados face ao ano anterior de 17,9%, tendo sido penalizada pela prestação do ramo Vida (-20,3%), já que os ramos Não Vida, contrariamente ao comportamento do mercado, mantiveram um crescimento significativo, de 6,8%. Com um volume de prémios de seguro directo de 1.946 mil milhões de euros e uma quota de mercado global de 11,9%, a Millenniumbcp Ageas posicionou-se, no mercado nacional, como o terceiro maior grupo segurador em termos de prémios de seguro directo.

No ramo Vida, o volume de prémios ascendeu a 1.724 mil milhões de euros, registando uma diminuição de 20,3%, devido sobretudo à fraca prestação dos produtos *unit-linked*, cuja procura tem sido fortemente condicionada pela reduzida apetência dos investidores, no actual enquadramento económico e financeiro, por produtos de reduzida liquidez ou sem capital garantido. De salientar, no entanto, a evolução positiva dos produtos PPR (não ligados a fundos de investimento), ilustrando políticas de investimento adequadas ao nível de exigência e das necessidades dos aforradores. Numa envolvente particularmente volátil de escassa liquidez na economia, os produtos de reforma – que continuaram a usufruir de benefícios fiscais – e os produtos de capitalização com garantia de capitais e taxas de rendimentos, tornaram-se produtos de refúgio dos aforradores portugueses, avessos a outro tipo de produtos financeiros de maior risco.

Nos ramos Não Vida é de destacar o aumento de 6,8% nos prémios de seguro directo, facto assinalável face à estagnação registada no mercado segurador (0,9% de crescimento), condicionado, mais uma vez, pela fraca prestação da economia portuguesa e por uma intensa concorrência entre operadores.

Em 2010, o resultado líquido consolidado do exercício, antes de *Value of Business Acquired* (VOBA), foi de 142 milhões de euros. Apesar da conjuntura exigente, a Millenniumbcp Ageas demonstrou ter um modelo de negócio sólido e robusto, capaz de superar as condicionantes da envolvente e mantendo um rácio de solvência muito acima do exigido pela entidade de supervisão.

Detentora de uma excelente *performance* técnica, de uma política prudente ao nível da gestão de investimentos, de uma diversificada oferta de produtos e de um controlo rigoroso dos custos operativos, a Millenniumbcp Ageas tem conseguido ultrapassar com alguma tranquilidade os factores que têm condicionado fortemente o crescimento e a solidez do mercado segurador nos últimos anos: ambiente económico recessivo, contínuo aumento do desemprego, agravamento da pressão dos mercados financeiros, nomeadamente no que respeita à dívida soberana dos países periféricos da Europa e a escassez de liquidez dos mercados.

Os principais objectivos estratégicos, que a Millenniumbcp Ageas se propôs alcançar em 2010, enquadram-se dentro do plano de médio e longo prazo delineado em 2005, ano de arranque da operação, assente em quatro pilares: Crescimento, Produtividade, Qualidade e Rendibilidade.

Crescimento: os volumes globais de vendas de PPR voltaram a superar os registos dos anos anteriores, fazendo do exercício de 2010, pela terceira vez consecutiva, o melhor de sempre nesta linha de produtos. Apesar das alterações ao regime fiscal dos produtos PPR decorrentes da implementação do programa de Estabilidade e Crescimento, que entrarão em vigor a partir de 2011, o posicionamento de produto da Millenniumbcp Ageas, orientado para as necessidades dos Clientes na perspectiva da constituição de poupanças de longo prazo para a reforma, permitiu que o apelo dos produtos PPR, enquanto complemento de reforma, não dependesse do benefício fiscal, tendo o volume de subscrições sido balanceado ao longo de todo o exercício.

A evolução dos seguros de capitalização, depois de um ano de 2009 marcado pelo forte crescimento, foi em linha com o esperado e acima da média dos últimos cinco anos. Manteve-se o foco na apresentação de soluções segmentadas, inovadoras e apelativas para a constituição de poupança regular: Os Clientes reconheceram-no, tendo os volumes de planos com entregas programadas aumentado mais de 45%.

Os produtos *unit-linked* mantiveram, em 2010, a tendência de desaceleração de novos contratos iniciada em 2009. De sublinhar a procura registada nesta linha de produtos na Rede de Private Banking, que permitiu multiplicar por quatro os montantes subscritos, por comparação com o exercício anterior, tendo-se registado o melhor ano de sempre.

Apesar do contexto económico adverso e do aumento da penetração de seguros de saúde no mercado e na base de Clientes do Millennium bcp, as vendas de produtos Médis registaram um valor assinalável. A Médis fechou o exercício de 2010 com 25% de quota de mercado, mais de 455 mil Clientes, um nível de satisfação de 97%, aferido por um estudo independente, a liderança no seu segmento em notoriedade e recordação da marca e renovando pelo quinto ano consecutivo o prémio "SuperBrand", a par dos melhores resultados do exercício de sempre.

A contínua inovação da oferta e a diversificação de canais de negócio permitiu manter inalterados os volumes totais de novos produtos de risco de venda activa (Vida e Não Vida). De destacar, especialmente na difícil conjuntura económica para as empresas, a estreita articulação com o EuroNegócio, o êxito do modelo de suporte especializado de seguros no segmento de Negócios e o crescimento de dois dígitos na *bancassurance* Empresas. A consolidação do canal de negócio direccionado ao segmento de PME, assente numa rede criteriosamente seleccionada de agentes e corretores, contribuiu como esperado para a subida da quota de mercado da Ocidental Seguros (Não Vida), novamente um facto a assinalar num ano desafiante como foi o de 2010, e num mercado concentrado, maduro e concorrencial.

Apesar da esperada diminuição do volume de crédito concedido e do aumento dos *spreads*, a taxa de penetração dos seguros associados a operações de crédito manteve-se sustentada em níveis de excelência que constituem *benchmarks* internacionais.

Produtividade: é um processo contínuo e transversal a todo o Grupo que tem como objectivo o desenvolvimento de processos, automatismos e níveis de controlo, que permitam uma melhoria continuada e sustentada dos níveis de serviço e, conseqüentemente, um aumento da eficiência das várias áreas da empresa. Durante o exercício de 2010, no âmbito do M4 – Programa transversal que tem como objectivos Melhorar a produtividade, Melhorar a rentabilidade, Melhorar os níveis de serviço e Melhorar a motivação – lançado no final de 2009, concluiu-se a reestruturação das áreas de *back-office* da área de Não Vida.

Qualidade: a melhoria sustentada da qualidade do serviço prestado a Clientes Externos e Clientes Internos tem sido e continuará a ser uma das principais prioridades e, muito embora os indicadores de satisfação tenham evoluído favoravelmente em 2010, a Millenniumbcp Ageas está comprometida a continuar a melhorar:

Rendibilidade: é uma consequência dos três pilares anteriores e o objectivo consiste em garantir níveis de remuneração atractivos e sustentados para os Accionistas.

Atestando globalmente a boa execução do plano de médio e longo prazo e o reconhecimento do mercado pelo trabalho que tem vindo a ser desenvolvido ao longo dos últimos anos, está o facto de mais uma vez a Ocidental Vida ter sido distinguida pela Revista Exame com o prémio de "Melhor Grande Seguradora do Ramo Vida".

O ano de 2011 representará de novo um enorme desafio, talvez o maior dos últimos anos, prevendo-se que a Millenniumbcp Ageas enfrente mais um ano com um clima económico-financeiro e social extremamente adverso, em que as gravosas medidas de austeridade aprovadas na Lei do Orçamento do Estado para 2011 e nos Programas de Estabilidade e Crescimento vão exigir ainda muito mais da Companhia. O enfoque estratégico deverá continuar a centrar-se na rentabilidade e solidez financeira, factores assentes no dinamismo comercial, no crescimento, na produtividade, na qualidade e no controlo de custos.

SÍNTESE DE INDICADORES

Milhões de euros

	'10	'09	VAR. % '10/'09
PRÉMIOS DE SEGURO DIRECTO			
Vida	1.724	2.163	-20,3%
Não Vida	222	208	6,8%
TOTAL	1.946	2.371	-17,9%
QUOTA DE MERCADO			
Vida	14,2%	20,83%	
Não Vida	5,3%	5,03%	
TOTAL	11,9%	16,33%	
Margem técnica ⁽¹⁾	257	232	11,1%
Margem técnica líquida de custos administrativos	165	146	12,6%
Resultados líquidos ⁽²⁾	142	127	11,4%
Rácio de sinistralidade Não Vida	65,5%	60,9%	
Rácio de despesas Não Vida	25,9%	23,2%	
Rácio combinado Não Vida	91,4%	84,1%	
Custos de exploração líquidos Vida/Investimentos Vida	0,83%	0,80%	

⁽¹⁾ Antes de imputação de custos administrativos.

⁽²⁾ Antes de VOBA ("Value of Business Acquired").





ANÁLISE SOCIAL

A estratégia do Millennium bcp tem sido a de promover uma cultura de responsabilidade social, desenvolvendo acções para e com vários grupos de *Stakeholders* com o objectivo de directa ou indirectamente contribuir para o desenvolvimento social dos países em que opera.

A concretização desta política de responsabilidade social divide a intervenção do Banco nas dimensões de:

- Envolvimento com a comunidade externa e com a comunidade interna (Colaboradores);
- Oferta de produtos e serviços que contribuem para a inclusão financeira;
- Oferta de produtos que incorporam princípios sociais;
- Desenvolvimento de soluções para apoio social.

O reporte das acções desenvolvidas no âmbito dos três últimos pontos está realizado no capítulo “Análise de Segmentos”, incorporado na análise realizada às linhas de negócio.

Neste capítulo dá-se destaque às acções com impacto directo na comunidade, que não estão incorporadas nas linhas de negócio, e que fazem parte de uma dinâmica de criação de valor social.

Em Portugal, uma importante parte das acções com impacto directo na comunidade externa é concretizada através da Fundação Millennium bcp e, em Moçambique, através do programa de responsabilidade social “Mais Moçambique pra Mim”.

ENVOLVIMENTO COM A COMUNIDADE

COMUNIDADE EXTERNA	<ul style="list-style-type: none"> • Educação e Investigação • Cultura • Beneficência • Actividades Comunitárias 	COMUNIDADE INTERNA	<ul style="list-style-type: none"> • Planos de Seguros • Serviços de Medicina • Crédito a Colaboradores • Apoio à Educação • Cultura e Lazer
--------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

DONATIVOS ⁽¹⁾

	Milhares de euros			
	'10	'09	'08	VAR. % '10/'09
Educação e Investigação	719	692	990	2,8%
Cultura	1.154	1.274	1.814	-6,6%
Beneficência	386	358	1.073	2,6%
Outros	1.586	83	42	3.587,6%
TOTAL	3.846	2.407	3.919	36,7%

(1) Inclui Portugal, Polónia, Grécia, Roménia, Moçambique, Angola e Suíça.

ENVOLVIMENTO COM A COMUNIDADE EXTERNA

FUNDAÇÃO MILLENNIUM BCP

A acção mecenática da Fundação Millennium bcp tem subjacente à sua cultura orientadora a noção de responsabilidade social, compreendida como actividade participativa das organizações no desenvolvimento das comunidades. Nesse sentido, procura dar representatividade a iniciativas na Educação e Investigação, Cultura e Beneficência que se identifiquem tanto com os valores institucionais como com as principais necessidades sociais e que, assim, reforcem o seu papel transformativo na sociedade.

Em alinhamento com o exercício de responsabilidade social, emerge a crescente preocupação de incorporar uma estratégia de actuação conforme aos princípios de sustentabilidade, nas suas diversas dimensões, que favoreça o desenvolvimento constante e duradouro das entidades apoiadas e, deste modo, contribua para a manutenção da sua existência e para o aumento da capacidade de auto-sustentação e de utilização do seu potencial e vocação.

Assim configuradas as grandes linhas condutoras do trabalho da Fundação e de forma a concretizar mais eficientemente os seus propósitos estratégicos, está em curso a implementação de um modelo de Análise de Impacto na Sociedade, que permitirá à Fundação uma selecção dos projectos a contemplar mais próxima dos princípios de sustentabilidade defendidos e uma medição mais rigorosa do impacto na sociedade dos donativos concedidos. Esta considerará três dimensões: i) efeito imediato, ii) mudança na sociedade e iii) benefício a longo prazo.

Educação e Investigação

No sentido de fomentar a Educação e a Investigação Científica, a Fundação Millennium bcp tem adoptado uma política de apoio a projectos e iniciativas educacionais nos vários níveis de ensino académico e pós-académico:

- **Programa de bolsas de estudo gerido pela Fundação Millennium bcp:** destinado a alunos provenientes dos países africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e de Timor; beneficiou em 2009/2010 um total de 36 bolseiros e conta, no ano lectivo 2010/2011 com 34 bolseiros, dos quais 17 são novos, iniciados no ano em curso;

- **Associação Junior Achievement:** apoio na implementação dos seus programas destinados ao ensino básico e ao ensino universitário. No âmbito desta colaboração, a Fundação Millennium bcp é mecenas exclusivo do programa de empreendedorismo *Graduate Programme* que visa fomentar a capacidade empreendedora a estudantes universitários, através da criação, organização e operacionalização de uma miniempresa;

- **Programa para gestores de ONG da AESE:** "Programa GOS – Gestão de Organizações Sociais" (terceira edição), destinado ao melhoramento da prática de gestão dos responsáveis de instituições sociais, com vista ao maior sucesso destas no exercício das suas políticas de responsabilidade social e sustentabilidade e na aplicação dos recursos existentes na concretização da sua missão;

- **Associação Empresários pela Inclusão Social (EPIS):** programa de capacitação para o sucesso escolar junto de alunos dos 7.º e 8.º anos de escolaridade em dez concelhos nacionais. Os dados do ano lectivo 2009/2010 registam um número total de 3.647 alunos acompanhados, cujos resultados apontam para uma melhoria da produtividade de 13% face aos resultados anteriores;

- **Instituto de Direito Bancário, da Bolsa e dos Seguros (BBS):** apoio à Pós-Graduação em Direito Bancário, em colaboração com a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Ao abrigo desta colaboração, a Fundação tem a possibilidade de indicar quatro candidatos para frequência gratuita do curso. As bolsas deste ano foram atribuídas a Colaboradores do Millennium bcp;

- **Universidade Nova de Lisboa, *Endowed Chair "Millennium bcp Chair in Finance"*:** cátedra leccionada na Faculdade de Economia pelo Prof. Doutor Pedro de Santa-Clara. A criação desta cadeira insere-se na política de internacionalização do corpo docente desta faculdade e tem como objectivo a excelência no ensino;

- **Programa de bolsas de estudo – Universidade Católica:** i) *Lisbon MBA* – apoio a três estudantes oriundos de Itália, Austrália e Índia; ii) Faculdade de Direito – *"Master of Laws"* 2009/2010 – apoio a dois estudantes de nacionalidades polaca e romena e iii) *Bolsa Top +* – apoio a um aluno de excelência no curso de Gestão e Economia;



- **Instituto de Cooperação Jurídica:** colaboração para a concretização das suas diversas actividades de apoio à internacionalização do ensino em ciências jurídicas (Angola, Timor-Leste, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, EUA, Índia e China);
- **Faculdade de Direito Eduardo Mondlane:** apoio a estudantes moçambicanos do Mestrado em Ciências Jurídicas, em articulação com o Instituto de Cooperação Jurídica;
- **Fórum para Liberdade de Educação:** ciclo de conferências sobre educação, no âmbito das comemorações dos 100 anos da República (nove conferências decorridas em Lisboa, Porto e Coimbra).

Cultura



A Fundação Millennium bcp tem vindo a adoptar uma estratégia de defesa e promoção da cultura, privilegiando iniciativas de **Conservação e Divulgação do Património do Banco**:

Desenvolvimento de acções para a continuação do projecto museológico **Arte Partilhada**, que organizou e apresentou este ano:

- Exposição itinerante – Viseu (11.933 visitantes), Funchal (2.545 visitantes), Bragança (3.932 visitantes), Porto (a decorrer em 2011);
- Mostra “Abstracção” – Lisboa: Sociedade Nacional de Belas Artes (2.350 visitantes); Gaia: Casa-Museu Teixeira Lopes (a decorrer em 2011). Produção dos catálogos da exposição;
- Exposição de tapeçarias “Redes sem Mar”, inaugurada em Abril de 2010 no Luxemburgo (1.500 visitantes) e exibida posteriormente em Guimarães (74.500 visitantes). Produção dos catálogos da exposição.

Uma das vertentes do Programa Arte Partilhada é a componente educativa associada à apresentação das exposições itinerantes pelo país.

A produção do catálogo destinado aos públicos infanto-juvenis, para acompanhamento e prática de trabalho pedagógico em torno da exposição “100 Anos de Arte Portuguesa”, incentivou e criou condições para que o serviço educativo fosse implementado no decurso das exposições, sobretudo pela preparação de visitas guiadas para as escolas dos distritos envolvidos.

Organizou-se igualmente um concurso escolar numa parceria com os museus nos quais se realizaram as exposições e as respectivas Câmaras Municipais. Este concurso escolar efectuado em Évora e Viseu decorreu durante o ano lectivo 2009/2010 e foram atribuídos prémios individuais e um prémio de turma.

Os prémios individuais seguiram três princípios: a valorização das capacidades artísticas e criativas (atribuindo kits de materiais para artistas), o espírito de coleccionador (oferta de uma obra – serigrafia – de um artista português de relevo) e o apelo à leitura (através da atribuição de um álbum para leitura).

O prémio de turma valorizou o esforço colectivo e o espírito de entreaduda e trouxe a Lisboa cerca de 90 crianças para uma visita ao edifício da Rua Augusta com passagem pelo Núcleo Arqueológico, realização de um almoço e visita lúdica a espaços como o Oceanário e o Museu Nacional de Arte Antiga.



Espaço museológico Núcleo Arqueológico da Rua dos Correios (NARC):



- Para assinalar os **15 anos de actividade**, produziu-se uma brochura com uma breve evolução histórica e réplicas miniatura das ânforas de transporte de consumíveis piscícolas, que foram distribuídas aos visitantes durante a semana do aniversário;

- Iniciativas desenvolvidas: i) criação de um guia de visita para jovens “À descoberta do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correios”; ii) organização e apresentação da exposição “Ossos que Contam História”, cuja visita podia ser acompanhada por arqueólogos; iii) criação e produção da brochura bilingue “Ossos que Contam História” e iv) introdução da mostra temática “A Sardinha Romana” na exposição “Ossos que Contam História”, em colaboração com o Ecomuseu do Seixal e em associação com as Festas da Cidade;

- A Fundação associou-se ainda a outras iniciativas de âmbito nacional e internacional: adesão à iniciativa internacional “Dia Internacional dos Monumentos e Sítios” através da abertura extraordinária do NARC no domingo, dia 18 de Abril de 2010, com entrada gratuita; associação às iniciativas “Dia dos Museus” e “Noite dos Museus”, respectivamente a 15 e 18 de Maio, através da abertura do NARC em horário extraordinário; colaboração com a Empresa Municipal da Cidade de Lisboa responsável pela Gestão de Equipamentos e Animação Cultural (EGEAC) no âmbito do Programa “Festas da Cidade”, em Junho, para exposição da “Sardinha Romana”; adesão à iniciativa “Jornadas do Património”, a 24, 25 e 26 de Setembro, com a abertura do NARC e espaço expositivo em horário alargado;

- Número de visitantes: 28.330, 11% dos quais jovens estudantes do ensino primário, secundário e superior (oriundos de todo o país, embora predominantemente da área de Lisboa e Grande Lisboa), incluídos em grupos organizados pelas respectivas escolas.

No domínio da **Promoção e Recuperação do Património Artístico e Histórico**, assinalam-se os apoios ao Palácio da Ajuda, para a segunda e última fase da reconstituição histórica da Sala das Senhoras do Corpo Diplomático e à Paróquia de São Vítor; em Braga, para a recuperação do tecto da igreja paroquial.

Entre os apoios concedidos para **Ações de Promoção da Cultura**, diversificaram-se temáticas, conteúdos e públicos-alvo, de modo a abranger, tanto quanto possível, um número cada vez mais vasto de interesses e pessoas e, assim, participar na facilitação de acessos à cultura por parte das comunidades:

- Museu do Azulejo: aquisição de audioguias destinados a pessoas com deficiências visuais e/ou auditivas;
- Museu Nacional de Arte Antiga: aquisição de equipamento audiovisual para modernização do espaço expositivo;
- Museu das Crianças – “Concerto em Festa”: iniciativa para angariação de fundos com vista à construção de um espaço museológico próprio;
- Carpe Diem: apoio aos projectos da “Sala Branca” (espaço expositivo no Palácio Pombal), que apresentou quatro exposições com a participação de 24 artistas nacionais e internacionais, organizou seis conferências internacionais e contou com a visita de 3.838 pessoas;
- ALTHUM: apoio à realização do Concerto de Ano Novo, em Lisboa (Sé Patriarcal), Porto (Sé Catedral) e Évora (Sé Catedral), que receberam, 1.600, 450 e 400 pessoas, respectivamente;
- Teatro Nacional São Carlos: “Festival ao Largo 2010”, que registou a presença de 45.100 espectadores e Temporada Sinfónica 2010, com um total de 7.887 espectadores;

- Trienal de Arquitectura – Prémio Millennium bcp: visa distinguir a carreira de um arquitecto, português ou estrangeiro, que se tenha consistentemente destacado pela obra e contributos no panorama arquitectónico internacional. Este ano foi atribuído ao Arquitecto Álvaro Siza Vieira;
- Instituto de História da Arte – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa: apoio à edição da revista “História de Arte”, publicação de referência e importância científica na área do conhecimento das artes, com tiragem de 1.000 exemplares;
- Pro Dignitate – Fundação de Direitos Humanos: promoveu e realizou diversas acções, nacionais e internacionais, no âmbito da cultura e da defesa dos direitos humanos;
- Manuel Amado: apoio à produção de catálogos da exposição da obra do pintor (a inaugurar em 2011);
- Albertina Mântua: apoio à produção do catálogo da exposição;
- Manuel Cargaleiro: apoio à edição de três livros;
- Fundação da Juventude: Conferência Michael Sandoval “A Produção Cinematográfica no Desenvolvimento das Cidades – Educação e Indústria”;
- Câmara Municipal de Lisboa – “Caminhada de Culturas”: projecto que visa o mútuo conhecimento e a coexistência das várias culturas residentes em Lisboa, através de mostras de rua, acessíveis ao público em geral, ilustrativas de tradições e aspectos culturais e artísticos mais distintivos.

Beneficência

Na vertente de beneficência, a Fundação Millennium bcp tem contemplado, maioritariamente, projectos orientados para o auxílio em situações de pobreza social e económica e iniciativas consagradas à infância. Considerou-se que ambas as áreas de intervenção, dadas as condições sócioeconómicas actuais, que tendem a acentuar as vulnerabilidades dos grupos mais desfavorecidos, se tornam prioritárias em termos de solidariedade e manutenção dos princípios de dignidade humana:

- Banco Alimentar Contra a Fome: suporte do custo de produção dos sacos para a realização de campanhas de recolha de alimentos e donativo para aquisição de alimentos. De acordo com os dados disponibilizados pela entidade, em 2010, esta parte do donativo foi convertida em 16.500 quilos de atum, distribuídos pelos 17 bancos em actividade, que em conjunto contribuíram para a alimentação de 280.000 pessoas, com o envolvimento de 1.800 instituições de solidariedade social;
- Refúgio Aboim Ascensão: apoio a 95 crianças, em situação de abandono, com idades compreendidas entre os zero e os cinco anos;
- Centro Doutor João dos Santos: Colónia de Férias Terapêutica 2010, que conta anualmente com cerca de 45 crianças de risco psicossocial;
- Igreja Paroquial de São Nicolau: apoio à residência de cidadãos dos PALOP;
- Cadin – Centro de Apoio ao Desenvolvimento Infantil: Congresso Internacional (a realizar em 2011), que inclui 13 conferências e 15 *workshops* sobre temáticas de desenvolvimento infantil consideradas pertinentes no conhecimento e acção para integração na sociedade de crianças com deficiência;
- Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (através da Consulting Network Portugal): acções de formação dirigidas a IPSS com o propósito de dotar as instituições de competências específicas de gestão no exercício da sua actividade para crescimento das suas capacidades de auto-sustentação.



MILLENNIUM BCP PORTUGAL

Educação Financeira



O Millennium bcp lançou, em 2010, uma nova área informativa dedicada ao planeamento financeiro. Esta nova área, que tem como objectivo servir como uma ferramenta educacional interactiva, permite obter informações financeiras, simulações e conselhos e o nível de detalhe é o desejado pelo utilizador. Face à crescente necessidade de criar hábitos de poupança é importante promover e sensibilizar de forma generalizada a população, pelo que esta informação está disponível para qualquer utilizador; no site do Banco em www.millenniumbcp.pt, e não apenas para Clientes.

Para a divulgação desta nova área foi enviada uma *newsletter* a cerca de 300 mil Clientes.

Parcerias para a Educação

- *Corporate partner* do Community of European Management Schools (CEMS): a participação como *corporate partner* do CEMS, aliança estratégica de 27 escolas de gestão em todo o mundo e de 60 parceiros empresariais, fortalece a interligação com o mundo académico, contribuindo para intensificar as experiências académicas decorrentes de uma exposição dos alunos às melhores práticas empresariais. No âmbito do *Master in International Management*, mestrado que ocupa a segunda posição do *ranking* mundial de mestrados do "Financial Times", os alunos enfrentam um conjunto de problemas interdisciplinares, num contexto internacional, e são encorajados a adoptar uma atitude analítica e crítica nas aulas de exposição, nas discussões e nos trabalhos de projecto.
- Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal (IDEFF) da Faculdade de Direito de Lisboa: parceria no âmbito das Pós-Graduações em Mercados Financeiros, Direito da Concorrência e da Regulação, Direito Fiscal, Parcerias do Estado e das Autarquias Locais e Avançada em Direito Fiscal, com participação de quadros do Banco para leccionar nas áreas de *compliance* e fiscalidade, atribuição de prémios aos melhores alunos e participação em conferências.

Promoção de acções de solidariedade

- Abertura de contas solidariiedade para angariar donativos de apoio a:
 - Vítimas do temporal no arquipélago da Madeira, cujos fundos se materializaram na entrega de três carrinhas de transporte escolar para estudantes com necessidades especiais;
 - Três IPSS: Aldeias SOS, Associação A Casa do Caminho e Refúgio Aboim Ascensão. A promoção desta acção integrou-se na iniciativa do apoio concedido pelo Millennium bcp, que reverteu o valor habitualmente destinado à compra de cartões e ofertas de Natal em donativos a estas três instituições de solidariedade social.
 - Associação à Ecopilhas: 2.º Peditório Nacional de Pilhas e Baterias Usadas, tendo-se disponibilizado em mais de 450 sucursais e serviços centrais do Banco pilhões para a recolha de pilhas e baterias usadas. Esta acção permitiu ajudar o Instituto Português de Oncologia (IPO) a melhorar a sua capacidade de diagnóstico através da aquisição de um ortopantomógrafo.
 - Associação a várias iniciativas realizadas em Macau de apoio às vítimas do terramoto de Yusho na China.



Conservação e divulgação do património do Banco

- Exposição do Monte Estoril: foi criado um novo núcleo expositivo nas salas da moradia do Monte Estoril. Na exposição – “Do Romantismo à Arte Contemporânea” – estiveram presentes 63 obras de 45 artistas:
 - Pintura (Surrealista: Dali, Cruzeiro Seixas, António Quadros; Figuração: Malangatana, Paula Rego, José de Guimarães, Julião Sarmento; Abstração: Eduardo Nery, Nadir Afonso; e outras correntes artísticas: Jorge Martins, Ana Vidigal, Noronha da Costa, Guilherme Parente);
 - Escultura (João Cutileiro);
 - Litografia (Henrique Casanova);
 - Gravura (Pablo Picasso);
 - Desenho (Jorge Pinheiro, Júlio Resende, Júlio Pomar) e, simultaneamente, em desenho e pintura (Milly Possoz, Abel Salazar, Lima de Freitas, Relógio, Pedro Calapez).
- Cedência de obras de arte para exposições: a cedência temporária de obras de arte tem sido outra aposta do Grupo BCP para dar a conhecer a sua coleção, também por esta via, ao grande público:
 - Expo 2010 Shanghai: esteve presente a Tampa de Arca Chinesa do séc. XVII, representando Cantão. Esta peça constituiu-se como o atractivo central do Pavilhão Português nesse certame internacional;
 - Museu Berardo – “Tudo o que é sólido dissolve-se no ar”, da qual fizeram parte quatro pinturas – duas de Cândido Portinari, uma de Dordio Gomes e uma de Augusto Gomes;
 - Fundação Calouste Gulbenkian: a propósito das Comemorações da República, na qual estiveram expostas três obras de José Malhoa;
 - Museu Nacional de Arte Contemporânea: retrospectiva dedicada a Columbano Bordalo Pinheiro, no Museu do Chiado, da qual fez parte um óleo de 1903.

OPERAÇÕES INTERNACIONAIS

PROGRAMA “MAIS MOÇAMBIQUE PRA MIM”

Educação

- Olimpíadas Bancárias Millennium bim: projecto pioneiro que visa, com a participação de escolas de todo o país, a divulgação da importância de uma correcta utilização do dinheiro, sendo o principal objectivo do Banco ensinar conceitos bancários relacionados com a gestão e valorização do dinheiro.

Beneficência

- Escolinha do Quiduxo: o Millennium bim apoiou a construção e recheio da Escolinha Comunitária do Quiduxo, situada no bairro do Congolote, gerida pela Associação Comunitária pela Criança Sã.
- Escola Secundária de Malhazine: oferta de um computador e um conjunto de livros escolares do 8.º ao 12.º ano para incrementar os livros de consulta na biblioteca da Escola.
- Associação Moçambicana de Reciclagem: apoio à implementação de um sistema de recolha selectiva de lixo urbano e à criação de centros de compra de materiais recicláveis.
- Centro S. José de Cluny – Tete: oferta de alimentos, medicamentos e educação às crianças deste Centro.
- Hospital Geral da Machava: doação de nebulizadores para a pediatria e equipamento (um aparelho de DVD, um plasma, livros, jogos didácticos, mesas e cadeiras de plástico) para a sala de convívio dos doentes internados.
- Associação Ajuda a Crescer: oferta de material escolar; uniformes, livros escolares, material para a cozinha, uma televisão e um aparelho de DVD.
- Infantário Provincial da Beira: apoio à construção de um economato e de um alpendre que serve de zona de lavandaria.

Acções com a população

- Projecto “Uma Cidade Limpa pra Mim”: em 2010, a quarta edição deste projecto contou com a participação de 1.000 alunos de 21 escolas primárias e secundárias da cidade de Maputo e Matola na limpeza de vários pontos estratégicos da cidade de Maputo.



- Torneios de Mini Basquete Millennium bim: quinta edição do evento desportivo que tem como objectivo a revitalização do basquetebol infantil. Em 2010, o torneio esteve presente nas seguintes províncias: Maputo, Beira, Nampula, Zambézia e Tete, com a participação de cerca de 4.200 crianças.

- Hospital Central de Maputo – Oncologia: o Millennium bim proporcionou um passeio de barco pelo rio Matola e lanche às crianças da ala de oncologia do Hospital Central de Maputo, que estão sob a tutela da Associação Sorriso da Criança.

OUTRAS ACÇÕES INTERNACIONAIS**Millennium bank Grécia**

- Child's Smile – To Hamogelo Tou Paidiou: donativo e manutenção da conta solidária de apoio a esta organização que apoia, protege e acolhe crianças abandonadas e maltratadas por todo o país.

- Escolas primárias e secundárias: doação de equipamentos de informática a escolas por toda a Grécia.

- Action Aid: aquisição dos cartões de Natal 2010 através da organização internacional sem fins lucrativos.

- Câmara Municipal de Pylea: doação aos funcionários de um veículo para actividades sociais.

- Município de Galatsi e Nea Ionia: apoio na realização de eventos sociais e culturais.

Millennium Angola

- Grupo da Amizade: os fundos recolhidos pelo Grupo da Amizade servem para apoiar grupos mais desfavorecidos, contribuindo com financiamento a projectos como a Farmácia do Grupo da Amizade, o Centro de Nutrição, a Escola das Irmãs Tereseanas, a Mamã Muxima, a Escola Dom Bosco, o Programa Criança Feliz, o Orfanato do Kikolo, a Escola Missionária de Camanongue, a Obra de Caridade de Santa Isabel ou Missão Católica da Camunda. O Banco Millennium Angola, em 2010, apoiou esta iniciativa através da:

- Entrega de um donativo em numerário de 1.500 dólares norte-americanos ao Programa Criança Feliz;

- Organização da recolha, junto dos Colaboradores, de bens alimentares, material escolar, vestuário e brinquedos para entrega ao Programa Criança Feliz;

- Divulgação do Bazar de Natal organizado pelo Grupo da Amizade, para angariar fundos;

- Participação num jantar de angariação de fundos, comprando 10 lugares.

Millennium Banque Privée Suíça

- Cruz Vermelha Suíça: participação no programa de recolha de fundos, num movimento de solidariedade mundial para com as vítimas do terramoto no Haiti.

Bank Millennium Polónia

- Gdański Areopag: apoio ao Fórum de Diálogo Gdański Areopag.

- United Way Foundation: apoio à fundação na Polónia.

- Foundation Heart of the Child: apoio à investigação e tratamento de crianças com doenças congénitas do coração.

- AIESEC Association: cooperação no âmbito de iniciativas de formação.

- Warsaw University: apoio à Fundação da Universidade de Varsóvia.

ACTIVIDADES COMUNITÁRIAS

O Millennium bcp tem incentivado e criado oportunidades para a participação dos seus Colaboradores, como voluntários, em acções de apoio social e de promoção da educação:

- Associação Junior Achievement – continuação da colaboração no desenvolvimento dos seus programas vocacionados para o desenvolvimento do empreendedorismo, gosto pelo risco, criatividade e inovação destinados ao ensino básico e universitário:

Em Portugal, os voluntários trabalharam com um total de 2.080 alunos, de vários níveis de ensino académico em diversas regiões do país:

- 99 Colaboradores realizaram 707 horas de trabalho com alunos do ensino básico, nos programas “A Família”, “A Comunidade” e “Economia para o Sucesso”;
- 24 Colaboradores acompanharam 56 alunos do *Graduate Programme* no desenvolvimento dos seus projectos, num total de 500 horas de trabalho voluntário.

Na Grécia, colaboraram com cerca de 200 estudantes universitários:

- 6 Colaboradores do Millennium bank participaram como formadores em acções de literacia financeira.



Junior Achievement®
Portugal | Aprender a Empreender

- Dia da Internet Segura: dinamização de acções de sensibilização em escolas do 1.º ciclo para uma utilização mais segura e responsável da Internet e do computador; por 20 Colaboradores do Millennium bcp, em parceria com a Microsoft e a EPIS;

- Programa da SIC Esperança “Uma flor para a Madeira – vale a pena acreditar”: participação voluntária de 100 Colaboradores no atendimento telefónico para angariação de fundos para a reconstrução da Madeira;

- Habitat for Humanity Foundation: cooperação de 23 Colaboradores do Millennium bank Roménia na realização de um projecto de construção de uma habitação para oito pessoas com dificuldades motoras e cerebrais, numa vila perto de Bucareste;

- United Way Foundation: participação de dez Colaboradores do Millennium bank Roménia na selecção de intenções e projectos de ONG a serem financiados pela Fundação em 2011;

- Millennium bim Responsável: programa de voluntariado do Millennium bim lançado no Orfanato da Missão S. Roque, situado em Matutuíne. Este projecto visa incentivar os Colaboradores a participar em acções de interesse social e comunitário, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar desta comunidade;

- ECCO Walkathon: participação de 150 Colaboradores do Bank Millennium Polónia na 3.ª edição da ECCO Walkathon, programa de caridade em que, por cada quilómetro percorrido pelos voluntários, a empresa ECCO doa um euro a uma instituição previamente seleccionada. Com a sua participação, os Colaboradores do Bank Millennium contribuíram para a doação de 900 euros a uma instituição de cariz social.



ENVOLVIMENTO COM A COMUNIDADE INTERNA

Os Colaboradores do Grupo BCP beneficiam de um vasto leque de benefícios sociais que vão para além do que se encontra definido legalmente, incentivando a que seja exercida uma conciliação entre trabalho e vida pessoal, contribuindo assim para manter um adequado nível de bem-estar dos Colaboradores.

PLANOS DE SEGUROS

Através do plano de seguros os Colaboradores têm acesso a diversos seguros em condições vantajosas e que prevêm a cobertura total das suas necessidades de protecção. Este plano engloba seguros de âmbito familiar, patrimonial, poupança, reforma, seguros associados a crédito e desporto e lazer.

Todos os Colaboradores do Grupo BCP, no activo ou em situação de reforma, e respectivos agregados familiares estão abrangidos por planos de saúde, que visam complementar ou suprir eventuais deficiências dos respectivos serviços nacionais de saúde.

Em Portugal, todos os Colaboradores e respectivos cônjuges e filhos podem ainda beneficiar do seguro de saúde Médic em condições privilegiadas, benefício que assegura a protecção, através da prestação interna de cuidados de saúde e da atribuição de comparticipações por despesas realizadas fora dos seus serviços.

SERVIÇOS DE MEDICINA

Os Colaboradores do Millennium bcp Portugal beneficiam de unidades de medicina localizadas em diversos pontos do país e de um quadro de médicos dedicado, através do qual, de forma complementar aos planos de saúde existentes, é assegurada a prestação de serviços de medicina curativa, medicina do trabalho, assistência médica aos Colaboradores e a realização de *check-up* regulares. Em situações especiais de maior complexidade, os Colaboradores, cônjuges e filhos, por recomendação médica, poderão ainda ter acesso a cuidados de saúde na Clínica de Navarra.

SAÚDE

	'10	'09	'08	VAR. % '10/'09
SERVIÇOS DE MEDICINA				
Consultas efectuadas				
Actividade em Portugal	34.452	33.063	31.904	4,2%
Actividade Internacional ⁽¹⁾	7.366	6.930	4.287	6,3%
Check-up efectuados				
Actividade em Portugal	7.517	7.839	7.839	-4,1%
Actividade Internacional ⁽¹⁾	3.895	3.095	3.882	25,8%
SEGUROS DE SAÚDE (PESSOAS ABRANGIDAS)				
Clínica Universitária de Navarra				
Actividade em Portugal	40.910	41.418	42.511	-1,2%
Actividade Internacional	291	281	267	3,6%
Outros seguros de saúde				
Actividade Internacional ⁽²⁾	8.001	7.346	8.141	8,9%

⁽¹⁾ Exclui Roménia em 2008 e Angola e Suíça em 2008 e 2009.

⁽²⁾ Inclui Polónia, Grécia e Roménia em 2008 e 2009 e Polónia, Grécia, Roménia e Angola em 2010.

Em Moçambique, o Millennium bim dispõe de um centro de saúde nas instalações centrais, no qual, gratuitamente, diversos médicos prestam cuidados básicos de saúde aos Colaboradores e respectivos familiares.

Com o objectivo de prevenir riscos de saúde, são monitorizados regularmente:

- O conforto e a qualidade ergonómica dos equipamentos;
- A qualidade do ar, o nível de ruído e a iluminação dos espaços, cuja verificação é feita por uma entidade externa, devidamente credenciada, que desenvolve a sua actividade independente sob coordenação dos Serviços de Medicina no Trabalho.

Em 2010, por forma a sensibilizar os Colaboradores para a importância de manter uma atitude saudável também durante as horas de trabalho, foi produzido, em Portugal, um filme transmitido pela Millennium TV com um conjunto de exercícios de alongamento simples, mas eficazes, susceptíveis de serem praticados no local de trabalho durante breves pausas.

Na Roménia, o Comité de Segurança e Saúde no Trabalho, do qual fazem parte Membros da Administração, Colaboradores, um representante do prestador de serviços de saúde e um representante interno de segurança e saúde no trabalho, decide sobre diversos temas relacionados com a saúde e bem-estar dos Colaboradores, analisando também propostas dos Colaboradores sobre a prevenção de acidentes de trabalho e de doenças ocupacionais, bem como a introdução de melhorias nas condições de trabalho.

CRÉDITO A COLABORADORES

Os Colaboradores do Grupo BCP têm acesso a empréstimos para a compra ou construção de habitação própria permanente em condições especiais, não existindo listas de espera ou concursos para aceder a este benefício. O crédito é concedido respeitando os princípios de análise de risco de crédito instituídos nas normas do Banco.

Os Colaboradores do Grupo podem beneficiar também de crédito para fins sociais que, entre outros, contempla situações de necessidade de crédito para fazer face a despesas com saúde, benefícios em habitação própria ou arrendada, outros bens e serviços de natureza excepcional.

CARTEIRA DE CRÉDITO CONCEDIDO A COLABORADORES

	'10	'09	'08	VAR. % '10/'09
HABITAÇÃO				
Montante concedido (milhões de euros)				
Actividade em Portugal	1.036	1.063	945	-2,5%
Actividade Internacional ⁽¹⁾	61	54	56	13,1%
Número de Colaboradores				
Actividade em Portugal	11.735	11.973	11.645	-2,0%
Actividade Internacional ⁽¹⁾	1.201	1.402	1.465	-14,3%
FINS SOCIAIS				
Montante concedido (milhões de euros)				
Actividade em Portugal	20	23	23	-13,9%
Actividade Internacional ⁽¹⁾	9	4	3	102,1%
Número de Colaboradores				
Actividade em Portugal	3.101	3.746	4.178	-17,2%
Actividade Internacional ⁽¹⁾	1.391	1.240	1.059	12,2%

⁽¹⁾ Exclui Angola e Suíça em 2008 e 2009.

APOIO À EDUCAÇÃO

A formação é uma iniciativa estratégica do Banco e é também um instrumento de desenvolvimento pessoal e profissional disponível para todos os Colaboradores que, por iniciativa própria, procurem desenvolver as suas competências. O Banco continua a apostar no Programa de Incentivo à Qualificação Académica, apoiando financeiramente os Colaboradores com mérito e potencial evidenciado, na obtenção de licenciatura, pós-graduação ou formação de executivos de nível equivalente à pós-graduação e mestrado com interesse para as suas carreiras e para o negócio do Grupo.

Em 2010, no âmbito deste programa, foram apoiados 113 Colaboradores, dos quais: i) 50 a frequentar licenciatura; ii) 29 a frequentar pós-graduações; iii) 26 a frequentar mestrados; iv) quatro a frequentar MBA e v) quatro a frequentar doutoramento. O investimento envolvido neste apoio é de 298,5 mil euros, o que corresponde a uma comparticipação média de 52% do valor total das propinas.

CULTURA E LAZER

Os Colaboradores do Millennium bcp beneficiam de um conjunto de condições vantajosas em diversos domínios da cultura e lazer; nomeadamente no ginásio Gingko, no complexo de piscinas do S. L. Benfica, nos Comboios de Portugal e no aluguer de automóveis.

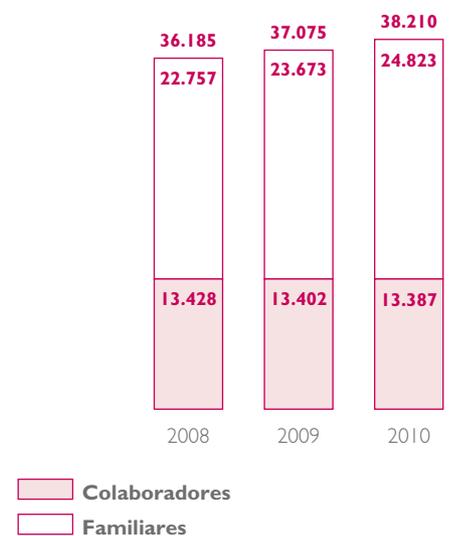
O cartão de crédito Millennium bcp, gratuito para Colaboradores aderentes à oferta da sucursal de Colaboradores, oferece um bilhete de cinema, nos cinemas Lusomundo, na compra de outro a preço normal.

Os Colaboradores que trabalham no Tagus Park dispõem de um serviço diário e gratuito de autocarros que asseguram o percurso entre vários pontos da cidade de Lisboa e o Tagus Park e têm acesso, em condições vantajosas, à creche e ao *health club* localizados em instalações do Banco no Tagus Park.

Os Colaboradores, bem como os membros do seu agregado familiar, podem tornar-se sócios do Clube Millennium bcp em Portugal e do MilleKlub na Polónia, associações de carácter recreativo que proporcionam aos seus membros o acesso a diversas actividades extralaborais, fomentando o espírito de iniciativa, a realização pessoal, o enriquecimento cultural, para além da participação na vida comunitária ou de apoio a instituições de carácter social ou humanitário.

ASSOCIADOS DO CLUBE MILLENNIUM BCP

Portugal



ANÁLISE AMBIENTAL

O AMBIENTE NO MILLENNIUM BCP

O Millennium bcp encara a gestão dos aspectos ambientais que influenciam o negócio como uma responsabilidade transversal a todo o Banco. A política ambiental do Millennium bcp está centrada em três vectores essenciais:

- Apoiar os Clientes na transição para uma economia com menor impacte ambiental;
- Minimizar a pegada ecológica do Banco;
- Envolver, influenciar e ser influenciado pela sociedade.

O acompanhamento das acções desenvolvidas para a prossecução desta política é realizado no âmbito da actividade da Comissão de Coordenação de Sustentabilidade, que tem a responsabilidade de propor ao Conselho de Administração Executivo o plano estratégico que materializa a política de sustentabilidade.

APOIAR OS CLIENTES NA TRANSIÇÃO PARA UMA ECONOMIA COM MENOR IMPACTE NO AMBIENTE

Oferecer produtos e serviços financeiros com valor acrescentado para os Clientes é um factor essencial de sucesso do Millennium bcp. Os crescentes impactes ambientais, as alterações climáticas e a perda de biodiversidade têm resultado no aumento de pressão dos *Stakeholders* e na formulação de legislação cada vez mais restritiva para a protecção do ambiente. Como resposta, o Banco tem desenvolvido esforços para a criação de soluções que apoiam os Clientes na adaptação ou mitigação destes impactes.

No capítulo "Análise de Segmentos" estão descritas as soluções por linha de negócio, que a seguir se sintetizam:

- Soluções de crédito para aquisição de equipamentos de microprodução de energias renováveis;
- Linhas de investimento em parceria com o Banco Europeu de Investimento;
- Fundos Socialmente Responsáveis (SRI);
- Financiamento em *project finance* para energias renováveis;
- Cumprimento dos Princípios do Equador nas operações de *project finance*.

Durante o ano de 2010, no âmbito do projecto "Banca & Ambiente", inserido nas actividades do Programa Ambiental das Nações Unidas, Iniciativa Financeira (UNEP FI) para Portugal, realizaram-se dois *workshops* com o objectivo de se identificarem os sectores de maior risco ambiental e de que forma estes riscos podem e devem ser analisados pelos bancos. Face à importância do tema para o Millennium bcp e para os Clientes, o Banco fez-se representar por responsáveis, nomeadamente, das Direcções de Rating, Project Finance, Marketing de Empresas, Comercial de Empresas e Promoção Imobiliária.

A lei de responsabilidade ambiental exige às empresas a contratação de garantias financeiras que permitam acautelar eventuais riscos de danos ambientais. Ao abrigo desta lei e por forma a apoiar as empresas a cumprir com a legislação publicada em 2010, o Banco disponibilizou garantias bancárias.

MINIMIZAR A PEGADA ECOLÓGICA

A minimização da pegada ecológica do Banco assume cada vez maior importância, tanto ao nível da redução do impacte ambiental como na conseqüente redução de custos. É com este propósito que o Banco tem implementado continuamente medidas para a redução do consumo de energia, água e materiais.

A actividade operacional do Banco implica a utilização de energia, papel, tinteiros, material informático, água e a consequente produção de resíduos e emissões de gases com efeito estufa. No Millennium bcp, os consumos e respectivos impactes ambientais estão identificados e são geridos, através de novas práticas de gestão, de acções de consciencialização e da adequação tecnológica, que permitem obter melhores indicadores de ecoeficiência.

IMPACTES AMBIENTAIS DO GRUPO MILLENNIUM ⁽¹⁾

INDICADORES	UNID.	'10	'09	'08	VAR. % '10/'09
Consumos por Colaborador de:					
Tinteiros e toners	kg	1,9	1,9	2,1	0,0%
Papel	kg	63,7	51,8	59,9	23,0%
Plástico	kg	4,4	6,5	5,6	-32,3%
Água	m ³	17,6	16,8	18,0	4,8%
Electricidade ⁽²⁾	MWh	6,8	7,4	7,5	-8,1%
Emissão totais de GEE	tCO ₂ eq	4,0	4,6	6,4	-13,3%

(1) Inclui Portugal, Polónia, Grécia, Roménia e Moçambique.

(2) Inclui a central de cogeração.

O Millennium bcp e o ambiente – Análise do desempenho 2005-2009

No âmbito do projecto “Millennium bcp Ambiente”, em 2005 foi estabelecido um protocolo de cooperação entre o Millennium bcp e o Centre for Environmental and Sustainability Research (CENSE) da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, tendo sido desenvolvidos, desde então, diversos trabalhos, cujos principais objectivos foram: i) realização de diagnóstico; ii) criação de mecanismos de auto-conhecimento e auto-controlo; iii) definição do posicionamento do Millennium bcp em matéria ambiental e iv) desenvolvimento de uma política ambiental.

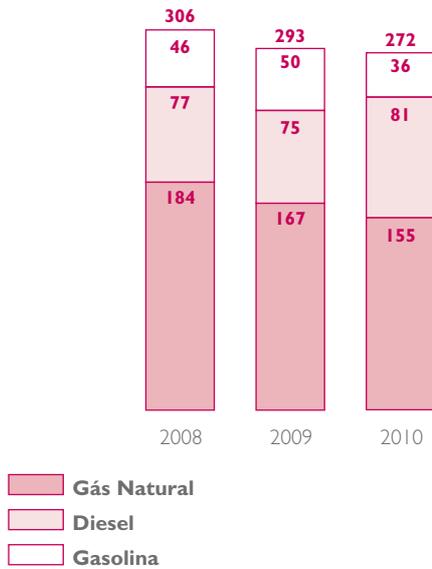
Em 2010, na sequência da apresentação de um relatório de evolução de consumo de recursos entre 2005 e 2009, realizou-se um *workshop* ambiental, com a participação de cerca de 40 Colaboradores de diferentes áreas do Banco e do Administrador com a responsabilidade por estas matérias, onde se abordaram temas como:

- Principais oportunidades e riscos para o sector bancário em matéria ambiental;
- Os objectivos já alcançados pelo Millennium bcp e os próximos passos;
- Gerar ideias e conjugar valores para um compromisso de grupo para o Millennium bcp.

CONSUMO DE ENERGIA DIRECTA

Consolidado

TJ

**EMISSÕES****Energia**

Os principais consumos de energia do Millennium bcp destinam-se à climatização do ambiente e equipamentos eléctricos, como são exemplo os computadores pessoais ou o *data center*, sendo o consumo de energia o factor que mais contribui para a pressão ambiental do Millennium bcp.

Em 2010, de forma a consolidar sucessivos ganhos de eficiência, o Millennium bcp efectuou diversas iniciativas, das quais se destacam:

Portugal

- Substituição das lâmpadas tradicionais por lâmpadas equivalentes com tecnologia LED e de halógeno de 50 watts dos projectores "STAFF" por lâmpadas fluorescentes de 13 watts. Esta substituição tem sido progressiva nas sucursais e escritórios do Banco.
- Redução do funcionamento da iluminação do letreiro exterior e publicidade das montras das sucursais em 1 hora.
- Obrigatoriedade de desligar os *Chillers* e respectivas electrobombas no período da hora legal de Inverno em edifícios e sucursais.
- Redução do funcionamento do sistema AVAC em 1 hora em edifícios e sucursais e alteração de "set points" de AVAC em 1°C em sucursais e edifícios.

- Certificação Energética e de Qualidade do ar interior dos edifícios e respectiva implementação dos planos de acção decorrentes da certificação. Em 2010, estiveram em processo de certificação três grande edifícios em Lisboa e no Porto.

Polónia

- Implementação de sistema de controlo das luzes, com opção *switching off* automático na sede do Banco.
- Novas unidades AVAC instaladas em todas as sucursais, com ajustamento automático de acordo com as condições atmosféricas.
- Adopção do controlo automático da iluminação e instalação de lâmpadas LED dos painéis publicitários externos nas sucursais.

Grécia

- Alteração gradual das lâmpadas tradicionais por lâmpadas com tecnologia LED nos escritórios.
- Implementação de um sistema automático para *switching off* automático da iluminação das sucursais no período nocturno.
- Programa de consciencialização ambiental permanente para todos os Colaboradores do Banco.

CONSUMO DE ELECTRICIDADE POR COLABADOR

	'10	'09	'08	VAR. % '10/'09
Actividade em Portugal	9,0	9,1	9,0	-1,1%
Actividade Internacional ⁽¹⁾	4,7	5,7	6,1	17,5%

(1) Inclui Polónia, Grécia, Roménia e Moçambique.

Cogeração

O Millennium bcp dispõe de uma unidade de cogeração a gás natural desde 1995, instalada no complexo do Tagus Park.

Esta unidade de cogeração alimenta parcialmente as necessidades energéticas dos edifícios do Millennium no Tagus Park, permitindo simultaneamente aquecer a água utilizada no sistema de refrigeração dos edifícios.

CENTRAL DE COGERAÇÃO TAGUS PARK

	UNID.	'10	'09	VAR. % '10/'09
Gás natural consumido	1.000 m ³	3.695	3.321	10,1%
Electricidade produzida				
Consumida	MWh	12.276	12.075	1,6%
Vendida	MWh	367	371	-1,1%
Total	MWh	12.643	12.446	1,6%
Consumo autoprodução/consumo total	%	14%	13%	5,8%

Viagens dos Colaboradores

A deslocação dos Colaboradores representa outro aspecto importante de consumo de combustíveis fósseis e consequentes emissões de CO₂, para o Banco. A implementação de medidas que diminuam as necessidades de deslocações dos Colaboradores é um dos principais enfoques com o duplo objectivo de redução de custos e redução das emissões de CO₂.

As principais medidas implementadas em Portugal são:

- Criação de uma estrutura própria com a responsabilidade exclusiva de gestão das contratações e de deslocação dos Colaboradores;
- Introdução de carros híbridos na frota automóvel do Banco;
- Prioridade a deslocações de comboio em território nacional, minimizando as viagens de avião;
- Utilização de videoconferências para a realização de reuniões, em detrimento das deslocações;
- Diminuição da frota automóvel;
- Disponibilização de transportes colectivos para Colaboradores;
- Conscencialização dos Colaboradores para a diminuição do uso de transportes poluentes.

Automóveis híbridos na frota

A introdução de automóveis híbridos na frota automóvel do Banco foi uma das ideias mais votadas na edição de 2009 do programa de inovação do Banco Mil Ideias. Este programa tem permitido a implementação de boas práticas ambientais, fornecidas e votadas pelos Colaboradores do Banco.

Apesar da alteração da metodologia de cálculo das emissões de CO₂, é possível verificar uma diminuição global das emissões de CO₂, em 14,5% relativamente a 2009, fruto das medidas de consciencialização e introdução de novos equipamentos menos intensivos em carbono. No cálculo das emissões de âmbito 3, em 2010, incorporou-se o Radiative Foreign Index na metodologia de cálculo, pelo que os valores não são directamente comparáveis com os anos anteriores.

EMISSÕES DE GASES DE EFEITO DE ESTUFA (GEE) ⁽¹⁾

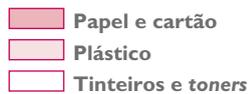
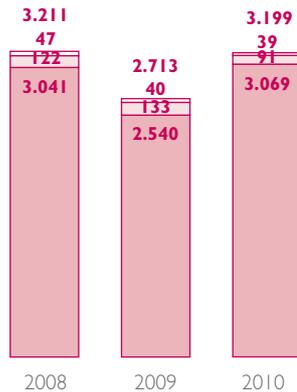
	'10	'09	'08	VAR. % '10/'09
tCO ₂ eq				
EMISSÕES DIRECTAS GEE – ÂMBITO 1				
Frota automóvel ⁽²⁾	8.135	8.875	8.569	-8,3%
AVAC	607	1.351	1.164	-55%
Electricidade e calor ⁽³⁾	9.287	9.960	10.123	-6,8%
TOTAL	18.029	20.186	19.856	-10,7%
EMISSÕES INDIRECTAS – ÂMBITO 2				
Electricidade e calor adquiridos	62.370	75.147	125.073	-17,0%
EMISSÕES INDIRECTAS – ÂMBITO 3				
Viagens de avião ⁽⁴⁾	1.177	186	614	532,8%
Viagens de comboio ⁽⁴⁾	153	63	523	142,7%
Viagens casa-trabalho-casa dos Colaboradores ⁽⁵⁾	7	32	29	-77,2%
TOTAL	1.337	281	1.166	375,9%
TOTAL	81.736	95.614	146.095	-14,5%

- (1) Inclui Portugal, Polónia, Grécia, Roménia e Moçambique.
 (2) Exclui a Grécia.
 (3) Exclui a Grécia em 2008 e 2009.
 (4) Exclui Grécia e Moçambique.
 (5) Inclui apenas Portugal.

CONSUMO DE MATERIAIS

Consolidado

t

**CONSUMO DE MATERIAIS**

Os materiais com maior relevância na actividade exercida pelo Millennium bcp são o papel, os tinteiros e toners e outros consumíveis e equipamentos informáticos ou de escritório.

Todo o papel comprado no Millennium bcp está certificado de acordo com o Forest Stewardship Council, o que promove uma gestão mais sustentável das florestas.

A desmaterialização de documentos e o projecto *Office Printing* são um dos principais investimentos do Banco na optimização do consumo de papel.

Novo processo de abertura de conta

Em 2010, o Millennium bcp fechou mais um ciclo de inovação tecnológica, com o alargamento a todas as sucursais da rede de Retailho do novo aplicativo de abertura de conta, que permite a digitalização das imagens de toda a documentação associada ao processo. Este processo, que reduz significativamente o consumo de fotocópias, introduziu maior fiabilidade, rapidez e eficiência na recolha dos dados de identificação, prestando-se também um melhor serviço ao Cliente.

Extractos digitais

O Millennium bcp tem contribuído para a redução de utilização e circulação de papel através de mecanismos para a emissão de extractos e notas de lançamento em formato digital. Para além da melhoria substancial ao nível do serviço prestado ao Cliente, o envio dos documentos em formato digital contribui ainda para a redução de emissões nocivas e consumo de tinta. As principais acções implementadas em 2010 foram:

- Aposta na promoção do extracto bancário digital com o lançamento de várias acções comerciais, nomeadamente através da sua inclusão na "Oferta de Boas-Vindas", que promove junto do Cliente a adesão a este serviço logo a partir do início da sua relação com o Banco. Durante o ano de 2010 aderiram a este serviço cerca de 90.000 Clientes, o que se traduz num total de cerca de meio milhão de Clientes utilizadores do serviço extracto digital;
- Na área de cartões foram intensificadas as acções de promoção de adesão ao extracto digital nos cartões Amex, Mastercard e Visa. Registaram-se 4.900 novas adesões em 2010, totalizando em 2010 cerca de 25.000 Clientes que recepcionam os extractos autónomos destes cartões em formato digital;
- Na área Clientes Empresa o Millennium bcp voltou a inovar em 2010, com a introdução da possibilidade de acesso às notas de lançamento digitais, através da opção de consulta de movimentos no Portal da Internet de Empresas do Millennium bcp;
- No Crédito Habitação foi implementada a digitalização dos processos relativos aos empréstimos, o que permitiu não só a melhoria do nível de serviço, com a recepção dos documentos *online*, mas sobretudo a redução na utilização de papel;
- Lançamento do MBDox, um serviço desenvolvido para o sistema financeiro português, em que o Millennium bcp foi um dos pioneiros na sua adopção. Este serviço permite centralizar num único ponto toda a documentação dos diferentes emissores de documentos e/ou facturas em formato digital, disponibilizando ao Cliente um serviço útil desmaterializado e prático.

Nos processos em que foi juridicamente possível substituir total ou parcialmente os documentos físicos por documentos digitais, verifica-se, face ao total de documentos produzidos, um incremento de 28% para 41% do peso dos documentos digitalizados, entre 2009 e 2010.

PRODUÇÃO DE RESÍDUOS

A produção de resíduos é uma consequência do consumo de materiais. Neste âmbito, a responsabilidade do Millennium bcp é, em primeiro lugar, reduzir o consumo de recursos e, posteriormente, garantir o correcto encaminhamento dos resíduos produzidos.

Os resíduos relevantes para o Banco são o papel, o cartão, o plástico, os tinteiros, *toners* e equipamentos informáticos obsoletos. Estes resíduos são valorizados ou encaminhados para o seu correcto tratamento, por empresas autorizadas para o efeito. Os resíduos perigosos, nomeadamente, *toners*, tinteiros e material informático obsoleto e sem possibilidade de reutilização são encaminhados através de empresas autorizadas e licenciadas para o efeito.

No âmbito do projecto *Office Printing*, o Millennium bcp contrata toda a gestão de impressoras, *toners* e tinteiros. Este processo foi transferido para uma empresa que assegura a responsável e eficiente gestão destes materiais, bem como o eficiente reencaminhamento e valorização dos resíduos, sejam estes *toners*, tinteiros ou material informático.

Em 2010, a actividade do Banco originou 11,7 toneladas de equipamento informático obsoleto. O material informático e o mobiliário obsoleto, em condições de reutilização, foram encaminhados para organizações sem fins lucrativos.

RESÍDUOS PRODUZIDOS PELO GRUPO MILLENNIUM

	Papel e cartão			Plástico			Tinteiros e <i>toners</i>		
	'10	'09	'08	'10	'09	'08	'10	'09	'08
Actividade em Portugal	657,5	1.178,0	1.056,0	62,6	65,9	93,0	27,2	20,8	32,5
Actividade Internacional ⁽¹⁾	274,4	666,0	703,0	15,0	1,6	19,8	1,0	1,2	5,4
TOTAL	931,9	1.844,0	1.759,0	77,6	67,5	112,8	28,2	22,0	37,9

(1) Inclui Polónia, Grécia, Roménia e Moçambique.

Projecto Green IT – Reduzir emissões, reciclar cultura verde e reutilizar ideias

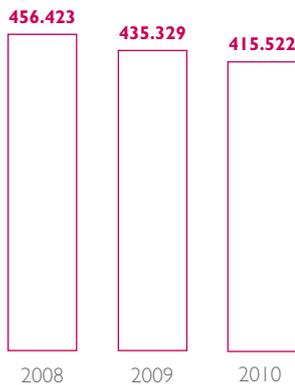
Na base da actividade operacional do Banco está a utilização de equipamento informático com impacto directo e significativo nos consumos de energia e materiais, como papel, tinteiros e *toners*. Tendo por base esta premissa, o Banco desenvolveu, em 2010, o projecto Green IT, que engloba um conjunto de boas práticas, com o objectivo de diminuir os consumos com impacte ambiental e, simultaneamente, reduzir custos.

Iniciativas planeadas a implementar em 2011:

Iniciativa	Objectivo
Exigir confirmação da impressão através de cartão de Colaborador	Diminuir o número de papel, tinteiros e <i>toners</i>
Impressão <i>handouts PowerPoint</i> , dois por página	Diminuir o consumo de papel, tinteiros e <i>toners</i>
Monitorizar impressões através de um novo indicador	Consciencializar e motivar os Colaboradores para os objectivos de redução
Desligar postos de trabalho centralmente	Diminuir o consumo de energia
Incrementar videoconferências e <i>webcasting</i>	Diminuir o número de deslocações e as emissões de CO ₂
Reforçar o plano de comunicação e sensibilização	Consciencializar os Colaboradores

CONSUMO DE ÁGUA

Consolidado
m³



CONSUMO DE ÁGUA

O consumo de água no Millennium bcp é na sua maioria para consumo humano e rega, tendo como principal fonte de abastecimento a rede pública. O Millennium bcp tem implementado medidas para a diminuição do consumo de água da rede pública, sendo relevante destacar em 2010:

- Instalação de perlatores para redução do consumo de água em 276 instalações do Millennium bcp, com um período de retorno do investimento estimado de 1,6 anos decorrente da poupança do consumo de água;
- Redução dos níveis de rega, dos jardins do Tagus Park, nos meses de chuvas (Outubro a Maio);
- Captação de água da chuva para rega.

CONSUMO DE ÁGUA

Actividade em Portugal

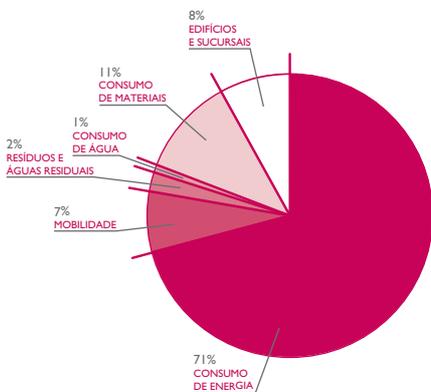
	'10	'09	'08	VAR. % '10/'09
Proveniente da rede pública	217.109	246.323	254.723	-11,9%
Reaproveitamento da água das chuvas ⁽¹⁾	3.136	11.428	-	-72,6%
TOTAL	220.245	257.751	254.723	-14,6%

(1) Não foi possível monitorizar o total de águas pluviais captadas devido a uma avaria no contador do sistema de reaproveitamento de águas pluviais.

Pegada EcoBlock

O Millennium bcp apoiou, desde 2006, o projecto EcoBlock, em regime de mecenato científico. O EcoBlock é um sistema de avaliação ambiental integrada de projectos, produtos ou mesmo organizações. O método segue uma abordagem de ciclo de vida, permitindo comunicar informação ambiental de uma forma padronizada ao longo da cadeia produtiva. O projecto foi desenvolvido pelo Centro de Investigação em Ambiente e Sustentabilidade, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

O método EcoBlock baseia-se em sete indicadores que descrevem o uso de recursos naturais e a emissão de poluentes, nomeadamente: captação de água, extracção de outros recursos, uso do solo, emissão de gases com efeito de estufa (GEE), poluição do ar, poluição da água, poluição do solo.



Principais resultados do estudo:

- O Millennium bcp obteve uma pegada EcoBlock, relativa aos consumos de 2009, equivalente a 125.872 hectares globais, para os aspectos analisados. Como termo de referência, esta pegada corresponde a 1,36% da área total de Portugal Continental.
- Verifica-se que é o consumo de energia que causa maiores pressões ambientais, é também o aspecto que origina mais emissões de gases com efeito de estufa, bem como emissões de poluentes para o ar, para a água e para o solo. É também o principal responsável pelas pressões sobre os recursos.
- Quanto à captação de água e à ocupação do solo, as maiores pressões encontradas prendem-se com o consumo de materiais.
- O consumo de energia e de materiais, em conjunto, representam cerca de 82% do total da pegada. A restante pegada deve-se à utilização dos edifícios e sucursais e às deslocações dos Colaboradores, que corresponde a 16% da pegada total.

ENVOLVER, INFLUENCIAR E SER INFLUENCIADO PELA SOCIEDADE

COMEMORAÇÃO DO OUTONO 2010 – “UMA ÁRVORE, UM CIDADÃO”

Promovido pela Câmara Municipal de Oeiras, no âmbito da iniciativa Comemoração do Outono 2010, inserida no Plano Estratégico de Arborização e sob o mote “Uma árvore, um cidadão”, cerca de 50 voluntários do Millennium bcp aproveitaram um dia do seu fim-de-semana para aceitar o desafio de plantar árvores na Ribeira de Porto Salvo, em Paço de Arcos.

Esta actividade decorreu na zona envolvente de quatro linhas de água do Concelho de Oeiras, nomeadamente Ribeira da Ancha em Porto Salvo, Ribeira de Porto Salvo em Paço de Arcos, Rio Jamor (troço Gandarela) em Carnaxide, Ribeira de Outurela em Carnaxide e teve como objectivo sensibilizar os participantes para a importância das linhas de água como linhas estruturantes da paisagem e que potenciam a Estrutura Ecológica Municipal, colocando os municípios mais próximos do meio natural. Considera-se deste modo que esta actividade foi uma mais-valia e um importante contributo para alertar os participantes e a comunidade envolvida na acção para a adopção de novos hábitos e atitudes de preservação do ambiente.

PROJECTO OXIGÉNIO

O Millennium bcp aderiu ao Projecto Oxigénio, uma iniciativa da Agência Cascais Natura. O Projecto Oxigénio é um plano de promoção e defesa da natureza e da biodiversidade no concelho de Cascais, realizado através de acções de voluntariado levadas a cabo pela sociedade civil, empresas privadas e instituições públicas.

O apoio do Millennium bcp consiste na preservação de um talhão com cerca de um hectare. Na primeira acção de intervenção do Banco foram envolvidos 70 Colaboradores e familiares que realizaram a plantação de 810 árvores.

O apoio futuro do Millennium bcp passará pela efectivação de trabalhos de manutenção e de replantação sempre que exista essa necessidade.

ASSOCIAÇÃO À INICIATIVA “HORA DA TERRA”

Pelo segundo ano consecutivo, o Millennium bank (Grécia) associou-se à iniciativa global “Hora da Terra” (“*Earth Hour*”), da organização World Wildlife Fund. O Banco desligou todas as suas luzes e letreiros na sede e nas 155 sucursais espalhadas pela Grécia. Para fomentar a acção, o Banco criou um sítio na Internet, onde convidava Colaboradores, Clientes e amigos a aderir à iniciativa, tendo sido a segunda empresa com mais visitas na Grécia.

REFLORESTAÇÃO DO PINHAL DE LEIRIA

No âmbito da campanha comercial da “Conta Cademeta” de entrega de 1 euro por cada conta aberta, para ajuda à floresta portuguesa, o Banque BCP (França), numa cerimónia simbólica realizada na Tapada de Mafra, onde Jean Marc Vilon, Presidente do Banque BCP, plantou um sobreiro, entregou um donativo de 50.391 euros ao Ministro da Agricultura, destinado à reflorestação do Pinhal de Leiria.

BENCHMARK NACIONAL E INTERNACIONAL

O Millennium bcp participa em diversos *benchmarks* nacionais e internacionais com o objectivo de medir, comparar e introduzir melhorias nas suas práticas de gestão que contribuem para a melhoria do desempenho ambiental.

Carbon Disclosure Project

O Carbon Disclosure Project é uma organização internacional sem fins lucrativos, que disponibiliza uma plataforma de reporte e *benchmark* das estratégias e *performance* das empresas no combate às alterações climáticas. O objectivo é disponibilizar esta informação para apoiar a tomada de decisão dos principais investidores mundiais.

O Millennium bcp, em 2010, obteve 79 pontos na classificação global de *performance*.

ACGE – índice de responsabilidade climática

O ACGE é um índice nacional de responsabilidade climática que avalia a resposta das empresas portuguesas ao desafio das alterações climáticas. É também uma oportunidade de *benchmark* para todas as empresas portuguesas, no que diz respeito às práticas e soluções que consubstanciam uma resposta eficaz às alterações climáticas. Em 2010, o Banco obteve uma pontuação de 50%, destacando as suas boas práticas de gestão ambiental.

CRITÉRIOS DE CÁLCULO UTILIZADOS NOS INDICADORES AMBIENTAIS

Consumo de água: extrapolação/estimativa para o universo Millennium bcp. Em 2010, a estimativa baseou-se no consumo específico de Verão e de Inverno de "instalações tipo" consumidoras de água no Banco. Os cálculos do consumo de água nas restantes localizações basearam-se em estimativa por análise de dados financeiros ou contadores. O consumo por Colaborador da tabela Principais impactes ambientais do Grupo Millennium foi calculado com base na água utilizada para consumo humano.

Consumo de papel, cartão e plásticos: total estimado com base no peso dos produtos mais consumidos, nos valores totais registados no economato e no consumo de plástico dos cartões bancários emitidos para Clientes.

Resíduos de papel e cartão: a quantidade total produzida representa o somatório da quantidade encaminhada para valorização e de uma quantidade estimada de resíduos produzidos a partir dos consumos de papel/cartão que habitualmente não se destinam a arquivo nem a Clientes.

Resíduos de plástico: estimou-se a quantidade de resíduos produzidos a partir do consumo de garrafas de água e de artigos de plástico do economato, que habitualmente não se destinam a arquivo nem a Clientes.

Emissões de CO₂ decorrentes do consumo de electricidade (âmbito 2): os valores estimados têm por base o consumo de electricidade do Millennium bcp e os factores de emissão nacionais calculados com base no *mix* energético nacional. Para Portugal, os factores de emissão utilizados foram os disponibilizados pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, disponíveis publicamente em www.erse.pt. Para a actividade internacional foram utilizados os factores de emissão do GreenHouse Gas Protocol de 2006 e os dados referentes ao *mix* energético nacional de 2007 do Eurostat. A utilização destes factores de emissão possibilitará ao Banco o cálculo e monitorização constante das emissões de gases com efeito de estufa, justificando este facto a alteração nos critérios de cálculo. Os valores das emissões de CO₂, de acordo com os métodos de cálculo referidos, foram calculados para 2009 e 2010 de forma a permitir uma análise comparativa entre os dois anos.

Emissões de CO₂ decorrentes das viagens de avião e comboio: os factores de emissão para as viagens de avião, autocarro e comboio utilizados foram os disponibilizados pelo protocolo do GreenHouse Gas (GHG Protocol). Para as viagens de avião foi incorporada no método de cálculo o Radiative Forcing Index (RFI), apurado pelo IPCC, o que justifica um aumento significativo das emissões de gases com efeito de estufa dada a multiplicação das emissões por 1,9, factor que pretende traduzir o impacto global nas alterações climáticas das viagens de avião.

Emissões de CO₂ decorrentes do consumo de combustíveis líquidos e gás natural: os factores de emissão para os combustíveis líquidos e gás natural utilizados foram os disponibilizados pelo protocolo do GreenHouse Gas (GHG Protocol).





GESTÃO DO RISCO

Enquanto componente do sistema de controlo interno do Grupo e vector fundamental para a sustentabilidade e desenvolvimento do negócio, a função de Gestão do Risco continuou a assumir um relevo particular, num contexto de manutenção, em 2010, das difíceis condições económico-financeiras mundiais.

Para além de visar a protecção da rentabilidade do negócio, através da definição de políticas e linhas de orientação concretas para o controlo dos diversos riscos a que o Grupo se encontra exposto, a Gestão do Risco promove, igualmente, de forma pró-activa, a implementação de métricas e instrumentos para a avaliação e delimitação dos riscos.

Em 2010, a função de Gestão do Risco continuou a assumir responsabilidades relacionadas com o cumprimento de disposições regulamentares, como sejam, por exemplo, o apuramento do nível de capital interno adequado para o nível das exposições aos riscos ou o reporte – tanto interno como externo – relativo à medição e avaliação desses riscos.

DESTAQUES DA ACTIVIDADE

Em termos gerais, as principais linhas de actuação e actividades da função de Gestão do Risco, ao longo de 2010, foram as seguintes:

- Reformulação da candidatura do Grupo à utilização de metodologias baseadas em Notações Internas (IRB) para cálculo dos requisitos regulamentares de capital relativos a risco de crédito e entrega, ao Banco de Portugal, de um *dossier* de candidatura reformulada;
- Aperfeiçoamento dos mecanismos e instrumentos de gestão e controlo de riscos, em particular no que se refere ao risco de crédito, em sintonia com as recomendações emanadas do Banco de Portugal no âmbito do processo de candidatura às abordagens IRB, destacando-se também, neste contexto, a realização de apresentações ao Colégio de Supervisores do Grupo;
- Introdução de melhorias no *framework* de testes de esforço (*stress tests*), para o desenvolvimento de testes internos e participação nos exercícios conduzidos pelo Banco de Portugal no âmbito dos testes realizados a nível europeu;
- Contínua actualização dos manuais e normativos internos relativos ao controlo de risco, com particular destaque para a documentação relacionada com o risco de crédito – “Concessão, acompanhamento e recuperação de crédito”, “Atribuição e revisão de graus de risco”, “Enquadramento do crédito em incumprimento”, “Validação de modelos de risco de crédito” e “Processo de cálculo de imparidade do crédito”;
- Intervenções ao nível da política de gestão do risco – com destaque para a estratégia de crédito – e definição de acções visando melhorar a eficácia da recuperação e alienação dos imóveis recebidos nesse âmbito;
- Elaboração dos relatórios regulamentares relativos ao Pilar II de Basileia II (Processo de Auto-Avaliação da Adequação do Capital Interno) e ao risco de concentração de crédito, para além da participação na elaboração do Relatório de Controlo Interno e no Relatório do Pilar III (Disciplina de Mercado), entregues pelo Grupo ao Banco de Portugal;
- Elaboração de reportes regulares para a Comissão de Risco, para a Comissão para as Matérias Financeiras e também para o Conselho Geral e de Supervisão (sendo que este último reporte foi instituído no ano transacto, passando a efectivar-se de forma trimestral);
- Preparação da política de gestão de capital para o triénio 2011-2013 no contexto de vários cenários macroeconómicos alternativos e da implementação de Basileia III.

BASILEIA II

Após a obtenção, em 2009, da aprovação do Banco de Portugal relativa à utilização do método *Standard* para o cálculo de requisitos de capital para o risco operacional (a nível consolidado e para as actividades do Grupo em Portugal) e relativa à utilização do modelo interno de VaR (*Value-at-Risk*) para o apuramento dos requisitos de capital para o risco genérico de mercado (relativamente à sua actividade em Portugal), o Grupo obteve aprovação do Banco de Portugal para a utilização de metodologias baseadas em Notações Internas (IRB) para o cálculo de requisitos de capital referentes ao risco de crédito. Esta autorização produziu efeitos a partir de 31 de Dezembro de 2010 (inclusive) e foi concedida relativamente às actividades do Grupo em Portugal.

Esta autorização culminou um processo iniciado em finais de 2007, no âmbito do qual o Grupo manteve um diálogo contínuo e profícuo com o Banco de Portugal, que resultou, muitas vezes, no desenho e implementação de novos mecanismos e instrumentos de gestão e controlo do risco de crédito ou, também, em melhorias ou afinações de mecanismos e instrumentos já implementados.

Neste sentido, o desfecho positivo da candidatura do Grupo à utilização de metodologias IRB constituiu um sinal inequívoco da adequação dos seus processos e sistemas dedicados à identificação, avaliação, acompanhamento e controlo do risco de crédito, sendo simultaneamente um incentivo importante para a continuidade e reforço de uma política de melhoria e de aperfeiçoamento do Grupo, no que se refere à gestão do risco (em geral) e à gestão e controlo do risco de crédito (em particular).

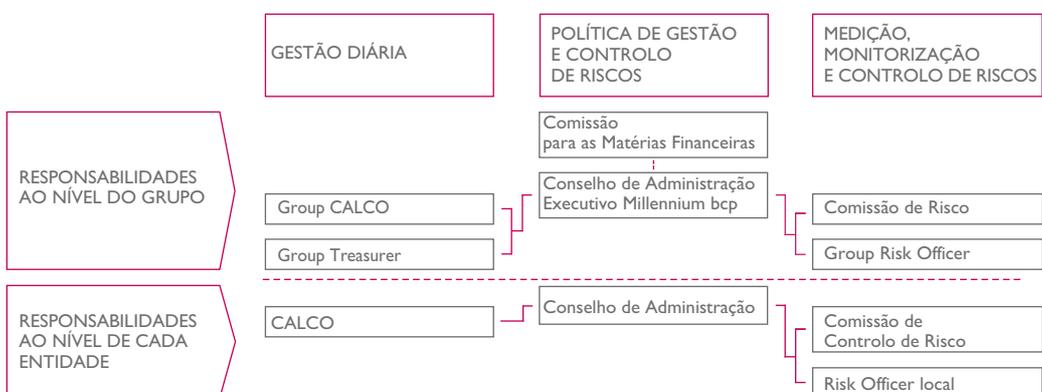
Todas as acções relativas à preparação do Grupo para a conformidade dos seus processos e sistemas com os requisitos de Basileia II, relacionadas com as diversas vertentes da gestão e controlo de risco, foram superiormente conduzidas pelo Conselho de Administração Executivo do Millennium bcp (e, de uma forma mais particular, pelo Administrador responsável pela função de Gestão do Risco). Tal proporcionou ao órgão máximo de gestão uma visão abrangente e um conhecimento directo dos temas e desafios da gestão do risco no âmbito de Basileia II, com o conseqüente acréscimo de *know-how* proporcionado por este envolvimento.

GOVERNANCE DA GESTÃO DO RISCO

Em 2010, o modelo de *governance* da gestão do risco não sofreu alterações face ao ano anterior, mantendo-se as responsabilidades e interacções entre os órgãos e unidades de estrutura envolvidas.

Trata-se de um modelo de controlo transversal e multidoméstico, no qual cabe ao Conselho de Administração Executivo (CAE) a responsabilidade última pela gestão do risco, sendo essa responsabilidade supervisionada pelo Conselho Geral e de Supervisão, nomeadamente, através da Comissão para as Matérias Financeiras (órgão que emana desse Conselho). Graficamente, o modelo de governação da gestão do risco pode ser representado da seguinte forma:

MODELO DE GESTÃO DE RISCOS



Seguidamente, apresentam-se as competências e atribuições dos órgãos intervenientes na governação da gestão do risco a nível do Grupo (para além do CAE).

COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS (CMF)

À CMF são cometidas, designadamente, as matérias de fiscalização da gestão, dos documentos de reporte financeiro e ainda das medidas qualitativas de aperfeiçoamento dos sistemas de controlo interno, da política de gestão do risco e da política de *Compliance*, competindo-lhe ainda supervisionar a actividade de auditoria interna, zelar pela independência do Revisor Oficial de Contas e emitir recomendação sobre a contratação de auditores externos, formulação da respectiva proposta de selecção e condições contratuais de prestação de serviços por parte destes. Incumbe também à CMF receber as comunicações de irregularidades apresentadas por Accionistas, Colaboradores ou outros, assegurando o seu acompanhamento pela Direcção de Auditoria Interna ou pela Provedoria do Cliente.

Compete ainda à CMF emitir parecer sobre os créditos concedidos sob qualquer forma ou modalidade, incluindo prestação de garantias, bem como qualquer outro contrato que o Banco ou qualquer sociedade do Grupo celebre com membros dos seus corpos sociais, detentores de participações superiores a 2% no capital social do Banco, bem como com entidades que, nos termos do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, estejam com qualquer um destes relacionados.

A CMF é a primeira destinatária dos Relatórios da Direcção de Auditoria Interna e do Revisor Oficial de Contas e auditores externos, reunindo regularmente com o Administrador responsável pela área financeira, o Group Risk Officer, o Compliance Officer e o responsável pela Auditoria Interna.

COMISSÃO DE RISCO

É responsável por acompanhar os níveis globais de risco (riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional), assegurando que os mesmos são compatíveis com os objectivos, os recursos financeiros disponíveis e as estratégias aprovadas para o desenvolvimento da actividade do Grupo.

Integram esta comissão todos os Membros do Conselho de Administração Executivo, o Group Risk Officer, o Compliance Officer e os primeiros responsáveis da Direcção de Auditoria, Direcção de Tesouraria e Mercados, Direcção de Planeamento e Controlo Orçamental, Direcção de Rating, Gabinete de Estudos, Direcção de Assets and Liabilities Management e Direcção de Crédito.

GROUP CALCO

É responsável pela gestão do capital global do Grupo, gestão de activos e passivos e definição de estratégias de gestão da liquidez ao nível consolidado. Em concreto, o Group CALCO é responsável pela gestão estrutural dos riscos de mercado e liquidez, incluindo os seguintes aspectos:

- Monitorizar a execução do plano de liquidez;
- Definir os preços de transferência e regras de alocação de capital;
- Tomar decisões relativamente à cobertura de posições específicas;
- Definir regras de gestão e monitorizar a *performance* do Investment Portfolio.

O Group CALCO é presidido pelo Presidente do CAE, é coordenado pelo Group CFO e é constituído por todos os restantes Membros do CAE. Os outros membros do Group CALCO são nomeados pelo CAE.

GROUP RISK OFFICER

É responsável pela função de controlo de risco para todas as entidades do Grupo. Assim, de forma a assegurar a monitorização e alinhamento de conceitos, práticas e objectivos transversalmente, compete ao Group Risk Officer informar a Comissão de Risco do nível geral de risco e propor medidas para melhorar o ambiente de controlo e implementar os limites aprovados.

O Group Risk Officer tem poder de veto em qualquer decisão que não esteja sujeita a aprovação pelo CAE e que possa ter impacto nos níveis de risco do Grupo (exemplo: lançamento de novos produtos ou alterações de processos).

De forma a cumprir a sua missão, as funções do Group Risk Officer incluem:

- Suportar o estabelecimento de políticas e metodologias de gestão do risco para a identificação, medição, limitação, monitorização, mitigação e reporte dos diversos tipos de risco;

- Propor e implementar um conjunto de métricas aplicável aos vários tipos de risco;
- Assegurar a existência de um corpo de regras e procedimentos para suportar a gestão do risco;
- Controlar, numa base permanente, a evolução de diferentes riscos e a conformidade com as políticas, regulações e limites aplicáveis;
- Assegurar a existência de uma plataforma de IT efectiva e uma base de dados de informação para a gestão do risco robusta e completa;
- Participar em todas as decisões com relevância no risco e com impacto no sistema de controlo interno, tendo autoridade para assegurar a conformidade com os regulamentos e objectivos de risco do Grupo;
- Preparar informação relativamente à gestão do risco para ser divulgada internamente e ao mercado.

O Group Risk Officer é nomeado pelo CAE e apoia os trabalhos da Comissão de Risco.

CAPITAL ECONÓMICO

No âmbito do Pilar II de Basileia II (genericamente designado por “Processo de Supervisão”), o Grupo tem vindo a atribuir uma importância crescente à quantificação do capital necessário para absorver perdas potenciais futuras, com uma probabilidade pré-definida, de modo a salvaguardar os interesses dos seus credores e Accionistas.

Trata-se, assim, de apurar o capital interno (ou “económico”) que, independentemente do capital regulamentar, seja adequado ao nível de riscos incorridos. Este processo de avaliação da adequação do capital interno (ICAAP – *Internal Capital Adequacy Assessment Process*) permite estabelecer uma ligação entre o nível de tolerância ao risco do Grupo e as suas necessidades de capital económico.

Através do ICAAP, procede-se à identificação de todos os riscos materiais inerentes à actividade do Grupo e à respectiva quantificação, tendo presentes os efeitos de correlação entre os diferentes riscos, bem como os efeitos de diversificação do negócio (que se desenvolve sobre várias linhas e produtos e em várias geografias).

Para além disso, no âmbito do apuramento do capital económico, são considerados diversos riscos que não são quantificados no âmbito do cálculo de requisitos de capital regulamentar (Pilar I de Basileia II) e grandezas de ordem financeira sobre as quais impendem incertezas – como sejam, por exemplo, o valor esperado da diferença entre *fair value* e *book value* de activos ou ainda os lucros esperados futuros (excluindo dívida subordinada com maturidade determinada).

Apuradas, assim, as necessidades de capital económico, procede-se depois à comparação destas com os recursos financeiros disponíveis (a capacidade de absorção de risco – *Risk Taking Capacity*), o que permite uma visão económica da adequação de capital, tomando-se igualmente possível identificar actividades e/ou negócios criadores de valor.

Tendo em conta a natureza da principal actividade do Grupo nos mercados em que opera (a Banca de Retalho), os principais riscos considerados para efeitos do ICAAP são os seguintes:

- Risco de crédito;
- Risco operacional;
- Risco das posições não cobertas nas carteiras de negociação e bancária;
- Risco de acções;
- Risco de imobiliário;
- Risco do Fundo de Pensões;
- Risco de liquidez;
- Risco estratégico e de negócio.

Para o cálculo do capital económico, o Grupo considera um horizonte temporal de 12 meses, congregando diversos factores de ordem económica, regulamentar e prática, para constituir um determinado cenário previsional como, por exemplo, o planeamento de negócio, os *ratings* externos, o capital regulamentar no âmbito do Pilar I e a quantificação do risco de crédito, entre outros.

Considerando as expectativas e objectivos do Grupo em termos da sua própria notação pelas agências de *rating*, o modelo de capital económico assume uma probabilidade de *default* global, a 12 meses, de 6 pontos base, o que reflecte um *rating* objectivo de A+. Neste sentido, a abordagem de quantificação utilizada baseia-se numa metodologia VaR, calculando-se para cada risco o valor máximo da perda potencial, num horizonte de 12 meses, com um nível de confiança de 99,94%.

No que se refere às métricas utilizadas no cálculo, as mesmas são ilustradas pela seguinte figura:

TIPOLOGIA DOS RISCOS DE MAIOR MATERIALIDADE NO GRUPO BCP E RESPECTIVAS MÉTRICAS DE AVALIAÇÃO

TIPOS DE RISCO	SUBCATEGORIA	MÉTRICAS
Risco de crédito		Modelo da carteira de crédito
Riscos de mercado	Carteira de negociação	Modelo VaR
	Risco de taxa de juro na carteira bancária	
	Risco de acções na carteira bancária	Modelo VaR a longo prazo
	Risco imobiliário	
Risco operacional		Método <i>Standard</i>
Risco de liquidez		Modelo de <i>stress tests</i> sobre os custos de <i>funding</i>
Risco do Fundo de Pensões		Modelo de simulação
Risco de negócio e estratégico		Modelo baseado na volatilidade específica da acção BCP

A agregação dos riscos nos diferentes níveis da estrutura organizacional do Grupo inclui o cálculo do efeito dos benefícios de diversificação, traduzindo-se num resultado global que é inferior à soma das diversas componentes individuais. Verifica-se, assim, que os diversos tipos de risco não são perfeitamente correlacionados, sendo improvável a ocorrência simultânea dos piores cenários.

Para este efeito é utilizada a combinação de dois métodos: i) método da correlação e ii) dependência de eventos extremos. Em termos gerais, através do método da correlação, o valor do capital económico total é obtido a partir dos valores individuais e da matriz de correlação. Este método permite ainda o cálculo das contribuições para o risco global de cada tipo de risco.

A matriz de correlação é obtida submetendo as séries históricas de perdas a uma análise de correlação linear implícita que difere da análise de correlação linear tradicional, uma vez que reconhece a dependência de eventos extremos.

O quadro seguinte apresenta a posição global de risco do Grupo em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, enquanto representada pelo capital económico apurado nestas datas:

CAPITAL ECONÓMICO

	Milhões de euros			
	'10		'09	
	VALOR	%	VALOR	%
RISCO DE CRÉDITO	2.078,5	40,6%	1.790,0	35,5%
RISCOS DE MERCADO	1.212,5	23,7%	1.320,8	26,2%
Carteira de negociação	40,0	0,8%	24,3	0,5%
Carteira bancária – risco de taxa de juro	440,4	8,6%	468,7	9,3%
Risco de acções – risco de preço de acções	404,3	7,9%	603,9	12,0%
Risco imobiliário	327,7	6,4%	223,9	4,4%
RISCO OPERACIONAL	428,2	8,4%	436,5	8,7%
RISCO DE LIQUIDEZ	319,3	6,2%	250,4	5,0%
RISCO DO FUNDO DE PENSÕES	876,0	17,1%	956,8	19,0%
RISCO DE NEGÓCIO E ESTRATÉGICO	202,7	4,0%	287,3	5,7%
CAPITAL NÃO DIVERSIFICADO	5.117,2	100,0%	5.041,9	100,0%
Benefícios de diversificação	-1.254,0		-1.140,4	
CAPITAL ECONÓMICO DO GRUPO	3.863,2		3.901,5	

Verifica-se, assim, a manutenção do nível de risco global, já que a variação das necessidades internas de capital é de apenas -38,3 milhões de euros, após efeitos de diversificação, face à quantificação desta grandeza em Dezembro de 2009.

ACOMPANHAMENTO E VALIDAÇÃO DE MODELOS

Compete à Unidade de Controlo de Modelos (integrada no Risk Office do Grupo) o acompanhamento e validação independente dos modelos de risco de crédito e de mercado, sendo no primeiro caso igualmente acompanhados e validados os próprios sistemas de *rating* em que os modelos em causa se integram.

A estrutura de acompanhamento e validação implementada envolve ainda os responsáveis pelos modelos (*Model Owners*), pelos sistemas de *rating* (*Rating System Owners*), o Comité de Validação, a Comissão de Risco e a Direcção de Auditoria.

Durante 2010 foram realizadas frequentes acções de acompanhamento e validação dos modelos de risco de crédito e de mercado. No caso dos modelos de risco de crédito, estas acções incidiram sobre modelos para as classes de risco de Empresas e de retalho, nas suas principais componentes de estimação, relativamente a modelos utilizados em Portugal e em algumas subsidiárias sediadas no exterior. No âmbito deste processo, os modelos mais significativos são os de Probabilidade de *Default* (PD) – como os modelos *Large Corporate*, *Small e Mid Corporate* e o modelo comportamental TRIAD – e o de estimativas de Perda em caso de *Default* (LGD).

As acções de acompanhamento e validação desenvolvidas visam igualmente monitorizar e aprofundar o conhecimento sobre a qualidade dos modelos, por forma a reforçar a capacidade de reacção atempada face a alterações nas respectivas faculdades preditivas, permitido assim ao Grupo reforçar a confiança na utilização e desempenho de cada um dos modelos e nos sistemas de *rating* implementados.

RISCO DE CRÉDITO

Este risco materializa-se nas perdas e na incerteza quanto a retornos futuros gerados pela carteira de crédito, por incapacidade dos tomadores de empréstimos (e dos seus garantos, quando existam), dos emissores de títulos ou das contrapartes de contratos em cumprir com as suas obrigações.

Trata-se de um risco muito relevante e de elevada representatividade em termos da exposição global ao risco do Grupo, claramente presente no dia-a-dia das suas redes comerciais, enquadrando permanentemente as actividades de concessão e acompanhamento do crédito.

O controlo e a mitigação deste risco fazem-se, por um lado, através de uma sólida estrutura de análise e avaliação de riscos – por sistemas internos de *rating* adequados aos diversos segmentos do negócio e por um modelo de detecção antecipada da potencial sinistralidade da carteira – e, por outro, por unidades de estrutura exclusivamente dedicadas à recuperação de crédito, para as situações de incumprimento já verificadas.

Em 2010, o Grupo continuou a desenvolver diversas actividades de reforço e aperfeiçoamento da análise e avaliação do risco nos vários segmentos da carteira, das quais se destacam as seguintes:

- A reformulação e melhoria do conjunto de sistemas de *rating*, decorrentes de uma melhor adequação da segmentação de Clientes em termos de avaliação de risco de crédito. Neste âmbito, citam-se, por exemplo, o desenvolvimento e implementação de novos modelos de *rating* para o sector da promoção imobiliária e o redesenvolvimento dos modelos de avaliação de risco para o segmento *Large Corporate*;
- A validação formal dos modelos de *rating* em vigor nos segmentos Corporate/Retalho;
- O recálculo anual das estimativas de Perda em Caso de Incumprimento (LGD), com particular incidência no que se refere a créditos caucionados por garantias hipotecárias sobre bens imóveis e à carteira de Pequenos Negócios (PME Retalho);
- A continuidade de um projecto informático na área da recuperação de crédito, em colaboração com um consultor externo, cujo principal objectivo foi a criação de um repositório de dados de suporte ao cálculo das LGD;
- O aperfeiçoamento do normativo interno relativo ao crédito em incumprimento, reforçando-se a actuação atempada perante situações de degradação da capacidade financeira dos Clientes;
- A reestruturação das áreas de recuperação de crédito, com a divisão da anterior Direcção de Recuperação de Crédito em duas unidades distintas – a Direcção de Recuperação Standardizada (vacionada para o tratamento da sinistralidade de Retalho) e a Direcção de Recuperação Especializada (vacionada para o tratamento da sinistralidade nos maiores riscos) – bem como a criação da Direcção de Contencioso.

Os processos e sistemas que o Grupo tem afectos à gestão e controlo do risco de crédito encontram-se num estágio de desenvolvimento elevado, o que permitiu ao Banco de Portugal acolher favoravelmente a candidatura do Grupo à utilização de abordagens baseadas nas Notações Internas (IRB – *Internal Ratings Based*) para o cálculo de requisitos regulamentares de capital relativos a este tipo de risco. A autorização em questão foi concedida com efeitos a 31 de Dezembro de 2010 (inclusive) e refere-se às actividades do Grupo em Portugal.

Relativamente a outros países, nomeadamente a Polónia e a Grécia, o Grupo planeia candidatar-se igualmente à utilização de abordagens IRB para o cálculo de requisitos de capital, de acordo com um plano de *roll out* para os próximos dois anos. Nesses países, os processos e sistemas de gestão do risco de crédito têm vindo a ser aperfeiçoados em linha com as práticas seguidas em Portugal.

SEGMENTAÇÃO DE CLIENTES E SISTEMAS DE RATING

Com vista à melhor adequação possível da avaliação de risco de crédito, no que se refere à atribuição de Notações Internas (graus de risco) correspondentes às probabilidades de incumprimento (PD – *Probability of Default*), o Grupo definiu um conjunto de macro-segmentos e segmentos que são tratados através de diferentes sistemas de *rating*.

Desta forma, é assegurada uma avaliação de risco que entra em linha de conta com as características específicas dos Clientes, em termos dos respectivos perfis de risco, pois os diferentes segmentos são tratados por sistemas de *rating* específicos, desenhados para avaliar diferentes tipos de Clientes e de exposições creditícias (típicas de cada segmento, com características ditadas pelo próprio segmento em causa).

Na tabela seguinte são elencados os macro-segmentos, segmentos e sistemas de *rating* utilizados para cada um, em Portugal:

MACRO-SEGMENTO	SEGMENTO	SISTEMA DE RATING
Soberanos, Bancos e Entidades do Sector Público	Soberanos	Sistema de <i>rating</i> para Bancos e Soberanos
	Entidades supra-nacionais	
	Bancos	
	Entidades do Sector Público (ESP)	Sistema de <i>rating</i> para ESP
Projectos	<i>Project finance</i>	Sistema de <i>rating</i> para Projectos
	Projectos de promoção imobiliária e Fundos de investimento imobiliário	
	Empresas <i>start-up</i>	
Outras entidades	SPV, ACE, igrejas, clubes desportivos e outras organizações sem fins lucrativos	Sistema de <i>rating</i> simplificado
Corporate e PME Corporate	<i>Large Corporate</i>	Sistema de <i>rating</i> para Empresas
	<i>Mid Corporate</i>	
	<i>Small Corporate</i>	
	Empresas de promoção imobiliária	
	<i>Holdings</i>	
Retailho	Pequenos Negócios	Sistema de <i>rating</i> para Pequenos Negócios
	Particulares	Sistema de <i>rating</i> para Particulares

A avaliação feita pelos sistemas de *rating* acima referidos resulta em graus de risco de uma *master scale* transversal, com 15 graus, dos quais três correspondem a situações de degradação relevante da qualidade creditícia dos Clientes e se designam por "graus de risco processuais". Os graus de risco atribuídos pelos sistemas de *rating* têm a validade de um ano, sendo periodicamente revistos/actualizados ou sempre que ocorram eventos que o justifiquem (pedidos de concessão de novo crédito ou indícios da degradação da qualidade creditícia dos devedores). A definição desta escala de graus de risco, utilizada nas principais operações do Grupo, é dada pela seguinte tabela:

Grau de risco	PD mínima	PD máxima	Descrição
1	0,01%	0,05%	Máxima segurança (só para riscos soberanos)
2	0,05%	0,07%	Qualidade superior
3	0,07%	0,14%	Qualidade muito alta
4	0,14%	0,28%	Qualidade alta
5	0,28%	0,53%	Qualidade muito boa
6	0,53%	0,95%	Qualidade boa
7	0,95%	1,73%	Qualidade média/alta
8	1,73%	2,92%	Qualidade média
9	2,92%	4,67%	Qualidade média/baixa
10	4,67%	7,00%	Qualidade baixa
11	7,00%	9,77%	Qualidade muito baixa
12	9,77%	13,61%	Acesso a crédito condicionado
13 (*)	13,61%	27,21%	Sinais fracos de imparidade
14 (*)	27,21%	100,00%	Sinais fortes de imparidade
15 (*)	100,00%	100,00%	<i>Default</i>

(*) Grau de risco processual.

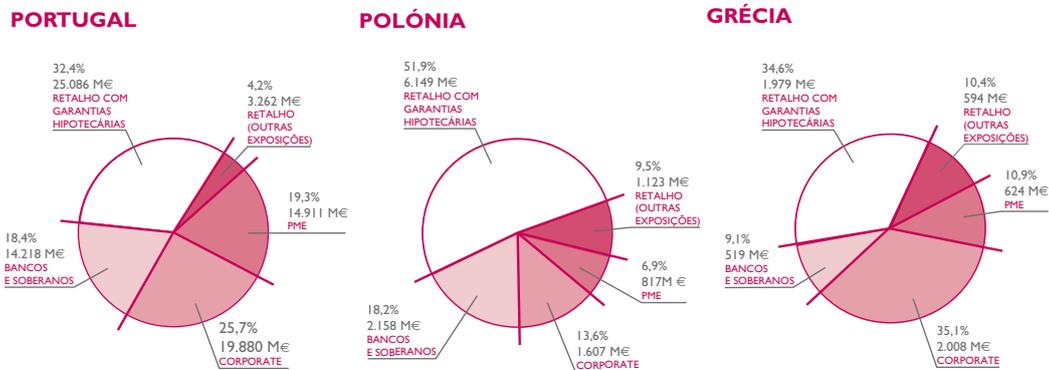
A atribuição de graus de risco é da exclusiva responsabilidade da Direção de Rating – uma unidade de estrutura independente das áreas e órgãos de análise e decisão de crédito –, ainda que a grande maioria dos graus de risco seja atribuída por modelos de decisão automática (utilizados no âmbito do macro-segmento de Retalho).

Na tabela seguinte apresentam-se de forma muito sumária as principais características dos sete sistemas de *rating* atrás indicados, em termos da respectiva metodologia para atribuição dos graus de risco.

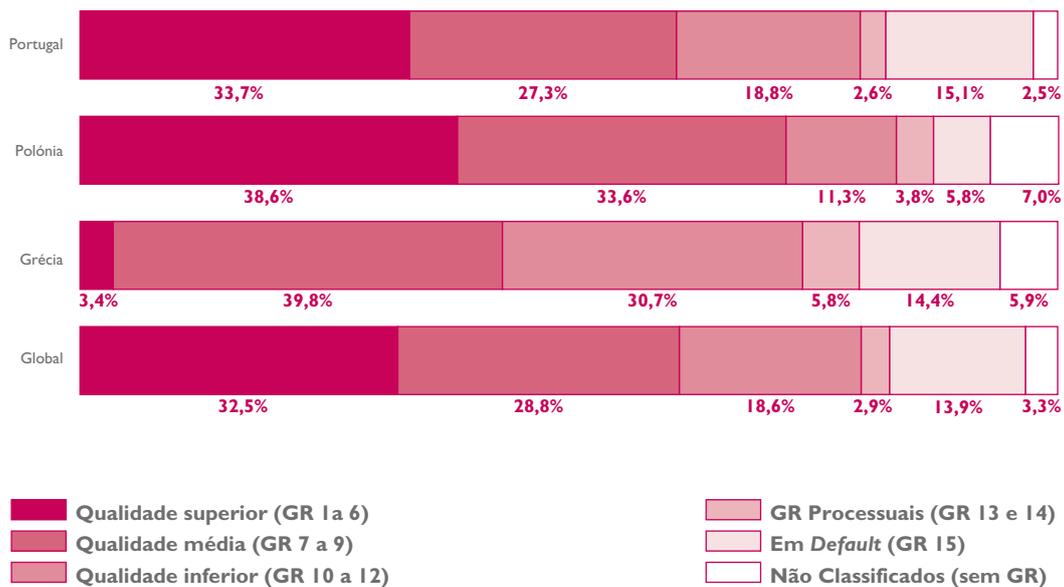
Sistema de <i>rating</i>	Metodologia para atribuição de graus de risco
Sistema de <i>rating</i> para Bancos e Soberanos	Atribuição de graus de risco baseada nos <i>ratings</i> externos atribuídos por agências de <i>rating</i> reconhecidas, através de tabela de mapeamento entre as notações de <i>rating</i> externo e os graus de risco da <i>master scale</i> .
Sistema de <i>rating</i> para Entidades do Sector Público	Atribuição de graus de risco através de regras específicas estabelecidas por normativo interno, tendo por base o <i>rating</i> da República Portuguesa.
Sistema de <i>rating</i> para Projectos	Quatro modelos de <i>rating</i> baseados em <i>templates</i> de <i>scoring</i> : <ul style="list-style-type: none"> • modelo de <i>rating</i> para <i>Project Finance</i>; • modelo de <i>rating</i> para <i>Real Estate Funds</i>; • modelo de <i>rating</i> para <i>Real Estate Single Asset</i>; • modelo de <i>rating</i> para <i>Start-ups</i>.
Sistema de <i>rating</i> simplificado	Atribuição de graus de risco através de regras específicas estabelecidas por normativo interno.
Sistema de <i>rating</i> para Empresas	Modelos <i>Small e Mid Corporate</i> – componente quantitativa (nota económico-financeira baseada em dados contabilísticos) + componente qualitativa (baseada em <i>template</i> de <i>scoring</i>) + ajustamentos, tipificados em situações pré-definidas. Modelo <i>Large Corporate</i> – componente quantitativa (nota económico-financeira baseada em dados contabilísticos, ponderada por sector de actividade) + componente qualitativa (baseada em <i>template</i> de <i>scoring</i> e matrizes de <i>rating</i> sectorial) + ajustamentos, tipificados em situações pré-definidas. Três modelos de <i>rating</i> baseados em <i>templates</i> de <i>scoring</i> , aplicáveis a empresas de promoção imobiliária que não sejam enquadradas pelo sistema de <i>rating</i> para Projectos: <ul style="list-style-type: none"> • modelo de <i>rating</i> para <i>Real Estate Small Transactions</i>; • modelo de <i>rating</i> para <i>Real Estate Development Companies</i>; • modelo de <i>rating</i> para <i>Real Estate Investment Companies</i>. Dois modelos de <i>rating</i> (baseados em <i>templates</i> de <i>scoring</i> com componentes quantitativa e qualitativa) aplicáveis a <i>Holdings</i> : <ul style="list-style-type: none"> • modelo de <i>rating</i> para <i>Holdings</i> de grupos económicos; • modelo de <i>rating</i> para <i>Holdings</i> de investimento.
Sistema de <i>rating</i> para Pequenos Negócios	Modelo TRIAD – baseado no comportamento financeiro dos Clientes, de decisão e actuação automática, com duas grelhas de <i>scoring</i> (em função do perfil do Cliente). Modelo de <i>scoring</i> de aceitação para o segmento Pequenos Negócios (sempre que o TRIAD não pode ser aplicado – i.e., Clientes novos).
Sistema de <i>rating</i> para Particulares	Modelo TRIAD – baseado no comportamento financeiro dos Clientes, de decisão e actuação automática, com quatro grelhas de <i>scoring</i> (em função dos produtos detidos pelo Cliente). Modelos de <i>Scoring</i> de Aceitação (sempre que o TRIAD não pode ser aplicado – i.e., clientes novos), por produto pretendido ou produtos detidos pelo Cliente: <ul style="list-style-type: none"> • <i>Scoring</i> de Aceitação para crédito à habitação; • <i>Scoring</i> de Aceitação para crédito ao consumo; • <i>Scoring</i> de Aceitação para crédito automóvel; • <i>Scoring</i> de Aceitação para Clientes com conta à ordem e cartão de crédito; • <i>Scoring</i> de Aceitação para Clientes sem conta à ordem.

COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE CRÉDITO

Nos gráficos seguintes, apresenta-se a decomposição da carteira de crédito em 31 de Dezembro de 2010 por segmentos de exposição, nas principais geografias em que o Grupo opera, em termos de EAD (*Exposure at Default*).



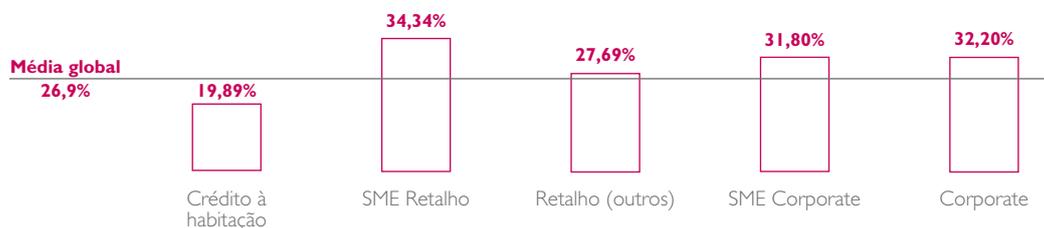
No que se refere à distribuição das exposições (EAD) por qualidade dos riscos, medida pelos graus de risco (GR) internos atribuídos, a posição em 31 de Dezembro de 2010 em cada uma das três principais geografias é dada pelo seguinte gráfico:



Nota: não se incluem exposições a Bancos e Soberanos, *Specialised Lending* e exposições tratadas pelo método Padrão para efeitos de cálculo de requisitos de capital regulamentar.

Como se verifica pelo gráfico acima, a distribuição da qualidade dos riscos em Portugal influencia decisivamente a distribuição global nestas três geografias (a exposição em Portugal corresponde a cerca de 81,5% da exposição do Grupo). Verifica-se também que 61,3% da exposição corresponde a riscos de qualidade superior e média.

No que se refere às Perdas em caso de *Default* (LGD), as médias por segmento de exposição em Portugal – resultantes do cálculo de capital regulamentar e baseadas nas estimativas feitas a partir das perdas efectivamente verificadas, medidas através da recuperação de crédito – são dadas pelo gráfico seguinte.



RISCO DE CONCENTRAÇÃO DE CRÉDITO

No final do primeiro semestre de 2010, o Grupo apresentou ao Banco de Portugal o primeiro relatório anual relativo ao risco de concentração de crédito, referido a 31 de Dezembro de 2009, em cumprimento do disposto na Instrução n.º 2/2010 do Supervisor.

Neste relatório, foram identificadas as 100 maiores posições de risco de crédito, em termos de exposições individuais (*single name concentrations*) e foi indicada a distribuição das exposições em termos dos sectores de actividade económica (concentração sectorial), tanto a nível consolidado como para cada uma das três principais geografias em que o Grupo opera (Portugal, Polónia e Grécia).

Importa referir que os requisitos do Banco de Portugal nesta matéria reforçam as políticas do Grupo relativas à identificação, medição e gestão do risco de concentração de crédito. De facto, são definidos internamente (estipulados em normativo) limites à exposição de crédito que visam mitigar a concentração deste risco. O posicionamento das maiores exposições face aos limites de concentração estipulados é regularmente monitorizado pelo Risk Office e reportado à Comissão para as Matérias Financeiras e à Comissão de Risco.

No quadro seguinte, apresenta-se a posição dos 20 maiores grupos de Clientes, expressa em percentagem dos Fundos Próprios (em termos de exposição líquida), bem como o respectivo peso no total da exposição (em termos de EAD), a nível consolidado, em 31 de Dezembro de 2010.

Grupos de Clientes	Peso da exposição líquida em fundos próprios	Peso da exposição no total (EAD)
Grupo 1	6,7%	1,1%
Grupo 2	4,9%	0,8%
Grupo 3	4,1%	0,7%
Grupo 4	3,3%	0,6%
Grupo 5	2,7%	0,5%
Grupo 6	2,4%	0,5%
Grupo 7	2,3%	0,4%
Grupo 8	2,2%	0,4%
Grupo 9	2,2%	0,4%
Grupo 10	2,2%	0,5%
Grupo 11	2,2%	0,6%
Grupo 12	2,0%	0,5%
Grupo 13	1,9%	0,3%
Grupo 14	1,9%	0,4%
Grupo 15	1,6%	0,4%
Grupo 16	1,6%	0,3%
Grupo 17	1,5%	0,3%
Grupo 18	1,5%	0,3%
Grupo 19	1,3%	0,2%
Grupo 20	1,2%	0,3%
TOTAL	49,7%	9,4%

CAPITAL ECONÓMICO PARA RISCO DE CRÉDITO

O cálculo de capital económico relativo ao risco de crédito é efectuado através de um modelo actuarial, de *portfolio*, desenvolvido internamente, o qual permite estimar a distribuição de probabilidade das perdas totais a partir das exposições e características específicas da carteira de crédito do Grupo.

Este modelo incorpora as medições relativas às variáveis básicas da avaliação do risco de crédito – Probabilidades de *Default* (PD), Perdas em caso de *Default* (LGD) e Factores de Conversão de Crédito Fora de Balanço (CCF), considerando ainda a incerteza associada a estas medidas ao incorporar também a volatilidade destes parâmetros. Para além disso, o modelo também considera efeitos de diversificação/concentração de risco de crédito, entrando em linha de conta com os graus de correlação entre os diversos sectores de actividade económica.

Em Dezembro de 2010, o capital económico associado ao risco de crédito correspondia a 40,6% do capital económico não diversificado total do Grupo, o que se traduz num acréscimo de 5,1 p.p. neste peso face a Dezembro de 2009.

RISCO OPERACIONAL

O risco operacional materializa-se por via das perdas resultantes de falhas ou da inadequação dos processos internos, das pessoas ou dos sistemas ou ainda pela ocorrência de eventos externos.

Para a gestão e controlo deste tipo de risco, o Grupo tem vindo a adoptar, de forma crescente e muito relevante, um conjunto de princípios, práticas e mecanismos de controlo claramente definidos, documentados e implementados, de que são exemplos:

- A segregação de funções;
- As linhas de responsabilidade e respectivas autorizações;
- A definição de limites de tolerância e de exposição aos riscos;
- Os códigos deontológicos e de conduta;
- Os indicadores-chave de risco (*key risk indicators* – KRI);
- Os controlos de acessos, físicos e lógicos;
- As actividades de reconciliação;
- Os relatórios de excepção;
- Os planos de contingência;
- A contratação de seguros;
- A formação interna sobre processos, produtos e sistemas.

Assim, visando-se uma cada vez maior eficiência na identificação, avaliação, controlo e mitigação das exposições ao risco, o Grupo tem vindo, desde 2006, a reforçar o seu sistema de gestão do risco operacional e a alargar a sua abrangência às principais operações no exterior:

A adopção de uma aplicação de suporte comum a todas as subsidiárias e o acompanhamento por parte do Risk Office do Grupo asseguram um elevado nível de uniformidade na gestão do risco entre as várias operações, muito embora se registem estágios de evolução diferenciados, atendendo à implementação faseada do referido sistema de gestão e às prioridades atribuídas em função da materialidade das exposições.

O reconhecimento da política de gestão e controlo de risco operacional delineada resultou na aprovação do Banco de Portugal relativa à utilização do método *Standard* (TSA) para o cálculo dos requisitos de fundos próprios para a cobertura do risco operacional. Esta aprovação foi concedida com efeitos a partir de Março de 2009 (inclusive) ao Grupo, em base consolidada, abrangendo também, em base individual, os Bancos sediados em Portugal.

Em consonância com a evolução futura do *framework* de gestão do risco operacional, o Grupo ambiciona vir a adoptar o Método de Medição Avançada (AMA), cujos requisitos regulamentares são, na sua maioria, comuns aos do método *Standard*.

Em 2010, destacam-se as seguintes concretizações no âmbito da gestão do risco operacional:

- Consolidação da base de dados de eventos de perda operacional nas principais operações do Grupo;
- Realização de novos exercícios de auto-avaliação de riscos em Portugal, na Polónia e na Grécia e o lançamento deste instrumento de gestão de risco na Roménia e em Moçambique;

- Utilização progressiva de indicadores de risco (KRI) na monitorização preventiva dos riscos de processos de Portugal, Polónia, Grécia e Roménia;
- Incorporação mais efectiva da informação proporcionada pelos instrumentos de gestão do risco na identificação de acções de melhoria sobre os processos.

ESTRUTURA DE GESTÃO DO RISCO OPERACIONAL

A gestão do risco operacional assenta numa estrutura de processos *end-to-end*, definida para todas as subsidiárias do Grupo, beneficiando-se, dessa forma, de uma percepção mais abrangente dos riscos, decorrente de uma visão integrada das actividades desenvolvidas ao longo da cadeia de actividades de cada processo.

O conjunto dos processos definidos para cada entidade é dinâmico, sendo ajustado e diferenciado em função das práticas operacionais e de negócio de cada uma, por forma a cobrir todas as actividades relevantes desenvolvidas.

A responsabilidade pela gestão dos processos foi atribuída a *process owners* que têm por missão:

- Caracterizar as perdas operacionais capturadas no contexto dos seus processos;
- Realizar a auto-avaliação dos riscos (*risks self-assessment – RSA*);
- Identificar e implementar as acções adequadas para mitigar exposições ao risco, contribuindo para o reforço do ambiente de controlo interno;
- Monitorizar os indicadores de risco (KRI).

Em Portugal, os *process owners* são designados pelo Comité de Acompanhamento de Processos (CAP), com base no reconhecimento dos seus conhecimentos e experiência no âmbito das actividades dos processos de que são responsáveis, cabendo também a este órgão a responsabilidade por:

- Aprovar a definição dos *dossiers* de processo;
- Aprovar a instituição de novos processos, definindo, caso a caso, a necessidade da respectiva certificação ISO 9001 e identificando os processos que, fora da certificação, devam ter medição de desempenho (*key performance indicators – KPI*);
- Alinhar as práticas da gestão por processos com a realidade das unidades de estrutura intervenientes nos mesmos;
- Assegurar a produção, manutenção e divulgação interna de documentação e informação sobre a gestão por processos;
- Aprovar as alterações a processos já instituídos, bem como o desenho dos novos processos.

Nas restantes geografias, a nomeação dos *process owners* cabe aos respectivos Conselhos de Administração.

AUTO-AVALIAÇÃO DOS RISCOS OPERACIONAIS

O objectivo da auto-avaliação dos riscos é o de promover a identificação e a mitigação (ou mesmo eliminação) de riscos, actuais ou potenciais, no âmbito de cada processo. A classificação de cada risco é obtida através do seu posicionamento numa matriz de tolerância, para três cenários diferentes, o que permite:

- Determinar o risco inerente aos processos, sem considerar os controlos existentes (risco inerente);
- Avaliar a exposição dos vários processos aos riscos, considerando a influência dos controlos existentes (risco residual);
- Identificar o impacto das oportunidades de melhoria na redução das exposições mais significativas (risco objectivo).

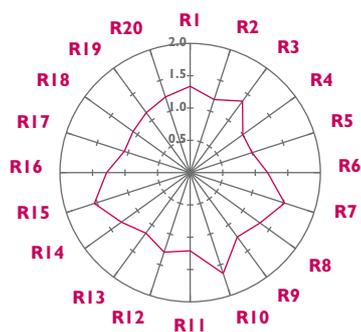
Os exercícios de RSA são baseados em *workshops*, assistidos pelo Risk Office e com a participação dos *process owners* e *process managers* ou em questionários enviados aos *process owners* para actualização dos resultados, em função de critérios de actualização pré-definidos.

Estes exercícios são também utilizados para capturar informação sobre o impacto na reputação que advém da ocorrência dos riscos operacionais avaliados, na medida em que estes são os que mais directamente se relacionam com risco reputacional.

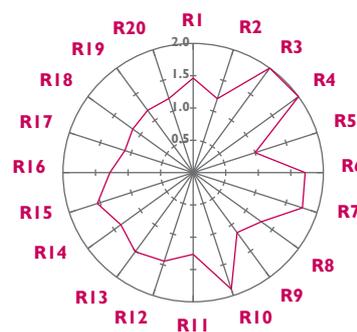
Em 2010, a auto-avaliação de riscos operacionais foi realizada pela primeira vez na Roménia e em Moçambique, tendo sido igualmente concluídos novos exercícios em Portugal, na Grécia e na Polónia. Tal permitiu obter, para cada processo definido nessas operações, resultados relativos à respectiva exposição aos riscos operacionais. As exposições mais significativas serão mitigadas através de medidas correctivas identificadas no próprio exercício de RSA, as quais serão priorizadas em função da magnitude dos riscos em causa, sendo a respectiva implementação monitorizada através da aplicação de suporte à gestão do risco operacional.

Os gráficos seguintes apresentam os resultados dos RSA realizados em 2010 em Portugal, Polónia e Grécia, relativamente ao *score* médio de cada uma das 20 subtipologias de risco definidas para o risco operacional, no conjunto dos processos avaliados, sendo que a linha exterior representa um *score* de 2,0, numa escala de 0 (menos grave) a 5 (mais grave).

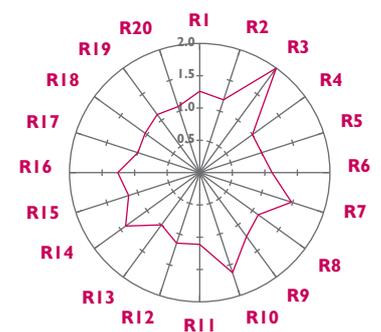
PORTUGAL



POLÓNIA



GRÉCIA



- R1 Fraude interna e roubo
- R2 Execução de transacções não autorizadas
- R3 Relações com Colaboradores
- R4 Violação dos regulamentos de higiene e segurança
- R5 Discriminação sobre Colaboradores
- R6 Perda de Colaboradores-chave
- R7 Hardware e software

- R8 Infra-estruturas de comunicações
- R9 Segurança de sistemas
- R10 Execução e manutenção de transacções
- R11 Monitorização e reporte
- R12 Relações com Clientes
- R13 Concepção de produtos/serviços
- R14 Fraude externa e roubo
- R15 Desastres e danos nos activos

- R16 Obrigações regulamentares, legais e fiscais
- R17 Práticas comerciais ou de mercado incorrectas
- R18 Outsourcing
- R19 Outros problemas de relações com terceiros
- R20 Riscos de projectos

PERDAS OPERACIONAIS

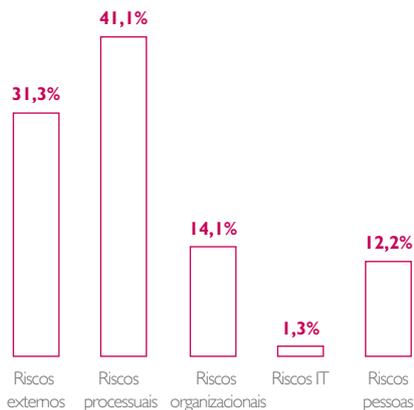
A identificação e registo de perdas operacionais é uma responsabilidade de todos os Colaboradores, cabendo aos *process owners* um papel relevante na dinamização da captura de dados sobre as perdas verificadas no âmbito dos seus processos. O Risk Office também procede à identificação e registo de perdas operacionais, a partir da análise de dados oriundos de áreas centrais.

O principal objectivo da captura de dados relativos a eventos de perda operacional é o de reforçar a consciencialização para este tipo de risco e facultar, aos *process owners*, informação relevante que devem incorporar na gestão dos seus processos. Para além disso, a base de dados de perdas operacionais é também um importante instrumento para, no futuro, vir a suportar o cálculo das necessidades de capital regulamentar. Acresce ainda que os dados das perdas operacionais são utilizados para *backtesting* dos resultados dos RSA, possibilitando assim a aferição das classificações atribuídas a cada processo, relativamente às 20 subtipologias de risco operacional.

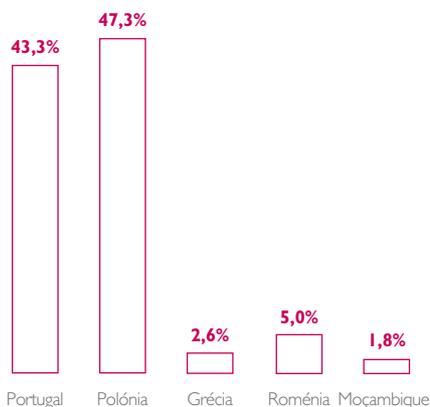
As perdas operacionais identificadas são relacionadas com um dado processo e registadas na aplicação de gestão do risco operacional do Grupo, sendo caracterizadas pelos respectivos *process owners* e *process managers*. A caracterização completa de uma perda operacional inclui, para além da descrição da respectiva causa-efeito, a sua valorização e, quando aplicável, a descrição da acção de mitigação identificada (a partir da análise da causa da perda), implementada ou a implementar:

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR DAS PERDAS

Por causa

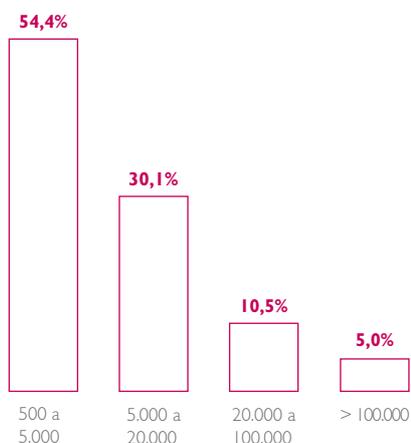
**DISTRIBUIÇÃO DO VALOR DAS PERDAS**

Por geografia

**DISTRIBUIÇÃO DO VALOR DAS PERDAS**

Por montante

Euros



Nas figuras ao lado apresenta-se o perfil das perdas operacionais acumuladas na base de dados até 31 de Dezembro de 2010:

A consolidação do processo de captura de perdas operacionais nas várias subsidiárias do Grupo é evidenciado pela evolução dos respectivos registos na base de dados, sendo a uniformidade de critérios assegurada pela análise da informação por parte do Risk Office do Grupo, que promove a disseminação de informação sobre a mitigação de eventos por todas as geografias de actividade do Grupo. Adicionalmente, são também conduzidos processos que visam a reconciliação da informação de perdas registadas com elementos contabilísticos.

INDICADORES DE RISCO

Estes indicadores são métricas que visam identificar alterações no perfil dos riscos ou na eficácia dos controlos, de modo a permitir actuar preventivamente e evitar que situações de risco potencial se materializem em perdas efectivas.

Nas diversas operações do Grupo foram já identificados cerca de 200 indicadores, os quais estão caracterizados numa "biblioteca" de KRI, através da qual as várias entidades do Grupo partilham informação.

Este instrumento de gestão é utilizado plenamente na subsidiária da Roménia (experiência-piloto), sendo os indicadores implementados monitorizados com regularidade, servindo para antecipar a necessidade de lançar medidas correctivas para prevenção de riscos potenciais nos processos.

Em 2010, os KRI começaram também a ser utilizados de forma sistemática para a prevenção de riscos potenciais num conjunto de processos relevantes em Portugal, na Polónia e na Grécia. Nestas operações, a identificação de KRI está a decorrer de forma progressiva e será alargada a novos processos em função do nível de exposição dos mesmos.

CONTINUIDADE DE NEGÓCIO

Ao longo de 2010, o Grupo continuou a reforçar e a aperfeiçoar a sua gestão de continuidade de negócio, destinada a assegurar a continuidade da execução das principais actividades – de negócio ou suporte ao negócio – em caso de catástrofe ou de contingência importante.

No Grupo, esta temática é abordada por via de duas vertentes distintas mas complementares: o *Disaster Recovery Plan* (DRP), para os sistemas e as infra-estruturas de comunicações, e o Plano de Continuidade de Negócio (PCN), para as pessoas, instalações e equipamentos requeridos para o suporte mínimo dos processos seleccionados, considerados como críticos. A título de exemplo, refira-se que em Portugal há 36 processos críticos abrangidos pelo PCN, nos quais estão envolvidas 62 unidades de estrutura.

A gestão desta área específica de risco operacional é desenhada, promovida e coordenada por uma unidade de estrutura específica, transversal ao Grupo: a Unidade de Continuidade de Negócio.

Na Polónia, Grécia e Roménia também estão definidos e implementados os respectivos PCN. Em Portugal, foram aprovados, no ano transacto, a estratégia e o programa regular de exercícios que abrange todas as equipas operacionais que intervêm nos processos críticos. O programa, cuja implementação se iniciou em 2010, estabelece o treino de todas as unidades referidas até ao final de 2011, em exercícios com complexidade e realismo crescentes.

Para além disso, em 2010, a consolidação do PCN foi efectuada através de uma segunda iteração, na qual se procedeu a uma descrição simplificada das tarefas a assegurar em caso de um incidente grave e à definição de procedimentos de contingência a levar a cabo entre o momento do incidente e o momento da recuperação de instalações, sistemas e dados.

Destaca-se também o lançamento, em 2010, de um programa de comunicação interna que envolveu a criação de sites na Intranet do Millennium bcp dedicados à continuidade de negócio – enquanto uma das vertentes da prevenção e segurança – e ao DRP.

CONTRATAÇÃO DE SEGUROS

A contratação de seguros tem por objectivo a transferência, total ou parcial, de riscos de natureza patrimonial, pessoal ou ligados a responsabilidades perante terceiros, constituindo-se como instrumento de mitigação dos riscos operacionais.

As propostas para novos seguros submetidas pelos *process owners*, no âmbito das respectivas competências de gestão do risco operacional inerente aos seus processos ou apresentadas pelos responsáveis de área ou de unidade orgânica, são analisadas pela Comissão de Risco e autorizadas pelo Conselho de Administração Executivo (CAE).

No âmbito da contratação de seguros, em Portugal, as funções técnicas e comerciais especializadas envolvidas estão atribuídas à Unidade de Gestão de Seguros (UGS), uma unidade transversal a todas as entidades do Grupo que operam em Portugal. A UGS partilha informação com o Risk Office, visando-se assim reforçar as coberturas das apólices em causa e a qualidade da base de dados de perdas operacionais.

CAPITAL ECONÓMICO PARA RISCO OPERACIONAL

A métrica utilizada para o cálculo de capital económico relativo ao risco operacional é a mesma que se utiliza para o capital regulamentar relativo a este tipo de risco (ponderadores definidos regulamentarmente por linha de negócio, aplicados sobre o indicador relevante, i.e., o *gross income*), considerando-se que o montante assim calculado corresponde à perda operacional máxima, com um nível de confiança de 99,90%. Assim, para obtenção do valor de capital económico para risco operacional, o valor de capital regulamentar é ajustado (escalado) para um nível de confiança 99,94%, que corresponde ao patamar definido no âmbito do ICAAP.

Em Dezembro de 2010, o capital económico associado ao risco operacional correspondia a 8,4% do capital económico não diversificado total do Grupo, o que se traduz num decréscimo de 0,3 p.p. neste peso face a Dezembro de 2009.

RISCOS DE MERCADO

Os riscos de mercado consistem nas perdas potenciais que podem ser registadas por uma determinada carteira, em resultado de alterações de taxas (de juro ou de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando não só as correlações existentes entre estes, mas também as respectivas volatilidades.

Para efeitos de análise de rentabilidade e da quantificação e controlo dos riscos de mercado, são definidas as seguintes "áreas de gestão" para cada entidade do Grupo:

- Negociação – gestão das posições cujo objectivo é a obtenção de ganhos a curto prazo, através de venda ou reavaliação. Estas posições são activamente geridas, transaccionam-se sem restrições e podem ser precisa e frequentemente avaliadas. Nas posições em causa incluem-se os títulos e os derivados de actividades de vendas;
- Financiamento – gestão dos financiamentos institucionais (*wholesale funding*) e das posições de mercado monetário;
- Investimento – gestão de todas as posições em títulos a deter até à maturidade (ou durante um período alargado de tempo) ou que não sejam transaccionáveis em mercados líquidos;
- Comercial – gestão das posições resultantes da actividade comercial com Clientes;
- Estrutural – gestão de elementos de balanço ou de operações que, dada a sua natureza, não são directamente relacionáveis com nenhuma das áreas de gestão anteriormente referidas;
- Gestão de activos e passivos (ALM).

A definição destas áreas permite uma efectiva separação da gestão das carteiras de negociação e bancária, bem como uma correcta afectação de cada operação à área de gestão mais adequada, de acordo com o respectivo contexto.

De modo a garantir que os níveis de risco incorridos nas diversas carteiras do Grupo estão de acordo com os níveis de tolerância ao risco do Grupo, são definidos vários limites para riscos de mercado (com periodicidade mínima anual) que se aplicam a todas as carteiras que, de acordo com o modelo de gestão, podem incorrer nesse tipo de riscos.

Estes limites são definidos com base nas métricas de risco de mercado utilizadas pelo Grupo para controlo e monitorização do mesmo, sendo acompanhados numa base diária (ou intradiária, no caso das áreas de mercados financeiros – as de Negociação e de Financiamento) pelo Risk Office.

Para além destes limites de risco, são ainda definidos limites de *stop loss* para as áreas de mercados financeiros, com base em múltiplos dos limites de risco definidos para as mesmas, visando limitar as perdas máximas que podem ocorrer nestas áreas. Quando estes limites são atingidos, é obrigatória uma revisão da estratégia e dos pressupostos relativos à gestão das posições em causa.

RISCOS DE MERCADO DA CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO

O Grupo utiliza uma medida integrada de riscos de mercado que permite uma monitorização de todas as subtipologias de risco consideradas relevantes. Esta medida integra a avaliação dos seguintes tipos de risco: risco genérico, risco específico, risco não linear e risco de mercadorias.

Cada um destes subtipos de risco é medido individualmente, utilizando-se um modelo de risco adequado, sendo a medida integrada apurada a partir das medidas de cada subtipo sem considerar qualquer tipo de diversificação entre os quatro subtipos (abordagem de *worst case scenario*).

Para a medição diária do risco genérico de mercado – relativo a risco de taxa de juro, risco cambial, risco de acções e risco de preço dos *Credit Default Swaps* (CDS) – é utilizado um modelo de VaR (*Value-at-Risk*) baseado na aproximação paramétrica definida na metodologia desenvolvida pela RiskMetrics (1996), sendo que este cálculo considera um horizonte temporal de dez dias úteis e um nível de significância de 99%.

Tal como definido na metodologia RiskMetrics, a estimação da volatilidade de cada um dos factores de risco de mercado (e das respectivas correlações) considerados no modelo de VaR é efectuada por um modelo econométrico de estimação EWMA, com um período de observação de um ano e um ponderador temporal (*lambda*) de 0,94.

Adicionalmente, é também aplicada uma metodologia desenvolvida internamente, a qual replica o efeito que os principais elementos não lineares das posições em opções podem ter no apuramento dos resultados das diversas carteiras em que estão incluídas, de uma forma semelhante ao considerado na metodologia VaR, utilizando-se o mesmo horizonte temporal e os mesmos níveis de significância.

O risco específico e o risco de mercadorias são medidos através das metodologias *standard* definidas na regulamentação aplicável (decorrente do Acordo de Basileia II), com a correspondente alteração do horizonte temporal considerado.

São assim apurados os valores em risco, quer em base individual, quer em termos consolidados, considerando-se os efeitos de diversificação das diferentes carteiras. Note-se que esta abordagem à avaliação de riscos de mercado é também aplicada às restantes (e não apenas à área de Negociação), nos casos em que as respectivas carteiras incorram neste tipo de riscos.

No quadro seguinte apresentam-se os valores em risco medidos pelas metodologias referidas, para a carteira de negociação (*Trading Book*), entre 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2010:

RISCOS DE MERCADO DA CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO

	'10				Milhares de euros
	31 Dez.	Média	Máximo	Mínimo	'09
RISCO GENÉRICO (VaR)	12.518,7	7.556,2	28.100,0	2.777,6	4.177,7
Risco de taxa de juro	12.332,2	5.659,7	25.903,8	1.953,8	1.684,2
Risco cambial	1.484,8	3.388,1	4.195,5	2.413,4	3.551,4
Risco de acções	609,9	691,4	1.029,6	368,2	353,2
Efeito de diversificação	1.908,1	2.183,0	3.028,9	1.957,8	1.411,1
RISCO ESPECÍFICO	2.179,7	1.539,7	2.980,3	902,2	1.539,1
RISCO NÃO LINEAR	296,8	166,8	373,2	33,5	77,5
RISCO DE COMMODITIES	3,1	3,3	25,0	0,7	1,7
RISCO GLOBAL	14.998,3	9.266,0	30.165,6	4.246,7	5.796,0

Notas:

- Período de detenção de dez dias e 99% de nível de confiança.

- Valores consolidados das posições assumidas pelas Tesourarias do Millennium bcp, Bank Millennium (Polónia), Millennium bank (Grécia), Millennium bank (Turquia) e Banca Millennium (Roménia).

Em 2010 observou-se um aumento significativo da volatilidade dos mercados financeiros, em particular nos mercados de dívida pública de países periféricos da Área do Euro. Para além disso, verificaram-se no ano transacto comportamentos muito distintos nos diversos mercados do euro, o que resultou na quebra de correlações típicas entre algumas variáveis importantes, em particular no que se refere à relação entre as *yields* da dívida pública e as taxas de *swaps*, sendo esta quebra de correlação particularmente significativa nestes países.

Esta evolução dos mercados teve efeitos negativos sobre os níveis de risco do Grupo em 2010, verificando-se um acréscimo dos mesmos relativamente a 2009. Apesar deste aumento, o nível de risco da carteira de negociação não ultrapassou os limites estabelecidos para a respectiva gestão.

STRESS TESTS SOBRE A CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO

Em complemento do apuramento do VaR, visando a identificação de concentrações de risco não capturadas por essa métrica e também por forma a testar outras possíveis dimensões de perda, o Grupo testa de forma contínua um conjunto alargado de cenários de esforço (*stress scenarios*) sobre a carteira de negociação, analisando os resultados desses testes de esforço.

Os resultados destes testes sobre a carteira de negociação do Grupo em 31 de Dezembro de 2010 foram os seguintes:

TESTES DE ESFORÇO SOBRE A CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO

Cenários testados	Cenário com resultado negativo	Milhões de euros	Resultado
Variação paralela da curva de rendimentos em +/- 100 p.b.	+ 100 p.b.		-20,6
Variação no declive da curva de rendimentos (para maturidades entre 2 e 10 anos) em +/- 25 p.b.	+ 25 p.b.		-2,5
4 combinações possíveis dos 2 cenários anteriores	+ 100 p.b. e + 25 p.b.		-23,0
	+ 100 p.b. e - 25 p.b.		-18,1
Variação dos principais índices accionistas em +/- 30%	- 30%		-2,8
Variação das taxas de câmbio (em relação ao euro) em +/- 6% para as principais moedas e +/- 20% para as restantes moedas	+ 6%, + 20%		-3,9
	+ 20%		-0,1
Variação dos <i>swap spreads</i> em +/- 20 p.b.	+ 20%		-0,1

Os resultados destes testes de esforço indicam que a exposição da carteira de negociação do Grupo aos diversos factores de risco considerados é limitada e que o principal risco a ter em conta é o aumento do nível das taxas de juro, sobretudo se tal implicar igualmente um aumento do declive da mesma (i.e., se a subida das taxas de longo prazo for superior à subida das taxas de curto prazo).

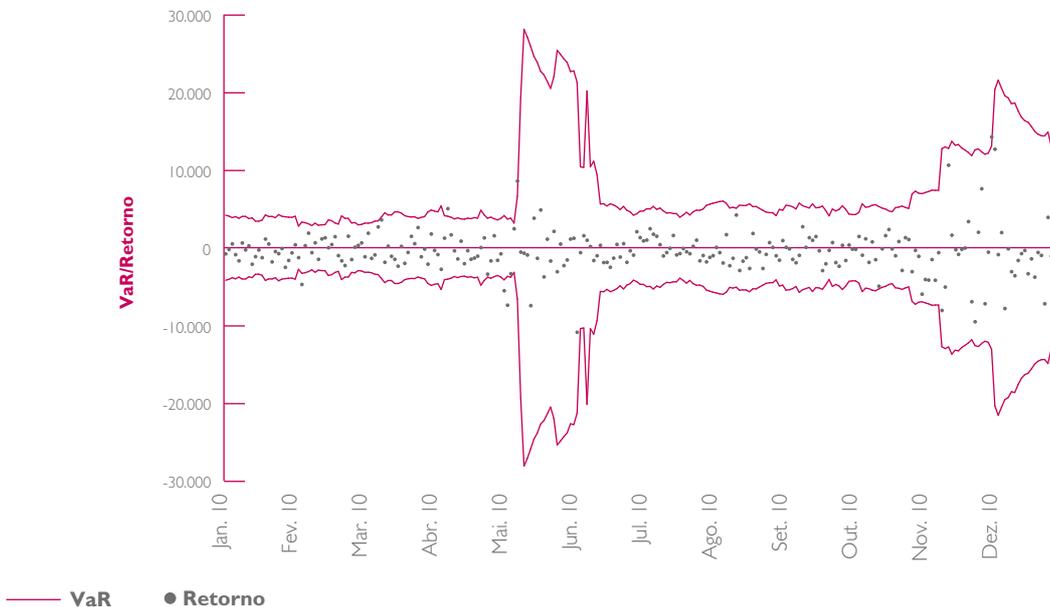
MONITORIZAÇÃO E VALIDAÇÃO DO MODELO VaR

De modo a assegurar que o modelo interno de VaR é adequado para avaliar os riscos envolvidos nas posições assumidas, são efectuadas diversas validações ao longo do tempo, com diferentes âmbitos e frequências, nos quais se incluem o *backtesting*, a estimação dos efeitos de diversificação e a análise da abrangência dos factores de risco.

No gráfico seguinte, apresenta-se o *backtesting* hipotético para a carteira de negociação, através do qual se confrontam os indicadores de VaR com os resultados hipotéticos do modelo utilizado.

BACKTESTING DO MODELO VaR (TRADING BOOK)

Milhares de euros



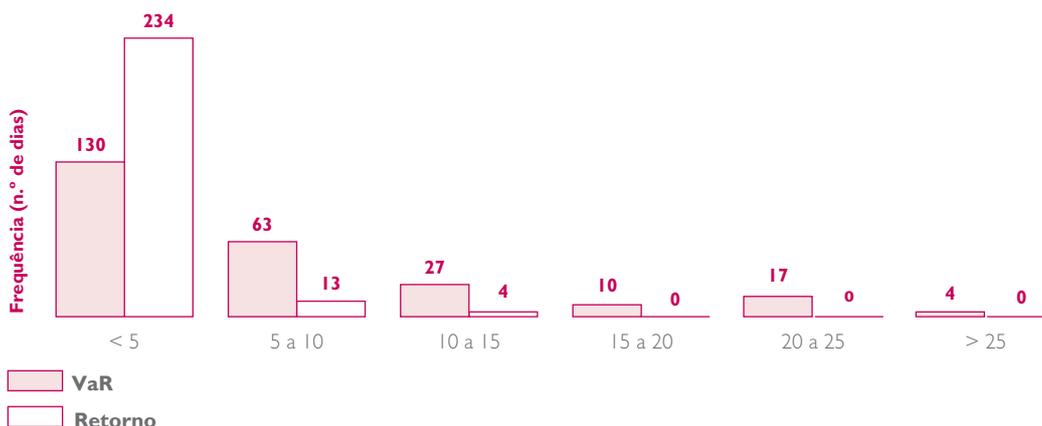
Os aumentos do VaR verificados em alguns períodos de 2010 devem-se, essencialmente, à conjugação de períodos de maior detenção de dívida pública – em consequência da política de incremento dos activos elegíveis para desconto junto de Bancos Centrais – com o aumento pontual da volatilidade do preço desses activos.

Como se poderá verificar através deste gráfico, apenas se observaram cinco excessos de valor (2% de frequência em 250 dias úteis) sobre os resultados hipotéticos do modelo, o que confirma a adequação do mesmo para a avaliação dos riscos em causa.

No gráfico seguinte, os dados deste *backtesting* são agrupados por classes de valores, sendo medida a frequência das ocorrências (em número de dias) em cada classe. Verifica-se, assim, que as observações de maior dimensão resultantes do modelo são mais frequentes do que os valores de retorno observados na carteira, o que ilustra um eficaz desempenho do modelo na estimação das perdas potenciais de valor mais elevado.

VaR VERSUS RETORNO (P/L)

Milhões de euros



RISCO DE TAXA DE JURO NA CARTEIRA BANCÁRIA

A avaliação do risco de taxa de juro originado por operações da carteira bancária (*Banking Book*) é efectuada através de um processo de análise de sensibilidade ao risco, realizado todos os meses, para o universo de operações que integram o Balanço consolidado do Grupo.

As variações das taxas de juro de mercado têm efeito ao nível da margem financeira do Grupo, tanto numa óptica de curto como de médio/longo prazo, afectando o valor económico da mesma numa perspectiva de longo prazo. Os principais factores de risco advêm do *mismatch* de *repricing* das posições da carteira (risco de *repricing*) e do risco de variação do nível das taxas de juro de mercado (*yield curve risk*). Para além disso, embora com menor impacto, existe o risco de variações desiguais em diferentes indexantes com o mesmo prazo de *repricing* (*basis risk*).

Por forma a identificar a exposição da carteira bancária do Grupo a estes riscos, a monitorização do risco de taxa de juro entra em consideração com as características financeiras das posições registadas nos sistemas de informação, sendo efectuada uma projecção dos respectivos *cash-flows* esperados de acordo com as datas de *repricing*, calculando-se assim o impacto no valor económico resultante de cenários alternativos de alteração nas curvas de taxas de juro de mercado.

Esta análise, reportada a 31 de Dezembro de 2010 e efectuada pelo cálculo da diferença entre o valor actual do *mismatch* de taxa de juro (descontado às taxas de juro de mercado) e o valor desse *mismatch* descontado a um nível de taxas com +100 p.b. (para todos os prazos), resulta num impacto de cerca de -90 milhões de euros para posições denominadas em euros.

No quadro seguinte é apresentado o impacto no valor económico dessa variação de taxas de juro, em cada uma das áreas de gestão e para os diferentes prazos residuais das posições em causa.

IMPACTO DE UMA DESLOCAÇÃO DA CURVA DE RENDIMENTOS DE +100 P.B.

Gap de taxa de juro para o balanço em EUR

Milhares de euros

	Prazos residuais de <i>repricing</i>					Total
	< 1 A	1 - 3 A	3 - 5 A	5 - 7 A	> 7 A	
Actividade da Área Comercial	-29.170,7	51.287,3	61.803,0	-3.056,1	-4.999,2	75.864,3
Actividade da Área Estrutural	25.923,4	35.634,2	119.864,1	131.735,0	2.740,0	315.896,7
SUBTOTAL	-3.247,3	86.921,5	181.667,0	128.678,8	-2.259,1	391.761,0
Cobertura de risco	-11.782,8	-98.040,8	-183.395,9	-130.087,7	-827,2	-424.134,5
TOTAL COMERCIAL E ESTRUTURAL	-15.030,1	-11.119,3	-1.728,9	-1.408,9	-3.086,4	-32.373,5
Financiamento e cobertura	37.161,1	825,3	751,0	-42,3	-920,5	37.774,7
Carteira de investimento	-29.286,6	-13.748,5	-10.857,6	-14.601,0	-40.728,3	-109.221,9
ALM	-2.216,0	19.397,1	47.049,7	-27.913,7	-22.526,4	13.790,8
TOTAL DA CARTEIRA BANCÁRIA EM DEZ. 2010	-9.371,5	-4.645,3	35.214,2	-43.965,8	-67.261,5	-90.030,0
Total da carteira bancária em Dez. 2009	40.725,8	1.763,8	-2.753,8	10.751,4	-23.671,6	26.815,7

A sensibilidade da carteira bancária às variações de taxa de juro em euros variou de sentido ao longo de 2010, tendo o valor absoluto do impacto testado sido cerca de 63 milhões de euros superior ao verificado no final de 2009, principalmente devido ao aumento do peso dos activos a taxa fixa a mais de um ano nas carteiras de investimento e ALM.

Note-se que o Grupo realiza mensalmente operações de cobertura com o mercado, tendo em vista a redução do *mismatch* de taxa juro das posições de risco associadas à carteira das áreas Comercial e Estrutural (operações de capital, de financiamento a médio/longo prazo, etc.).

As posições em risco que não são objecto de operações de cobertura específica em mercado são transferidas internamente para duas áreas de mercados (Financiamento e ALM), passando assim a fazer parte integrante das respectivas carteiras. Como tal, são avaliadas diariamente com base no modelo VaR.

RISCO CAMBIAL NA CARTEIRA BANCÁRIA

O risco cambial da carteira bancária é transferido internamente para a área de Negociação (Tesouraria), de acordo com o modelo de especialização de riscos seguido pelo Grupo para a gestão do risco cambial do Balanço.

As únicas exposições a risco cambial que não são integradas nesta transferência – as participações financeiras de subsidiárias em moeda estrangeira – são cobertas casuisticamente por operações em mercado. Em 31 de Dezembro de 2010, o Grupo tinha cobertas as participações financeiras em dólares norte-americanos (USD), francos suíços (CHF) e zlotis (PLN) (neste caso, parcialmente).

RISCO DE ACÇÕES NA CARTEIRA BANCÁRIA

Na carteira bancária, o Grupo mantém um conjunto de posições em acções com dimensão não significativa, que não se destinam a ser negociadas com objectivos de *trading*.

A gestão destas posições é feita por uma área específica do Grupo, sendo o risco das mesmas incluído na área de Investimento e controlado em base diária, através das métricas e limites definidos para controlo dos riscos de mercado no Grupo.

CAPITAL ECONÓMICO PARA RISCOS DE MERCADO

A base metodológica para apuramento das necessidades de capital económico relativo a riscos de mercado é a mesma que a utilizada para o cálculo de requisitos de capital regulamentar (modelo VaR) para a carteira de negociação, com algumas adaptações relativas ao alargamento do horizonte temporal considerado.

Em Dezembro de 2010, o capital económico associado aos riscos de mercado correspondia a 23,7% do capital económico não diversificado total do Grupo, o que se traduz num decréscimo de 2,5 p.p. neste peso face a Dezembro de 2009.

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez reflecte a potencial incapacidade de o Grupo em cumprir as suas obrigações no momento dos respectivos vencimentos sem incorrer em perdas significativas, decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou da venda dos seus activos por valores inferiores aos de mercado (risco de liquidez de mercado).

À semelhança do que se tinha verificado em 2009, o ano de 2010 foi particularmente desafiante no que respeita à gestão da posição de liquidez do Grupo. Após um início de ano com alguma normalização no acesso aos mercados de liquidez, em particular nos mercados de prazos mais curtos, os mesmos apresentaram-se de novo praticamente fechados a partir do segundo trimestre do ano, tanto no que se refere ao mercado interbancário como ao mercado de dívida de médio e longo prazo.

No entanto, o Grupo foi capaz de efectuar parte do refinanciamento das suas necessidades através de novas emissões de dívida de médio e longo prazo – parte das quais colocadas junto de Clientes – essencialmente durante o primeiro semestre do ano. Das principais emissões efectuadas em 2010 destaca-se a colocação de um conjunto significativo de emissões de *Euro Medium Term Notes* (EMTN), nomeadamente:

- 980 milhões de euros a 1 ano (em várias emissões ao longo do ano);
- 500 milhões de euros a 1 ano e 3 meses;

- 850 milhões de euros a 2 anos;
- 300 milhões de euros a 3 anos;
- 95 milhões de euros de dívida subordinada a 10 anos;
- 200 milhões num acordo de empréstimo a 3 anos.

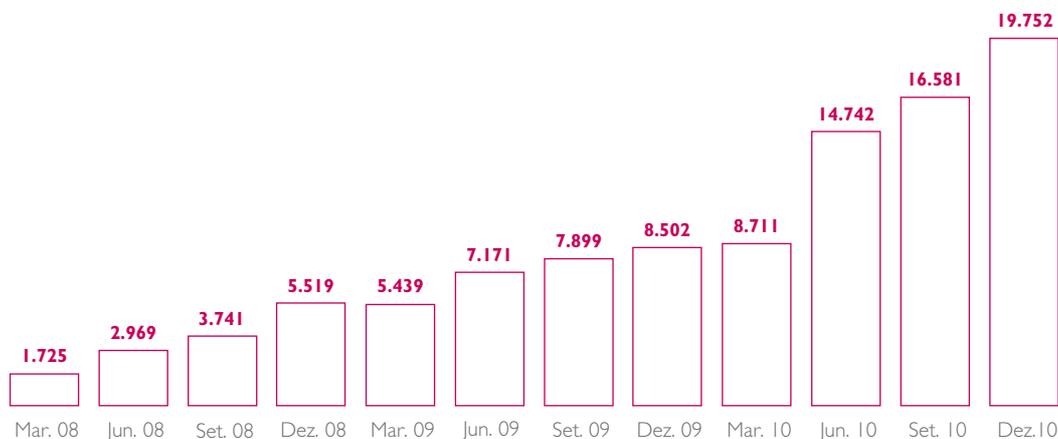
No início do segundo semestre de 2010, o Grupo lançou o Plano Oceanus com o intuito de, por um lado, aumentar de forma significativa os activos líquidos existentes e, por outro, diminuir a sua dependência, quer dos mercados de financiamento *wholesale*, quer dos financiamentos obtidos junto do Banco Central Europeu (BCE).

Este plano começou a produzir resultados já durante o final de 2010, observando-se um crescimento significativo da carteira de activos descontáveis junto do BCE, mas, ao mesmo tempo, uma diminuição na utilização desta fonte de financiamento, pelo recurso a fontes alternativas.

Conforme referido, um dos vectores fundamentais de actuação da gestão de liquidez em 2010, no âmbito de medidas de mitigação e contingência relativas às necessidades de financiamento, foi o reforço da carteira de activos descontáveis junto do BCE. O volume destes activos, líquido de *haircuts*, mais do que duplicou, tendo passado de cerca de 8,5 mil milhões de euros em Dezembro de 2009 para cerca de 19,75 mil milhões de euros em Dezembro de 2010, conforme representado no gráfico seguinte:

ACTIVOS ELEGÍVEIS PARA DESCONTO JUNTO DO BCE

Após *Haircuts*
Milhões de euros



No que se refere à estrutura de *wholesale funding* do Grupo, a mesma é definida para cada período anual pelo Plano de Liquidez, o qual faz parte integrante do processo de orçamentação, sendo formulado a nível consolidado e para as principais subsidiárias do Grupo. A preparação deste plano é coordenada pelo Group Treasurer e a sua execução é acompanhada continuamente ao longo do ano, procedendo-se à respectiva revisão sempre que necessário ou aconselhável.

No quadro seguinte ilustra-se a estrutura de *wholesale funding*, em 31 de Dezembro de 2009 e 2010, em termos da importância relativa de cada um dos instrumentos utilizados:

COMPOSIÇÃO DA LIQUIDEZ

(Wholesale funding)

	31 Dez.'10	31 Dez.'09	Var. % peso
MM	4,2%	15,1%	-10,9%
BCE	44,2%	9,8%	+34,4%
Depósitos SFI	1,4%	2,1%	-0,7%
Papel comercial	1,0%	8,1%	-7,1%
Repos	0,3%	1,2%	-0,9%
Acordos de empréstimo	3,6%	3,8%	-0,2%
Schuldschein	1,3%	2,0%	-0,7%
EMTN	30,6%	36,7%	-6,1%
Obrigações hipotecárias	10,0%	15,1%	-5,1%
Dívida subordinada	3,3%	6,0%	-2,8%
TOTAL	100,0%	100,0%	

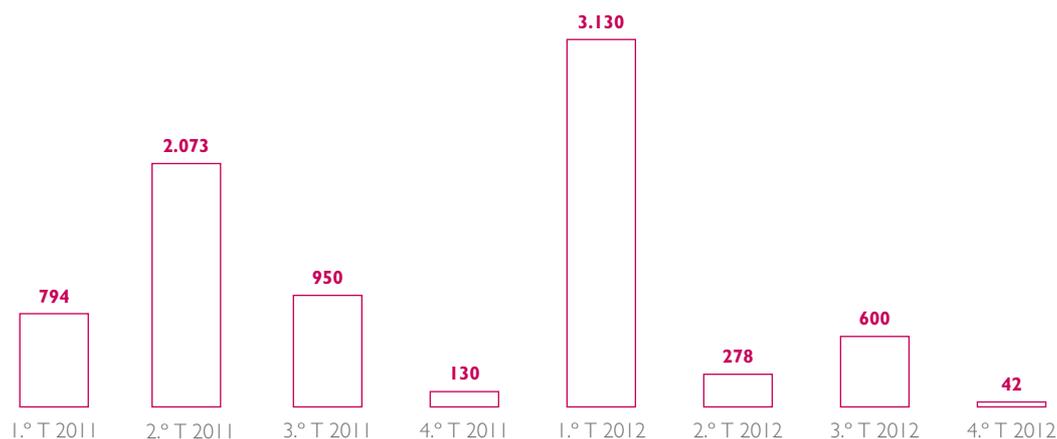
Em comparação com Dezembro de 2009, verifica-se um aumento muito significativo da importância dos financiamentos obtidos junto do BCE por redução de todas as outras componentes. Em particular, verifica-se um decréscimo acentuado da importância relativa do mercado monetário, das emissões de papel comercial e da dívida emitida (EMTN), o que reflecte a evolução recente dos mercados de financiamento, atrás descrita.

No gráfico seguinte ilustra-se a distribuição temporal dos vencimentos de dívida de médio/longo prazo em 2011 e 2012. Pode, assim, verificar-se que os vencimentos estão mais concentrados na primeira metade dos anos e que o valor global anual atinge montantes moderados (cerca de 4.000 milhões de euros em cada ano).

DISTRIBUIÇÃO TRIMESTRAL DE VENCIMENTOS (2011-2012)

Dívida de médio/longo prazo

Milhões de euros

**CONTROLO DO RISCO DE LIQUIDEZ**

O controlo do risco de liquidez do Grupo, para horizontes temporais de curto prazo (até três meses), é efectuado diariamente com base em duas métricas internamente definidas – o indicador de liquidez imediata e o indicador de liquidez trimestral – as quais medem as necessidades máximas de tomada de fundos que podem ocorrer cumulativamente nos respectivos horizontes temporais, considerando-se as projecções de *cash-flows* para períodos de, respectivamente, três dias e três meses. Estes indicadores, para 31 de Dezembro de 2010, são apresentados no quadro seguinte:

INDICADORES DE LIQUIDEZ

	Milhões de euros	
	Liquidez imediata	Liquidez trimestral
Portugal	0,0	0,0
Polónia	0,0	0,0
Grécia	-474,6	-548,4
Roménia	0,0	0,0
Turquia	0,0	0,0

Nota: os valores nulos representam posições de tesouraria positiva (líquidas de Activos Altamente Líquidos).

Em paralelo, é efectuado o apuramento regular da evolução da posição de liquidez do Grupo, identificando-se todos os factores que justificam as variações ocorridas.

O Grupo efectua o controlo do perfil de liquidez estrutural através do acompanhamento regular, por parte das suas estruturas e órgãos de gestão, de um conjunto de indicadores definidos tanto internamente como pela regulamentação, que visam caracterizar o risco de liquidez, como sejam:

- O rácio de transformação de depósitos em crédito;
- Os *gaps* de liquidez a médio prazo;
- Os rácios de cobertura de financiamentos em mercados de *wholesale funding* por Activos Altamente Líquidos (HLA).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, estes indicadores eram os seguintes:

INDICADORES DE CONTROLO DE LIQUIDEZ

	Valor de referência	Dez. '10	Dez. '09
Cashflows líquidos acumulados até 1 ano em % do total do passivo contabilístico	Não inferior a (-6 %)	-5,9%	-1,0%
Gap de liquidez em % dos activos ilíquidos	Não inferior a (-20 %)	-7,6%	-12,1%
Rácio de transformação (Crédito/Depósitos)	Não superior a 150 %	148,8%	152,3%
Rácio de cobertura do <i>Wholesale Funding</i> por Activos Altamente Líquidos (HLA)			
Até 1 mês	> 100 %	136,0%	149,0%
Até 3 meses	> 85 %	113,5%	108,6%
Até 1 ano	> 60 %	95,2%	75,4%

PLANO DE CONTIGÊNCIA DE CAPITAL E LIQUIDEZ

O Plano de Contingência de Capital e Liquidez (PCCL) define as prioridades, responsabilidades e medidas específicas a tomar na ocorrência de uma situação de contingência de liquidez. Este plano é revisto com periodicidade mínima anual.

O PCCL define, enquanto objectivo, a manutenção de uma estrutura de liquidez e capital equilibrada, estabelecendo também a necessidade de uma contínua monitorização das condições de mercado, bem como linhas de acção e *triggers* que visam a tomada de decisões atempada perante cenários de adversidade antecipados ou verificados.

No âmbito do PCCL, foi definido um indicador compósito dos principais parâmetros identificados como indicadores avançados de situações de *stress* de liquidez (29 variáveis) que podem afectar a situação de liquidez do Grupo. A quantificação deste indicador é efectuada na última semana de cada mês e a sua respectiva evolução é acompanhada pelo CAE, Group CALCO e Group Treasurer.

CAPITAL ECONÓMICO PARA RISCO DE LIQUIDEZ

O cálculo de capital económico relativo ao risco de liquidez baseia-se nos resultados de *stress testing* sobre as necessidades de financiamento futuras e os respectivos custos.

Em Dezembro de 2010, o capital económico associado ao risco de liquidez correspondia a 6,2% do capital económico não diversificado total do Grupo, o que se traduz num acréscimo neste peso de 1,2 p.p. face a Dezembro de 2009.

RISCO DO FUNDO DE PENSÕES

Este risco decorre da desvalorização potencial dos activos do Fundo de Pensões de Benefício Definido do BCP ou da diminuição dos respectivos retornos esperados, que impliquem a efectivação de contribuições não previstas. A regular monitorização deste risco e o acompanhamento da respectiva gestão cabe à Sub-Comissão de Risco do Fundo de Pensões.

Em 2010, este Fundo registou uma rentabilidade líquida de -5,5%, atingindo, em 31 de Dezembro de 2010, o volume de 5.123 milhões de euros, dos quais 31,2% (cerca de 1.600 milhões de euros) correspondiam à classe de acções (incluindo *Hedge Funds*).

Em termos de capital económico, este risco representava 17,1 % do total (antes de diversificação), em 31 de Dezembro de 2010.

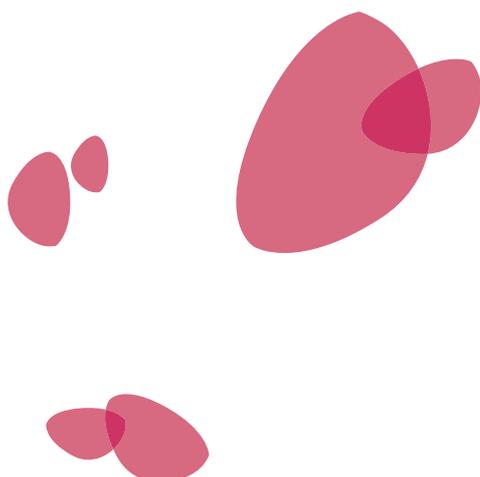
RISCO DE NEGÓCIO E ESTRATÉGICO

Este tipo de risco concretiza-se quando existem impactos negativos em resultados e/ou capital, resultantes de: i) decisões com efeitos adversos, ii) implementação de estratégias de gestão inadequadas ou iii) incapacidade de resposta eficaz a alterações e variações no mercado.

Desta forma, a variação de cotação da acção BCP é um indicador relevante para a medição deste tipo de risco, sendo essa quantificação efectuada no âmbito do modelo interno para avaliação/quantificação das necessidades internas de fundos próprios (cálculo do capital económico).

O apuramento do capital económico para fazer face a este tipo de risco é baseado numa série longa de valores de cotação da acção BCP, sendo essa evolução analisada após dedução da influência externa do mercado accionista, a qual é estimada a partir de séries cronológicas de cotações dos maiores bancos presentes na Euronext Lisbon.

Ao risco de negócio e estratégico correspondia, em 31 de Dezembro de 2010, 4,0% do capital económico total (antes de efeito de diversificação).



EXPOSIÇÃO A ACTIVIDADES E PRODUTOS AFECTADOS PELA RECENTE CRISE FINANCEIRA

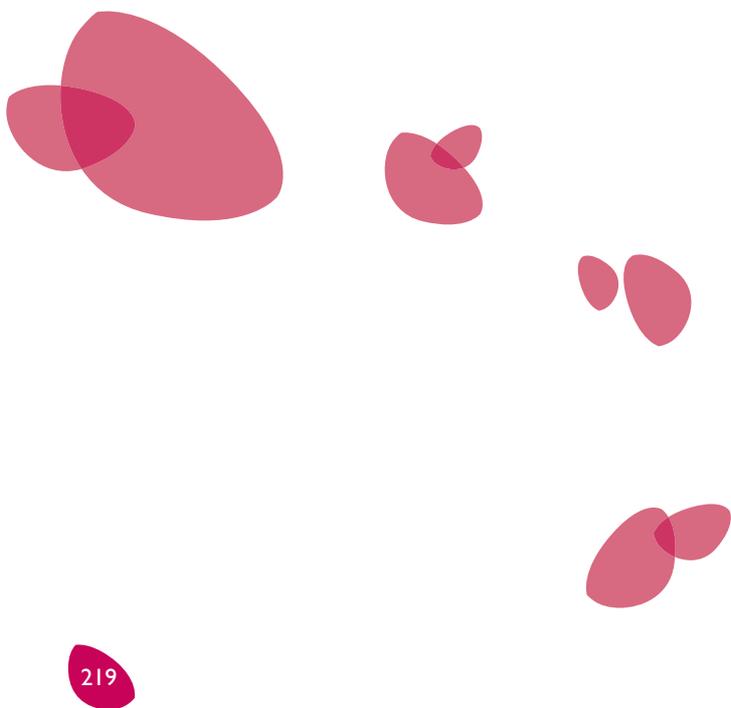
O Grupo não possui em carteira qualquer exposição, quer face ao mercado de crédito imobiliário US *subprime/Alt-A*, nomeadamente através de *Residential Mortgage-Backed Securities* (RMBS), *Commercial Mortgage-Backed Securities* (CMBS), *Asset-Backed Securities* (ABS) ou *Collateralised Debt Obligations* (CDO), quer em relação a seguradoras de tipo *monoline*.

Em 31 de Dezembro de 2010, a exposição do Grupo a produtos de crédito estruturados potencialmente afectos pela turbulência dos mercados encontrava-se limitada a 22 mil euros, os quais estavam relacionados com *Commercial Mortgage-Backed Securities* (CMBS) SBA Pools, emitidos e garantidos por *Small Business Administration*, *Government Agencies*, com garantia estatal.

O Grupo realiza operações com derivados fundamentalmente para efectuar coberturas de produtos para Clientes (produtos de capital garantido ou outros), coberturas de riscos relacionadas com actividade corrente do Banco, compreendendo essencialmente a cobertura do risco de taxa de juro e do risco cambial. A actividade de *trading* da carteira própria com derivados tem uma expressão reduzida quer nos resultados do Grupo, quer em termos de exposição ao risco.

O Grupo tem efectuado, ao longo dos anos, operações de titularização (securitizações) de crédito a particulares – à habitação e ao consumo – e também de crédito a empresas. As securitizações de crédito são usadas como instrumentos de gestão da liquidez e de capital, tendo como objectivos o financiamento da actividade do Grupo e, em determinadas circunstâncias, a libertação de capital. O Grupo não detém qualquer exposição a *Special Purpose Entities* (SPE), para além daquela que resulta das securitizações próprias e da normal actividade de crédito, descritas nas Notas 1 e 21 às Demonstrações Financeiras Consolidadas. Adicionalmente, as políticas contabilísticas relativas a SPE e securitizações não se alteraram nos últimos 12 meses.

As políticas contabilísticas do Grupo estão descritas na Nota I das Notas às Demonstrações Financeiras, incluídas no Volume II do Relatório e Contas de 2009. Informação adicional sobre a valorização de activos financeiros e gestão de risco pode ser encontrada nas Notas 22, 23, 24, 40, 49 e 53 do Relatório anteriormente referido.



PRINCIPAIS FACTORES DE RISCO

Pretende-se, nesta secção, elencar os riscos mais significativos, susceptíveis de afectar a actividade do Banco durante 2011. Estes factores de risco poderão conduzir a que os resultados futuros do Grupo se afastem materialmente dos resultados esperados. Contudo, outros factores de risco poderão igualmente afectar adversamente os resultados do Grupo. Assim, os factores aqui apresentados não deverão ser encarados como uma declaração exaustiva e completa de todos os potenciais riscos e incertezas que podem vir a condicionar a actividade do Banco durante 2011. Podem-se englobar os principais riscos identificados em dois tipos:

Exógenos:

- Deterioração do enquadramento macroeconómico em Portugal e noutros países em que o Banco tem operações;
- Nova revisão da notação de *rating* da República Portuguesa por parte de agências de *rating*, com implicações imediatas nas condições de financiamento da economia;
- Comportamento adverso dos mercados de capitais;
- Afectação da posição de liquidez do Banco, bem como da sua capacidade de aumentar os volumes de crédito em resultado da manutenção do risco soberano em níveis elevados, com impacto nos mercados interbancários e de emissão de dívida de médio e longo prazo;
- Intervenção do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEFF) em Portugal;
- Evolução sectorial adversa nos sectores mais dependentes do Estado e da procura interna;
- Instabilidade política em Portugal;
- Alterações no enquadramento regulamentar da actividade bancária;
- Trajectória adversa das taxas de juro de mercado;
- Intensificação do ambiente competitivo sectorial;
- Alterações da legislação e regulamentação fiscais em Portugal e na União Europeia.

Endógenos:

- Volatilidade provocada pelo risco de crédito próprio do Banco;
- Crescente dependência na estrutura de financiamento de Bancos Centrais;
- Nível de cobertura de responsabilidades do Fundo de Pensões pode vir a revelar-se insuficiente;
- *Downgrade* das notações de *rating* do Banco Comercial Português;
- Concentração de crédito;
- Exposição à dívida soberana portuguesa e grega;
- Dificuldades no negócio internacional, em particular na Grécia e na Roménia;
- Contingências/*governance*.

RISCOS EXÓGENOS

DETERIORAÇÃO DO ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO EM PORTUGAL E NOUTROS PAÍSES EM QUE O BANCO TEM OPERAÇÕES

A intervenção dos Estados na estabilização das economias e dos sistemas financeiros acentuou a tendência de deterioração da condição das finanças públicas, ao qual acresceu a debilidade financeira do sector privado e as restrições ao crescimento económico por via da despesa interna. Neste contexto, a economia portuguesa expandiu 1,4% (E), em termos reais homólogos, em 2010, com um contributo muito expressivo da componente externa. Contudo, com a implementação de medidas de austeridade enfocadas no controlo do défice orçamental, deverá assistir-se, durante 2011, a uma acentuada desaceleração do PIB. Na Grécia, como reflexo das medidas orçamentais restritivas já implementadas, o PIB registou uma contracção de cerca de 4,2% (E) em 2010. A Roménia registou uma contracção do PIB de 1,9% (E) em 2010. A Polónia constitui uma excepção, tendo apresentado um crescimento real do PIB de 3,5% (E), em 2010, prevendo-se a continuação desta tendência durante 2011. A inevitabilidade do reequilíbrio da condição financeira dos Estados soberanos, em particular da Grécia e de Portugal, e o escrutínio apertado dos investidores, com o avolumar da dívida pública, obrigaram à adopção de políticas orçamentais restritivas, o que condiciona o vigor da retoma económica e a rendibilidade das instituições financeiras, por via da redução do volume de negócios e do nível de proveitos associados. A redução acentuada dos níveis de actividade reforça a pressão de concorrência na economia global. O processo de ajustamento exige moderação salarial ou, em situações limite, uma profunda reestruturação interna, com descontinuidades do ciclo produtivo e do mercado de emprego eventualmente perturbadoras do ambiente social. Esta alteração poderá ter reflexos na actividade bancária, nomeadamente através do aumento da sinistralidade e da imparidade associada. O regresso do sentimento de aversão ao risco e a degradação do clima de confiança poderão induzir o retorno de um contexto de elevada volatilidade nos mercados financeiros internacionais, agravado pelo sentimento de esgotamento de capacidade institucional para suporte adicional à actividade. Nessa medida, o contexto económico poderá agravar-se de forma significativa, sendo particularmente penalizador de sistemas financeiros com maior exposição, activa ou passiva, aos mercados financeiros internacionais.

NOVA REVISÃO DA NOTAÇÃO DE RATING DA REPÚBLICA PORTUGUESA POR PARTE DE AGÊNCIAS DE RATING, COM IMPLICAÇÕES IMEDIATAS NAS CONDIÇÕES DE FINANCIAMENTO DA ECONOMIA

Durante 2010, a República Portuguesa foi alvo de revisões em baixa da sua notação de *rating* por parte das agências de *rating* Standard & Poor's, Moody's e Fitch. As principais razões invocadas foram a situação desafiante em matéria de consolidação das finanças públicas, a fraca competitividade externa da economia portuguesa e ainda as dificuldades de financiamento externo e a questão da sustentabilidade da dinâmica da dívida pública. Neste contexto de incerteza, os prémios de risco da República Portuguesa regressaram aos valores da primeira metade dos anos 90, apesar do enquadramento institucional ser bastante diferente: moeda única, mecanismo de estabilidade financeira europeu, entre outros. A evolução da percepção do risco da República Portuguesa encontra-se dependente da avaliação das acções desenvolvidas para a implementação das medidas de austeridade anunciadas pelo Governo português, bem como da avaliação dos resultados dessa mesma implementação, designadamente na redução do défice público para valores inferiores a 3% do PIB até 2013. Assim, não é de excluir no futuro próximo uma nova redução da notação de *rating* da República Portuguesa em caso de manutenção da degradação da situação das finanças públicas ou da não concretização das metas financeiras anunciadas, decorrente de um desempenho mais fraco da actividade económica ou em resultado de estas medidas virem a ser percebidas como insuficientes. Nestas circunstâncias, o custo do risco para a República tenderá a aumentar; tendo efeitos directos negativos no prémio de risco dos bancos portugueses, no seu custo de financiamento e, conseqüentemente, nos seus resultados.

COMPORTAMENTO ADVERSO DOS MERCADOS DE CAPITAIS

A incerteza quanto à duração da actual crise financeira internacional poderá continuar a penalizar a evolução dos mercados e a manter ou agravar a já elevada aversão ao risco, reflectindo-se na existência de um risco de mercado relacionado com a evolução do preço das acções e das obrigações, penalizando a evolução das comissões sobre operações de bolsa e gestão de activos, os resultados de operações financeiras e outros proveitos e ainda o valor das participações financeiras e carteiras de títulos, induzindo uma degradação do valor dos colaterais financeiros, do prémio de risco associado a operações em diferentes mercados e da rendibilidade dos fundos de pensões, o que poderá afectar negativamente os resultados e rácios de solvabilidade.

AFECTAÇÃO DA POSIÇÃO DE LIQUIDEZ DO BANCO, BEM COMO DA SUA CAPACIDADE DE AUMENTAR OS VOLUMES DE CRÉDITO EM RESULTADO DA MANUTENÇÃO DO RISCO SOBERANO EM NÍVEIS ELEVADOS, COM IMPACTO NOS MERCADOS INTERBANCÁRIOS E DE EMISSÃO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Desde a segunda metade de 2007, as perturbações que se verificaram nos mercados globais de crédito, juntamente com o *repricing* do risco de crédito e a deterioração dos mercados imobiliários, em particular nos Estados Unidos, têm contribuído para uma crescente degradação das condições nos mercados financeiros e tiveram um impacto negativo na confiança dos investidores, afectando negativamente os mercados interbancários e de emissão de dívida de médio e longo prazo em termos de volumes, maturidades e margens de crédito. Estas condições resultaram numa volatilidade histórica, menos ou mesmo ausência de liquidez, crescimento das margens de crédito e ausência de transparência dos preços em determinados mercados. Este contexto resultou na falência de inúmeras instituições financeiras nos Estados Unidos e na Europa e numa actuação sem precedentes das autoridades governamentais, regulatórias e Bancos Centrais em todo o mundo. É difícil prever durante quanto tempo se manterão estas condições e como os investimentos do Banco e os mercados serão afectados.

Em consequência, uma maior atenção tem de ser prestada à gestão do risco de liquidez. Através das suas políticas de gestão do risco, o Grupo procura mitigar o risco de liquidez, tendo adoptado algumas medidas, desde 2008, que atenuaram o impacto adverso da conjuntura desfavorável da liquidez nos mercados, através da redução do *gap* comercial (crédito-recursos de clientes de balanço), reforço da captação de depósitos, venda de activos não estratégicos e recomposição do activo, através do aumento dos activos com elevada liquidez. No âmbito da estratégia de gestão da liquidez global do Grupo, é expectável que a gestão mais criteriosa de empréstimos aos clientes e o crescimento dos fundos de clientes venha a reduzir o *gap* comercial durante 2011. O Banco financia-se nos mercados interbancários e de capital de acordo com as suas necessidades. O recurso aos Bancos Centrais, incluindo o BCE, justifica-se fundamentalmente quando os mercados evidenciam sinais de ineficiência, dispondo o Banco de uma carteira de activos altamente líquidos que permitia mobilizar, em 31 de Dezembro de 2010, aproximadamente 20,6 mil milhões de euros junto de Bancos Centrais, após *haircuts*.

Apesar de considerar as suas políticas de gestão e mitigação do risco de liquidez adequadas, o prolongamento da conjuntura de mercado poderá vir a penalizar a posição de liquidez do Grupo, os custos de financiamento da actividade e a sua capacidade de crescer a carteira de crédito e activos, podendo repercutir-se de forma adversa na actividade do Banco, na sua situação financeira e na qualidade do crédito, via aumento de incumprimento de dívida.

INTERVENÇÃO DO FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI) E DO FUNDO EUROPEU DE ESTABILIZAÇÃO FINANCEIRA (FEFF) EM PORTUGAL

À semelhança do que aconteceu em 2010 com a Grécia e a Irlanda, os problemas estruturais da economia portuguesa, nomeadamente o elevado défice orçamental, o elevado endividamento privado e público, a falta de competitividade da economia portuguesa e os problemas de reputação condicionam a capacidade de refinanciamento da dívida portuguesa ou, pelo menos, traduzem-se num agravamento exponencial das respectivas condições de refinanciamento, designadamente de custo, havendo a questão da sustentabilidade da dinâmica da dívida pública, colocando-se como possibilidade a necessidade de resgate, ou seja, de uma intervenção com características semelhantes às da Grécia e da Irlanda. Qualquer apoio externo tem associadas condições restritivas de actuação, nomeadamente sobre a condução da política económica doméstica, com implicações na evolução da actividade económica, sendo de prever um impacto negativo sobre a actividade bancária e o sistema financeiro em geral, em virtude, essencialmente, da desvalorização expressiva dos activos financeiros, da erosão da base de Clientes, do aumento dos custos de financiamento e da deterioração geral da qualidade da carteira de crédito.

EVOLUÇÃO SECTORIAL ADVERSA NOS SECTORES MAIS DEPENDENTES DO ESTADO E DA PROCURA INTERNA

A actual crise económica teve a sua origem no sector imobiliário, tendo, posteriormente, alastrado aos restantes sectores de actividade. Portugal, ao contrário de outros países, tais como Espanha, não viveu uma bolha especulativa no mercado imobiliário. Contudo, a crise económica encontra-se presente em Portugal, nomeadamente nos sectores mais dependentes do Estado e/ou da procura interna, em resultado, sobretudo, da contracção do PIB, da pressão sobre o rendimento disponível das famílias e do agravamento das condições de financiamento, proveniente quer da política monetária, quer do quadro regulamentar.

INSTABILIDADE POLÍTICA EM PORTUGAL

A presente crise económica, a possibilidade de recurso à assistência externa por parte de Portugal em resultado das dificuldades de acesso ao mercado de capitais, conjugado com a posição minoritária do partido que formou Governo na Assembleia da República e com o impacto social negativo da implementação das medidas de austeridade, tem criado uma crescente instabilidade social e política em Portugal, com impacto adverso sobre o perfil de risco da República Portuguesa, podendo reflectir-se, posteriormente, de forma negativa no risco e no custo de financiamento do país e do sector financeiro nacional.

ALTERAÇÕES NO ENQUADRAMENTO REGULAMENTAR DA ACTIVIDADE BANCÁRIA

Em 12 de Setembro de 2010, foi anunciado pelo Comité de Basileia sobre a Supervisão Bancária um novo acordo sobre a revisão dos requisitos mínimos de capital e de liquidez, conhecido como Basileia III. O acordo obtido conjuga requisitos de capital mais exigentes e um período de transição suficiente, satisfazendo as restrições conjuntas da alteração das regras de capital e da minimização do impacto no sistema e nas economias em geral. Foram definidos mínimos explícitos para os rácios de *Core Tier 1*, *Tier 1* e de solvabilidade, bem como critérios para os elementos que poderão integrar os rácios de capital. A implementação de Basileia III, que em Portugal ocorrerá via transposição de directiva comunitária, implica ainda a imposição de dois rácios quantitativos obrigatórios no domínio da liquidez: o *Liquidity Coverage Ratio*, que avalia a continuidade de negócio num cenário de stress de curto prazo, e o *Net Stable Funding Requirement*, destinado a aferir a robustez de longo prazo através da manutenção de fontes de financiamento mais estáveis. Serão definidas medidas complementares aos requisitos de fundos próprios previstos na Directiva de Adequação de Capitais, visando evitar a existência de níveis excessivos de alavancagem. Adicionalmente, os níveis de capital serão ajustados em função da fase do ciclo económico, através da constituição de reservas ou de provisões dinâmicas e da imposição de condições adicionais para a afectação de resultados. Assistir-se-á ainda a um reforço das regras prudenciais e das medidas de supervisão relativamente às instituições financeiras consideradas sistemicamente importantes. A nova regulamentação de capital e liquidez, tendo o meritório objectivo de aumentar a resiliência futura do sector bancário, não deixará de ter fortes impactos em todos os bancos. Desde logo, a necessidade dos bancos reforçarem os capitais próprios, num contexto adverso de mercado, e as maiores restrições à concessão de crédito, com a redução da alavancagem, rácio de solvabilidade mais elevado e regras de adequação de passivo.

TRAJECTÓRIA ADVERSA DAS TAXAS DE JURO DE MERCADO

O Banco está exposto ao risco de taxa de juro. As taxas de juro são altamente sensíveis a muitos factores que o Banco não controla, incluindo a política monetária e acontecimentos políticos domésticos e internacionais. Tal como em relação a qualquer banco, alterações das taxas de juro de mercado podem afectar os juros recebidos dos activos geradores de juros de forma diferente da que afectam os juros pagos pelos passivos remunerados. Esta diferença poderá reduzir a margem financeira do Banco. Para além disso, um aumento da taxa de juro poderá diminuir a procura de crédito e a capacidade do Banco originar crédito a clientes, bem como contribuir para um aumento da taxa de incumprimento de crédito. Contudo, poderá simultaneamente ter um impacto positivo, contribuindo para reduzir o *gap* comercial. Inversamente, a manutenção das taxas de juro em níveis mínimos ou uma eventual redução do nível das taxas de juro poderá afectar o Banco negativamente através da geração de menor margem financeira nos depósitos à ordem e do aumento da concorrência nos depósitos e crédito a clientes. Em resultado destes factores, alterações significativas ou o aumento da volatilidade nas taxas de juro poderão ter um substancial impacto adverso na actividade, situação financeira ou resultados do Banco.

INTENSIFICAÇÃO DO AMBIENTE COMPETITIVO SECTORIAL

O mercado bancário português é, actualmente, bastante desenvolvido e integra fortes concorrentes nacionais e estrangeiros que seguem abordagens multiproducto, multicanal e multisegmento e que melhoraram significativamente as suas capacidades comerciais. Nos últimos anos, ocorreu ainda um desenvolvimento expressivo das operações bancárias através da Internet e da utilização de novas técnicas, que permitem aos bancos avaliar com maior precisão as necessidades dos Clientes e actuar em consequência, ajustando a sua proposta de valor. Entraram ainda no mercado português bancos estrangeiros, especialmente em áreas como a banca *corporate*, a gestão de activos, o *private banking* e os serviços de banca de investimento. Estes factores resultaram num aumento da concorrência. Adicionalmente, muitos bancos portugueses estão empenhados em aumentar os seus proveitos, através do aumento das respectivas quotas de mercado e do *cross-selling*, que tendem a sustentar estratégias comerciais mais agressivas. É esperada também uma intensificação da tendência de integração dos serviços financeiros a nível europeu, que poderá contribuir para um aumento da concorrência, essencialmente nas áreas de gestão de activos, banca de investimento, serviços de corretagem *online* e de serviços financeiros remotos. O elevado nível concorrencial do sector em Portugal e noutros países onde o Banco opera traduz-se na existência de um risco de negócio e estratégico, que se poderá

materializar na eventual perda de quota de mercado em alguns produtos e/ou segmentos de negócio e que poderá dificultar o ajustamento dos *spreads* ao risco de crédito, contribuir para uma redução da taxa de margem financeira, das comissões e de outros proveitos e penalizar a evolução de proveitos, resultados e situação patrimonial.

ALTERAÇÕES DA LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO FISCAIS EM PORTUGAL E NA UNIÃO EUROPEIA

O Banco poderá ser afectado adversamente por alterações na legislação e demais regulamentação fiscal aplicáveis em Portugal, na União Europeia e noutros países onde desenvolve a sua actividade, bem como por alterações de interpretação, por parte das autoridades fiscais competentes, dessa legislação e regulamentação, que poderão ter impacto negativo na actividade, situação financeira e resultados do Banco. As várias medidas de estímulo à economia e de suporte ao sistema bancário, aprovadas pelo Governo português, reflectiram-se num acentuado aumento do défice público, que ascendeu a 9,4% e a 7,0% do PIB em 2009 e em 2010, respectivamente. A combinação da necessidade de reequilibrar as finanças públicas e de aumentar a transparência na divulgação das contas públicas implicou já (Lei do Orçamento de Estado para 2011) um aumento dos encargos fiscais, através do aumento da incidência fiscal e/ou redução dos benefícios fiscais nas diferentes áreas de incidência fiscal, com um impacto directo nos resultados e volumes de negócio do Banco.

RISCOS ENDÓGENOS

VOLATILIDADE PROVOCADA PELO RISCO DE CRÉDITO DO BANCO

O ano de 2010 ficou marcado pelo agravamento da crise financeira internacional e a sua extensão à actividade económica, pelos ajustamentos muito acentuados das taxas de juro de mercado e pelo aumento bastante considerável nos *spreads* dos instrumentos de dívida privada. A incerteza existente, com especial incidência no sector financeiro, em virtude das dificuldades crescentes das instituições financeiras e do risco sistémico, manteve em níveis bastante elevados o custo da protecção contra o incumprimento dos instrumentos de dívida privada do mercado financeiro e, em particular, dos bancos nacionais. A manutenção desta situação origina o aumento do *spread* de crédito do Banco, com impacto negativo ao nível da margem financeira, mas induz ganhos no *fair value* dos passivos ao justo valor. Contudo, estes efeitos serão reversíveis a prazo: a redução do *spread* de crédito do Banco produzirá os efeitos inversos, o que se traduz na possível diminuição dos resultados do Banco.

CRESCENTE DEPENDÊNCIA NA ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO DE BANCOS CENTRAIS

A crescente dificuldade no acesso ao mercado de capitais por parte da República Portuguesa tem originado o aumento das taxas de juro associadas à emissão de nova dívida. Saliente-se que o acesso ao mercado de capitais durante 2010 esteve bastante difícil, estando praticamente fechado para o sistema financeiro nacional. Como alternativa, os bancos nacionais assumiram o recurso ao financiamento aos Bancos Centrais como a forma preferencial para substituir os financiamentos obtidos tradicionalmente no mercado de capitais, que atingiu um valor próximo de 49 mil milhões de euros para o conjunto do sistema bancário português, em Agosto de 2010. Desta forma, os bancos têm vindo a adoptar medidas com o objectivo de reforçar o montante de activos elegíveis para desconto junto de Bancos Centrais, na sua maioria junto do BCE. O BCP detinha activos elegíveis para desconto junto de Bancos Centrais no montante de 20,6 mil milhões de euros, após *haircuts*, no final de 2010. Apesar do posicionamento do BCE se manter no sentido de providenciar liquidez aos bancos, haverá que considerar três tipos de implicações: i) o BCE, no pressuposto de manutenção das condições actuais de cedência de liquidez, deverá continuar a ceder liquidez àqueles bancos que mantenham um adequado nível solvabilidade, o que se traduz na necessidade de recapitalizar os bancos, num contexto actual de mercado adverso e através, preferencialmente, do recurso a capitais privados; ii) o BCE poderá passar a ceder liquidez num regime de leilões competitivos, o que se traduzirá numa pressão considerável sobre a margem financeira dos bancos mais dependentes do financiamento do BCE e iii) a dependência do BCE irá pressionar o Banco a proceder à desalavancagem do seu balanço e a diversificar as suas fontes de financiamento, com impacto potencial negativo nos resultados do Banco em virtude da diminuição da margem financeira.

NÍVEL DE COBERTURA DE RESPONSABILIDADES DO FUNDO DE PENSÕES PODE VIR A REVELAR-SE INSUFICIENTE

O nível de cobertura de responsabilidades do Fundo de Pensões pode vir a revelar-se insuficiente se o comportamento dos mercados determinar menores rendimentos dos activos detidos pelo Fundo face aos pressupostos actuariais. O montante registado nas contas consolidadas referente às responsabilidades por pensões baseia-se em determinados pressupostos de mortalidade, sendo que a longevidade dos beneficiários do Fundo de Pensões poderá ser maior do que a prevista e, como tal, estes poderão beneficiar do Fundo para além das dotações inicialmente previstas para esse efeito. Considera-se os actuais pressupostos actuariais adequados ao actual contexto de mercado, não se podendo, contudo, garantir que os referidos pressupostos não venham a ser alterados no futuro e que não determinem perdas

actuariais, incluindo a variação do corredor do Fundo de Pensões. No âmbito da convergência para as IFRS e de acordo com o definido na IFRS 1, o Grupo decidiu reconstituir os cálculos actuariais desde a data da constituição do seu Fundo de Pensões, o que resultou num aumento das responsabilidades relativas a pensões. Neste âmbito, todos os ganhos e perdas actuariais que excedam 10% do valor das responsabilidades por pensões estão a ser amortizados pelo período médio remanescente da vida activa dos Colaboradores (actualmente 20 anos). Caso o nível de cobertura das responsabilidades do Fundo de Pensões se revele insuficiente, o Banco poderá ter de proceder a contribuições adicionais no futuro, o que poderá afectar de forma adversa a sua situação financeira e resultados. Adicionalmente, o Banco tem de deduzir aos fundos próprios de base a parte das perdas actuariais que excedam 10% das responsabilidades por pensões ou do valor do Fundo (consoante o que apresentar o montante mais elevado), pelo que uma eventual descida do valor deste Fundo poderá afectar a posição de capital do Banco de forma adversa. Em Setembro de 2006, o Conselho de Administração Executivo deliberou que o complemento de reforma dos Colaboradores passaria a ser financiado com um plano de contribuição definida, mantendo os Colaboradores admitidos até à data da deliberação os direitos que decorriam do plano de benefício definido até então em vigor. Desta medida decorrerá uma gradual redução do risco financeiro do Fundo de Pensões em exercícios futuros. Em Dezembro de 2008, atendendo às circunstâncias extraordinárias que condicionaram a actividade dos mercados financeiros nesse ano, o Banco de Portugal autorizou o diferimento das perdas actuariais, apuradas no exercício desse ano, ao longo dos quatro anos subsequentes, com excepção do rendimento esperado dos activos do Fundo relativo a 2008. O Grupo poderá ser negativamente afectado por alterações regulamentares no que se refere às regras relativas às responsabilidades por pensões.

De realçar o acordo celebrado entre os bancos portugueses, representados pela Associação Portuguesa de Bancos, o Governo e os sindicatos, para a integração de todos os bancários no activo na Segurança Social, o que se traduz, em termos práticos, na redução do risco associado a contribuições adicionais futuras para os fundos de pensões. Contudo, os fundos de pensões continuam a assegurar o financiamento dos planos de pensões existentes em cada banco, correspondentes ao período decorrido desde a sua admissão até à integração dos Colaboradores na Segurança Social.

DOWNGRADE DAS NOTAÇÕES DE RATING DO BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

As notações de *rating* são uma importante componente do perfil de liquidez do Banco. Os *ratings* de crédito são baseados, entre outros factores, na solidez financeira, na qualidade de crédito e concentração da carteira de crédito do Banco, no nível e volatilidade dos resultados líquidos, na adequação dos capitais, na qualidade da gestão, na liquidez do balanço do Banco, na disponibilidade de uma base significativa de depósitos comerciais e de Retalho e na capacidade de aceder a uma vasta gama de fontes de financiamento institucional. Os *ratings* de crédito do Banco podem ser revistos a todo o tempo e apresentar *outlooks* "positivo", "estável" ou "negativo", dependendo do entendimento que as agências de *rating* tenham sobre a qualidade de crédito do Banco. Tais *outlooks* constituem indicações ou sugerem o sentido de futuras acções de *rating*. Não há qualquer garantia de que o Banco não será sujeito a reduções de *rating* num futuro próximo. De facto, as condições de crédito da República Portuguesa e, em particular, do sistema bancário português, que influenciam o risco de crédito dos bancos portugueses, poderão resultar numa expectativa de deterioração do risco de crédito. Adicionalmente, os *ratings* de depósitos de dívida dos bancos portugueses estão dependentes dos *ratings* da República Portuguesa e, conseqüentemente, poderão variar como resultado da alteração dos *ratings* da República Portuguesa. Os *ratings* da República Portuguesa são um elemento-chave para a determinação da sua capacidade de suporte do sistema bancário. A capacidade do Banco competir com sucesso no mercado de depósitos depende de vários factores, incluindo a estabilidade financeira, nomeadamente dos resultados operacionais e *ratings* de crédito atribuídos por reconhecidas agências de *rating*. Nessa medida, uma redução do *rating* de crédito poderá afectar a capacidade do Banco obter financiamento e poderá ter um substancial efeito adverso na sua actividade, situação financeira e resultados.

CONCENTRAÇÃO DE CRÉDITO

O Banco está exposto ao risco de crédito dos seus Clientes e contrapartes e, em particular, ao risco resultante da elevada concentração das exposições individuais da sua carteira de crédito. As 20 maiores exposições creditícias individuais representavam, em 2010, cerca de 9,2% da carteira de crédito total, valor considerado relativamente elevado, o que, a par da elevada exposição creditícia ao sector da construção civil, contribui para elevar a exposição ao risco de crédito. Este é um problema comum à generalidade dos principais bancos portugueses, atendendo à exiguidade do mercado nacional, e tem sido, aliás, amplamente apontado pelas agências de *rating* como um desafio fundamental que se coloca ao sistema bancário português. As agências de *rating* têm sido particularmente críticas em relação à concentração da exposição do Millennium bcp nos maiores Clientes e, em especial, da exposição a Accionistas, contribuindo para tornar a notação de *rating* do Banco sensível à evolução destas variáveis. Apesar do Banco desenvolver a sua actividade com base em políticas rigorosas de controlo dos riscos, em particular do risco de crédito, procurando aumentar o grau de diversificação da carteira de crédito, não é possível garantir que a exposição a estes grupos seja reduzida significativamente a curto e médio prazo.

EXPOSIÇÃO À DÍVIDA SOBERANA PORTUGUESA E GREGA

No âmbito da sua actividade em Portugal e na Grécia, o Millennium bcp tem exposição a dívida soberana dos dois países. Esta exposição do Banco refere-se, essencialmente, a obrigações de dívida pública detidas na carteira de activos financeiros detidos até à maturidade (*held to maturity*), na carteira de negociação (*trading*) e na carteira de activos financeiros disponíveis para venda (*assets available for sale*). A exposição à dívida pública grega está concentrada na carteira de activos financeiros detidos até à maturidade. As carteiras de negociação e de activos financeiros disponíveis para venda são mensuradas ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por contrapartida de reservas de justo valor até ao momento em que são vendidos ou quando existem sinais de imparidade. Na alienação, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos como reservas de justo valor são reconhecidos em resultados. Eventuais depreciações no valor da carteira de negociação e disponíveis para venda de obrigações de dívida soberana do Grupo poderão repercutir-se de forma adversa na sua situação financeira e resultados. Por seu turno, os activos financeiros detidos até à maturidade são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados.

DIFICULDADES NO NEGÓCIO INTERNACIONAL, EM PARTICULAR NA GRÉCIA E NA ROMÉNIA

O Grupo tem operações em mercados internacionais, que estão expostas aos riscos decorrentes de eventuais desenvolvimentos adversos a nível político, governamental e económico nos países em que estão estabelecidas. O Banco tem operações em mercados com processos recentes de integração europeia, como a Polónia e a Roménia, que actualmente se encontram num ponto de viragem. O Banco tem ainda operações em Angola e Moçambique. O processo de desenvolvimento económico nestes países encontra-se ainda numa fase inicial e caracteriza-se por uma elevada dependência de um número limitado de sectores económicos, incluindo *commodities*, tais como o petróleo, em Angola, e o alumínio, em Moçambique, aumentando a sua vulnerabilidade a choques nestes mercados específicos. Algumas das operações internacionais do Grupo expõem-no também a riscos cambiais, que directa e indirectamente podem afectar de forma adversa os respectivos resultados. Assim, embora os mercados com risco cambial representem actualmente cerca de 25% dos resultados líquidos do Grupo, comportamentos adversos destas moedas face ao euro poderão ter um impacto negativo na actividade, na situação financeira e nos resultados do Grupo. O recurso a financiamentos denominados em moeda estrangeira em alguns países do Leste Europeu expôs alguns dos Clientes do Banco ao risco cambial, afectando a condição financeira dessas entidades e, por conseguinte, os resultados do próprio Banco. Apesar de o Bank Millennium, na Polónia, ter restringido, no final de 2008, a nova produção de empréstimos denominados em moeda estrangeira, o Banco detém ainda uma considerável carteira de crédito em moeda estrangeira, que poderá ter um impacto considerável sobre os resultados, através da realização de dotações adicionais para imparidade na carteira de crédito e do elevado custo dos *swaps* do zloti. Os resultados poderão ainda ser negativamente afectados no caso de frustração das expectativas actuais de adesão destes países à moeda única europeia a médio prazo ou no caso de episódios de reafectação de carteiras de investidores institucionais a favor de activos de refúgio em detrimento de activos em mercados emergentes. A deterioração da envolvente macroeconómica na generalidade das operações internacionais do Grupo reflecte-se ainda num potencial aumento da sinistralidade e da imparidade associada. O Grupo pode ainda confrontar-se com dificuldades de implementação da estratégia no que respeita à expansão das operações internacionais devido a condicionalismos gerais, como sejam o agravamento das condições de mercado, a envolvente adversa, as acções dos concorrentes, ou a condicionalismos específicos, associados a eventuais atrasos na implementação do seu programa estratégico. Tais dificuldades poderão ter um impacto visível, por exemplo, no que respeita à concretização da abertura de sucursais, da captação de novos Clientes e de volumes de negócio.

CONTINGÊNCIAS/GOVERNANCE

Não é possível garantir antecipadamente que o Grupo consiga executar a sua visão e estratégia a médio prazo, consubstanciada no foco na rentabilidade das operações na Europa e nos mercados com afinidade, devido a condicionalismos gerais, como sejam o agravamento das condições de mercado, a envolvente adversa, o aumento da concorrência ou as acções encetadas pelos principais concorrentes, ou a condicionalismos específicos, associados a eventuais atrasos na implementação do seu programa estratégico ou da eficácia e grau de implementação das medidas para retomar o crescimento e a liderança no Retail e para captar mais valor nos segmentos Empresas e Corporate, para manter o esforço de redução de custos, de optimização da disciplina de gestão do capital e da liquidez e de fortalecimento da gestão do risco. O Banco poderá enfrentar dificuldades na implementação de medidas de gestão com alcance crítico e que visam continuar o *repricing*, optimizar a recuperação dos proveitos bancários e da rentabilidade, mitigar a exposição a diversos tipos de risco e aumentar os fundos próprios, com impacto negativo nos níveis de eficiência projectados, comprometendo os objectivos definidos, e a solvabilidade.

CULTURA DE RIGOR

CÓDIGOS E VALORES

Os códigos internos são um referencial de princípios de comportamento e boas práticas e sintetizam as normas e usos profissionais e deontológicos que regem a actividade do Grupo BCP e que são fundamentais para o desempenho *compliant* e coerente da função de cada Colaborador.

O Millennium bcp pauta a sua actuação quer pelas regras de conduta emanadas do Banco de Portugal e da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, aplicáveis às instituições de crédito e entidades emitentes e aos membros dos seus órgãos sociais, quer por normas próprias que obrigam a uma gestão regida pelo princípio da repartição de riscos e da segurança das aplicações, tendo em conta os interesses dos depositantes, dos investidores e dos demais *Stakeholders*. No mesmo sentido se cumpre o regime de segredo profissional aplicável aos membros dos órgãos de administração ou fiscalização, empregados, mandatários, comitidos ou quaisquer prestadores de serviços, os quais não podem revelar ou utilizar informações sobre factos ou elementos respeitantes à vida da instituição ou às relações desta com os seus Clientes.

O Código Deontológico, o Regulamento Interno Relativo à Actividade de Intermediação Financeira e a Política de Conflito de Interesses, os Regimentos do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo e o Manual de *Compliance* enunciam deveres e obrigações que tanto respeitam ao funcionamento do BCP como um todo coeso, como ao comportamento individual de cada um dos Colaboradores e dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização do Banco e do Grupo, no exercício das respectivas funções.

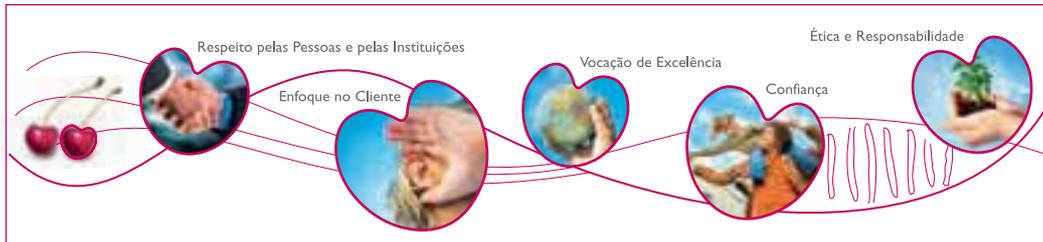
Estão ainda definidas normas de segurança física que estabelecem procedimentos internos de rotina e de emergência, de controlo de acessos dos Colaboradores ao sistema e às instalações do Millennium bcp e ainda controlo de acessos de entidades externas. No que respeita à segurança da informação e dos sistemas, estão também definidos, através de normativo interno, os deveres de conduta adequados às funções exercidas e aos níveis de responsabilidade dos diferentes órgãos e de todos os Colaboradores.

No âmbito da estratégia de responsabilidade social, o Millennium bcp aderiu aos princípios do *Global Compact* e aos Princípios do Equador, comprometendo-se a respeitar e promover na sua esfera de influência, um conjunto de valores chave nas áreas dos Direitos Humanos, normas laborais, normas sociais e ambientais e combate à corrupção.

O Millennium bcp é também subscritor do Código de Boas Práticas na Comunicação Comercial para Menores, promovido pela Associação Portuguesa de Anunciantes (APAN) e subscrito por mais de quatro dezenas de entidades. Toda a comunicação do Banco respeita as exigências dos reguladores, contribuindo para uma maior clareza e transparência nas mensagens comerciais dirigidas ao mercado. O Millennium bcp é membro da APAN, que, por sua vez, preside ao Instituto Civil da Autodisciplina da Publicidade (ICAP), à Comissão de Análise de Estudos de Meios (CAEM) e, a nível internacional, à International Advertising Association.

Os valores do Millennium bcp materializam todos estes princípios e traduzem a forma como o Banco e os seus Colaboradores pautam a sua actuação na relação com os *Stakeholders*.

OS NOSSOS VALORES INSPIRAM-NOS



RESPEITO PELAS PESSOAS E PELAS INSTITUIÇÕES	ENFOQUE NO CLIENTE	VOCAÇÃO DE EXCELÊNCIA	CONFIANÇA	ÉTICA E RESPONSABILIDADE
O respeito pelos outros, pelas pessoas e instituições é um princípio que nos inspira. Assumimos um papel responsável na sociedade e acreditamos que a nossa existência só faz sentido se contribuir para o bem comum.	Procuramos ver o mundo a partir dos olhos do Cliente, porque ambicionamos satisfazer todas as suas necessidades e contribuir para a concretização plena dos seus sonhos.	Acreditamos no valor da excelência. Estamos vocacionados para desenvolver os melhores produtos e serviços e persistimos na procura do que é novo, sempre que o novo seja melhor.	Queremos desenvolver relações com futuro. A confiança dos nossos Clientes é o activo mais valioso que temos à nossa guarda, o único verdadeiro tributo ao nosso desempenho e aquele que nos motiva permanentemente.	Actuamos com consciência e consequência. O Millennium bcp está ciente de que a ética nos negócios só está completa se garantir a sustentabilidade empresarial, a melhoria das condições de vida de todos e o futuro do planeta.

PROGRAMA “CULTURA DE RIGOR”

Para dar resposta à necessidade de alinhamento cultural ao nível das políticas, regras e procedimentos para minimização dos riscos operacional, de *compliance* e de reputação, foi implementado o Programa “Cultura de Rigor”, com os seguintes objectivos:

- Sensibilizar os Colaboradores do Millennium bcp para o conhecimento e apropriação do código deontológico e diferentes tipos de risco associados à actividade e assegurar o cumprimento das leis, normas e regulamentos internos e externos;
- Uniformizar conhecimentos e responsabilizar todos os níveis da estrutura sobre as temáticas de Gestão do Risco, *Compliance*, Código Deontológico e Segurança e respectiva actuação em conformidade;
- Aumentar a confiança dos *Stakeholders* e do mercado;
- Homogeneizar o controlo e reporte, incrementando a transparência e a consistência na relação com os reguladores do mercado.

Pretende-se com este programa tornar intrínsecos temas como: i) a ética e deontologia profissional; ii) a necessidade de conhecer bem os Clientes desde o momento da abertura de conta; iii) o rigor e transparência na relação com os Clientes e na venda de produtos e de serviços; iv) a execução de transacções respeitando os princípios de prevenção de fraude e v) a necessidade de garantir a segurança física e informática.

TEMAS DO PROGRAMA	DESTINATÁRIOS	ESTADO AVANÇO DA FORMAÇÃO	MÉDIA TESTES DE AVALIAÇÃO	GRAU DE SATISFAÇÃO COM OS CONTEÚDOS
Ética e Responsabilidade	Todos os Colaboradores	Concluídos 2 dos 5 subtemas	90%	79%
Branqueamento de capitais		Não iniciada		
Prevenção e Segurança		Iniciada		
Abertura de Contas	Áreas Comerciais e de Operações	Concluída	95%	79%
Venda de Produtos e Serviços	Áreas Comerciais e de Marketing	Não iniciada		
Crédito	Áreas Comerciais e de Operações Direcção de Crédito	Não iniciada		
Execução de Transacções	Direcção de Recuperação de Crédito	Não iniciada		

O Programa iniciou-se em Junho de 2010, com o tema "Ética e Responsabilidade", com um seminário que teve como orador Roberto Carneiro. Para complementar as acções específicas de formação e consolidar os conhecimentos adquiridos, foi criado um site na Intranet dedicado apenas ao tema cultura de rigor, onde estão disponibilizados os documentos e filmes que dão suporte ao programa.

Paralelamente, o Compliance Office continuou a publicar comunicações internas na Intranet, designadas "E se um dia acontece ..." e "Formação num Minuto", com o objectivo de dar a conhecer situações que envolvem riscos de reputação e de *compliance* e transmitir as melhores práticas de actuação perante as mesmas. Durante o ano de 2010 foram publicadas 30 comunicações.

Foi também mantida a prática de formação permanente em matérias de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo (AML/CTF), controlo interno, abuso de mercado e fraude, técnicas de monitorização de transacções e alterações de legislação (DMIF, publicidade, ética, deveres de informação, entre outros).

NÚMERO DE COLABORADORES FORMADOS ⁽¹⁾

AML/CTF, Abuso de Mercado, Controlo Interno, Monitorização de Transacções e Temas Legais

	'10	'09	'08	VAR. % '10/'09
Actividade em Portugal	767	445	n.d.	72,4%
Actividade Internacional ⁽²⁾	13.515	5.542	n.d.	143,9%
TOTAL	14.282	5.987	n.d.	138,6%

(1) O mesmo Colaborador pode ter frequentado diversas formações.

(2) Exclui Angola e Suíça em 2009.

Dos Colaboradores formados em Portugal 33% desempenham funções directivas e 67% desempenham funções técnicas.

PRINCIPAIS ACTUAÇÕES DO COMPLIANCE OFFICE

O Compliance Office tem por missão assegurar que sejam cumpridos os regulamentos e normativos (internos e externos) que pautam a actividade do Banco e das suas associadas, de forma a evitar o risco de a Instituição incorrer em sanções de carácter legal e em prejuízos financeiros ou de ordem reputacional, decorrente do incumprimento das leis, códigos de conduta e regras de "boas práticas" negociais.

A actual estrutura do Compliance Office em Portugal, onde se encontra o Group Head of Compliance, integra as áreas de Compliance Risk Control, Compliance Risk Assessment, Corporate & Legal e uma área de ligação com as unidades de *compliance* das Instituições do BCP no exterior – International Compliance Offices – que garante a transversalidade da função no Grupo BCP no que respeita aos princípios e políticas de *compliance*.

Em 2010, procedeu-se à harmonização de procedimentos, em articulação com as operações internacionais, implementando-se nas operações locais o Código Deontológico e o Manual de Políticas de *Compliance*, em conformidade com os ordenamentos jurídicos nacionais. Definiram-se as linhas de orientação dos *Compliance Officers* locais, alinhando estratégias e definindo prioridades de acção e estabelecendo um sistema de *reporting* regular interno, em consonância com o disposto no Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008. Desenvolveram-se ainda diversos processos de reestruturação das estruturas locais dos *Compliance Offices* das operações do Banco no exterior; registando-se o reforço significativo dos quadros de pessoal, dotação de meios informáticos e sofisticação de automatismos e bases de dados.

No âmbito da actuação do *Compliance Office* em matéria de prevenção e detecção de branqueamento de capitais, combate ao financiamento do terrorismo e identificação de práticas consideradas "abuso de mercado", contemplando as medidas de prevenção e o reporte de irregularidades, destacam-se as seguintes iniciativas:

- Foi dada continuidade ao plano de evolução e consolidação das políticas, procedimentos e mecanismos de controlo e monitorização no âmbito dos temas da prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo. Foram aperfeiçoadas ainda mais as técnicas de detecção de operações suspeitas já anteriormente implementadas, tendo sido possível assistir a uma visível consolidação. Neste sentido, procedeu-se durante o primeiro trimestre do ano a alterações no modelo de risco de branqueamento das entidades, introduzindo-se factores que se revelaram importantes na experiência adquirida no ano anterior. Estas alterações permitiram diferenciar características de risco entre entidades que antes se acompanhavam de forma similar. Em paralelo, foi ainda possível introduzir melhorias e alterações nas grelhas de monitorização, alargando o âmbito da sua aplicação a novas tipologias de transacções, permitindo uma alocação de recursos mais racional e eficiente;
- No decurso do primeiro semestre, foi possível finalizar e disponibilizar um sistema de informação de gestão às Redes Comerciais, que sistematiza de forma simples os principais indicadores verificados em cada sucursal com relevância para o risco de branqueamento e, por consequência, de *compliance*. Este relatório, enviado com periodicidade trimestral, pretende disponibilizar um útil instrumento de gestão do risco de *compliance* aos diversos níveis da estrutura, desde o local ao nacional, agora à disposição de todas as hierarquias comerciais;
- Na sequência da sistematização dos dados referidos, desenvolveu-se um modelo que permite a classificação de risco de cada uma das sucursais. Este sistema permite uma mais eficaz monitorização das estruturas de maior risco, possibilitando direccionar acções de formação, mecanismos de controlo em tempo real e uma gestão efectiva dos riscos detectados. Nas sucursais identificadas como de risco mais elevado, periodicamente, o procedimento de pré-validação é realizado para a totalidade dos processos de abertura de entidades e contas. Estes procedimentos visam não só garantir uma total conformidade documental neste tipo de processos, mas ainda contribuir para a aprendizagem dos Colaboradores comerciais na execução de complexos processos de diligência e recolha de informação sobre novos Clientes, designadamente os que apresentam níveis de risco não negligenciáveis;
- Concluiu-se a implementação do sistema de filtragem com o objectivo de detectar, registar e classificar as entidades designadas por "pessoas politicamente expostas", que permitirá gerir com maior fiabilidade este tipo de Clientes e os riscos que se encontram associados;
- Em todas as operações do Grupo BCP, manteve-se o relacionamento e a cooperação com as entidades de supervisão, com quem são avaliadas e analisadas matérias relacionadas com questões de ordem comportamental.

COMUNICAÇÕES A ENTIDADES JUDICIAIS LOCAIS

	'10	'09	'08	VAR. % '10/'09
INICIATIVA PRÓPRIA				
Actividade em Portugal	187	137	186	36,5%
Actividade Internacional ⁽¹⁾	193	154	n.d.	25,3%
RESPOSTA A PEDIDOS				
Actividade em Portugal	161	172	212	-6,4%
Actividade Internacional ⁽¹⁾	554	454	n.d.	22,0%
TOTAL	1.095	917	398	19,4%

(1) Inclui Polónia, Grécia, Roménia, Moçambique, Angola, Suíça e Ilhas Caimão.

PRINCIPAIS EVENTOS EM 2010

JANEIRO

- Implementação do novo modelo de organização comercial do Retalho, em Portugal, com o objectivo de aproximar a rede comercial dos Clientes e de adequar a oferta do melhor sistema de distribuição de serviços bancários ao perfil de cada Cliente.
- Extensão da parceria existente com a AESE – Escola de Direcção e Negócios respeitante à redacção, discussão e divulgação de *management case studies* do Millennium bcp.
- Distinção da marca Bank Millennium ao posicionar-se no 21.º lugar entre as marcas mais valiosas no mercado polaco, de acordo com o estudo “Marcas Polacas 2009” do jornal diário “Rzeczpospolita”, registando uma subida de seis lugares face ao ano anterior. Na categoria de “Instituições Financeiras” o Bank Millennium surgiu na 9.ª posição.
- Realização do Inquérito Internacional à Satisfação e Motivação dos Colaboradores 2010.
- Participação do Banque Privée BCP num movimento de solidariedade mundial para com as vítimas do terramoto no Haiti. Os Colaboradores contribuíram individualmente para o programa de recolha de fundos organizado pela Cruz Vermelha Suíça, tendo o Banco doado valor igual.

FEVEREIRO

- Acordo com a instituição financeira Credit Europe Bank, N.V., entidade detida pelo grupo financeiro Fiba Holding, A.S., com vista à alienação por parte do Banco Comercial Português, S.A. da participação correspondente a 95% do capital social do Millennium Bank A.S. na Turquia, tendo sido estabelecido com o comprador um mecanismo de opções de compra e de venda prevendo a possibilidade de alienação do remanescente da sua participação por preço por acção não inferior ao agora acordado.
- Conclusão com sucesso do aumento de capital do Bank Millennium, reservado a Accionistas, através da emissão de 363.935.033 acções, ao preço de subscrição de 2,9 zlotis por acção, tendo o Millennium bcp exercido os seus direitos na totalidade. O aumento de capital representou um encaixe de 1.055 milhões de zlotis (cerca de 258 milhões de euros), que permitirá ao Bank Millennium sustentar a sua estratégia de crescimento.
- Lançamento do programa “Ser Millennium”, integrado no programa de motivação dos Colaboradores, com o objectivo de reforçar a cultura e o sentimento de pertença.
- Entrega, em Portugal, dos 46 Prémios de Excelência que distinguiram os Colaboradores com melhor desempenho em 2009.
- Organização e participação na iniciativa promovida pela Microsoft – Dia da Internet Segura – com acções de sensibilização realizadas por Colaboradores do Banco em escolas do 1.º ciclo.
- Abertura de uma conta solidariedade com o objectivo de angariar fundos destinados a apoiar as vítimas do temporal na Madeira. Os fundos recolhidos visam, em articulação com as autoridades locais, apoiar a reconstrução e reparação dos danos causados pelo temporal que assolou a ilha. Colaboração com a SIC Esperança no programa “Uma flor para a Madeira – vale a pena acreditar”, com a participação voluntária de 100 Colaboradores no atendimento telefónico para angariação de fundos.
- Inauguração, pela Fundação Millennium bcp, da exposição “Ossos que contam história”, uma mostra de vestígios arqueológicos de animais vertebrados e lançamento da publicação “À descoberta... Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros”.

MARÇO

- Acordo com o Investors Savings Bank, contemplando a alienação da totalidade da rede de sucursais do Millennium bcpbank nos Estados Unidos da América e da respectiva base de depósitos. Paralelamente, as duas entidades anunciaram a intenção de assinar um acordo para a aquisição pelo Investors Savings Bank de uma parte da carteira de crédito do Millennium bcpbank. Adicionalmente, foi estabelecido um acordo de cooperação no que respeita às remessas financeiras oriundas dos EUA. Após esta transacção, que ficou sujeita às autorizações regulamentares, o Millennium bcp deixará de desenvolver novas actividades comerciais de Retalho nos EUA.
- Lançamento de um novo conceito de banca – o ActivoBank by Millennium –, elegendo como segmento-alvo Clientes com espírito jovem, utilizadores intensivos das novas tecnologias de comunicação e que privilegiam uma relação bancária assente na simplicidade.
- Promoção de uma iniciativa inédita, o *workshop* “Porta Aberta”, com o objectivo de partilhar e debater iniciativas no domínio da inovação, bem como os programas e projectos das organizações convidadas, tendo contado com a presença de responsáveis das áreas de inovação de empresas de diferentes sectores e professores universitários.
- Patrocínio pelo Millennium bcp da Conferência “Building a New Financial Architecture”, na qual estiveram presentes vários especialistas europeus no sector financeiro e do Parlamento Europeu, que debateram a Directiva de Requisitos de Capital e as alterações propostas a essa mesma Directiva, bem como sobre o novo sistema de Supervisão Financeira e de Gestão de Crises Transfronteiriças, no sector bancário.
- Patrocínio pelo Millennium bcp da 4.ª Conferência Eurofinance sobre “Gestão Financeira, Tesouraria e de Risco para Empresas em Portugal”, centrada na divulgação de informação actualizada sobre as principais tendências e as melhores práticas do mercado aos interlocutores especializados das empresas.
- Assinatura de um protocolo de cooperação entre a rede de Microcrédito do Millennium bcp e a Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Faro, visando ampliar o acesso ao microcrédito ao maior número de cidadãos em situação financeira mais carenciada.
- Inauguração da exposição de pintura de Arte Partilhada Millennium “Abstracção” na Sociedade Nacional de Belas Artes, em Lisboa.
- Manutenção das notações de *rating* atribuídas ao Banco Comercial Português pela agência de *rating* Fitch de “A+” para o *rating* de longo prazo e de “F1” para o *rating* de curto prazo e revisão do *outlook* de “estável” para “negativo”.
- Realização dos Encontros Millennium em Viseu, nos dias 10 e 11 de Março, e inauguração da exposição “Arte Partilhada Millennium bcp” no Museu Grão Vasco.

ABRIL

- Realização da Assembleia Geral Anual do Millennium bcp, com a presença de Accionistas detentores de 51,51% do capital. Entre as principais deliberações foram aprovadas várias alterações aos Estatutos do Banco, as quais visaram: a sua actualização em razão de mudanças entretanto operadas na lei, nomeadamente no Código das Sociedades Comerciais; incluir no respectivo texto o regime de reforma dos Administradores, por velhice ou invalidez, a cargo da sociedade; e ainda, por proposta de vários Accionistas, o alargamento da limitação dos direitos de voto de 10% para 20% do capital social. Foi ainda aprovada a alteração da composição e do número de Membros do Conselho de Administração Executivo. A Assembleia Geral aprovou também o relatório de gestão, o balanço e as contas individuais e consolidadas relativos ao exercício de 2009, bem como o pagamento de um dividendo de 0,019 euros por acção.
- Lançamento do novo *site* do Bank Millennium na Polónia, que possibilita a todos os Clientes do país uma navegação mais simples, lógica e intuitiva de aceder a produtos e serviços.
- Distinção do Millennium bcp com a atribuição do título de “Sócio Honorário da Associação Portuguesa Contra a Leucemia”, pelo apoio ao combate contra a leucemia em Portugal, tendo o Banco patrocinado a gala bianual de angariação de fundos desta Associação.

- Integração do Millennium bcp no Ethibel EXCELLENCE Investment Register.
- Adesão à iniciativa internacional "Dia Internacional dos Monumentos e Sítios" através do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros.
- Inauguração da exposição de tapeçarias "Redes sem mar: Colecção Millennium bcp" na sede do Banco Europeu de Investimento (BEI), na cidade do Luxemburgo.
- Redução das notações de *rating* de certos instrumentos híbridos portugueses, em linha com a revisão que operou na metodologia de *rating* de instrumentos híbridos e de dívida subordinada dos bancos, publicada em Novembro de 2009, pela agência de *rating* Moody's, que retirou os pressupostos anteriores de suporte sistémico, nomeadamente da República Portuguesa. Em relação ao BCP, atendendo a que o seu BCA (*Baseline Credit Assessment*) ajustado é de "Baa3", o *rating* dos títulos preferenciais não cumulativos, emitidos pelo BCP Finance Company e garantidos pelo BCP, foi revisto em baixa de "Baa1" para "Ba3" e o *rating* da dívida subordinada perpétua com cupões condicionais foi revisto em baixa de "Baa1" para "Ba3". O *outlook* para todos os instrumentos afectados é negativo, em linha com o *outlook* "negativo" para o BCP, que tem BFSR (*Bank Financial Strength Rating*) de "D+" e BCA de "Baa3".
- Redução das notações de *rating* atribuídas a diversos bancos portugueses e subsidiárias em Portugal de bancos estrangeiros em Portugal pela agência de *rating* Standard & Poor's, na sequência do *downgrade* do *rating* da República Portuguesa em dois *notches* de "A+" para "A-", colocando-os todos com *outlook* "negativo". O *rating* de crédito de contraparte de longo prazo do Banco Comercial Português, S.A. foi reduzido de "A-" para "BBB+", enquanto o de curto prazo foi confirmado em "A-2".
- Realização dos Encontros Millennium em Portalegre, nos dias 19 e 20.

MAIO

- Autorização concedida pelo Governo da Região Administrativa Especial de Macau ao Millennium bcp para o exercício da actividade bancária em Macau através de uma sucursal com Licença Plena (*on-shore*) desde 11 de Maio de 2010. A alteração do posicionamento do Millennium bcp em Macau enquadra-se na estratégia de reforço da presença do Banco na Região Ásia-Pacífico, com destaque para a China.
- Lançamento, em conjunto com o Banco Europeu de Investimento, de uma linha de crédito para empresas, no montante global de 50 milhões de euros, visando o financiamento de projectos de Pequenas e Médias Empresas, privilegiando o financiamento a projectos de *leasing* de empresas portuguesas, mas extensível a empresas de outros países europeus onde o Millennium exerce actividade.
- Participação do Millennium bcp na iniciativa "Noite Europeia dos Museus" e associação do Millennium bcp ao "Dia Internacional dos Museus".
- Organização pela rede Microcrédito do Millennium bcp, em associação com a Rede Europeia de Microfinança, uma ONG fundada em 2003, e a Associação Nacional de Direito ao Crédito, da "1.ª Visita de Intercâmbio da European Microfinance Network", sendo a primeira a ser realizada em Portugal.
- Participação da rede Microcrédito do Millennium bcp na "(IN)FORMA 2010", pelo 4.º ano consecutivo, um evento que visa divulgar propostas de emprego e formação, bem como promover o empreendedorismo junto de populações com elevados níveis de desemprego e em risco de exclusão social.
- Apoio ao Banco Alimentar contra a Fome na campanha de recolha de alimentos para pessoas carenciadas.
- Participação do Millennium bcp numa nova sessão de esclarecimento "ABC Mercados" dedicada a Angola, organizada pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, direccionada para Pequenas e Médias Empresas nacionais, com produtos e serviços próprios, não exportadoras ou em fase inicial do processo de exportação, e para empresas que pretendam diversificar mercados e consolidar as suas vendas no exterior.

- Lançamento da campanha “Millennium bcp Subordinadas”, títulos de dívida subordinada com prazo máximo de 10 anos, com garantia de capital no vencimento e possibilidade de reembolso antecipado a partir do 5.º ano (inclusive), por parte do emitente.
- Realização dos Encontros Millennium em Beja, nos dias 4 e 5.

JUNHO

- Comemoração de 25 anos sobre a escritura de constituição do Banco Comercial Português, celebrada a 25 de Junho de 1985, e a realização da primeira Assembleia Geral de Accionistas. O Banco Comercial Português foi o primeiro banco privado português criado de raiz após a Revolução de 1974, cuja cultura fundacional tinha subjacente a criação de um Banco novo, moderno, inovador e com um serviço de excelência verdadeiramente diferenciador.
- Lançamento do programa “Cultura de Rigor”, que tem como prioridade o reforço do compromisso de todos os Colaboradores com o cumprimento da legislação em vigor e das regras internas do Banco e o fortalecimento da reputação institucional através de práticas de rigor na conduta profissional dos Colaboradores.
- Celebração de um acordo de cooperação com o Industrial and Commercial Bank of China – Macau, possibilitando aos Clientes do Millennium bcp, imigrantes chineses residentes nos países lusófonos em que o Banco opera, o envio de remessas para a China em condições mais vantajosas.
- Assinatura de um protocolo de cooperação com a Fundação da Juventude com o objectivo de fazer chegar o microcrédito também aos mais jovens, apoiando-os na transição da universidade para o mercado de trabalho.
- A Fundação Millennium bcp, patrocinador exclusivo do *Graduate Programme*, e a Junior Achievement Portugal promoveram a apresentação da equipa vencedora da competição nacional 2009/2010.
- Celebração dos 15 anos de actividade do NARC, tendo-se realizado alguns eventos comemorativos, entre os quais a cerimónia de aniversário, que contou com a presença da Ministra da Cultura, e a inauguração de mais uma área temática neste espaço, “A Sardinha Romana”.
- Patrocínio do evento “Access África Fórum”, iniciativa que teve como temas centrais os mercados, as oportunidades de negócio e os investimentos no continente africano.
- Patrocínio principal da quarta edição do Rock in Rio – Lisboa, que reuniu nos seus 5 dias de evento cerca de 330 mil visitantes.
- Entrega pelo Millennium bcp do prémio de vencedor do 1.º lugar do concurso escolar “À Descoberta da Colecção Millennium bcp”, criado no âmbito do ciclo de exposições itinerantes de pintura “Arte Partilhada Millennium bcp”.
- Entrega de vários donativos pelo Banco Millennium Angola e pelo Grupo de Amizade ao “Programa Criança Feliz”, no âmbito do Dia da Criança Africana. Esta acção de responsabilidade social envolveu os Colaboradores do Banco que, de forma directa ou indirecta, contribuíram com a entrega de bens alimentares, material escolar, vestuário e brinquedos.
- Desenvolvimento pelo Millennium bim de uma iniciativa inédita, na cidade de Maputo, visando assinalar o Dia Mundial da Criança. Mais de 1.400 crianças, acompanhadas pelos seus familiares, realizaram vários jogos e efectuaram uma coreografia com a bandeira moçambicana e com as cores dos 15 anos do Millennium bim.
- Confirmação da notação de *rating* de solidez financeira do BCP (BFSR) em “D+”, com um *outlook* “negativo”, pela agência de *rating* Moody’s.

JULHO

- Renúncia às funções de Administrador e Vice-Presidente do Conselho de Administração Executivo de Armando Vara, a seu pedido, sem prejuízo do respeito pela presunção de inocência em relação ao processo judicial em curso, que tinha motivado a sua iniciativa de solicitar a suspensão do exercício destas funções.
- Comemoração do 10.º aniversário do lançamento do portal financeiro integrado, para particulares e empresas "millenniumbcp.pt", criado com o objectivo de servir via Internet todos os Clientes do Grupo BCP através de um site e marca única.
- Lançamento de uma campanha comercial denominada "25 anos a partilhar o futuro consigo", comemorativa do 25.º aniversário do Millennium bcp, com um forte visual – a imagem de um embrulho pronto a ser aberto – e que convida os Clientes a descobrirem as várias ofertas concebidas para a comemoração da data. De entre estas destaca-se o "Depósito a Prazo 25 Anos", que remunera o depósito em função do número de anos completos da conta à ordem do Cliente.
- Subida ao cume da ilha do Pico de dez Colaboradores com o alpinista João Garcia, no âmbito do concurso interno – "Conquista do Pico" –, que premiou as melhores frases sobre as 10 vantagens de ser Colaborador Millennium.
- Divulgação, em 23 de Julho, dos resultados dos testes de esforço realizados no espaço europeu, coordenados pelo Comité das Autoridades Europeias de Supervisão Bancárias (CEBS), em cooperação com o Banco Central Europeu e o Banco de Portugal. O desenho dos cenários e a execução do teste foram da exclusiva responsabilidade das entidades de supervisão envolvidas. O limiar imposto para o rácio de fundos próprios de base (*Tier I*), no cenário de *stress*, foi fixado em 6%, ou seja 2 pontos percentuais acima do mínimo exigido pelo Banco de Portugal. De acordo com os resultados apresentados, o rácio *Tier I* do Banco evoluiu de 9,3% em Dezembro de 2009 para 8,4% em Dezembro de 2011, no cenário mais adverso, o que demonstra que o Millennium bcp é uma instituição de crédito sólida, está adequadamente capitalizada e tem capacidade de resistência, mesmo em cenários extremos.
- Alteração da designação da *holding* de seguros Millenniumbcp Fortis Grupo Segurador; SGPS, S.A. para Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador; SGPS, S.A., na sequência da alteração da designação comercial do Grupo Fortis, parceiro em Portugal do Millennium bcp para os seguros, para Grupo Ageas. Esta alteração não teve qualquer impacto no modelo de negócio.
- Celebração do 15.º aniversário do Millennium bim em Moçambique.
- Celebração de um protocolo entre o Millennium bim e a Universidade Católica de Moçambique, com o objectivo de permitir aos estudantes e docentes o acesso a crédito em condições muito vantajosas, para financiar cursos, licenciaturas, mestrados e doutoramentos.
- Inauguração, no Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães, da exposição de tapeçarias "Redes sem mar: Arte Partilhada Millennium bcp".
- No âmbito do protocolo celebrado com a Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Ciências Técnicas, foi entregue o relatório sobre a evolução do desempenho ambiental do Millennium bcp 2005-2009 e realizou-se um *workshop* ambiental, com o objectivo de analisar as principais oportunidades e riscos para o sector bancário decorrentes das alterações climáticas.
- A agência de *rating* Moody's informou em 14 de Julho de 2010 que, na sequência da revisão da notação de *rating* da República de Portugal em dois *notches*, de "Aa2" para "A1", decidiu alterar as notações de *rating* dos depósitos do BCP também em dois *notches*, de "A1" para "A3". A Moody's manteve o *rating* de solidez financeira (*Bank Financial Strength Rating*) do BCP, em "D+", bem como a notação correspondente ao *Baseline Credit Assessment* ("Baa3").

- A agência de *rating* Fitch procedeu em 21 de Julho de 2010 à revisão das notações de *rating* de cinco bancos portugueses, tendo reduzido a notação de *rating* do BCP de longo prazo de "A+" para "A" e reafirmado a notação de *rating* de curto prazo em "F1", mantendo o *outlook* "negativo".
- Realização dos Encontros Millennium em Vila Real, nos dias 5 e 6.

SETEMBRO

- Inauguração da sucursal do Millennium bcp em Macau com licença plena *on-shore*, visando estabelecer-se como uma plataforma internacional de negócios entre a China, a Europa e a África de expressão portuguesa.
- Abertura de 26 sucursais do Millennium bcp aos sábados, localizadas maioritariamente nos principais centros urbanos ou comerciais, acrescentando um "dia útil" a cada semana de serviço bancário e reforçando a relação de proximidade e confiança com os Clientes.
- Integração do índice de sustentabilidade ASPI Eurozone, que inclui 120 empresas da Área do Euro com melhor *performance* em matérias de sustentabilidade, com base na avaliação realizada pela Vigeo (líder europeia em avaliação de sustentabilidade e responsabilidade social) e em conformidade com as orientações ASPI Eurozone. O Millennium bcp é o único banco português a integrar este índice.
- Comemoração dos 10 anos do lançamento do Millennium bank na Grécia.
- Realização dos Encontros Millennium na Guarda, nos dias 29 e 30.

OUTUBRO

- Conclusão, em 15 de Outubro de 2010, da transacção de alienação da totalidade da rede de sucursais do Millennium bcpbank nos Estados Unidos da América, da respectiva base de depósitos, no valor aproximado de 445 milhões de euros e de parte da carteira de crédito, no valor aproximado de 148 milhões de euros, ao Investors Savings Bank. Em resultado desta transacção, o Millennium bcp deixou de deter uma operação bancária naquele país.
- Lançamento do plano de saúde Médis Vintage, pela Companhia de Seguros Médis, consistindo num plano de saúde diferenciador para o segmento sénior, dirigido a Clientes com idades compreendidas entre os 55 e os 75 anos.
- Tendo em vista a adequação, na óptica do Banco Comercial Português, das pensões de reforma de ex-Administradores aos limites do n.º 2 do artigo 402.º do Código das Sociedades Comerciais, o Banco chegou a acordo com os mesmos, com uma excepção. Relativamente ao ex-Administrador com o qual não foi possível chegar a acordo, foi distribuída uma acção judicial visando aquele objectivo.
- No processo 1557/08 ponto 3TFLSB relativo às Campanhas Accionistas decorrentes dos aumentos de capital em 2000 e 2001, do BCP, o Banco foi absolvido de todas as acusações formuladas e que eram as seguintes: i) uma contraordenação muito grave por intermediação excessiva; ii) 41 contraordenações muito graves por desrespeito do dever de dar prevalência aos interesses dos Accionistas; iii) 57 contraordenações graves por não cumprimento da obrigação de conservadoria de documentos e iv) uma contraordenação grave por insuficiente qualidade de informação prestada às autoridades de supervisão.
- Plantação de árvores no concelho de Oeiras por cerca de 50 voluntários do Millennium bcp.
- Realização da 4.ª edição do projecto "Uma Cidade Limpa pra Mim", no âmbito do programa de responsabilidade social "Mais Moçambique pra Mim" do Millennium bim, com a participação de cerca de 1.000 alunos de 20 escolas primárias e secundárias das cidades de Maputo e Matola, o Presidente do Município de Maputo e de diversos Colaboradores do Banco.

NOVEMBRO

- Assinatura de um memorando de entendimento entre o Millennium bcp e o Industrial and Commercial Bank of China (ICBC), com o objectivo de reforçar a cooperação entre os dois bancos, o qual se estende a outros países e regiões, para além de Portugal e China, visando cobrir o triângulo China/Macau, África lusófona e Europa.
- Quinto aniversário da rede autónoma de Microcrédito do Millennium bcp assinalado com o lançamento de uma página no Facebook, com o objectivo de fomentar um fórum de discussão e divulgação da solução de microcrédito.
- Divulgação dos serviços de Mobile Banking do Millennium bcp no Facebook, procurando-se atingir uma partilha contínua de informação, a apresentação de novidades, a prestação de esclarecimentos sobre os serviços que o Banco disponibiliza, alicerçando na inovação e contribuindo para o fortalecimento da relação que o Millennium bcp tem junto dos seus Clientes.
- Lançamento de dois novos serviços de apoio a pagamentos para empresas que possibilitam o envio de um único ficheiro com múltiplas instruções, em alternativa ao pagamento individual, permitindo ainda o agendamento dos pagamentos para uma data futura e estão disponíveis em duas modalidades, o Pagamento de Documentos Únicos de Cobrança por Lote e o Pagamento de Serviços Multibanco por Lote.
- Millennium bcp renovou o contrato de exclusividade com a American Express para a emissão e gestão de cartões American Express em Portugal, até 2015, com exclusividade na emissão de cartões Centurião e garantindo ainda um acordo exclusivo de *acquiring* até 2017.
- Inauguração de duas exposições simultâneas de Arte Partilhada Millennium no Porto: “100 Anos de Arte Portuguesa” e “Abstracção”.
- Inauguração da exposição de arte “Sem Título – Um olhar sobre a Colecção de Arte Millennium bim”, no âmbito das comemorações do seu 15.º aniversário.
- Apoio ao Banco Alimentar contra a Fome na campanha de recolha de alimentos para pessoas carenciadas.
- Realização do Inquérito Geral à Satisfação dos Clientes.
- A agência de *rating* Fitch procedeu à revisão das notações de *rating* de diversos bancos portugueses, tendo reduzido a notação de *rating* do BCP de longo prazo de “A” para “BBB+” e o *rating* de curto prazo de “F1” para “F2”, mantendo o *outlook* “Negativo”.
- Realização da 20.ª edição dos Encontros Millennium, desta vez na cidade de Viana do Castelo, nos dias 15 e 16.

DEZEMBRO

- Conclusão do processo de alienação de 95% do capital social do Millennium Bank A.S. na Turquia à instituição financeira Credit Europe Bank, N.V., entidade detida pelo grupo financeiro Fiba Holding, A.S., pelo preço global ajustado de 58,9 milhões euros. Em resultado desta transacção, o BCP mantém uma participação de 5% na sociedade, tendo estabelecido com o comprador um mecanismo de opções de compra e de venda prevendo a possibilidade de alienação do remanescente da sua participação por preço por acção não inferior ao agora recebido.
- Acordo para a venda, pela Bitalpart BV, sociedade detida integralmente pelo Banco Comercial Português, ao Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português, de uma participação minoritária correspondente a 2,7% do capital social da Eureko BV. O valor da transmissão da participação foi determinado segundo a valorização da Eureko BV referente a 31 de Dezembro de 2009, conforme avaliação realizada por instituição financeira internacional independente, deduzido de valor do dividendo antecipado recebido no corrente

exercício, passível de ajustamento em função da valorização, segundo a mesma metodologia, referente a 31 de Dezembro de 2010. Os actos de execução das formalidades de transmissão da participação serão praticados após obtenção das autorizações ou aprovações de natureza legal, contratual e estatutária necessárias, estando já salvaguardadas as considerações prudenciais. A transacção tem como efeito uma mais-valia antes de dedução de impostos de 65 milhões de euros, não determinando, contudo, a alteração dos capitais próprios do Grupo.

- Distinção do programa "Mil Ideias" como "Best Demonstrated Practice" no envolvimento dos Colaboradores na Organização pelo Corporate Executive Board.
- Realização da Conferência Económica Millennium bim em Maputo, subordinada ao tema "Pobreza e Desenvolvimento Económico – Caso de Moçambique".
- O Millennium bcp assinalou o "Dia Internacional das Pessoas com Deficiência" com o lançamento da campanha de Microcrédito para Portadores de Deficiência e a Fundação Millennium bcp associou-se ao Instituto dos Museus e da Conservação com a apresentação pública do projecto "Tesouros do Museu Nacional do Azulejo", com o apoio de audioguias que incluem audiodescrição para pessoas com cegueira ou baixa visão e videoguias em Língua Gestual para pessoas com Surdez.
- A agência de *rating* Moody's colocou todos os *ratings* dos Bancos Portugueses em revisão, por forma a avaliar as estratégias de cada Banco para fazer face à actual situação económica, com impacto na rendibilidade das instituições bancárias e na qualidade dos activos, e à actual situação de fecho dos mercados de financiamento institucional, com impacto no *funding* dos Bancos e consequentes restrições à concessão de crédito.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO CONSOLIDADO

em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

	Milhares de euros	
	'10	'09
Activo		
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.484.262	2.244.724
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.259.025	839.552
Aplicações em instituições de crédito	2.343.972	2.025.834
Créditos a clientes	73.905.406	75.191.116
Activos financeiros detidos para negociação	5.136.299	3.356.929
Activos financeiros disponíveis para venda	2.573.064	2.698.636
Activos com acordo de recompra	13.858	50.866
Derivados de cobertura	476.674	465.848
Activos financeiros detidos até à maturidade	6.744.673	2.027.354
Investimentos em associadas	397.373	438.918
Activos não correntes detidos para venda	996.772	1.343.163
Propriedades de investimento	404.734	429.856
Outros activos tangíveis	617.240	645.818
Goodwill e activos intangíveis	400.802	534.995
Activos por impostos correntes	33.946	24.774
Activos por impostos diferidos	688.630	584.250
Outros activos	2.533.009	2.647.777
	100.009.739	95.550.410
Passivo		
Depósitos de instituições de crédito	20.076.556	10.305.672
Depósitos de clientes	45.609.115	46.307.233
Títulos de dívida emitidos	18.137.390	19.953.227
Passivos financeiros detidos para negociação	1.176.451	1.072.324
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.038.239	6.345.583
Derivados de cobertura	346.473	75.483
Passivos não correntes detidos para venda	-	435.832
Provisões	235.333	233.120
Passivos subordinados	2.039.174	2.231.714
Passivos por impostos correntes	11.960	10.795
Passivos por impostos diferidos	344	416
Outros passivos	1.091.228	1.358.210
Total do passivo	92.762.263	88.329.609
Capitais próprios		
Capital	4.694.600	4.694.600
Títulos próprios	(81.938)	(85.548)
Prémio de emissão	192.122	192.122
Acções preferenciais	1.000.000	1.000.000
Outros instrumentos de capital	1.000.000	1.000.000
Reservas de justo valor	(166.361)	93.760
Reservas e resultados acumulados	(190.060)	(243.655)
Lucro do exercício atribuível aos Accionistas do Banco	301.612	225.217
Total de capitais próprios atribuíveis aos Accionistas do Banco	6.749.975	6.876.496
Interesses que não controlam	497.501	344.305
Total de capitais próprios	7.247.476	7.220.801
	100.009.739	95.550.410

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

para os anos findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

	Milhares de euros	
	'10	'09
Juros e proveitos equiparados	3.477.058	3.639.479
Juros e custos equiparados	(1.960.223)	(2.305.324)
Margem financeira	1.516.835	1.334.155
Rendimentos de instrumentos de capital	35.906	3.336
Resultado de serviços e comissões	811.581	731.731
Resultados em operações de negociação e de cobertura	367.280	249.827
Resultados em activos financeiros disponíveis para venda	61.907	(24.457)
Outros proveitos de exploração	17.476	41.137
	2.810.985	2.335.729
Outros resultados de actividades não bancárias	16.550	16.233
Total de proveitos operacionais	2.827.535	2.351.962
Custos com o pessoal	891.259	865.337
Outros gastos administrativos	601.845	570.177
Amortizações do exercício	110.231	104.736
Total de custos operacionais	1.603.335	1.540.250
	1.224.200	811.712
Imparidade do crédito	(713.256)	(560.029)
Imparidade de outros activos	(71.115)	(70.485)
Imparidade do <i>goodwill</i>	(147.130)	-
Outras provisões	635	(26.871)
Resultado operacional	293.334	154.327
Resultados por equivalência patrimonial	67.481	66.262
Resultados de alienação de subsidiárias e outros activos	(2.978)	74.930
Resultado antes de impostos	357.837	295.519
Impostos		
Correntes	(54.158)	(65.634)
Diferidos	57.240	19.417
Resultado após impostos	360.919	249.302
Resultado consolidado do exercício atribuível a:		
Accionistas do Banco	301.612	225.217
Interesses que não controlam	59.307	24.085
Lucro do exercício	360.919	249.302
Resultado por acção (em Euros)		
Básico	0,04	0,03
Diluído	0,04	0,03

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS DO BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.

CONSIDERANDO:

- As disposições legais e estatutárias relativas a reserva legal;
- A actual situação dos mercados financeiros, as recomendações das autoridades de supervisão e o calendário de implementação das regras de Basileia III que determinam a necessidade de reforço dos fundos próprios;
- A proposta de incorporação de reservas em capital a deliberar no âmbito do ponto 5 da ordem de trabalhos desta Assembleia e os respectivos fundamentos.

PROPÕE-SE

Nos termos da alínea f) do n.º 5 do artigo 66.º e para efeitos da alínea b) do n.º 1 do artigo 376.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais, bem como do artigo 31.º dos Estatutos do Banco, que aos resultados do exercício apurados no balanço individual relativo ao exercício de 2010, no montante de 300.647.939,68 euros, seja dada a seguinte aplicação:

- 30.064.793,97 euros para reforço da reserva legal;
- 167.157.049,29 euros para outras reservas;
- 10.000.000,00 euros para reserva de estabilização de dividendos;
- 93.426.096,42 euros para resultados transitados.

Lisboa, 22 de Março de 2011

O Conselho de Administração Executivo



INDICADORES SOCIAIS E AMBIENTAIS COMPLEMENTARES

	PORTUGAL	POLÓNIA	GRÉCIA	ROMÉNIA	MOÇAMBIQUE	ANGOLA	SUÍÇA	TOTAL
COLABORADORES								
Rácio homem/mulher	1,5	0,5	0,8	0,5	1,1	1,0	1,8	0,9
Distribuição por escalão etário:								
< 25 anos	1%	7%	1%	13%	17%	18%	3%	5%
25 a 34 anos	17%	55%	54%	71%	37%	64%	34%	36%
35 a 44 anos	39%	25%	37%	15%	21%	11%	41%	31%
≥ 45 anos	43%	13%	8%	2%	24%	7%	23%	28%
Distribuição por categoria profissional:								
Alta Direcção e Direcção	10%	15%	4%	5%	7%	6%	21%	11%
Restantes categorias	90%	85%	96%	95%	93%	94%	79%	89%
Distribuição por vínculo contratual ⁽¹⁾ :								
Contrato permanente	100%	80%	99%	91%	100%	47%	96%	92%
Contrato a termo	0%	20%	1%	9%	0%	45%	4%	8%
Proporção de cargos de Alta Direcção desempenhados por indivíduos provenientes das comunidades locais	100%	93%	70%	25%	n.d.	44%	100%	92%
Mobilidade interna – Rotações								
Mulheres	836	173	88	14	391	10	1	1.513
Homens	1.073	77	85	7	420	6	0	1.668
Saídas de Colaboradores ⁽²⁾ (N.º– 1.945)	2%	20%	6%	22%	7%	13%	14%	9%
Distribuição por sexo:								
Mulheres (N.º– 1.026)	30%	59%	40%	61%	43%	38%	30%	53%
Homens (N.º– 919)	70%	41%	60%	39%	57%	62%	70%	47%
Distribuição por escalão etário:								
< 30 (N.º– 942)	14%	53%	35%	66%	43%	63%	30%	48%
[30 a 50[(N.º– 865)	56%	44%	59%	34%	36%	34%	70%	44%
≥ 50 (N.º– 138)	30%	3%	5%	0%	21%	3%	0%	7%
Horas de formação por categoria profissional								
Alta Direcção e Direcção	38.029	21.718	432	205	8	1.004	0	61.396
Restantes categorias	319.338	211.154	18.095	14.028	10.587	26.239	2.659	602.100
Rácio entre o salário mais baixo e o salário mínimo local	1,4	1,0	1,2	2,3	1,1	5,1	n.a.	1,4
Taxa anual de absentismo	3%	10%	2%	1%	2%	7%	3%	5%
Higiene e segurança no trabalho (HST):								
Acidentes de trabalho	33	55	0	0	0	1	0	89
Vítimas mortais	0	0	0	0	2	0	0	2
FORNECEDORES								
Compras a Fornecedores locais	93%	93%	99%	80%	80%	92%	91%	95%
AMBIENTE								
Consumo de materiais (t)								
Papel e cartão	2.226	497	119	23	204	n.d.	n.d.	3.069
Plástico	72	14	0	0	4	n.d.	n.d.	91
Tinteiros e toners	27	3	3	1	4	n.d.	n.d.	39
Consumo de energia directa (TJ)								
Gás natural	142	7	n.r.	5	0	n.d.	n.d.	155
Diesel	58	10	n.r.	2	11	n.d.	n.d.	81
Gasolina	1	18	7	1	9	n.d.	n.d.	36
Resíduos totais (t)	758	102	90	21	78	n.d.	n.d.	1.038

(1) Em Angola o total não soma 100%, uma vez que 8,1% dos Colaboradores são estagiários.

(2) Percentagem calculada com base no número total de Colaboradores para cada operação no final de 2010.

n.a. – não aplicável.

n.d. – não disponível.

n.r. – não relevante.

INDICADORES GRI (TABELA SIMPLIFICADA)

Indicador	Princípios do Global Compact	Página	Resposta	Indicador	Princípios do Global Compact	Página	Resposta
ESTRATÉGIA E ANÁLISE							
1.1.		11	•	4.8.		18, 227	•
1.2.		61-66, 67-73	•	4.9.		32, 40, RCVol. II (8)	•
PERFIL DA ORGANIZAÇÃO							
2.1.		17	•	4.10.		RCVol. II (8, 285)	•
2.2.		17-19	•	4.11.		130, 196	•
2.3.		18-21, 31-32	•	4.12.		227	•
2.4.		256	•	4.13.		124, 178, 227	•
2.5.		20-21	•	4.14.		53	•
2.6.		256	•	4.15.		53-59	•
2.7.		17-21	•	4.16.		53-59	•
2.8.		5, 17, 75	•	4.17.		59	•
2.9.		39	•	INDICADORES PARA O SECTOR FINANCEIRO			
2.10.		28-29	•	DAG		32, 54, 58, 173, 184	•
PARÂMETROS DO RELATÓRIO							
3.1.		254	•	FS1		124, 130	•
3.2.		254	•	FS2		124, 130	•
3.3.		254	•	FS3		130, 246	•
3.4.		256	•	FS4		185, 228	•
3.5.		254	•	FS5		58, 124	•
3.6.		254	•	FS6		108-171, RCVol. II (134)	•
3.7.		254	•	FS7		116, 124	•
3.8.		254	•	FS8		120, 131	•
3.9.		192, 254	•	FS9		162	•
3.10.		254	•	FS10		116, 130	•
3.11.		254	•	FS11		120	•
3.12.		244-247	•	FS12		130	•
3.13.		248, RCVol. II (12, 262)	•	FS13		20, 146, 149	•
ESTRUTURA DE GOVERNAÇÃO, COMPROMISSOS E ENVOLVIMENTO							
4.1.		40-42, RCVol. II (288-300)	•	FS14		20, 113	•
4.2.		41, RCVol. II (307)	•	DESEMPENHO ECONÓMICO			
4.3.		RCVol. II (288-291)	•	DAG		18, 76, 227	•
4.4.		32, 53-59	•	EC1		5, 48, 88	•
4.5.		RCVol. II (312-323)	•	EC2	7	184,	•
4.6.		227, RCVol. II (5)	•	EC3		RCVol. II (116-122), 181-183	•
4.7.		RCVol. II (338-364)	•	EC4		246	•
				EC5		243	•
				EC6		58, 243	•
				EC7	6	33, 243	•
				EC8		173-181	•
				EC9		124, 173	•

• Resposta total.

continua

continuação

Indicador	Princípios do Global Compact	Página	Resposta	Indicador	Princípios do Global Compact	Página	Resposta
DESEMPENHO AMBIENTAL							
DAG		184	•	LA8		181, 182	•
EN1		188, 243	•	LA9		247	•
EN2	8, 9	188, 246	•	LA10	6	35, 243	•
EN3		186	•	LA11		34-37	•
EN4		185, 186	•	LA12		36-38	•
EN5	8	186, 246	•	LA13	6	38, 41, 243	•
EN6	7, 8, 9	186, 187	•	LA14	1, 6	33	•
EN7	7, 8, 9	186, 187, 246	•	DIREITOS HUMANOS			
EN8		190	•	DAG		33, 58, 130, 227, 247	•
EN9		246	•	HR1	1, 2, 4, 5, 6	247, 130	•
EN10		190	•	HR2	1, 2, 4, 5, 6	58	•
EN11		246	•	HR3	1	228	•
EN12		130, 184	•	HR4	1, 6	33, 247	•
EN13		246	•	HR5	1, 3	33	•
EN14	8	130, 184	•	HR6	1, 5	33	•
EN15		246	•	HR7	1, 4	33	•
EN16		185, 187	•	HR8	1, 2	247	•
EN17		187	•	HR9	1	247	•
EN18	8, 9	186, 187, 246	•	SOCIEDADE			
EN19		246	•	DAG		173, 227	•
EN20		246	•	SO1		64, 174	•
EN21		246	•	SO2	10	205-207, 229	•
EN22	8	189	•	SO3	10	227, 229	•
EN23		246	•	SO4	10	162, 247	•
EN24		246	•	SO5		247	•
EN25		246	•	SO6		247	•
EN26	7, 8, 9	188-189	•	SO7		247	•
EN27		246	•	SO8		247	•
EN28		246	•	CLIENTES E PRODUTOS			
EN29		187	•	DAG		227	•
EN30		246	•	FS15		160, 227	•
DESEMPENHO LABORAL				PR1		158, 168, 247	•
DAG		33, 35, 36, 182, 247	•	PR2		247	•
LA1		37, 243	•	PR3		160, 227	•
LA2	6	243	•	FS16		54, 178, 179	•
LA3		247, 181-183	•	PR4		50	•
LA4	1, 3	38	•	PR5		54	•
LA5	3	36, 247	•	PR6		23, 227	•
LA6		158, 182	•	PR7		243	•
LA7		38, 243	•	PR8		243	•
				PR9		243	•

• Resposta total.

ESCLARECIMENTOS RELATIVAMENTE A ALGUNS INDICADORES GRI

FS3 – O Millennium bcp estabelece as condições de venda de produtos e serviços e os respectivos mecanismos de monitorização dos processos em normativos internos que estão sujeitos ao parecer da Direcção de Auditoria, Risk Office e Compliance Office, antes de serem divulgados e publicados no portal interno do Banco.

EC4 – Este indicador não foi considerado material para o Grupo Millennium que não recebe qualquer apoio financeiro do Estado.

EN2 – O Millennium bcp não utiliza papel reciclado, recorrendo à utilização de papel certificado de acordo com a metodologia do Forest Stewardship Council.

EN5, EN7 – O Millennium bcp elabora uma análise custo/benefício de todas as medidas implementadas para uma maior eficiência energética do Banco. Esta análise incide sobre o potencial de redução de energia e de custos das tecnologias implementadas. Adicionalmente, o Banco investe na consciencialização dos Colaboradores. O Banco elabora uma avaliação global das iniciativas implementadas, para um maior rigor na análise da evolução do consumo de energia.

EN9 – A principal fonte de abastecimento da água do Millennium bcp é a rede pública em diferentes localizações geográficas. A actividade do Millennium bcp não está dependente da utilização intensiva de água, justificando a não relevância do indicador.

EN11 – O Banco não possui actividade operacional relevante em áreas protegidas ou adjacentes à mesma. Tal como reportado no ano transacto, o Banco avaliou a localização dos terrenos que possui para a actividade do Banco, justificando a não relevância do indicador.

EN13 – A operação do Banco não tem um impacto significativo directo na biodiversidade, em habitats protegidos ou restaurados, justificando a não relevância do indicador.

EN15 – A operação do Banco não tem um impacto significativo directo na biodiversidade. Como consequência, não tem um impacto directo nas espécies da Lista Vermelha da IUCN ou em listas nacionais de conservação de habitats.

EN18 – O Millennium bcp elabora uma análise custo/benefício de todas as medidas implementadas para uma maior eficiência energética e consequente diminuição das emissões de CO₂. A avaliação das iniciativas é feita na globalidade, valorizando a evolução global das emissões referentes ao âmbito 1, 2 e 3.

EN19 – De acordo com o GRI, as emissões de substâncias depletoras da camada do ozono associadas à utilização de equipamentos com este tipo de poluentes não são abrangidas por este indicador; pelo que este não é aplicável à realidade do Grupo. Este tipo de emissões não é significativo para respectivo reporte, tal como avaliado e reportado em anos anteriores. A actividade do Banco não está dependente nem implica a emissão intensiva deste tipo de poluentes.

EN20 – Este tipo de emissões não é significativo para respectivo reporte, tal como avaliado e reportado em anos anteriores. A actividade do Banco não está dependente nem implica a emissão intensiva deste tipo de poluentes.

EN21 – As descargas do Banco são efectuadas em sistemas públicos de saneamento locais. A actividade do Banco não recorre a descargas intensivas, nas diferentes localizações, justificando a não relevância deste indicador.

EN23 – A actividade operacional e comercial do Banco não origina derrames significativos, justificando a não relevância deste indicador para o Millennium bcp.

EN24 – O Millennium bcp não produz nem transporta resíduos perigosos, nos termos da Convenção de Basileia, justificando a não relevância deste indicador.

EN25 – O indicador não é relevante para a actividade operacional do Millennium bcp.

EN27 – O indicador não é relevante para a actividade do Millennium bcp, dado que o Banco não possui produtos passíveis de ser recuperados e reutilizados. No entanto, o Banco tem vindo a diminuir os recursos necessários à disponibilização de produtos e serviços aos Clientes, como é exemplo o projecto Green IT ou a desmaterialização de documentos para Clientes e para o Banco.

EN28 – O Millennium bcp não tem conhecimento de multas significativas ou sanções não monetárias resultante da não conformidade com leis e regulamentos ambientais dirigidos à Instituição.

EN30 – Apesar da realização constante de análises de custo/benefício das acções implementadas com o objectivo de reduzir a pegada ecológica do Banco, o Millennium bcp não sistematiza nem reporta esta informação de forma agregada.

DAG LA – O Millennium bcp mantém uma postura de abertura e disponibilidade no diálogo com as entidades representantes dos Trabalhadores, que se traduz na realização mensal de reuniões entre os representantes da Comissão de Trabalhadores e o Conselho de Administração Executivo. Os temas abordados abrangem as diferentes dimensões da realidade do Banco e, sempre que se justifica, a Comissão de Trabalhadores emite declarações de divulgação geral onde expressa as suas opiniões. O Banco é também subscritor de Acordos Colectivos de Trabalho celebrados com os Sindicatos representativos do Sector Bancário, disponibilizando ainda meios e instalações para o funcionamento de secções sindicais de empresa.

LA3 – Em Portugal, os Colaboradores com contrato a termo não têm acesso às condições específicas das linhas de crédito para compra de habitação própria ou crédito para fins sociais. Os Colaboradores em regime de part-time têm acesso aos benefícios transversais, no entanto, sempre que esses benefícios estejam relacionados com a antiguidade, o valor do mesmo é calculado proporcionalmente ao tempo de trabalho efectivo.

LA5 – O Millennium bcp, por via dos Acordos Colectivos de Trabalho que negociou, tem definido um período mínimo a ser observado para efeitos da comunicação das transferências aos Colaboradores (30 dias no âmbito do ACT Vertical, cláusula 32.º, n.º 6; 60 dias no ACT dos Quadros, cláusula 34.º, n.º 3), sem prejuízo de poder ser observado outro prazo por acordo entre as partes, atenta a especificidade de cada situação.

LA8 – O Millennium bcp promove instalações de trabalho que são simultaneamente funcionais e confortáveis, permitindo aos Colaboradores desenvolver a sua actividade, com o mínimo de riscos e o máximo de concentração. É assim dada especial atenção às soluções de luz, temperatura, ruído, qualidade do ar, mobiliário e manutenção de instalações. Por forma a assegurar estas condições são realizadas monitorizações periódicas, concretizadas em visita às instalações, com o objectivo de detectar e corrigir disfunções. No âmbito da saúde, o Banco assegura o acompanhamento, orientação e complementaridade nos cuidados de saúde, apoiando, sem excepção, todas as situações clínicas dos seus Colaboradores.

LA9 – Todos os serviços de assistência médica disponibilizados aos Colaboradores do Millennium bcp em Portugal – incluindo acesso aos SAMS (Serviço de Assistência Médico Social, geridos pelos sindicatos do sector) e à Médica (seguro de saúde de assistência privada) – são extensíveis aos cônjuges e filhos dependentes, permanecendo válidos com a passagem dos Colaboradores à situação de reforma.

HR1 – Em 2010 os projectos foram desenvolvidos em países onde o tema dos Direitos Humanos não é relevante.

HR4 – Em 2010 não há registo de incidentes de discriminação.

HR8 – Em 2010, estiveram afectas ao serviço de vigilância e segurança em Portugal 93 pessoas. Este serviço é prestado ao Banco por duas empresas externas de segurança. Os direitos humanos estão assegurados pelos respectivos códigos de conduta/processo de formação, conforme descrito na documentação destas duas empresas, que é disponibilizada ao Millennium bcp.

HR9 – Este indicador não é considerado material para o Millennium bcp, no âmbito das geografias em que opera.

SO4 – Não há registo de incidentes, em 2010, relacionados com processos de corrupção de Colaboradores do Millennium bcp.

SO5, SO6 – O Banco não intervém nem influencia a definição de políticas governamentais, nem está envolvido em grupos de pressão com essa finalidade. Não são realizadas quaisquer tipo de contribuições financeiras, monetárias ou em espécie a partidos políticos ou a instituições relacionadas.

SO7 – Não se registaram incidentes decorrentes de concorrência desleal, *antitrust* e práticas de monopólio.

SO8 – Em 2010, o montante de sanções pecuniárias relevantes (acima de 20 mil euros) por incumprimento com legislação e regulamentos em vigor totalizou 94,2 mil euros.

PR1 – Os produtos e serviços disponibilizados pelo Millennium bcp não têm impacto directo na saúde e segurança dos Clientes. Os riscos associados aos produtos e serviços são, desde o momento da sua concepção até ao vencimento, monitorizados através dos sistemas de segurança, plano de continuidade de negócio, gestão de risco, sistema de gestão de qualidade e controlo de *compliance*.

PR2, PR7, PR8 – Não há registo de incidentes.

PR9 – Em 2010, há registo de uma infracção a regulamentos da CMVM com sanções pecuniárias relevantes, isto é, acima de 20 mil euros, cujo valor totalizou 75 mil euros.

RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
 Oficina de Contas, S.A.
 Edifício Monumental
 Av. Pádua da Vitória, 71 - A, 11.^o
 1069-000 Lisboa
 Portugal

Telefone: +351 210 110 000
 Fax: +351 210 110 121
 Internet: www.kpmg.pt

RELATÓRIO INDEPENDENTE DE GARANTIA LIMITADA DE FIABILIDADE

Ao Conselho de Administração Executivo do
 Banco Comercial Português S.A.

Introdução

1. Fomos contratados pelo Conselho de Administração Executivo do Banco Comercial Português S.A. ("Millennium bcp") para realizar um trabalho de garantia limitada de fiabilidade sobre a informação de sustentabilidade incluída no Relatório e Contas ("Relatório") do Millennium bcp para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

Responsabilidades

2. O Conselho de Administração Executivo do Millennium bcp é responsável:
 - Pela preparação e apresentação da informação de sustentabilidade incluída no Relatório em conformidade com as Diretrizes para Reporte de Sustentabilidade ("Sustainability Reporting Guidelines (G3)") do Global Reporting Initiative (GRI), conforme referido na "Nota Metodológica" no capítulo "Anexos" do Relatório, e pela informação e asserções incluídas no mesmo;
 - Pela determinação dos objectivos do Millennium bcp no que respeita ao desempenho e relato relacionados com a sustentabilidade, incluindo a identificação das partes interessadas ("stakeholders") e aspectos materialmente relevantes de acordo com a norma AA1000APS (2008) para os princípios da inclusividade, materialidade e resposta; e,
 - Pela implementação e manutenção de sistemas de gestão do desempenho e de controlo interno apropriados dos quais é obtida a informação relatada.
3. A nossa responsabilidade consiste em executar o trabalho de garantia limitada de fiabilidade e expressar uma conclusão baseada no trabalho efectuado. O nosso trabalho foi efectuado de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade "ISAE 3000 – Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Exames Simplificados de Informação Financeira Histórica" emitida pelo International Auditing and Assurance Standards Board da International Federation of Accountants. Esta Norma requer o cumprimento dos requisitos éticos aplicáveis, incluindo requisitos de independência, e que o trabalho seja planeado e executado com o objectivo de obter garantia limitada de fiabilidade sobre se a informação de sustentabilidade incluída no Relatório para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 está isenta de distorções materialmente relevantes.

Âmbito

4. Um trabalho de garantia limitada de fiabilidade sobre informação de sustentabilidade consiste em indagações, principalmente aos responsáveis pela preparação da informação apresentada no Relatório, na execução de procedimentos analíticos e outros procedimentos para obtenção de evidência, conforme apropriado. Esses procedimentos incluíram:
 - Realização de entrevistas com responsáveis para compreender os processos implementados pelo Millennium bcp para determinar os aspectos materialmente relevantes para as principais partes interessadas ("stakeholder") do Millennium bcp;



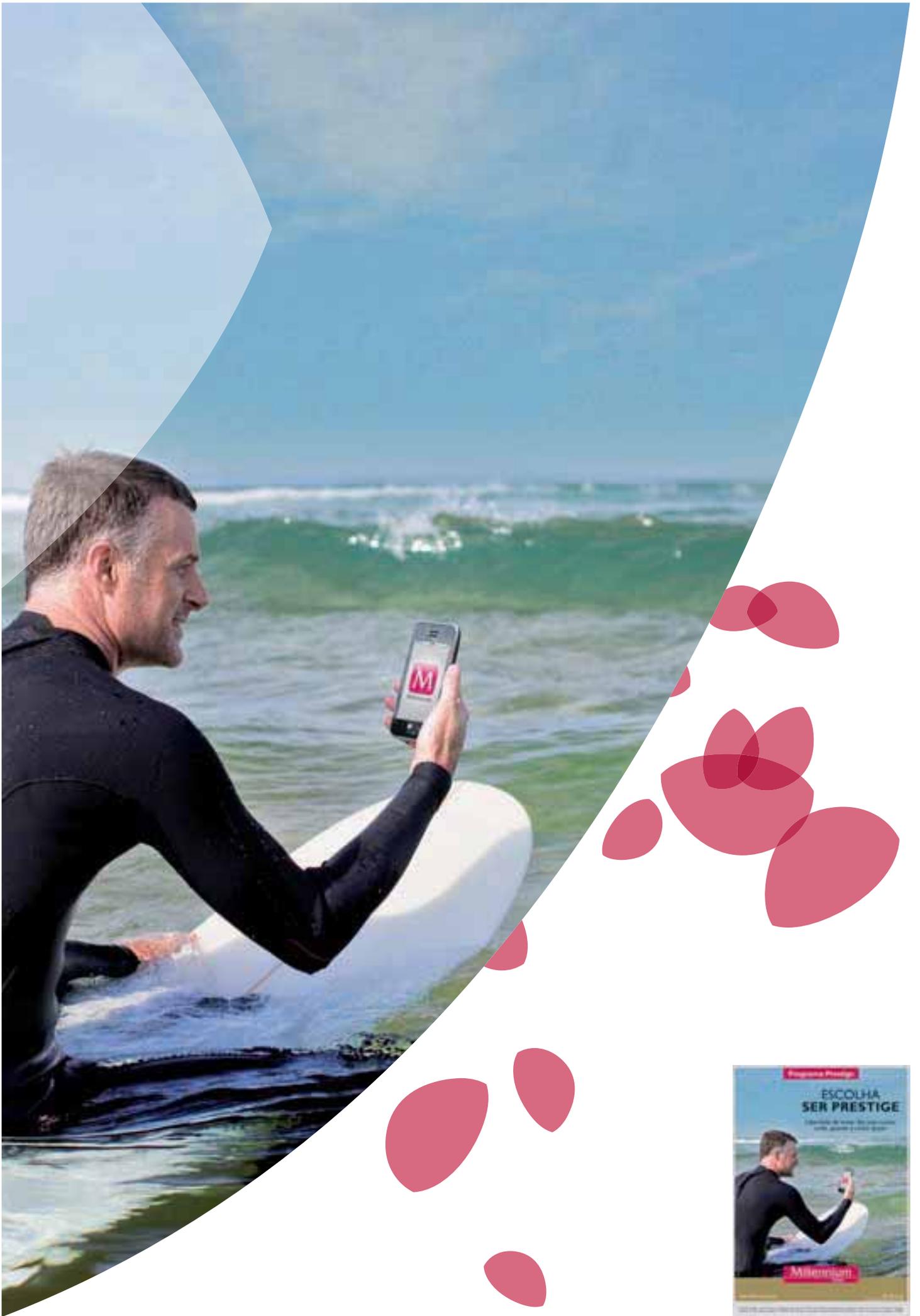
- Realização de entrevistas com os responsáveis e colaboradores relevantes, ao nível operacional e corporativo, sobre a estratégia de sustentabilidade e as políticas relevantes aplicadas, e implementação destas nas diversas áreas de negócio;
 - Realização de entrevistas com colaboradores relevantes, ao nível operacional e corporativo, responsáveis pela preparação da informação de sustentabilidade a incluir no Relatório;
 - Comparação da informação apresentada no Relatório, com as respectivas fontes de informação, para concluir se todos os dados relevantes com origem nas referidas fontes foram incluídos no Relatório; e
 - Leitura da informação apresentada no Relatório, de forma a concluir sobre a sua adequabilidade com o nosso conhecimento geral, e experiência, com a performance de sustentabilidade do Millennium bcp.
5. Os procedimentos de recolha de prova, efectuados num trabalho de garantia limitada de fiabilidade, são mais limitados do que num trabalho de garantia razoável de fiabilidade e por isso é obtida menor garantia de fiabilidade.

Conclusão

6. Com base no trabalho efectuado, conforme descrito nos parágrafos anteriores, nada chegou ao nosso conhecimento, que nos leve a concluir que a informação de sustentabilidade incluída no Relatório do Millennium bcp, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem:
- O alinhamento do Millennium bcp com os princípios de inclusividade, materialidade e resposta da norma AA1000APS (2008); e,
 - A sua conformidade com as Directrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade ("Sustainability Reporting Guidelines (SJ) ") do *Global Reporting Initiative (GRI)*, conforme referido na "Nota Metodológica" no capítulo "Anexos" do Relatório e Contas.
7. O nosso Relatório de garantia limitada de fiabilidade é emitido unicamente para o Millennium bcp de acordo com os termos contratados. O nosso trabalho foi realizado unicamente, com o objectivo de relatar ao Millennium bcp situações, para as quais fomos contratados neste Relatório de garantia limitada de fiabilidade e não se destina a ser utilizado para nenhum outro propósito. Não aceitamos ou assumimos qualquer responsabilidade perante terceiras entidades, para além do Millennium bcp, pelo nosso trabalho, por este Relatório de garantia limitada de fiabilidade ou pelas nossas conclusões.

Lisboa, 2 de Fevereiro de 2011

KPMG & Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho (ROC n.º 1081)



ANEXOS

COMPLIANCE COM AS RECOMENDAÇÕES DO FINANCIAL STABILITY FORUM (FSF) E DO COMMITTEE OF EUROPEAN BANKING SUPERVISORS (CEBS) RELATIVAS À TRANSPARÊNCIA DE INFORMAÇÃO E À VALORIZAÇÃO DE ACTIVOS

	PÁGINA
I. MODELO DE NEGÓCIO	
1. Descrição do modelo de negócio (i.e., razões para o desenvolvimento das actividades/negócios e respectiva contribuição para o processo de criação de valor) e, se aplicável, das alterações efectuadas (por exemplo, em resultado do período de turbulência).	RC Vol. I – Grupo Millennium pág. 16-19; Análise das Áreas de Negócio pág. 108-171.
2. Descrição das estratégias e objectivos (incluindo as estratégias e objectivos especificamente relacionados com a realização de operações de titularização e com produtos estruturados).	RC Vol. I – Estratégia pág. 60-66; Informação sobre a exposição a actividades e produtos afectados pela recente crise financeira pág. 219.
3. Descrição da importância das actividades desenvolvidas e respectiva contribuição para o negócio (incluindo uma abordagem em termos quantitativos).	RC Vol. I – Análise das Áreas de Negócio pág. 108-171; RC Vol. II – Nota 52 às Contas Consolidadas.
4. Descrição do tipo de actividades desenvolvidas, incluindo a descrição dos instrumentos utilizados, o seu funcionamento e critérios de qualificação que os produtos/investimentos devem cumprir.	RC Vol. I – Gestão dos Riscos pág. 194-218; RC Vol. II – Notas 22-24 às Contas Consolidadas.
5. Descrição do objectivo e da amplitude do envolvimento da instituição (i.e., compromissos e obrigações assumidos), relativamente a cada actividade desenvolvida.	RC Vol. I – Gestão do Risco pág. 194-218; RC Vol. II – Notas 22-24 às Contas Consolidadas.
II. RISCOS E GESTÃO DOS RISCOS	
6. Descrição da natureza e amplitude dos riscos incorridos em relação a actividades desenvolvidas e instrumentos utilizados.	RC Vol. I – Gestão do Risco pág. 194-218; RC Vol. II – Notas 6, 7 e 53 às Contas Consolidadas.
7. Descrição das práticas de gestão de risco (incluindo, em particular, na actual conjuntura, o risco de liquidez) relevantes para as actividades, descrição de quaisquer fragilidades/fraquezas identificadas e das medidas correctivas adoptadas.	RC Vol. I – Gestão do Risco pág. 194-218; RC Vol. II – Nota 53 às Contas Consolidadas.
(Na crise actual, deverá ser dada especial atenção ao risco de liquidez.)	RC Vol. I – Gestão do Risco pág. 194-218; RC Vol. II – Nota 53 às Contas Consolidadas.
III. IMPACTO DO PERÍODO DE TURBULÊNCIA FINANCEIRA NOS RESULTADOS	
8. Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados, com ênfase nas perdas (quando aplicável) e impacto dos <i>write-downs</i> nos resultados.	RC Vol. I – Análise Financeira pág. 76-100; RC Vol. II – Notas 6 e 7 às Contas Consolidadas.
9. Decomposição dos <i>write-downs</i> /perdas por tipos de produtos e instrumentos afectados pelo período de turbulência, designadamente dos seguintes: <i>commercial mortgage-backed securities</i> (CMBS), <i>residential mortgage-backed securities</i> (RMBS), <i>colateralised debt obligations</i> (CDO), <i>asset-backed securities</i> (ABS).	RC Vol. I – Informação sobre a exposição a actividades e produtos afectados pela recente crise financeira pág. 219.
10. Descrição dos motivos e factores responsáveis pelo impacto sofrido.	RC Vol. I – Enquadramento Económico e Financeiro pág. 67-73.
11. Comparação de: i) impactos entre períodos (relevantes) e de ii) demonstrações financeiras antes e depois do impacto do período de turbulência.	RC Vol. I – Análise Financeira pág. 76-100.

continua

continuação

	PÁGINA
12. Decomposição dos <i>write-downs</i> entre montantes realizados e não realizados.	RC Vol. I – Gestão do Risco pág. 194-218; RC Vol. II – Notas 6, 7 e 42 às Contas Consolidadas.
13. Descrição da influência da turbulência financeira na cotação das acções da entidade.	RC Vol. I – Acção BCP pág. 43-50.
14. Divulgação do risco de perda máxima e descrição de como a situação da instituição poderá ser afectada pelo prolongamento ou agravamento do período de turbulência ou pela recuperação do mercado.	RC Vol. I – Gestão do Risco pág. 194-218; RC Vol. II – Nota 42 às Contas Consolidadas.
15. Divulgação do impacto que a evolução dos <i>spreads</i> associados às responsabilidades da própria instituição teve em resultados, bem como dos métodos utilizados para determinar este impacto.	RC Vol. I – Análise Financeira pág. 76-100; RC Vol. II – Nota 49 às Contas Consolidadas.
IV. NÍVEIS E TIPOS DAS EXPOSIÇÕES AFECTADAS PELO PERÍODO DE TURBULÊNCIA	
16. Valor nominal (ou custo amortizado) e justo valor das exposições "vivas".	RC Vol. I – Informação sobre a exposição a actividades e produtos afectados pela recente crise financeira pág. 219; RC Vol. II – Notas 22 a 24 às Contas Consolidadas.
17. Informação sobre mitigantes do risco de crédito (i.e., através de <i>credit default swaps</i>) e o respectivo efeito nas exposições existentes.	RC Vol. I – Informação sobre a exposição a actividades e produtos afectados pela recente crise financeira pág. 219.
18. Divulgação detalhada sobre as exposições, com decomposição por: <ul style="list-style-type: none"> • nível de senioridade das exposições/tranches detidas; • nível da qualidade de crédito (i.e., <i>ratings, vintages</i>); • áreas geográficas de origem; • sector de actividade; • origem das exposições (emitidas, retidas ou adquiridas); • características do produto: i.e., <i>ratings</i>, peso/parcela de activos <i>subprime</i> associados, taxas de desconto, <i>spreads</i>, financiamento; características dos activos subjacentes: i.e., <i>vintages</i>, rácio <i>loan-to-value</i>, privilégios creditórios, vida média ponderada do activo subjacente, pressupostos de evolução das situações de pré-pagamento, perdas esperadas. 	RC Vol. I – Informação sobre a exposição a actividades e produtos afectados pela recente crise financeira pág. 219.
19. Movimentos ocorridos nas exposições entre períodos relevantes de reporte e as razões subjacentes a essas variações (vendas, <i>write-downs</i> , compras, etc.).	RC Vol. I – Informação sobre a exposição a actividades e produtos afectados pela recente crise financeira pág. 219.
20. Explicações acerca das exposições (incluindo "veículos" e, neste caso, as respectivas actividades) que não tenham sido consolidadas (ou que tenham sido reconhecidas durante a crise) e as razões associadas.	RC Vol. I – Informação sobre a exposição a actividades e produtos afectados pela recente crise financeira pág. 219.

continua

continuação

	PÁGINA
<p>21. Exposição a seguradoras de tipo <i>monoline</i> e qualidade dos activos segurados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • valor nominal (ou custo amortizado) das exposições seguradas, bem como o montante de protecção de crédito adquirido; • justo valor das exposições "vivas", bem como a respectiva protecção de crédito; • valor dos <i>write-downs</i> e das perdas, diferenciado entre montantes realizados e não realizados; • decomposição das exposições por <i>rating</i> ou contraparte. 	<p>RC Vol. I – Informação sobre a exposição a actividades e produtos afectados pela recente crise financeira pág. 219.</p>
<p>V. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E MÉTODOS DE VALORIZAÇÃO</p>	
<p>22. Classificação das transacções e dos produtos estruturados para efeitos contabilísticos e o respectivo tratamento contabilístico.</p>	<p>RC Vol. I – Informação sobre a exposição a actividades e produtos afectados pela recente crise financeira pág. 219; RC Vol. II – Nota 47 às Contas Consolidadas.</p>
<p>23. Consolidação das <i>Special Purpose Entities</i> (SPE) e de outros "veículos" e reconciliação destes com os produtos estruturados afectados pelo período de turbulência.</p>	<p>RC Vol. I – Informação sobre a exposição a actividades e produtos afectados pela recente crise financeira pág. 219; RC Vol. II – Nota 1 às Contas Consolidadas (Políticas Contabilísticas).</p>
<p>24. Divulgação detalhada do justo valor dos instrumentos financeiros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • instrumentos financeiros aos quais é aplicado o justo valor; • hierarquia do justo valor (decomposição de todas as exposições mensuradas ao justo valor) e decomposição entre disponibilidades e instrumentos derivados, bem como divulgação acerca da migração entre níveis da hierarquia); • tratamento dos <i>day 1 profits</i> (incluindo informação quantitativa); • utilização da opção do justo valor (incluindo as condições para a sua utilização) e respectivos montantes (com adequada decomposição). 	<p>RC Vol. I – Gestão dos Riscos pág. 194-218; RC Vol. II – Notas 22 a 24, 42 e 49 às Contas Consolidadas.</p>
<p>25. Descrição das técnicas de modelização utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros, incluindo informação sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> • técnicas de modelização e dos instrumentos a que são aplicadas; • processos de valorização (incluindo em particular os pressupostos e os <i>inputs</i> nos quais se baseiam os modelos); • tipos de ajustamento aplicados para reflectir o risco de modelização e outras incertezas na valorização; • sensibilidade do justo valor (nomeadamente a variações em pressupostos e <i>inputs</i> chave); • <i>stress scenarios</i>. 	<p>RC Vol. I – Gestão do Risco pág. 194-218; RC Vol. II – Nota 49 e 53 às Contas Consolidadas.</p>
<p>VI. OUTROS ASPECTOS RELEVANTES NA DIVULGAÇÃO</p>	
<p>26. Descrição das políticas de divulgação e dos princípios que são utilizados no reporte das divulgações e do reporte financeiro.</p>	<p>RC Vol. I – Gestão do Risco pág. 194-218; RC Vol. II – Nota 49 e 53 às Contas Consolidadas; e Nota 1 às Contas Consolidadas (Políticas Contabilísticas).</p>

NOTA METODOLÓGICA

O Millennium bcp publica, desde 2004, anualmente e de forma sistemática e estruturada, Relatórios de Sustentabilidade (Relatório de Responsabilidade Social em 2004) conjuntamente com o Relatório e Contas, em volume autónomo. Em 2009, o Banco decidiu incluir no Volume I do Relatório e Contas um capítulo síntese das principais actividades no âmbito do desenvolvimento sustentável e de responsabilidade social e publicar a versão integral do Relatório de Sustentabilidade apenas em formato digital.

De forma a reflectir o alinhamento das políticas de desenvolvimento sustentável e responsabilidade social na estratégia e negócio do Millennium bcp, o Banco decidiu, em 2010, proceder à integração dos Relatório de Sustentabilidade e Relatório e Contas, reportando conjuntamente as políticas, as práticas implementadas e os resultados económicos, sociais e ambientais alcançados.

Não obstante o Banco continuar a desenvolver a sua actividade por forma a dar resposta às expectativas dos *Stakeholders*, o presente relatório foi elaborado por forma a responder a algumas dessas expectativas no âmbito das acções desenvolvidas em 2010. A apresentação da informação incorpora as sugestões de aperfeiçoamento no reporte transmitidas no questionário realizado aos *Stakeholders*.

Este relatório tem âmbito internacional e foi elaborado de acordo com as directrizes estabelecidas pela *Global Reporting Initiative* (GRI) para o nível A+ e respectivo suplemento do sector financeiro, os princípios da inclusão, materialidade e resposta da Norma AA1000APS (2008) e verificado por entidade externa em conformidade com os princípios definidos pela *International Standard on Assurance Engagements 3000*.

Os elementos quantitativos reportados nos capítulos de “Gestão de Talento”, “*Stakeholders*”, “Análise Social”, “Análise Ambiental” e “Cultura de Rigor” integram as actividades desenvolvidas nas operações em Portugal, Polónia, Grécia, Roménia, Moçambique, Angola e Suíça. Face à alienação da operação nos EUA (com conseqüente ajustamento aos valores reportados em 2008 e 2009) e ao início de reporte das operações em Angola e Suíça, alguns dados não são directamente comparáveis com os referidos nos Relatórios de Sustentabilidade de 2009 e 2008.

A metodologia de cálculo de alguns dados ambientais, incluídos no capítulo “Análise Ambiental”, foi ajustada, sendo que a explicação está sintetizada no texto dos critérios de cálculo utilizados nos indicadores ambientais, na página 192.

NÍVEL DE APLICAÇÃO DAS DIRECTRIZES DO GRI

	C	C+	B	B+	A	A+
OBRIGATÓRIO						✓
						✓
OPCIONAL						✓



Declaração Exame do Nível de Aplicação pela GRI

A GRI neste ato declara que Millennium bcp apresentou seu relatório "2010 Annual Report" para o setor de Serviços de Relatório da GRI, que concluiu que o relatório atende aos requisitos de Nível de Aplicação A+.

Os Níveis de Aplicação da GRI comunicam quanto do conteúdo das Diretrizes G3 foi aplicado no relatório de sustentabilidade enviado. O Exame confirma que o conjunto e número de itens de divulgação exigidos para aquele Nível de Aplicação foram cobertos pelo relatório e que o Sumário de Conteúdo da GRI é uma representação válida das informações exigidas, conforme descritas nas Diretrizes G3 da GRI.

Os Níveis de Aplicação não fornecem um parecer sobre o desempenho de sustentabilidade da organização relatora nem sobre a qualidade das informações contidas no relatório.

4 de abril 2011, Amsterdã

Nelmara Arbex
Vice-Presidente
Global Reporting Initiative



O "+" foi acrescentado a este Nível de Aplicação porque Millennium bcp submeteu (parte de) seu relatório a verificação externa. A GRI aceita a soberania da própria organização na escolha da organização responsável pela verificação externa e na decisão do escopo da verificação.

A Global Reporting Initiative (GRI) é uma organização baseada em redes pioneiras no desenvolvimento da estrutura para elaboração de relatórios de sustentabilidade mais usada no mundo e está comprometida com sua melhoria contínua e aplicação em todo o mundo. As Diretrizes G3 da GRI estabelecem os princípios e indicadores que as organizações podem usar para medir e relatar seu desempenho econômico, ambiental e social.

www.globalreporting.org

Isenção de Responsabilidade: No caso do relato de sustentabilidade incluir links externos para materiais audiovisuais, entre outros, esta declaração irá referir-se apenas ao material submetido à GRI no momento do Exame em 18 mar 2011. A GRI exclui expressamente a aplicação desta declaração a alterações posteriores aos referidos materiais.

Relatório e Contas 2010
Volume I

©Millennium bcp

www.millenniumbcp.pt

Banco Comercial Português, S.A.,
Sociedade Aberta

Sede:
Praça D. João I, 28
4000-295 Porto

Capital Social:
4.694.600.000 euros

Matriculada na Conservatória
do Registo Comercial do Porto
com o Número Único de Matrícula
e de Identificação Fiscal 501 525 882

Relação com Investidores
Av. Professor Doutor Cavaco Silva
Edifício I – Piso 0 - Ala B
2744-002 Porto Salvo
Telefone: (+351) 211 131 084
investors@millenniumbcp.pt

Direcção de Comunicação
Av. Professor Doutor Cavaco Silva
Edifício I – Piso 0 - Ala B
2744-002 Porto Salvo
Telefone: (+351) 211 131 243
comunicar@millenniumbcp.pt

Produção gráfica:
Choice – Comunicação Global, Lda.

Impressão e acabamentos:
Gráfica Maiadouro, S.A.

Depósito legal
148713/00

Impresso em Abril de 2011





A v i d a i n s p i r a - n o s